Teresa Ferreira Rodrigues
(coordenação)

HISTÓRIA DA POPULAÇÃO PORTUGUESA
Das longas permanências à conquista da modernidade

Índice

A Joaquim Manuel Nazareth

Prefácio

O trabalho de investigação que agora se publica constitui o produto final do projecto A População Portuguesa. Das grandes constantes estruturais à renovação do sistema demográfico, dirigido pela professora doutora Teresa Rodrigues, investigadora coordenadora do CEPESE, apresentado à Fundação para a Ciência e a Tecnologia em 2004, e no qual participaram a professora doutora Maria João Guardado Moreira e a mestre Filipa Henriques.

Resultado directo desta equipa, o presente estudo é também o coroar de três décadas de docência e investigação desenvolvidas em torno da História da População e da Demografia Histórica na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Manuel Nazareth), na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Fernando de Sousa) e na Universidade do Minho (Norberta Amorim), sobretudo no eixo Lisboa-Porto, que, articuladamente, esteve na origem de algumas dezenas de teses de mestrado e doutoramento sobre os temas referidos.

Do trabalho conjunto de Manuel Nazareth, o primeiro doutorado português em Demografia, com Fernando de Sousa, o primeiro doutorado português em História da População, surgiu uma política de sensibilização de jovens licenciados, no sentido de se ultrapassarem os tradicionais estudos até então efectuados segundo a metodologia da reconstituição de famílias, cruzando-se, para tal, novos métodos e técnicas de investigação da História da População, da Demografia Histórica e da Análise Demográfica, à luz de uma problemática renovada, simbolizada pela escola dos Annales e que teve como expoente máximo em Portugal Vitorino Magalhães Godinho, de quem fomos discípulos.

Foi nesses seminários orientados pelos dois investigadores referidos na Universidade Nova de Lisboa, sobretudo por Manuel Nazareth, que cresceram muitos dos investigadores mais jovens que hoje se dedicam aos temas da História da População, da Demografia Histórica, da Demografia e Ecologia Humana e da Análise Demográfica, permitindo-nos apenas mencionar, a título exemplificativo e exemplar, a professora doutora Teresa Rodrigues, que soube conciliar, de forma invulgar, todas estas áreas científicas, como se pode ver através do seu vasto curriculum e do estudo que, coordenado por si, agora se edita.

Trata-se de um trabalho de síntese sobre a História da População Portuguesa, que procura traçar as grandes linhas e tendências da evolução demográfica no tempo longo, no qual se conjugam a análise crítica das fontes com os métodos e técnicas de análise possíveis, de modo

a fornecer-nos a caracterização da população portuguesa nos diferentes períodos do nosso passado, agrupados em duas grandes partes simbolicamente divididas pelo ano de 1801, o qual, não só abriu o século XIX, como tentou oferecer-nos o primeiro censo rigoroso da população portuguesa.

Sempre que possível, o trabalho que agora se publica fornece-nos um quadro inteligível da evolução da população portuguesa, que vai desde o seu volume e distribuição, aos indicadores de natalidade e fecundidade, à mortalidade e respectivas crises, à nupcialidade, família, rede urbana, migrações e mobilidade da população, abordando no final a questão da transição demográfica e o envelhecimento da população — tendo sempre como pano de fundo a realidade europeia, no âmbito da qual se integra o sistema demográfico português.

Estamos convencidos, pois, que esta História da População Portuguesa poderá constituir uma referência fundamental para investigadores de outras áreas científicas e, nomeadamente, para todos aqueles, investigadores nacionais e estrangeiros, que se debruçam sobre a História de Portugal.

Fernando de Sousa
(Presidente do CEPESE)

Introdução

A síntese que agora se publica resulta de um projecto esboçado em Julho de 2004 no âmbito das candidaturas à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, do Ministério do Ensino Superior e da Investigação, e que obteve em 2005 a classificação de Excelente e financiamento com a duração de dois anos e meio, que agora terminam[1].

A equipa que integra este projecto propôs-se colmatar uma falha que considera existir em termos de investigação. Não existe em Portugal uma obra dedicada às dinâmicas de população e comportamentos colectivos, que concilie a perspectiva histórica de longa duração com a leitura específica da Demografia Histórica e da Análise Demográfica. Esta situação foi há muito ultrapassada na maioria dos países europeus, como provam as publicações vindas a lume sobre o tema em Inglaterra, França ou Espanha. A nível nacional, a falta de sínteses nesta matéria explica a pouca informação que é dada sobre Portugal em obras mais gerais. Basta folhear sínteses de referência, de que constitui exemplo a *Histoire des Populations de l'Europe*, dirigida por Jean Pierre Bardet e Jacques Dupâquier[2], para que se constate como são diminutos os dados sobre a realidade portuguesa, reduzida a cinco páginas do capítulo dedicado à Península Ibérica. E, no entanto, muito trabalho já realizado existe, que importa conhecer e divulgar.

Por outro lado, pesem embora as incontornáveis referências a quantitativos e tendências populacionais, no horizonte editorial do nosso país falta

1 POCI/DEM/57987/2004: A População Portuguesa. Das grandes constantes estruturais à renovação do sistema demográfico. Investigador Responsável Prof. Doutora Teresa Rodrigues (Professora Auxiliar com Agregação, Departamento de Estudos Políticos – UNL). Restantes elementos da equipa: Prof. Doutor Joaquim Manuel Nazareth (Professor Catedrático reformado – UNL); Prof. Doutora Maria João Guardado Moreira (Professora Adjunta – Instituto Politécnico de Castelo Branco) e a Mestra Filipa Castro Henriques (Assistente Convidada, Departamento de Estudos Políticos – UNL).

2 3 vols., Paris, PUF, 1999-2002.

uma publicação que apresente as grandes linhas e tendências de evolução demográfica num tempo longo, e que, sem descurar o rigor científico, seja de fácil leitura e, desse modo, possa atingir um público vasto. Acreditamos que a *História da População Portuguesa* funcionará como obra de consulta para aqueles que, em diferentes áreas do saber e para épocas cronologicamente diferenciadas, necessitam utilizar informações concretas sobre o factor humano, sem desejarem empreender uma pesquisa específica.

Assim, a presente história da população portuguesa das origens a 2005, propõe-se cumprir quatro objectivos principais: (a) produzir conhecimento num domínio a nosso ver ainda insuficientemente estudado; (b) contribuir para um melhor conhecimento sobre as grandes tendências que definem a história da população de Portugal, numa perspectiva integrada, que concilie informação de carácter quantitativo com a sucessão de conjunturas políticas, económicas e sociais, crenças e ideologias; (c) caracterizar a população em termos de comportamento colectivo; (d) identificar modelos globais de comportamento demográfico que cruzem as longas permanências, identifiquem os tempos e factores de mudança e destaquem eventuais diferenças regionais.

O desafio de partida (uma primeira síntese de fácil leitura, embora salvaguardando o rigor científico) foi conseguido à custa de opções. Algumas temáticas foram deixadas em aberto, embora estejamos conscientes da sua relevância. Citem-se os exemplos das preocupações oficiais com a população e toda a parte normativa de que a mesma foi objecto ao longo dos séculos (privilégios de incentivo ao povoamento e colonização, leis de emigração), doutrinas de pensamento demográfico e teorias de identidade, debate sobre a grelha de análise mais adequada para conseguir dados comparáveis ao longo dos séculos e das aplicações metodológicas que o permitam, e ainda a questão das fontes e a avaliação da qualidade dos dados. Não quisemos, no entanto, deixar de indicar em cada capítulo, embora sem pretensões exaustivas, bibliografia e fontes documentais que consideramos poderem vir a constituir pistas interessantes para futuros estudos.

Para concretizar o nosso objectivo houve que efectuar várias escolhas metodológicas e definir níveis e fases de execução diferenciados. Num primeiro momento realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, considerando também obras com propósitos diversos dos que aqui nos norteiam. Em segundo lugar efectuar uma recolha crítica de fontes impressas e acervos documentais contemporâneos nas diferentes épocas, com dados passíveis de leitura demográfica (róis de igrejas, tabeliães, besteiros do conto). Numa terceira fase analisar a informação recolhida na perspectiva específica da História da População (embora sem enveredar por uma pesquisa própria) e

sempre que possível da Demografia Histórica, adaptando em cada caso a metodologia que nos pareceu mais adequada às características dos fontes de informação e às épocas históricas consideradas. Por último, tentámos elaborar um texto que reflicta a visão integrada sobre toda a investigação já produzida, e divulgar os resultados obtidos através de dois tipos de iniciativas: a apresentação pública dos principais resultados, cumprida em 30 de Maio de 2008, no âmbito do Seminário Internacional que decorreu na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, organizado pelo Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade, de que se ultimam as actas, e esta publicação.

Contamos na actualidade com um número já elevado de estudos sobre as gentes portuguesas, embora geográfica e cronologicamente pontuais e descontínuos. O total de residentes em determinada região ou época e ensaios de maior fôlego, realizados por investigadores com formações diversas, têm um mérito indiscutível. Restava efectuar uma síntese de toda a informação existente, considerada relevante. Não obstante, para cumprir os objectivos traçados confrontámo-nos com dificuldades de vária ordem, de entre as quais gostaríamos de sublinhar: a) a profunda dependência relativamente às fontes existentes e «utilizáveis»; b) a variedade de abordagens utilizadas em estudos anteriores, que dificulta a comparação de resultados; c) a necessidade de recorrer a metodologias variáveis e a uma análise cuidada e crítica da qualidade dos dados; d) o grau de rigor das conclusões, ainda que a garantia de rigor das nossas conclusões aumente à medida que nos aproximamos da actualidade.

Com efeito, persiste nesta matéria uma situação de estreita dependência face às épocas a estudar, locais escolhidos, volume e riqueza da informação. Tendo em conta os propósitos inicialmente definidos, tivemos de contemplar três perspectivas: aproveitar o que existe, adaptar fontes e documentação diversa aos objectivos desejados, criar formas de ultrapassar o silêncio dos dados. Daí a necessidade de variar a perspectiva de abordagem ao longo dos capítulos. Ou seja, em cada caso os métodos e técnicas foram escolhidos em função do tipo de fontes disponíveis e respectiva riqueza de conteúdo. Utilizámos fontes muito indirectas até final de Quinhentos. Registos paroquiais a partir do século XVI, a que se juntaram listas nominativas e róis de confessados, dispersos no tempo e no espaço. Por fim, cruzámos informações estatísticas ou séries paroquiais com numeramentos ou recenseamentos, o que só foi exequível a partir de Oitocentos e sobretudo do século XX. O acesso e disponibilidade de fontes passíveis de análise na perspectiva demográfica podem ser sintetizados através da seguinte proposta de periodização:

	Estado da População	
1.ª fase	Até 1527-1532	Esporádicas e com pouca informação
2.ª fase	1527-32 a 1801	Sem sequência, embora em maior número
3.ª fase	1801 a 1864	Abundantes, mas de má qualidade
4.ª fase	1864 à actualidade	Publicadas e de qualidade progressivamente melhorada
	Movimento da População	
1.ª fase	Até ca.1560	Quase inexistentes
2.ª fase	ca.1560 a 1860	Abundantes, mas de qualidade variável
3.ª fase	1860 a 1911	De boa qualidade, embora não publicadas
4.ª fase	1911 à actualidade	Publicadas de qualidade melhorada; inéditas de boa qualidade

Fonte: Mário Leston Bandeira, *Demografia e modernidade...*, p. 151.

A *História da População Portuguesa. Das grandes permanências à conquista da modernidade* está dividida em duas partes. A das constantes estruturantes, que se prolonga em termos cronológicos até 1801, e a dedicada à conquista da modernidade, que cobre a análise dos séculos XIX, XX e termina em 2005, incluindo alguns cenários prospectivos no horizonte de 2021. Entendemos que deste modo se traça a linha de demarcação entre uma longa fase de grande estabilidade em termos de comportamentos colectivos, que claramente contrasta com as mudanças verificadas nos comportamentos colectivos da população portuguesa desde finais do século XIX, embora a verdadeira conquista da modernidade seja tardia no nosso país e constitua indiscutivelmente uma realidade da segunda metade do século XX.

Conscientes de que podem existir mais-valias na sistematização dos conhecimentos sobre a história da população portuguesa, é, no entanto, característica própria dos autores alguma insatisfação face ao que poderia ter sido realizado e o que é hoje possível apresentar. Não obstante, pensamos ter conseguido cumprir parte dos nossos desígnios iniciais, bem como o desafio implícito nas razões alegadas pelos avaliadores da FCT, como justificativas para o apoio que nos foi dado. E citamos: «*to know more and better about the evolution, structural permanencies and trends of the Portuguese population is sometimes crucial to the research of other areas. Furthermore, we think that it will fill in a real lack of knowledge to foreign researchers. Portugal rarely is mentioned or considered in the evolution of European population due to the absence of a work like this one. The extent and aim of this research is something new in the Portuguese scene*».

Os resultados que agora se divulgam não devem ser julgados como um produto acabado. Antes de mais porque existe ainda um caminho a percorrer até ser possível apresentar informações definitivas sobre a matéria, para o que falta uma aposta na informação sobre as potencialidades e desafios que tornam aliciante a investigação sobre as dinâmicas demográficas do

passado, a que não é alheio algum retrocesso verificado em termos de formação a nível superior. Por outro, há que enfrentar o silêncio das fontes documentais, adaptar as técnicas de análise demográfica conhecidas às especificidades das mesmas, colmatar lacunas e criar ou recriar novas metodologias, diversificando o uso da documentação até hoje tradicionalmente utilizada neste campo de investigação. Esta última afirmação suscita-nos algumas reflexões adicionais sobre a relação entre História e Demografia, bem como entre a perspectiva própria do historiador e do demógrafo, afinal diferentes mas com objectivos comuns, que se tocam e explicam entre si.

A História expõe as actividades de mulheres e homens, jovens e velhos, sob o ponto de vista material, ético, moral, disciplinado ou não, intelectual, espiritual, dos usos, costumes e tradições e das transformações que sofrem em épocas de crise e de revolução, ou com a simples redacção de uma lei, mesmo que casuística. Encerra múltiplas vertentes, pois é das mais ricas e estruturantes ciências da mente humana: a História da religião e das religiões; a História profana que chega ao esoterismo; a História natural: a dos homens e dos demais seres vivos; a História da medicina; a do dia-a-dia, cenários «do quotidiano» e a História das histórias: das narrativas populares, das lendas, irrepreensíveis porque sempre úteis para aferir a cultura de um povo; da música, da dança, do teatro...[3]

Mas a História não se faz da simples interpretação de um facto ou da análise, mesmo que personalizada da vida de um homem e muito menos da sua acção. Para o verdadeiro conhecimento histórico do passado humano que hoje faz parte da nossa brevíssima existência (que nela não é mais que um grão de areia), há que recorrer a ciências laterais: à Arte em todas as suas vertentes e especialidades, à Economia, Demografia, Arqueologia, Geografia, Cartografia, Antropologia, Literatura, Linguística, Semântica, Toponímia e Antroponímia... «Não se trata, não se pode tratar de multiplicar compartimentos estanques. História económica, história social, história geográfica, história política, história cultural, como economia, sociologia, geografia, etc., devem interpenetrar-se profundamente e a cada passo, não perdendo de vista a totalidade humana, social por essência. Talvez designações como economia histórica, sociologia histórica, geografia histórica traduzam bem o novo espírito da investigação. A História, em suma, mais do que uma disciplina autónoma, é uma maneira de pensar os problemas dos homens»[4]. E, para isso, temos de recorrer aos documentos do passado, à Paleografia e à reconstituição de um texto escrito num papiro ou numa simples e usual

---

3 As considerações que se seguem são da autoria de João Silva de Sousa.

4 GODINHO, 1971: 179-184. Ver ainda BLOCH, 1961; BEKER, 1965.

folha de papel, à evolução agrícola e das suas técnicas, aos avanços e regressões produzidos pelas massas humanas nómadas e sedentárias, à evolução do homem no seu aspecto físico, hábil e mental.

A História pressupõe que se analisem homens e factos, produtores e produtos, estruturas e conjunturas, sempre cronologicamente ou tendo em conta que existe um número diverso de fases evolutivas e temporais. Ao optar pela análise da vivência do ser humano e do meio em que ele se move, é nossa prioridade apreendermos globalmente o modo como as gentes, em épocas diferenciadas, intervieram activamente, e, em simultâneo, condicionados por elas mesmas. Uma perspectiva sistémica facilitará, em nosso entender, um enquadramento amplo e multifacetado, que torna compreensível a emergência do Homem desde há cerca de 2 milhões de anos na África Oriental até há 500 mil anos, altura provável da sua entrada na Península Ibérica[5].

A História é o resultado do estudo dos Homens: dos que estavam em permanente movimento, dos que habitavam os centros urbanos, o campo ou dos das periferias marítimas, póvoas piscatórias e comerciais. Aqueles a quem um estatuto de privilégio beneficiava, francamente, as condições de vida, e os outros, a quem a lei dificultava a existência.

A História de heróis tende a ser substituída pela História ciência[6], com o importante, porque indispensável, patrocínio de outras áreas científicas. Às várias concepções teórico-filosóficas juntou-se a corrente historiográfica francesa conhecida por *Escola dos Annales*, pontificada por Marc Bloch[7], Fernand Braudel[8], Lucien Febvre[9] e Pierre Vilar[10]. O nome da Escola provém do título da revista *Annales d'Histoire Économique et Social* (1929), hoje *Annales. Économies. Sociétés. Civilisations*, em torno da qual o grupo se organizou. Esta corrente decisiva na evolução dos estudos históricos em toda a Europa surgiu para superar a história positivista, direccionada para a pura descrição de factos isolados, os acontecimentos, chamando a atenção para suportes como as estruturas demográficas e outras já acima referidas, embora não exaustivamente, assim como ultrapassar as barreiras que se erguem entre os diferentes sectores especializados da História, de maneira a, assim, resultar uma História global. É de salientar a discussão sobre *L'Histoire Social, sources et méthodes*, no Colóquio realizado em 1965 na Escola Normal Superior de Saint-

5 PIDAL, 1947 e 1952; GARCÍA, 1950; MARQUES, 1977: 10.
6 CARVALHO, 1972.
7 BLOCH, 1931 e 1940.
8 BRAUDEL, 1958a, 1958b, 1966; 1969 e 1971.
9 FEBVRE, 1953a, 1953b, 1965.
10 VILAR, 1947, 1962, 1964, 1965.

-Cloud, em que participaram, entre outros[11], Rolante Mousnier, Albert Soboul, Ernest Labrousse, Adeline Daumard, Devleeshouwer, Pierre Vilar, J. Ibarrola, Michel Mollat, posteriormente publicada[12]. A História dos *Annales* encontrou em Portugal dirigentes pioneiros em Magalhães Godinho[13], Oliveira Marques[14] e José Mattoso[15], todos fazendo Escola sobre as mais recentes normas de compreender e reescrever a História.

Neste âmbito, como definir o papel da ciência demográfica e as suas ligações à história da população? Embora a temática ligada aos problemas populacionais remonte à Antiguidade, a Demografia como ciência surge muito depois. Para alguns autores o primeiro tratado de demografia científica terá sido redigido em 1788 por Moheau, intitulado *Investigações e Considerações sobre a População de França*. Nele o autor partia dos factos conhecidos sobre a evolução do número total de homens para apresentar algumas reflexões teóricas, defendendo, nomeadamente, que o aumento da população podia ser superior ao permitido pela produtividade do solo, desde que na indústria se encontrassem os meios para suprir essas necessidades humanas. O autor condena os costumes, o luxo e a desigualdade económica, mas condena igualmente a prática de controlo do número de filhos, sobretudo entre os grupos mais abastados. Na sua perspectiva, o desenvolvimento tecnológico podia satisfazer as necessidades alimentares, num cenário de crescimento da população mundial, sem o risco das sociedades humanas sofrerem uma ruptura de tipo maltusiano. Porém, o grande salto qualitativo em termos de evolução da ciência demográfica será dado em 1855, ano em que Achille Guillard publicou os *Elementos de estatística humana ou demografia comparada* – onde são expostos os princípios da nova ciência, e confrontados, a partir dos documentos mais autênticos, o estado, os movimentos gerais e os progressos da população nos países civilizados. No prefácio clarifica os objectivos do seu estudo, que coincidem com aqueles que virão a constituir alguns dos ramos de especialidade da nova ciência. Escrevia então: «A Demografia abrange a história natural e social da espécie humana; o conhecimento matemático das populações, seus movimentos gerais e estado físico; e também o estado intelectual e moral da população». Vemos assim enumerados os objectos de estudo e preocupação espe-

11 *Vide* pp. 45-52; 63-66; 110-119; 127-139; 167-175; 184-189; 204-217; 228-230; 238-241; 252-260; 271-277; 293-299; 310-316 e 327-329.

12 Em França por Paris, Presses Universitaires de France, 1.er trimestre 1967 e cuja tradução para Português foi dir. por GODINHO, 1973.

13 GODINHO, 1948, 1955, 1965.

14 MARQUES, 1979, 1978, 1987.

15 MATTOSO, 1985a, 1985b, 1987.

cíficos à Demografia Histórica e Ecologia Humana (1.º ponto); da Análise Demográfica (2.º ponto) e da Demografia Social ou Estudos de População (3.º e último ponto).

A afirmação da nova ciência faz-se ao longo das décadas seguintes e tem subjacentes grandes mudanças, que globalmente sobrevalorizavam a vertente quantitativa e o rigor dos métodos, em detrimento de outros interesses ou preocupações de conteúdo e interpretação qualitativa. Em 1938, L. Huber, no *Curso de demografia e de estatística sanitária*, afirmava que a «Demografia era a aplicação dos métodos estatísticos ao estudo das populações, ou, mais genericamente, ao estudo das colectividades humanas». Esta linha, que marca as primeiras décadas do século XX, facilitou a afirmação no seio da comunidade científica, embora restringisse a riqueza da sua vertente de interface com outras ciências sociais e humanas. O *Tratado de Demografia* de A. Landry, datado de 1945, constituiu a este propósito um compromisso interessante. Afirmava o autor: «Estamos de acordo em pedir à Demografia que considere em primeiro lugar os aspectos quantitativos; existe assim uma demografia quantitativa, cujo objectivo essencial é o estudo dos movimentos que se produzem numa população, acompanhado do estudo sobre as causas dos movimentos; mas também existe uma demografia qualitativa que se ocupa das qualidades dos seres humanos… esforçando-se por os submeter à medida». A primeira incide no volume e tendências dos nascimentos, óbitos, casamentos e migrações; a segunda estuda o porquê e as razões dos comportamentos. Esta última torna-se tanto mais importante quanto se recue no tempo e/ou quanto mais reduzidos forem os dados estatísticos, aplicando-se ainda hoje a universos deficitários em termos de sistemas de informação. A dimensão qualitativa vai permitir o aparecimento de diferentes ramos dentro da Demografia. Assim, não existe apenas uma, antes várias demografias, ligadas por preocupações e metodologias próximas. Referimo-nos, para além da Análise Demográfica, à Demografia Histórica, Demografia Social, Ecologia Humana, Projecções Demográficas e Prospectiva, Doutrinas Demográficas e Políticas Demográficas[16].

Desde logo a Demografia Histórica difere das restantes em termos do período temporal privilegiado e também quanto às metodologias utilizadas. Na verdade estuda sobretudo populações do passado e lida com dados de má qualidade e frequentemente lacunares, o que exige o desenvolvimento de técnicas de análise próprias ou a adaptação das existentes. Em rápido desenvolvimento após a década de 50 do século XX, a Demografia Histórica presta grandes contributos metodológicos e de leitura de resulta-

16 Sobre estas questões veja-se NAZARETH, 1996.

dos populacionais em regiões que ainda hoje se confrontam com dados estatísticos de má qualidade. Em termos genéricos destacam-se a nível de opções metodológicas duas linhas de investigação. A primeira surgida em França pela mão de Pierre Goubert e Louis Henry, que culmina em 1956 com a apresentação do método de reconstituição de famílias. Tratava-se de um método rigoroso, com garantia de precisão e detalhe e que permitia apreender o homem total, na sua família e comunidade e nos seus comportamentos perante a vida, a morte e as relações com a sociedade. A Demografia Histórica abre-se às vivências de quotidiano e à história das mentalidades. O método possibilitava ainda a existência de uma linguagem comum e assegurava a comparabilidade dos resultados no tempo e no espaço. O estudo então publicado servirá de modelo aos futuros trabalhos. Aumenta o ritmo de publicações baseadas nesta metodologia, particularmente aplicadas às séries de registo paroquial de aldeias e paróquias rurais. Assim se foi consolidando o conhecimento sobre o sistema demográfico de Antigo Regime europeu. Em finais de 60 e na década de 70 a Demografia Histórica dispõe-se a conhecer os centros urbanos. O volume de documentação e a mobilidade acrescida dos seus residentes explicam as hesitações desse estudo, que em universos mais populosos e abertos tornam difícil o processo de reconstituição. Houve que alterar a problemática e a perspectiva de abordagem, ou seja, criar métodos adequados. Enquanto em França se tentava resolver a questão com recurso a meios informáticos e à manipulação de bases de dados complexas, a escola inglesa de Cambridge tenta criar outra metodologia recorrendo às suas fontes, especialmente ricas em listagens de moradores. Neste âmbito se desenvolvem os métodos agregativos, os quais privilegiam o estudo de uma variável ou tema, em detrimento de uma visão global de comunidade. Importa-lhe destacar as tendências de longa e média duração, com recolhas dirigidas e informação de levantamento rápido e anónimo, de fácil tratamento por ser menor o número de variáveis a considerar, o que agiliza o recurso informático. Os resultados deste tipo de investigação ganham validade quando realizados em universos populacionais vastos, permitindo o aparecimento de sínteses na dupla vertente espácio-temporal. Assim surgem as primeiras conclusões sobre crises de mortalidade, a utilizar apenas registos de óbito; o estudo de comportamentos diferenciais segundo zonas de residência, sexo, idade e grupo social; a medida das dinâmicas naturais baseada em modelos criados a partir de freguesias tipo. Com os grandes centros de investigação fundados nas décadas de 60 e 70 (INED, Cambridge Group, École des Hautes Études, INSEE), a investigação no ramo específico da Demografia Histórica abre-se a novas metodologias e problemáticas, com forte aposta no colmatar de

lacunas e sub-registo de dados, o que consiste numa mais-valia, porque permite alargar o seu campo de intervenção a países contemporâneos com dados deficientes, sendo de destacar a parceria firmada com a Divisão de População das Nações Unidas.

Mas não podemos confundir Demografia Histórica com História da População. A primeira é um ramo da Demografia, a segunda um ramo da História, com uma postura essencialmente descritiva e utilitária, que se reporta a dados populacionais para explicar as dinâmicas do passado. As informações sobre população são um meio para compreender certos acontecimentos: o aumento rápido das cidades do passado potencia revoltas, fomes, carestias e crises de mortalidade; o Império foi afectado na sua importância política pelo aniquilamento da população, que em meados de Seiscentos passa de 28 para 16 ou 17 milhões; a revolução demográfica terá sido uma das condicionantes da Revolução Industrial inglesa… A história da população, capítulo inicial na maioria das histórias gerais ou monográficas, é tão antiga como a produção historiográfica, embora tenha sofrido um aperfeiçoamento, ao substituir o recurso a dados brutos recolhidos nos acervos documentais, pela incorporação de técnicas importadas da Demografia Histórica, embora nem sempre acompanhadas pela crítica e metodologia mais apropriada. Ou seja, retrata o passado numa sucessão de momentos, apontando totais de homens e mulheres, idades, distribuição geográfica, variações de volume entre momentos no tempo.

Em Portugal, o estado da investigação nesta área revela algumas fragilidades, só parcialmente explicadas pela falta de recursos e de formação específica. Os primeiros estudos realizados sobre volumes e dinâmicas populacionais mantiveram ténue a destrinça entre Demografia Histórica e História da População. De carácter monográfico, visaram quase exclusivamente conhecer os comportamentos globais de determinada população em meio rural e deram origem a artigos e teses de licenciatura, apresentadas nas Faculdades de Letras de Lisboa, Coimbra e Porto. A época histórica privilegiada foi o século XVIII, por vezes o XVII ou XIX, raramente o XVI, designadamente pela falta de dados e dificuldade de leitura dos registos paroquiais, que nem sempre existem e são invariavelmente de má qualidade. Presidia à sua elaboração a perspectiva própria do historiador, que recorre a algumas técnicas demográficas, com vista a levantar hipóteses e explicar determinada conjuntura ou evento político, social, económico ou cultural.

Actualmente, a investigação realizada quer no campo da História da População quer no da Demografia Histórica procura antes de tudo verificar a aplicabilidade das experiências e metodologias já testadas noutros países, validando-as no caso português. Procura-se aquilatar as potencialidades das

fontes existentes em Portugal passíveis de análise na óptica demográfica. A abertura do leque de perspectivas temáticas nesta matéria efectuou-se em torno de quatro grandes temas, a que correspondem abordagens metodológicas diferenciadas. A primeira, ligada ao estudo da mortalidade extraordinária e respectivo impacto nas tendências de aumento populacional, surge na Universidade Nova de Lisboa pela mão de Manuel Nazareth nos anos 80. Institucionalmente enquadrada numa formação a nível pós-graduado, privilegiava a abordagem de carácter anónimo e agregativo, optando por metodologias que assegurassem rapidez na recolha e tratamento de resultados e garantissem a comparabilidade dos mesmos em tempos e universos populacionais de dimensão variável, designadamente urbanos. A segunda, conduzida por Norberta Amorim, da Universidade do Minho, tinha como objectivo a reconstituição de paróquias, na linha de Fleury e Henry, de que actualmente resulta bastante informação sobre a região norte do país e ilhas dos Açores. A estas duas perspectivas metodológicas diversas poderíamos acrescentar as que procuram caracterizar globalmente dada região, as quais na sua maioria surgiram enquadradas em dissertações de doutoramento, sendo apenas possíveis para períodos com informações censitárias e de movimento de população, designadamente a partir da segunda metade de Oitocentos (Açores, Madeira, Lisboa, Castelo Branco). Cumpre também lembrar os estudos que aproveitam a lógica e parte da metodologia da reconstituição de famílias, acrescidas de outro tipo de problemáticas – caso da variação das estratégias e padrões familiares segundo regiões e dentro delas, de acordo com a estrutura patrimonial e actividade económica ou nível de rendimentos. Sublinhem-se a este propósito os trabalhos de âmbito alargado de Robert Rowland, embora outros existam.

Mau grado este contributo, entendemos que a especificidade metodológica da Demografia exige um esforço de real institucionalização formativa, sob pena de vermos reduzir a massa crítica actualmente existente. Não poderíamos deixar de referir alguns factos que surgem associados em Portugal a este movimento de afirmação da ciência demográfica. A já mencionada abertura do Mestrado de Demografia Histórica e Social na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dirigido por Manuel Nazareth, que funcionará entre 1984 e 1995, alterando então a sua designação para Estudos de População e Ecologia Humana, e posterior reconhecimento da importância das áreas aqui contidas, com a subdivisão nos Mestrados em Estudos de População e Demografia Histórica, na linha do inicialmente existente; e em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, que mantém uma forte componente de análise de dinâmicas populacionais humanas. O sucesso dessa formação intermédia é visí-

vel no número substantivo de teses de doutoramento a que deu origem. Também na Universidade do Minho surge o Mestrado em História das Populações, coordenado por Norberta Amorim, e em 1998 o Mestrado em Demografia e Sociologia das Populações, ligado ao ISCTE e dirigido por Mário Leston Bandeira. Este último, embora privilegie a actualidade, criou o enquadramento institucional necessário para vários estudos sobre crises de mortalidade, expostos e dinâmica regional no período oitocentista. O mesmo tipo de resultados surge ainda nessa instituição, quer no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, coordenado por Miriam Halpern Pereira, quer a nível de Doutoramento, embora com outro tipo de perspectiva de formação.

Apesar dos esforços hoje encetados para dinamizar a Ciência Demográfica nos seus vários ramos, agora numa perspectiva interinstitucional, o facto é que o carácter muito particular desta ciência exige um esforço suplementar para que os estudos de população sejam dinamizados. O Centro de Estudos da População Economia e Sociedade (CEPESE), através da sua linha mais antiga de investigação, a Linha de População e Prospectiva, poderá desempenhar neste contexto um papel determinante, numa fase em que a formação universitária e a investigação enfrentam novos desafios, ao propiciar o desejado suporte entre formação de tipo académico e investigação, nomeadamente no âmbito dos cursos de 2.º e 3.º ciclos.

Não poderíamos terminar estas páginas introdutórias sem expressar o contributo de diversos investigadores, sem os quais não teria sido possível levar bom termo esse projecto. Ao nosso colega João de Silva e Sousa, especialista em Idade Média e colega da Universidade Nova de Lisboa, o contributo que deu quer na redacção dos dois primeiros capítulos, quer na leitura crítica que realizou nos dois seguintes; a colaboração de Paulo Violante de Oliveira, a terminar a sua dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, e a quem devemos muita da informação actualizada e inédita sobre migrações apresentada no Capítulo 10; e por fim, embora ainda porventura com maior razão para agradecimento, o contributo inestimável da Mestra em Gestão de Informação Olívia Fernandes, que realizou com enorme disponibilidade toda a parte cartográfica deste trabalho, contribuindo para o seu enriquecimento. Por fim ao CEPESE, através do Professor Fernando de Sousa, pelo apoio e por ter criado as condições para a prossecução deste projecto colectivo. A todos o nosso obrigado.

PARTE I

As Constantes Estruturantes. Das Origens a 1801

1

Os primeiros dados. O povoamento pré-histórico

João Silva de Sousa

O historiador utiliza documentos: vestígios de toda a espécie que o transportam ao passado. Arquitectura – o Mosteiro da Batalha que o leva a finais do século XV; pintura – como os Painéis de São Vicente, que o faz regressar a Quatrocentos; instrumentos de trabalho – como a charrua do século XIII; mobiliário – a arca medieval; roupa, a forma em V do trajar dos homens do tempo de D. Afonso V… e diversos objectos conservados em museus, por exemplo, e que são de todos os tempos e de todos os lugares. São muito importantes, mas não suficientes.

Os estudos sobre os povos que habitaram a Hispânia há milhares de anos atrás, são tidos, justamente, como inseguros e fragmentários. Na verdade, quem utiliza um ou mais destes campos, como nós, homens da História e da Investigação, necessita de documentos escritos, porque falam com um pouco mais de precisão: de cartas de emprazamento, de outras de perdão, de outras de privilégios, e de quantas mais. E de Crónicas, como a descrição da tomada de Ceuta, e das dos nossos reis da autoria de Fernão Lopes a Rui de Pina, Zurara, João de Barros, Damião de Góis... E como são, indubitavelmente, importantes os itinerários régios, os roteiros de navegação, as viagens pela Europa até Basileia ou Jerusalém...

O historiador que estuda um dado período para transmitir conhecimentos e as suas eventuais conclusões, tem de consultar inscrições nas pedras que o podem levar a Odrinhas, pinturas rupestres que o transportam a Ribacôa; pergaminhos e papéis conservados em Arquivos e livros mais raros, como *Livros de Horas*, o *Livro das Aves*…, a arquivos públicos e privados de famílias que descendem da velha nobreza portuguesa ou de conventos e abadias, como o Arquivo da Duquesa do Cadaval, ou dos Melo, dos Soares de Albergaria... Muitos por classificar, guardados em arcas nos sótãos das casas ou expostos às poeiras, aos rigores dos tempos e à humidade das paredes. Recorre a jornais da época, textos já escritos, inéditos ou publicados, sobre o período que pretende inquirir. Sem documentos escritos e datados não há História possível.

Como a invenção da escrita não é anterior ao ano de 4000 a.C., a História remonta a esta data e é dela que parte. O passado mais longínquo dos homens, conhecido apenas por documentos não escritos, situa-se sob a alçada do que chamamos de Pré-História: restos arqueológicos, conchas, objectos simples, principalmente de pedra, osso e marfim, setas de sílex, pinturas rupestres. Tudo fala connosco, mas nada está escrito. Tudo pode, no entanto, ser datado, através do método do radiocarbono[1].

Os tempos pré-históricos são de uma imensidade incalculável. Nem sabemos dizer, mesmo que só aproximadamente, quando apareceu o homem na Hispânia. Estimamos que, talvez, perto de 500 000 a 600 000 anos a.C.: o *Pithecantropus Erectus*[2]. Quantos? É impossível sabê-lo. Para mais eram nómadas, vagueavam por trilhos que os seus pés iam fazendo nas densas florestas habitadas por animais extraordinariamente perigosos, que, de um momento para o outro, lhes podia fazer reduzir o número. Aqueles sessenta séculos de História são um curto lapso de tempo, comparado com a história dos humanos e pré-humanos, com a história da vida sobre a Terra. Foi como se um sem número de livros, cada um de milhares de milhões de páginas se consagrasse ao tempo do Mundo.

Tentar entender o mistério deste tempo longo é um trabalho fascinante, muito árduo, que se derruba com a maior facilidade, sobretudo pela evolução das técnicas arqueológicas. Hoje há ainda outros métodos que levam à datação, embora sempre aproximada, da Terra, da crusta terrestre, de cada uma das fatias em que se divide, das rochas, das ilhas velhas e das novas... Ao encontrar o nível que permita a vida, talvez possamos calcular a partir daí, quando teria sido possível a transformação da massa viva para dar lugar ao Homem, ou a um ser que mais se pareça com a ideia que temos dele.

Os cientistas mais de perto ligados às Ciências Humanas, sempre em consonância com os outros que operam nos laboratórios, com os seus produtos químicos e reagentes, capazes de opinar sobre os achados e os cálculos numéricos que apresentamos, sobretudo após o século XIX e cada vez melhor e com maior precisão, estudam vestígios. A arte nasceu há 40 000 anos. Começava, então, um novo capítulo da história da humanidade, com documentos indiscutíveis de sensibilidade criadora, habilidade e inteligência desses homens. Mais recentes serão as representações no Tejo, Ribacôa e do Escoural, nichos e paredes panorâmicas dos nossos antepassados[3], tal como

---

1 VARAGNAC, 1963; JORGE, 1985: 154-183; ZILHÃO, 1988: 247-250.

2 SAVORY, 1969.

3 SANTOS, 1981: 205-243; GOMES *et alii*, 1983: 287-307; JORGE, 1986: 27-50; JORGE, 1988: 201-233.

já haviam sido feitos para Lascaux, – esse presente dado à França, descoberto, ocasionalmente, em Setembro de 1940 e inventariado pelo abade Breuil, que data de há 15 mil anos, além das de Niaux e Font-de-Gaume – e Altamira, em Espanha – uma gruta perto de Santander, descoberta em 1879 pelo marquês Marcellino de Santuola e classificada como a Capela Sistina da Pré-História, com 13 000 anos. E noutras paragens da Europa e de África e por todo o lado, onde, a par dos rituais da caça e da fertilidade que lhe estavam associados, permaneceram durante cerca de 20 000 anos, até aos finais do Plistoceno, há 10 000 anos. Foram os primeiros museus da História.

Com efeito, as cavernas conservam os traços de habitação, esqueletos e ossadas – ou restos deles –, objectos diversificados, armas ofensivas, utensílios de variada espécie e de muita imperfeição. Os cientistas puderam, então, fazer uma ideia da forma como esses homens viviam e seguir de perto os progressos da civilização. Por exemplo, é ponto assente que as novas invenções criaram maior diversidade de instrumentos especializados, e apareceu em cena uma nova forma de homem, o *Homo Sapiens*, o «Homem do Cro-Magnon», nome do lugar onde foram descobertos os primeiros ossos desse nosso antepassado mais directo. Um homem mais ágil e mais inteligente e, por consequência, mais bem preparado para enfrentar a luta pela sobrevivência. Só que nós temos de ser nómadas, tal como esses homens eram, e seguir os trilhos, não se sabe de quem nem de quantos. Aqueles, muito provavelmente, viviam apenas nas regiões hoje conhecidas como Portugal, Espanha, Norte de África, França, Inglaterra, nos Alpes e Norte da Europa, Balcãs, Cáucaso, Síria, Palestina, e, em plena Ásia, nos Himalaias.

Deste modo, nasceu uma Ciência jovem da pré-história, que progride, dia após dia, à medida que se descobrem novas evidências e que se aperfeiçoam os métodos científicos. A informática ofereceu-nos a possibilidade de conhecer certas evoluções e transformações que podemos considerar como bastante aproximadas da realidade ou, melhor, do que, neste campo, todo ele enigmático, constitui para nós uma possível realidade. Outras nos são apresentadas periodicamente, com novos achados, em diferentes locais.

Para o fabrico dos objectos de que necessitavam, para cortar, agredir e matar, os homens da Pré-História, na Península, serviam-se da madeira, do osso, de espessas cascas de frutos secos e dos troncos das árvores que iam colher aos nossos bosques densos e húmidos, onde, mais tarde, abriram clareiras para viverem, conchas muito fáceis de encontrar, de todas as formas e feitios, tamanhos e espessuras, facilmente recolhidas dos extensos areais atlânticos e mediterrânicos e pedras duras e resistentes – abundavam o xisto, o sílex e o calcário. Baseando-nos nas técnicas utilizadas, sucessivamente, para trabalharem a pedra, podemos distinguir dois grandes perío-

dos de duração diferente: a Idade da Pedra Lascada ou Paleolítico (inferior, médio e superior)[4] e um novo tempo, longo mas mais curto do que o primeiro, o da Pedra trabalhada e, por isso, designada de Polida ou Neolítico[5].

Quando o homem começa a plantar, criar animais e a raspar contra pedra até conseguir obter objectos melhores que os mais antigos, inicia-se o Neolítico. Com estes instrumentos, o Homem pôde, efectivamente, começar a controlar o seu meio e os seres que lhe estavam próximos: caçando, pescando, colhendo raízes e frutos comestíveis. Soube e aprendeu a seleccionar. O machado de pedra mais tosco e primitivo, polido a eito a partir de um seixo, permitiu-lhe obter alimentos com mais facilidade, quer caçando quer colhendo[6]. E mais, foram a razão da sua sedentarização[7]. Este o grande avanço seguinte que teve a sua origem no Próximo Oriente com a introdução da agricultura e a domesticação de animais.

Jazidas Megalíticas na parte ocidental da Península Ibérica

Fonte: MARQUES, 1977: 18.

4 BREUIL e ZBYSZEWSKI, 1945: 662; ROCHE, 1964: 11-27.

5 ARNAUD, 1981: 29-48; GONÇALVES *et alii*, 1987: 673-680.

6 ALEXANDER, 1977: 25-30.

7 JORGE, 1972 e JORGE, 1987: 147-181.

O desenvolvimento da primeira significava, em termos da Hispânia – como por todo o lado, entenda-se – que uma grande população podia sobreviver apoiada na produção da terra adequada, da qual as plantas e os animais indesejados podiam ser afastados ou mesmo excluídos.

1. Enquadramento europeu

Em relação a estas épocas recuadas, devemos falar de povoamentos e nunca no singular. É a fase de renovações sucessivas de etnias, por vezes, na sua quase totalidade extintas ou iniciadas. É também o período cronológico marcado por uma quase total e directa dependência face às condições do meio, o que nos remete para a importância das alterações climatéricas, de quadros geográficos e ecossistemas biológicos. Só depois de conhecidos estes aspectos e o seu real impacto, se torna legítimo o esforço para tentar apreender as grandes tendências de povoamento e os grandes movimentos migratórios que então se viveram. Eles compreendem a chegada de populações de outros continentes, a partida de populações para fora do espaço, as tentativas de fixação a determinado meio. Será apenas com o Mesolítico, e sobretudo com o Neolítico, que se torna coerente qualquer tentativa, ainda que modesta, de delinear as características do povoamento enquadradas nas diferentes culturas, em que se passa a subdividir o espaço. A evolução diferencial destes grupos, do ponto de vista civilizacional e numérico, desenha a imagem da população europeia e também do espaço que será Portugal no início do período histórico.

As metodologias desenvolvidas para o efeito distinguem-se pela sua flexibilidade e por, inevitavelmente, possuírem um carácter multidisciplinar. Da arqueologia, passando pela antropologia, biologia, genética. Os seus diferentes contributos fornecem peças para um puzzle inacabado. À falta de levantamentos sistemáticos, podemos reconhecer as zonas mais ou menos frequentadas, que corresponderiam às regiões de maior densidade e onde persiste maior número de vestígios arqueológicos. Portugal, por volta de 4000 a.C., era uma zona preferencial de fixação humana, onde abundava a caça.

2. As Idades da Pedra na Península

Quando os primeiros homens surgiram nos futuros Portugal e Espanha, vindos do seu berço, as terras de África, decerto a configuração limiar e o

seu interior eram bem diferentes dos de hoje[8]. Encontraram-se em abundância culturas pré-Abbevillenses e Abvillenses na nossa Península, de Norte a Sul, de Ocidente a Oriente. É a prova da existência de seres humanos do grupo Pithecanthropus, contemporâneos da primeira glaciação[9]. Foi, muito provavelmente, o Plistoceno ou Grande Idade Glaciar, dos imponentes glaciares do Norte da Europa que cobriam uma extensa mancha da Europa, também o vulcanismo incessante nas áreas geladas e de Auvergne, que empurrou os primeiros homens para o nosso espaço.

Primeiro as bruscas mudanças climáticas, marcadas por períodos de frio intenso, favoreceram a presença na Península de vegetação e fauna, o alimento dos Homens que, em pequenos ajuntamentos tribais, se iam movimentando por cá[10]. Enquanto, por todo o lado, na Europa ou na China, em África ou na Austrália, as condições de vida eram semelhantes, o homem podia sobreviver, também na Hispânia, da recolecção de frutos selvagens, da caça e da pesca. Para tudo isto, a nossa Península tornou-se num autêntico País de «leite e mel». Podemos dizer, com segurança, que, neste canto europeu, se sucederam diversos tipos do género humano. Viviam em grupos suficientemente grandes de 20 a 30 famílias: 100 a 150 homens, no máximo, para que, com as suas toscas armas de pedra, pudessem caçar animais, *inclusive*, de grande porte. Eram nómadas, não habitavam locais fixos e, como os animais, procuravam abrigar-se do frio em zonas mais quentes e do calor em áreas mais frescas. Nas zonas do Norte de Portugal, dos rios Lis, Douro, Tejo e Guadiana[11], preferindo correntes de água menos impulsivas e agressivas, recorriam aos braços dos rios, a ribeiras e riachos, bem perto abrigavam-se nos terraços fluviais em cavernas, levantaram paliçadas e construíram habitações lacustres, a fim de se protegerem dos animais mais ferozes e corpulentos. Usaram o fogo que devem ter conhecido por acaso, mas nele notaram enormes vantagens.

Em migrações sucessivas, que estavam praticamente terminadas há 250 mil anos, o Homem penetrou através do velho mundo que não se achava coberto pelos grandes e espessos lençóis de gelo que avançavam, ano a ano, vindos das terras altas[12]. A Europa, Portugal e Espanha incluídos, têm 10 mil anos de História ou muito perto disso. Entre o Paleolítico Superior e o Neolítico, encontramos culturas de um subnível designado de Epipaleolítico ou Mesolítico, que se revelou fundamental na Hispânia para a difusão da raça humana. Com

---

8 DAVEAU, 1980: 13-37; CASTRO, 1995.

9 MARQUES, 1977: 10. Ver GARCIA, 1950; PIDAL, 1947 e PIDAL, 1952 e RIBEIRO, 1990: 9-74.

10 ARNAUD, 1986.

11 RAPOSO, 1987: 153-178; RIBEIRO, 1987: 165.

12 LAUTENSACH, 1932: 60; DAVEAU, 1984: 183-191.

efeito, entre 8000 e 5000 anos a.C., sucederam-se várias culturas, comummente consideradas como a base demográfica da Península Ibérica: a «arte» franco-cantábrica, com armas de arremesso e a do Levante hispânico, com a domesticação de animais, a pecuária, a agricultura e a tecelagem[13].

Nas nossas áreas territoriais, o estabelecimento permanente com casas de pedra, muros e torres verificou-se, pelo menos, por volta do ano 7000 a.C. Talvez até pudéssemos recuar um pouco mais. É provável, pelo tipo de vida que levavam, que ainda não existisse a figura do chefe, embora força e capacidade devam ter dado a alguns uma liderança espontânea, nas horas, por exemplo, de terem de enfrentar um perigo comum.

Numa fase evolutiva do Neolítico Antigo, por finais do V milénio, podemos já detectar o uso de instrumentos de variados materiais, sobretudo os de pedra com formas talhadas consoante a finalidade. Na verdade, a utensilagem acusa mudanças importantes: apesar de sobreviverem artefactos do Paleolítico Superior e do Mesolítico, começam a aparecer lâminas ou lamelas, pontas de lança de xisto e sílex, umas maiores outras mais pequenas, adaptadas a longos paus, para defesa à distância, enxós e machados polidos; moinhos manuais e, entre outros, peças de barro cozido[14]. A desflorestação e a abertura de largas clareiras para a sedentarização, a agricultura, a demarcação dos campos e a organização de povoados faziam-se, de ordinário, da costa marítima para o interior e, de preferência, ocupando terras entrecortadas por cursos de água[15]. A água e o fogo não podem faltar. Daí as peças de cerâmica para conservar alimentos, guardar cereais, frutos, óleos, e manter vivo o lume em casa, para se aquecerem e para o assado e fumado. Também para guardar água útil aos Homens e à cozedura dos alimentos. Esta movimentação do Homem para junto da água e para o interior, na vasta Península, é vagarosa, dura e difícil, como o vai ser também a sedentarização que caracteriza o Neolítico (10 000 a 1700 a.C.)

O palco desta aventura é bastante amplo: abrange áreas que hoje correspondem ao vale do Nilo, Norte da Síria, planalto Iraniano, Creta, planalto da Ásia Menor, Grécia, Portugal e Espanha, Rússia, Hungria, costas do Mediterrâneo e outras regiões da Europa central. Percebe-se que havia, por todos estes lados, milhões de pessoas e, na Península, uns dois a dois e meio milhões. Mais tarde, num outro momento ligeiramente mais recente, o Sul da Inglaterra e a Bélgica e, ainda depois, a Austrália, o Norte da Europa, o

---

13 Referimo-nos às culturas seguintes: a Azilense, a Sauveterrense, a Campignyense, a Tardenoisense e, de África, ao mesmo tempo, a Capsense, ao que parece todos os povos pertenciam ao mesmo grupo étnico (MARQUES, 1977: I, 12).

14 LEISNER *et alii*, 1961; HARRISON, 1977.

15 JORGE, 1986.

Oeste da China e o Sul da África. Todos trabalham a terra, tornam-na arável, produtiva para uma eficaz agricultura cerealífera e de leguminosas e dedicam-se ao pastoreio, à pesca e à recolha de frutos e matérias-primas que são abundantes e muito variadas nas florestas ao redor. Intensifica-se o sistema agro-pastoril. De momento faz ainda falta algo mais resistente: o metal que ocasionará a grande revolução[16].

Eventuais estimativas populacionais para o período Neolítico continuam a ser difíceis, pois não há a mínima hipótese de recorrermos a fontes consistentes, mesmo que apenas as arqueológicas. Cada família poderia ter, então, umas cinco almas[17]. Ao se deslocar para o sedentarismo, um certo grupo delas move-se em tribos de número muito incerto. Muito mais do que em quadros temporais posteriores. Nasciam muitos, mas morriam quase outros tantos, à nascença e muito novos, em termos actuais. M. K. Jacke sugere uma diminuição da esperança de vida no início do período neolítico, com base na análise de cemitérios contemporâneos. A sua teoria vai de encontro à que parece poder aplicar-se a todas as populações europeias. O aumento simultâneo da mortalidade e da fecundidade permite uma taxa de crescimento globalmente positiva, embora fraca. Esta descompensação manter-se-á até aos grandes movimentos migratórios do Norte da Europa e do Próximo Oriente, já nos inícios da alta Idade Média. Mas, mesmo assim, pensamos que a regra enunciada mudará um tanto para melhor. Com efeito, o homem abandona a vida nómada e, fixando-se num só local, sedentariza-se. Domestica algumas espécies animais, substitui a caça pelo pastoreio; aprende a lançar as sementes à terra, passa da recolecção à agricultura; esboçando pedras por meio de outras, obtém machados de extremidades polidas, mais perfurantes, penetrantes e versáteis. Só passados 2 ou 3 mil anos, iremos assistir à «revolução demográfica do Neolítico». A paisagem manter-se-á igual até ao século XIX, em muitas regiões.

Sabemos que hoje não são as novas invenções técnicas que, por si só, caracterizam um período; outrossim, a sua economia e a sua forma de organização social. Podemos falar, sem nos excedermos, de uma economia «neolítica», cada vez que deparamos com o trabalho da madeira, com a

---

16 SILVA, 1983: 73-81.

17 Sobre a questão das avaliações ou estimativas populacionais muitos especialistas têm dado o seu melhor contributo para que os números em que apostam sejam validados cientificamente. No entanto, a interdisciplinaridade e multiplicidade de formações (arqueólogos, biólogos, antropólogos e paleodemógrafos) assentam na utilização de uma vasta gama de vestígios. No seu conjunto têm permitido construir uma imagem, ainda que pálida e com muitas lacunas, da dinâmica populacional dessas épocas cronologicamente longínquas (entre outros, LEMAIRE: 141-160; GOUBERT: 261-270).

cerâmica e a tecelagem. São, pois, dados marcantes que nos fazem sempre supor a existência de uma economia baseada na agricultura, na pastorícia e na criação de gado, e que representa o estabelecimento de uma nova forma de organização social que, através da distribuição do trabalho, coordena e controla as actividades de toda a comunidade.

Os 8 mil anos neolíticos, período curtíssimo na História da Humanidade, parecem ser uma fase de transformações realmente rápidas no território do nosso futuro Portugal, como em toda a Península. O homem conseguiu o controle das fontes da sua alimentação. Começou a plantar, cultivar e aperfeiçoar, através de selecção, ervas, raízes e frutos. Aprendeu, acima de tudo, as vantagens dos cereais panificáveis. Eram todos, aliás. Até de raízes secas e frutos silvestres e triturados se obtinha a farinha. Mas referíamo-nos ao trigo e à cevada que, no nosso País, *inclusive*, na Idade Média, continuarão a ter a mesma enorme importância. Já, então, eram tidos de alto poder nutritivo, exigindo um bom rendimento na colheita e um trabalho periódico regular na lavoura, embora deixassem algum tempo livre para outras actividades. No entanto, a produção agrícola não implicou, de imediato, a adopção de uma vida sedentária, presa a um só lugar. Desconhecendo a necessidade de descansar o solo, as comunidades primitivas eram obrigadas a mudar de zona, assim que ele se cansasse e se esgotasse. Mas essa agricultura nómada não foi a única forma de cultivo: plantações feitas nas margens dos cursos de águas, *a priori* muito férteis, permitiam maior vinculação do homem à terra. Se compararmos, nos tempos de tão longa duração, até ao século XIV, assim se continuava a proceder em Portugal e, quantas vezes, a esterilidade dos solos não obrigou os homens com suas famílias a procurar outros locais onde pudessem viver com mais facilidade e maior abundância.

Além do cultivo dos cereais, também os animais – boi, carneiro, cabra e porco – foram colocados sob a dependência humana, sendo alimentados e protegidos das feras pelos criadores. A primeira vantagem da domesticação estava numa reserva de abastecimento. No entanto, exigia esforços acrescidos: conhecer as necessidades vitais dos animais, poupar os mais novos, criar selectivamente, eliminando os mais intratáveis e favorecendo os mais dóceis. Estes e outros factores, é fácil perceber, vão estar na base de um acréscimo demográfico súbito, não só pela procura de lugares aptos às mesmas condições de vida que eram mais fáceis, mas porque, nas próprias tribos, essas melhorias ocasionavam melhores meios de fertilidade nas mulheres, aumentando com certa rapidez o número de pessoas em cada local por eles ocupados. Por outro lado, iam-se liquidando os que, abusivamente, tentavam aproximar-se dos primeiros, a fim de se apropriarem dos campos cultivados e das suas produções. Então, se, por um lado, assistimos a um aumento demográ-

fico, ele será, por certo, descompensado pelas sucessivas lutas contra os estranhos e de recorrentes crises de sobremortalidade. Daqui nasce a necessidade do *fossatum*, ou seja da demarcação das terras através de um fosso muito fundo, só transponível por placas de madeira espessa e dura que serviam de pontes. Outra técnica de defesa utilizada consistia no levantamento de muros altos que protegessem a comunidade. E é no Neolítico Superior, tendente já para o Médio Bronze que se erguem as primeiras muralhas e torres, protegendo duplamente as suas populações por um fosso a toda a volta, à semelhança do que foi encontrado na ilha da Sardenha: um tipo particular de construção: os *nuraghi* ou nuragues. Eram enormes torres que podiam elevar-se a 25 metros de altura, em forma de cone truncado, inteiramente feitas de pedra rústica e sem nenhuma espécie de argamassa. Geralmente, os nuragues eram divididos em dois ou três andares, ligados por uma escada tortuosa que ladeava as paredes. Cada andar era formado por um grande salão circular, que terminava em forma de cúpula. Pareciam-se com as torres que ainda hoje é possível ver nos nossos castelos e, muito provavelmente, semelhantes a outras que existiriam nos castros. Também estes eram feitos de pedra sobre pedra e sem argamassa, ou apenas «cimentados» por meio de lama. Quando aumentava a população, alargavam-se ambas as protecções.

Foi ainda nesse período, tão curto mas tão revolucionário porque inovador, que o homem passou a conviver com a sua caça, e descobriu outras vantagens: as plantações podiam melhorar quando adubadas, e o leite, até ao momento apenas alimento das crias, podia enriquecer a dieta alimentar, sem qualquer tipo de sacrifício para o animal que o fornecia. Ora, toda esta economia produtora e não mais recolectora só pode ter existido graças a uma actividade coordenada e a um trabalho de conjunto. E seria, obviamente, necessário um número cada vez maior de gente. Por isso, se lê, entre a grande maioria dos historiadores e especialistas que se ocupam das questões demográficas, a defesa da ideia de uma Península Ibérica densamente povoada, a partir, sobretudo, do Neolítico Médio e Superior (já para não falar no Paleolítico, durante os glaciares que empurraram as populações do Norte para o Mediterrâneo e do Sul para a África do Norte).

3. Da pedra nasceu o ferro. A Idade dos Metais

A produção e o trabalho dos metais representaram um progresso decisivo da civilização, apenas possível aquando do conhecimento do fogo e do facto dos homens saberem que das rochas podiam extrair o metal. Desenvolve-se uma espécie de actividade mineira, o trabalho da forja e de espe-

cialização do ferreiro. Como consequência do domínio do fogo aumentou a capacidade de abastecimento e alargamento da faixa de alimentos aproveitáveis. Por outro lado, a incipiente técnica culinária tornou comestíveis muitos géneros até então desagradáveis. Além disso, a defumação permitia conservar, em boas condições, grandes reservas alimentícias.

Muito provavelmente, alguém terá verificado que uma pedra caída no fogo derramava um líquido avermelhado. Tratava-se de minério de cobre, que havia sido descoberto desde o quarto milénio na Ásia Menor e, muito mais tarde, na Península Ibérica. No entanto, o machado feito com este minério era inferior ao de pedra, pois perdia o corte com rapidez. Misturando-se nove partes de cobre com uma de estanho, surge o bronze, mais fácil de fundir. O estanho, que, dada a sua beleza, brancura e brilho, serviu inicialmente para ornamentação e bijutaria, veio, por combinação, a dar origem ao bronze e este sim, pouco a pouco, substituiu a pedra na fabricação de objectos de uso, nomeadamente dos mais variados instrumentos de trabalho e de armas mais eficazes para defesa e caça. O ferro surgiu no Egipto e na Ásia Menor e os povos marinheiros e marcadores do Líbano e das ilhas mediterrânicas depressa o colocaram no nosso futuro País.

Principais povoados do Bronze Final (ca.1250 a.C. – ca.750 a.C.)

Fonte: MARQUES e DIAS, 2003: 21.

Ele substituiu, progressivamente o bronze. Este e o cobre tinham, lentamente, tirado o lugar à pedra: «Do expressivo conjunto do final da Idade do Bronze que constitui o depósito de fundidor encontrado em 1983 no Castro da Senhora da Guia, Baiões (S. Pedro do Sul), destaca-se um punhal com cabo de bronze e lâmina de ferro, recordando, neste pormenor, as primeiras ocorrências deste metal noutros depósitos afins do Ocidente europeu. Trata-se de uma peça isolada, certamente de importação, aparecida no interior de um conjunto fundamentalmente composto por bronzes atlânticos de tipo Vénat e orientalizantes, relacionáveis, estes, com contactos estabelecidos pelos povos fenícios, a quem se pode atribuir a introdução da metalurgia do ferro na Península Ibérica [...], podendo servir esta referência para assinalar entre nós o início [...] da Idade do Ferro [700 a.C.], genericamente caracterizada pelo aparecimento e difusão da siderurgia [...] e progressiva consolidação de uma estrutura social hierárquica dominada pelos chefes da classe militar, predominantemente estabelecida em povoados de carácter defensivo»[18].

Podemos interrogar-nos por que é que a Idade do Ferro, tão recente e mesmo a do Bronze são vulgarmente colocadas dentro do lato período pré-histórico se a História começa pelo quarto milénio, com a invenção da Escrita?! Acontece que os progressos da civilização não tomaram lugar ao mesmo tempo em todo o lado; os povos não entraram todos ao mesmo tempo na cena da História. Há, pois, datas diferentes para muitos deles. Alguns, mesmo ainda hoje, desconhecem a escrita e vivem na Pré-História, como os Bochimans do Kalahari, no deserto da África austral, entre as bacias do rio Zambeze e do Orange, cujo dia-a-dia é em tudo semelhante ao modo como se vivia há 40 000 anos atrás; certas tribos da Polinésia vivem, ainda hoje, no estado Neolítico, caracterizado por um tipo particular de organização económica e social.

À medida que avançamos no tempo, os contrastes da civilização são muito mais acentuados entre os povos retrógrados e os precoces: como os do Egipto e os da Mesopotâmia, que foram os autores das primeiras e revolucionárias civilizações históricas.

18 SILVA: 259 e notas [1] a [6]. Veja-se também a bibliografia indicada pelo autor.

2

Antecedentes de Portugal

João Silva de Sousa

1. O Portugal pré-romano

Não será errado afirmar que, nos tempos primitivos, o nosso futuro rectângulo se achava quadriculado por uma imensidade de povos, que foram evoluindo ou desaparecendo. A Península foi palco de constantes migrações e compreendemos porquê. Os homens, em grande e médio número, foram-se deslocando, vindos de partes diversas e chegaram à finisterra, ao fim do Mundo. Mais além, a grande maioria não podia avançar. Apenas os que tinham experiência de mar navegavam. Mas não iam longe. Seguiam a linha da costa e depressa voltavam à terra firme[1].

Alguns dos povos mais importantes, dado o seu legado para a história de Portugal, surgiram e sedentarizaram-se em locais muito precisos da Hispânia. Existia uma grande diferença entre os nativos costeiros e os do interior. Os primeiros eram mais receptivos aos estranhos, pactuando com eles um modo de vida mais concertado. Por seu turno, os do interior da Península eram mais aguerridos, porque ocupavam as melhores planícies e as margens dos cursos de água, que não desejavam repartir com nenhuns outros. Apuraram então com esse objectivo algumas regras de prevenção. Os aglomerados populacionais eram fundados no cimo dos montes, em torno dos quais se construíam linhas defensivas. Uns habitavam o interior desses núcleos, outros apenas se serviam das fortificações em caso de ataque.

Nos séculos em que tudo principiou, povoada a Península pelos Agrários, nome dado aos nativos pelos Gregos, talvez ela já fosse habitada nas terras escalpelizadas por uns 300 a 500 mil habitantes. E avançamos com este número, porque os autores que referem a aproximação e a entrada de novos povos, apontam para um máximo de 30 000 a 50 000 homens e mulheres. Até ao momento em que se torna possível a realização de numeramentos

---

1 GERLI, 2003.

minimamente fiáveis é, francamente, impossível apontar quantitativos populacionais com algum tipo de consistência. Os valores que adiantamos neste caso baseiam-se na aplicação de metodologias já usadas por outros investigadores[2]. Têm por base a contagem por famílias, número de famílias em cada tribo, número de tribos por cidade, indicações em textos avulsos, que possibilita uma imagem, embora tão imprecisa como as que a Arqueologia afere para a datação do que quer que seja, uns 5 a 6 mil anos atrás.

Os mais pacíficos e comerciantes que se espraiaram pelas linhas da costa seriam em número muito menor; mas os guerreiros eram agressivamente ocupantes e, por isso, teriam atingindo uma grandeza numérica superior. Excepto os Celtas, que estiveram em todo o lado e se repartiram pelas áreas ocupadas, vencendo os indígenas através de emboscadas e da emissão de gritos altíssimos, «situação em que vinte poderiam parecer cem», como referem os textos históricos.

Ao contrário dos Gregos, dos Romanos e dos Muçulmanos, os Celtas, palavra que vem do grego *Keltoi*, nunca constituíram um império, muito embora tivessem poder militar para fazê-lo. À margem de formas mais institucionais de organização social, as tribos dispersas do Mar do Norte ao Mediterrâneo, do Mar Negro ao Atlântico partilhavam semelhanças na língua, na religião, nos costumes e no modo de se organizarem política e militarmente: foram 2500 anos de herança celta e este poderá ter sido o seu número total nesta região, espalhado num universo populacional residente de meio milhão de almas. O testemunho mais antigo que temos de nomes de povos indo-europeus na Hispânia encontra-se no poema geográfico *Orla Marítima*, da autoria de Rufus Festus Avienus, no século IV d. C. No entanto, sabemos que o autor usou como fonte principal um velho roteiro dos finais do século VI a. C., ao qual se atribui tradicionalmente uma origem grega, de Marselha[3]. Os textos de Políbio, Estrabão, Diodoro de Sevilha, Tito Lívio ou César, só por si, não permitem uma reconstituição desse momento, os quais, unicamente, se fundamentam em notícias esparsas e truncadas ou meras conjecturas.

Regressemos ao início dos tempos históricos e situemo-nos nas elevações pirenaicas, nas suas costas escarpadas, onde sabemos se terem fixado povos, que falavam uma língua que evoluiu para o actual vasconço ou basco[4].

A Leste, junto às margens do Mediterrâneo, surgiram os Iberos, cuja origem tem sido indicada como africana. O seu núcleo principal acha-se entre os

---

2 Ver RICHÉ, 1966: 37-56 e BARDET e DUPÂQUIER, 1997.

3 VALDEAVILLANO, 1984: 112; SCHULTEN, 1992 e uma outra ed., versão do Latim e notas de José FERREIRA, 1985.

4 LAPESA, 1959: 12; COLLINS, 1990.

povos que desabrocharam uma cultura pré-histórica designada «Almeria». Percebe-se assim a razão pela qual a Península ficou a ser chamada de Ibéria (substantivo) ou Ibérica (adjectivo), nome por que era conhecida entre os escritores gregos[5]. Pela mesma ordem de razão se chamaram *Iberos* às populações que se juntavam perto da foz do Ebro. E estes nada tinham a ver com os Tartéssios do Guadalquivir, como durante muitos séculos foram confundidos pelos Gregos. Os Iberos dividiram-se em tribos de umas 600 pessoas cada. Dado o seu individualismo, não terão existido grandes unidades políticas entre as populações que, a partir da época neolítica, habitavam as costas do Levante, do Sul da Gália ao Norte dos Pirinéus, até ao Sudeste, a Málaga e Almeria[6].

No que respeita às regiões que correspondem à actual baixa Andaluzia e ao Sul do que virá a ser Portugal, localizavam-se os Tartéssios, de origem cretense, muito provavelmente vindos da Ásia Menor, da região da Lídia, e vivendo na ilha algum tempo antes de emigrarem para Oeste. No que respeita à ocupação das áreas a Sudoeste e Ocidente da Ibéria, parece podermos aceitar a tese da invasão de inúmeros povos provenientes da Europa Central e da zona da Germânia, a actual Alemanha.

Os Tartéssios, cultura local do período do Bronze final, constituíram a primeira entidade política peninsular mencionada em fontes escritas, embora pouco se saiba sobre a sua origem e características. Vários «tratados» se referem ao mito fundador desse reino, que confinava com os Cinésios ou Cunetas, no dizer de Heródoto[7]. Mais avaros se mostram os testemunhos materiais sobre o mesmo. No entanto, o estado das investigações arqueológicas permite hoje comprovar a sua existência a Sul do Guadiana. Desconhecemos se correspondia a uma realidade étnica uniforme, mas tudo leva a crer que esta era mais vasta que as suas fronteiras políticas.

Sabemos que, nos séculos VIII ou VII a. C., ocorreu uma invasão dos Lígures ou Ambroilírios, que se espraiaram por toda a Península e devem ter sido em grande número[8]. Também cerca do século VI a.C., terão chegado à Hispânia os Celtas[9], oriundos do Sul da actual Alemanha, os quais invadiram toda a Europa Ocidental, das Ilhas Britânicas ao Rio Ebro, na Catalunha. Não devem, ao que se julga, ter atravessado a linha do rio Douro, até onde se orga-

---

5 GERLI, 2003: 12; CLEMENT, 1989; CUNLIFFE, B. e KEAY, S., 1995.

6 MOTES Y NICOLAU, 1974: 239-241; MOTES Y NICOLAU, 1953; GIMPERA, 1932; PERICOT, 1950; QUADRADO e FLETCHER, 1959-1960; QUADRADO e FLETCHER, 1962-1963; CASTRO, 1995; CUNLIFFE, B. e KEAY, S., 1995.

7 FABIÃO, 1993: I, 118.

8 PIDAL, 1944: 5-17. Ver a vasta e precisa bibliografia cit. por BALDINGER, 1963: 164 e ss.; SILVA, 1962: 37.

9 ALARCÃO, 1993: I, 263, 264, 289, 294, 322 e 424.

nizaram em citânias ou cividades, nomes por que são também conhecidos os castros que levantaram em penhascos e enseadas. Dos vestígios que nos legaram constam vedações empilhadas em rochas, paredes de casas e muros. O facto é que a sua cultura e legado se espalhou de Norte a Sul da Ibéria, tendo sido o comércio uma das actividades responsáveis pelas ligações estabelecidas entre os Célticos[10] ou Celtiberos[11], nome advindo da reunião dos Celtas com os Iberos. Assim, ficamos a saber que estes povos se fundiram com relativa facilidade com outros povos peninsulares, embora fossem extraordinariamente aguerridos. Detinham uma cultura interessante, deixando-nos importantes vestígios, designadamente no emprego do sufixo *briga*[12], indicativo de «cidade» ou centro urbano, topónimos em que intervieram os *Cempsi*, a quem provavelmente se deve a Cultura do Tejo[13]. Deixaram ainda os primeiros castros ou fortificações muito rudimentares, de forma redonda e quadrangular, feitos de pedra e terra húmida. Não viviam normalmente no seu interior, mas em caso de ataque neles resguardavam as suas gentes e haveres e daí iniciariam a ofensiva[14]. A sua religião é conhecida, no que diz respeito a alguns elementos. Adoravam e respeitavam as forças da natureza e fenómenos perceptíveis ao nível dos órgãos dos sentidos, que emitissem luz e brilho, som e calor: o Sol (Lug), o raio (Taranis), o vulcão (Goibeniu)[15]. A lendária Cynthia, a Lua, era Penglaz e representava a fertilidade[16].

Muitas das informações que temos sobre estes provêm de relatos de *historiadores* e geógrafos clássicos. Os actuais avanços de investigação arqueológica não parecem sobre eles descortinar muito, até porque o seu legado,

---

10 Sobre os Celtici e os Célticos, veja-se ALARCÃO, 1993: I, 289, 355, 357 e 398; 281, 289, 290, 291, 293, 294, 298, 300, 321, 322, 333, 334, 340, 359, 360, 363, 425 e 444, respectivamente.

11 ALARCÃO, 1993: I, 294, 318 e 337.

12 Talvez estando neste elemento os actuais nome e adjectivo: briga e brigão, dado serem temíveis guerreiros ROCHA, 1905-1908: 301-354, 493-516.

13 Talvez a estes se deva a celtização ocorrida na área tartéssica. ALARCÃO, 1988: 135 (*Appendix* 2), com indicações documentais e geográficas (ALARCÃO, 1993: I, 264 e nota [11]).

14 CORREIA, 1934; CARVALHO, 1956; ATHERTONl, 2002; TRACY, 2000.

15 REES, 2001; CARTWRIGHT, 2002; ATHERTON 2002.

16 O calendário pré-cristão marcava a realização de rituais nos dias festivos que assinalassem a passagem das estações: *Imbloc correspondia a 1 de Fevereiro e assinalava a lactação das ovelhas; Beltane* era o 1.º de Maio, quando os rebanhos e as manadas se transferiam para as zonas das Terras Altas, para as pastagens de Verão; *Lughnasa* (de Lug, deus do Sol, como vimos acima), era o 1.º de Agosto, o mês mais quente, o dia da primeira colheita e *Samhein* (de 31 de Outubro a 1 de Novembro era marcado pelo respeito dos mortos, como ainda hoje no nosso calendário. No entanto, os nomes dos santos remontam aos séculos V e VI da era cristã, altura em que os missionários cristãos, provenientes sobretudo da Irlanda, se espalharam pela costa atlântica a fim de fundarem comunidades monásticas. Os missionários erigiam os seus santuários sobre sítios cerimoniais pré--cristãos, reconhecendo desta feita o seu significado sagrado (BOOKE, 1999; REES, 2001).

pensamos, se acha muito confundido com o céltico, o celtibero e o lusitano. A vida era simples: os povos residentes usavam espadas, adagas e elmos de ferro ou de bronze, escudos longos de madeira ou bronze, na guerra, dedicavam-se ao trabalho dos campos, à pastorícia e ao comércio. As riquezas que facilmente podiam transportar consigo, em bandos, não iam além do ouro e do gado, mas no seu longo e atento caminhar constituíam canais de comunicação, para conhecerem e comunicarem das Ilhas Britânicas, de lugares como a Escócia (Alba, Ellan Vannin), a Irlanda (Éiriamm), a Cornualha (Kernow) e Gales (Cymru), com a Gallaecia. Políbio, historiador grego do século II a.C., assim se lhes referia. Foi precisamente por essa época que as legiões romanas os derrotaram por toda a Europa.

As primeiras referências aos Celtas foram feitas pelo Pai da História. Heródoto definia-os como o povo mais ocidental da Europa, tendo atingido a Península Ibérica no século VI a.C. Os elementos artísticos deste povo mesclavam-se então, ao estilo característico dos habitantes da Hispânia, recebendo, posteriormente, influências dos Fenícios e dos Gregos. Também Júlio César, ao relatar os episódios da conquista da Gália, comenta os costumes gauleses da tribo celta que habitava a região. Os escritos de Tito Lívio e de Políbio mencionam incursões celtas nos domínios gregos e romanos, quando atacaram e saquearam Delfos (278 a.C.) e Roma (386 a.C.).

Entretanto, outros povos do Mediterrâneo mais pacíficos aportaram às linhas costeiras da Hispânia, estabelecendo pactos de convivência com os indígenas. Tinham em vista a concretização de objectivos comerciais, fundaram colónias, deram azo a concessões com este propósito e difundiram armazéns por todo o lado, desde Cádis, Málaga e Almeria até Alcácer do Sal, designações por que, mais tarde, foram conhecidos estes lugares. Compravam matéria-prima ou adquiriam-na nos seus espaços de fixação, transformavam-na em objectos. Os Fenícios em maior quantidade e menor perfeição; os Gregos o inverso. E foi através do comércio marítimo que construíram culturalmente a sua imagem, espalhando a sua civilização e o melhor do Oriente, que lhes fora breve, no Ocidente, onde a Hispânia se localizava, fixando-se do Mediterrâneo ao Atlântico: «todos os vasos de mar se destinavam a ser carregados de mercadorias. Persas, Lídios e Líbios encontravam-se nas armadas gregas e eram também homens preparados para a guerra se fossem atacados no seu tráfico; [...] Tharsis, na Espanha meridional fazia comércio com estes povos de marinheiros, artífices e vendedores, por causa das riquezas que transportavam e eram de todo o género: prata, ferro, estanho e chumbo, pelo que pagava as mercadorias adquiridas»[17].

17 Texto traduzido e adaptado para melhor ou mais fácil entendimento. Cf. *O esplendor de Tiro*, extraído da *Bíblia*, *Livro de Ezequiel*, cap. XXVII.

Fenícios, Gregos e Cartagineses, estes últimos oriundos de Cartago, uma colónia fenícia, na actual Tunísia[18], estiveram na Península Hispânica sucessivamente, desde o século VI a.C. ao século III a.C., isto é, até à chegada dos Romanos, pelos finais da 2.ª Guerra Púnica[19]. Assim, é perfeitamente concebível, para mais tendo em conta que apenas referimos uma meia dúzia de povos, que a Península Ibérica viesse a achar-se pulverizada de populações de diversas etnias e de uma correspondente multiplicidade de formas políticas. Entre outros que nos escapam, refiram-se os Oestrímnios, Saefes, Callaeci, Lucensis, Cantabri, Astures, Vaccei, Vettones, Conii, Berones, Lusones, Olcades, Bastetani...[20]

Baseando-nos ainda nos informes gregos e latinos, mesmo eles nem sempre concordantes, podemos afirmar que, nos territórios que correspondem ao Portugal de hoje, tiveram assento três povos distintos: os Calaicos, que se fixaram a Norte do rio Douro; os Lusitanos, principalmente entre os rios Tejo e Douro, e os Célticos, a sul do rio Tejo[21]. Os Calaicos e os Célticos representariam estirpes celtas, enquanto os Lusitanos seriam por certo um ramo celtibero ou, como diz Mendes Correia, «pré-celtas que receberam a influência civilizadora e talvez antropológica dos celtas[22]».

2. Da família à cidade

Luís Garcia de Valdeavellano, na sua *Historia de España* e no *Curso de Historia de las Instituciones Españolas*, apresenta-nos uma extensa bibliografia em que nos apoiámos. E se damos um exemplo de um grande historiador já de meados do século passado, mas que bem soube tratar este assunto para o caso da Hispânia, também devemos ter presente bibliografia mais recente, como a *Histoire des Populations de l'Europe.*, I. *Des origines aux premières prémices da la révolution démographi-*

---

18 LANCEL, 1994.

19 É de ter em consideração o facto de os Gregos se terem antecipado aos demais, mas – que saibamos – sem o intuito de exercerem o seu sistema colonizador organizado, como se verificou posteriormente. Pensamos que teria sido, numa das suas primeiras experiências marítimas, das quais lhes ficámos a dever informes sobre o futuro Mar Romano e as linhas de costa por onde passaram. Definitivamente, apontamos, já com intuitos comerciais, numa linha de priodidades, para a primazia dos Fenícios, depois a estadia dos Gregos e, finalmente, dos Cartagineses, Antes de todos estes, provenientes da Ásia Menor, das montanhas do Líbano, vieram os Tartéssios, Túrdulos e/ou Turdetanos que, muito antes, fundaram colónias do Leste ao Ocidente da Hispânia.

20 Ver MARQUES e DIAS, 2003: 31-32 e bibliografia aí indicada.

21 VALDEAVILLANO, 1963: 133-134; SOARES, 1962: I.

22 CORREIA: 1934: 132 e ss. e 371; ALARCÃO, 1993: 263, 264, 289, 294, 322, 424.

que, de 1997, embora apenas, aqui e ali, se detenha no caso peninsular e, em particular, no português. Entre estas duas obras, outros investigadores, historiadores, sociólogos e especialistas em Direito foram, a título de Preâmbulo a capítulos vários, tratando estas matérias, embora com escassa profundidade. Mas também não será ainda aqui que possamos ou devamos deter-nos neste tema, com a exigência e precisão que desejaríamos e que ele merece.

Nas origens da sociedade política a que, com grande esforço, denominamos *Estado*, encontra-se a família, como primeira e muito importante célula. O clã será o conjunto de famílias vinculadas entre si, quer pelo *jus sanguinis*, como pelo *jus soli*. Grande parte dos autores passa, neste caso particular, ao lado do direito do solo, não lhe dando a importância que ele tem como factor aumentativo da própria família. Mas não devem. Em cada família, contamos cinco elementos; cada clã, doze agrupamentos familiares, num total de 60 almas. É natural que de fora venham homens e mulheres juntar-se ao clã e mesmo à família para efeitos «matrimoniais» e de procriação, só tendo conseguido direito a instalar-se aí, definitivamente, através daquele instituto e natural objectivo.

Os clãs tendem a organizar-se em povoados e vai ser à custa de arroteamentos das clareiras para fora e junto à água dos rios e das ribeiras que eles, preferentemente, se instalam. No entanto, se a regra é os membros da família «excedentes» descerem das encostas serranas para as zonas abaixo e planas, o certo é que, e exemplos há dessa prática, os arroteamentos podem fazer-se das bases para as encostas para cima, por questões de defesa e de incremento da pastorícia.

As aldeias assim criadas contam com mais de 60 almas, mas a história peninsular já provou a tendência para a miscigenação dos povos, e ela poderá ter fomentado um aumento significativamente importante, porque acentuado, quer do número de clãs no povoado, quer do número efectivo desses povoados, com a consequente necessidade de alargamento territorial de cada um deles. Assim, podemos avançar com a seguinte hipótese: entre os séculos VIII a II a.C., a tendência poderá ser a da multiplicação de povoados constituídos pelo dobro ou triplo de clãs (se não mais), perfazendo entre 150 a 200 almas cada.

O povoado nasceu, podemos dizê-lo, da comunidade de habitação. E do conjunto de povoados ou, se quisermos fazer uso de uma palavra ainda extemporânea, das aldeias ou aldeamentos, originar-se-ão as tribos. Três a dez povoados constituíam uma tribo. Ora, pelas nossas contas, é impensável, que em lutas inter tribais pouco mais do que corpo a corpo, pela apropriação de terras e outros bens, se organizem grupos de combate com um número exíguo de guerreiros, se bem que nem todos atingissem a mesma dimensão. Nesses séculos longínquos cada tribo teria uma grandeza popu-

lacional de não mais de 3 mil almas. Destas, muitas estavam excluídas do combate militar, como mulheres, crianças e velhos. Assim, desse total haverá que retirar umas mil em idade e com robustez física para lutar, que não representariam mais de 30%. Temos conhecimento de povos guerreiros invasores em número aproximado deste e que, só depois, quando «aquartelados», trazem para junto de si os restantes membros da família, atingindo, assim, números superiores. Se, no máximo, entraram na Península 80 a 120 mil Muçulmanos que a tomaram em cinco anos, quantos, depois, com as suas famílias, não vieram a tornar uma maioria cristã numa minoria instável e incapaz de sobreviver de forma autónoma?

Da tribo formada por povoados, clãs e famílias fundaram-se, com o tempo, *cidades*, que preferimos designar por centros urbanos. Incluem todo o tipo de áreas, de maior ou menor dimensão, detentoras das suas próprias infra-estruturas e de uma organização mais complexa[23]. Estes centros urbanos não teriam um número regular de residentes. Alguns deles deveriam atingir perto de 10 mil almas, outros bastante menos, podendo não ultrapassar as 3 mil. Tal significa que nem sempre os centros urbanos, vilas, aldeias e lugares contariam com o mesmo número de guerreiros e outros defensores capazes de fazer frente aos Romanos ou aos Visigodos, os quais, depois dos Celtas, terão sido os que maior percentagem de mortalidade provocavam nas áreas por onde passavam e que não aceitavam o seu domínio. É de recordar que foram várias as legiões que entraram na Ibéria e cada uma compreendia 5 a 6 mil homens. Nem todos sobreviveriam, nem aqui permaneceriam, mas muitos ficaram e chamaram a família em fases posteriores.

Em termos de estimativa populacional global, é forçoso lembrar ainda o contributo de aventureiros que foram chegando em busca de melhores condições de vida de todos os cantos do imenso Império Romano, durante a República e depois de Augusto. Em qualquer dos períodos a que nos referimos, é quase concensual a ideia de que este *Finisterra*, o cabo do mundo, o extremo da Europa onde se chegava e de onde não se saía com a mesma facilidade senão recuando, teria sido muito povoado[24]. A bravura e a aridez da paisagem florestal era a pouco a pouco domesticada, como recurso de estabilidade, sendo edificadas cintas de muralhas mais ou menos robustas, dependendo do número e agilidade de cada grupo e da localização das velhas e das novas clareiras abertas para abrigar tanta gente. Admita-se que *cidades* como Tartessos, León e Sagunto, a título de exemplo, poderiam ter ultrapassado o limite máximo atrás proposto.

---

23 CHRISTIE e LOSEBY, 1996.

24 BIRABEN, 1997: 65.

Deste modo, fácil será entender quão diversificada se nos apresenta a estrutura política peninsular. Na região de Tartessos, vasta zona a Sul do Tejo, haveria um *Estado* de base territorial; noutras, de Leste a Ocidente, ao longo da linha costeira, habitada por Cassetani, Contestani, Batestani (Mastieni) e Conii, ter-se-iam formado cidades-*estados*. A Oeste, no futuro Portugal e Noroeste da Hispânia, nas alargadas áreas célticas ou celtizadas, encontramos os Turduli, Callaeci, Bracari e Lucences[25], entre os quais predominaria o *Estado*-tribal. Esta forma de associação humana e política, que os Romanos designavam por *populus* ou *gens* (o clã), teria a sua origem na reunião de várias *oppida*. Cada *oppidum* ou centro urbano (*ciuitas*) consiste, em termos de base territorial, numa zona fortificada, o *oppidum*, rodeado de extensas áreas rurais ou termos, sendo constituído pela associação de vários grupos gentílicos ou resultante da união de famílias, a que os historiadores romanos davam o nome de *gentilitates*. Cada *gentilitas* seria, por seu turno, formada por um grupo de famílias, que descendiam todas de um tronco comum, com a sua religião, divindades familiares próprias e uma chefia única, de ordinário atribuída ao homem mais velho da *tribo*. Esta organização conservou uma forte individualidade social[26], sem pôr naturalmente de parte os *estranhos,* que, por razões múltiplas, se iam juntando aos grupos, procriando e aumentando-os, em termos económicos e demográficos. Para melhor compreender esta realidade, há que perceber que um homem que passa a integrar qualquer destes ajuntamentos se associa, embora não seja considerado um membro de pleno direito desse ramo. Podemos tentar estimar, em termos de grandeza numérica, esses núcleos populacionais, embora tenhamos consciência, como outros antes de nós, de que iremos apenas obter um número muito impreciso no que toca a toda a Ibéria.

Os agrupamentos a que acima aludimos ramificar-se-iam por toda a Península, habitando junto dos rios em clareiras, resultado de arroteamentos ou desbastes de florestas muito densas, que se iam alargando lentamente, dada a pressão que fazia notar-se entre um número crescente de bocas e técnicas rudimentares. Diga-se que este será um problema frequente na Idade Média e que um factor que podia prevalecer para distinguir, em termos de importância socioeconómica, dois elementos da nobreza, seria a comparação das áreas dos seus feudos.

Falámos acima da tribo e do *Estado*-tribal, que seria formado por várias destas componentes. O facto é que a tribo, *tout court*, seria mais vasta que a *gens* e, ao formar um agrupamento com outras, ou seja, um *Estado,* este podia

---

25 KOSTO, 1991; McCRANK, 1996.
26 CARVALHO, 1956: 27.

aliar-se com outros, em momentos de guerra, a fim de combater perigos comuns externos. Estas *confederações* que advinham do *foedus*, de um pacto político ou de uma aliança, têm o seu melhor exemplo nos Lusitanos[27].

Após a chegada dos Tartéssios[28], vários outros povos marítimos uniram Creta à Ásia Menor e, chegados a Portugal, puseram o extremo ocidental em contacto com as linhas definidoras dos princípios geográficos da Ásia, a grande cobiça futura de Portugueses e Castelhanos. Eram oriundos das Cíclades, uma porção de pequenas ilhas do Mar Egeu, de Micenas e do Líbano, na Ásia Menor[29]. Instalaram-se sobretudo na faixa litoral de Barcelona ao Noroeste de Portugal. Falamos dos Fenícios, dos Gregos e dos Cartagineses[30].

Estes povos chegaram à Península em agrupamentos sucessivos, embora por norma com pouca expressão numérica, excepto os Cartagineses quando, numa segunda fase, apareceram com os seus exércitos, embora não aportassem com a finalidade de se fixar. Por essa altura, cada colónia, feitoria ou cleruquia não teria mais de 100 a 150 homens encarregados das «indústrias» e comércio, sendo pacificamente recebidos na linha de costa pelos nativos, desde Valência ou mesmo mais a Norte até às ilhas britânicas. Deram a conhecer aos povos com que contactaram objectos de cobre e ferro, bem como ourivesaria de ouro e estanho; artefactos de pedra rara, a obsidiana, cujas jazidas apenas se podiam encontrar em Melos; armas: punhais e machados. Era o período calcolítico que se desmembrava ou nele se associavam as idades da pedra e dos metais, embora estes últimos não conseguissem ainda rivalizar com os primeiros. A nível cronológico esta fase decorre entre 3000 e 2100 a.C.

Na Península, a pedra já não rivalizava com os metais e os objectos de metais finos. Os Gregos trazem consigo os vasos «de Camares», nome de uma gruta onde se encontraram os primeiros exemplares, tão finos que foram apelidados de «casca de ovo». A sua produção cuidada procedia das oficinas reais e espalhou-se por toda a parte como artigo de exportação, juntamente com outras de terracota. Aliás, a cerâmica conta a história da Grécia

27 TOVAR, 1966-1967: 237-268; TOVAR, 1980; TOVAR, 1985.

28 Ligados, porventura aos Tartéssios, encontramos os Turdetanos e os Túrdulos que, para alguns autores clássicos, seriam o mesmo povo. Os Turdetanos que deixaram fama de pacíficos, estabeleceram-se na Bética, estando relacionados, hipoteticamente, com o reino Tartesso. O mesmo povo ou não, era gente ligada ao mar, ao artesanato e à implementação de feitorias nas zonas costeiras de Portugal e Espanha, sendo, por consequência comerciantes. Cf. SERRÃO: VI, 218.

29 Uma pequena área, nos confins europeus a roçar a Ásia: Micenas, Tirinto, Váfio, Cítera; as ilhas das Cíclades: Naxos, Paros, Sífnos, Melos, Amorgos e Siros; Samos e Rodes; e de Creta: Cnossos, Mália, Gúrnia, Palecastro, Faístos e Hagia-Tríada. Eis o mundo Egeu, responsável pela inigualável cultura de uma civilização repartida: a grega.

30 LANCEL, 1994.

e contribui hoje para o nosso conhecimento sobre esta civilização única, pelo quanto aqui deixaram e chegou aos nossos dias. Controlavam todo o transporte de estanho, procedente da Península Ibérica. A expansão marítima e a chegada a Siracusa, Marselha, Sagunto e ao sul de Portugal é explicável quando os Helenos enfrentaram no século VIII a.C. a alternativa entre morrer de fome ou exportar o excesso populacional, a fim de encontrar novas terras cultiváveis. A geografia do Egeu era favorável a essa aventura, que durou séculos. Só os Etruscos e os Cartagineses a tornariam mais lenta.

Assim, embora em volume difícil de estimar, porquanto os textos escritos são quase inexistentes e a Arqueologia tem dado pouco mais do que achegas sobre alguns pontos geográficos da nossa Península, há a ter em conta os povos que já cá se encontravam e acrescentar todos aqueles que, demorada mas sucessivamente, foram entrando na Hispânia e contribuíram para a modificação do seu aspecto territorial. Quem ia chegando, se possível, fixava-se onde queria e tentava adaptar-se a condições únicas na Europa: planícies verdejantes e bons solos, árvores alimentícias de frutos verdes e secos, resina, cola, tinta, água suficiente para consumo. Planaltos onde se edificavam fortalezas, com boas condições defensivas e ofensivas, para resguardo de gentes e bens. Serranias bravas e gélidas como em todo o lado, mas que tinham, juntamente com rios, ribeiras e riachos, afluentes e confluentes que enchiam e até extravasavam na época das chuvas. Os cursos de água serviam para delimitar o terreno de cada grupo e condicionavam o tipo de cultivo mais apropriado, que servirá depois à troca directa de produtos. Itineravam para «comerciar», fazer guerra, caçar e pescar. Andavam pelas veredas desenhadas entre as florestas que haviam criado, com o objectivo de se unirem a outros e estabelecerem *foedus ad hoc*. Junto à costa, procedia-se à recolha de matérias-primas, ao seu armazenamento, artesanato e comércio. Eram estas as actividades dos povos marítimos que, na sua vertente mais característica, deram a conhecer aos futuros Portugal e Castela que outras actividades económicas eram possíveis de desenvolver, introduzindo o seu povo nos movimentos expansionistas. Os povos fixados no centro peninsular eram mais inquietos e belicosos, o que tornou necessárias estratégias de defesa e desenvolvimento de artefactos militares cada vez mais sofisticados.

Lugares fortificados existiram por toda a Hispânia, no interior e na linha de costa. No primeiro caso construíam-se armazéns para arrecadação de armas, que junto ao mar serviam para recolher artefactos de pesca, armações e materiais necessários às *indústrias*. A paisagem, além de diversificada, mostra a necessária e quase automática adaptação ao *modus-actuandi* das gentes instaladas. Uma maior e mais especializada organização «administrativa» existia, sendo mais difícil a adaptação às fragilidades que a mesma demons-

trava pela rudeza das suas gentes, que em pouco mais pensariam que na subsistência e sobrevivência.

No Sul da Península e no alargado alinhamento da Catalunha com a Galiza, vivia-se em povoados alargados, que inapropriadamente designamos de *cidades*. Já no interior, junto às serras e em locais mais agressivos, morava-se em povoados rudimentares, correspondentes aos aldeamentos de hoje. Em lugares mais amplos e desenvolvidos residiam aqueles que, pelo facto de terem sido os primeiros, puderam escolher as linhas de água e as planícies mais agradáveis e produtivas. Ora, nestes três géneros de centros de tipologia variada, mesmo se o conceito de centro para o tempo que descrevemos deva ser usado com precaução, existiam graus de desenvolvimento diferentes e densidades populacionais que dificilmente pode ser aferida. É nesta situação que se encontra a Península Ibérica, quando recebe os Romanos.

3. O Portugal Romano

Portugal não pode dissociar-se do resto da Hispânia. Assim, a história da Península sob a alçada dos Romanos deve ser entendida entre os inícios do século III a.C., quando Cartago os traz à Ibéria, e princípios do século V, momento em que se verificaram as invasões bárbaras de Suevos, Vândalos, Alanos, Visigodos e outros[31]. É o que se deduz de fontes greco-latinas escritas e investigações arqueológicas[32].

Com efeito, foi Cartago que fez mover os Romanos até cá nos inícios do século III a.C., quando Públio Cornélio Cipião desembarcou com as legiões romanas em Ampúrias. Poderemos, a ajuizar pelo número de soldados de cada legião (5 a 6 mil) e pelos que habitavam então a Península, que existiriam, neste extremo da Europa, cerca de dois milhões de indivíduos[33]. Para mais e não para menos. Apesar de tudo os Romanos sentiam um grande respeito e uma forte admiração pelos reis e chefes militares Cartagineses[34].

Quando os primeiros Romanos desembarcaram e se estabeleceram na Península em 218 a.C., passaram a considerá-la território provincial de Roma, embora a efectividade do seu domínio em toda a Hispânia só fosse real após duzentos anos de guerras e rebeliões. Os Iberos (em sentido estrito), os Tartéssios, os Celtas típicos, os Celtiberos e povos mistos não

---

31 THOMPSON, 1995.

32 PEACOCK e WILLIAMS, 1986.

33 Número igualmente avançado por HINARD, 1997: 120.

34 Veja-se o retrato de Aníbal traçado por Tito Lívio., XXI, 4.

conotados com os Celtiberos formavam agrupamentos diversos, com 2 a 4 mil habitantes: Ilergetas, Cantábros, Turdetanos, Células, Berones, Carpentanos, Vacceos, Arévacos, Lusitanos (talvez os mais numerosos). Por esse facto, a fixação dos Romanos não vai ser fácil, neste palco com uma situação tão específica. Lusitanos[35], Celtiberos, Cantábros e Astures mover-lhes-ão lutas incessantes, que só podemos considerar terminadas no tempo de Augusto em 19 a.C., com a final submissão dos dois últimos. À luz desses conflitos várias localidades ficaram célebres, como Sagunto, Numância e Leão, tendo tido esta última duas legiões a mover-lhe cerco e que, por isso, recebeu tal designação (*legionem*> *leonem*> León – Leão).

Após décadas de lutas intensas, os Romanos acabam por vencer esses povos e tornam-nos *dediticiae* ou *ancillae* (servos). Mas em certas zonas do interior eles foram recebidos sem grande hostilidade, sobretudo nas regiões costeiras, que por hábito aceitavam, de bom grado e pacificamente, qualquer povo que chegasse com o intuito de com eles fazer comércio e produzir riqueza. Nestes casos, os Romanos realizaram acordos políticos, através do *foedus*, e as comunidades adquiriram o estatuto de federadas de Roma, com privilégios importantes e características distintas das *ciuitates deditiae*. Nestes locais costeiros assistimos, assim, à criação de *ciuitates foederatae*, umas isentas de impostos, outras de serviço militar, algumas de ambos. As mais privilegiadas nem sequer se encontravam sujeitas à intromissão de autoridades governamentais nomeadas por Roma, sendo governadas por agentes eleitos entre os seus vizinhos. Existiam outras localidades com certas imunidades concedidas com o objectivo de aí se intensificar o cultivo de cereais ou a exploração mineira, alvo, inclusivamente, de leis próprias[36]. Eram administradas por um *procurator metallorum* e viriam a receber o nome da localidade, como as *Leges metalli vipascenses*, descobertas em Aljustrel[37]. A par destas, surgem as colónias e os municípios, um legado igualmente importante. Nas primeiras, criadas à imagem e semelhança de Roma, estabeleciam-se, na grande generalidade, os veteranos das legiões. Já os municípios, que podiam ser de cidadãos romanos ou latinos, resultavam da transformação de primitivas cidades indígenas, a cujos vizinhos tinha sido atribuída a cidadania ou simplesmente a latinidade[38]:

---

35 De 155 a 138 a.C., só entre estes foram mortos 9000 e aprisonados 20 000, que foram vendidos como servos, numa primeira fase da guerra que lhes moveram os Romanos. ALARCÃO, 1993: I, 347.

36 As *leges dictae*, como a *Lex metallis dicta*, para todas as minas do fisco (EDMONDSON, 1987).

37 CRUZ, 1955: 106 e ss.; HESPANHA, 1982: 79, nota [64]; DOMERGUE, 1990.

38 SILVA, 1962: 46-47.

> *«O processo de aculturação desenvolvido na sequência da chegada dos primeiros exércitos romanos à Península Ibérica parece ter tido nos próprios soldados os seus principais agentes [...que instalavam aí] as famílias, mulheres e filhos naturais. Estes modos de miscigenação com as populações locais, bem como a instalação na Península de antigos soldados que aqui tinham combatido, terão constituído, sem dúvida, um primeiro e importante passo em todo este processo. O exército como factor de romanização funcionou, de facto, num duplo sentido. Por um lado, é evidente que a fixação na Península de antigos soldados constituiu um importante contributo para a generalização de um novo modo de vida [...] Outra componente, não despicienda, – os agentes da romanização – era constituída pelos inúmeros comerciantes que se encontravam na Península Ibérica, nas proximidades dos acampamentos militares, durante todo o período da conquista [...]: eram os que viviam ligados às tarefas oficiais, ao abastecimento de alimentos às forças militares, à compra de saques [...] Um outro grupo eram pequenos comerciantes que, agindo por conta própria, acompanhavam os exércitos, nos quais viam, naturalmente, uma concentração inusitada de potenciais consumidores [...] As riquezas existentes em determinadas regiões da Hispânia funcionaram [também], nos primeiros tempos da conquista, como factores de atracção da emigração itálica»*[39].

Só nos centros urbanos seria possível iniciar-se um processo extraordinariamente complexo de «romanização» ou «latinização», dado que os Romanos estavam muito mais preparados, com uma administração muito organizada e evoluída, uma língua e um direito que foram lentamente impostos e absorvidos às e pelas populações nativas. Mas não se creia que este processo se mostrará homogéneo em toda a Hispânia. A penetração efectiva dos ideais romanos foi desigual, dependendo do grau de resistência oferecida pelos povos.

Os Romanos não foram um povo, como outros, que apenas se fixou numa parte da Hispânia. Ao contrário, passaram a dominar toda a Península, juntando-a a um mundo desconhecido, que abarcava a República, o Império, a Ásia Menor e o Norte de África; na Europa, as ilhas Britânicas, o Sul da futura Alemanha, a Grécia, toda a Península Itálica, as Gálias Cisalpina e Transalpina (território muito alargado que compreendia as actuais França, Suíça e Bélgica), vindo a findar na *Espanha*.

Estrabão, no relatório que redigiu no século I da era cristã sobre as diversas populações que viviam em ambas as margens do rio Guadalquivir, afirma que estas tinham abraçado os costumes romanos, trocando mesmo a sua língua por um latim vulgar. Também Augusto, que governava Roma desde 27 a.C., se mostrou satisfeito com a romanização destas para-

---

39 MATTOSO, 1993: I, 243-244.

gens, que não tinham sido as únicas a receber o impacto de uma cultura mais evoluída. Na bacia do Mediterrâneo a dominação era completa. O latim começou então a ser falado e nada tinha a ver com a língua de Horácio, Tito Lívio, Cícero ou César. A complexidade deu lugar a uma simplicidade a que os próprios invasores tiveram de se adaptar. O latim que primeiro teria aportado a Portugal veio com os soldados de Roma que largaram do porto de Ostia. Depois chegaram outras formas e pronúncias do norte ao sul da Península Itálica, trazidos numa primeira longa fase por soldados e marinheiros. A seguir foi a vez dos comerciantes tentarem a sua sorte nestas Províncias *Frumentariae*, tal como famílias que chegavam na expectativa de alcançarem uma vida melhor, num quinhão de terra que fosse seu. O latim assumiria formas diversificadas, sobretudo no modo de falar[40]. Foi um processo de adaptação longo e muito mais difícil para os que, sem qualquer tipo de instrução, residiam nos campos e nos termos das principais *ciuitates*, não chegando nunca a influenciar, do mesmo modo, os povos de língua basca da região vasconça.

Através do Direito havia que regulamentar-se a vida dos indígenas e dar-lhes uma certa organização. O princípio que vigorou foi o da personalidade do direito, isto é, apenas o *cives*, o cidadão romano, gozava plenamente da protecção da ordem jurídica. Ao *peregrinus*, ou seja, ao estrangeiro, seria aplicável o direito nacional. Mas esta situação verificou-se tão-só como um ideal de princípio, embora não se tivesse desviado por demais da ideia que o norteava. De facto, os nativos, quando chegaram os Romanos, já se «casavam» e instituíam o seu herdeiro através de testamentos a fim de legarem os seus bens (muito provavelmente, por força da oralidade). No campo do Direito Privado também negociavam e constituíam outras operações ligadas à compra e venda e doações *intervivos* e *mortis-causa*. Elegiam os seus chefes, votavam e participavam nas assembleias, *Senatus* e *Concilium* no âmbito do Direito Público. Assim, os Romanos vieram organizar o *modus-vivendi* das populações locais, dando-lhes uma certa ordem e uniformidade através de um sistema mais rígido e com princípios a observar e a seguir[41].

Subdividida desde 193 a.C. em duas províncias, as Hispânias Ulterior e Citerior, a «romanização», os sistemas produtivos e a formação da propriedade não tiveram exactamente o mesmo desenvolvimento. Em zonas de pão, de pescaria, nas clareiras cortadas por cursos fluviais, nas zonas minei-

---

40 Deitando mãos ao radical de palavras indígenas e latinizando-as com terminações no acusativo *–am*, *-em* e *–um* (NETO, 1952-1954: 114 e ss.; LAPESA, 1956: 60 e ss.).

41 A fim de ver a evolução da estada dos Romanos em Portugal, observem-se os mapas do *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*: 33-38.

ras e nas planícies damos conta de muito mais colonizadores e nativos, do que em áreas montanhosas e de difícil acesso e transposição, quase inteiramente votadas à pastorícia, muitas das quais nem sequer se achavam ainda regulamentadas.

A extracção mineira mereceu a atenção dos Romanos, que contaram com indígenas ou *dediticiae* para realizar o trabalho pesado. A produção das minas tornou-se uma das maiores e mais expressivas riquezas, pelo que os Romanos exploraram, com vastos e visíveis rendimentos, as regiões mineiras da Serra Morena, Cartagena, Rio Tinto, Astúrias, Aljustrel[42] e outras. Extraíam-se ouro, prata e ferro, dando origem a uma «indústria» imensa pela vulgarização de objectos feitos de ferro. E ainda cobre, mercúrio, chumbo e estanho. A maior parte era propriedade do Estado e tudo o que se fabricava era comercializado, desenvolvendo, seguramente, um sistema monetário até então nunca visto: a moeda de ouro, o *aureum*, o *solidus aureus* de Constantino, que veio a tornar-se na expressão da unidade monetária do mundo romano. Estaleiros, fundições, tecelagens e fábricas de vidro ocupavam artesões romanos e peninsulares. A maior parte destes progressos verifica-se entre 27 a.C. e 284, datas que assinalam o período inicial do Império e a sua progressão. As religiões locais foram permitidas, a língua e os costumes respeitados. Muitas províncias, incluindo o futuro Portugal na Hispânia Ulterior, puderam conservar dirigentes próprios e algumas localidades transformaram-se em *ciuitates liberae et immunes*, isto é, recebiam grande parte dos tributos que outros territórios circundantes pagavam, podendo conduzir os seus negócios com relativa autonomia.

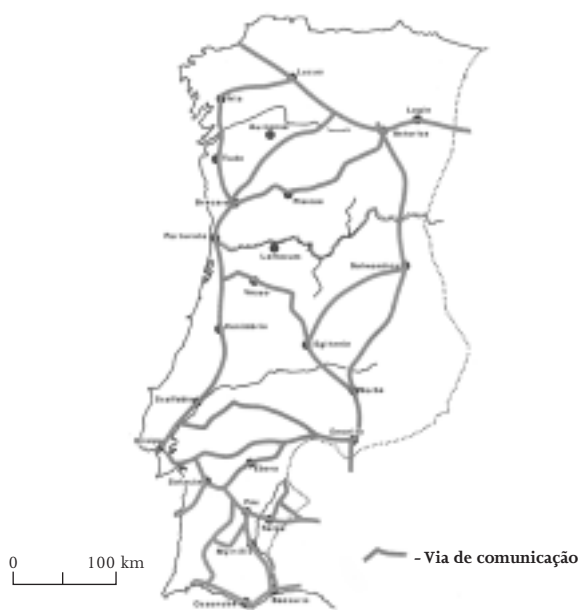
Vai ser a estrutura militar a dar unidade a todo o território. Estradas, pontes, barcas de passagem são partes não descuradas da sua estratégia. Aquedutos e canais de irrigação permitem um melhor aproveitamento dos recursos naturais da região, dos quais depende em muito a metrópole para garantir a subsistência do seu povo. Tudo funcionará com maior e mais directo proveito para a deslocação de homens, comércio e notícias. De considerar também a feitura de pontes sólidas, de construção avançada para a época, as quais atravessavam pequenos caudais, igualmente cruzados por barco[43]. Magníficos aquedutos, como o de Elvas, abasteciam de água loca-

---

42 Particular importância possuem as chamadas Tábuas de Aljustrel, descobertas nessa região, correspondente às antigas minas romanas de Vipasca. São duas tábuas de bronze, datadas do tempo de Adriano (117-183), embora de anos diferentes, sobre a regulamentação do trabalho dos mineiros locais (COSTA, 1989: 94-95).

43 Veja-se um exemplo em Portugal, resultante da combinação de duas épocas distintas: a torre e a ponte de Ucanha, na Beira, uma freguesia actual da cidade de Tarouca, no concelho de Lamego, distrito de Viseu.

lidades que, situadas em zonas secas e carenciadas deste precioso líquido, se viam mais facilmente dotadas de água corrente. Por seu turno, as fontes que se espalham pelas cidades, localidades menores e caminhos, exigiam das gentes das terras a mão-de-obra suficiente à sua feitura e manutenção. Este tipo de corveias gratuitas traduzia-se em tarefas de manutenção e reparo de muralhas, torres, estradas, pontes e fontes, além das chamadas atalaias, compulsivas para velar e rondar, à distância, a fim de protegerem os demais habitantes dos centros urbanos e dos arredores ou termos.

Portugal romano: vias de comunicação

Fonte: MARQUES, 1977: I, 44.

Quando Roma deixou de ser senhora do mundo e centro de um grande império, através de um processo abrupto mas multiforme, o território que durante séculos permanecera unificado sob o seu poder despedaçava-se em reinos bárbaros independentes, onde os grandiosos monumentos, reflexos materiais da dominação romana, se transformaram em ruínas. Passaram-se centúrias, mas a civilização romana permaneceu viva no sector político, na língua, oral e escrita e no Direito. Chegaram até nós as manifestações de uma civilização que orientou, inclusivamente, a sabedoria e a actividade

prática mesmo daqueles que, irrompendo as fronteiras do Império, e armados para o derrubarem, chegaram à Península romanizados ou incapazes, só por si, de se fazerem valer ante um povo submetido fisicamente, mas culturalmente livre, porque muito mais avançado. A universalidade desta cultura e saber sobreviveu no tempo e aos rigores dos actos desumanos dos guerreiros estrangeiros.

4. As Invasões Germânicas

Com as sucessivas conquistas, o Império enriquecia, mas o poder do exército ameaçava o equilíbrio da estrutura organizacional e política. No início do século III, a prosperidade ainda reinava em Roma. Após a morte de Séptimo Severo, os militares passam a exercer uma violenta pressão, nomeando e derrubando imperadores. O Império empobrece e despovoa-se. Em Constantinopla, a nova capital fundada por Constantino em 330 da era cristã, a corte leva ainda uma vida luxuosa, contrastando com os de mais baixa condição económica e, também, por essa via, quebrando a unidade do território romano que, embora dividido nas partes Ocidental e Oriental, se mantém sob a administração de um único soberano. O segundo e último período imperial estende-se de 284 a 476, ano da queda militar e política de Roma. É o culminar de um longo processo de deterioração, já sentido desde finais do século II.

Os Romanos conheciam os povos germânicos através dos relatos dos viajantes. Contavam que eram homens altos, fortes, de olhos azuis e loiros, que vestiam peles, panos de lã e tecidos de linho e se deslocavam em grupos numerosos[44]. Erguiam cabanas nas proximidades das fontes, no interior das florestas e em planícies verdejantes, para servirem de pasto ao gado. De início, a penetração dos Bárbaros fez-se de forma aparentemente pacífica. Eles organizavam os seus exércitos e ocupavam regiões desertas, porque previamente abandonadas à sua aproximação. Por vezes, federavam-se com os Romanos, constituindo grupos que cultivavam a terra junto às fronteiras e as defendiam de acordo com directivas que recebiam dos Latinos[45].

Mas nem sempre a homogeneização se processou com pacifismo. Ocasiões houve em que invadiram partes do Império Romano de maneira aguerrida, como aconteceu em 493, quando os Ostrogodos sob a chefia de Teodorico se apossaram da Península Itálica, já habitada pelos Hérulos, Visi-

44 BARNWELL, 1997.
45 LEV, 1996.

godos e Hunos. Perseguidos pelos Hunos, os Germanos expandem-se pelo Império e chegam a Ocidente, aos futuros Portugal e Espanha.

Em 451, os Hunos são expulsos das Gálias e Roma perde o seu vasto território do Ocidente em 476. Quando os Germanos se puseram em contacto com o mundo romano, os povos em que se haviam repartido constituíam comunidades políticas, onde se inseriam os grupos gentílicos ou de famílias[46]. No entanto, estes agrupamentos de dimensões variáveis conservavam uma forte coesão interna e cada um constituía uma *Sippe*, ou grupo de parentes consanguíneos de determinada pessoa, ou *Magen*. Noutros casos, integravam-se através de uma comunidade de linhagem, que compreendia todos os descendentes por via masculina de um tronco comum. A *Sippe* tinha um significado social baseado numa organização agnática, na qual todos os membros, advindos da mesma linhagem ou a esta associados, gozavam dos mesmos direitos, achando-se unidos numa associação de paz que excluía, à partida, qualquer género de inimizade entre os seus componentes. Em troca, eram asseguradas protecção e poder de se vingarem de actos irregulares e frontais advindos de outros grupos organizados pelo mesmo processo.

A partir da base gentílica da *Sippe*, os Germanos constituíram-se em povos, os quais por vezes se fraccionavam em vários ou se fundiam. Estavam organizados politicamente sob as formas jurídica, social e política como comunidades populares de guerreiros e respectivas famílias, formadas sob fundamentos militares[47]. Estes agrupamentos germânicos de tipo popular originavam um *Estado*, que os romanos chamavam *ciuitas*, em que o poder residia sobretudo no povo, integrado por homens livres. O seu principal órgão político era a assembleia popular, capaz de decidir da guerra e da paz, o *Concilium* ou *Mallus*. Este foi o modelo que impuseram na Península Ibérica, quando nela se instalaram sobretudo Suevos e Visigodos, porque lhes foi dado mais tempo e mais fácil ensejo de evoluírem e se especializarem[48].

Um número muito diversificado de povos vindos de paragens longínquas instalou-se nos territórios do Império Romano do Ocidente. Os que tinham chegado primeiro eram empurrados para Sul pelos seguintes. Por 430 haviam-se fixado no Norte de África os Vândalos liderados por Genserico[49],

---

46 LOT, 1945; LATOUCHE, 1946; WALLACE-HADRILL, 1962; RICHÉ, 1968; DUMOUGEOT, 1969-1979; DUMOUGEOT, 1988; GOFFAT, 1980; THOMPSON, 1982; MALCOLM, 1990 .

47 MUSSET, 1965.

48 Para um mais completo estudo da organização dos Bárbaros dentro do Império Romano, vejam-se VALDEAVILLANO: 168-169; LOT, 1945; GOFFART, 1980; GONZALVEZ, 1981; DEMOUGEOT, 1988.

49 MARTROYE, 1907.

que tinham antes ocupado a Hispânia[50]. Na Itália e na Sicília, a Sul e a Oeste dos Alpes, Odoacro rápido deu lugar aos Ostrogodos, que chegaram da Europa Ocidental. Na Península Ibérica, à excepção do Noroeste e em parte da Gália, na zona situada a Sul do Rio Loire, formou-se o reino dos Visigodos.

Migrações dos Bárbaros no século V

Fonte: MATTOSO, 1993: 306.

Nos começos do século V, após um ciclo de pilhagens nas Gálias, em 409 entram nas «Espanhas» Alanos, Suevos e Vândalos. O *Chronicon* de Idácio dá--nos a imagem do terror que sentiam os nativos à chegada dos Germanos. Era um cenário de massacres e pilhagens, incêndios, mortes e devastação. Explicam estas invasões vários aspectos, nomeadamente a procura de terras férteis, de boas águas e de clima mais ameno, uma vez que por toda a Europa se vive uma conjuntura adversa, onde ao clima de guerra se juntam outros flagelos: epidemias sobre as quais pouco se sabe, mas que terão sido mortíferas; fomes, agravadas com a especulação e a falta de alimentos, porque os nativos devastavam as plantações, a fim de não alimentarem o inimigo; insegurança generalizada; mudanças climáticas, com excesso de

50 COURTOIS, 1955.

humidade e arrefecimento prejudiciais à actividade económica; recuo do número de terras aráveis, acarretando a penúria dos meios de subsistência; movimentos marítimos e assoreamentos das zonas litorais.

Uma vez chegados à Hispânia, esses bárbaros destroçaram o território em lutas sangrentas: «a peste não causou maiores estragos [...] como o tirânico exactor que rouba e o soldado que saqueia as riquezas e os alimentos guardados nas «cidades». Instala-se a fome «tão espantosa que, por causa dela, o género humano devora carne humana, e até as mães matam os seus filhos e cozem os seus corpos para se alimentarem com eles. As feras, habituadas já aos cadáveres dos que haviam perecido pela espada, pelas fomes e pelas pestes, matam até os homens mais fortes, e arrancando-lhes os membros, contribuem, cada vez mais, para a destruição do género humano. Desta maneira, se juntaram as quatro pragas em todo o espaço invadido: o ferro, a fome, a peste e as feras, cumprindo-se as predicações feitas por Deus, através da pregação dos seus Profetas». Assolada a Hispânia com a referida crueldade das pragas, «os Bárbaros decidiram, pela misericórdia de Deus, estabelecer finalmente a paz. Repartem, através das leis do aboletamento militar [sortes], as regiões das províncias para se estabelecerem nelas»[51] .

Os Vândalos eram oriundos da Escandinávia, das Terras Altas suecas, da extremidade setentrional da Dinamarca actual Vendsiossel. A pobreza do solo, arenoso e ameaçado pela força do mar, levou-os a abandonar a sua zona de origem e a instalar-se, ainda antes da era cristã, na costa alemã do Báltico. Penetrando no interior da Germânia, na bacia do Vístula e na Silésia, os Vândalos dividiram-se em Asdingos (chegados de entre o Vístula superior e o Dniepre, e alguns, não menos, da Ucrânia) e Silingos (naturais da actual Silésia)[52]. Os Suevos, originários de uma misteriosa Suebia que se crê localizada na costa oriental do Mar Báltico, chegaram e ocuparam as margens do Elba, zona com más condições de sobrevivência. Em 58 a.C., atacaram as Gálias: seriam uns 120 mil indivíduos, entre guerreiros, mulheres, crianças e velhos[53]. Os Alanos provinham do actual Irão[54]. Emigraram para o Norte do Cáucaso (Rússia meridional)[55] e depois para ocidente, organizando também o seu espaço na Ibéria, onde se fixaram entre 409 e 411[56].

---

51 ALBORNOZ e VIÑAS, 1929: 24, segundo Idácio (Bispo), *Chronicon*, ed. de Theodorus Mommsen. *Chronica minora*, Berlim, 1894: 17-18.

52 SCHMIDT, 1953; DUFOURCQ, 1980: 6-13; LAGUAY, 1993:16-17. Ver bibliografia aduzida perlo autor em notas [7] a [9].

53 LAGUAY, 1993: 17-19 e bibliografia referida nas notas [10] a [13].

54 BACHARACH, 1973.

55 LAGUAY, 1993: 19, e bibliografia citada na nota [14].

56 Idácio (Bispo), *Chronique*, ed. Alain Tranoy, col. Sources Chrétiennes, 42: I,115 e comentário 35-36.

Os Suevos teriam sido umas boas centenas de milhar, a avaliar pelo testemunho de Júlio César, sendo «de longe o povo maior e mais belicoso de toda a Germânia. Diz-se que foram cem pagi, dos quais cada um fornece mil homens, para irem fazer guerras ao exterior. Ao todo, por dia, 100 mil homens em idade de lutar. Os outros, os que ficam no País, alimentam-se a si próprios e ao exército. No dia seguinte, estes pegam, por sua vez, em armas, enquanto os primeiros ficam em casa. Deste modo, o cultivo dos campos, a instrução e o treino militar são igualmente assegurados sem interrupção»[57]. No que respeita aos Alanos, os historiadores apontam para 40 mil indivíduos, dos quais uns 15 mil guerreiros. Os Vândalos estariam bem próximos dos 130 mil, ou seja, 40 mil guerreiros. Ao todo, 500 a 600 mil bárbaros, no conjunto da Península[58].

Ao fim de dois anos de razias e destruições, a ideia de uma partilha territorial acaba por impor-se. Os líderes, ao invés de prosseguirem as lutas, optaram por repartir espaços. Assim, os invasores dividiram entre si as terras conquistadas e as populações submetidas, como vulgares despojos de guerra: servos, móveis, utensílios de casa e de lavoura, jóias e animais. Na ausência de um pacto, sabemos que a *sorte* entregou a Bética aos Vândalos Silingos; a parte oriental da Gallaecia aos Vândalos Asdingos; o sector costeiro norte-lusitano e sul-galeciano aos Suevos[59], e a Cartaginense, com a maior parte da Lusitânia, aos Alanos. Os hispano-romanos que sobreviveram às pragas nas cidades e fortalezas submeteram-se à dominação dos Bárbaros.

Este fraccionamento territorial conferiu aos Suevos a parte ocidental do *Conuentus* de Bracara Augusta: Braga; o território das *ciuitates* ou dos *uici* de Aquae Flaviae: Chaves; Portucale: Porto; Lamecum: Lamego. A Norte, na futura Espanha: Tudae (Tui) e todo um sector costeiro e fluvial exceptuando as regiões montanhosas do interior. Braga tornou-se uma cidade episcopal reconhecida. Portucale um castro, cuja superfície está avaliada em 3,5 ha. Conímbriga beneficiava também da protecção de uma linha de muralhas que agregavam uma região rica[60]. Chaves era sede episcopal. Egitânia (Idanha), Ebora (Évora), Olissipo (Lisboa), Ossonoba (Faro), Scallabis (Santarém) e Viseo (Viseu) tornaram-se importantes nas lutas contra os Germanos[61]. Longe de estarem isolados, estes pequenos centros acolhiam estran-

57 CÉSAR, 1964, l.º IV, 1 e 2: 997-998; TÁCITO, 1962: 93-96.

58 VITA,: III, 2; COURTOIS, 1955: 216-218 e COURTOIS, 1956. *Vide Atlas Histórico*: 39 a 42.

59 REINHART, 1952; MACIAS, 1929. Em concreto sobre Idácio e os seus escritos, há vários trabalhos de RODRIGUEZ, 1956a: 755-794, 1956b: 765-801; 1956c: 181-203; GIUNTA, 1964: 491-494; TORRES, 1977.

60 CREIGHTON, 2002.

61 MARQUES, 1997; MATTOSO, 1993: 301-359.

geiros, negociantes de Leste (Gregos, Sírios, Egípcios e Judeus), que, tal como Fenícios e Cartagineses de outrora, se dedicavam à venda ambulante como recoveiros e marceiros, ou estabeleciam pequenas feitorias. Estes povos orientais tinham o quase exclusivo da importação e comercialização de produtos como a seda, o linho e o algodão; a púrpura e o papiro; tecidos preciosos: escarlate, a fio de ouro e de prata; jóias, pedrarias e vidros transparentes; vinhos de várias qualidades, doces, secos e malvasias diversas; especiarias; perfumes e incenso e objectos de arte que chegavam de Bizâncio e do actual Irão, o que nos leva a crer que seriam em grande número os *maximi nati*, ou seja, os *nobiles*, entre as gentes peninsulares.

A estada dos Suevos na Península passou por fases de instalação, organização e decadência, a saber[62]:

a) Fase de fixação, iniciada em 411, com Hermérico [409-438], primeiro monarca suevo da Península. Pensa-se que terá ficado sob a sua alçada o Entre-Douro-e-Minho, ou seja, o convento jurídico de Braga, irradiando, depois para Sul. Procuraram conviver com as populações nativas, mediante pactos políticos que visavam, acima de tudo, a repartição das terras. Sendo assim, parece terem utilizado um sistema para-feudal, fixando a corte em Braga, instituída como capital religiosa e política da Província romana. Expandiram-se para a Lusitânia, depois de 438, sob as ordens de Réquila [438-448], filho de Hermérico, chegando a tomar Sevilha, em 441. Em 448, Requiário [448-456], seu filho, era já um rei convertido ao Catolicismo.

b) Conversão ao Catolicismo. Em 540 eram boas as relações entre a Igreja e o «Estado» e preparou-se a reorganização católica.

c) Reorganização católica com Carriárico [550-559] e a chegada de S. Martinho de Dume aos arredores de Braga, em 550[63]. Fundam-se igrejas e mosteiros, tendo sido o principal S. Martinho de Dume, razão por que Carriárico o nomeia bispo a 4 de Abril de 556 e lhe atribui a diocese. S. Martinho foi considerado o Apóstolo da Gallaecia, e a ele se ficou a dever a catolização definitiva dos Suevos. Em 561 reuniu-se o 1.º Concílio Bracarense, às ordens do seu protector e sob a presidência do metropolita Lucrécio[64]. Em meados do século VI, o

62 LeCLERCQ, 1906; MACIAS Y GARCIA, 1921; DAVID, 1947; VELOSO, 1950; REYNOLDS, 1957: 19-47; VIANA, 1958-1959: 5-16; LIVERMORE, 1979; THOMPSON, 1963: 3-33; THOMPSON, 1977: III, 8, 15-22; REINHARDT, 1952; TORRES, 1977; AMARAL, 1982: 269-284; COLLIN, 1983.

63 BARLOW, 1950;

64 HEFELE e LeCLERCQ, 1907-1908; VIVES, MARTINEZ e DIAZ, 1963: I; ALMEIDA, 1954: 33-44: de Braga a Toledo.

Reino, dada a sua extensão até ao Rio Tejo, passou a compreender uma província, mas subdividida nos sínodos de Braga e de Lugo, cada qual com o seu bispo. Braga ficou com as dioceses a norte e sul do rio Douro, que constituíram o primitivo território português[65]. O catolicismo, implantado definitivamente no Noroeste da Península, poderá ter atraído católicos de outras partes, fazendo aumentar consideravelmente a população residente. Os Suevos invasores rondariam 350 mil na fase de invasão, sendo possível que, ao estabilizarem, o seu número possa ter atingido 450 mil, a que teremos de somar os indígenas. Assim, até à invasão dos Visigodos a área poderá ter sido habitada por uma população próxima de um milhão de habitantes.

Paróquias suevas no século VI

Fonte: MATTOSO, 1993: 313.

d) Incorporação no Reino Visigodo em 585, com a exacção e a instalação de guarnições godas em Braga, Lugo, Porto, Tui e Viseu.

65 BRÁSIO, 1979; COSTA, s/d: 207-209; MARQUES, 1987: I; FABIÃO, 1993.

Os Visigodos[66] não tiveram uma permanência política duradoura na Hispânia. Em finais do século VI chegaram 200 mil pessoas, das quais 70 mil guerreiros, incorporando os Suevos no seu Reino. Em 710 ou 711 seriam desarmados pelos Muçulmanos que os aniquilaram, reduziram à servidão, expulsaram de certas povoações e com eles conviveram como agricultores e homens dos ofícios nas terras dos arrabaldes das medinas[67]. De início instalados nas margens do Loire e entre este e o meio hostil dos Pirinéus, os Visigodos que se dedicavam à agricultura e à pastorícia, sob a direcção do seu grande rei Eurico II [466-484], passaram com efeitos de permanência à Hispânia a partir de 415 e ocuparam a Península, à excepção do Reino dos Suevos, que resistiram[68]. Os Visigodos desenvolveram uma campanha militar contra os Alanos e os Vândalos Silingos, exterminaram-nos e fizeram-nos desaparecer como povo. Os pactos políticos foram-se sucedendo e estes últimos verificaram que os Visigodos fixados na Península não pareciam em número suficiente para defenderem o pouco ainda que detinham. Por volta de 421, os Vândalos Asdingos regressaram a África, deixando o campo aberto aos Godos, à excepção do território Suevo que se manteve até 585.

Podemos falar de sedentarização e início da fase de organização dos Visigodos na Península Ibérica, quando eles, expulsos das Gálias, irrompem pela Espanha. Com Eurico II [466-484], o estado visigodo de Tolosa inicia a sua organização política, embora rudimentar[69] e com Alarico II [484-507], foi feita uma compilação de leis em vigor no seu Reino, a qual tomou a designação de *Breviário de Alarico*[70]. Eurico II teve a percepção correcta de que as instituições que serviam de pilares ao seu governo, tinham de substituir, ou, então, adaptar-se às dos Romanos, com quem os Godos tinham estabelecido contactos por mais de um século nas Gálias, e onde tiveram tempo de admitir que a cultura e grau civilizacional dos Romanos era indiscutivelmente superior. Assim, ao encontrarem nos futuros espaços ocupados por Portugal[71] e Espanha o mesmo tipo de organização administrativa local e central, romanizaram-se. Alarico II acabará por morrer na luta contra Clóvis, em 507. Desta feita, o território visigodo viu-se amputado de

66 Acerca de um bom arrolamento bibliográfico acerca dos Visigodos, veja-se FERRERO, 1988; GIBERT, 1956: 15-47; THOMPSON, 1969; JAMES, 1980; TEILLET, 1984; MORENO, 1989; WOLFRAM, 1990; PALOL e RIPOLL, 1990.

67 ALMEIDA, s/d: VI, 334-337; LEGUAY, 1993; ORLANDIS, 1977; PIDAL, 1985.

68 OSÓRIO: L.º VII, Cap. 43.

69 GARCIA-GALLO, 1936-1941: 168-264; GARCIA-GALLO, 1974: 343-464; ZEUMER, 1944; D'ORS, 1956: 93-124; D'ORS, 1960; KING, 1972.

70 ZEUMER, 1849: I; KING, 1972.

71 MATTOSO, 1992.

terras que detinha a Norte dos Pirinéus e que bordejavam a futura Navarra francesa. Reduzido à Hispânia, o seu sucessor Geseleico [507-511] confrontou-se com um ambiente de certa anarquia, tendo sido necessárias décadas para que a situação se modificasse.

Na segunda metade do século VI a Península estava submetida à autoridade dos «Estados» Visigodo, Suevo e Bizantino. Só em 631 foi possível terminar o Reino hispano-godo, sob Sesenando [631-636]. A Coroa goda respondeu com uma estrutura política herdada da sua dupla origem germânica e romana, facto que veio a reflectir-se no conceito de «Estado» e nas características das suas instituições políticas e administrativas. Manteve a sua organização baseada na monarquia popular, na assembleia dos homens livres e no carácter militar dos oficiais da administração, sem modificar no essencial a estrutura político-administrativa das antigas províncias romanas. Enquanto isso, a ideia germânica de «Estado» despótico do Baixo-Império, absorvido em quase todas as suas vertentes de Bizâncio, vai evoluindo para a centralização, embora marcada por lutas constantes. O germanismo mescla-se de romanidade.

Estamos em 601, a pouco mais de um século da entrada dos Muçulmanos na Península Ibérica, a convite dos filhos de Vitiza [700-710][72]. Os Visigodos controlavam todo o território peninsular, excepto a área que corresponde hoje ao País Basco[73]. Tratava-se de um grande território, com um povo em número impossível de estimar, mas que, à data, deveria contar mais de um milhão. A estes pedia-se uma tarefa hercúlea, a de desbravar florestas densas, abrir clareiras, aumentar espacialmente cidades, vilas e lugares[74] e ainda assegurar um melhor aproveitamento hídrico, conquistando rios e ribeiras à mata. Tudo isto exigia uma articulação difícil por parte do poder central.

Quando os Muçulmanos chegaram, encontraram um autêntico oásis, comparado com os desertos improdutivos que haviam atravessado. Os Berberes invadiram os futuros reinos de Espanha e Portugal nos inícios do século VIII. «A Hispânia estava de novo em perigo, a partir das costas do Norte de África. Depois dos Vândalos e dos Bizantinos, novos conquistadores, os Árabes, atingiram as costas da Mauritânia, incluindo Tânger, Alcácer e Ceuta. Os confrontos marítimos multiplicaram-se e, se os Visigodos, comandados por Teodomiro, alcançaram ainda um triunfo em 709, esta vitória apenas pôde retardar o termo final. À morte de Vitiza – em condições, de resto, misteriosas, parte dos «grandes» da Lusitânia, da Galiza e da

---

72 GARCIA-MORENO, 1947.

73 HAYWOOD, 2000.

74 SCHOFIELD e VINCE, 2002.

Cartaginense interior pronunciou-se a favor do duque da Bética, Rudericus (Rodrigo), o *ultimo rex Gothorum* de uma inscrição; o resto da aristocracia, sobretudo na Catalunha, na Septimânia e na Cartaginense permaneceu fiel a um partido «vitiziano», representado por Áquila, presumível filho do monarca defunto. Eclodiu a guerra civil, que precipitou a derrocada do reino. Uma crónica da época justifica essa queda: «E porque eles [os Godos] tinham completamente abandonado o Senhor, recusando servi-Lo com justiça e verdade, o Senhor abandonou-os, impedindo-os de habitarem a terra dos seus desejos[75]. O passeio militar dos chefes muçulmanos, Tariq e, depois, Muça ibn-Nusayr, governador da África do Norte, pôs fim em alguns anos a dois séculos de história»[76].

5. Os Muçulmanos

Meca, ano de 622[77]. Um homem com 52 anos, conhecedor da vida tribal e politeísta, compreendeu que a força e unidade dependiam de um ideal comum. Reuniu os seus seguidores, criou a palavra *Islam*, a *Umma*, a comunidade de crentes, a «submissão» ou «abandono» do homem à vontade de Deus[78], partiu de Meca para Medina e iniciou o alargamento territorial de um dos maiores impérios do mundo: o Islão. De Medina em 630 Maomé iniciou a grande marcha vitoriosa sobre Meca[79]. E será a partir de Meca, corria o ano de 632, que aos 62 anos organiza poderosos exércitos para converter os «infiéis», suprimindo o culto dos ídolos, apenas sobrevivendo a Pedra Negra, a Ka'aba ou Ka'ba. Vem a morrer a 8 de Junho desse ano, não sem antes ter convertido um grande número de patriotas seus e outros seguidores ao Islão, os *muwali*[80]. Entretanto, a rivalidade entre os partidários de Rodrigo e os seguidores dos dois filhos de Vitiza deram aos Muçulmanos a oportunidade de intervir na Península em apoio dos últimos[81]. Entre os colaboradores do povo invasor, figura o conde D. Julião, senhor de Ceuta, cuja intervenção parece ter sido decisiva[82].

75 BONNAZ, 1987: § 5,2, 37-38.
76 SHAW, 1906: 209-228; LEGUAY, 1993: I, 114.
77 GLASSE, 2000.
78 Para significar algo que reunisse a religião monoteísta e uma sociedade política que seguisse os mandamentos que o Senhor lhe tinha revelado numa gruta do monte Hira: Illâh ou Allâh, ditados no *Alcorão*, a «Leitura». O *Livro* era a *Bíblia* do Islam.
79 HOVANNISIAN e SABAGH, 1999; TOLON, 2000.
80 SAUNDERS, 1978; COOPERSON, 2000; WAINES, 2000; HAWTING, 2001.
81 DOZY, 1954; WATT e CACHIA, 1965.
82 BANNIARD, 1980; MARTIN, 1980: 158-159; BENNASSAR, 1985; ARCE, 1988; DULPHY, 1992.

Em Julho do ano 91, ou seja de 710, já o *wali* ou governador árabe de África e do Magreb, Musa ibn Nusayr, havia mandado à Península um oficial de nome Tarif ibn Malik com o intuito de fazer um primeiro reconhecimento do território. Com ele levou 400 homens, que trouxeram notícias promissoras: a guerra civil tinha-se instalado e havia quem lhe tivesse pedido auxílio, tendo mesmo conquistado Algeciras, com grande facilidade[83]. Estes factos, aliados à incerteza de quem efectivamente mandava em toda aquela imensidade de boas terras, eram sinais de que chegara a oportunidade de conquista da Península[84]. Se em 622 Maomé havia unificado as tribos, imposto o monoteísmo e constituído o Islam, em 710, eram já senhores de todo o Norte de África, Síria, Mesopotâmia, Arménia, Irão e Egipto. Era fácil tomar toda a «Espanha» ou ainda mais, como fora dominar todo este Império, que em grandeza rivalizava com o de Alexandre Magno e o Romano. Do Iraque, à Hispânia! Nenhuma das talassocracias constituídas antes do domínio romano poderia sequer constituir uma amostra do quanto se afigurava esse grande «senhorio».

O segundo comandante militar a partir para a Hispânia foi Tariq ibn Ziad e ninguém lhe conseguiu resistir. Entre o desembarque em Gibraltar em Maio, e a chegada de Rodrigo ao sul em Julho de 711, os Muçulmanos, com um exército de 7 mil homens, encontram os partidários de Áquila, já falecido[85]. Rodrigo, rei dos Godos, é vencido e morto na batalha de Guadalete, na província de Cádis[86]. Musa Ibn Nusayr desembarca em Junho de 712 e seu filho, Abd al'Aziz, em finais de Outubro de 712. Até 715-716 completa-se a conquista definitiva da Península[87]. Os vencedores encontraram, no campo de batalha, uma enorme quantidade de riquezas e todos foram acusados de fraudes e rapinas. Os Muçulmanos foram, nesta ocasião, culpados de muitos excessos, defraudando os seus camaradas do seu quinhão e ocultando o que tinham adquirido[88]. Curiosamente, o itinerário dos 100 a 150 mil Árabes e Berberes[89], mais um número incerto de Persas, Sírios, Egípcios e Judeus, fez-se por terras do futuro Portugal. O exército de Musa entrou pelo Algarve, correndo com os Visigodos que se puseram em

83 ALBORNOZ, 1982: 45-47.

84 ARIÉ, 1982.

85 «Compendiosa Narración de la Conquista de España llevada a cabo por Táric, hijo de Ziad, y Muza, hijo de Nosair», *Historia de la Conquista de España de Abenalcotía el Cordobés seguida de Fragmentos Historicos Abencotaibas*..., 1926: 165-180; CHEJNE, 1980; COLLINS, 1990; COLLINS, 1991.

86 COLLINS, 1991; KENNEDY, 2001.

87 MARQUES, 1993: II, 121. Veja-se bibliografia referida pelo autor em notas [1] a [3].

88 ALBORNOZ, 1960: 49. Ver TIU et *alii*, 1982: 288-289.

89 BRETT e FENTRESS, 1955 (há uma 2.ª ed. de 1999).

fuga. Dá-se a conquista de Faro (Ossónoba) que foi entregue a Abu Al-Sabbah Hajj b. Yahya al Yamani, um árabe do Iémen[90].

A invasão prossegue em direcção a Norte. Os exércitos de Musa dirigiram as suas campanhas contra Medina Sidónia, Carmona, Alcalá de Guadaira, Sevilha e Mérida. O general confiou ao filho a ocupação de Málaga, Granada e Múrcia. Na comarca de Toledo, uniram-se as suas tropas com as de Tariq e juntos entraram no vale do Ebro. Mais tarde, dirigiram-se para as Astúrias e Galiza, sem resistência significativa. Três anos após a vitória de Guadalete, os Berberes dominavam a maior parte da Península e Musa e Tariq acudiam a Damasco, para prestar contas das conquistas dos seus exércitos. À frente dos novos domínios do Islão ficava Abd al-Aziz, que governaria a Península entre 714 e 716. A Hispânia ficava convertida num emirato dependente do califado omíada de Damasco. Sob o governo de Walis, verifica-se a islamização dos Hispano-Godos ou *muladíes*, perdurando uma minoria cristã ou *moçárabe*, frente a uma maioria muçulmana[91].

Quando correram as notícias de que a Hispânia estava conquistada e acalmada, o inimigo convertido ou parecendo estar, e detectadas as vantagens da Hispânia, teriam vindo cerca de 200 mil muçulmanos juntar-se aos efectivos já existentes. Entre Hispano-Godos sobreviventes (que foram a maioria) e Muçulmanos, o futuro espaço ocupado por Portugal contaria 500 a 800 mil almas, concentradas na faixa atlântica do rio Minho ao Gharb[92]. Por meados do século IX, a Península era uma vasta zona de planícies verdejantes, palmeirais, hortas e pomares e de florestas, abertas por virtude do número de habitantes que, em crescendo, vinham procurar uma vida melhor nestas paragens do fim do Mundo.

No governo do Wali al-Hurr [716-719], a Hispânia dominada pelo Islam começou a ser designada *bilad al-Andalus*, ou seja, «país do al-Andalus»[93]. A sujeição violenta dos Omíadas aos Abássidas a Oriente ocasionou a sua independência em 756, por obra do único príncipe sobrevivente da dinastia aniquilada, Abd al-Rahman ibn Muawiya I. Conquistada a região com o auxílio de uma lata clientela síria, o novo emir conseguiu impor-se aos Árabes, Berberes e aos muladies e moçárabes que ameaçavam o Reino[94], e fortalecer a sua dinastia, cujo poder culminará com a implantação do Cali-

---

90 DOMINGUES, 1972.

91 GLICK, 1979; SIMONET, 1983; MATTOSO, 1987: 19-34; LAPIDUS, 1990.

92 Árabes e Europeus têm adiantado estes valores, baseados nas condições extremamente favoráveis à fixação populacional (RUSSELL, 1958: 91-92; RUSSELL, 1978: 36 e ss.; DOMINGUES, 1960: 327-362; GLICK, 1979: 86; TORRES, 1992: 363-415; MARQUES, 1993: 137).

93 GUICHARD, 1976.

94 MOLINA, 1983; AL-KARDABUS, 1986; MARIN, 1998; FIERRO e SAMSÓ, 1998.

fado em Córdova. A cidade, célebre pela sua mesquita, abria as portas à construção da sua biblioteca ou casa da sabedoria; à *madrasa* ou colégio teológico sunnita; à *Kuttab*, ou escola primária existente em todas as Taïfas, mais o *maristan*, ou hospital térmico, como havia também em Granada[95].

A Hispânia muçulmana deixou de ser, então, uma mera província do Império dos Califas de Damasco, agora com centro em Córdova. Os Príncipes ou Emires da Hispânia islâmica começaram a intitular-se Califas em 912[96]. Abd al-Rahman III instaurou o Califado do Ocidente, que só em 1031, se desmembraria em facções várias ou «taïfas», constituídas por vários reinos, dos quais os mais importantes foram os de Sevilha, Granada, Toledo, Saragoça e Valência. Na futura Castela formaram-se ao todo quinze e no futuro Portugal ou Gharb, dois[97].

Diminuída, cada vez mais, no território que ocupava, a Hispânia islâmica recuperou, esporadicamente, a sua unidade política, sob o domínio dos africanos Almorávidas. Contudo, os Cristãos não tiveram de esperar muito por novas Taïfas em meados do século XII. Estas últimas vieram a ser regidas pelos Almoadas, um outro povo de África. Após a derrota almoada de Navas de Tolosa, a 16 de Julho de 1212, os seus territórios foram conquistados por monarcas hispano-cristãos, que os incorporaram nos seus respectivos «Estados»[98]. Após a queda em 1211 de Salvaterra, castelo-fortaleza da Ordem de Calatrava, Afonso VIII de Castela preparou uma das maiores ofensivas contra os Muçulmanos, com o apoio de Pedro III de Aragão, grande número de cavaleiros franceses, alguns portugueses, o bispo de Nantes e os arcebispos de Bordéus e Narbona. Este último fez acompanhar-se de um grupo de cavaleiros catalãos. Foi uma autêntica guerra de cruzada. Apenas resistiu o Reino nazarí de Granada, constituído em 1238.

Da conquista quase total da Península pelos Árabes e Berberes, os Muçulmanos deixaram livres alguns pequenos espaços ocupados pelos Cristãos, nas comarcas pirenaicas e cantábricas do Norte, onde permaneceram núcleos políticos cristãos independentes, que iniciaram a «Reconquista» do território peninsular, mas que irão precisar de 539 anos para chegarem à conquista da vila de Santa Maria de Faro, no extremo sul de Portugal[99]. Em Castela, só após 782 anos terminariam as lutas, com a tomada de Granada

---

95 Hospital térmico para banhos, de origem iraniana.

96 *Una crónica Anónima de Abd al-Rahman III al-Nasir*, LÉVI-PROVENÇAL e GOMEZ, 1950; LOMBARD, 1971; SOUSA, 1987: 153-159; VIGUERA e CORRIENTE, 1981;

97 Faro, associada ao reino de Huelva, e Silves (FARINHA, 1975; GOMES, 1988; SALGADO, 1991; BOTÃO, 1992; MARQUES, 1997: I, 130-136; DIAS, 2003: 43-47).

98 GROS, 1990: 117-149; GROS, 1992.

99 COELHO, 1972-1975.

e do palácio de Alhambra em 1492, incorporado finalmente no Reino de Leão e Castela, pelos Reis Católicos[100].

Sem capacidade para manter o controle sobre as suas terras, o Islão foi declinando, sob as crescentes rivalidades internas e os golpes desferidos pelas cruzadas cristãs. O Ocidente, unido em torno de reis e papas, abria brechas nos domínios islâmicos, enquanto os Turcos conquistavam Adrianópolis em 1361, que será a capital do Império Otomano até 1453.

6. A Família

O mapa da Hispânia retalhado por povos diferenciados de Norte a Sul e a que não escapou o rectângulo que irá corresponder ao futuro Portugal, permite concluir, com alguma segurança, que a Península seria, entre os séculos II a.C e I d.C. bastante povoada. Os diferenciados grupos populacionais não poderiam nunca fixar-se tão perto uns dos outros, sem que existisse uma massa humana capaz de enfrentar quem os forçava à miscigenação, à guerra ou à fuga, como aconteceu com Celtas e Iberos; Tartéssios, Túrdulos e Turdetanos; Romanos, Lusitanos, Cantábros e Celtiberos; Vândalos, Suevos e Alanos. A partir do início do século IX, a todos estes há que acrescentar Árabes, Berberes, Persas, Sírios, Egípcios, Judeus e outros.

Na impossibilidade de efectuar qualquer tipo de estimativa, os especialistas em população avançam números bem diferentes entre si. Pensamos, no entanto, que não consideraram os núcleos sociais de que vamos agora tratar, embora os tenhamos já referido pontualmente. Mas só agora achámos pertinente tentar uma síntese sobre a evolução dos efectivos populacionais, dando um especial destaque ao papel desempenhado pela instituição do matrimónio, que acaba por justificar o aumento da população por via do acréscimo da natalidade. Terá existido, inclusivamente, uma espécie de poligamia, de acordo com os povos e épocas consideradas. Em qualquer dos casos, nasciam muitas crianças que hoje classificaríamos de ilegítimas ou bastardas, mas que, à sua época, foram aceites com alguma ou muita permissividade. Entre reis, nobreza e clero existem casos demonstrativos de uma inúmera prole de bastardia, mas o povo será que era diferente? E a que povo nos referimos? Aos *burgueses* dos burgos, aos mesteirais, aos comerciantes, aos camponeses... Infelizmente, apenas temos conhecimento de uma mínima parcela da população, dado que as Crónicas e as Chancelarias não falam dos meãos nem dos mais pequenos, pois não têm cara nem voz na sociedade, ao tempo em que

100 VALDEAVELLANO, 1976: 222 e ss.

viveram. O mesmo acontece em relação à imensa maioria dos momentos de crise, marcados por grandes fluxos de sobremortalidade: fomes, pestes e guerras. Assim, a anos de subida populacional, outros há em que o número de almas terá sofrido uma acentuada redução.

Conhecemos alguns aspectos e medidas tomadas para nortear os comportamentos neste período. Sabemos, por exemplo, que os povos germânicos, sobretudo os Eslavos, não seguiam quaisquer normas e eram considerados totalmente prevaricadores das normas cristãs, pois, mesmo depois de cristianizados, continuaram as velhas práticas pagãs, tendo filhos das mulheres que quisessem. Em 755, Pepino, o Breve prescreveu «que todos os homens laicos, nobres ou não, fizessem casamentos de pública fama». Alguns anos depois, Carlos Magno promulgou, em 769, a interdição de casamentos consanguíneos até ao 7.º grau, e determinou que todos deveriam realizar-se *in faciae ecclesiae*. O § 42 da *Collection Générale des Capitulaires*, compilada por Ansegise para aplicar no Palácio, interditava o divórcio e, em caso de separação, a possibilidade de efectuar novo casamento.

Estas medidas, porém, tiveram de voltar a ser lembradas repetidamente, o que resulta da sua provável ineficácia. O próprio Carlos Magno teve quatro mulheres, a primeira das quais repudiada, e ainda seis concubinas. Teve dezoito filhos, dos quais quinze bastardos. Já o seu filho Luís, o piedoso e, antes dele, Pepino, o Breve só casaram uma vez, por convicção pessoal. Mas como tivessem várias mulheres com as quais não casaram, a natalidade no Paço aumentou.

O matrimónio era visto, no Direito Canónico e no do Rei, como forma de legalização da união de homem e mulher, com vista à procriação. A sociedade nem sequer aceitava, marginalizava inclusivamente, um homem que não casasse e morresse sem ter dado filhos à sociedade. Seria pior do que os ter bastardos. Excluíam-se deste caso os religiosos. No direito português pós-tridentino (1563, em diante), um matrimónio clandestino era aquele que não tivesse sido previamente anunciado através dos *banna*. Mas, muito antes do Concílio de Trento, as coisas não se passavam assim.

Com efeito, entre os inícios do século V e o século IX, vão confrontar-se na Europa Ocidental três concepções distintas do casamento: o direito romano, o germânico e a terceira própria do espírito cristão, que irá basear-se essencialmente no direito canónico[101].

Entre os Romanos do Baixo-império, o casamento era um acto meramente contratual, ou seja, o matrimónio passa a existir desde que homem e mulher se encontrem de acordo em serem, de então para o futuro, marido e mulher. Não existia, pois, qualquer acto formal, excepto a coabitação e a

101 GILISSEN, 1979: 56 e ss. Ver bibliografia indicada pelo autor em nota [11].

imperiosa necessidade de a mulher estar convicta de querer casar-se, caso contrário tratar-se-ia de violação. Assim eram os costumes, tal era a lei. A selar toda e qualquer situação, fosse qual fosse, impunha-se a *affectio maritalis* e a *commixtio sexuum* ou união sexual. Ou seja, a junção homem/mulher teria de ser consumada, para haver casamento de facto e de direito.

Na prática, destacavam-se quatro tipos de aliança: a) *cum manus*, uma forma de ligação que fazia passar a mulher para o poder do seu marido; b) a *conferratio*, ou casamento religioso; c) a *coemptio,* ou matrimónio por compra; d) o *usus*, ou matrimónio por prescrição aquisitiva da *manus* ou poder. O tipo mais usual era o casamento *sine manu*, ficando neste caso a mulher juridicamente no seu grupo familiar de origem, que acolhe o homem, mas sem este passar a pertencer à família. São requeridas certas formalidades para que haja *justae nuptiae*: um domicílio comum, sendo a mulher conduzida à casa de ambos, uma espécie de entrega da mulher ao homem a fim de provar-se que o casamento era um acto que decorria da consensualidade; a entrega de um anel e a redacção de um documento escrito, a fim de se registar o dote, um *instrumentum dotale*; por último, a união carnal, com prova.

Os povos germanos oscilavam entre a monogamia e a poligamia. Usavam a modalidade da *Raubehe*, ou seja do casamento por rapto, correndo o homem o risco da vingança por parte do grupo da rapariga. A *Kaufehe,* que consistia no casamento por compra, ou seja, a mulher era vendida pelo pai ou tutor ao marido ou ao procurador representante deste. A compra era levada a termo por dois actos. Em primeiro lugar efectuavam-se os *sponsalia*, ou esponsais, acordo fixado entre os dois chefes da família, mediante o pagamento de certo valor em dinheiro ou espécie. O consentimento da rapariga não era necessário. Talvez o fosse por parte do noivo, dado que o contrato era sempre feito por terceiros. Seguia-se a cerimónia nupcial, que consistia na entrega da noiva, a *traditio puella* ao marido, seguida de *copula carnalis*, pois só haveria casamento, *de facto* e *de iure* se a união fosse consumada. Havia festejos, o casal obrigava-se a determinados ritos e gestos simbólicos, como o cortejo nupcial, levando-se a noiva, ante o público, à cabana conjugal. Testemunhas escolhidas davam conta da recolha dos noivos ao leito nupcial.

Este era o casamento contratual e de pública fama. Mas haveria também outros que pouco tinham a ver com ele, designadamente o *Frilla* ou *Friedellehe*, muito usual entre famílias nobres. Consistia numa espécie de concubinato costumeiro, através do qual um importante elemento da família se ligava com uma pessoa de condição inferior.

No período subsequente às invasões, verifica-se uma certa evolução no casamento por compra. Por influência da Igreja, exige-se o consentimento da mulher, embora haja sérias dúvidas se tal foi respeitado. O homem entre-

gava, então, à mulher um anel aquando dos *sponsalia*. A compra podia efectuar-se seguindo o direito costumeiro dos Francos, pagando-se um soldo e um dinheiro, o que era apenas simbólico. A outra parte consistia na doação que o marido prometia à mulher ou dote *ex marito*, cuja importância variava segundo a condição social e a fortuna dos futuros esposos.

Para o Cristianismo, a base do casamento era o amor dos esposos e a vontade de casarem, sem intervenção da família. Só, então, o matrimónio se converteu numa instituição sagrada, simbolizada pela união de Cristo com a Igreja. A partir do Baixo-império e sobretudo na época merovíngia, a Igreja recomenda o respeito por determinadas formalidades, embora sem qualquer tipo de obrigatoriedade, a saber: a) Os *sponsalia*, compromisso solene dos futuros esposos que antecedia sempre o casamento; b) A *dotatio*, que consistia num dote entregue pelo noivo à noiva; c) A *traditio puella* ou entrega da noiva ao homem ou a quem o representasse. A Igreja proíbia a bigamia e a poligamia, dando o casamento como anulado se uma ou ambas as partes procedessem contra as regras que a instituição impunha nesta matéria, não permitindo uma nova união matrimonial[102].

Muito ficou por definir e tratar. Ficou por assegurar a evolução demográfica de tantos povos que habitaram a Península, desde tempos sobre os quais também não existem dados em número ou qualidade suficientemente claros. Partimos para tudo quanto dissemos da Família: do homem e da mulher que se juntaram e tiveram filhos. A média foi de cinco almas. Daqui para a frente, foi só fazer as contas e muitas delas batiam certo com os informes de Políbio, Estrabão, César e de quantos mais. Alguns deles dos nossos dias ou muito pouco anteriores a nós.

Pareceu-nos interessante a possibilidade que nos foi dada de delinear um fio condutor que partiu de culturas pós-hominídeas, localizadas em variados pontos da Terra, passando pelos diferentes períodos da Pré-História para a Idade Média, na Europa, na Península e em Portugal, e termos podido, em qualquer dos casos, apresentar as nossas observações. Entre elas, gostaríamos de destacar as seguintes:

1.ª A natural movimentação dos povos que ocorreu, como sempre, por motivos diversificados, o que não lhe retira o cariz de «natural movimentação».
2.ª Chegados ao extremo ocidental da Europa e, na impossibilidade de irem mais além, terem aqui permanecido e virem a organizar-se em sociedades mais ou menos complexas.

102 *Vide* KALIFA, 1970: 194-225; GILISSEN, 1979: 564-572, com vasta bibliografia sobre o assunto; GAUDEMET, 1980: 424-453, com abundante bibliografia; SILVA, 1962.

3.ª Não ter sido homogénea a forma de aceitação dos vindouros pelos indígenas: a espada no interior, a pena nas zonas costeiras de Barcelona à Galiza.
4.ª Mais desenvolvidos do que outros, os Romanos aproveitavam para submeter esses povos autóctones ao seu *imperium*, alicerçado sem excepção em finos pilares de fraca sustentação,
5.ª Todos, mesmo os mais fortes e numerosos, foram sensíveis ao longo dos períodos de hegemonia às culturas locais e muitos deles não conseguiram apagar a língua, o direito, a religião. Neste campo, o valor da família superou o do imenso inimigo.
6.ª Todos contribuíram, desde os menores aos maiores, aos quais a História foi bem mais favorável, para o aumento populacional que obrigava a um crescimento espacial ou vice-versa, isto é, melhores condições de vida podiam dar azo a um crescente número de almas.
7.ª Os legados de todas estas gentes reflectiram-se na cultura e no quotidiano das populações dos Reinos peninsulares: a língua e proximidade de sons; as regras jurídicas com que ricos e pobres tinham de confrontar-se; a religião que uniu os indivíduos dos mais variados cantos, mesmo os mais afastados, em todo o espaço hispânico; a autorização dos casamentos mistos e a integração de invadidos na Administração e em lugares do exército dos invasores; a numeração mais ou menos complexa de tanto proveito e uso.

À liça de finalização, impõe-se esta verdade lapalissiana: o facto de termos podido constatar que, cada vez mais e com uma maior clareza, o Historiador terá sempre nas suas pesquisas de exercer um trabalho laboratorial e «de grupo», porque terá de contar com as várias opiniões surgidas até então. E mais: ele terá de ter em conta as ciências que podem auxiliá-lo na sua composição e redacção da História, como a Antropologia, a Sociologia, a Demografia, a Economia, o Direito, a Arqueologia e Epigrafia, a Geografia e o Climatologia…, enfim, com estas e muitas mais ciências, sem as quais nada pode ser concluído. Mesmo que por um curto espaço de tempo, pois outros virão com novos dados, mas há a certeza de que contaram e partiram dos nossos, exactamente como nós.

3

Do século XI ao século XIV

Teresa Ferreira Rodrigues

O estado da investigação sobre os volumes e as grandes tendências de crescimento populacional neste período cronológico debate-se com problemas diversos, o primeiro dos quais nos remete para a questão das fontes existentes e metodologias possíveis. Não se trata, no entanto, de uma especificidade portuguesa, antes europeia e sobretudo mundial, uma vez que a Europa será de todos o espaço mais conhecido e estudado do ponto de vista das avaliações populacionais e comportamentos colectivos.

Em termos europeus parece consensual que os séculos XII e XIII foram marcados por um aumento populacional generalizado. Pouco se sabe, porém, sobre as modalidades desse fenómeno e respectiva repartição geográfica, bem como sobre o papel que terão desempenhado as diferentes variáveis micro demográficas, no que concerne os comportamentos do homem medievo. Escasseiam as fontes quantitativas e mesmo as quantificáveis.

Por seu turno, o interesse em arrolar ou registar os factos demográficos coadunava-se mal com o quadro conceptual do poder político e religioso, únicos que possuem força suficiente, interesse e meios para contar o número de almas[1]. Em 1068, Guilherme o Conquistador ordenou um recenseamento geral da população inglesa, reacendendo assim a tradição estatística nascida na Antiguidade. Tratou-se da *Descriptio totius Angliae*, conhecida por *Domesday Book*. Mas não existe na Europa outro caso semelhante de arrolamento. Foram realizadas algumas contagens em Itália[2] e França[3], mas pontuais, espaçadas e com os tradicionais objectivos de recrutamento militar e tributação fiscal. A

1 BULST, 1997: 168-184.

2 Veneza, devido à instabilidade decorrente da sua proximidade geográfica com o Império Bizantino, possui listagens de população desde 1073, embora de inspiração fiscal. A mais completa de todas data de 1258, embora se tenha perdido a documentação (BULST, 1997: 168-184).

3 Referimo-nos, em concreto, aos numeramentos de fogos, realizados na Normandia e na Provença em meados do século XIII (1236 a 1244, e 1265, respectivamente).

escassez de informação sobre totais e dinâmicas demográficas tornaram forçoso o recurso a informações, utilizadas por investigadores com diversas formações científicas, a fim de estimar valores possíveis de população residente em diversas épocas. Entre todas mereceram especial relevância os estudos efectuados com recurso a fontes literárias e alguns documentos de arquivo, como os arrolamentos de habitantes tributáveis e a incorporar nos exércitos, ou ainda o aproveitamento de vestígios arqueológicos. Uma leitura crítica das informações passíveis de utilização do ponto de vista demográfico não deixa, porém, de levantar a questão sempre latente da representatividade. Por exemplo, é muito discutível que as conclusões a que se chega sobre o número médio de anos de vida e os comportamentos face à fecundidade e mortalidade com base na análise das genealogias das famílias nobres possam ser aplicados à restante população. As suas estratégias matrimoniais e número de filhos, tal como o total médio de anos de vida ou outros indicadores, muito dificilmente serão repetidos pelos outros grupos da sociedade contemporânea. Do mesmo modo, o carácter lacunar da maioria dos dados arrisca-se a comprometer a validade das conclusões obtidas.

A investigação arqueológica tem contribuído para um melhor conhecimento das populações deste período, sobretudo no relativo às suas formas de distribuição e moldes de povoamento. Dados adicionais sobre mobilidade decorrem da pesquisa na área da onomástica, especialmente frutuosa no caso francês, onde entre 30 a 40% dos nomes reflectem a proveniência geográfica e assim podem servir para reconhecer possíveis direcções migratórias preferenciais. Ainda neste âmbito há que mencionar os ensaios antropológicos que têm tentado construir teorias baseados na desigual repartição espacial dos grupos sanguíneos a partir da análise dos ossos, ligando-os com as deslocações geográficas e a emergência de novas comunidades. Embora muitas sejam as dúvidas sobre a validade desta metodologia, ela poderá ser entendida como uma forma adicional de completar e/ou validar os resultados de outras pesquisas, nomeadamente arqueológicas e antropológicas, infelizmente pouco divulgadas em Portugal.

A nível da investigação histórica e documental, outros indicadores têm sido utilizados com o propósito de conhecer as dinâmicas das populações humanas, pese embora com resultados variáveis. Referimo-nos, a título de exemplo, às estimativas de densidade de povoamento feitas com base na avaliação das superfícies cultivadas, no movimento de arroteamento, na secagem dos pântanos, no alargamento das muralhas urbanas e no ritmo de ocupação dos espaços intramuros, no aumento dos cemitérios e na fundação de novos centros urbanos. Resta saber se estes casos podem ser vistos como uma consequência directa do aumento do número de indivíduos, e

não são o mero resultado de períodos de estabilidade política ou prosperidade económica. No entanto, este tipo de indícios fundamentais para a história da população nada contribui para a avaliação do volume de habitantes em determinado momento e local. Um último obstáculo se ergue ao demógrafo do passado, agora causado pela inexistência de informação à escala individual. Com efeito, mesmo quando conseguimos alguma aproximação ao total de residentes, trata-se do número de fogos ou cabeças de casal. Daqui decorrem as polémicas em torno do coeficiente mais adequado para obter um valor, ainda que grosseiro, do total de almas ou indivíduos. Estas hesitações são tanto mais inconclusivas, quanto o número médio a aplicar deveria ter em conta factores impossíveis de quantificar. Sabemos hoje que a dimensão dos núcleos familiares varia com as épocas, os locais, a actividade económica principal, o grupo social de pertença…

Em Portugal o propósito de conhecer os elementos que compõem a força do Estado acompanha a formação do mesmo e incide em alguns campos específicos de intervenção, nomeadamente nos volumes de população, de quantitativos militares, de réditos fiscais e listagens de bens e despesas. Esse interesse alarga-se, em termos de quotidiano, à simples contagem das coisas, dos fenómenos e dos grandes acontecimentos locais, embora esta seja uma realidade em relação à qual é impossível obter dados concretos para épocas tão recuadas. No início, a quantificação foi apenas o olhar do poder sobre o seu espaço político e sobre a realidade económica e social a que o mesmo correspondia, feito de modo a apreender os indicadores que lhe poderiam permitir controlar essa mesma realidade e conhecer em cada momento o seu estado geral[4].

A questão das fontes, ou antes, a sua escassez e carácter pontual e geograficamente circunscrito, assume uma importância indesmentível na análise dos longos séculos que medeiam entre a fundação da nacionalidade e a consolidação difícil dos poderes central e local, e a chegada à era estatística moderna. No período medieval, o registo dos grandes acontecimentos catastróficos, a contagem dos homens válidos para a guerra e os réditos a auferir por via da percepção de impostos ordinários e outros tributos indirectos, constituem a base possível para tentar delinear uma imagem, ainda que ténue, sobre quantitativos populacionais e respectivas características, em termos de volume, dinâmica de crescimento e distribuição espacial.

Os arrolamentos de besteiros do conto, de que se conhecem alguns exemplares, os censuais e tombos de natureza eclesiástica, as inquirições, os tributos fiscais e, mais tardios, os livros municipais de receita e despesa

4 SOUSA, 1995: 18-19.

e os inventários de bens, constituem os melhores exemplos de trabalho de quantificação do período medievo português. Outra fonte importante para conhecer este período é o *livro de memórias do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, mais conhecido por *Livro da Noa*, onde estão registados fenómenos inéditos, como epidemias, terramotos, secas ou inundações, que remontam ao século XIV[5].

De entre a documentação susceptível de fornecer dados com interesse para a história da população portuguesa destacam-se também os *libri censuales* ou *censuais*. Feitos com o objectivo de facilitar a gestão do património das grandes instituições eclesiásticas, enumeravam as pensões, foros, rendas e outros tributos que cada propriedade deveria pagar às igrejas ou padroeiros de que dependia. A mais antiga destas listagens, talvez mesmo a nível europeu, data de finais do século XI, tendo provavelmente sido mandada efectuar por Dom Pedro, bispo de Braga, para o Entre Lima e Ave[6]. Conhecem-se outros exemplos posteriores, nomeadamente para as terras de Guimarães e Montelongo, datando de meados do século XIII, o Censual da Terra de Panóias, também desse século, e o Censual do Cabido da Sé do Porto, já da centúria seguinte[7].

Os *arrolamentos dos besteiros do conto* eram efectuados com o objectivo prático de conhecer a força militar de que o monarca poderia dispor, em caso de conflito. Coube a Dom Dinis criar este exército, mais profissionalizado, disponível e fiel que o recrutado pelos processos tradicionais. Numa época marcada por grande instabilidade política, a sua existência tornava-se essencial ao poder central. Desconhecemos se e a partir de que momento passou a existir uma relação quantitativa entre o número de besteiros de cada conto e a população neles residente, de onde provavelmente estariam arredados os grupos sociais privilegiados. Da mesma forma, é-nos impossível saber se os critérios dessa relação se aplicavam do mesmo modo em todo o Reino. Não obstante, o arrolamento de besteiros é mais seguro que o rol de tabeliães no que respeita à estimativa populacional[8]. O rol mais antigo, do qual existe uma cópia do século XIV, remonta à segunda metade do século XIII e terá sido efectuado entre 1260 e 1279. Deste primeiro exemplar só se conhecem os dados referentes a parte da Estremadura, do Ribatejo (de Santarém a Abrantes) e da Beira Litoral, ainda assim a permitirem algumas ilações sobre as características de povoamento. Um século depois contamos com

---

5 CRUZ, 1968.

6 Data de período que medeia entre 1085 e 1095. Sobre esta fonte veja-se COSTA, 1959.

7 MARQUES, 1974; MARQUES, 1987; AMARAL, 1994.

8 É esta a convicção de MARQUES, 1980: 91-92.

um outro rol, datado de 1385, que se reporta à população do Alentejo, embora bastante parco em informações[9].

Com propósitos claramente económicos, as inquirições feitas em vários anos dispersos permitem ajuizar sobre o número local de habitantes de certas unidades administrativas ou religiosas. De iniciativa eclesiástica, a Inquirição de Torres Vedras, levada a cabo em 1309, constitui um bom exemplo quanto aos *items* arrolados, permitindo obter o cadastro da população residente, localização dos casais, culturas efectuadas e rendimentos médios anuais auferidos. Ainda em termos de dados com interesse sociodemográfico, nele é registada a naturalidade dos residentes e respectivas profissões.

O exemplo eclesiástico foi seguido pelos monarcas, neste caso com o propósito de limitar os abusos de poder, averiguar os direitos reais, os padroados e os reguengos. Surgem assim as inquirições régias, que abrangiam áreas geograficamente amplas, em relação às quais podemos conhecer a organização social e económica. As mais recuadas no tempo datam de 1220, ainda com Dom Afonso II[10]. Mas outras se seguiram nos reinados de Dom Dinis e Dom Afonso IV[11], importando ainda referir as de 1396, mandadas levar a termo por D. João I às terras da rainha, sua mulher (Comarca da Estremadura, essencialmente); as de D. Duarte aos almoxarifados de Viseu e Lamego, na Comarca da Beira, de 1433-1434; e em 1496, por D. Manuel I, logo que sucedeu a D. João II[12]. As inquirições de 1220 cobriram parte do Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Beira. Os seus resultados permitiram criar um cadastro, ainda que muito imperfeito, de propriedade, distribuição populacional e rendimentos gerais. Novas inquirições se efectuaram em 1284 e 1301 para a província do Minho e parte da Beira; em 1307 no Minho, em Trás-os-Montes e Beira; em 1335 de novo para Trás-os--Montes; no ano de 1339 para a zona do Porto; quatro anos depois em parte da província minhota; em 1373 no Alentejo; e em 1395 para uma vasta área da Beira interior[13]. À medida que se avança no tempo, aumenta a riqueza de informação com interesse populacional.

No final dos anos 80 do século XIII Dom Dinis introduziu um novo imposto geral, cujo montante oscilava em função do número de tabeliães existente em cada localidade. A mais conhecida de todas as Listas de Tabe-

9 MARQUES, 1980: 91-92.

10 *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones.*

11 Conhecem-se as dos anos de 1284, 1301, 1303, 1307, 1335, 1343, 1339-48, 1373, 1395.

12 Cf. Capítulo 4.

13 MARQUES, 1982: 155.

liães terá sido redigida entre 1287 e 1290. Abrange todas as regiões a Norte do Tejo e a comarca do Guadiana, no Alentejo, embora omita o Algarve e 42 cidades e vilas fora da jurisdição régia, tais como Braga, Porto, Pombal, Alcobaça, Tomar, Palmela e Setúbal[14]. A sua maior limitação é causada pela provável inexistência de uma proporcionalidade rigorosa entre o total de tabeliães e a população residente. Na realidade, o que o rol nos sugere é a relação entre o número de tabeliães e o volume dos actos notariais, ou seja, conta antes de mais como um indicador de vitalidade económica. Apenas na medida em que o montante de tabeliães varia de acordo com o número de habitantes e/ou o seu nível de riqueza, esta informação pode ser utilizada para uma estimativa grosseira, como mera ordem de grandeza[15]. Para além de informações sobre a distribuição da população e áreas de desigual dinâmica económica, as listas de tabeliães fornecem dados interessantes sobre o tecido urbano da época, em termos de quantidade e dimensão relativa[16].

Ainda na mesma linha de actuação, e com objectivos semelhantes, surge o *Rol das Igrejas*, datado de 1320-1321, o qual constitui a primeira fonte conhecida de âmbito nacional e com carácter quantitativo sobre a riqueza e formas de distribuição das gentes portuguesas. Esta listagem aparece na sequência da Bula *Apostolicum Sedis*, concedida por João XXII a Dom Dinis. Através dela é dada ao rei de Portugal uma décima parte de todos os rendimentos eclesiásticos dos Reinos de Portugal e do Algarve por três anos, exceptuando as rendas pertencentes à Ordem de Santiago. Estes réditos seriam utilizados na luta contra o infiel[17].

O período que se estende do final do século X ao início do século XIV é marcado na Europa por uma clara tendência de evolução positiva e ininterrupta do volume de habitantes, apesar das crises de subsistência que continuam a irromper com alguma regularidade[18]. Em termos objectivos, a população europeia terá duplicado entre 1000 e 1340, passando de 24.7 para 55.9 milhões[19]. Estima-se que a população europeia tenha aumentado lentamente (apenas 0.08% ao ano) entre 1000 e 1200, embora com desigualdades regionais, acelerando-se essa dinâmica até ao último quartel do século XIII. Os primeiros indícios de crescimento verificam-se nas regiões próximas do Mediterrâneo, logo a partir de 920 ou 930. O Norte de Itália

14 MARQUES, 1980: 91-92.
15 MARQUES, 1980.
16 MARQUES, 1980: 69-72.
17 MARQUES, 1987: 15.
18 RUSSELL, 1987.
19 Foram contabilizados os povos da Europa Ocidental, a Alemanha, a Escandinávia e a Hungria.

e os Países Baixos são os principais beneficiários e os mais densamente povoados. Provença e Catalunha viram igualmente crescer o número dos seus habitantes, sobretudo nos centros urbanos. A tendência positiva estendeu-se de seguida ao longo das rotas de comércio e linhas de água, pelas costas atlânticas e pelo Mar do Norte, chegando progressivamente ao interior do continente europeu e à Europa de Leste. Na Península Ibérica, o processo de crescimento foi entravado pela divisão do território entre cristãos e muçulmanos e pelo processo de guerra contínua. Não obstante, a partir de 1280, os progressos tornaram-se mais lentos em todo o espaço europeu e as primeiras décadas do século XIV são marcadas por graves acidentes demográficos[20].

Alguma tem sido a discussão sobre as causas do crescimento populacional neste período, mas sem respostas claras[21]. Aponta-se o aumento dos níveis de fecundidade e a descida dos níveis de mortalidade infantil, desconhecendo-se os motivos que a tal poderiam ter induzido, mas que poderão estar relacionados com uma maior estabilidade e segurança das famílias e menor exposição às crises frumentárias. Por seu turno, a dieta alimentar foi enriquecida, com o aumento de consumo de peixe e carne[22] e uma maior variedade de frutos e legumes dados a conhecer pelos Muçulmanos, o que poderá ter melhorado a resistência física perante determinadas doenças. Do ponto de vista técnico, as mudanças introduzidas nos utensílios agrícolas, nas formas de tratamento dos solos, bem como a diversificação das culturas contribuiu para aumentar as probabilidades de sobrevivência e reduzir o risco de fome. Sublinhe-se a importância da passagem da divisão bienal, pela trienal e o aumento dos instrumentos de ou com ferro. O modo de atrelagem da besta e a utilidade da charrua que, no entanto, não dispensa o arado, nem este a enxada. O ferro é de tal modo importante que as dívidas contraídas ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra serão parcialmente pagas através de um leilão em hasta pública de objectos como facas, enxadas, enxós, candeias. Ferrugentos, inteiros ou partidos, em peças.

A estrutura da rede urbana e dinâmica relativa de crescimento espelha a distribuição geral dos efectivos humanos. Se é verdade que não existe processo de crescimento urbano sem aumento populacional, não é menos certo que o factor geográfico introduz um novo dado. Nestes séculos crescem mais os centros urbanos que aliam um posicionamento geográfico

---

20 BULST, 1997: 170 e ss.

21 DUBOIS, 1988: 207-267.

22 Nomeadamente de carne de lebre, comum na Península Ibérica, cujo consumo a partir do século XII se expande até Inglaterra.

favorável e oferecem, por essa via, melhores condições de existência[23]. Este facto está provado em cidades como Bolonha e Pádua. O fenómeno de crescimento urbano é particularmente intenso nos séculos XII e XIII, traduzindo-se na consolidação dos núcleos já existentes e na fundação de novos centros, sobretudo na Europa ocidental. Em 1300, cerca de 9.5% da população europeia vivia em cidades, na sua maioria criadas em torno de um castelo defensivo. Atingiam-se valores máximos de cerca de 25% de residentes urbanos no Norte de Itália, na Flandres e no Barbante. Na Península, os avanços da Reconquista contrariaram a tendência geral europeia. Em Sevilha e Toledo, a fuga à aproximação do inimigo provocou uma redução substancial do número de residentes urbanos[24]. Ao iniciar-se o século XIV, mais de uma centena de cidades europeias possuíam 10 mil ou mais habitantes[25], outras tantas contavam entre 5 e 10 mil, embora a esmagadora maioria não ultrapassasse a fasquia das 2 mil almas.

A sociedade europeia dos séculos XI a XIII apresenta diferentes tipos de mobilidade, que se estendem às gentes rurais, o que nem sempre tem sido tido em conta. Embora seja impossível contabilizar estes movimentos, sabemos que na Europa de então as migrações parecem especialmente intensas na fronteira a Leste, na Península Ibérica e na Terra Santa, como efeito dos processos de colonização[26], reconquista e cruzadas. Estas últimas terão contribuído para atenuar os efeitos do acréscimo das densidades de povoamento em várias zonas e aliviar tensões em Reinos já bastante consolidados, como o francês. O Papa Urbano II refere-se em 1095 a este aspecto, incentivando os povos à Guerra Santa[27]. No caso das cruzadas, este aspecto alia-se a motivações de ordem espiritual.

Nesses anos, os estados ibéricos necessitavam de gente para as campanhas militares e também para confirmar a posse do território recém-conquistado. Aliás, os avanços territoriais poderão ter sido travados pela falta de gente disposta a colonizar as novas terras, apesar das vantagens prometidas. Cidades como Valência, Sevilha e Lérida confrontaram-se com este problema,

---

23 Regiões costeiras e/ou com boas acessibilidades, situadas em regiões de solos férteis e com boas condições climáticas.

24 BULST, 1997: 177.

25 Paris era a maior das grandes cidades, com cerca de 200 mil residentes. Seguia-se Constantinopla. Veneza contava com 110 mil residentes, Milão, Génova e Florença, com 100 mil, Londres com um pouco menos (BULST, 1997).

26 A colonização para oriente envolveu sobretudo povos alemães.

27 Refere que o espaço vital era já demasiado pequeno, conduzindo os homens à perda de valores morais e mesmo à guerra entre si. Deste modo, aos verdadeiros cristãos só restava irem fazer a guerra onde era justificável fazê-lo (BULST, 1997: 179).

tendo a última acabado por ser parcialmente povoada por cidadãos de Toulouse. Italianos, franceses, alemães e ingleses participaram na empresa da Reconquista[28].

Também a conquista de Inglaterra em 1066 provocou movimentos populacionais de algum significado. Entraram 65 mil normandos, mas as perdas foram enormes, não tanto como consequência da guerra, antes pela fuga das populações. As cidades foram especialmente afectadas. As migrações foram para muitos definitivas, tendo como destino a Escócia, a Irlanda ou o País de Gales. Outros foram mais longe, para a Península Itálica, Constantinopla e mesmo Escandinávia[29].

Mas o grosso das migrações medievais fazia-se em curtas distâncias, num raio de 10 a 30 Km, com o predomínio do fluxo em direcção às cidades ou centros com alguma dinâmica económica. Esta tendência é comprovada pelo facto de cerca de um terço dos residentes urbanos apresentar naturalidades diversas ao local de residência, com variações percentuais que se explicam pelo seu poder de atracção. Só as grandes cidades, com mais de 10 mil habitantes originam movimentos inter-regionais, com vantagem para as marítimas, de que Veneza e Toulouse são os melhores exemplos a nível europeu. Estes locais são também aqueles que com maior probabilidade possuem comunidades estrangeiras com algum significado estatístico.

Mais difíceis de conseguir são indicadores relativos à dinâmica natural e comportamentos colectivos. Informações sobre níveis de mortalidade só podem ser obtidas a partir de estudos de índole arqueológica e datação de ossadas; a natalidade e fecundidade limitam-se à estimativa do número médio de filhos, baseadas no estudo das genealogias das famílias locais mais importantes. Para além de uma visão incompleta, porque não são registados os nado-mortos e os recém-nascidos, esta documentação pouco reflecte a realidade da época, dadas as diferentes estratégias familiares dos grupos dominantes a que já aludimos. O mesmo tipo de problemas surge ao tentar generalizar os resultados obtidos sobre idades médias ao casamento.

No que concerne os níveis de descendência média, e já excluindo cerca de um terço dos casamentos inférteis e os nascimentos ilegítimos, o número médio de filhos por casal entre 1050 e 1300 oscilaria num cenário baixo entre os 4.2 e os 5.2 na Europa ocidental e do norte, respectivamente[30]. Não obstante estes valores confortáveis, a realidade era bastante adversa para as primeiras idades e diminutas as probabilidades de sobrevivência. Estudos

---

28 McKAY, 1991.

29 RUSSELL, 1987.

30 FOSSIER, 1982: 235.

realizados em vários cemitérios europeus permitem concluir que dos nascidos em cada geração mais de metade sucumbia até aos 14 anos[31].

A idade média ao primeiro casamento aumentava à medida que descia a escala social. Na véspera da eclosão da Peste Negra em Inglaterra as mulheres casavam pela primeira vez entre os 21.4 e os 24 anos, os homens mais tardiamente, entre os 26.1 e os 31.6 anos. Cerca de metade da população era solteira, mais homens que mulheres, o que é consequência não apenas de elevadas percentagens de celibato definitivo, mas também de práticas tardias de matrimónio e das mortes femininas por parto, que contribuíam igualmente para reduzir o número de nascimentos e de filhos por mulher[32].

A dimensão média dos fogos e respectiva composição interna constituem outros indicadores da máxima relevância no âmbito da história da população. Na segunda metade do século XIII e primeira metade da centúria imediata, o número médio de habitantes por fogo oscilava entre os 4.5 e 5 indivíduos em França e Inglaterra, e a maioria apresentava características de tipo nuclear[33]. Raros eram os casos de coabitação de três ou mais gerações, o que também se justifica pela reduzida esperança de vida do homem medieval, que em média rondaria os 25 anos no século XIII. Este indicador variava porém, de acordo com o grupo social de pertença e os riscos inerentes ao clima de guerras constantes em que se vivia, como vieram demonstrar investigações efectuadas em Inglaterra, na Hungria e nas cidades do norte de Itália[34].

1. Avaliações globais e povoamento

«A Reconquista não resulta apenas do crescimento demográfico, mas tem muito a ver com ele»[35]. Apesar das limitações impostas pela perca de vidas humanas nesse período e pela fuga das populações à medida que os reis católicos avançavam para sul, a maioria dos historiadores portugueses defende a teoria de um aumento populacional consistente entre os séculos XI e o início do século XIV. Só este facto teria permitido consolidar uma unidade orgânica e politicamente operativa, apesar das diferenças entre o norte atlântico e o sul, entre o litoral plano e urbanizado e o interior montanhoso

31 BULST, 1997: 182-183.
32 HALLAM, 1985: 55-69; SMITH, 1991: 25-77.
33 Casal com ou sem filhos.
34 SMITH, 1969: 1299-1312; HERLIHY, 1975: 1-22.
35 MATTOSO, 1991: II, 26.

e pouco povoado. A norte esta tendência positiva terá sido iniciada porventura no século anterior, de acordo com vários indícios documentais[36].

Alguns estudos com carácter geograficamente circunscrito parecem comprovar que os valores obtidos no final do século XIII são bastante superiores aos do passado recente. Embora partam de indicadores diferentes, parece existir alguma consonância quando à tendência positiva de crescimento demográfico entre os últimos anos do século XI e o final do século XII, desacelerado ou mesmo estabilizado entre esta última data e o final da centúria seguinte. Possuímos o exemplo do Entre Douro e Minho, partindo do estudo comparativo do número de casais arrolados nas inquirições de 1220 e nas de 1258. O acréscimo foi notório, embora superior nos locais de maior densidade populacional, como no julgado de Guimarães, onde se observa uma variação de mais de 40%[37].

Outros fortes indícios de aumento do número de residentes no período XI-XII, que terá sido mais intenso e precoce na zona norte, politicamente mais estável, são sugeridos pela fundação de «vilas novas» e «vilas meãs», bem como pela emergência de novos mosteiros masculinos e femininos. A terminar o século XII é também dado como concluído no Entre Douro e Lima o processo de criação de paróquias rurais, cujo número só voltará ser alterado na época moderna. A norte tudo pára no século XIII e parece que a dinâmica demográfica se concentra no limite sul do espaço nacional, como se pode inferir dos estudos realizados para o Baixo Mondego e a Estremadura nesse período[38]. Nas terras do sul desbravaram-se matas, secaram-se pântanos e novas póvoas marítimas surgiram, na sequência da política régia de impedir o avanço das dunas em direcção às zonas de cultivo. As migrações de gente do norte em direcção a sul explicam este desigual comportamento.

As investidas almóadas do período 1184 a 1191 provocaram deslocações da população cristã estacionada na Estremadura, que se refugia mais a norte. Por seu turno, a sucessão de maus anos agrícolas que caracteriza a última década do século XII e os vinte primeiros anos do seguinte afecta negativamente as populações. A documentação coeva assinala esses momentos conturbados e o grassar da fome e da instabilidade. Em 1188 é assinalado um surto epidémico que alguns afirmam tratar-se de uma primeira manifestação de peste em Portugal, a qual terá causado «sumo estrago»[39].

---

36 MARQUES, 1982: I, 90 e ss.

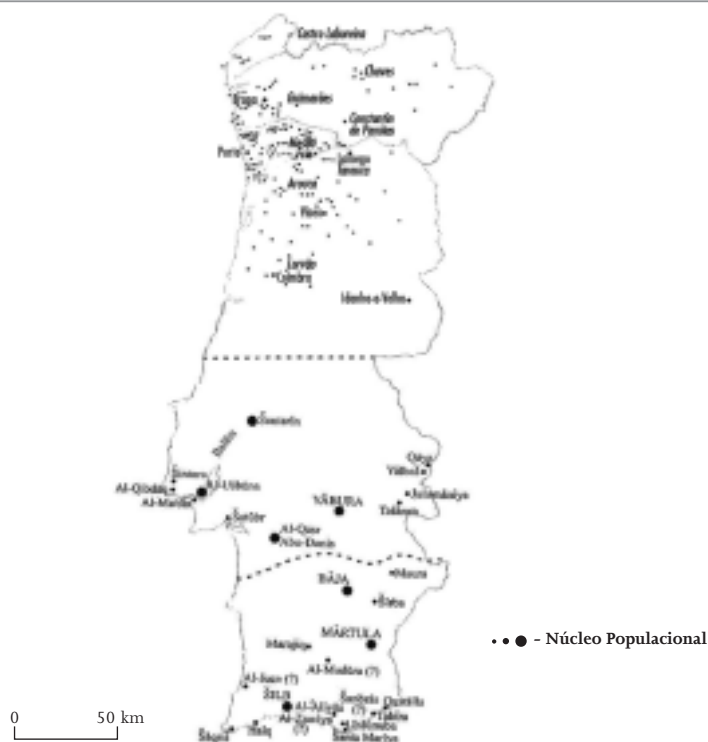
37 COELHO, 1990.

38 COELHO, 1983.

39 FERREIRA, s/d: I, 406-408.

Pilhagens, conflitos e venda de bens são recorrentes. Mas terminada esta conjuntura adversa, a população volta a aumentar.

Portugal contava com uma superfície de cerca de 34 mil Km^2, idêntica a Aragão, Navarra e à maior parte dos taifas do sul. No cômputo real, não continha mais de 400 mil habitantes. Este valor resulta da estimativa feita para o bispado de Braga (100 mil), a que deveremos juntar outros 100 mil para o bispado do Porto e mais 200 mil indivíduos dispersos no resto do território[40]. Mas se acrescentarmos a este valor o das populações a residir naquele que será o território nacional, poderemos avaliar em pelo menos meio milhão o total de habitantes do futuro Reino de Portugal e do Algarve no início do século XII.

Povoamento do futuro território português (séculos XI-XIII)

Fonte: MARQUES e DIAS, 2003: 59-60.

40 MARQUES, 1982: 91.

Com efeito, em meados do século XII Portugal surgia referenciado como um reino de dimensão média em contexto peninsular. A distribuição populacional era irregular e manteve características diversas, baseadas na dicotomia norte/sul. O povoamento era denso no Minho, no Vale do Douro e na Beira Alta, embora disperso. Nessa região, com excepção de Braga, de Guimarães, do Porto, de Coimbra e, até certo ponto, de Bragança, não existiam cidades de média ou grande importância. As densidades de povoamento aumentavam à medida que caminhamos para norte, sobressaindo a região entre os rios Minho e Ave. Da margem sul do Ave à bacia do Douro as densidades médias deveriam ser ainda mais elevadas[41]. A este centro dinâmico do Portugal cristão sucediam espaços menos povoados, mesmo sem aludir à fronteira de Reconquista, onde a insegurança explicava os fracos níveis de fixação humana. A actual província transmontana era pouco ocupada, dadas as características do solo, relevo e clima.

Ainda assim, a homogeneidade nos tipos e formas de povoamento era um dos trunfos do reino de Portugal, porque, a par de outros factores, lhe garantia coesão interna. O povoamento estava disperso em pequenas herdades, casas e arroteias, com grande número de vilas e unidades rurais de alguma dimensão. Braga era a maior cidade do Norte, com quatro paróquias e um número provável de 5 mil residentes. Embora tivesse perdido área e importância estratégica em relação ao passado, mantinha uma certa magnificência política, religiosa e económica, patente na construção da sua catedral, iniciada em finais do século XI. Seguia-se Coimbra, a capital do sul, que numa área ligeiramente inferior a Braga albergava população idêntica ou superior. À medida que o processo de reconquista evoluiu, esta última viu fortalecer-se a sua posição. Por seu turno, a cidade do Porto ocupava um modesto terceiro lugar, com cerca de metade da superfície da anterior. Menos importante, quase se equiparava a Chaves. Os demais centros com funções urbanas eram pequenos, mesmo no contexto da época. O final do século XI assiste ao aumento de localidades secundárias, como Guimarães, Constantim de Panóias, Mesão Frio, Vila Nova de Gaia ou Castro Laboreiro, que beneficiaram da concessão de privilégios para que o seu povoamento se reforçasse. O acréscimo demográfico está patente nos forais passados a localidades recém povoadas, de que são exemplo São João da Pesqueira, Ansiães, Freixo ou Ponte de Lima.

No reinado de Dom Sancho I ocupam-se áreas nas províncias das Beiras e Trás-os-Montes até então quase desertas. Este facto coexiste com a subida das densidades de ocupação humana, a qual justifica o parcelamento das

41 MARQUES, 1982: 90.

«vilas» por um número crescente de filhos segundos. Os próprios casais, unidades territoriais bem mais modestas, eram parcelados, com o objectivo de garantir algum rendimento aos herdeiros sobreviventes em idade adulta. Não obstante muitos deles se viam forçados a migrar para outras terras ou para os centros urbanos. Uma parte beneficiou com o avanço dos arroteamentos e a fundação de novos lugares e aldeias, fenómeno mais visível no Minho e no vale do Douro. Esta tendência sustenta a teoria de Oliveira Marques, de que «o movimento resultou muito mais de necessidades internas de crescimento (afectando sobretudo províncias pacificadas e de há muito estabilizadas) do que de consequências da Reconquista, com o objectivo de preencher espaços vazios causados por guerra e destruições»[42].

Em meados do século XI cerca de 53 mil Km^2, mais de metade da superfície do futuro Portugal, eram ainda muçulmanos. Cem anos mais tarde essa parcela reduzira-se 70% e em 1238 apenas 2,5 mil Km^2 lhes restavam. O povoamento concentrado caracterizava a vivência a sul do Tejo, em parte resposta às condições geográficas e estrutura económica local. Os grandes centros populacionais situavam-se na Estremadura, no Alentejo e no Algarve. Lisboa, Santarém, Alcácer, Évora, Estremoz, Juromenha, Moura, Elvas, Sines, Beja, Serpa, Mértola, Faro, Tavira, Silves e Loulé eram as maiores, entre muitas. O dinamismo destes centros explicava-se do ponto de vista económico mas também estratégico, como no caso de Elvas. A repartição populacional no espaço era variável, com o povoamento junto às linhas de água a favorecer a concentração ao longo do percurso do Guadiana e para leste de Évora e com densidades confortáveis na região do vale do Tejo e península de Setúbal. No resto do território amplas superfícies permaneciam quase desabitadas, sobretudo no Alentejo, escassamente povoado, se excluíssemos os aglomerados urbanos. Só no litoral algarvio o povoamento era contínuo, com uma dinâmica semelhante à de outras partes do norte cristão, favorecidas por uma economia variada e próspera. Lisboa e Santarém eram as maiores cidades da metade sul, embora fossem perdendo população à medida que os cristãos se aproximavam. A primeira, com os seus 15 hectares de extensão e uns 5 mil habitantes, era uma grande cidade do al-Andalus, embora não comparável em dimensão a Málaga ou Córdova. No entanto, era maior que Braga ou Coimbra.

A união entre o norte cristão e a parte sul, essencialmente muçulmana, teve várias consequências do ponto de vista demográfico. A primeira delas prende-se com os efeitos da guerra, designadamente o aumento da mortalidade (mais masculina para os invasores, mais indiferenciada para os

---

42 MARQUES, 1982: 93.

invadidos); a fuga das populações em risco, que terá sido substancial, ao deslocar famílias para zonas mais afastadas da frente de conquista, escolhendo outras cidades peninsulares ou o norte de África. Em muitos casos ficaram nos centros recém-conquistados apenas os mais pobres, velhos e doentes. Muitos acabaram por ser reduzidos ao cativeiro. Algumas cidades e aldeias poderão ter perdido entre um terço e metade do total de residentes. A maioria da população de origem judia acabou por permanecer, mas a emigração dos muçulmanos que numa fase inicial se mantiveram nos locais conquistados continuou a efectuar-se muitos anos depois. Só lentamente o processo de miscigenação diminuiu o fluxo de saídas.

A descida populacional provocada pelos eventos de reconquista e os ajustamentos sociais dos primeiros anos terá sido colmatada nas gerações seguintes, embora se desconheça o ritmo desse processo. É possível que os níveis de natalidade tivessem registado uma ligeira subida nos séculos XII e XIII, à semelhança do que acontecia noutras partes da Europa. Mas também sabemos que o fenómeno de repovoamento terá sido incrementado por uma política régia e eclesiástica, que se mostrava claramente favorável à vinda de novos povoadores para as áreas menos ocupadas. Atestam-no as concessões de privilégios tributários e de autonomia administrativa que conhecemos para esses anos[43]. Esta prática não só facilitou a tarefa do poder político, como poderá ter contribuído para aliviar alguma tensão, provocada pelas já referidas altas densidades de ocupação a norte do Douro. Numa primeira fase, as cidades e outros locais bem defendidos foram os mais procurados, mas de seguida a ocupação alargou-se às áreas rurais e mesmo a zonas incultas. Os mais pobres e alguns grupos socialmente marginalizados foram os mais facilmente atraídos pelas novas oportunidades. Existem provas documentais da sua concentração em regiões de fronteira ao longo de toda a segunda metade do século XII[44].

Uma primeira estimativa da população portuguesa pode ser tentada com base nas *Inquirições* de 1258, embora se reconheça que nem todos os casais foram contabilizados e que a própria designação de casal levanta a tradicional questão de adiantar um coeficiente que permita estabelecer um valor aproximado quanto ao número de indivíduos. José Mattoso utiliza na *História de Portugal* a média de 5 habitantes/fogo, embora mencione que ela pode pecar por defeito, sobretudo na região norte, dada a maior complexidade dos agregados aí situados[45]. Por seu turno, Oliveira Marques serve-se do *Rol*

43 MARQUES, 1982: 139.
44 MATTOSO, 1993: III, 91.
45 MATTOSO, 2002: III, 260-261.

dos Tabeliães, datado de finais do século XIII (1287-1290) para apontar um volume possível de efectivos.

Estimativas Populacionais segundo o número de tabeliães (1287-1290)

Regiões	Área	1/tabelião/Km²	Hab./km²	Estimativa Pop.
Entre Lima e Minho	7000	1/100	29.4	44100
Entre Douro e Lima		1/73	40.0	120000
Diocese do Porto		1/136	21.5	32250
Diocese de Lamego	27000	1/160	18.2	43680
Diocese de Viseu		1/177	16.5	64350
Diocese de Coimbra		1/566	5.0	44500
Diocese da Guarda		1/576	5.0	49000
Trás-os-Montes	11000	1/520	5.6	61600
Estremadura	6000	1/107	27.4	164400
Alentejo	30000	1/1200	2.4	72000

Fonte: MATTOSO, 1993: 261; MARQUES, 1987: 1,159.

Em finais do século XIII, os pequenos aglomerados populacionais eram a regra em Portugal, já que em mais de 63% das localidades arroladas apenas existia um tabelião e 19% possuíam entre dois e três. Como seria de esperar, estes casos eram frequentes no Norte, no bispado de Lamego e na região de Entre Lima e Douro. O bispado de Lisboa destacava-se com mais de metade das localidades a possuírem três ou mais tabeliães. É impossível comparar os seus resultados com os do Porto, por faltarem informações sobre a cidade, mas é provável que este último, juntamente com Lisboa, fossem as zonas mais ricas do Reino, a avaliar pelas importâncias pagas pelos dois bispados. Lisboa pagava mais que todos os outros; mas a província mais rica era a da Beira, porque incluía os bispados de Lamego, Guarda, Viseu e Coimbra. No entanto, quando relacionamos este indicador com a superfície, as posições relativas alteram-se: o Entre Douro e Minho surge como a zona mais densamente povoada (1 libra por cada 2.2 km² e 1 tab/104 km²), seguida da Estre madura (1 libra por cada 2.9 km² e 1 tab/171 km²), a Beira (1 libra por cada 7 km² e 1 tab/385 km²), Trás-os-Montes (1 libra por cada 6 km² e 1 tab/520 km²). Por fim o Alentejo, o mais pobre e despovoado (1 libra por cada 21 km² e 1 tab/1200 km²).

A junção das inquirições de meados do século XIII e do rol de tabeliães de finais do mesmo sugere que, a terminar o século XIII, a população portuguesa rondaria as 700 mil almas, distribuídas de forma muito diversa entre as metades norte e sul[46]. O Minho, a região do Porto e a Estremadura

46 MATTOSO, 1993, III: 261.

Povoamento de Portugal em 1290

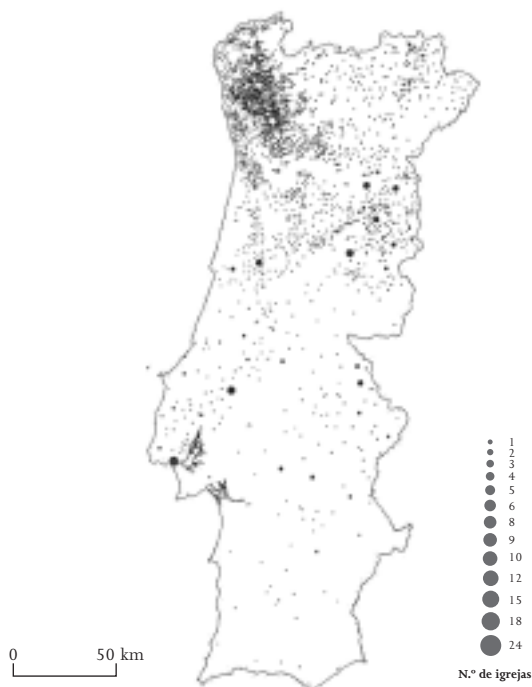
Fonte: MARQUES e DIAS, 2003: 80.

possuíam densidades elevadas, enquanto a sul se registavam os valores mínimos. A província de Entre Douro e Lima era dezassete vezes mais densa que o Alentejo. O confronto dos resultados anteriores com a imagem que nos é dada pelo Rol das Igrejas de 1320-1321, na véspera da crise do século XIV, não altera as posições relativas de cada região no que respeita às formas de ocupação do espaço[47]. No norte litoral e estendendo-se em direcção a Vila Real, Viseu e Coimbra, o povoamento de características dispersas poderia considerar-se concluído, com um número de freguesias que pouco difere do actual. O mesmo sucedia em diferentes partes do que é hoje o distrito de Aveiro. Tratava-se de um rendilhado de pequenas freguesias, semelhantes às que existiam na província beirã, embora aí se destacassem alguns centros urbanos de razoável dimensão[48]. Aliás, Coimbra e Montemor-o-

47 MARQUES, 1987: 17, MAPA.

48 Como a Guarda, Pinhel Trancoso, Sabugal, Celorico da Beira, Alfaiates, Castelo Rodrigo, etc. (MARQUES, 1987: 19).

-Velho eram grandes cidades, à semelhança de Viseu. À medida que se caminhava para sul, o povoamento adquiria uma feição mista, como acontecia na zona circundante de Leiria. Por seu turno, Castelo Branco, Estremadura e parte do Alentejo assemelhavam-se a desertos ponteados de núcleos urbanos. No litoral poucos eram os aglomerados populacionais com alguma força, excepto na faixa algarvia, ainda assim escassamente ocupada do ponto de vista humano.

Povoamento de Portugal em 1320-1321

Fonte: MARQUES e DIAS, 2003: 81.

2. Rede urbana

Em termos globais, a concentração urbana durante os séculos XII e XIII fez-se ao longo de uma faixa contínua de sentido norte-sul, que incluía Braga, Guimarães, Porto, Coimbra, Santarém, Lisboa e Évora. A primeira fazia a ligação com Santiago de Compostela e o Reino de França; a última dirigia-se a Sevilha, via Badajoz, a Mértola e à linha do rio Guadiana. No

interior existiam apenas alguns centros de dimensões reduzidas. Após a unificação, este será o eixo de maior vitalidade económica.

No século XIII o povoamento do litoral registou importantes progressos. Prova desse esforço reside na criação das póvoas, aldeias piscatórias criadas por determinação régia, senhorial ou apenas surgidas espontaneamente. Eram mais numerosas a norte do Tejo, embora pequenas e pouco importantes em termos económicos, excepto à medida que se foi generalizando o consumo de peixe, facto que não é de somenos importância no perfil sanitário do homem medievo. As duas maiores cidades do Reino situavam-se no litoral, embora tivesse sido o desenvolvimento de Lisboa o fenómeno mais notório nesse período medievo. No século XII, esta era tão populosa quanto Coimbra, Braga, Évora ou Silves, mas o seu crescimento foi de tal modo vincado que dois séculos mais tarde, a findar o século XIV, o número dos aí residentes seria quatro a cinco vezes superior a qualquer outra cidade. Esse aumento verificou-se a partir de meados do século XIII[49] e o alargamento do povoamento para terrenos fora dos limites urbanos é um resultado visível deste fenómeno. Situação geográfica e condições climáticas podem ser considerados nesta fase os factores chave do processo evolutivo da urbe. Outro aspecto a considerar decorre do facto de Dom Afonso III ter eleito a cidade como capital do Reino, objectivo ratificado pelos seus sucessores imediatos. A transferência da administração central para Lisboa permitiu consolidar o papel do sul em termos políticos e económicos.

Por todo o Reino, o crescimento urbano foi superior ao rural, embora mais conjuntural. As condições de localização, de relevo e de acessibilidades aliaram-se, dando vantagem às urbes marítimas. A facilidade do transporte foi-lhes vantajoso nestes anos conturbados, enquanto cidades como Bragança ou Guarda só puderam desenvolver-se quando a estabilidade política se consolidou. A função económica foi determinante para os diferentes futuros dos centros urbanos, sobretudo no que concerne a capacidade de serem servidos por meios de transporte de grosso trato.

A segunda metade do século XIII é marcada pelo desenvolvimento económico e o equilíbrio social, que decorre em paralelo com a redução da frequência de crises alimentares, tornada possível pelo aumento da superfície agrícola cultivada, uma maior produção de alimentos, incluindo o já referido consumo de carne e peixe, e a melhoria da rede de transporte e abastecimento das cidades. Dinamiza-se a vida urbana. Cresce o número de paróquias em Lisboa e Santarém, surgem novas igrejas, colegiadas e conventos mendicantes. Cidades como Porto e Coimbra registam níveis inédi-

---

49 MARQUES, 1982: 161.

tos de densidade populacional. Numa outra frente prosseguem os arroteamentos e a criação de novas comunidades piscatórias, junto ao litoral. A ocorrência de várias crises alimentares e epidémicas pontuais não trava a tendência positiva do crescimento demográfico. No entanto, este está prestes a terminar.

Também na perspectiva das dinâmicas urbanas, o rol dos tabeliães permite uma imagem global da questão, ao enumerar o número total de agregados populacionais de cada zona e a sua dimensão ou importância no contexto global. As regiões do Minho, bispado de Lamego e Douro possuem uma situação privilegiada. Todos os seus aglomerados detêm no mínimo um tabelião e surgem a uma curta distância entre si, o que sugere a existência de uma rede urbana mais consolidada que em qualquer outra parte do Reino. Em Trás-os-Montes, Coimbra e sobretudo na Guarda e no Alentejo esses aglomerados não só são em menor número, como aparecem dispersos. No entanto, só a sua visualização permite julgar de facto esta eventual distância média. Se relacionarmos os resultados apresentados no quadro anterior com o número de tabeliães existente em cada centro, de acordo com a sua pertença a determinada região, obtemos uma imagem mais correcta sobre a rede urbana portuguesa, com a vantagem de ficarmos mais próximos de obter uma hierarquização demográfica.

No final do século XIII, Lisboa contava pouco mais de 60 ha e era relativamente pequena em contexto europeu, equiparando-se a cidades como Luca, Almeria ou Amesterdão[50]. Os pequenos aglomerados populacionais

Número de Agregados Populacionais, por região, em finais do século XIII

Bispados e regiões	Área (km^2)	Agregados	Agregado/km^2
Entre Douro e Lima	3000	37	1/81
Lamego	2400	23	1/104
Entre Minho e Lima	1500	11	1/136
Porto	1500	10	1/150
Viseu	3900	19	1/205
Lisboa	6000	12	1/500
Trás-os-Montes	11000	15	1/733
Coimbra	8900	10	1/890
Guarda	9800	9	1/1088
Alentejo	30000	15	1/2000

Fonte: MARQUES, 1980: 69.

50 MARQUES, 1981: 81.

Dimensão dos centros populacionais em Portugal (século XIII)

Fonte: MATTOSO, 1992: 206.

representavam quase dois terços do total, percentagem que ascende a mais de 82% se partirmos do princípio que todas as localidades com um número inferior a quatro tabeliães podem ser consideradas pequenas. Esta distribuição comprova quão escassa era a dimensão da maioria dos núcleos populacionais a Norte. O Entre Minho e Lima e Lamego não possuem qualquer caso de mais de 3 tabeliães. O mesmo sucede no Porto, mas desconhecemos os montantes da cidade. No Entre Douro e Lima, na Guarda, em Viseu e mesmo em Coimbra, os núcleos com alguma representatividade são escassos e reportam-se às cidades que dão o nome à região. As diferenças com o Sul e sobretudo com a Estremadura são significativas. Lisboa tem 21 tabeliães, Santarém 15. Seguem-se, à distância Guimarães, com sete, Bragança, com seis e as cidades de Coimbra, Guarda e Covilhã, cada uma delas com cinco tabeliães em exercício de funções. Por todo o Reino escasseiam as cidades e vilas de média dimensão, umas oito no total de 126, ou seja, 6.3%.

Número de Tabeliães nas Cidades e Vilas, por região, em finais do século XIII

	Cidades e vilas com x tabeliães							
Bispados e regiões	**21**	**15**	**5-7**	**4**	**3**	**2**	**1**[51]	**Total**
Entre Douro e Lima			1	1	1	6	16	25
Lamego					1	1	10	12
Entre Minho e Lima					1	3	6	10
Porto						4	3	7
Viseu				1	1	2	11	15
Lisboa	1	1			4	2	4	12
Trás-os-Montes			1		1	2	9	13
Coimbra			1		1	1	6	9
Guarda			2			1	5	8
Alentejo			1		2	2	10	15
TOTAL	1	1	6	2	12	24	80	126

Fonte: MARQUES, 1980: 69. Inclui os casos em que se desconhece o número exacto de tabeliães. Seguimos a opção do autor.

3. Comportamentos demográficos

O rol de tabeliães e os resultados das inquirições permitem traçar um quadro aproximado das ordens de grandeza das diferentes regiões do País, mas nada nos adiantam sobre as dinâmicas de comportamento demográfico do homem medievo. Existem, no entanto, alguns indicadores passíveis de utilização na perspectiva demográfica. Um deles baseia-se no número de filhos por casal, informação já utilizada em relação aos Reinos de França e Leão e Castela, num período longo compreendido entre os séculos XI e XIII[52].

As conclusões são unânimes e apontam para um aumento gradual nesses séculos do número de indivíduos que sobrevivem até à idade adulta, embora com variações de carácter conjuntural. Se considerarmos os resultados médios máximos e mínimos verificamos uma subida média de um filho nos trezentos anos que se estendem de início do século XI a finais do século XIII. No início da observação, as descendências médias oscilavam localmente entre 3 a 4 filhos (2.6 e 3.8); a terminar a mesma, as fontes apontam para variações entre 3.3 e 5.0, concentradas no intervalo 4 a 5 descendentes. Este ganho bastaria para justificar a tese que defende o indiscutível aumento da população, não fora a questão sempre presente da má qualidade das infor-

51 MATTOSO, 1991: 18-19.

52 Poderia, a título de exemplo, basear-se no estudo das disposições testamentárias e nas referências aí incluídas ao número de descendentes vivos.

mações. O estudo exaustivo das genealogias permitiria comprovar esta hipótese, embora este método se confronte com a falta de representatividade que os grupos visados possuem face à restante população. A questão torna-se ainda mais evidente, porquanto as estratégias familiares se acabam por moldar, no sentido de salvaguardar o património e manter a linhagem. Uma das formas mais comuns de o fazer baseava-se num modelo racional de alianças familiares, com impacto directo na nupcialidade e na fecundidade. Parece certo, por exemplo, que a idade média ao primeiro casamento baixou em ambos os sexos durante o século XI, embora no caso feminino tenha voltado a subir no século XIII. A alteração da idade média ao casamento reflectia-se no número de filhos por casal e, por consequência, na dimensão média das famílias, sobretudo nas de estrutura interna mais simples. A confirmar-se esta mudança, uma vez que nos faltam informações para os grupos sociais mais humildes, as tendências de crescimento demográfico português teriam sido afectadas. No entanto, esta hipótese contraria as conclusões acima descritas para outras zonas da Península e só poderá ser provada uma vez aplicadas as metodologias de análise demográfica às fontes genealógicas ou de índole notarial, ainda assim uma amostra pouco significativa face ao total[53].

Outro dos indicadores que têm sido vistos como sinal inequívoco de um longo período de subida nos níveis de fecundidade consiste na verificação de que o número de mulheres teria aumentado, aspecto que terá sido expressivo nas regiões tradicionalmente mais povoadas, como o Entre Douro e Minho. Na segunda metade do século XII as recorrentes fundações de mosteiros femininos poderiam reflectir a tentativa de responder a uma certa tensão, decorrente do crescimento populacional e da falta de respostas para o futuro das mulheres em idade de casar[54]. A mesma solução parece ter sido aplicada aos homens, se atendermos ao visível acréscimo das fundações monásticas entre os séculos XI e XII, bem como ao aumento do número de celibatários[55]. Parece-nos, no entanto, que ambos os fenómenos devem ser analisados com alguma cautela. É possível e até explicável que nessas centúrias existisse algum desequilíbrio entre os sexos, como resultado do processo de reconquista e do ambiente instável do ponto de vista militar, o que reduziria o total de homens em idade adulta. Este seria ainda mais sentido entre as camadas superiores da sociedade, traduzindo-se numa redução do mercado matrimonial e atirando para a vida religiosa as filhas da nobreza.

53 MATTOSO, 1991: 21.

54 MATTOSO, 1991: 227 (mapa).

55 «Porque os matrimonyos deuem seer liures E os que ssom per prema nom ham boa cima. Porem estabelleçemos que nem nos nem os nosos sucessores nom costrangam nemhuum pêra fazer matrimonyo».

Em Portugal a lei mais antiga que se conhece sobre o casamento data da Cúria de Coimbra de 1211 e foi promulgada por D. Afonso II, defendendo a liberdade de escolha do cônjuge[56]. A lei tem novos desenvolvimentos em 1258[57]. D. Afonso III ordena que os casamentos passem a ser celebrados por palavras de presente e provado, quer tivesse sido a furto, quer de pública forma, estabelecendo-se idades mínimas de 14 e 16 anos para mulheres e homens[58]. A norma prossegue, segundo as actuais regras do casamento com comunhão de adquiridos. Trata-se da partição ao meio, de objectos, bens, de idêntico valor, «se depois o que houver adquirido com ela enquanto foram casados». O rei fez valer-se da lógica e não das normas da Igreja, que apenas invoca no caso da já regularidade que impõe aos noivos quando se casam. No entanto, a lei continua e continuará a ser meramente casuística.

Novas regras são criadas no século XIV. Vulgarizara-se o casamento por mútuo consentimento, mas sem a autorização da família, o que tornava necessário considerar estes casos como legais. D. Dinis, sem que pusesse de lado os matrimónios religiosos e aqueles que, a furto, o tivessem sido com o consentimento da rapariga, vem determinar algo que Alexandre Herculano considera na origem do casamento de carácter civil, e que coexiste com o tradicional casamento religioso[59]. A família não poderia dar azo a pecado, nem se pressupunha que tivesse filhos ilegítimos. Algo que D. Dinis pretendia evitar, mas sem grande sucesso, sobretudo a nível da realeza e dos poderosos laicos ou religiosos. Fenómenos migratórios intensos em direcção a Sul e às terras menos povoadas poderiam alargar o desequilíbrio entre sexos a outros escalões da hierarquia social e propiciar as relações informais.

Ao nível da saúde, doença e morte são ainda mais escassas as informações disponíveis nos acervos documentais. Os testamentos fornecem-nos algumas indicações indirectas, ao remeterem sobretudo para questões de

---

56 Degredo 25.º da *Regimento da Casa Real*, de 11 de Abril de 1258: «Mandamos que el Rej nem Rico homem nem nehuum poderoso do rregno. Asi Religioso como sagral. Nom costranga nem per força nemhuum homem nem molher que caze contra sua uoontade Mas liuremente cazem com quem quer que queiram segundo como manda a Jgreja».

57 Os príncipes podem suceder no trono e governar sós aos 14 anos.

58 Afirma que «Custume he dessi he dereito», pelo que se um homem vive com uma mulher e mantêm casa como sua, dos dois, por um período de sete anos, «cõtjnuadamente», sem interrupção injustificável, tratando-se ambos por marido e mulher; se ambos fizerem compras ou vendas ou emprazamentos e «sse posserem em elles nos stromentos ou chartas que fizerem marido e mulher»; e se, na vizinhança, os conhecerem como marido e mulher..., nem pode nenhuu deles negar o casamento e auellos hão por marido e molher ajnda que nõ seiam cassados em face da Eygreia».

59 Com carácter verdadeiramente inovador no momento em que foi publicado, vejam-se, de MARQUES, 1980, os capítulos dedicados à higiene e saúde, ao afecto, à crença e à morte.

índole patrimonial. Os avanços da historiografia na área da vida quotidiana e dos comportamentos colectivos permitem, no entanto, recolher alguma informação sobre o tema[60]. O maior conjunto de alusões relaciona-se com as doenças de tipo infeccioso e parasitário, globalmente designadas por pestes ou pestilências, embora se saiba hoje que a peste bubónica foi reintroduzida na Europa apenas em meados de Trezentos[61]. Nas referências a epidemias cumpre lembrar as de 1190-1191, de 1202 e de 1223, todas apelidadas como pestilências, mas das quais se desconhecia a causa exacta. Por seu turno, as características da alimentação medieval aumentavam a prevalência de certas doenças, que se aliavam à ineficácia dos tratamentos disponíveis. Todos os anos e em alguma parte do Reino, determinados males de índole contagioso provocavam um número significativo de baixas, a julgar pela importância que lhes é atribuída na documentação. Surgem designadas como disenterias, gripes pneumónicas e surtos de febres. Para além destes males infecciosos, devem ser destacadas as referências a doenças de olhos, morbilidade que reflectia a falta de vitamina A, e as doenças de pele, em parte resultantes do uso de roupa de lã sobre a pele e a falta de cuidados higiénicos. A sarna e a tinha eram comuns, bem como a lepra, embora esta última nunca tivesse adquirido em Portugal a intensidade e volume que atingiu noutros reinos medievais europeus.

4. Migrações e minorias

Entre os séculos XI e XII o número de paróquias deixa de aumentar na metade Norte do Reino. Num cenário hipotético de crescimento positivo, o acréscimo do total de indivíduos por quilómetro quadrado terá sido a consequência lógica desta paragem, excepto se admitirmos o contributo das migrações internas de curta distância, designadamente em direcção a Sul[62]. A fundação de mosteiros ao longo dos séculos referidos, bem como a de comunidades eremíticas constituem sinais desses movimentos migratórios. Talvez ainda mais evidente fosse a fundação de vilas novas, vilas meãs, vilas francas, vilas de baixo, vilas de cima. O aumento demográfico terá permitido o avanço humano da população cristã em mancha de óleo, no sentido norte-sul. São também vários os testemunhos da fixação populacional em terras agrícolas mais pobres, o aproveitamento de pântanos, o desbrava-

60 MARQUES, 1971: 93.
61 MATTOSO, 1991: II, 22.
62 Estão identificadas crises alimentares nos anos de 1191, 1196-1199… (MATTOSO, 1991: II)

mento de matas e a fundação das povoações junto ao litoral, só explicável numa tendência positiva. No século XIII este movimento é detectado no Baixo Mondego e na Estremadura.

É possível que os movimentos migratórios tenham contribuído para aumentar os efeitos da crise sentida na viragem para o século XIII (1190-1210), idêntica à que se verifica um pouco por toda a Europa e Norte de África. Quando se intensificam as investidas almóadas observa-se um refluxo para Norte das gentes sedeadas na linha do Tejo. A sucessão de maus anos agrícolas[63] e outras catástrofes naturais agudizam as situações de fome e de tensão social. Em simultâneo aumentam as referências a gente pobre e marginalizada, que sobrevive maioritariamente junto aos centros urbanos mais importantes, designadamente no limite sul, perto da linha insegura de demarcação do movimento da Reconquista. Mas, uma vez passada a crise, a tendência volta a ser de novo período de acréscimo demográfico, que só termina entre finais do século XIII e inícios de XIV. Repovoam-se zonas ainda despovoadas, aumenta a fixação na Estremadura, Ribatejo, Península de Setúbal e cidades alentejanas. São nestes anos notório o crescimento urbano. Durante toda a segunda metade do século XIII o aumento populacional manteve-se, sustentado pelo crescimento da produção e das restantes actividades económicas[64]. O agravamento dos conflitos de ordem social e o clima de insegurança a que alude a documentação coeva pode reflectir os efeitos de um número crescente de indivíduos, geradora de tensões com significado quantitativo variável segundo regiões.

Os Mouros constituíam uma minoria, mas de acordo com o Rol das Igrejas do primeiro quartel do século XIV o seu número seria significativo a Sul do Reino. Nesses anos no Algarve contabilizavam-se apenas onze igrejas, número escasso que pode ser considerado como indicador das dificuldades sentidas para a implantação do Cristianismo na última região conquistada ao infiel[65]. Com a chegada dos Cristãos, os Mouros tornaram-se essencialmente urbanos. Nas cidades e vilas organizavam-se em comunas, conhecidas sob a designação de mourarias, *aljamas* ou arrabaldes, por norma localizadas fora de portas e que reflectiam as relações um pouco tensas com os demais habitantes.

O final do reinado de Dom Dinis, em 1325, marca o culminar e o momento de inversão da tendência positiva de crescimento populacional. Uma relativa estabilidade e o assumido objectivo de organizar o Reino marcam os anos da sua governação. Mas os últimos deles prenunciam já um futuro sombrio.

---

63 MATTOSO, 1991: II, 25.
64 MARQUES, 1987: 32-33.

4

A crise dos séculos XIV e XV (1325-1480)

Teresa Ferreira Rodrigues

Em termos gerais, os séculos XIV e XV assinalam na Europa o fim de três séculos de aumento populacional. A inversão de tendência foi clara, assistindo-se um pouco por toda a parte à diminuição do número de residentes. Ao todo, falamos de uma regressão de 32% em pouco mais de cem anos, tendo a população passado de 73,5 milhões estimados para 1340 a cerca de 50 milhões, em 1450. O recuo foi mais significativo na Europa do norte e ocidental[1]. Apesar da falta de certezas sobre muitos aspectos da vida do homem destas épocas, nomeadamente em termos de comportamentos, o conhecimento sobre este período cronológico é bastante maior que em relação ao anterior. Torna-se, assim, possível testemunhar as profundas alterações ocorridas em termos do regime demográfico introduzido no início do século XIV pelas crises alimentares e de sobremortalidade epidémica. A consolidação do poder central e local, feita à custa da reorganização administrativa e da hierarquização dos órgãos de gestão, efectiva-se nas cidades e nos campos, incentivando a realização de fontes passíveis de fornecer dados com interesse demográfico.

Na Europa multiplicam-se as provas da execução de numeramentos, embora sejam geograficamente pontuais, excluam certos grupos e registem com graus diversos de rigor fogos ou casais, só muito raramente indivíduos. Um caso excepcional ocorre em 1328 quando Filipe VI de França mandou realizar uma contagem das paróquias e fogos de todo o Reino sob administração régia[2]. O mesmo tipo de propósitos de ordem prática motivou eclesiásticos, príncipes e responsáveis locais em França, Itália e em várias partes da Península Ibérica a contarem os seus súbditos, mas sem que se registe uma melhoria de qualidade desse tipo de levantamentos. O cadastro florentino de 1427-1429[3]

1 RUSSELL, cit. por BLOCKMANS e DUBOIS, 1997: 185-217.

2 LOT, 1929: 51-107 e 156-315.

3 Já estudado por HERLIHY e KLAPISH-ZUBER, 1978.

é o melhor documento conhecido sobre uma população, dada a sua aparente exaustividade. Com o propósito de reorganizar o sistema fiscal, incluía todos os grupos sociais, mesmo os privilegiados e os estrangeiros. A cada cabeça de casal era pedida a declaração do número de pessoas a cargo, excepto os criados adultos, mencionando o sexo, a idade e os bens. Testemunho idêntico foi encontrado em Navarra para os mesmos anos, embora pareça menos rigoroso[4], tal como em Dresden (1430), Ipres (1431) e Nuremberga (1441).

Entre as fontes tradicionais mais comuns figuram, como referimos, as contagens de fogos, como as que existem a partir de 1315-1316 para a região da Provença. Em 1338 surgem no Delfinado, em 1344 no Languedoque e também no Ducado da Borgonha. O mesmo sucede em Itália, embora a contagem regular do número de fogos tenha uma maior tradição. Para a região toscana existem desde 1244, sob a designação de *Liber Focorum*, e na Sicília desde 1277. Relativamente à Península Ibérica merecem ser referidos os arrolamentos de fogos executados no Reino de Navarra a partir de 1366, e pela Coroa de Aragão na segunda metade de Trezentos. Os *Padrones* aparecem em Sevilha em 1348, contendo informação idêntica. Os problemas de qualidade destes testemunhos são os habituais. Desconhece-se o grau de exaustividade, bem como se a contagem menciona fogos reais ou agregados para fins de fiscalidade, o que por si só pode enviesar as conclusões. Por outro lado, o uso de coeficientes multiplicadores aumenta a margem de erro, a menos que existam informações rigorosas sobre o número médio de habitantes por fogo numa zona próxima ou com o mesmo perfil social e/ou económico, o que é improvável.

As fontes documentais mais interessantes parecem reportar-se à Península Itálica, onde se encontram relativamente às principais cidades nos séculos XIII e XIV, listas de cidadãos (homens adultos, por vezes viúvas), pontualmente com referência a idades e outras características identificativas, descritas quando estes são chamados a prestar juramento por razões diversas. As listagens de indivíduos aptos a incorporar os exércitos são outra documentação a reter, uma vez que enumeram toda a população masculina entre os 15 e os 60 anos de idade[5]. A partir do segundo quartel do século XIII existem várias listagens deste tipo. Embora não resolvam o problema da estimativa da restante população, constituem um indicador de algum rigor na perspectiva demográfica. Também com potencialidades de aproveitamento para a história da família e dos comportamentos face à natalidade, fecundidade e nupcialidade é de considerar algumas fontes notariais[6].

---

4 BERTHE, 1984.
5 Por vezes limitam-se às faixas etárias dos 20 aos 60 anos.
6 EMERY, 1967: 611-623.

Na Europa da Baixa Idade Média os representantes da Igreja continuaram a sua tarefa de contagem das almas, como exemplificam as listas de paroquianos de Roma e Bolonha, existentes desde início de Trezentos. Ainda a merecer destaque o registo de casamentos, baptismos e óbitos. Trata-se de uma fonte quase inexistente para datas anteriores ao século XIII, já que até então as provas de consanguinidade se baseavam apenas em depoimentos orais. Os casamentos eram anotados desde 1232 em Rimini e os óbitos passam a sê-lo no Frioul a partir de 1281[7]. A frequência deste tipo de assentos aumenta substancialmente durante o século XV, sobretudo em termos de séries de baptismos. A prova mais antiga de um registo sistemático deste tipo foi encontrada no século XIV em Florença e na cidade francesa de Nantes em 1406. Florença conserva listagens de óbitos que remontam a 1385 e de baptismo desde 1450. O mesmo sucede em Siena. Na Catalunha, este género de documentação inicia-se em 1348, embora limitada ao registo da extrema-unção e local de sepultura[8]. Na Alemanha, os primeiros registos deste tipo encontram-se em Munique, no ano de 1403; em Castela surgem em 1457 na cidade de Barcelona; na Suíça em 1481, em Porrentury; e na Bélgica em 1492, em Bruxelas. A partir de Quinhentos, o registo dos actos vitais generaliza-se mesmo nas zonas não católicas.

As teorias sobre as causas próximas da conjuntura adversa que se abate sobre as populações europeias durante os séculos XIV e XV repousam essencialmente em três aspectos: a peste, o sobrepovoamento e a estrutura social e fundiárias vigentes. Na prática, esta afirmação acentua a importância dos três Cavaleiros do Apocalipse, fome, peste e guerra. Durante mais de um século, de meados de Trezentos a meados de Quatrocentos, estes três fenómenos explicam a redução demográfica europeia, que só no final do século XV terá conseguido recuperar os efectivos anteriores à crise. O Reino de França[9], com cerca de 15 milhões de habitantes, era o maior de todos. Seguia-se a Rússia, com 12 milhões, e a Península Itálica, com dez. Vinha depois a região da actual Alemanha e o conjunto dos países da Europa central. A Península Ibérica, com aproximadamente 7,8 milhões, ocupava o sexto lugar. As taxas de crescimento médio estimadas para o período são, no entanto, muito baixas, de cerca de 0.3% ao ano[10].

Importa reflectir sobre as causas apontadas para explicar o período adverso que então se inicia, sobretudo tratando-se de uma população que crescia nas

---

7 BLOCKMANS e DUBOIS, 1997: 223.

8 BAUTIER, 1988: 355-417.

9 Este total reporta-se aos limites actuais da República Francesa. O mesmo sucede nos casos alemão, italiano e polaco. Estas estimativas foram adiantadas por MAC EVEDY e JONES, 1978.

10 Valor adiantado no *Atlas of World Population History* (DUPÂQUIER, 1997: 251).

décadas precedentes. Refere-se o excesso de bocas para alimentar e o aumento ainda mais significativo daquelas que vivem em centros urbanos, aspectos que constituiriam por si só factores de instabilidade, se considerarmos os baixos níveis de produtividade das terras e a falta de elasticidade da rede de abastecimento, aumentado pela vulnerabilidade acrescida dos residentes nas cidades. Este conjunto de aspectos terá induzido ao aumento de preços dos produtos alimentares, cada vez mais escassos, e penalizado os grupos de menores recursos, tornados ainda mais vulneráveis à doença. Por outro lado, as alterações de ordem climática ocorridas a partir do início do século XIII, com períodos de maior frio e chuva, funcionaram como factores negativos para a produção de trigo e centeio, cereais de Inverno que constituíam a base da dieta alimentar. Anos sucessivos de más colheitas afectam a Europa entre os anos de 1309 e 1324, de 1326 a 1329, de 1331 a 1333, 1336, 1339, 1344, 1346 e 1347[11]. Deste modo, a peste de meados da centúria de Trezentos foi apenas o corolário de uma conjuntura desfavorável, cujos sintomas se faziam sentir de formas mais ou menos perceptíveis desde há décadas atrás. Em várias regiões o declínio populacional torna-se notório, embora escasseiem dados concretos que permitam quantificar esse processo a um nível geográfico mais amplo. Sabemos que na Normandia a descida do número total de habitantes foi de 10 pontos percentuais em menos de duas décadas, de 1314 a 1332[12]. Em Inglaterra, a esperança de vida reduziu-se em todas as idades, com percas de 6 ou 7 anos, mesmo entre os mais abastados[13]. Os efeitos negativos parecem estender-se aos comportamentos face à fecundidade. A análise das taxas de reprodução da população inglesa, feita a partir das disposições testamentárias, indicia uma quebra no número de herdeiros do sexo masculino, que passam de 1.4 em média nos últimos anos do século XIII, para 1.2 ou menos nas vésperas da Peste Negra[14].

A grande fome de 1315-1317 ocorre e acentua os efeitos da recessão, num contexto marcado por crises sucessivas de sobremortalidade. Alguns investigadores destacam os efeitos negativos de níveis de povoamento, excessivos face ao grau de desenvolvimento económico e produtivo da época, uma vez esgotadas as reservas de terras susceptíveis de cultivo, o que teria acontecido nos finais do século XIII. Uma outra teoria acentua os efeitos negativos dos moldes de apropriação senhorial das terras em detrimento do poder central e sublinha as consequências nefastas dos conflitos milita-

11 MARQUES, 1978: 70.

12 BLOCKMANS e DUBOIS, 1997: 186.

13 RUSSELL, J. C., 1972.

14 RAZI, 1980.

res que atingem toda a Europa. Mais do que os conflitos políticos, a explicação de carácter económico parece interessante, mas apenas se a cruzarmos com a mudança climática que ocorre em finais do século XIII, precisamente no momento em que as reservas de terra a desbravar atingem níveis mínimos na Europa ocidental. A crise económica penaliza com especial intensidade os mais pobres, ao concentrar a posse das terras nas mãos de uns poucos privilegiados. Apesar da recuperação conjuntural sentida nos anos 30, os volumes populacionais de início da centúria de Trezentos ainda não haviam sido repostos quando a Peste Negra chega à Europa[15].

As crises de subsistências são apontadas como causa e consequência dos males que afectam os europeus na primeira metade do século XIV. A fome surge com grande impacto, em resposta à adversidade das condições climáticas. O Verão de 1315 foi catastrófico do ponto de vista agrícola. A escassez provocou o aumento dos preços de produtos essenciais, nomeadamente dos cereais, que chegam a subir 1200%. Morre-se de fome nas ruas das urbes europeias durante o ano de 1316[16], mas a crise não afecta apenas os centros urbanos, onde falta lugar e tempo para enterrar os mortos. Alguns cronistas mencionam a existência de doenças contagiosas, provavelmente disenterias geradas pelo consumo de produtos alimentares impróprios e má nutrição. A crise foi evitada no ano seguinte pelo recurso ao armazenamento prévio de reservas cerealíferas, desta feita coordenado pelas autoridades locais, a fim de evitar a especulação de preços. Novos períodos de escassez se anunciam entre 1321 e 1323, mas a fome só em 1347 voltará a desempenhar um papel de destaque nas cidades da Europa.

A cronologia das crises é semelhante em meio rural e está patente no aumento expressivo do número médio anual de óbitos ao longo da primeira metade do século XIV. Aldeias inteiras foram abandonadas. No segundo semestre de 1347 a peste grassava com violência num território que se estendia da Crimeia até ao Norte de África, com assento principal nos portos de Cafa, Constantinopla, Licia, Jafa e Alexandria, todos com acesso directo ao Mediterrâneo. A entrada da peste na Europa fez-se por duas vias diferentes. Uma de menor impacto e menos conhecida partiu da Crimeia e por um caminho longo chegará à região da futura Alemanha central. Dirigiu-se depois para o Mar Báltico e para o Mar do Norte, atingindo as cidades han-

---

15 BLOCKMANS e DUBOIS, 1997: 188.

16 Bruges perde 4% dos seus habitantes e Ypres cerca de um décimo. As diferentes percentagens são devidas a diferentes perfis sociais, já que a primeira contém menos trabalhadores e pobres que a segunda, sendo certo que as principais vítimas teriam sido os grupos económicos mais débeis.

seáticas. A segunda foi trazida por via marítima e o seu itinerário foi o das rotas comerciais mais frequentadas[17]. Desemboca em Messina em Setembro de 1347, a bordo de doze galeras genovesas. Atinge de seguida Génova, na sua dupla versão bubónica e pulmonar. Propaga-se em Itália e em França. Em meados de Abril de 1348 despovoa as Ilhas Baleares e no mês seguinte a sua presença é declarada em Barcelona, logo se expandindo pela Catalunha. São muitas as vítimas em Saragoça, Valência, Granada e outras cidades dos reinos de Espanha[18]. Em finais de Setembro de 1348 surge em Lisboa[19], no fim do ano em Londres. Durante os meses seguintes dissemina-se em diferentes reinos e afecta os Países Baixos, a Dinamarca e a Noruega. O norte da Alemanha é atingido em 1350 e as costas do Báltico dois anos mais tarde, em 1352. No ano seguinte é assinalada na Polónia e na Rússia[20].

A peste surge na Europa após seiscentos anos de ausência, pelo que aí encontrou uma população totalmente indefesa. Ao todo, o número de óbitos terá ascendido a 20 milhões, num espaço de três anos. Praticamente um terço do mundo cristão foi aniquilado. O impacto demográfico desta peste está avaliado a nível nacional apenas para Inglaterra. As séries de óbitos apontam para níveis de mortalidade da ordem dos 350 a 400‰ entre os membros do clero. Valores menos seguros permitem estimar entre 300 e 450‰ a mortalidade da população campesina e em Londres oscilariam entre 250 e 300‰, reduzindo em um terço a população da cidade. Níveis de mortalidade semelhantes são estimados em algumas vilas dos Países Baixos e na parte norte da Alemanha. Em Bremen, as cerca de 8 mil vítimas correspondem a mais de metade da população; em Lubeck 25% dos proprietários de casas e 42% dos responsáveis locais morrem de peste; em Hamburgo, 76%. Valores idênticos se registam um pouco por toda a Europa[21].

A segunda metade de Trezentos é sombria. Após 1350 várias incursões de peste voltam a deflagrar na Europa, embora circunscritas em termos geográficos e com menor intensidade. Este facto é parcialmente explicado pelo carácter endémico que a doença revestiu e também pela relativa imunidade adquirida pelos sobreviventes. Existe uma correlação negativa entre cada surto e o anterior, já que os vulneráveis morriam logo na primeira vaga, o que atenuava a intensidade da seguinte. Foi o que aconteceu em Inglaterra, por ocasião da peste de 1361-1362, o mesmo sucedendo em 1369. Ao

17 ROQUE, 1979: 94; JORGE, 1933.

18 ROQUE, 1979: 94-96.

19 MARQUES, 1982

20 BIRABEN, 1975-1976 e BLOCKMANS e DUBOIS, 1997: 205.

21 Vide Mapa relativo às rotas europeias da peste negra entre 1347 e 1352 in BLOCKMANS e DUBOIS, 1997: 240.

invés, nos Países Baixos, onde a peste de 1348 não foi muito mortal, as crises seguintes apresentaram efeitos muito negativos. Por todo o espaço europeu novas crises de mortalidade por peste são assinaladas em 1361-1362, 1369, 1375[22], 1379-1383, 1400-1401, 1420, 1433-1434, 1438-1439, 1457--1458, 1481-1485, 1490-1492[23]. O seu aparecimento regular terá anulado as pequenas vitórias do homem sobre a morte em cada um dos momentos de crescimento demográfico pós-peste. As grandes epidemias na Europa datam de 1360-1362, 1369 e 1375. As duas últimas reduziram em treze pontos percentuais o número de habitantes. A primeira, mais virulenta, diminuiu em 23% o número de europeus[24]. Entre a parte continental e as Ilhas Britânicas, as diferenças cronológicas são significativas.

De facto, em termos gerais, as perdas humanas causadas pelo impacto demográfico da grande epidemia de 1348 foram repostas mais rapidamente do que seria esperado. O mecanismo auto regulador das populações funcionou, na medida em que os sobreviventes eram fisicamente mais resistentes, a propriedade fundiária mudou de mãos e as necessidades alimentares diminuíram no horizonte imediato. A doença penalizou menos os grupos em idade activa (20 a 40 anos), o que também facilitou a recuperação económica e populacional. No entanto, apesar dos sucessos alcançados ao nível da reposição dos efectivos perdidos, a Europa possuía na transição do século XIV para o XV um número de habitantes provavelmente ainda inferior ao do passado próximo. Em apenas um século e meio passamos de uma densidade de 35 a 40 habitantes por quilómetro quadrado, para uma de 20 a 25 habitantes por quilómetro quadrado.

Os sinais dessa regressão no caso específico da Europa do norte são detectáveis nos arrolamentos do número de explorações agrícolas familiares, que na Noruega regridem 60% entre 1300 e 1520. Nessa parte da Europa, o abandono das terras afectadas pela peste e/ou pelo agravamento das situação climática[25] está na ordem do dia. O mesmo sucede na Islândia, na Dinamarca e na Alemanha, onde esta questão foi objecto de estudo[26]. Noutras zonas, como Inglaterra ou Países Baixos, o fenómeno foi bastante mais ténue, circunscrito a pequenos locais ou às terras situadas fora dos limites funcionais

---

22 Pelo menos em Inglaterra.

23 BLOCKMANS e DUBOIS, 1997: 194.

24 BIRABEN, 1975-1976.

25 Os aspectos mais evidentes das alterações ocorridas são causadas pela descida das temperaturas de Verão e muita pluviosidade, o que tem efeitos negativos em termos agrícolas, sobretudo nas regiões menos produtivas.

26 BERESFORD e HURST, 1971. A percentagem de aldeias abandonadas atingiu 64% em Anhalt, 53% em Rheinpfalz, 44% em Hesse.

da aldeia. O abandono foi mais frequente nos lugares com níveis reduzidos de densidade populacional. As percas urbanas foram por vezes notórias e a rapidez de reposição populacional dependeu da sua capacidade atractiva. O total de residentes urbanos na Europa central diminuiu entre 15 e 37%[27], mas as cidades do Barbante e da Holanda continuaram a aumentar na primeira metade do século XV, porque as perdas humanas eram compensadas pelo contínuo de chegadas, provenientes dos campos limítrofes.

Em termos de análise demográfica, não devemos empolar demasiado o impacto das pestes medievais. A mortalidade extraordinária terá causado menos vítimas que as devidas aos elevados níveis da mortalidade quotidiana. De facto, o efeito espectacular da concentração da morte num período temporal curto explica o papel da peste no imaginário colectivo, embora muitas mortes fossem apenas antecipadas, na medida em que as vítimas preferenciais da epidemia eram os mais débeis, com probabilidades de sobrevivência curtas, mesmo num contexto de normalidade.

Poucos estudos rigorosos conseguiram conhecer as probabilidades de morte em épocas tão recuadas. No entanto, alguns deles, nomeadamente para Inglaterra[28], defendem que a esperança média de vida terá aumentado durante o século XIV apesar das pestes, porque os níveis de mortalidade geral desceram de modo sustentado. Porém existem resultados bastante menos optimistas, nomeadamente sobre a região leste da Flandres entre 1395 e 1431, baseada na reconstituição de várias centenas de famílias proprietárias de terra[29]. Os níveis globais de mortalidade rondavam nesse período os 38,4‰ para este grupo, e aproximavam-se dos 55‰ nos restantes indivíduos, a que correspondem, respectivamente, 26 e 18 anos de esperança média de vida à nascença. Uma hipótese de explicação para estes maus resultados assenta nos elevados níveis de concentração populacional, que terá funcionado como factor de risco de morte por contágio.

A repartição percentual dos indivíduos por estado matrimonial fornece outro indicador sobre os comportamentos colectivos, desta feita sobre nupcialidade em várias cidades flamengas e inglesas[30]. As percentagens respeitantes aos casados variam entre os 33 e os 45 pontos percentuais e as suas oscilações anuais espelham os efeitos das epidemias na alteração das estruturas etárias e na «recuperação» de celibatários e viúvos, visível também na

27 SPRANGEL, 1987, cit. por BLOCKMANS e DUBOIS, 1997: 195.

28 A esperança média de vida à nascença era de 17.3 anos na primeira metade de trezentos, de 20.5 na segunda metade do mesmo século, de 23.8 no primeiro quartel do século XV e de 32.8 entre 1426 e 1450 (RUSSELL, 1972).

29 THOEN, 1988 (cit. por BLOCKMANS e DUBOIS, 1997: 197).

30 Bale, Ypres, Friburgo e Dresden.

diminuição da idade média ao casamento. De cerca de 20 anos para os homens e ainda mais baixa nas mulheres flamengas.

As crises epidémicas contribuíram numa primeira fase para a diminuição do número médio de filhos por casal, visível ao longo do século XIV. Depois a tendência altera-se e aumenta a dimensão média dos agregados familiares, nomeadamente pelo aumento do número de descendentes. Esta inversão é sentida nos meios urbanos e sobretudo nos campos. O momento mais positivo deste fenómeno é assinalado no final dos anos 40, com mais de 4 filhos em média por mulher. Nas cidades de maior dimensão a média é de 2,1 crianças por família, contra 3,5 em zonas rurais[31]. Não obstante, o número médio de habitantes por fogo variava sobretudo de acordo com o nível de abastança económica. Em Ipres era notória essa diferença, que oscilava entre os 3,6 indivíduos por fogo nos bairros pobres e 6 nos mais abastados, embora parte dos seus elementos fossem estranhos à família. A dependência urbana face à imigração rural acentuava-se numa época de crise como a que decorre durante a maior parte de Trezentos, sobretudo após a passagem das epidemias de peste.

Porém, não devemos esquecer que o declínio demográfico durante o século XIV não teve a peste e os níveis de mortalidade como causas únicas. A descida da idade média ao casamento, com o alargamento da vida fecunda das mulheres, deveria ter provocado de *per si* o acréscimo das populações. Que, no entanto, não ocorreu. A mortalidade epidémica das crianças e a ruptura frequente das uniões, motivada pela morte de um dos cônjuges, explica a manutenção das descendências médias a níveis que não bastavam para fomentar um aumento significativo de indivíduos. Só na centúria seguinte, e no início apenas nas zonas mais desenvolvidas em termos económicos, como os Países Baixos e as cidades hanseáticas, se retomou o processo de crescimento. Os níveis de fecundidade subiram, apoiados na descida da mortalidade, no aumento da vida fecunda devido à diminuição da idade ao casamento, numa melhoria do estado geral de saúde. Reduziram-se os valores da mortalidade global e as epidemias deixam de afectar as populações com intensidade suficiente para inverterem de forma sustentada as tendências de saldo natural.

Mas na maior parte das regiões haverá que aguardar por meados do século XV para que uma nova fase de retoma e tendência positiva se inicie. As recorrências de peste, o estado latente de guerra em muitas partes da Europa e momentos de escassez alimentar continuarão a restringir as poten-

31 Valores registados em cidades e zonas rurais da Flandres, com diferentes perfis de actividade económica principal (agrícola, têxtil, comercial). (cit. por BLOCKMANS e DUBOIS, 1997: 198).

cialidades de crescimento das gentes europeias na transição do período medieval para a modernidade, numa clara alusão à profunda dependência das sociedades humanas face a condicionantes de tipo exógeno. Não obstante, o modelo demográfico de Antigo Regime mostrou a sua eficácia, na ultrapassagem deste ciclo de crise.

1. Estimativas globais e formas de povoamento

A partir do início de Quatrocentos, a introdução e progressiva generalização dos números árabes constituiu um avanço qualitativo essencial no processo lento de aproximação do homem aos algarismos, acompanhado por importantes alterações nos métodos contabilísticos tradicionais, que se tornaram de mais fácil e rápido uso. Essa nova realidade, construída durante o século XV, relança a questão do desconhecimento do poder central sobre a realidade interna que deseja controlar. O recurso ao número foi visto como a forma mais eficaz para uniformizar os moldes em que deveriam ser feitas as descrições parcelares, únicas possíveis, garantia de objectividade acrescida e resultados comparáveis. As áreas de intervenção mantinham-se as de épocas anteriores: a avaliação de réditos, a contagem do número de núcleos tributáveis e de homens válidos para a guerra.

Na falta de estudos exploratórios para este período, a informação sobre totais, tendências de evolução e características de comportamento colectivo terá de se basear na análise de investigações parcelares e geograficamente localizadas, ainda assim quase inexistentes. Algumas achegas indirectas se podem obter a partir da leitura dos capítulos especiais apresentados às Cortes pelos representantes das principais cidades do Reino, com base nas alegações utilizadas para fundamentar o pedido de determinados privilégios. Alguns deles adiantam totais de fogos e tendências de crescimento local entre duas ou mais datas. A análise da documentação notarial permite ilações de interesse sobre mobilidade fundiária, conjunturas económicas e características internas das famílias. Ao contrário do que ocorre com estudos realizados noutras regiões europeias, em Portugal, mais que os cartórios notariais, importa recolher a tratar os fundos documentais eclesiásticos. A documentação recolhida em colegiadas e conventos contém informações preciosas para a reconstituição de certas esferas dos comportamentos demográficos do português medievo[32].

32 Vejam-se os testamentos e doações, cujo número tende a aumentar durante a Baixa Idade Média. Um estudo sobre o tema foi efectuado por PILAR, 1995.

Mas os indícios de mudança na recta final do século XV não significam o abandono de formas tradicionais de tributação, cuja análise teria sido da máxima importância para conhecer melhor o volume de habitantes, caso não se tivessem perdido, dado que permitiriam a reconstrução de séries longas para determinadas localidades. Referimo-nos aos pedidos e empréstimos solicitados a título extraordinário pelas autoridades máximas do Reino[33]. Os pedidos de empréstimo foram impostos extraordinários a que a monarquia recorreu com crescente frequência, a partir do início do século XIV. Na origem, a realização destes pedidos baseava-se na necessidade de recolha de fundos para garantia de defesa nacional, de preparação de campanhas militares, de casamentos da Casa Real, do estabelecimento de novas casas senhoriais e mais raramente de cunhagem de moeda. Entre 1320 e 1479 há notícia de 41 pedidos e subsídios deste tipo, embora persistissem em pleno século XVI. Trata-se de uma fonte com potencialidades variáveis, de acordo com o grau de rigor dos agentes régios e a maior ou menor capacidade dos arrolados para se subtraírem à contagem ou desvalorizarem os seus bens. Enumera, por localidades, cidades e freguesias, os *cabeças* de casal, respectivas profissões e níveis de rendimento[34].

Assim, para o período que decorre entre 1325 e 1480, as listas de inquirições realizadas ao longo do século XIV, de que se conhecem cerca de uma dezena de exemplares entre 1335 e 1385[35], e o rol dos besteiros do conto do 1. quartel do século seguinte são as fontes privilegiadas para conseguir uma aproximação à distribuição e volumes demográficos. O melhor exemplar conhecido de um Rol de Besteiros data do primeiro quartel do século XV, do ano de 1422[36]. Trata-se do único sobrevivente completo dos muitos realizados nos séculos XIV e XV. Fornece informações sistemáticas para todo o Reino sobre o número de besteiros de cada localidade (povoação, concelho ou outro território) entre 1417 e 1422, o que permitiu algumas estimativas sobre o número aproximado da população no reinado de Dom João I, em moldes semelhantes aos obtidos com o rol de tabeliães do século anterior[37]. A sua realização esteve a cargo de uma comissão nomeada para o efeito e chefiada por Vasco Fernandes de Távora, escrivão da Corte. O levan-

---

33 VEIGA, 2004: 30

34 MARQUES, 1980; GONÇALVES, 1964a; GONÇALVES, 1964b.

35 Nomeadamente de 1335 para Trás-os-Montes; 1339 para o Porto; 1343 para parte do Minho; 1373, cobrindo parcialmente o Alentejo; e 1395 e 1496 para a Beira Interior. Uma referência também para os censuais de Braga, datados de a.1396-1380, 1369-1380 e 1493 (MARQUES, 1987: 16).

36 1417-1422 (MARQUES, 1982: 158).

37 Vide Mapa, p. 89.

tamento foi realizado localmente nas várias circunscrições administrativas, o que aumenta a credibilidade dos resultados que apresenta. Em termos geograficamente mais restritos, mas com rigor idêntico e anterior, não devemos esquecer o rol dos besteiros do Alentejo, realizado em 1385[38].

Ao nível da informação produzida localmente devem ainda ser mencionadas outras tentativas de arrolamento de habitantes. Em 1369 efectua-se o *Rol dos Vizinhos de Arruda dos Vinhos*, que incluía informação idêntica aos empréstimos. Aliás, a sua finalidade era semelhante, uma vez que se destinava a avaliar as possibilidades de mão-de-obra e patrocínio financeiro para uma eventual guerra com Castela. Sabemos que diferentes vilas e aldeias da Estremadura e outras comarcas foram visitadas por oficiais régios, incumbidos de quantificarem estes *items*. Algo semelhante sucedeu na vila de Torres Vedras no ano de 1381. A vulgarização deste tipo de fonte é confirmada por casos exemplares, como o Rol de Alenquer e seu termo de finais de 1497, ou o arrolamento dos habitantes de Braga[39]. Outras listagens surgem, com os propósitos tradicionais, permitindo ao investigador extrair informações sobre uma época em relação à qual continuam a ser maiores as incertezas que os dados objectivos.

Como atrás referimos, o final do reinado de Dom Dinis em 1325 corresponde ao momento de inversão da tendência positiva de crescimento populacional que não é nacional, antes europeia. Mas até essa data a relativa estabilidade económica e social permite avanços significativos nas formas de governo central. A fixação de tributações e do número de tabeliães são um dos muitos exemplos dessa política. Quando eclodem os primeiros sinais de crise, no momento em que Dom Afonso IV sucede a seu pai, a rede de poder régio parecia já suficientemente organizada e coerente, do ponto de vista da identidade nacional. Em termos demográficos chega-se a uma nova situação de equilíbrio, caso perfilhemos a hipótese de Armindo de Sousa[40], sobre a sucessão de eventos e causalidades entre população e recursos. De acordo com este historiador, no início do século XIV vivia-se um fim de ciclo de crescimento demográfico, que revela sinais de algum desconforto na relação entre o número de bocas e os volumes de produção alimentar. Deste ponto à sucessão de anos marcados pela escassez e o aumento dos níveis globais de mortalidade foi um passo. E terá sido a ligeira quebra populacional assim conseguida que adiou, por mais uns anos, o novo momento de crise, exacerbado pela eclosão da Peste Negra.

38 Cf., entre outros, MARQUES, 1980; COELHO, 1990.
39 DIAS, 1992.
40 SOUSA, 2002: 37.

À medida que avança a primeira metade de Trezentos avolumam-se os sintomas de mal-estar social. Não restam dúvidas quanto aos efeitos da ascensão de alguns burgueses, do empobrecimento da pequena nobreza, da desautorização de certas ordens seculares em favor dos mendicantes e pregadores de rua. Nas cidades as condições de vida deterioram-se e aumenta o número de mendigos e criminosos. A insegurança ganha terreno[41]. A guerra civil de 1319-1324 e as fomes que se sucedem a partir de 1331, embora com manifestações pontuais anteriores[42], abrem nova fase de paragem e progressiva recessão, que só em finais do século XV será ultrapassada. Alguns sinais de alteração de conjuntura foram de carácter económico, manifestando-se, nomeadamente, no decréscimo de compras e vendas de bens imóveis, mesmo por parte de alguns grandes proprietários, como os monges de Alcobaça[43]. O único estudo exaustivo sobre os anos que antecedem a crise compreende o vale do Mondego e corrobora a emergência gradual de vários sinais de crise social e económica, que culminam na década de 40. Diminuição dos arroteamentos e do volume de transacções, aumento de queixas dos povos[44]. À semelhança do que aconteceu noutros reinos, a centúria de Trezentos representou em Portugal, sobretudo na segunda metade, um período conturbado, marcado por factores de instabilidade social, os quais originaram alterações a todos os níveis[45].

Resta saber se a Peste Negra terá sido uma causa ou um simples factor de aceleração de mudanças inevitáveis, em relação ao qual nos restam maiores testemunhos e que, por esse facto, acabará por centrar as atenções dos investigadores. O itinerário da peste permanece até certo ponto desconhecido, mas ela terá provavelmente entrado por Lisboa, trazida por via marítima[46]. Entre fins de Setembro e o final de Dezembro de 1348 ou inícios de Janeiro seguinte[47] devastou todo o país, matando um número indeterminado de pessoas, um terço ou mais dos residentes, consoante os locais[48]. Nos corpos fisicamente debilitados por uma dieta alimentar

---

41 SOUSA, 2002: 39.

42 Em 1310 é assinalada uma «pestilencia grande, matando muita gente de fome» (FERREIRA, s/d, I, 406).

43 GONÇALVES, 1989: 19 (cit. por SOUSA, 2002: 37-38)

44 COELHO, 1983.

45 PILAR, 1995: 37 e ss.

46 ROQUE, 1979: 117-136.

47 «Livro das Eras», 1968: 80-81.

48 As estimativas variam entre esta percentagem e os 90%, percentagem claramente exagerada. Uma descida de cerca de dois terços é mencionada no Livro da Noa; Oliveira Marques apresenta (1993, IV: 20-21) um documento onde se apontam diminuições populacionais a rondarem os nove décimos.

pobre, a Peste Negra teve consequências terríveis, sobretudo nas áreas mais densamente povoadas, nomeadamente os centros urbanos e em instituições eclesiásticas e militares. As consequências em termos estritamente demográficos foram muito visíveis, embora seja impossível estimar a sua intensidade global e distribuição geográfica. A desarticulação económica, social e dos costumes torna-se óbvia e o caos instala-se. Só nos meses quentes de 1349 serão tentadas as primeiras medidas de reorganização interna. Subsistem testemunhos dessas medidas, nomeadamente na circular régia enviada nesse ano a todos os concelhos, bem como nas determinações tomadas nas cortes de 1352, na tentativa de minorar um certo descontrole social e a quebra da moralidade, ajudada pelo aparecimento de novas formas de mobilidade social e económica até à data desconhecidas.

A epidemia atacou cidades e vilas, mas também os campos, onde a resposta mais imediata foi de índole migratória, consubstanciada na fuga dos locais afectados numa primeira fase, a que sucede a redistribuição dos sobreviventes, geradoras de migrações intensas em direcção aos centros urbanos, sobretudo os de maior dimensão. As cidades de Lisboa, do Porto e de Évora terão sido os locais mais procurados. A construção de novas muralhas urbanas ao longo das décadas de 50, 60 e 70 patenteia esse processo. Desconhecemos até que ponto as perdas populacionais teriam sido repostas e em que momento foram suplantados os valores anteriores à crise. Tanto mais que novas pestes voltaram a atingir Portugal, com uma regularidade média de sete a oito anos[49]. Existem testemunhos de surtos em 1356, 1361-1363, 1365, 1374, 1383-1385[50], 1389, 1400, 1415[51], 1423[52], 1429, 1432-1433, 1437-1441[53], 1448-1453, 1456-1458, 1464[54], 1466,

49 Estimativa feita a partir de MARQUES, 1986: 21.

50 Uma epidemia de peste ou tifo atacou o exército e a frota que cercava Lisboa, matando entre 150 a 200 homens por dia (FERREIRA, s/d.: I, 406-408).

51 Mais concretamente entre finais de 1414 e inícios de 1415. A peste foi disseminada por embarcações estrangeiras e afectou as cidades de Lisboa e Porto, provocando, entre outras, a morte de Dona Filipa de Lencastre (FERREIRA, s/d.: I, 406-408).

52 Coimbra e termo foram atingidas por um mal que, mau grado a sua virulência, parece ter sido geograficamente circunscrito. Terá impedido dom Duarte de assistir ao funeral de seu pai na Batalha, onde também grassava «grande pestilencia» (FERREIRA, s/d.: I, 406-408).

53 Em Lisboa e arrabaldes foram detectados casos de morte suspeita no ano de 1436 e dois anos mais tarde o Reino foi atingido por nova epidemia de origem desconhecida (FERREIRA, s/d.: I, 406-408).

54 Nos anos de 1464 e 1466 o Reino é palco de epidemias mal diagnosticadas, embora gerais, que provocam «muita mingoa de mezinhas e boticas, perecendo muitas gentes». Em 1468 Coimbra vive momentos de sobressalto, o mesmo acontecendo no ano imediato em Lisboa (FERREIRA, s/d.: I, 406-408).

1468, 1469, 1472, 1477-1478[55], 1480[56], 1497[57]. Mas o impacto destas últimas terá sido menor, seja porque foram geograficamente circunscritas, seja pela redução da velocidade de contágio, permitida pelas medidas preventivas erguidas ao seu avanço, seja pela relativa imunidade adquirida pelos sobreviventes a surtos anteriores.

O cenário global negativo agrava-se quando alargamos esta análise aos efeitos que terão provocado os outros dois cavaleiros do Apocalipse, os quais não podem ser esquecidos, na recriação do quadro geral da dinâmica demográfica do «século da crise». Referimo-nos à fome e à guerra.

As consequências da fome devem ser vistas com alguma cautela. Durante o longo período que decorre até terminar o século XV continuaram frequentes as referências a anos de fome, mas que são apenas crises de sub produção, sobretudo cerealífera. A importância que é dada a esses episódios nas fontes coevas justifica-se, por constituírem os cereais a base do regime alimentar do homem medievo. As situações mais graves terão, porventura, ocorrido nos centros urbanos, por ser maior a dependência das suas gentes face ao abastecimento de produtos básicos, e por ser também aí que podiam ser encontrados os grupos económicos mais débeis.

Os conflitos bélicos atingiram também o Reino, de forma mais gravosa que no passado próximo. Incidentes fronteiriços deflagram no reinado de Dom Afonso IV, para além da guerra civil, e Portugal foi invadido cinco vezes durante a segunda metade de Quatrocentos. São também exemplo desta instabilidade a crise de 1383-1385 e a nova guerra que marca os primeiros anos de governação de Dom Afonso V. Os tumultos ocorridos nas cidades de Lisboa e Porto ao longo da segunda parte de Trezentos são formas de contestação perante a crise geral, que reduziu muitos nacionais a situações de indigência e agravou o clima de violência e de insegurança. A lista de guerras civis e com Castela é bem conhecida e a estas poderíamos juntar as vidas perdidas com as expedições efectuadas no Norte de África em 1415, 1437 e 1458. Todas as décadas registam um ou vários anos de conflito armado. Os mais significativos em termos de percas humanas tiveram lugar em 1355, 1369-1370, 1372-1373, 1381-1382, 1383-1385, 1438-1441, 1449 e 1475-1477[58]. Mas,

---

55 Um novo surto é registado, desta feita em Évora (FERREIRA, s/d.: I, 406-408).

56 Em 1480 abre-se um período complicado em termos sanitários. Surtos epidémicos consecutivos são assinalados na documentação coeva, com uma periodicidade quase anual. Salientem-se os anos de 1485, 1492 e 1495 (FERREIRA, s/d.: I, 406-408).

57 MARQUES, 1982: 191. Vejam-se também as crónicas redigidas por Rui de Pina e Garcia de Resende e os acervos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, com documentação sobre o Pelouro da Saúde (SOUSA, 2002: 87).

58 SERRÃO, 1971: 45-68; MARQUES, 1986: 32.

mais que estas perdas, foi a destruição dos meios de produção e a desorganização dos ciclos produtivos em diferentes partes do território que constituem os factores chave para a recuperação demográfica. Esta só será possível numa fase de progressiva estabilidade[59].

Sempre que anos de escassez alimentar coincidiam com épocas de conflito militar e/ou também com a eclosão de uma ou várias doenças infecciosas ou parasitárias, estavam reunidas as condições ideais para a ocorrência de uma crise global, com impactos demográficos negativos. A conjugação de factores adversos é recorrente na segunda metade do século XIV e grande parte do seguinte e explica na sua quase totalidade a lentidão que rege os ritmos de aumento populacional durante o período. Não dispomos de informações quantitativas sobre as consequências desta crise, mas vários indícios confirmam a falta de gente. Este aspecto foi referido em 1433 pelo Conde de Arraiolos, ao discordar da tomada do reino marroquino de Fez, alegando as dificuldades subsequentes à necessidade de aí manter alguns súbditos, já de si tão escassos no Reino[60]. Alegação idêntica foi usada pelo infante Dom Pedro três anos mais tarde, quando se decidia a política de expansão no Norte de África e se colocava a hipótese de conquistar Tânger e outras praças: «povoarde-las, com Reino tão despovoado e tão minguado de gente como é este vosso, é impossível»[61]. Outras provas podem ser indirectamente recolhidas na documentação coeva, quando se afirma o quanto «a vila é muito minguada de gentes e despovoada», que «as gentes não são tantas como soíam a ser nos tempos antigos», e que «durante a pestelença morreram muitos homens», ou que a aldeia «foi povoada e ora é despovoada»[62].

A tarefa complica-se porque desconhecemos o total de habitantes prováveis nos anos anteriores às grandes epidemias do século XIV. Caso em Portugal tenham ocorrido os mesmos ciclos de crescimento positivo e negativo registados na maioria dos países da Europa ocidental e central, é possível defender que, na véspera da chegada da peste, o número máximo de súbditos seria inferior a um milhão. Na impossibilidade de quantificar as tendências de evolução das gentes nacionais neste período, podemos, ainda assim, concluir que o final do século XIV e toda a primeira metade do seguinte foram pautados pela estagnação, se não mesmo ligeira descida, do número de portugueses. O levantamento comparado dos valores popula-

---

59 PILAR, 1995: 38.

60 *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte* (*Livro da Cartuxa*), transcrição de DIAS, 1982: 62.

61 PINA, 1914.

62 GONÇALVES, 1963; COELHO, 1980; COELHO, 1983; MARQUES, 1989, entre outros.

cionais registados na documentação para uma mesma localidade em duas ou mais datas, testemunha a descida do número de habitantes de norte a sul. Indícios a privilegiar reportam-se aos pedidos de licença de imigração, aos requerimentos para que fosse reduzido o número de besteiros, aos privilégios concedidos com vista a atrair colonos para certas zonas[63]. Numa primeira fase, observa-se um ligeiro abrandamento dos movimentos migratórios, designadamente para os centros urbanos. A estabilização dos residentes em vilas e cidades terá reflectido a diminuição das condições de vida urbana. Os pedidos de licença de imigração entre comarcas e os privilégios pontuais concedidos aos que se dispunham a povoar determinadas terras, testemunham a conjuntura adversa, a nível populacional e em termos económicos. Entre 1300 e 1400 reduz-se o contingente de besteiros, em alguns casos mais de 60%, mas desconhecemos se por causas estritamente demográficas, o que nos impede de os considerar indicadores lineares sobre a tendência de decrescimento populacional[64].

Nos campos faltam braços para as fainas agrícolas, o que origina quebras de produção, subida dos preços, transformação de terras cultivadas com cereais e vinha em reservas de caça ou pastagens[65] e alusões a baldios, assim como a aldeias, vilas e casais parcial ou totalmente desertos. De facto, numa primeira fase, a falta de referências sobre escassez de cereais pode ser explicada pela redução do número de bocas a alimentar. No entanto, na medida em que essa tendência sustentada afrouxou também o número de homens empregues nas fainas agrícolas, ela pode explicar, pelo menos em parte, o avolumar de anos marcados pela falta de alimentos. Instabilidade climática, aumento do consumo urbano e reduzida elasticidade da rede de abastecimento são factores a considerar. O número de crises de cereais aumenta durante o século XV, afectando sobretudo o abastecimento dos centros urbanos e, dentre eles, os mais populosos ou com menores facilidades de acesso. Contam-se 56 anos de escassez agrícola entre o final do século XIV e o século XV[66].

63 MARQUES faz uma síntese destas questões em *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Editorial Presença, Lisboa, 1986: 23-24.

64 Tanto mais que o número de besteiros sobe em certas regiões, como sucede em Braga e em Abrantes (MARQUES e DIAS, 1994: 171-196).

65 A paisagem alentejana foi uma das mais alteradas, uma vez que a reconversão no uso dos solos atingir sobretudo os de menor índice de fertilidade.

66 Reportam-se aos seguintes momentos: 1387-1400, 1403, 1412-1414, 1418, 1422-1427, 1436-1441, 1445-1446, 1452-1455, 1459-1461, 1567-1468, 1472-1473, 1475-1478, 1484-1488, 1490-1491, 1494-1496 (MARQUES, 1978: 41, 257-281).

Número de Besteiros por províncias

	1385	1422	1458-68	1458-68	Var.%
Entre Douro e Minho					
– Braga	–	50	35	25	-50
– Porto	–	40	25	–	-38
Beira					
– Aveiro	–	13	7	–	-44
– Coimbra	–	86	–	60	-31
– Leiria	–	40	–	20	-50
– Linhares	–	30	25	–	-17
– Marialva	–	14	–	10	-29
Estremadura					
– Abrantes	–	30	12	–	-60
– Lourinhã	–	10	–	6	-40
– Sintra	–	20	–	12	-40
– Torres Vedras	–	50	40?	30	-40
Alentejo					
– Setúbal	34	30	–	–	-12
– Sines	21	10	–	–	-52
– Crato	–	20	–	12	-40
– Marvão	–	25	15	10	-60
– Nisa	–	25	–	14	-44
– Veiros	18	16	–	–	-11
– Évora	150	100	–	–	-33
– Montemor-o-Novo	32	30	20	–	-38
– Mourão	16	10	–	–	-38
– Alcáçovas	16	10	–	–	-38
– Aljustrel	13	10	–	–	-23
– Messejana	16	12	–	–	-25
– Almodôvar	16	11	–	–	-31
– Alvito	14	12	–	–	-14
– Castro Verde	14	12	–	–	-14
– Odemira	21	12	–	–	-43
– Garvão	14	8	–	–	-43
Algarve					
– Aljezur	15	10	–	–	-33
– Albufeira	21	10	–	–	-17
– Faro	33	30	–	–	-9
– Tavira	34	30	–	–	-12
– Castro Marim	20	16	–	–	-20

Fonte: MARQUES, 1986: 23-24.

Todo o país foi atingido por alguma forma de despovoamento. Vilas foram mesmo abandonadas, como Almodôvar, que permaneceu deserta

por mais de uma década[67]. Multiplica-se o número de fogos mortos, correspondentes a casais e herdades abandonadas, ao aumento dos terrenos baldios e à transformação de campos outrora cultivados em matas, coutadas e florestas. Está feita a geografia dos fogos mortos para Trás-os-Montes, Braga e região de Coimbra, e o fenómeno é passível de ser generalizado a todo o Reino[68].

Durante as primeiras décadas de Quatrocentos torna-se difícil perceber o sentido e intensidade das tendências de recuperação demográfica. A empresa expansionista não era incompatível com a falta de gente, uma vez que os efectivos necessários para a assegurarem eram reduzidos em número. Como sabemos, até terminar a centúria, só a Madeira foi efectivamente colonizada. Nos Açores o processo foi moroso e complexo, tendo sido parcialmente feito à custa de população estrangeira. Ainda assim, até ao último quartel de Quatrocentos terão deixado o Reino várias centenas de milhares de famílias[69]. Este panorama pouco optimista altera-se na segunda metade do século. A partir de 1455 avolumam-se os sinais inequívocos da retoma de aumento populacional no Reino, evidente um pouco por toda a parte, e que se irá estender por um longo período, até final dos anos 60 de Quinhentos. Tal não impede, porém que alguns sectores continuem a queixar-se da falta de homens. Um dos argumentos utilizados em 1475 contra a venda de escravos africanos a outros estados políticos fundamenta-se na necessidade de garantir internamente a realização das fainas agrícolas[70].

A análise documental coeva permite apontar alguns aspectos susceptíveis de uma leitura demográfica positiva. O primeiro relaciona-se com a migração sustentada e com objectivos de permanência (colonização) em direcção às ilhas atlânticas. Em simultâneo, existem provas de migrações terrestres, efectuadas dos meios rurais para os centros urbanos, com destaque para Lisboa, bem como para zonas agrícolas mais produtivas. Outros desses indícios consistem no aumento do número de juízes e outros oficiais, cuja nomeação variava com o volume da população a servir; a criação de novas paróquias e bispados, bem como de concelhos e outras unidades administrativas e judiciais; por último, a promoção de vilas a cidades[71].

---

67 Vejam-se os casos referenciados por MARQUES, 1986: 29. E ainda a cartografia possível sobre esses locais (MARQUES e DIAS, 2003: 84).

68 MARQUES, 1989: I, 225-233; e COELHO, 1983: I, 69 e ss.

69 MARQUES e DIAS, 1994: 175.

70 SOUSA, 2002: 29.

71 MARQUES, 1982: 286.

A terminar o século XV existiriam um pouco mais de 1,5 milhões de portugueses[72]. Ao nível das grandes tendências, poderíamos partir do seguinte esquema sintético: a população portuguesa terá registado um crescimento muito lento ou nulo desde finais do século XIII, atingindo um ponto de estabilidade nas primeiras décadas de Trezentos, que se manteve até meados do século. Segue-se a descida abrupta de efectivos entre 1347 e 1348, superior a 30%, directamente provocada pelos efeitos da peste e da crise geral, a que sucede um período longo, extensível até ao último quartel de Quatrocentos. Ou seja: a)Recuperação lenta a partir de 1360, inviabilizada por novas investidas da peste e outras epidemias, anos de escassez alimentar e conflitos bélicos, que se sucedem até à última década de Trezentos; b)Primeira metade do século XV marcada pela hesitação, com a crise de meados do mesmo (1445-1455) a provocar nova inversão da tendência positiva. Os valores populacionais tocam os mínimos de 900 mil habitantes; c)Após 1460 a recuperação torna-se sustentada e o crescimento acentua-se, sobretudo nos anos 80 e 90. Em 1500 o total de habitantes do Reino de Portugal retoma o valor anterior à crise da primeira metade do século XIV[73].

Com efeito, multiplicam-se a partir dos anos 60 do século XV os sinais de optimismo, embora continuem a existir os tradicionais elementos de instabilidade apocalíptica, que só em meados do século XIX irão deixar de influenciar directamente o crescimento das populações. A recuperação é real. Nas cortes realizadas em 1472 em Coimbra e Évora refere-se nos capítulos gerais a retoma demográfica: «*A Deus louvores pela gente crescer em vossos regnos*»[74].

Ao nível da distribuição populacional mantêm-se os traços herdados de épocas anteriores, já evidenciados no Rol dos Tabeliães de 1287-1290[75]. Oliveira Marques compara as informações contidas nessa listagem com o Rol das Igrejas, efectuado entre 1320 e 1321, e o Rol dos Besteiros do primeiro quartel do século XV[76]. Conclui que entre o final do século XIII e o início de Quatrocentos não se verificaram alterações em termos de estratégias de fixação demográfica, as quais continuaram a obedecer às condições físicas, ambientais e culturais dos locais escolhidos. Manteve-se também a dicotomia entre o norte atlântico, de povoamento disperso e escassa vida

72 MARQUES, 1986:16.
73 SOUSA, 2002: 34. Vejam-se as notas introduzidas a este propósito na p. 87.
74 Cap. n.º 32. SOUSA, 2002: 43.
75 MARQUES, 1986:16-19.
76 Mapas a páginas 89, 90,119.

Povoamento de Portugal em 1422

Fonte: MARQUES e DIAS, 2003: 84.

urbana; o norte transmontano, de povoamento aglomerado rarefeito e dinâmica urbana igualmente rudimentar; e o sul mediterrânico, com manchas de povoamento desiguais, alternando enormes superfícies quase despovoadas com centros populacionais e urbanos de certa dimensão, de que nos fala Orlando Ribeiro[77].

77 RIBEIRO, 1987.

2. Rede urbana

O Entre Douro e Minho continuou a ser nos séculos XIV e XV a zona de maior concentração demográfica do Reino, com destaque para as urbes de Guimarães e Braga e respectivos termos. A linha do Douro representava outro foco de concentração, prolongando-se para o interior. Por seu turno, a Beira apresentava-se ainda muito desigualmente ocupada, com maiores densidades nas áreas de influência do Mondego e do Vouga e alguns pólos urbanos dinâmicos. As cidades de Viseu e Coimbra eram as mais importantes. Trás-os-Montes regia-se por um povoamento disperso, no qual se destacavam centros urbanos de média dimensão, como Bragança, Chaves ou Moncorvo. A Estremadura apresentava um litoral quase inabitado, algumas vilas de média dimensão e as grandes zonas de ocupação humana, que correspondiam às cidades e termos de Lisboa e Santarém. Para sul, ficava a Península de Setúbal que só no século XV parece ter conseguido algum peso demográfico, destacando-se Setúbal, Palmela e Sesimbra. O Alto Alentejo, com a grande cidade de Évora, era mais povoado que o Baixo Alentejo, escassamente habitado, excepto nos centros populacionais de Beja, Serpa e Moura. No Algarve, existia um contraste notório entre a zona litoral, com bastante dinâmica de ocupação, e o interior, de crescimento lento e poucos residentes.

A hierarquia das concentrações populacionais, baseada no número de habitantes e respectiva densidade, sofre algumas alterações durante o século XIV, a julgar pelo confronto entre o *Rol das Igrejas* de 1320-1321 e o *Rol dos Besteiros* de 1422. O sul sai vitorioso face à metade norte. Armindo de Sousa[78] apresenta diferentes propostas de hierarquização urbana, uma das quais se baseia na ordem atribuída pelos monarcas às diferentes localidades, por ocasião das cortes gerais. O assentamento nas cortes obedecia a critérios rigorosos de importância económica, social e porventura também demográfica. Assim, a hierarquia urbana em meados do século XIV seria a seguinte: os representantes de Lisboa ocupavam o primeiro lugar, secundado pelos mandatários de Coimbra, Évora, Santarém, Porto, Braga, Lamego, Viseu, Silves, Guarda, Elvas, Guimarães, Beja, Tavira, Leiria[79]. Mais tarde, fruto de um desenvolvimento diferencial, Évora trocará de posição com Coimbra e o Porto ultrapassará Santarém. Mas esta será uma realidade de meados de Quatrocentos. O alargamento deste exercício às demais cida-

---

78 SOUSA, 2002: 47-50.

79 Esta análise é baseada numa fonte datada de 1481-1481, mas tratavam-se de lugares atribuídos desde o século XIV.

des e vilas representadas em cortes permite esboçar o perfil do sistema urbano nacional, embora com muitas condicionantes. Mesmo considerando a plausibilidade dos resultados a obter, é incorrecto aceitar esta ordem como reflexo directo de hierarquização populacional, uma vez que a importância atribuída às diferentes localidades obedecia a outros critérios, que conjugavam aspectos de índole populacional, económica, política, religiosa e militar. A posição ocupada por cada centro resulta da média não linear de todos estes factores. Outra medida possível sobre a importância atribuída a cada centro urbano pode ser efectuada com base nos itinerários régios, já objecto de estudo[80].

Entre meados de Trezentos e os cem anos seguintes redirecciona-se a ocupação humana do espaço, que privilegia o litoral face ao interior. Ao iniciar-se o século XIV as grandes cidades portuguesas eram sobretudo fluviais. Durante o século da crise, o litoral e os núcleos aí situados ganham novas dinâmicas de desenvolvimento, enquanto cidades do interior perdem liderança. No limite norte Ponte de Lima, Vila do Conde e Azurara rivalizam com Viana e Rates. Braga é ultrapassada pelo Porto. Toda a faixa interior de norte a sul é penalizada, como sucedeu com Bragança, Guarda, Covilhã, Sabugal e outras localidades. Santarém perde prestígio face a Lisboa, enquanto a região de Setúbal se povoa. No limite sul, Silves cede o lugar de privilégio que possuía no contexto algarvio às cidades de Lagos e Faro. Estavam lançados os dados para uma nova era de dinamismo urbano e a consolidação de uma rede com novos protagonistas. O aumento de Lisboa e de outras cidades, a partir da segunda metade de Trezentos, corrobora a hipótese da imigração das populações para os centros urbanos mais atractivos, na perspectiva económica. Referimo-nos, no entanto, a deslocações que envolviam um número modesto de indivíduos e se efectuavam num raio geográfico curto, excepção feita à capital, capaz de mobilizar indivíduos num raio de aproximadamente 100 km[81].

Em termos jurídicos, as cidades em Portugal nos séculos XIV e XV eram apenas nove: Braga, Porto, Lamego, Viseu, Guarda, Coimbra, Lisboa, Évora e Silves, que aliavam funções urbanas e religiosas, por serem também sedes de bispado. Já se considerarmos a dinâmica económica e demográfica, outros centros urbanos se destacam, como Guimarães, Santarém, Elvas, Setúbal, Beja e Lagos[82]. A importância relativa das diferentes cidades pode

80 A cartografia desses percursos pode ser analisada em MARQUES e DIAS, 1994: 104-107.

81 Conclusão retirada de um estudo exploratório, baseado na análise dos apelidos geográficos dos residentes em Lisboa (MARQUES, 1986: 181).

82 MARQUES, 1986: 182.

ser avaliada através da combinação entre a superfície amuralhada e o número de besteiros que lhe é atribuído. Ambos os indicadores carecem de precaução no seu manuseamento. Nem sempre as cinturas urbanas coincidiam com as áreas ocupadas com construção e o total de besteiros, tal como acontece com o de tabeliães, não obedece a um ratio directo com o volume de residentes. A estes dados podemos ainda acrescentar um terceiro indicador, que remete para o número de paróquias. O desmembramento e a criação de novas paróquias reflecte em certa medida a dinâmica local, permitindo um ensaio de hierarquização urbana.

Nos inícios do século XV, Lisboa era já uma enorme cidade à escala nacional, embora de dimensão média a nível europeu. A sua população poderá ter atingido as 35 mil almas ainda durante a centúria de Trezentos, volume claramente ultrapassado nos cem anos seguintes[83]. Salamanca, Dijon, Siena e Dantzig possuíam uma dimensão semelhante aos 102 hectares abrangidos pela Cerca Fernandina de 1373-1375. Os lugares imediatos eram ocupados por Santarém, com cerca de 45 hectares, e Évora, com um pouco mais de 50 hectares, embora seja difícil avaliar qual delas era maior em termos de residentes, uma vez que se desconhecem os níveis de ocupação humana real. É possível que a vantagem da cidade ribatejana, a existir, se fosse esbatendo ao longo do século XV, em favor de Évora. Com efeito, o sul sai vitorioso durante o século da crise, parecendo ser o único a beneficiar com as deslocações populacionais que tiveram lugar nos momentos mais graves subsequentes à Peste Negra. A monarquia ratificou essa ascensão, já que a partir de Dom Afonso IV, todos os monarcas preferiram o sul ao norte e foi a partir dele que o Reino passou a ser governado[84].

3. Comportamentos colectivos

Muito difícil se torna o conhecimento dos comportamentos colectivos dos portugueses destes séculos. Se já era notória a escassez de informações credíveis e directas sobre quantitativos globais, a situação piora no que concerne a avaliação dos níveis de fecundidade, nupcialidade e mortalidade. Ao contrário do que sucede noutros países católicos, em Portugal ainda não existem os preciosos registos paroquiais, que só a partir do século XVI irão

83 Valor adiantado por MARQUES (1981: 41) baseando-se no coeficiente de 384 habitantes/hectares, proposto por Leopoldo Torres-Balbàs para as cidades muçulmanas da Península Ibérica. Assim, com 102 hectares, Lisboa rondaria os 35 a 36 milhares de habitantes.

84 MARQUES, 1986: 187.

permitir análises de tipo demográfico com algum rigor. Assim, há que contentarmo-nos com a recolha de pequenos indícios, pontuais e indirectos.

A mortalidade será de todas as variáveis micro demográficas a mais referenciada na documentação, embora as informações disponíveis pouco nos permitam avançar em termos de análise demográfica. Continua a ser impossível estabelecer os níveis da mortalidade extraordinária, e ainda menores são os indícios sobre a mortalidade quotidiana. Um ensaio interessante, realizado por Armindo de Sousa, baseou-se na estimativa do número médio de anos de vida dos membros da família real portuguesa entre 1300 e 1500[85]. O historiador conclui que a maioria dos homens faleceu antes de completar os 50 anos, ainda assim um valor superior em seis anos ao das mulheres (respectivamente 49.5 e 44.3 anos). No caso feminino verifica-se uma concentração das mortes aos 30 anos, a que não será estranho o aumento do risco de morte por partos sucessivos. Estes resultados parecem plausíveis no contexto da época. Mas, para além das flutuações introduzidas pelo reduzido universo considerado, também devemos ter em atenção que se referem ao grupo que reunia as melhores condições de vida e que está longe de representar a realidade do homem comum, o qual teria certamente esperanças de vida inferiores.

Com efeito, a reduzida duração da vida está patente em diversos testemunhos, nomeadamente literários e notariais. A partir do século XIII cresce a preocupação do homem em redigir as suas disposições face aos bens ter-

Idades de morte da Família Real e grande nobreza entre 1300 e 1500

Idade da Morte	Homens	Mulheres	TOTAL
10-19	2	0	2
20-29	0	3	3
30-39	2	6	8
40-49	9	1	10
50-59	3	2	5
60-69	4	3	7
70-79	1	1	2
80-89	1	0	1
N.º Observações	22	16	38
Média em Anos	**49.5**	**44.3**	

Fonte: Elaboração própria a partir de MARQUES, 1982: 84, 224.

85 Ensaio feito a partir das idades de nascimento e óbito mencionadas no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão (SOUSA, 2002: 58-59). O investigador ter-se-á muito provavelmente inspirado no exercício realizado por MARQUES, 1980: 216.

renos e vida no Além. Testamentos e doações aumentam em volume, embora a sua efectivação estivesse sujeita a variações conjunturais, dificilmente explicadas. Quando comparadas com idêntica prática a nível europeu, as médias portuguesas só no século XIV se parecem aproximar[86]. O estudo realizado por Hermínia Pilar permite verificar que esta prática não era socialmente muito restrita, o que aumenta o interesse na análise da informação. A avaliar pelas categorias socioprofissionais referenciadas para a região da Estremadura entre 1300 e 1500, encontramos um predomínio de membros do clero e da nobreza, a representarem 20,2 e 10,7%, respectivamente, mas seguidos de perto pelos oficiais (7,6%), artesãos e artífices[87]. Existe uma relação positiva directa entre o volume de testamentos e os anos marcados por epidemias e/ou guerras e instabilidade social[88]. Entre outros aspectos, este tipo de fonte permite antever uma forma mais próxima e individual de lidar com a morte, sua ou de outrem. Tal aspecto pode ser uma construção feita a partir das vivências experimentadas nos momentos de eclosão e difusão das grandes pestes e epidemias que se sucederam. Ao longo da vida todos assistiram a dois ou mais desses momentos.

O ciclo de vida completava-se muito cedo, era precário e sujeito a um faseamento muito distinto do actual. À medida que a sociedade medieval tomava consciência da fragilidade da vida, formavam-se teorias, que só parcialmente correspondiam à realidade. Uma delas, a julgar pelas palavras de Dom Duarte, sugeria a diminuição da esperança de vida das populações nos séculos XIV e XV, quando comparada com épocas anteriores: «Alguns pensam que agora vivem os homens menos que viviam em tempos de nossos avós». Curiosamente, a análise das idades de morte registadas nas árvores genealógicas das Dinastias de Borgonha (séculos XIII a meados de XIV) e de Avis (segunda metade de trezentos ao primeiro quartel do século XVI)[89] confirma esta tendência em relação aos homens, embora saibamos que se trata de uma série sem significado estatístico[90]. No primeiro caso, a idade média da morte situa-se nos 42 e 37 anos para os sexos masculino e feminino,

86 PILAR, 1995: 46-47.

87 PILAR, 1995: 37 e ss.

88 É notória a subida do número de testamentos realizados entre 1348 e 1349, na década de 60, sobretudo entre 1361 e 1363 e nos anos 80 (entre 1383-1385 e em 1389). PILAR, 1995: 53.

89 MARQUES, 1982: 209 e 225.

90 Como se pode confirmar no Quadro, a análise reduz-se a 18 e 8 casos, respectivamente para homens e mulheres, pertencentes à Dinastia de Borgonha, em relação aos quais nos eram dadas informações sobre os anos de nascimento e óbito. Sobre a Dinastia de Avis existe um maior número de observações e melhora a representatividade feminina (25 e 17 casos, para homens e mulheres, respectivamente). Esse facto pode ter influenciado e invertido a aparente desvantagem feminina registada na Dinastia de Borgonha.

respectivamente. Na Dinastia de Avis, a vantagem masculina desaparece, sendo as idades médias da morte de 42 e 47 anos. Em qualquer dos casos, pouco se pode concluir do ponto de vista demográfico. Os níveis de mortalidade infantil e juvenil estão claramente subavaliados, as incertezas e omissões quanto às datas de nascimento e óbito são imensas. Digamos que estes números devem ser lidos como uma informação adicional sobre as idades mais críticas, uma vez atingida a idade adulta. Ainda assim, é interessante observar já então a vantagem feminina nas faixas etárias mais jovens e idosas, embora também possa estar empolada nos primeiros grupos pela maior exactidão de registo no caso masculino, o que aumenta o número de casos assinalados.

Idades de morte das Dinastias de Borgonha e de Avis

Idade da Morte	Dinastia de Borgonha		Dinastia de Avis		TOTAL	
	H	M	H	M	H	M
0-9	3	1	1	2	4	3
10-19	0	0	4	0	4	0
20-29	0	2	4	2	4	4
30-39	4	2	2	3	6	5
40-49	5	1	5	1	10	2
50-59	1	0	4	2	5	2
60-69	5	2	2	4	7	6
70+	0	0	3	3	3	3
N.º Observações	18	8	25	17	43	25
Idade Média	**42.2**	**36.8**	**41.6**	**47.2**		

Fonte: Elaboração própria a partir de MARQUES, 1982: 84, 224.

A estrutura etária da população não poderia deixar de ser muito jovem, com muitas crianças, embora fossem enormes os riscos de sobrevivência nas primeiras idades. A população adulta concentrava-se nos escalões inferiores e era clara a diminuição dos efectivos nos grupos etários superiores aos 50 anos. Essas características têm a sua formulação teórica no capítulo I do *Leal Conselheiro*, escrito por Dom Duarte. Nele o monarca enuncia a teoria dos patamares evolutivos, de acordo com a qual todos os indivíduos passavam por mudanças físicas e psíquicas, que decorriam em oito diferentes momentos, da primeira infância à velhice, cada uma das quais com a duração de sete anos. A primeira fase da vida terminava aos 7 anos com a mudança dos dentes, momento em que tinha início a integração social. Na fase seguinte, aos 14, o homem estava apto a casar. No entanto, só aos 21 se era considerado adulto, embora o processo de maturidade física só à

aproximação dos 30 fosse dado por concluído. Com os 35 anos começava a degradação física e logo depois a intelectual. A decadência do indivíduo processava-se a partir dos 42 anos e a velhice instalava-se antes dos 50. Com essa idade era-se velho, e o resto da vida, que se previa curta e interrompida a qualquer momento, iria corresponder a uma perca rápida de qualidade. Quando eclodiu em Lisboa o surto pestífero que acabaria por a vitimar, Dona Filipa de Lencastre recusou-se a fugir da cidade, alegando ser uma mulher velha. Contava então 53 anos de idade[91]. Poucos conseguiam ultrapassar 70 anos, uma idade após a qual só «trabalho e dor» se poderiam esperar: «devemos fazer fim de nossos dias para os feitos da presente vida».

As idades da vida na primeira metade do século XIV

Idades	Alterações Físicas	Fases da Vida
0-7	Dentição	Infância
7-14	Maturação sexual	Puerícia
14-21	Fim do crescimento	Adolescência
21-28	Maturidade física	Mancebia
28-35	Maturidade intelectual	Mancebia
35-42	Início da decadência	Mancebia
42-49	Decadência	Mancebia
49-56	Início da decrepitude	Velhice
56-63	Início da decrepitude	Velhice
63-70	Início da decrepitude	Velhice
70-77	Acentuar da decrepitude	Senilidade
77-84	Decrepitude	Decrepitude

Fonte: Dom Duarte, *Leal Conselheiro*.

Continuamos a ignorar a importância relativa das diferentes causas de doença e morte, embora seja possível enunciar os males mais frequentes. Para além das debilidades físicas provocadas pelo regime alimentar, as práticas de higiene individual e colectiva prejudicavam o estado de saúde das populações. A norte a situação era pior que na metade sul, por influência árabe nas práticas de limpeza. A saúde estava linearmente dependente de acções preventivas, já que não existiam respostas eficazes de tratamento de doenças. Como sempre acontecera, predominavam os males de tipo infeccioso e parasitário, com probabilidades de vida reduzidas a alguns dias na maioria dos casos, a partir do momento em que surgiam feridas abertas. As febres não diagnosticadas, mencionadas com alguma frequência na docu-

91 Sobre esta questão veja-se MARQUES, 1980: 209-210.

mentação coeva, poderiam ser sintoma de enfermidades graves, como anemias, problemas do aparelho digestivo ou respiratório (tuberculose), cuja incidência seria elevada[92].

Sabemos que existe uma correlação positiva entre práticas reveladoras de alguma preocupação com a higiene e níveis de rendimento. Não existiam infra estruturas sanitárias colectivas, fontes de água potável em número suficiente ou limpeza urbana. Eram escassos ou nulos os conhecimentos nesta matéria, apesar das posturas camarárias que tentavam erradicar alguns costumes perigosos para a saúde. No interior das casas de chão coberto de palha, com enxergas e sem mudas de roupa, a existência de parasitas nos corpos era inevitável. Mau grado este panorama existem testemunhos de alguma preocupação com práticas de limpeza, pelo menos entre os mais abastados, cujo vestuário era trocado com alguma regularidade e lavado com sabão, uma das indústrias prósperas no período medievo. Antes e depois de cada refeição as mãos eram limpas e existiam banhos públicos nos maiores centros urbanos, sobretudo do sul do país, onde se cuidava da limpeza do resto do corpo. Herança árabe, o seu número foi gradualmente diminuindo com os séculos.

Todos os actos que marcavam o ciclo frágil da vida do indivíduo, nascimento, casamento e morte, processavam-se num tempo curto, de que pouco se conhece. Sabemos, por exemplo, que reis e rainhas contraíam matrimónio muito jovens. Mas tal facto não implica que a população em geral o fizesse, excepto talvez alguns membros da grande nobreza. Os testemunhos documentais pouco permitem concluir sobre a idade média ao primeiro casamento e a entrada na vida sexual fecunda, aspecto que influenciava directamente a descendência média dos casais. As ligações anteriores ao casamento não eram excepcionais, tal como as extraconjugais. Em 1352, Dom Afonso IV promulgava uma lei que forçava a que «todos os recebimentos que se fizerem na freguesia se façam perante o pároco e o tabelião.» Os «casamentos a furto» eram ainda numerosos um século depois, o que preocupava a igreja. Mas a maioria das cerimónias eram «casamentos de bênção», nas camadas sociais mais elevadas combinados pelos pais dos nubentes[93].

Pouco sabemos sobre os níveis da ilegitimidade, embora pareça ser aceite com alguma naturalidade nas camadas privilegiadas, onde era recorrente a existência de um ou vários filhos ilegítimos. Igualmente comum a adopção de crianças e adultos por casais ou indivíduos sem descendência.

92 MARQUES, 1980: 210.
93 MARQUES, 1986: 486-487.

A questão da legitimidade afigura-se envolta em alguma permissividade, tal como sucedia com outros comportamentos desviantes. Os casos de incesto foram mais numerosos que na actualidade. O adultério, pela sua frequência, chegou a ser alvo de leis severas desde inícios de Quatrocentos. Estão documentados casos de homossexualidade, neste caso pouco tolerada pela sociedade medieva[94]. Por seu turno, várias posturas camarárias tentaram controlar o negócio, aparentemente bem sucedido, das *barregãs*. Nos capítulos de cortes é promulgada legislação específica sobre as normas da prostituição. Resta saber qual o grau de vulgarização destas práticas na sociedade medieva portuguesa. Limitações económicas e restrições sociais comunitárias poderiam travar este tipo de comportamentos entre os de menores posses. A análise das disposições testamentárias permite extrair outros informes sobre a família e importância dada aos laços de consanguinidade. Todos os indivíduos, independentemente da sua pertença social e sexo, agiam de acordo com um mesmo padrão de conduta. Os laços que se pretendiam reconstituir eram os da família conjugal e dos antepassados directos. Irmãos e tios, como outros colaterais (sobretudo afilhados) eram menos referenciados. «A reconstituição da linhagem era uma forma pública de reafirmar, mesmo após a morte, a união e o poder de uma família», base da sociedade[95].

Mesmo que o casamento se efectuasse cedo para os padrões actuais, e que ambos os cônjuges fossem jovens, o que nem sempre sucedia, a probabilidade de morte de um deles era enorme, seja por doença, por parto ou em combate. O recasamento não seria fácil para as mulheres com filhos e poucos rendimentos, o que explica o aparecimento na documentação coeva de muitas viúvas, tornadas cabeça de casal. A frequência da morte está também patente na percentagem de viúvos no total de chefes de família. No caso masculino, um novo casamento era a solução mais simples para assegurar a gestão doméstica e a educação dos descendentes da aliança matrimonial anterior.

Nestes séculos, a idade ao casamento aumenta substancialmente em ambos os sexos nos grupos privilegiados. Não obstante, o casamento com mais de 30 anos acontece apenas uma vez na Dinastia de Borgonha e quatro vezes na de Avis (apenas uma mulher casa aos 33 anos). A idade mais frequente era 12 e 13 anos no caso feminino e 25 no masculino. Mas nestes casos a precocidade do casamento não tinha um efeito directo em termos de fecundidade, já que o primeiro filho nascia vários anos mais tarde, caso

94 MARQUES, 1986: 489-490.
95 PILAR, 1995: 110.

o matrimónio ainda não tivesse sido desfeito pela morte de algum dos cônjuges. Curiosamente, a idade média das mães ao primeiro filho vivo (desconhecemos a eventual ocorrência de gravidez ou aborto) não se altera entre os dois períodos, embora apenas disponhamos de oito referências sobre esta matéria.

Alguns Indicadores de Fecundidade e Nupcialidade das Dinastias de Borgonha e de Avis

Idades	Dinastia de Borgonha	Dinastia de Avis
Ao 1.º Casamento (H/M)	21.6/14.1	27.3/19.2
N.º Médio de Filhos/Família	3.0?	6.1
Idade Média das Mães/1.º filho	20.8	21.0

Fonte: Elaboração própria a partir de MARQUES, 1982: 84, 224.

A dimensão média das famílias era expressiva, embora o número de descendentes legítimos seja inferior ao que possamos pensar, se considerarmos apenas os sobreviventes até à idade adulta. O número médio de filhos nascidos de matrimónio oficial era escasso, sobretudo nos séculos XIII e XIV, onde rondava os dois. Seis das treze famílias arroladas deixaram apenas um descendente, embora um deles contasse com um meio-irmão ilegítimo. Dos 39 descendentes da Dinastia de Borgonha que sobreviveram à infância, apenas um terço chegou a casar. Considerando a precocidade com que se realizava o casamento, esta percentagem reflecte os níveis elevados de mortalidade e também o grande número de celibatários, parte dos quais votado à vida religiosa. Desse total, 24 eram legítimos e 15 ilegítimos. O número de filhos nascidos de um mesmo pai reportava-se com certa frequência a duas ou mais mulheres. A Dinastia de Avis manteve este tipo de comportamentos, embora o número de bastardos diminua e a dimensão média da família real aumente substancialmente. Dos 55 descendentes arrolados, apenas quatro eram ilegítimos. Ocorrem dois casos de 9 filhos por mulher, outros dois de oito.

A reconstituição de famílias nobres, feita por José Augusto Pizarro[96] para o período que compreende os reinados de Afonso III e Afonso IV, permitiu conhecer alguns comportamentos demográficos deste grupo social. Uma das conclusões do referido exercício prende-se com a observação de um decréscimo da nupcialidade entre os séculos XII e XIII e deste último para o seguinte. As mulheres vêem reduzir-se a probabilidade de casar. O

96 PIZARRO, 1997.

aumento do celibato feminino seria consequência da adopção de uma estrutura linhagística e poderá explicar o aumento observado do número de comunidades monásticas femininas. A tendência geral é, portanto, de quebra generalizada da nupcialidade entre os séculos XII e o XIV, com o consequente aumento do celibato, principalmente laico[97].

Os níveis de fecundidade dentro do casamento não se apresentavam muito elevados, pese embora o facto de sabermos que nem todos os filhos eram registados e não se poder esquecer que a mortalidade infantil era muito elevada. O número médio de filhos rondava os 3,5 no século XII, 3,2 no seguinte e apenas 1,9 na primeira metade de Trezentos[98]. Havia, todavia, uma percentagem razoável de casais «sem semel», ou seja, que não tiveram descendência. Por seu turno, a ilegitimidade dos nascimentos sofreu um acréscimo, oscilando entre os 5,3 e os 11,9% do total dos nascimentos[99]. Este aumento poderá estar relacionado com as restrições às alianças matrimoniais que a nobreza foi adoptando como resposta ao aumento do grupo da nobreza que se verificou entre os séculos XII e XII[100]. Outras respostas passaram pela alteração da estrutura familiar e pela emigração dos excedentes populacionais para fora do Entre Douro e Minho.

O historiador Baquero Moreno efectuou para meados do século XV a biografia de várias centenas de famílias nobres[101]. Os resultados do seu estudo confirmam a sua reduzida descendência média. Muitos morriam já adultos antes dos pais, muitas famílias não tinham herdeiros, outras apenas dois ou três. Quando no final do século XV aumentou o número de filhos a atingir a idade adulta, o movimento expansionista tratou de resolver as tensões sociais que poderiam advir da falta de rendimentos desse extracto social. Pelo menos nas famílias mais abastadas, os filhos só saíam de casa dos pais quando casavam. O chefe de família detinha um poder absoluto, podendo expulsar ou deserdar o filho. Só a morte do progenitor dava aos descendentes autonomia financeira[102]. A vida era toda ela marcada pela dependência do homem face a factores de tipo exógeno.

---

97 PIZARRO, 1997: 1085-1089.
98 PIZARRO, 1997: 1091.
99 PIZARRO, 1997: 1094-1095.
100 PIZARRO, 1997: 1095.
101 MORENO, 1973: 573-1085.
102 MARQUES, 1986: 485.

4. As migrações

Movimentos migratórios internos de alguma intensidade parecem marcar os meados do século XIV, designadamente se os considerarmos como uma resposta imediata aos muitos rebates de fome, peste e guerra. Desconhecemos, no entanto, o carácter definitivo ou temporário deste tipo de deslocações. Por seu turno, e provavelmente mais importante do ponto de vista demográfico, conjunturas de crise económica e solicitações decorrentes da necessidade de criar incentivos ao povoamento de determinadas áreas fomentaram o movimento dos mais humildes para outras terras, que não a de nascimento.

A falta de mão-de-obra em certos ofícios foi sentida nos centros urbanos, traduzindo-se no aumento dos salários e aliciando gente dos campos. Essa transferência criou novas dificuldades, porque aumentou a falta de braços nos trabalhos agrícolas e provocou excesso de oferta nas vilas e cidades. A crise social urbana começou a desenhar-se, à medida que o preço dos alimentos subia, tal como o número de desempregados, de mendigos e marginais. Os bandos de «goliardos» ou «goulães», que se deslocavam de terra em terra assaltando e roubando, são prova dessa nova realidade. Mas, à excepção das grandes cidades, o peso percentual dos imigrantes face ao total de naturais nunca foi significativo.

Outra vertente da questão migratória prende-se com as comunidades residentes em Portugal, em relação às quais devemos distinguir as minorias étnicas (mouros, judeus e mais tarde africanos), dos representantes de outras nacionalidades. Os primeiros constituíam uma minoria religiosa. Os mouros, sobreviventes ao processo de Reconquista, mantinham-se agregados nas mourarias, localizadas maioritariamente nos arrabaldes urbanos. Em termos demográficos, estas comunidades adquiriam maior relevância a sul, embora existissem em localidades como Sortelha, na província da Beira. A cidade de Lisboa possuía uma das maiores mourarias do Reino, numa área aproximada de 5 hectares, com uma população que Oliveira Marques estima em não mais de 5 centenas nos finais de Quatrocentos, baseando-se para o efeito no pedido lançado em 1480[103]. Ainda fundamentado nos resultados do referido documento, a maior mouraria em Portugal situava-se em Évora, seguida por ordem decrescente das de Lisboa, Elvas e Santarém. Desconhecem-se, no entanto, os montantes com que foram taxadas as comunas algarvias, do Baixo Alentejo e de Setúbal, que

103 MARQUES, 1986: nota 3, 33.

poderiam alterar a aparente ordem de grandeza destas comunidades[104]. A população de origem muçulmana vivia dos trabalhos agrícolas. Encontramo-los nos arrabaldes das cidades, mas também nos campos, onde adquiriam o estatuto de foreiros ou assalariados. À medida que passavam os séculos, o seu significado numérico foi-se reduzindo, para o que pode ter contribuído a emigração para o Norte de África e Granada, mas sobretudo a sua assimilação na sociedade cristã, o que ditou a sua extinção enquanto minoria.

Mourarias em Portugal no século XV

Província	Localidades
Algarve	Tavira, Faro, Loulé, Silves
Alentejo	Beja, Moura, Serpa, Elvas, Avis, Alcácer do Sal, Setúbal, Palmela, Almada, Vila Viçosa?, Mourão?, Vila Nova da Baronia?
Estremadura	Lisboa, Sintra, Colares, Alenquer, Santarém Coimbra, Leiria
Beira	Sortelha

Fonte: MARQUES, 1987: 33.

Mais numerosa era a minoria judaica, disseminada por todo o Reino. As judiarias eram em alguns casos de dimensões substanciais, ocupando bairros inteiros no centro mercantil e artesanal das vilas e cidades. Entre os séculos XIV e XV, e ao contrário da conjuntura económica e demográfica geral, o número de judiarias foi aumentando, em paralelo com a sua ascensão económica e influência social[105]. Parte desse aumento foi exógeno aos judeus de origem portuguesa, explicando-se pela entrada no Reino de população de origem judia oriunda dos reinos de Espanha, o que justifica a existência de comunidades judaicas com algum significado no interior junto à fronteira. Também a faixa urbana litoral beneficiou com a entrada de novos grupos, chegados por via marítima.

As situações de crise nacional terão favorecido algumas judiarias, situadas nas principais cidades de fixação, na medida em que também entre os povos de origem judia se fez sentir a atracção pelos centros urbanos. A sua prosperidade económica explica-se e é explicada pelos movimentos migratórios internos. À medida que aumenta a concentração dos judeus em torno das cidades, o número de comunas mais que duplicou. As 32 comunas arro-

104 A hierarquia foi feita a partir das tributações a que foi sujeita cada mouraria, o que é falível do ponto de vista das estimativas de população.

105 FERRO, 1979; FERRO, 1982.

Comunas de Judeus e Mouros no século XV

Fonte: MATTOSO, 1992: 353.

ladas no século XIV transformaram-se em 139. É difícil estimar o número de residentes em cada uma delas e, por maioria de razões o seu peso relativo em termos nacionais. Alguns elementos indirectos podem facilitar essa tarefa, nomeadamente os que remetem para a extensão de área ocupada pelas comunas no total da superfície urbana. Trata-se, no entanto, de um indicador pouco fiável, uma vez que existem níveis de ocupação humana

específicos a diferentes bairros. Mas, sendo certo que as judiarias se situavam no centro económico funcional das cidades, é provável que apresentassem densidades elevadas. Em finais de Quatrocentos, no auge do processo de entrada em Portugal dos indivíduos de origem judaica, o seu total deveria rondar os 30 mil, aproximadamente 3% da população no Reino. Os judeus constituíram o único exemplo de corrente imigratória significativa durante o período medieval.

Comunas de Judeus no Século XV

Província	N.º Comunas
Entre Douro e Minho	11
Trás-os-montes	14
Beira	26
Estremadura	25
Alentejo	56
Algarve	7

Fonte: MARQUES, 1987: 33.

Outro grupo étnico minoritário era formado pelos indivíduos reduzidos à situação de escravatura. Os primeiros escravos existentes no país foram obtidos por via do corso nas costas portuguesas e do Norte de África, sendo na sua maioria era de origem berbere. Quando se instalou a crise económica e a consequente falta de trabalhadores agrícolas, tornaram-se evidentes as vantagens da utilização da mão-de-obra escrava. Numa fase inicial recorreu-se aos guanches canários, mas a partir dos anos 40 do século XV inicia-se o ciclo africano, de longa duração. Nessa primeira década as médias anuais de entrada rondaram os 125 indivíduos, para ascenderem aproximadamente a 750 em meados da centúria. Uma percentagem dos escravos entrados em Portugal era reencaminhada para Castela e outras partes do mundo. Os restantes foram empregues nos trabalhos do campo e nas plantações de açúcar na Madeira e no serviço doméstico. Na segunda metade de Quatrocentos, os escravos em Portugal eram alguns milhares, dando origem a uma minoria étnica estável, na sua esmagadora maioria de origem africana[106].

Na Baixa Idade Média, sobretudo a partir do reinado de Dom Duarte, consolida-se a presença em Portugal de várias comunidades estrangeiras, algumas das quais com significado quantitativo. A genovesa foi a primeira

106 MARQUES, 1986: 40.

de todas e Lisboa o seu local de eleição, embora existam testemunhos documentais da sua presença em várias cidades. Constituída por indivíduos ligados à navegação e a actividades mercantis, exerceu uma influência económica destacada desde as primeiras décadas de Trezentos. Em 1338 foi-lhes concedida uma primeira carta de privilégios, renovada em meados da centúria seguinte[107]. Para além dos genoveses, representados por algumas dezenas de famílias, a documentação coeva assinala a permanência em solo português de cidadãos do ducado de Milão, da Lombardia, da Córsega e de Florença. Catalães, ingleses, flamengos, alemães, franceses e castelhanos figuram também entre as nacionalidades representadas em Portugal, embora a sua chegada não pareça ter sido simultânea. Depois dos italianos vieram os catalães e na segunda metade do século XIV ingleses e galeses. Em finais de Trezentos, o número total destes últimos aumentara substancialmente. Também os alemães confirmaram a sua presença ainda durante o século XIV, mas a sua importância evidenciou-se apenas na centúria imediata. Percurso idêntico caracterizou a comunidade de origem francesa, com destaque para os cidadãos naturais da Bretanha, e o mesmo sucedeu com a comunidade flamenga. Esta última deu um forte impulso no processo de povoamento das ilhas Atlânticas, sobretudo dos Açores. Quanto aos procedentes de outros reinos peninsulares, a sua relação com Portugal fez-se sobretudo com a população galega[108].

Tal como hoje a concebemos, a emigração no Portugal medievo foi pouco significativa em termos numéricos, não ultrapassando as centenas de indivíduos de que se conhece a história de vida, na sua maioria de origem nobre e eclesiástica, ligada aos assuntos diplomáticos e tratos ultramarinos, então em fase de expansão. Faltam testemunhos sobre este tipo de movimentos entre os de menores rendimentos, porventura os que maiores razões teriam para trocar o seu reino de origem. À escala popular reconhecemos a existência dos fluxos de saída de mouros e membros das comunidades judaicas, mas sem qualquer hipótese de avaliação em termos quantitativos.

107 RAU, 1968: 13-57.
108 MARQUES, 1986: 40-44.

5

A quantificação das almas

Teresa Ferreira Rodrigues
Maria João Guardado Moreira

As doutrinas da população estão ligadas às circunstâncias históricas da época em que surgem. O ciclo curto de vida e a consciência da vulnerabilidade do homem face às condições do meio caracteriza os séculos da modernidade e permite compreender o discurso teórico predominantemente populacionista, no momento em que os pensadores da população se emancipam das doutrinas da Igreja. A secularização dos assuntos temporais e o reconhecimento do primado do económico sobre o moral são tónica dominante. Não existe necessidade de restringir o crescimento populacional, porque ele é reduzido, embora se acentue o cuidado em encontrar a relação perfeita entre Homem e Ambiente, na linha da teoria platónica do óptimo populacional. Esta perspectiva manter-se-á até ao século XVIII. O indivíduo é encarado como meio de afirmação do poder do Estado[1].

1. O volume

Os avanços da mentalidade quantitativa[2] surgem directamente ligados ao nível de estruturação institucional e poder de centralização. Em Portugal, «a obsessão pelo número, a tentativa de representar a realidade em termos quantitativos (...) constitui um velho impulso administrativo, que evoluiu ao sabor da mentalidade e da gradual complexificação do poder. Convencionar e categorizar são pressupostos implícitos em todo o acto estatístico e, nessa medida, surgem como função de problemas vividos, pressentidos ou, de qualquer forma, questionados pela administração. Quantificar foi, nesta linha, uma forma de apreender o real, de o tornar cognoscível e operatório»[3], de obter indicadores suficientes para a tomada de decisões em diferentes áreas.

1 VIDAL, 2001.
2 VEIGA, 2004: 28-35.
3 SOUSA, 1995b:18-19.

Uma nova forma de ver a realidade desponta em Portugal, coincidente com a construção do Estado e o desenvolvimento da economia de mercado, de que é causa e consequência[4]. A afirmação do primeiro nos séculos XV e XVI fez-se à revelia dos laços de dependência pessoal, que progressivamente cedem lugar a formas de organização institucional. Este processo pressupõe o controle permanente das populações, em sectores específicos da teia socio-económica vigente, e o recurso à quantificação e ao tratamento sistemático de dados. Uma das questões mais relevantes prende-se com o propósito de assegurar meios financeiros suficientes e recursos humanos facilmente recrutáveis em caso de conflito militar. Torna-se também forçoso agilizar mecanismos operacionais de tributação, que permitam um melhor controlo da sociedade de privilégios e forneçam os recursos indispensáveis às novas instituições administrativas e de política externa estatal. O principal desafio consistirá na generalização de impostos pessoais e regulares[5]. Esta nova realidade implicou o gradual desaparecimento das formas de tributação de origem medieva, como os pedidos e empréstimos solicitados a título extraordinário, os quais, no entanto, continuam a existir até bem entrado o século XVI.

A contabilidade central e local dos organismos da coroa complexifica-se e torna-se indispensável ao regular funcionamento das suas hierarquias burocráticas e diferentes instituições, dos armazéns às vedorias, capitanias, tribunais e outros. Por seu turno, o incremento gradual da circulação de moeda e transacções, do crédito e aplicações financeiras, foram determinantes para os avanços observados nas formas de organização do mercado e vulgarização da prática quantitativa no quotidiano. Os acervos documentais referem quantidades, preços, custos, mais-valias, *stocks* de moeda, o que prenuncia uma nova era.

À medida que avança o século XVI, a condução dos negócios públicos e privados da esfera política ganha força, por se apoiar em fundamentos estatísticos mais frequentes e progressivamente elaborados. Mais importante que o recurso a dados numéricos, tratava-se agora de os analisar e, a partir deles, definir volumes e formas de acção. Em meados do século tem-se consciência da vantagem obtida na recolha intencional de elementos quantificáveis, efectuada de acordo com normas que se pretendem rigorosas e objectivas, e se tornam indispensáveis no apoio à tomada de decisão. O Estado converte-se, contribuindo para reforçar a importância do número e da contabilidade, mau grado a persistência de entraves não negligenciáveis ao nível das estruturas sociais. Data de 1502 a tentativa de uniformizar em

4 GODINHO, 1981: 30-35.

5 Como as sisas, as dízimas e os réditos alfandegários.

termos nacionais pesos e medidas. Em 1505 efectua-se o arrolamento sistemático das capelas, hospitais e albergarias do Reino. Em 1516 o *Regimento e Ordenações da Fazenda* estabelece normas de contabilidade pública, em moldes verdadeiramente inovadores[6].

No Portugal moderno consolida-se o desejo de rigor e previsão. Mas foi necessária a política seguida por Dom João II, possível pelos rendimentos da Mina e dos tratos africanos, para que no primeiro quartel do século XVI, já com Dom Manuel, se criasse uma ordenação sistemática e inovadora do aparelho público. Produção estatística e afirmação régia surgem intimamente ligados. A importância da contabilidade na precisão dos réditos e na previsão necessária ao funcionamento da *coisa pública* explicam o sucesso das operações estatísticas. Torna-se imprescindível apurar atempadamente receitas e despesas. A avaliação dos recursos da Coroa torna-se regular, possível pela cuidadosa inventariação dos rendimentos dos vários organismos e a realização anual de orçamentos gerais e parcelares, de que se conhecem múltiplos exemplos desde o primeiro quartel de Quinhentos[7].

No século XVI o crédito torna-se parte integrante da gestão normal dos negócios e vulgarizam-se as transacções comerciais que a ele recorrem, o que reflecte uma concepção muito diversa da subjacente aos empréstimos e pedidos do passado. Também a questão da dívida pública reflecte uma nova realidade, que não é portuguesa, antes europeia. Em 1500 Dom Manuel vende pela primeira vez tenças de juro e herdade, para poder suportar financeiramente a expansão marroquina. A partir dos anos 20 estrutura-se a dívida pública flutuante, sob a forma de empréstimos, contraído por letras de câmbio, principalmente sobre Antuérpia e as feiras de Medina del Campo. Realizam-se as primeiras operações de consolidação da dívida. São inúmeras as provas de conhecimento e utilização estatística ligada às finanças e comércio, sobretudo ultramarino e internacional. Mas continua-se a recorrer a pedidos de contribuição extraordinária, como ocorre em 1502, 1525, 1535, 1544 e 1563.

Fruto da nova concepção de tempo, de espaço e de mentalidade crescem em número e qualidade as descrições e corografias, que muito contribuíram para o melhor conhecimento da realidade. De âmbito geográfico diverso e com informações só ocasionalmente coincidentes, nelas se incluem dados de carácter socioeconómico e populacional. Aponta-se o volume total de fogos, por vezes moradores, vizinhos ou almas, montantes de produção agrícola,

6 GODINHO 1981: 20-40.

7 Embora já existissem na centúria anterior. Conhecemos os orçamentos gerais de 1526, 1527, 1534 e 1557. Desde meados de XVI efectuaram-se orçamentos específicos para o Estado da Índia.

réditos fiscais e alfandegários, volume de transacções em feiras e mercados, privilégios locais e informações de foro religioso e patrimonial.

Não obstante, durante o século XVI, o poder central, embora desejoso de conhecer o território que lhe pertence, não consegue. Só no século XVII, quando do cerco ao Império luso-espanhol, se entenderá as vantagens de saber com exactidão os recursos disponíveis. Com efeito, o desenvolvimento dos trabalhos estatísticos reforça-se no período de dominação filipina. Realizam-se novos orçamentos de Estado em 1588 e 1589, avaliam-se as riquezas do Império em 1593 e em 1607. Continua-se a dedicar grande atenção aos tratos ultramarinos, nomeadamente à constituição das frotas e ao movimento marítimo[8].

A partir de finais de Quatrocentos crescem em número e qualidade as listagens de população efectuadas, algumas inseridas em obras descritivas de cidades e vilas[9], que culminam no numeramento de 1527-1532. A força do poder continuará dependente do total de súbditos. Como referimos, o forte pendor quantitativo de algumas tributações e a utilização maciça de homens nos exércitos constituíram factores determinantes no processo de modernização, a partir do momento em que como tal foram entendidos pelos grupos dirigentes e assimilados nas suas políticas futuras. Neste sentido se compreendem algumas vozes dissonantes sobre as vantagens da empresa expansionista, apontada como principal responsável pela falta de gente e causa dos problemas da sociedade portuguesa. Esta temática torna-se recorrente no século XVII[10].

Quanta era, de facto, a população residente em Portugal? As descrições, corografias e outras fontes que referenciam o número de fogos e almas apenas fornecem uma ideia parcelar sobre essa matéria. Conhecer o volume exacto de residentes não constituía o objectivo único nem mesmo principal das contagens, embora surjam nos séculos XVI a XVIII de forma mais organizada que no passado. Numa fase inicial, a documentação sobre pedidos e impostos extraordinários contribuiu para esse conhecimento, porque a sua efectivação implicava a listagem das famílias tributáveis e respectivas rendas. O mesmo acontecia quando se tornava necessário justificar junto da administração central a criação de novos lugares de oficial. Embora os valores mencionados sejam meras ordens de grandeza, o facto de se irem tornando frequentes e realizados em datas não coincidentes com os arrola-

8 Possuímos listagens de navios apresados, com a sua rota e respectiva carga, o total de embarcações das armadas da Índia, respectiva tonelagem e carregamento, número de tripulantes e artilharia.

9 Veja-se MAGALHÃES, 1985: 15-56.

10 Veja-se, a título de exemplo, FARIA, 2003: 18-19, 29; e CRUZ, 2000: 167-201.

mentos gerais de 1527-1532, 1639-1640 e no final de Setecentos, ajudam-nos a recriar tendências prováveis da dinâmica demográfica[11].

Como já vimos, até fins do século XV só dispomos de informações avulsas sobre as gentes portuguesas. Em 1475 Dom Afonso V tentou averiguar o seu número, mas acabaria por ser dissuadido desse propósito. Dom Manuel manda proceder vinte anos depois a um inquérito de que subsistem os resultados da comarca da Beira. Como o próprio afirma, esta iniciativa visava aperfeiçoar a administração local, corrigir abusos e tomar medidas de saneamento. Se tal atitude não é, em si mesma, inédita[12], é-o a preocupação em determinar o efectivo de moradores e oficiais, estatuto jurídico e administrativo, mosteiros, igrejas, rendimentos e produções[13]. Outros inquéritos se realizaram por essa época, designadamente sobre as vilas e termos de Alverca, Arruda, Azambuja, Castanheira, Povos, Vila Franca, Alenquer, Aldeia Galega e Torres Vedras. Conhecem-se apenas os resultados dos três últimos, relativos ao total de fogos em 1497[14]. Em 1506 e 1514 efectuou-se o cômputo dos coutos pertencentes ao arcebispo de Braga. Data de 30 de Dezembro de 1512 o alvará régio que determina a realização de arrolamento de moradores dos lugares sob administração eclesiástica de Valença. Chegaram até hoje os efectuados no ano de 1513 sobre os concelhos de Caminha e Valença[15] e, no ano imediato, o da comarca da Beira[16].

Apesar destes esforços, só em 1527 existirão meios humanos, financeiros e suficiente força política para que o monarca decida proceder à contagem de todos os vizinhos do Reino, dando origem ao primeiro cadastro nacional. O numeramento permitiu proceder a reformas administrativas, expressas na criação de novas províncias a partir das seis comarcas em que se encontrava dividido o continente. Todo o processo de reforma administrativa neste início de centúria reflecte um intenso esforço de modernização, bem como uma nova lógica de raciocínio. Conhecem-se os trâmites por que passou a realização deste primeiro numeramento nacional, cujo processo arranca no Verão de 1527, quando Dom João III escreve de Coimbra a todos os corregedores: «*Folgarei de saber quantas cidades vilas e logares ha em vossa correiçom e os nomes deles e asi quantos moradores neles ha…hu esprivam ira a cada hua das cidades vilas e logares dessa comarca e em cada hu deles escrepvera quantos moradores ha no corpo da cidade ou vila e arrabaldes e quantos no termo declaramdo quantas aldeãs ha no dito termo*

11 DIAS, 1996: 25-27.
12 Já Dom João II mandara realizar 13 anos antes o arrolamento dos acontiados.
13 DIAS, 1987: 11-102.
14 Sobre Alenquer veja-se FERRO, 1996: 227-245.
15 OLIVEIRA, 1968 e OLIVEIRA, 1976.
16 DIAS, 1987: 11-102.

por seus nomes e quantos moradores ha em cada hua delas e asi quantos vivem fora dela em quintas casaes e erdades»[17]. Apesar do empenhamento e determinação postos nesta empresa, o processo realizou-se em datas variáveis segundo regiões e nem sempre com o mesmo critério[18]. Esse facto reflecte de forma exemplar a complexidade de relações existentes entre as várias esferas de poder, sobretudo no que toca aos entraves erguidos à directiva régia por parte dos grandes senhores, laicos e eclesiásticos. Mas este tipo de limitações não invalidam nem diminuem o valor desta primeira contagem, que representa um salto qualitativo em termos demográficos, administrativos e políticos. Referência obrigatória para quem pretenda conhecer a população portuguesa nesse período, mantém-se até início de Oitocentos como o mais completo cômputo populacional. Depois dele, voltamos às informações circunscritas em termos geográficos, como as que chegaram até nós referentes a Leiria, Santarém e comarca do Porto (1537) e Estremoz (1538)[19].

Totais nacionais apenas podem ser estimados com base nos arrolamentos de gente de guerra, de que existem duas listagens, a primeira datada de 1580, a segunda de final dos anos 30 de Seiscentos, provavelmente de 1639[20]. O facto de cada uma delas ter sido realizada por um mesmo inquiridor aumenta a segurança quanto à sua comparabilidade interna, mas sem garantia quanto à uniformidade de critérios utilizados nas várias localidades. Aliás, o grande problema na contabilização das gentes nesta época decorre da impossibilidade de controlar os critérios de recolha de dados e sobretudo o seu significado intrínseco. Nas fontes quinhentistas são utilizados conceitos de morador, vizinho e fogo sem que conheçamos exactamente o seu significado e, por maioria de razões, a sua equivalência quantitativa. É impossível saber se existiu por parte dos agentes uniformidade de critérios. Muito se tem falado sobre o coeficiente mais correcto para estimar populações a partir de totais de fogos ou vizinhos. Para Alves Dias, este coeficiente deverá situar-se entre 4 e 5 habitantes em média, resultado a que chega após várias análises a documentação coeva[21]. No século XVII utilizam-se para além destes conceitos, os de almas, pessoas de comunhão, menores de confissão, menores de comunhão[22], nestes últimos casos correspondendo de forma mais directa a limites etários, o que permite uma percepção e estimativa populacional de maior rigor. Alguns autores defen-

17 RODRIGUES, 2002: 214-226.

18 Sobre esta matéria veja-se o trabalho já citado de DIAS, 1996.

19 DIAS, 1996: 18-25.

20 SERRÃO, 1975, a partir de um manuscrito encontrado na Biblioteca Nacional de Paris.

21 Retomaremos esta questão no capítulo sobre família. Veja-se DIAS, 1996: 41-61.

22 PINTO *et allii*, 2001: 385.

dem como mais plausível o coeficiente 4, embora com diferenças entre centros urbanos e rurais, o que nos parece razoável, para mais se atendermos à conjuntura globalmente adversa que caracteriza grande parte dos séculos da modernidade[23].

As ilhas dos Açores e Madeira foram objecto de contabilização dos fogos e/ou habitantes. A Madeira apresenta três ensaios muito discordantes na segunda metade do século XV, um na primeira metade e nove na segunda metade de Quinhentos. Com informação paroquial destacam-se nos anos 70 a 90 os valores mencionados por Gaspar Frutuoso e um anónimo[24]. Em 1676 e 1680 novas contagens são realizadas, a primeira pelo governador D. António Jorge de Melo[25], a segunda com origem numa relação do sínodo diocesano da Sé[26]. O mesmo tipo de dados existe sobre os Açores, com destaque para o relatório mandado fazer por D. António Vieira Leitão, com informação por ilha do total de fogos e almas maiores de 7 anos em finais do século XVII[27].

À medida que o Estado centralizado se consolida, melhora o conhecimento que a nível local, regional e, por consequência nacional, se tem sobre o potencial humano. Os propósitos económicos e militares actuaram como grandes impulsionadores das contagens, que em tempos e a escalas diversas foram tentadas para melhor conhecer o volume e características estruturais da população portuguesa setecentista. Mas o poder régio só conseguiu progredir nos seus intentos de «medir» o número de habitantes quando alicerçado no corpo eclesiástico, que continuará a ser até meados de Oitocentos o grande conhecedor das realidades e gentes locais e também aquele em quem as populações depositam a confiança necessária para se deixarem contabilizar. Ao longo do século XVIII, a Igreja e os seus membros mantiveram-se detentores e redactores das fontes essenciais ao conhecimento demográfico[28]. Serão também da autoria do corpo eclesiástico a maior parte das corografias e sínteses tentadas, de utilidade óbvia para completar a imagem que se pretende construir sobre a população de Setecentos. Só a emissão de passaportes, obrigatórios desde 1645 para sair do Reino, mais tarde para ir ao Brasil e, a partir de 1760, indispensáveis às deslocações dentro do território nacional, escapam ao monopólio religioso.

---

23 MOLS, 1966: 129, citado por PINTO *et allii*, 2001: 387.

24 RODRIGUES, 1993: 403-471.

25 CARITA, 1992: 296 (cit. por PINTO *et allii*, 2001: 394).

26 BNL, Arquivo da Casa Branca, 150 (PINTO *et allii*, 2001: 394).

27 BNL, Fundo Geral, Códice 175, fls.87-90 (PINTO *et allii*, 2001: 394).

28 Os róis de confessados e comungados e mantiveram-se, com pequenas melhorias, em termos de informação interna, os livros de registo de baptismo, casamento e óbito.

A um outro nível cumpre também destacar o papel que em termos de conhecimento interno irão desempenhar os autores de tratados de economia política, estes maioritariamente laicos. Esta será uma realidade mais de final de Setecentos e que remete para o início de uma outra fase de desenvolvimento estatístico, que culmina em 1801/2, com a realização de duas contagens de população em moldes inovadores e que marcam a entrada do nosso país na era proto-estatística[29].

Se a falta de dados é um problema indesmentível, muito mais o é a questão da fiabilidade das informações. Com efeito, a qualidade dos dados sobre o estado e o movimento da população é muito oscilante e dificilmente avaliável. Sabemos no entanto que, em termos genéricos, ela tende a piorar à medida que recuamos no tempo e sempre que trocamos o geral por unidades de observação geográfica mais circunscrita. Neste contexto, para traçar as grandes linhas da evolução da população portuguesa ao longo de Setecentos, tanto no que diz respeito às tendências globais e locais, como à desigual repartição pelo território, fruto de diferentes cronologias de desenvolvimento, possuímos já um número razoável de informações, se comparado com épocas anteriores[30], quer manuscritas quer incluídas em corografias impressas.

Ainda o século não tinha começado e já o Padre Carvalho da Costa, na *Chorografia Portuguesa e Descripçam Topografica do Reyno de Portugal* contava os portugueses, embora o resultado só fosse publicado anos depois[31]. Fernando de Sousa e Silva Gonçalves indicam os anos de 1692 a 1695 como datas de recolha de informação e da mesma opinião é Romero de Magalhães[32]. Parece-nos, no entanto, irrelevante a data precisa de recolha dos dados, atendendo à lentidão de aumento populacional nessa fase[33]. Quanto à questão da conversão de fogos em almas, este último autor propõe uma estimativa sobre o total de fogos[34], que confrontada com o número de almas estimado por Vitorino Magalhães Godinho[35] valida a hipótese de uma média de quatro

29 NAZARETH, 1988: 179.

30 Para uma análise crítica destas fontes ver, entre outros, CHORÃO (1987), SERRÃO (1987), MAGALHÃES (1984), PINTO (1993), SANTOS (1995), PINTO, RODRIGUES, MADEIRA (2001).

31 Publicada em três volumes editados em 1706, 1708 e 1712. Embora a datação desta obra não seja pacífica, há algum consenso em considerar que os dados aqui contidos dizem respeito a finais do século XVI, terminando em 1700. MAGALHÃES (1980: 53, nota 2) refere que esta obra deve datar dos anos 90 do século XVIII, depois de 1692. Cf. a argumentação apresentada por PINTO *et allii*, 2001: 388-389.

32 SOUSA e GONÇALVES, 1987:78.

33 Vejam-se os comentários de PINTO *et allii*, 2001: 389.

34 MAGALHÂES, 1988: 31.

35 GODINHO, 1980: 19.

habitantes por fogo, enquanto António Hespanha propõe um coeficiente de 3,3[36]. Já os valores que Carvalho da Costa apresenta têm suscitado algumas dúvidas, não só devido a uma certa heterogeneidade, como porque em algumas regiões parecem algo elevados[37]. Todavia, é certo que os anos anteriores revelaram uma conjuntura favorável ao crescimento da população[38]: no último quartel do século XVII o Reino viveu em paz, com crises de mortalidade de fraca e média intensidade[39]. De qualquer forma, a validade desta fonte não foge aos pressupostos subjacentes a todas as elaboradas durante a época pré-estatística. A sua importância decorre do facto de cobrir toda a parte continental do Reino, ainda que alguns concelhos tenham sido omitidos. Regista para cada freguesia o número de vizinhos, por vezes com a indicação de menores e maiores de confissão, bem como informações de carácter geográfico, histórico, social e económico.

Dispomos ainda de um cômputo global desta *Chorografia*, feito por autor anónimo, sem indicação de data[40], que transcreve os dados da obra original e que também não estará isenta de erros. No entanto, é uma fonte que, para além de fornecer a contagem da população, também permite uma panorâmica mais geral, uma vez que para além dos dados por comarcas e respectivas freguesias, tal como aparecem organizados no original, também apresenta um *Mappa Geral das freguezias de todas as Províncias, e Comarcas do Reyno de Portugal e do Algarve*.

Em 1734-36 D. Luis Caetano publica no apêndice da *Geographia Histórica*[41] uma «Lista de Fogos, e Almas, que há nas terras de Portugal, comunicada ao Author, para se incorporar nesta Geographia, no anno de 1732 pelo Marquez de Abrantes». Contagem polémica, que tem suscitado posições firmes de total ou parcial rejeição: desde Soares de Barros[42], passando por Balbi[43], Albert Silbert[44] e Romero de Magalhães[45]. Em 1993, Rocha Pinto procedeu a uma análise crítica desta *Lista*, comparando-a com algumas fontes disponíveis para o período[46]. Concluiu que, pelo menos para grande parte do ter-

36 HESPANHA, 1994: 72.

37 Casos de Castelo Branco (PINTO, 1993: 62, 136) e Alentejo (SERRÃO, 1987: 7).

38 MAGALHÃES, 1988: 26. A este propósito vejam-se as propostas apresentadas no capítulo 6.

39 Ver capítulo 6.

40 *Rellaçam das Freguesias de todas as Províncias e Comarcas do Reyno de Portugal e do Algarve conforme a Corografia Portugueza do Padre Antonio Carvalho Costa*, Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), *Pombalina*, Cod. 136.

41 Lisboa, 1734-1736, II: 475 e ss.

42 Cit. por SILBERT, 1978: 112.

43 BALBI refere que neste recenseamento apenas se contavam as pessoas de confissão, pelo que, teoricamente, falta cerca de 1/5 da população (1822: 68-69).

44 SILBERT, 1978: 112-115.

45 «Desde logo arredo, por ser impossível datar a «Lista», dita de 1732» (MAGALHÃES, 1988: 28)

46 PINTO, 1993. 64-77.

ritório nacional, a recolha dos dados corresponderá a um levantamento específico «e não ao somatório ou levantamentos dos seus valores a partir dos inquéritos paroquiais da época»[47] e, portanto, que a maioria dos valores a coincidem com data indicada no documento[48]. Também Vicente Serrão[49] se debruçou sobre esta fonte, nomeadamente sobre os quantitativos aí mencionados, questão que será retomada quando analisarmos a evolução da população Setecentista.

Para além da «Lista» de 1732 dispomos ainda para a primeira metade do século do *Dicionário Geográfico*[50], atribuído ao Padre Luis Cardoso[51] e que não inclui valores para habitantes, resumindo-se a informação ao número de fogos. Como o próprio nome indica, trata-se uma obra organizada por ordem alfabética, de que apenas foram publicados dois volumes (o primeiro corresponde às freguesias começada pela letra A e o segundo pelas letras B e C).

O terramoto de 1755 e a necessidade de inventariar os estragos causados, deram origem ao inquérito paroquial promovido pela Secretaria de Estado dos Negócios Interiores do Reino, em Janeiro de 1756[52]. Um outro inquérito da responsabilidade da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino teve início em Janeiro de 1758 e a sua organização foi entregue ao Padre Luiz Cardoso, que todavia morreu sem a terminar. As respostas foram compiladas em 43 volumes[53], conhecidos sob a designação de *Memórias Paroquiais*. Datadas de 1758, agrupam um conjunto de informações resultantes dos diferentes inquéritos promovidos pela Coroa entre 1721 e 1758[54]. Ao aproveitarem o conhecimento efectivo das realidades locais por parte do corpo eclesiástico, as *Memórias* tornam possível aceder a um grande conjunto de dados, que passam pela população, existência de correio, antiguidade e privilégios das terras, acidentes hidrográficos e orográficos. Daí que corroboremos a opinião de Romero de Magalhães: «Evidente: o inquérito paroquial de 1758 foi por vezes respondido de forma sumária e descuidada; tem erros. No entanto, representa um notável esforço de conhecimento do país, com precedentes mas sem paralelo nos resultados»[55]. Todavia, enquanto

---

47 PINTO, 1993: 76.

48 Cf. também PINTO *et allii*, 2001:289-393.

49 SERRÃO, 1987: 7-8.

50 Lisboa, 1747-1751, 2 vols.

51 Sobre a problemática que envolveu a elaboração desta obra, nomeadamente a questão da data em que se procedeu à recolha das informações (a autora refere como provável finais da década de 30, princípios da de 40, sempre antes de 1745 (CHORÃO, 1987: 96-101).

52 CHORÃO, 1987: 101.

53 http://ttonline.iantt.pt

54 Sobre esta questão veja-se CHORÃO, 1987: 101-112.

55 MAGALHÃES, 1988: 28.

cômputo da população a utilização desta fonte não está isenta de riscos, pois além dos próprios erros de contagem, existem os por omissão. Outro condicionalismo prende-se com a inexistência de uma terminologia uniforme para designar os indivíduos que pertenciam a uma paróquia, nomeadamente a grande variedade de opções quando se trata de contabilizar os menores (incluídos, totalmente omitidos, passando por casos intermédios de inclusão de menores de confissão e comunhão, maiores de confissão...).

Entre 1758 e 1798 dispomos dos dados do *Portugal Sacro-Profano*[56], cuja autoria também se tem discutido[57]; de um levantamento da população feito por Manuel José Perinlongue, datado de 1765[58]; e para 1768 e 1776 podemos utilizar J. J. Soares de Barros e a sua *«Memória sobre as cauzas da differente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia»*[59].

A partir de 1771 passam a ser remetidas à Intendência Geral da Polícia listas do total de baptismos, casamentos e óbitos das diferentes circunscrições, à semelhança do que acontecia em França desde o ano anterior. Conhecem-se os valores gerais, publicados na *Gazeta de Lisboa*. Todo o processo estava centralizado na Intendência Geral e conduzido do ponto de vista teórico pela Academia Real das Ciências. Um novo passo é dado em 1781, quando Pina Manique dá instruções aos provedores para que sejam feitos mapas estatísticos dos actos ocorridos nas comarcas. Ordens reiteradas em meados de Junho do ano seguinte. Pedia-se o envio de uma relação com as almas existentes em cada comarca, distinguindo os sexos e incluindo os totais de nascimentos e óbitos, que deveriam ser pedidos aos párocos. A 1 de Julho de 1782 a directiva inclui os casamentos realizados. Pretendia-se assegurar a recolha anual do movimento de toda a população, a ser remetida à Intendência no segundo mês de cada ano. Tratava-se de um projecto ambicioso, que envolvia uma rede de entidades civis e religiosas, embora estas só parti-

56 NIZA, I e II, 1767; III, 1768.

57 De Soares de Barros data a mais antiga referência (SILBERT, 1978: p. 106, nota 2). BALBI refere que data de 1768, mas não justifica (1822: 89). Para SILBERT «Paulo Dias de Niza n'est qu'un pseudonyme du pére Luis Cardoso. Luis Cardoso ayant en 1758 organisé le *Dictionnaire Geographique* dont les notices paroissiales contiennent des chiffres de population, ceux de *Portugal Sacro-Profano*, n'en seraient-ils pas tout simplement la reproduction?» (1978: 111). Mais recentemente CHORÃO (1987: 113-115) defendeu também que esta identificação entre Paulo Dias de Niza e o Padre Luis Cardoso é possível e provável, até devido ao paralelismo existente entre o número de fogos e habitantes das *Memórias Paroquiais* e esta obra. Além de que, segundo a autora, a organização das respostas do inquérito de 1758 tinha sido confiada a Luis Cardoso que, entretanto, morreu sem ver finalizada esta compilação. Cf. PINTO, 1993: 80-83.

58 Existe uma cópia no British Museum publicada por FERRO, 1995: 93-151. Ver também os comentários de PINTO, 1993: 84-89.

59 BARROS, 1789.

cipassem ao nível da recolha. Esse facto explica talvez o fracasso do desafio lançado, já que apenas se conhecem algumas respostas geograficamente dispersas. No *Almanach* de 1789 foram publicados os números relativos aos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos na cidade de Lisboa entre 1788 e 1789, informação actualizada apenas até 1790 e na publicação de 1790 os dados demográficos relativos ao bispado de Portalegre[60].

Finalmente, o Censo mandado fazer pelo Intendente Pina Manique, de 1798 com fins militares e erroneamente designado por censo, cobre todo o Reino[61]. Outros mapas, corografias e descrições existem, mas que se limitam a repetir os totais das obras referidas.

Nos últimos anos de Setecentos vulgarizam-se as descrições monográficas com dados sobre as características da população residente. É o caso de inquéritos, apoiados em diversas entidades (clero, câmaras e provedores de comarcas), e para os quais só se conhecem dados para alguns locais[62]. À medida que se avança no século aumenta o interesse em conhecer a população do Reino, no contexto de uma sociedade que vai valorizando o rigor da observação e da experiência, para além dos interesses meramente fiscais ou militares. A população torna-se uma das preocupações do Estado, influenciada pelas doutrinas fisiocráticas que defendem que a população é a principal força e riqueza das nações[63] e esta passa a ser olhada como um instrumento fundamental da política governamental. Daí que o último quartel de Setecentos seja marcado pela elaboração de um conjunto de levantamentos totais e parciais[64], de iniciativa da Intendência Geral da Polícia, da Academia das Ciências e do Corpo Real de Engenheiros[65]. As fontes que nos permitem conhecer o número de residentes população nos arquipélagos dos Açores e da Madeira durante o século XVIII não diferem muito, quanto às suas características, das que se circunscrevem ao território continental[66].

---

60 SOUSA, 1979: 31-32; SOUSA, 1995a: 44-47.

61 Arquivo Histórico Militar, «*Livro que contem as Freguezias que há em Lisboa, no seu Termo, e nas diversas Terras deste Reyno… feito por ordem do Intendente Geral da Policia do Reyno, Diogo Ignacio de Pina Manique na sua Secretaria em o anno de 1798*». SERRÃO publicou em 1970 uma transcrição deste levantamento.

62 CHORÃO, 1987: 94-96. Refira-se como exemplo a *Rellação Universal de todas as pessoas Existentes nas freguezias do Arcebispado de Evora feita por ordem de Sua Magestade que deos guarde o Augustissimo Senhor Rey Dom João Quinto, no mes de Junho do prezente anno de 1732*. Nesses fólios era-nos fornecido, para cada freguesia da referida circunscrição eclesiástica, o número total de fogos e almas das diferentes cidades e vilas e respectivo termo, discriminando as paróquias que no mesmo estavam incluídas.

63 SOUSA, 1979; 32-38; SOUSA, 1995a: 43; SOUSA, 1995b: 91-92.

64 Para além das fontes já referenciadas veja-se a listagem elaborada por SOUSA, 1979: 38-47; SOUSA: 1995: 44-55.

65 SOUSA, 1995a: 44.

66 Veja-se PINTO *et allii*, 2001:393-394; MADEIRA, 1999.

2. O movimento

Os registos paroquiais, instituídos como prática obrigatória e regular na sequência do Concílio de Trento, representam uma fonte documental de importância incontornável. São as fontes mais completas que possuímos sobre a dinâmica demográfica, numa óptica evolutiva e com alguma coerência, pesem embora as debilidades de conteúdo que sabemos possuírem e se mantêm até finais do século XIX[67]. Permitem descer à escala paroquial e abrangem mais de 90% dos residentes. Nos anos 50 os trabalhos de L. Henry, M. Fleury e P. Goubert [68] põem a descoberto as potencialidades deste tipo de fontes, que vão dar a conhecer a fase proto-estatística da Demografia, designadamente através do método de reconstituição de famílias[69]. Todavia, estudos posteriores, nomeadamente os desenvolvidos pelo «*Cambridge Group*», sugerem outras utilizações para estes dados baseados nas «técnicas de análise agregativa»[70]. No panorama português estes estudos deram especial atenção à análise da mortalidade extraordinária.

O primeiro trabalho baseado no levantamento de registos paroquiais com objectivos de análise demográfica foi o de Akola Neto, em finais da década de 50[71]. Outros se lhe seguiram, muitos dos quais ainda inéditos. Sendo fontes de origem eclesiástica, condicionadas, portanto, pelo contexto em que foram produzidas, os registos paroquiais têm permitido uma aproximação fundamental ao conhecimento dos comportamentos colectivos para épocas anteriores às publicações das primeiras estatísticas demográficas com carácter regular[72]. Embora traduzam os valores morais e ideológi-

67 O subregisto de óbitos em geral e nados vivos e crianças em particular; alguns subregisto de nascimentos, uma vez que apenas se contabilizam os baptismos, serão, porventura, as principais debilidades (ALCOCHETE, 1981: 258-260; SERRÃO, 1973).

68 Destacamos: HENRY, 1953; HENRY, FLEURY, 1956; GOUBERT, 1954: 83-93.

69 Em Portugal, a reconstituição de famílias tem sido sobretudo desenvolvido por Norberta AMORIM que, no entanto, desenvolveu uma abordagem que privilegia a reconstituição de paróquias (1991a, 1991b). Numerosos estudos, que incidem principalmente na análise das paróquias minhotas, transmontanas e açorianas, têm sido realizados quer pela referida autora quer pela equipa do Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho (NEPS). Com o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, o NEPS desenvolveu um, *software* específico, Sistema de Reconstituição de Paróquias – SRP (AMORIM, FERREIRA, RODRIGUES, HENRIQUES, SANTOS, 2001. 57-66 e depois o *SRPP, Sistema de Reconstituição de Paróquias* (FARIA, HENRIQUES, 2004).

70 ROWLAND, 1983: 88; WILLIGAN, LYNCH, 1982: 58-59.

71 NETO, 1959.

72 Em 1993 e 1994, integrado no projecto de «Inventário do Património Cultural Móvel», os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo editaram, em dois volumes, o *Inventário Colectivo dos Registos Paroquiais*, abrangendo não só a documentação que se encontra nos arquivos distritais, mas

cos que estiveram na sua génese, eles reflectem igualmente uma componente específica, ligada aos que a redigiram e que, como perfeitos conhecedores da comunidade que dirigem espiritualmente, melhor que ninguém podem acrescentar pormenores valiosos para o conhecimento social e económico da sua paróquia. A qualidade dos assentos, o zelo com que os responsáveis paroquiais cumprem as normas superiores, a inclusão (ou não) de informações suplementares depende dos redactores. O que exige uma crítica permanente e cuidada por parte do investigador actual.

O contexto que deu origem à instituição dos registos paroquiais é relativamente bem conhecido[73]. Tradicionalmente remetem-se as suas origens para o Concílio de Trento: pretende-se que passe a ser obrigatório o registo de baptismo e de casamento, no sentido de evitar «as constantes alegações de ignorância em matéria de parentesco consanguíneo ou espiritual»[74]. Mas esta determinação mais não fazia do que oficializar uma prática que já existia em bispados de alguns países, entre os quais o nosso. Em 1614, o papa Paulo V estabeleceu no «Ritual Romano» a obrigatoriedade de registo de óbito, bem como as normas que deveriam presidir à redacção dos assentos anteriormente estabelecidos[75].

Em Portugal são conhecidos livros paroquiais anteriores ao Concílio Tridentino, sendo geralmente atribuídas ao Cardeal Infante D. Afonso, Arcebispo de Lisboa e filho do rei D. Manuel I, as primeiras medidas acerca desta prática, embora já quinze anos antes o Bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, tenha legislado a este propósito[76]. No Sínodo de 1536 foram aprovadas as Constituições Diocesanas de Lisboa e no Título I da Constituição VII pede-se aos responsáveis paroquiais que assentem num livro baptismos e enterros. Neste último caso são apenas considerados os maiores de confissão com testamento[77]. Podemos encontrar outros exemplos de registos anteriores ao Concílio de Trento, como um livro de registo de baptizados da freguesia de Santiago de Coimbra que começa em 1510 e também no concelho de Armamar (1521). No distrito de Castelo Branco, mais concretamente na freguesia de Santa Maria do Castelo, da então vila de Castelo

também a que está na posse de algumas outras entidades, públicas e privadas (MARIZ, 1993; MARIZ, 1994).

73 Cf., entre outros FELIX, 1959: 89-94; ALCOCHETE, 1981: 258-260; FARIA, 1932 e 1972: 480-489.

74 NAZARETH, 1988: 181

75 NAZARETH, 1988: 181; ALCOCHETE, 1981.

76 Sobre a problemática da cronologia dos registos paroquiais e legislação diocesana que os regulamenta ver o contributo de COSTA, 1974: 5-49; FERREIRA, 1988: 56-64; FERREIRA, 1990-93: 893-910.

77 AZEVEDO, 1536.

Branco, estão compilados num livro os assentos de baptizados (a partir de 1540), óbitos (desde 1551) e casamentos (a partir de 1560)[78]; os da paróquia da Póvoa de Varzim (livro de óbitos de 1540, de baptizados de 1542 e de casamentos de 1543); em Loulé (onde existe registo de baptizados, casamentos e de óbitos desde 1540); ou ainda em Moncarapacho (de baptizados desde 1543 e óbitos de 1540).

Os primeiros assentos eram parcos em informações, procurando atingir um objectivo meramente informativo, mas à medida que avançamos no tempo, denota-se uma crescente preocupação em normalizar a forma e conteúdo destes documentos. A partir do século XVII, as *Constituições* dos bispados referem com rigor o modo como os assentos deveriam ser redigidos, especificando os dados a redigir pelo pároco, de tal modo que no século XVIII era já uma prática estabelecida a elaboração dos registos e, em princípio, o seu conteúdo relativamente uniforme. As *Constituições Sinodais* de todo o país procuravam estabelecer um formulário que evitasse os desvios e tendesse para a estandardização[79]. Nestes textos estabelece-se ainda o modo de garantir o controlo da forma e conteúdo dos assentos: «*E encarregamos muito dos nossos visitadores, que em cada visitação vejão este livro, e fação emendas, e reformar as faltas, que nelle acharem, procedendo contra os parocos descuidados com as penas desta constituição* (...)»[80]. Cabe, portanto aos visitadores, que representam a autoridade diocesana perante os párocos, velar pela qualidade dos registos. A tarefa era levada a cabo mediante regulares visitas episcopais.

Teoricamente anuais, estas raramente o foram, sobretudo nos locais mais isolados e de escassa dimensão populacional. Os visitadores registavam nos livros paroquiais a data deste controle e os possíveis reparos que suscitasse o conteúdo dos assentos, deixando indicações de como deveriam, no futuro, corrigir as incorrecções e, em caso de reincidência, as penas a que estariam sujeitos os redactores de acordo com o estabelecido nas Constituições. Estas anotações e/ou críticas deixadas pelos delegados da autoridade eclesiástica permitem avaliar o zelo dos sacerdotes, servindo de indicador sobre a qualidade dos assentos. A análise das séries testemunha o progressivo afinar de controlo, a partir do 1.º quartel do século XVII e a terminar

---

78 CASTELO BRANCO, 1962: 31.

79 Refira-se, a título de exemplo, as *Constituições do Bispado da Guarda*, de que se conservam dois exemplares, um do séc. XVII e outro do séc. XVIII: *Constituição do Bispado da Guarda*, Lisboa, 1615 ou 1622 (falta a primeira página onde vinha a data correcta); *Constituições do Bispado da Guarda*, Impressas por ordem do excelentíssimo senhor Bernardo Antonio de Mello Osorio, Bispo da Guarda, Lisboa, 1759, Terceira Impressão. Nestas últimas, no Liv. I, título XII, parág. 24, p. 137, ordena-se que haja em cada Igreja um livro para registo dos casados e defuntos.

80 *Constituição do Bispado da Guarda*, Lisboa, 1759, Livro III, título XV, capítulo V, parág. 9, 360.

Seiscentos estava em vias de uniformizar-se a informação que deveria constar nos assentos, embora persistissem algumas resistências, por vezes apenas por falta de informação.

É provável que exista uma relação directa entre o grau de instrução dos redactores e a qualidade dos registos, o que explica as diferenças de qualidade das séries nas paróquias urbanas e rurais[81]. A uniformização das informações à escala nacional só estará concluída em 1860, apesar dos progressos entretanto verificados. À medida que o número de paroquianos aumenta, aumentam também as probabilidades de identificação incorrecta, pelo que se tornam obrigatórios dados sobre filiação, morada, profissão e naturalidade. Mas, para além do generalizado sub-registo de menores, continua a omitir-se total ou parcialmente outros grupos[82].

Os assentos de baptismo e casamento são mais uniformes no todo nacional, contêm informações semelhantes e as principais debilidades consistem em identificar as crianças a partir do primeiro nome ou do nome de apenas um progenitor. Desconhecemos a percentagem de nados mortos ou crianças nunca baptizadas e, por esse facto, omitidas nos livros de baptismo e provavelmente no de óbito. Estima-se para o Algarve, no século XVI, que 5% os baptismos são na realidade de «exorcismo e catecismo», ou seja, de imposição dos santos óleos a crianças baptizadas em casa de urgência. No que respeita aos casamentos, o problema consiste em avaliar quantos casam fora da paróquia, o que é frequente no caso masculino. Por seu turno, os registos de óbitos omitem regra geral os óbitos de menores. Se tomarmos como termo de comparação o caso francês onde, segundo a análise que Yves Blayo fez da mortalidade entre 1740 e 1829, metade das crianças morria antes de atingir os 10 anos e meio[83]; ou para Espanha, onde segundo Pérez Moreda os óbitos dos «*párvulos*» (isto é, com 0-7 anos) constituíam 50% da mortalidade geral[84], facilmente se depreende a importância em tentar quantificar o mais rigorosamente possível os valores da mortalidade infantil e juvenil.

As deficiências no registo destes grupos etários provêm do facto de a mortalidade nas primeiras semanas de vida ser muito intensa, pelo que os nado mortos ou os que morriam nas primeiras horas de vida não chegavam

81 Nos locais de maior importância era mais controlada a sua qualidade, sendo redigidos por indivíduos com maior instrução e preservados em melhores condições. Em muitas partes os livros foram destruídos ou mesmo vendidos a peso, como sucedeu no bispado da Guarda (RODRIGUES, 1988: 35-51).

82 Referimo-nos à omissão dos actos que envolviam religiosos, militares, hospitalizados, viajantes.

83 BLAYO, 1975:133.

84 MOREDA, 1980: 161, 454-455.

a ser baptizados e, portanto, nem constavam nos livros de baptismo nem nos de óbito. Chegaram até nós alguns registos de crianças que nasceram e morreram passadas algumas horas baptizadas em casa[85], mas ignoramos a sua representatividade face ao total de ocorrências. Segundo as *Constituições Sinodais* o baptismo deveria ter lugar no prazo de oito dias após o nascimento[86]. Um melhor controlo das flutuações do registo neste grupo pode, assim, servir-nos de barómetro para testar a qualidade das fontes, mesmo porque não existem livros exclusivos para óbitos de menores.

Outro problema que se coloca com este tipo de registo decorre da terminologia usada pelos párocos para designar as idades da infância e adolescência. Só naqueles que incluem esporadicamente a idade é possível determinar o significado dos termos utilizados. Nos restantes surgem alusões a «menor», «criança», «anjo», «idade infantil», maior/menor de sete anos, menor/maior de 14 anos. De todos estes o mais dúbio é o de «menor» que, consoante o pároco, tanto pode indicar o grupo de 0-7 anos como o de 7-14. Uma forma de «obrigarmos» as fontes a responder a esta dúvida consiste em examinar, nas freguesias onde há uma especificação sistemática, os sacramentos administrados e/ou dos ofícios celebrados nas exéquias[87]. Aliás, a circunstância de receber ou não sacramento[88] é em regra um dado referido e, embora nem sempre se justifique a não administração dos mesmos, algumas dessas observações fornecem-nos pormenores sobre incapacidade, doenças súbitas, mortes violentas, acidentes ou outras circunstâncias.

Outras fontes subsidiárias contribuem para um melhor conhecimento das dinâmicas globais da população. Caso dos arrolamentos de homens em idade de servir nos exércitos ou as *Visitas ad Sacra Limina*. Estas últimas, com grau de detalhe e rigor de informação variável[89], estão guardadas no Arquivo Secreto do Vaticano. Toda a segunda parte desses relatórios trienais, enviados pelo bispo ou arcebispo com o estado do respectivo território era dedicada ao cômputo dos fogos e pessoas maiores de 7 anos, frades e outros eclesiásticos, com base nas informações coligidas nos róis de confessados.

---

85 Baptizados em casa por necessidade de tal modo que, muitas vezes, nem se lhes chegava a ser atribuído nome, referindo apenas o assento a morte de «hüa criança».

86 *Constituições Sinodais do Bispado da Guarda*, Lisboa, 1759, Liv. I, Tit. V, Cap. II, p. 24.

87 Sobre esta questão ver MOREIRA, 1992: 19-21.

88 Esta especificação dependia do pároco, pois a sua inclusão nos assentos não consta como item no formulário ordenado pelas *Constituições Sinodais*, também os visitadores frequentemente não referem este aspecto nas anotações que deixam.

89 São bastante completos para o Algarve (MAGALHÃES, 1988), mas pouco para Lisboa ou Funchal (RODRIGUES, 1988: 51-56).

Informações por paróquia obtêm-se ainda nas descrições, corografias ou livros de lançamento, comuns a partir do século XVIII, mas esporádicos e incompletos até lá. Existem listagens de moradores de acordo com os rendimentos tributáveis para Loulé (1505), Viana do Castelo (1517) e para a cidade do Porto e respectivo termo. O investigador pode ainda utilizar as informações contidas em documentos diversos, que apontam determinados volumes de população, embora consciente da sua escassa fiabilidade. O mesmo se aplica às descrições. Cidades e vilas são melhor conhecidas e Lisboa a mais visada. Data de meados de Quinhentos o *Sumário* de Cristóvão Rodrigues de Oliveira[90] e de 1620 o *Livro das Grandezas*, de Nicolau de Oliveira[91]. Em 1645 é publicada em Madrid a *Población General de España*, de Rodrigo Mendes da Silva. Os dados sobre Portugal terão sido obtidos a partir da listagem de homens recrutáveis no país (*Resenha de Gente de Guerra*) e mandada efectuar entre 1636 e 1639 pela Duquesa de Mântua[92].

Os róis de confessados ou *Libri Status Animarum* são outra fonte que atravessa os séculos. A obrigatoriedade da sua redacção, os critérios e procedimentos que norteiam a apresentação anual por parte do pároco da lista com os paroquianos maiores de 7 anos, por fogos e eventualmente ruas, está definida desde 1477, no Sínodo de D. Luís Pires[93]. Conhecem-se cinco róis de confessados para a primeira metade do século XVI relativos a Olhão, freguesia de Moncarapacho[94]. A partir de 1630 existe uma série quase completa para Santiago, em Lisboa e estes surgem esporadicamente noutras localidades[95]. Tinham como fim imediato a percepção da côngrua e a verificação do cumprimento dos preceitos de comunhão e confissão pascais. Cada fogo é descrito de acordo com a hierarquia de poder interno: cabeça de fogo, mulher, filhos, pais, avós, de seguida outros ocupantes (hóspedes, visitas) e, por fim, o pessoal, de acordo com o grau de importância de funções (criados de dentro, de fora e escravos). A qualidade das listagens dependia do conhecimento que o redactor tinha sobre os paroquianos, o que permite supor que a sua qualidade seria superior em pequenas paróquias.

---

90 OLIVEIRA, 1938.

91 OLIVEIRA, 1804.

92 Foram estudados por Joaquim Veríssimo Serrão e publicados em 1975, a partir de um manuscrito encontrado na Biblioteca Nacional de Paris (SERRÃO, 1975: 214-303).

93 RODRIGUES, 1985: 80-81. Na nota 6 é feita uma retrospectiva sobre os autores que se têm debruçado sobre a utilização deste tipo de fonte, liderados por ROWLAND e AMORIM, na linha de Peter Laslett.

94 RODRIGUES e REIS, 1989: 291-308.

95 No Patriarcado de Lisboa devem existir cópias resumo desses róis para todo o país, pelo menos a partir da segunda metade do século XVI.

Estes séculos representam a emergência de novas forma de pensar, ver e agir. O longo caminho percorrido no que respeita às informações sobre população reflecte os avanços na utilização de quantidades e a vulgarização do emprego de números e fórmulas contabilísticas[96]. Os séculos da modernidade antecedem a época estatística. Podemos acompanhar a partir da segunda metade do século XVI os movimentos das populações, pese embora um razoável grau de imprecisão. Pouco se conhece e se pode calcular até ao aparecimento dos registos paroquiais.

---

96 Embora existam outras áreas de privilegiadas a esse respeito, designadamente a dos estudos económicos (VEIGA, 2004: 28-35).

6

As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII

Teresa Ferreira Rodrigues

Entre finais do século XV e meados do século XVIII a população portuguesa não chegou a duplicar. O aumento demográfico do Portugal moderno pautou-se por ritmos moderados em ciclos de média e curta duração, a que correspondem avanços e recuos pontuais do número de almas. Os seus efeitos opostos permitem compreender a lentidão de crescimento populacional como um todo, bem como as assimetrias regionais com que se processa, o que só pontualmente difere da dinâmica que caracteriza a maioria dos Estados europeus contemporâneos.

A população europeia terá passado de 81 para 120 milhões de 1500 a 1700, o que representa um acréscimo superior a 50%[1]. Falamos, no entanto de um aumento descontínuo e pautado pela diversidade geográfica. A Europa de Leste ganha importância relativa, a Europa do Norte e Ocidental atingem um máximo em meados do século XVII, após o que entram em recessão. Situação mais grave experimenta a Europa do Sul e o Mediterrâneo, que continuará a ser neste período uma zona instável[2]. A crise demográfica dos séculos XIV e grande parte do seguinte foi ultrapassada em toda a Europa, embora de forma diversa e obedecendo a cronologias distintas, que favorecem a parte mediterrânica em detrimento do norte. Neste período, o factor destacável consiste na consolidação do modelo que regula o crescimento demográfico, marcado pela alternância de aumentos populacionais e anos de retrocesso. Referimo-nos ao mecanismo auto-regulador, que funciona sem que dele exista uma efectiva consciência por parte das autoridades e pensadores doutrinários. Por 1500 ainda não tinham sido repostos os efectivos anteriores à crise de Trezentos, o que só ocorre em meados da centúria. Um novo máximo é obtido no último quartel de Quinhentos e até aos anos 20 do século XVII o cresci-

1 BIRABEN, 1979: 13-25.
2 DUPÂQUIER, 1997: 239-261.

mento é global. Depois a Europa do Sul começa a dar sinais de desaceleração, enquanto a tendência positiva se prolonga no resto do continente até meados de Seiscentos.

Evolução da população europeia nos séculos XVI e XVII (em milhões)

	1500	1600	1650	1700
Escandinávia	2.00	2.25	2.50	3.00
Ilhas Britânicas	5.00	6.25	7.50	9.25
Alemanha	9.00	12.00	11.00	13.00
França	15.00	18.50	21.00	22.00
Península Ibérica	7.75	10.50	9.25	10.00
Itália	10.00	12.00	11.00	13.00
Europa Central	8.25	10.25	9.50	11.00
Polónia	4.00	5.00	5.50	6.00
Rússia europeia	12.00	15.00	17.00	20.00
Balcãs	4.50	6.00	6.00	6.25
TOTAL	**81,0**	**100,0**	**105,0**	**120,0**
Regiões				
% Norte e Ocidente	45.0	43.8	46.7	46.9
% Sul	27.5	28.5	25.0	24.4
% Este	27.5	27.7	28.3	28.7

Fonte: MAC EVEDY, JONES, 1978.

Podemos falar de um longo século XVI, datável entre 1480 e 1620. Na realidade, o crescimento populacional não é muito elevado em si mesmo (0,20 a 0,27% ao ano[3]), mas sim quando comparado à época medieval. No Mediterrâneo a taxa de crescimento anual é três vezes superior à média europeia, atingindo 0,70%. Esse processo foi baseado e suportado pelo aumento da produção e das trocas económicas e por vezes coincidiu com o alargamento geográfico dos estados, como no território russo, onde o povoamento alastra em mancha de óleo para zonas escassamente habitadas. A dinâmica positiva coincide e sustenta a emigração além Atlântico, mais significativa na Península Ibérica, mas não negligenciável enquanto fenómeno global europeu. Estamos ainda na fase de sistematização de resultados para os diferentes regiões[4], embora estejam inventariados os factores

3 Segundo estimativas mínimas de MAC EVEDY, 1978; e máximas de BIRABEN, 1979: 13-25.

4 Vejam-se as sínteses relativas às Ilhas Britânicas, Países Escandinavos, Holanda, França, Península Ibérica, Itália, Alemanha, Europa Central, Rússia, Polónia e Balcãs, in BARDET e DUPÂQUIER, Vol. I, 1997.

relevantes, de cuja conjugação resultam novas dinâmicas populacionais. Os níveis de natalidade mantiveram-se altos, ultrapassando 50‰ em certas zonas rurais, e não existem vestígios de restrição voluntária dos nascimentos. O mesmo acontece com a nupcialidade, que por toda a Europa apresenta níveis elevados, embora sujeita a flutuações conjunturais e práticas distintas. A percentagem de celibatários tende a diminuir, reduzindo-se de 10% para 5-6%, enquanto baixa a idade média ao casamento, com influência positiva nos valores de fecundidade. O ritmo de segundos casamentos é intenso, favorecendo a ocorrência de novos nascimentos, embora também reflicta o ciclo de vida curto e a reduzida esperança média de vida, regulada por altos níveis de mortalidade quotidiana e o impacto negativo das crises demográficas.

A estreita ligação entre população e conjunturas económicas remete-nos para a fase seguinte, marcada pela estabilização ou mesmo recuo. Após 1620 e até final do século a crise instala-se gradualmente. O crescimento, quando existe, é reduzido, de apenas 0,12 a 0,18% ao ano[5]. Algumas zonas do centro da Europa são devastadas, a ponto de nelas surgirem vazios demográficos, que lembram o século XIV. A instabilidade política e religiosa conjuga-se com os efeitos da emigração extra europeia e as lutas dos Impérios. Conjunturas económicas desfavoráveis fazem do século XVII um período de inércia populacional. A crise não apresenta os contornos catastróficos de finais da Idade Média, porque tem outro tipo de causas directas. Mesmo as pestes já não matam com tanta intensidade. A morte deixa de ser fulminante e a subnutrição substitui a fome. O movimento geral desfavorável em termos de vidas humanas resulta da conjugação de fomes, epidemias e guerras, que provocam perdas tão numerosas quanto a crise do século XIV, porém menos perceptíveis, porque dilatadas no tempo. Em 1700 o território da futura Alemanha tinha menos habitantes que em 1600. A Guerra dos Trinta Anos e o abandono dos campos abrira caminho à fome, a que se junta a peste e sobretudo o tifo, mal típico dos exércitos. No Mediterrâneo e sul da Europa as perdas devidas a peste foram ainda maiores. Entre 1590 e 1650 a população espanhola desce de 9 para 6 milhões[6]. A conjuntura de crise estende-se até 1717. A Península Itálica decresce 10% na primeira metade de Seiscentos devido à peste, que afecta com especial intensidade Veneza, Pavia, Génova e explica o declínio então verificado na importância comercial da zona. Inglaterra e Países Baixos foram pólos privilegiados, mantendo-se atractivas em termos económicos,

5 Segundo estimativas mínimas de MAC EVEDY, 1978; e máximas de BIRABEN, 1979: 13-25.

6 Para a história da população espanhola veja-se NADAL, 1988.

o que angaria imigrantes e significa que mesmo quando assoladas por peste ou epidemias tiveram capacidade de recuperação.

As 20 grandes cidades da Europa (1500-1700)

100 000 + hab.	1500	1600	1700
Paris	225	250	530
Constantinopla	200	700	700
Nápoles	125	275	207
Andrinopla	125	160	93
Veneza	115	151	144
Milão	104	119	124
50-100 000 hab			
Gant	80	31	49
Lião	80	90	71
Ruão	75	70	68
Florença	70	65	69
Granada	70	110	70
Lisboa	70	110	188
Praga	70	100	58
Génova	62	70	67
Londres	60	187	550
Bolonha	55	63	63
Salamanca	50	144	80
Valência	50	86	45

Fonte: CHANDLER, FOX, 1974.

Este tipo de dinâmica é uma constante nas grandes cidades modernas, que crescem independentemente das conjunturas, porque a imigração colmata os saldos negativos do crescimento natural[7]. Assim se deve entender o crescimento urbano seiscentista. Segundo Paul Bairoch, cuja obra continua a servir de referência nesta matéria, em 1500 existem 8,4 milhões de indivíduos em cidades com mais de 10 mil habitantes; 11,6 milhões em 1600; 13,2 em 1700. A taxa de urbanização terá subido de 10,7 para 11,8% entre 1500 e 1700, mas as variações estão longe de ser regulares no tempo e no espaço. O sul continuará a ter a liderança no que respeita às grandes cidades de importância estratégica e comércio marítimo internacional, mas elas crescem menos que as suas congéneres de outras regiões[8]. Entre 1500 e 1700

7 Crescimento natural resulta da diferença entre o número total de Nascimentos e de Óbitos, num determinado ano ou período.

8 BAIROCH, 1985 (cit. in BARDET e DUPÂQUIER, Vol. I, 1997: 254-261).

estima-se que a percentagem de população a residir nas grandes cidades europeias, com 100 mil ou mais residentes, duplique ou quase na Europa do Norte e Ocidente e na parte leste (no primeiro caso passa de 6 para 13%; no segundo de 3,8 a 6,7%), enquanto a sul se fica por um aumento de 9,7 para 11,7%. A tabela das vinte maiores cidades em 1500 e respectiva evolução evidencia a diversidade de cronologias e dinâmicas que iremos encontrar até finais do século XVII. A vitalidade das grandes cidades contrasta com as mais modestas. Com efeito, a percentagem dos que vivem em cidades de pequena dimensão (com menos de 50 mil habitantes) quase não aumenta. As cidades médias (50 a 100 mil residentes) crescem mais, embora menos que as do escalão superior. Na Europa de leste a variação é muito significativa. A tabela dá conta destas diferentes progressões em 52 casos.

As 20 grandes cidades da Europa (1500-1700)

Dimensão	1500	1600	1700
-20000	11	8	3
20000-50000	14	18	19
50000-100000	12	12	17
100000 +	6	13	13
Desconhecida	9	1	0
Total	52	52	52

Fonte: CHANDLER, FOX, 1974.

Parte destas dinâmicas regionais são explicadas pelos fenómenos de mobilidade. O século XVI foi o grande século das migrações: internas, sazonais, de fuga à peste, à guerra e às perseguições religiosas, de saída intercontinental. A Europa é varrida por deslocações populacionais. Incentivos económicos justificam o grosso dessa mobilidade, mas também elas são causadas pela procura de segurança e alimento. Os centros urbanos são pólos de atracção, sendo certo que a esmagadora maioria dessas deslocações se efectua num raio não superior a $10km^2$ relativamente ao local de naturalidade[9]. Migrações sazonais, algumas marítimas, tornam-se comuns, com durações médias entre 3 semanas e 2 meses empregues nas fainas agrícola, piscatória, ou outra. Se a estas migrações sazonais e temporárias juntarmos as realizadas com carácter mais definitivo, veremos que na Europa moderna

9 A percentagem de 75% é apontada com base na análise das naturalidades dos nubentes registadas nos assentos de casamento realizados nas aldeias da Europa (BARDET e DUPÂQUIER, Vol.I, 1997: 269-274).

as migrações para áreas rurais, nomeadamente com objectivos de povoamento ou repovoamento, também tiveram alguma importância. No entanto são os centros urbanos que polarizam este fenómeno e mesmo a emigração intercontinental[10]. Das cidades também se sai para casar, para regressar no fim de vida às terras de origem, para procurar melhores condições noutra cidade. As migrações entre cidades de dimensão equivalente ou distinta fazem-se como resposta a ofertas de trabalho especializado e também envolvem os mais pobres dos pobres, os endividados, gente faminta e sem sustento, que nelas engrossa as fileiras dos vagabundos e vadios.

Jean Pierre Poussou[11] faz uma proposta de sistematização do fenómeno, que subdivide em três grupos: a) migrações urbanas, que sustentam a dinâmica urbana, sobretudo das capitais políticas (Londres, Madrid, Paris) e económicas (Sevilha, Hamburgo), onde predomina uma migração de pobreza que os residentes urbanos olham com desconfiança e tentam controlar; b) a mobilidade decorrente da empresa dos descobrimentos e povoamento dos impérios português e espanhol, que cresce até meados de Seiscentos, para se reduzir no caso espanhol[12], mas que se mantém mais elevada e com tendência para aumentar nos finais do século XVII em Portugal. Nesta época há ainda que contar com os ingleses e escoceses, que partem para a Irlanda, a América, as Antilhas e outros destinos[13]; c) as expatriações forçadas, em momentos de crise política e por motivações religiosas: expulsão dos judeus de Espanha em 1492, expulsão quatro anos depois de Portugal, grande dispersão de seguida[14]; 80 mil mouros expulsos de Granada em 1570 e de 300 a 350 mil convertidos até 1614, tendo como destino maioritário o Magreb; vítimas das guerras entre católicos e protestantes (mais de 100 mil), da Guerra dos Trinta Anos (dezenas de milhares por ano), do avanço turco na Áustria e Hungria até 1683.

Toda esta circulação de gentes, bens e saberes decorre num ciclo de vida curto e instável, com durações médias de vida que se estimam entre os 25 e 35 anos, sendo possível que tenham chegado aos 40 no período mais favorável. Este aumento é, aliás, apontado como explicação plausível para o

---

10 BRIÈRE, 1990 (in BARDET e DUPÂQUIER, I, 1997: 279-280).

11 POUSSOU, 1997 (in BARDET e DUPÂQUIER, .I, 1997: 262-286).

12 Para Castela estimam-se médias anuais de 2580 no século XVI, de 3800 na 1.ª metade de XVII e 2000 na 2.ª metade (até 1820). Envolveu 440 mil indivíduos entre 1500 e 1650 (POUSSOU, 1997 (in BARDET e DUPÂQUIER, I, 1997: 265).

13 Entre 380 e 450 ingleses e escoceses terão saído entre 1550 e 1700 para a América e Antilhas, 70 mil para a Irlanda. Acresce a presença escocesa na Polónia (30 mil) e de irlandeses ao serviço do exército espanhol (POUSSOU, 1997 (in BARDET e DUPÂQUIER, I, 1997: 265)).

14 Para o Império Turco, Magreb, Europa do Norte, Itália e alguns para França.

crescimento populacional observado durante a maior parte do século XVI. A mortalidade mantém o seu modelo em U, com uma ligeira vantagem feminina. Até 1700, a Taxa de Mortalidade Infantil rondava 150-350‰ e 40 a 50% dos nascidos não completava 5 anos de vida, o que reflecte a fragilidade humana. Ainda assim, a esperança de vida à nascença era superior na Europa do norte e do ocidente e também nos campos. A mortalidade diferencial era mais visível nos centros urbanos, regrada por níveis de vida diversos entre grupos e em estreita dependência com as condições de salubridade. Em Génova, por exemplo, 18 anos separava a esperança média de vida dos nobres da dos artesãos. Aos 30 anos de idade as disparidades rondavam os seis anos. Quando os níveis de mortalidade geral diminuem na segunda metade de Seiscentos, os grupos mais humildes pouco beneficiam[15]. A probabilidade de morte de uma criança podia triplicar em função da família de origem, sobretudo quando as mães trabalhavam ou se praticava o envio dos recém nascidos para o campo. Nas aldeias as diferenças entre grupos de pertença eram menores nas primeiras idades, mas crescem a partir dos 10 anos e aos 30 rondam 5 anos. Ou seja, a partir da idade adulta, a mortalidade diferencial existe independentemente do local de residência, mas continua a ser influenciada pelo estilo de vida e regime alimentar dos diferentes extractos sociais[16].

No século XVI a população europeia aumentou em consonância com maiores probabilidades de sobrevivência, num contexto de manutenção de níveis de natalidade e fecundidade. O número médio de filhos por mulher estaria próximo de 6. Não obstante, algumas são as limitações ao crescimento decorrente do modelo de fecundidade. Desde logo as elevadas percentagens de celibato feminino e idades tardias de casamento actuavam como factor de limitação dos nascimentos, num contexto de ilegitimidade muito baixa (1%), embora com tendência a um ligeiro aumento. Regista níveis superiores no sul da Europa[17], mas o resultado nas dinâmicas demográficas finais é atenuado pela maior prevalência de concepções antes do casamento em zonas como França, Alemanha ou Inglaterra[18]. A ilegitimidade parece positivamente correlacionada com a idade média de casamento (quanto mais tardia, maior a percentagem de ilegítimos) e negativamente com a percentagem de celibatárias (quanto maior o seu número, menor o total de nascimentos ilegítimos):

---

15 PERRENOUD, 1997: 287-307.

16 VEIGA e MOREIRA, 2005: 145-169.

17 FLINN, 1981.

18 LASLETT, 1977.

Evolução da população europeia nos séculos XVI e XVII (em milhões)

	Tx. Ilegitimidade (‰)	Concepções pré-nupciais (‰)	Celibato Definitivo de Mulheres (‰)
2.ª met. Século XVI	23,7	310	64
1.ª met. Século XVII	24,2	230	205
2.ª met. Século XVII	14,2	160	229

Fonte: BARDET, 1997: 337.

Os casamentos duram pouco, dada a curta esperança média de vida. Mesmo que o casal sobreviva, 40% dos 5 a 6 filhos nascidos morrem antes da idade de casar. A probabilidade de morte é maior nas famílias com muitos descendentes. Um estudo realizado por J. P. Bardet adianta conclusões interessantes sobre o modelo de fecundidade, designadamente através da comparação de casais migrantes e não migrantes, na componente urbana e rural[19]. As mulheres casam tarde, aos 25 anos, mantendo taxas de fecundidade elevadas nos primeiros anos de casamento. Os valores máximos ocorrem até aos 30 anos. Quanto mais tardio o casamento, maior a probabilidade dos nascimentos se prolongarem até idades mais avançadas. O número de mulheres casadas sem filhos é mínimo, tal como o intervalo entre o casamento e o nascimento do primeiro filho. Aliás, os intervalos intergenésicos aumentam à medida que ocorrem os nascimentos na família, o que indicia o recurso a medidas de limitação de nascimentos, designadamente através do aleitamento prolongado.

1. Volumes e tendências de crescimento

Corria o ano de 1497 e em Lisboa ultimavam-se os preparativos para a viagem comandada por Vasco da Gama. A epopeia dos descobrimentos tomava contornos mais claros, embora envolvesse um número limitado de indivíduos, concentrados na capital, já então uma grande cidade. O Reino só então parecia começar a recompor-se da crise que marcara os finais da Idade Média. Em termos demográficos, a população crescia desde os anos 80, embora só indirectamente se pudesse ter uma noção desse aumento, uma vez que até essa data nunca fora possível proceder a uma contagem séria do número de residentes em Portugal. Quando em finais do Verão do

19 Com base na reconstituição de casais formados entre 1680 e 1740 em 14 aldeias e uma pequena cidade da Normandia (BARDET, 1997: 321-327).

ano de 1499 Vasco da Gama regressa a Lisboa existiriam cerca de um milhão de almas no Reino de Portugal, número que continuará a crescer até à realização do numeramento de 1527-1532, momento em que foram arrolados 282708 fogos, a que corresponderiam entre 1100 e 1377 milhares de indivíduos. Trata-se, porém, de um aumento moderado por causas diversas, estimado mais que contabilizado.

A segunda metade de Quatrocentos foi complexa e nela se continuaram a viver conjunturas adversas em termos económicos, sociais e políticos. Epidemias, crises agrícolas, guerras civis e com a vizinha Espanha reduziam o aumento possível em termos demográficos. Nos momentos de crise as populações abandonavam os campos, dirigindo-se aos centros de maior dimensão, o que gerou tensões sociais de vária ordem. A melhoria das condições a partir de finais de 70 irá permitir o aumento sustentado da população portuguesa, mas continuaram a ser os centros urbanos ou com funções consideradas urbanas, os principais beneficiados. Alguns testemunhos desse fenómeno de crescimento consistem na transposição das cinturas amuralhadas pelo casario e na promoção de vilas a cidades. A partir do terceiro quartel do século XV sobe o número de oficiais necessários para assegurar a administração de um universo em aumento. Diminuem os espaços verdes e as hortas nos núcleos funcionais das urbes e cresce o ritmo da construção de edifícios e o número médio de pisos. Arroteiam-se pauis e matos e a população cresce nos campos[20]. As migrações internas intensificam-se, já não a título extraordinário, para fugir à fome e à miséria, antes em busca de melhores condições de vida.

A dinâmica populacional tudo possibilitava, mesmo a contínua saída de gente do Reino para as terras recém-descobertas ou conquistadas e os braços indispensáveis para as viagens marítimas[21]. Mas no total o Império não ocupava mais de 40 mil homens, pouco alterando a vivência quotidiana no Reino[22]. Até ao último quartel do século XV milhares de famílias partiram em direcção à Madeira e Açores, mas as saídas para outras partes foram menores e singulares, envolvendo mais homens que mulheres. O mesmo desequilíbrio entre sexos caracterizava a emigração de qualidade, que nunca ultrapassou as centenas de indivíduos e raramente envolveu migrações familiares. De lembrar também os membros do clero

20 DIAS, 1998: 26 e ss.

21 O que não deixava de ser um factor desfavorável, se atendermos a que apenas um décimo dos embarcados regressava.

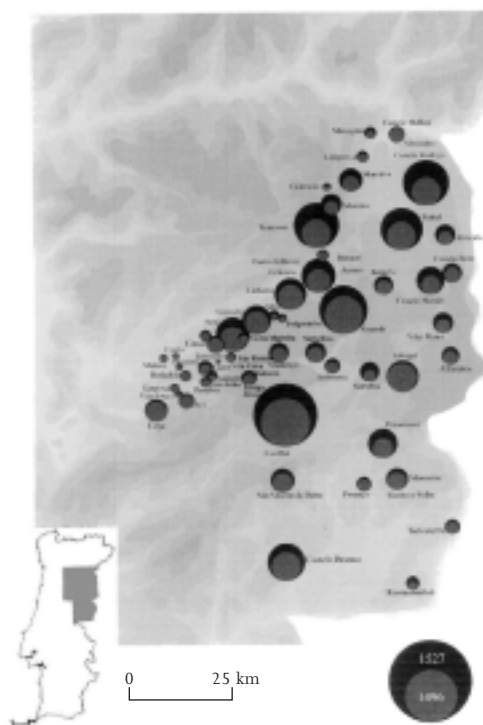
22 Excepto no que se refere à escassez de mão-de-obra qualificada. já manifesta no século XV e em parte resolvida com cidadãos de origem italiana, catalã e flamenga (MARQUES, 1984b: 74-75).

e da nobreza, que fora de Portugal desempenharam cargos diplomáticos ou de corte e aqueles que foram forçados a deixar o Reino, nomeadamente por motivos religiosos. A estes últimos devemos adicionar os negociantes e artesãos especializados, embora procurassem quase exclusivamente as grandes cidades. As principais comunidades estrangeiras fixaram-se em Lisboa e a sua origem era a mesma desde o período medieval. A maioria era genovesa, a que se associavam florentinos, milaneses, lombardos e outros naturais da Península Itálica. Existiam ainda catalães, ingleses, flamengos e alemães, franceses e castelhanos. Mas mesmo os grupos mais significativos não ultrapassavam as dezenas. Em simultâneo chegavam ao Reino diplomatas, aventureiros, exilados e eruditos. No início do século XVI o único grupo imigrante com significado foram os judeus expulsos de Castela, que chegaram a Portugal em 1492, juntando-se aos que já aqui se encontravam. Nos finais de Quatrocentos esses cristãos novos seriam umas 30 mil almas. Merecem-nos ainda referência especial os escravos, grupo que a partir de meados do século XV começa a adquirir representatividade em termos demográficos. Referimo-nos sobretudo aos de raça negra, trazidos para Portugal quando os navegadores chegaram à costa da Guiné. Embora parte substancial das centenas de escravos que anualmente chegavam a Portugal fossem vendidos para outros reinos, os restantes foram usados nas plantações de açúcar da Madeira, nos campos de culturas extensivas e em serviços domésticos. Ao todo, muitos milhares de africanos viveram em Portugal, criando uma minoria étnica estável. Bem diferente do que aconteceu com os ciganos, que na segunda metade de Quatrocentos entraram em Portugal, originando conflitos frequentes apesar do seu número reduzido.

A existência dos arrolamentos de finais do século XV para as províncias da Beira e terras da Estremadura, bem como outras referências quantitativas coevas, permite comparar os resultados então obtidos nessas zonas com os do primeiro quartel do século imediato. Conclui-se ter sido generalizado o aumento populacional, embora localmente muito variável, maior na Beira (90,5%) que na Estremadura ou no Minho. As zonas rurais do termo das cidades e vilas foram em alguns casos, como acontece em Alenquer, os principais beneficiados[23]. As variações oscilam entre a duplicação e acréscimos inferiores a 20%, embora a qualidade dos dados seja pouco consistente[24].

---

23 FERRO, 1996: 227-245.
24 DIAS, 1998: 14-16.

Variação populacional na Beira interior (1496-1527)

Fonte: MARQUES, DIAS, 2003: 159.

Entre 1527-1532 e a perda da independência a população cresceu a um ritmo comedido, se bem que significativamente superior ao que virá a caracterizar o período subsequente, até 1640. Entre as causas próximas e mais evidentes figuram os surtos de peste de 1569, 1579-1580 e 1598--1602, as epidemias de varíola, a sífilis e o fenómeno migratório. Migração para as cidades, sobretudo para Lisboa, redução gradual das entradas de escravos e europeus, emigração para além-mar, sobretudo com destino ao Brasil[25]. Mas existem factores menos perceptíveis, cujo contributo foi indiscutivelmente relevante, resultado da vulnerabilidade do homem do passado face às condições impostas pelo meio. O ciclo de vida curto reflectia a relação instável entre níveis elevados de fecundidade e mortalidade, expressa

25 RODRIGUES, 2002: 212-257.

em esperanças de vida à nascença de cerca de 30 anos. O saldo natural positivo era escasso e refreado por causas várias, designadamente, como vimos, por movimentos migratórios de saída, idades de casamento tardias e percentagens elevadas de celibatários[26]. Guerras e cataclismos naturais, como o terramoto de 1531 na região do vale do Tejo, incêndios e inundações, constituíram fenómenos esporádicos relevantes no Portugal dos séculos XVI e XVII, embora só as crises originadas da coincidência entre maus anos agrícolas e surtos de origem epidémica fossem suficientemente graves para reduzir o volume de efectivos. Estudos realizados para o Alentejo[27] comprovaram a existência de uma correlação negativa entre séries de baptismos e óbitos em termos de conjuntura curta, mas não de modelo. Verifica-se uma correlação negativa fraca entre preços e movimento de baptismos e uma positiva forte entre preço do trigo e níveis de mortalidade, que já pode ser vista como um modelo de comportamento, porque inscrita na longa duração. Achamos possível generalizar estas tendências ao demais território, mesmo que com variações cronológicas.

A tendência de crescimento demográfico que caracteriza o longo século XVI português efectuou-se a partir de realidades muito diferentes em termos de densidade populacional e distribuição geográfica, que mantiveram os traços característicos de povoamento herdados de séculos anteriores. Portugal teria no início dos anos 30 do século XVI 282708 fogos, a que corresponde uma densidade média de 13 a 15 hab/km^2 [28]. Vários indícios testemunham o fenómeno geral de aumento a partir dos anos 80 do século XV, que numa primeira fase se limitou a repor os efectivos perdidos durante a crise de finais da Idade Média. É o que concluem as investigações realizadas sobre Braga e termo, que por 1527-1532 ainda não possuía o volume estimado para meados do século XIII[29]. A mesma dinâmica conjuntural se infere dos dados sobre a província da Beira, para o que muito contribui a expulsão dos judeus de Castela e sua posterior conversão em 1496 e 1497. Crescem os centros de maior dimensão, como a Guarda, Castelo Branco e Covilhã, mas também a população rural[30]. Os saldos positivos mantêm-se durante todo o século XVI, com inversões pontuais e maioritariamente circunscritas, só terminando no início de Seiscentos. A expansão não diminuiu o número

---

26 Este último incidia sobre uma parte não negligenciável da população adulta (entre 7 e 10%), à qual, por integração no corpo eclesiástico ou outro, era vedado o direito de casar (logo de ter filhos, uma vez que os nascimentos ilegítimos representavam uma percentagem mínima).

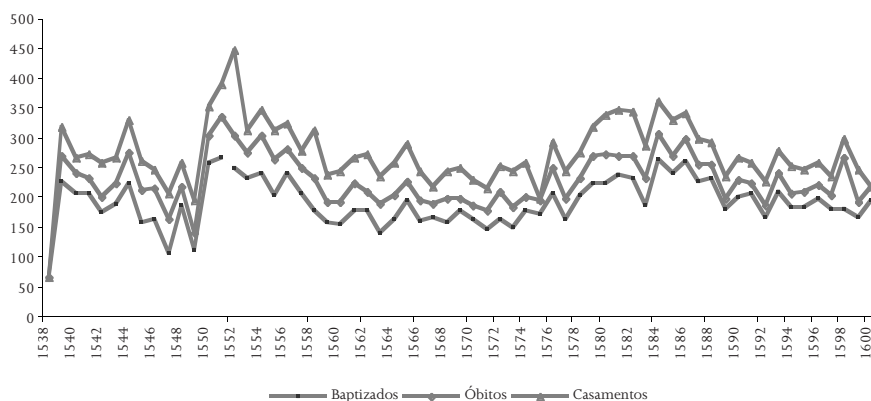
27 SANTOS, 2005:356-358.

28 DIAS, 1998: 13.

29 MARQUES, 1987: 291-307.

30 DIAS, 1987: 50-51.

de residentes no Reino, senão em casos geograficamente localizados[31]. Nascia gente suficiente para sustentar a contínua saída de população, que nunca foi significativa, embora a probabilidade de sobrevivência fosse muito baixa. Esta mobilidade juntava-se às migrações internas para as cidades, sobretudo para Lisboa, para as ilhas atlânticas e para as praças do Norte de África[32].

Madeira Século XVI. Dinâmica Populacional

Fonte: Elaboração própria.

Razões idênticas às que dificultam a estimativa dos volumes de efectivos, tornam apenas aproximado o conhecimento da sua distribuição no território, embora se conheça o suficiente para criar uma imagem relativa em ordens de grandeza. Em termos regionais, o panorama de início do século XVI não será substancialmente alterado nas centúrias subsequentes. O Entre Douro e Minho era a região mais povoada, com o triplo da ocupação média nacional, sobretudo na faixa litoral. Os valores máximos registam-se na cidade de Braga (54,5) e em Barcelos, a que se segue Porto (37,8) e Valença. Densidades mínimas encontravam-se em Guimarães (30,8) e em a Viana da Foz do Lima, devido à inclusão das abas serranas do Soajo e do Gerês, bem como da parte transmontana da comarca vimaranense. A Beira contaria mais de 65 mil fogos, distribuídos numa extensão muito superior,

31 GODINHO, 1978: 219 e segs.
32 Cf. Capítulo 5.

o que a posicionava em penúltimo lugar em termos de densidade média (apenas 12,2 hab/km^2). Os acidentes naturais dificultavam a ocupação humana em muita da sua superfície. A parte nordeste e os vales dos rios Douro e Mondego eram as mais povoadas. Os grandes centros populacionais localizavam-se em Coimbra, Viseu, Lamego, Pinhel e Guarda. À Beira seguiam-se as províncias da Estremadura, com 15,3 hab/km^2, e Trás-os-Montes, com 14 hab/km^2. Nesta última, a maior ocupação situava-se na raia, em Vinhais e Bragança. Chaves detinha a densidade máxima da província (20 hab/km^2), sendo significativa a concentração em Mirandela e na linha ribeirinha do Douro. Existia um certo dinamismo urbano e a província teria 34 a 35 mil residentes. Já a característica mais evidente da Estremadura, província que fazia a ligação com a parte sul do Reino, decorria da sua variedade interna. A capital alterava os níveis médios da densidade populacional, que era mínima em grande parte da extensa área que compreendia. Para além do Tejo, as terras estavam escassamente povoadas. Na realidade, embora o Alentejo e o Algarve representassem metade do território nacional, apenas um quinto da população portuguesa aí residia. Vastas áreas encontravam-se despovoadas e a monotonia da paisagem só era quebrada pelas vilas e cidades, algumas delas de razoável dimensão, como no caso de Évora e Elvas. A tradição marítima dos núcleos algarvios impunha um dinamismo um tanto diverso do alentejano na faixa litoral da província e Tavira era de todos o centro populacional mais importante.

Densidade populacional em Portugal por comarca

Comarcas	**Densidade Mínima**		**Densidade Máxima**	
	1527	**1700**	**1527**	**1700**
Entre Douro Minho	29,2	69,6	34,9	83,2
Trás os Montes	11,9	17,9	14,3	21,4
Beira	17	30,3	20,4	36,3
Estremadura	12,7	25,7	15,1	30,7
Entre Tejo Odiana	6,2	13,2	7,4	15,8
Algarve	7,7	12,5	9,1	14,9
Total	12,2	24,1	14,6	28,8

Fonte: Elaboração própria.

À data da contagem de 1527-32 eram 634 as principais unidades administrativas referenciadas pela sua categoria jurídico-administrativa. Do total, 59 situavam-se no Entre Douro e Minho, 60 em Trás-os-Montes, 128 na Estremadura, 260 na Beira, 116 no Alentejo e 12 no Algarve. Era nítida a dicotomia entre as metades norte e sul do Tejo. Na primeira contavam-se

507 núcleos, numa área quase três vezes inferior à parte sul, com apenas 127 unidades, embora algumas de dimensão superior à média na metade norte[33]. Nesta última predominavam formas de povoamento disperso, formado por casais e núcleos populacionais, onde sobressaíam algumas vilas e cidades de pequena dimensão, se exceptuarmos o Porto, segunda maior cidade do Reino, apesar de três vezes menor que Lisboa. Na Beira existia, como referimos, um nítido contraste entre a faixa fronteiriça, com núcleos relativamente populosos, idênticos em dimensão aos encontrados em Trás-os-Montes e no Entre Tejo e Odiana, e uma zona onde avultavam os pequenos povoados, entre a margem sul do rio Douro e a cordilheira central. Este último tipo de ocupação estendia-se até à Estremadura, seguindo o curso dos rios Vouga e Mondego. A estrada que ligava as duas maiores cidades portuguesas e o vale do Tejo era de grande concentração populacional, que contrastava com o vazio da faixa litoral. Com efeito, entre as terras de Aveiro e de Alcobaça, só a vila de Buarcos se destacava, tal como acontecia mais a sul com Sesimbra e Setúbal[34].

As razões que explicam as especificidades locais não reflectem diferenças nos níveis da natalidade ou mortalidade, que permaneceram estáveis e elevados nestas centúrias. A viragem do século XVI para o XVII parece ter sido relativamente benigna em termos de crises demográficas. A fome, a peste e a guerra estavam bem presentes na memória dos portugueses, mas não assumiram nesta fase uma importância capital numa perspectiva de média ou longa duração[35]. No ano de 1580 foram considerados aptos para o serviço militar 180 mil homens, excluindo fidalgos e cavaleiros[36]. Décadas depois, em meados de Seiscentos, foram arrolados 200 mil indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 60 anos de idade, o que parece indiciar um aumento de população. Um decreto coevo refere dois milhões, mas qualquer destes valores se reduz a meras ordens de grandeza, podendo apenas concluir-se que, apesar das epidemias, catástrofes naturais, guerras e migrações, a população não terá decrescido, sustentada por níveis de fecundidade que garantiam a vantagem da vida sobre a morte. Dada a dificuldade em fazer corresponder ao total de fogos contabilizados, já de si com margens de erro variáveis, um

---

33 DAVEAU e GALEGO, 1986: 15-20.

34 RODRIGUES, 2002.

35 É o que sucede na Europa, onde o século XVI é caracterizado por um ligeiro aumento da duração média de vida das populações (Cf. Cap. 1).

36 O que nos leva a um montante improvável sobre o total de residentes em Portugal (veja-se o que afirmamos a este propósito in RODRIGUES, 2002: 218).

coeficiente credível para estimar o número de residentes, contemplamos as hipóteses mais advogadas.

A destruição da Armada Invencível marca um fim de ciclo favorável, longo de cerca de um século. Em 1609, uma consulta do Conselho de Castela apontava o decréscimo populacional como um dos principais factores da crise económica e social então sentida. O assunto voltará a ser aflorado com alguma frequência, prova de que persiste. A crise populacional afecta toda a Península. No início de Seiscentos, Baltasar de Faria Severim enuncia as causas da decadência portuguesa de entre as quais destaca, por ordem de importância, a escassez financeira, a pobreza e a falta de adultos em idade activa. A questão torna-se pertinente, embora nunca adquira a intensidade com que se afecta o reino vizinho[37]. O surto demográfico de finais da Idade Média terá continuado até ao início de Seiscentos, embora atenuado[38]. Porém, alguns sinais pontuais de desaceleração são manifestos. A partir do primeiro quartel do século XVII na cidade de Coimbra e termo o saldo natural torna-se menos favorável[39]. No Algarve o abrandamento é sentido desde o último quartel do século XVI, chegando a tornar-se negativo. As zonas menos afectadas foram as votadas ao trato marítimo com o Brasil e às Índias de Castela, sobretudo a norte e na faixa sul ligada à Andaluzia. Parece evidenciar-se uma ligação entre dinamismo económico e demográfico, que privilegia os núcleos urbanos, sobretudo os portuários, em detrimento das zonas rurais[40]. O litoral, sobretudo norte e centro, desenvolve-se à custa dos tratos efectuados através dos portos, concorrendo com o monopólio exercido por Lisboa no que se refere ao comércio com o demais Império e com a Europa, sobretudo no tocante às transacções de especiarias e produtos de grande valor, trazidos primeiro de África e da Ásia e cada vez em maior quantidade das Américas. Só quando a fome, a guerra e as epidemias geram as grandes crises demográficas, o seu dinamismo se esbate.

A diversidade de situações, tal como a multiplicidade de factores, não impedem que no período em causa se destaquem as consequências para a história da população portuguesa decorrentes das pestes trazidas para o Reino, por via dos contactos mantidos com o Norte de África e com os nossos tradicionais parceiros no trato, sobretudo os portos do sul de Castela, mas também Marselha, Génova, Londres, cidades holandesas e alemãs. Abre-se

---

37 NADAL, 1988; RODRIGUES, 2002: 228.

38 MARQUES, 1984: 87 e ss.

39 OLIVEIRA, 1970-72: 434-435.

40 MAGALHÃES, 1988 (RODRIGUES, 2002: 228-229).

com a peste grande de 1569 uma fase menos favorável. A população, que durante cerca de cem anos havia crescido a um ritmo contínuo, embora acelerado a partir do primeiro quartel da centúria, sofre vários reveses, globalmente traduzidos pela ocorrência de violentas crises de mortalidade[41], embora muitas geograficamente circunscritas[42]. A crise intensifica-se na transição do século XVI para o seguinte, inaugurando um ciclo económico depressivo entre 1610 e 1623. Os anos 30 terão sido de ligeira recuperação, a qual poderá explicar a variação positiva que inferimos das estimativas de meados do século XVII. Em 1640 a população seria igual à encontrada em 1527-1532, após uma fase instável na parte final de Quinhentos e primeiras décadas do seguinte. Em 1620 estima-se existirem 475 mil fogos, valor que terá descido para 466 mil em 1640. Os valores de população adiantados por diversos autores oscilam entre 1,3 e 2 milhões, dependendo do coeficiente usado sobre o número de habitantes por fogo[43]. Todas as divergências residem, pois, na impossibilidade de afirmar em segurança qual a correspondência entre fogo, vizinho, morador e ocupantes. Nas 19 cidades arroladas em 1640 existiriam uns 105 mil indivíduos; nas 175 vilas e lugares uns 82,5 mil; em zonas rurais talvez 750 mil[44]. Para final do século XVII apontam-se 593628 fogos, valor considerado a justo título demasiado elevado e corrigido para 535 mil[45]. A segunda parte de Seiscentos será marcada por factores que se conjugam para reduzir a dinâmica demográfica: instabilidade política, alterações climáticas e maus anos agrícolas, importação de doenças contagiosas e mortíferas, embora com contrastes regionais[46]. Terá sido um período de crescimento muito moderado[47] ou mesmo nulo[48]. Ao terminar o século, a recuperação económica europeia influenciou positivamente as exportações nacionais, enquanto o ouro brasileiro permitia pagar as crescentes despesas externas. A população recuperou nas últimas décadas[49]. Na transição para o século XVIII Portugal

---

41 Cf. Capítulo 4.4. Crises de Mortalidade

42 CORREIA, 1958: 15 e ss.; RODRIGUES, 2008

43 Os quais variam entre 3,85 (valor apontado por PINTO *et alii* e SERRÃO) e 4,6 (DIAS).

44 MAURO 1989, Vol. II, p.269 e SERRÃO, 1975: 217-218 defendem os 1,3 a 1,5 milhões, o que coincide com MAGALHÃES (1988); SERRÃO (1993) reduz essa margem para 1,4 a 1,5 milhões. Volumes superiores, respectivamente de 1,9 e 2,0 milhões, são mencionados por GODINHO (1980, pp.19-25); OLIVEIRA (1975 e 1990) e MARQUES (1984).

45 PINTO *et alii*, 2001: 395, partilham esta opinião, que faria ascender a 2,258 mil o número de habitantes no continente, mesmo utilizando o coeficiente mais baixo, de 3,85.

46 MOREDA e ROWLAND, 1997: 463-484.

47 GODINHO, 1980: 19-25.

48 MARQUES, 1984: 87-88.

49 BARATA, 1989.

continental teria 2 milhões e 50 mil habitantes, as ilhas da Madeira uns 42 mil[50], os Açores uns 100 mil[51].

Estimativas de População em Portugal

Períodos	Fogos	Estimativas de População
c.1415		1100000
1500		1000000
1527-32	280500	1100000-1377000
	282708	1088426, 1130832,1300000
1580-90		1200000
1620	475000	1200000
1639-40	466000	1900000
1695	586461	
	535000	2050000

Fonte: RODRIGUES, 1988: 68; SERRÃO, 1993: 49-69; DIAS, 1997:15; PINTO *et alii*, 2001: 395.

Estes valores estão longe de obedecer a critérios de rigor estatístico ou censitário, agravados no caso das considerações sobre habitantes. No entanto, estas estimativas, por grosseiras que sejam, não deixam de ser necessárias para a compreensão da história de um Estado. Decidimos apresentar a possível distribuição de portugueses no continente, cujo total terá aumentado até ao primeiro quartel de Quinhentos, oscilando entre umas 1088426 a 1300457 pessoas. O decrescimento ou estagnação de inícios do século XVII terá sido posteriormente ultrapassado, o que explica os totais de 2150075 a 2568921 por 1695-1700. As variações em cada ano resultam dos coeficientes utilizados sobre a dimensão média dos fogos:

50 Em 1676 foram arroladas 34622 pessoas de comunhão. Se admitirmos a mesma percentagem que utilizamos para o Reino sobre a população menor de 7 anos de idade (18%), teremos um resultado de 40854, que se aproxima do valor apontado para a Madeira quatro anos depois. Em 1680 a ilha da Madeira era habitada por 40408 indivíduos, a que haveria de juntar 721 pessoas em Porto Santo. Este valor deverá ter continuado a aumentar nas décadas que medeiam entre essa contagem e a transição para o século XVIII (PINTO *et alii*, 2001: 398-399).

51 Em 1695, os 24490 fogos e 100195 habitantes prováveis repartiam-se desigualmente no espaço insular. As ilhas mais populosas eram São Miguel, Terceira, Faial e Pico, onde residiam, respectivamente, 34,2, 21,0, 13,3 e 10,2% dos açorianos (PINTO *et alii*, 2001: 398).

Estimativas de População em Portugal

	Território	Fogos (%)		População 1527				População 1700			
	km²	**1527**	**1700**	**3,85**	**4,00**	**4,30**	**4,60**	**3,85**	**4,00**	**4,30**	**4,60**
Entre Douro Minho	7252	55016	131183	211812	220064	236569	253074	505055	524732	564087	603442
Trás os Montes	11493	35629	59438	137172	142816	153205	163893	205736	213752	229783	245815
Beira	15298	67696	120586	260630	270784	291093	311402	464256	482344	518520	554696
Estremadura	19930	65515	132928	252233	262060	281715	301369	511773	531712	571590	611469
Entre Tejo Odiana	30319	48934	104178	188396	195736	210416	225096	401085	416712	447965	479219
Algarve	4989	9918	16148	38184	39672	42647	45623	62170	64592	69436	74281
Total	**89281**	**282708**	**558461**	**1088426**	**1130832**	**1215644**	**1300457**	**2150075**	**2233844**	**2401382**	**2568921**

Fonte: RODRIGUES, 1988: 68; SERRÃO, 1993: 49-69; DIAS, 1997:15; PINTO *et alii*, 2001: 395.

Mais que números, que reconhecemos de muito difícil utilização, importa destacar as linhas de tendência de crescimento populacional nestes séculos. Seleccionámos duas hipóteses de periodização, que pouco divergem em termos substantivos.

Dinâmicas de Crescimento da População em Portugal

HIPÓTESE 1		HIPÓTESE 2	
Períodos	**Tendências**	**Períodos**	**Tendências**
1480-1620	Crescimento	1480-1527	Recuperação
		1527-1580	Crescimento (0,8%)
		1580-1620	Desaceleração
1620-1640	Diminuição	1620-1640	Recessão (-1,89%) ou estagnação
1640-1665	Estagnação	1640-1660	Crescimento quase nulo
1665-1700	Crescimento	1660-1700	0,43%

Fonte: MAGALHÃES, 1987: 23-28; SERRÃO, 1993: 51.

Por grandes regiões, a informação estimada permite ainda distinguir regiões ganhadoras e perdedoras ao longo dos séculos XVI e XVII, que se infere do cálculo dos índices de concentração por província[52]. Como esperado, os resultados indicam que Trás-os-Montes, Entre Tejo e Odiana e Algarve constituem zonas com dinâmicas territoriais opostas ao resto do país, o que decorre do tipo de povoamento que as caracteriza, concentrado e com grandes espaços inabitados. A relevância deste exercício ganha interesse quando introduzimos o factor cronológico e percebemos que entre 1527 e 1700 estas três regiões não conseguem inverter a relação negativa entre território

52 LOPES, 1980: 54-67.

e população. O Algarve e sobretudo Trás-os-Montes são zonas perdedoras. Os beneficiários são o Entre Douro e Minho, que continua a ser a região mais polarizadora, e a Estremadura, provavelmente quase só devido a Lisboa. Ou seja, as diferenças regionais tendem a acentuar-se.

Índice de Concentração Populacional

Comarcas	Território (%)	Fogos (%)		Índice Concentração	
		1527	1700	1527	1700
Entre Douro Minho	8,13	19,5	23,4	11,4	15,3
Trás os Montes	12,87	12,6	9,6	-0,3	-3,3
Beira	17,13	23,9	21,6	6,8	4,5
Estremadura	22,32	23,2	23,8	0,9	1,5
Entre Tejo Odiana	33,96	17,3	18,7	-16,7	-15,3
Algarve	5,59	3,5	2,9	-2,1	-2,7
Total	**100**	**100**	**100**	**0,0**	**0,0**

Fonte: Elaboração própria.

2. Crises de conjuntura

No início de Seiscentos Pero Roiz Soares publica as recordações deixadas pelas pestes e epidemias ocorridas em Lisboa desde os anos 60 da centúria anterior[53]. A mais detalhada refere-se à «peste grande» de 1569 «vinda de Veneza envolta em mercadorias». De âmbito peninsular, terá sido a maior desde a Peste Negra. Entre 1563 e 1568 é detectada em Saragoça, Logronho e Navarra, Bilbau, Burgos e noutras regiões a norte da Meseta e para ocidente. Atinge depois Sevilha, Lisboa e a Galiza, bem como outras terras fronteiriças. Os efeitos da sua passagem foram catastróficos pelo número de vítimas que provocou[54]. Em Lisboa, o número de mortes súbitas, atribuídas a uma «doença que provoca inchaços», origina a partir de Junho de 1569 rumores diversos. No termo da capital onde primeiro deflagrara, a peste causava no final do mês 50 a 60 óbitos por dia. Mantinha-se o silêncio das autoridades «para se não despejar a cidade» e os físicos confirmam a presença da peste bubónica. A 8 de Julho instala-se o pânico e em apenas três dias todos abandonam a cidade. No entanto, apesar do risco, em breve só os de maiores posses se mantêm ausentes. O reacender do mal foi imediato. O isolamento da capital provoca falhas alimentares que, aliadas à

53 SOARES, 1953.
54 MOREDA, 1980.

doença, intensificam o ritmo da morte. A peste recrudesce a partir de meados de Julho, para atingir em Agosto e Setembro a maior virulência. Por essa altura existiriam cerca de 20 mil doentes, dos quais apenas 3 a 4 mil eram assistidos, quer na Casa da Saúde para pestíferos, quer nas enfermarias criadas para o efeito em diversos bairros. À medida que corre o Verão agrava-se a escassez de remédios e alimentos, incluindo de pão. As mortes diárias ascendiam a 600, esgotando-se os locais próprios para enterro. Covas colectivas são abertas nas ruas. O *mal* manifestava-se nas variantes pulmonar e septicémica, mais contagiosas e mortíferas. A 28 de Agosto a oficialidade recebe ordens para abandonar a capital, que fica entregue a si mesma[55]. As probabilidades de sobrevivência rondariam 50% para os que acolhidos nas enfermarias, morrendo quase todos os outros. A peste matou famílias inteiras[56]. O surto ganha impacto nacional, melhorando em inícios de Outubro. No final do ano só mata esporadicamente. Ao contrário do que se temia, a subida da temperatura não trouxe mais mortes, pelo que em Março de 1570 El-Rei declara Lisboa sã, *«louvado nosso Senhor»*. A corte regressa à capital e em 28 de Julho abrem-se as portas da cidade, mais de um ano sobre as primeiras vítimas.

Os anos subsequentes são marcados pelo paulatino desaparecimento de doenças de carácter mortífero acentuado. A década de 70 é em termos gerais um período calmo, apesar de certos acidentes provocarem pontuais momentos de instabilidade, como aconteceu com o tremor de terra e as cheias de 1573 e 1575, que foram também maus anos agrícolas. Na sequência da conjuntura desfavorável Porto, Coimbra e sobretudo Lisboa tornam-se refúgio de gentes fugidas à fome que assola as províncias do Norte e das Beiras. O perigo que representam provoca o sobressalto das autoridades, tanto mais que na Primavera de 1575 aumentam na capital as «doenças de sangue» e mortes súbitas. No entanto, a prontidão das medidas assistenciais evitou o deflagrar de uma epidemia. Os acontecimentos precipitam-se a partir de 1578. Realiza-se em Junho a mobilização e partida da armada para o Norte de Africa, seguindo-se o desaire e a morte de parte dos 30 mil homens que a constituíam. A seca provoca más colheitas, juntando-se à instabilidade política e militar. Em Setembro sobrevêm doenças de carácter contagioso, que em breve se identificam com novo surto de peste e se estendem até meados de 1580. Esta peste marca o início de uma

---

55 «E de maneira moria a gente que estando falanho huns com outros cahião muitos mortos e dos que se deitauão achavão pela manhã grande parte delles mortos...».

56 Em Lisboa, a probabilidade de ocorrer mais de um falecimento na mesma casa e no mesmo dia ascendeu a 20% (RODRIGUES, 1988: 35-51).

longa série de adversidades, em que se conjugam os efeitos da fome, da peste e da guerra: «a peste que primeiro começou a lavrar em Itália, Allemanha, Inglaterra e parte da França, passou a Portugal e a toda a Hespanha, mas em Lisboa foi mais violenta»[57]. Peste importada como a de 1569, que em Portugal encontrava a amenidade climatérica que lhe permitia continuar activa no Inverno. Novas cenas de pânico e fuga, avolumar de mortos e covas colectivas em solo profano. O surto agrava-se em meados de Outubro de 1579. Em Janeiro seguinte as autoridades declaram-se incapazes para atalhar o mal, que então afectava já outras regiões. A Corte desloca-se cada vez mais para norte, fugindo ao contágio. No princípio da Primavera o surto é agravado pela falta generalizada de recursos para aquisição de alimentos e mezinhas, situação que piora até Maio. D. Filipe compromete-se em Cortes a fornecer à cidade endividada 30 mil ducados de esmola e a 23 de Junho vem a Lisboa. «*E depois da sua entrada na capital que estava enferma do mal da peste, cessou nela pola bondade de Deus este mal*». O testemunho anónimo nada refere sobre os factos ocorridos em seguida. Uma vez finda a epidemia tem lugar a batalha de Alcântara e em fins de Agosto os arrabaldes da capital são saqueados como castigo pelo apoio dado a D. António, Prior do Crato. Violência e morte, fuga para dentro dos muros, movimentação de exércitos e motins entre civis e soldados castelhanos. A violência recrudesce na Primavera de 1581, faltam alimentos e os preços sobem. Mas a doença é considerada extinta. Não existem informações sobre o total de óbitos, embora se adiante a hipótese de terem perecido só em Lisboa cerca de 35 mil indivíduos. Pese embora o carácter mortífero das primeiras semanas, o surto revestiu em seguida um carácter relativamente benigno. Assim se explica que o acento dos contemporâneos seja posto não tanto no número de vítimas, como na longa duração da doença. Tratou-se de uma peste que só esporadicamente provocou o desaparecimento de famílias completas, no que contrasta com a de 1569.

As décadas de 80 e 90 são marcadas por pequenas conjunturas adversas, a que nem sempre é estranho o clima de guerra latente. Ataques dos ingleses, recrutamentos forçados para vigilância da costa e para a armada espanhola intensificam-se. O facto de afastarem do Reino os homens mais válidos em época de escassez provoca revoltas e tumultos, como o ocorrido em 1595[58]. A instabilidade aumenta, devido ao receio de ofensiva a Lisboa, tornada alvo potencial dos inimigos de Espanha. A população abandona-a em 1589 e de novo em 1595, por temer o Conde de Essex, aliado do Prior do

57 La Clède no tomo IX da sua *História de Portugal* descreve-a com pormenor.

58 Na cidade de Lisboa (RODRIGUES, 1990: 116).

Crato. Com as tropas inglesas vem a *madorra*, epidemia que poderá ser pestífera e que mata nos primeiros meses de 1589, embora prontamente debelada. O ano de 1596 é o primeiro dum total de quatro maus anos agrícolas que irão originar perturbações no regular abastecimento do Reino, juntando-se aos desastres causados pela guerra e pela doença. Nos inícios do Verão faltam cereais. A importação de pão da Alemanha, de França e de Aragão não evita que a fome «*continue a oprimir o povo*» nos inícios de 1597. As cheias que assolam o Ribatejo e outras regiões agrícolas destroem as colheitas do novo ano, pelo que a fome alastra. Em Fevereiro de 1598 ao espectro da fome junta-se de novo o da guerra. Os ingleses cercam a barra de Lisboa, isolando-a a apresando navios. À semelhança do que acontecera em 75, populações famintas afluem à capital, em busca de assistência e sobretudo alimentos. Com eles vem «*tanta cantidade de ratinhos que forão causa de com eles se engendrar muitas doenças muito graves com mortes de muitos que cada dia sepultavão*». A estas vítimas somam-se em Julho as do tremor de terra que assola a cidade. Nos meses subsequentes, as autoridades limitam-se a prover ao resguardo e cura dos pobres. Teme-se que a falta de meios assistenciais provoque o deflagrar de nova epidemia.

Na realidade, o país será devastado por diversos surtos de cólera, varíola e sífilis. O «*mal de que Deus nos livre*», a peste, chega a Lisboa em 1598, numa urca proveniente da Galiza. Há que integrar este surto pestífero num contexto internacional atlântico, que engloba toda a Península, bem como alguns dos principais portos europeus. Porventura mais virulenta em Castela, a peste foi sentida com ligeiros desfasamentos em todo o Atlântico Norte, de Hamburgo a Dunquerque, à Bretanha, Normandia, Londres, em toda a faixa costeira peninsular, sobretudo portuguesa e andaluza[59]. Ter-se-á «*apegado em Lisboa de maneira que foi necessario começarem se a fazer todos os remédios... espargindo se o mal por todo o Reino de maneira que não ficou cidade vila nem lugar donde não desse o mal da peste e juntamente com isso haver fome... morrendo tantos de fome como de peste*». Aos residentes em Lisboa, primeira a ser atacada, são dadas instruções verbais sobre as medidas preventivas a respeitar. Quem pode abandona então a capital. Apesar disso, o mal agrava-se, em parte devido a problemas de escassez e aos indigentes que vagueiam pelas ruas. Em Janeiro de 1599 isola-se um bairro para os recolher e propõe-se o seu transporte para o Brasil. Porém, na Primavera «*o crescimento e continuação em que vai o mal de Lisboa*» arruina os cofres camarários e a Câmara declara-se insolvente. Inicialmente bubónica, a peste torna-se mais violenta, sendo acompanhada por outras afecções pulmonares próprias do frio. Só dez meses passados se comemora

---

59 BENNASSAR, 1969; NADAL, 1988: 470-473.

o fim da peste em Lisboa, com uma procissão até São Domingos[60]. Mas «*não durou muito o gosto desta saúde. Logo no mês de Outubro seguinte começaram a picar rebates: segundaram pelo termo com mortes arrebatadas; sinais de verdadeira peste*». A partir de Abril o mal agrava-se, mas «*como a gente estivesse trabalhada e cansada de tanta saida já se não queria ninguém sair della antes os que estavam fora se vinham*». Após ligeira melhoria no Verão, a peste mata em Outubro, desaparece depois, mas regressa no início de 1602. É sentida nos concelhos em redor de Lisboa[61], mas todo o Reino é afectado. No final de 1599, Coimbra perdera cerca de um quinto da população arrolada em 1567 e a crise prolonga-se até 1602[62]. O mesmo sucede em Guimarães, onde mais de metade dos agregados são atingidos[63]. Povoações tão distantes quanto a Cardanha em Trás-os-Montes[64] e Cuba e Olivença no Alentejo[65] são lesadas. Tal como a região de Évora, onde a viragem do século é de crise geral grave[66]. Na realidade as curvas de baptismos já estavam a decrescer desde 1582. A taxa de crescimento anual médio, que fora de 0,61% entre 1527 e 1589, reduz-se entre esse ano e 1593 a uns 0,42%. No início de Seiscentos a peste chega ao Algarve, onde permanece activa até 1605. Registam-se mortes em Lagoa, Faro, Portimão e Alvor, aliadas a anos de más colheitas e fome[67]. Desta forma, com maior ou menor violência, a doença terá dominado o espectro da população durante seis anos consecutivos. Apesar disso, ela terá causado menores estragos que em 1569, embora o número de vítimas fosse superior ao de 1579-1580. A experiência terá contribuído para a tomada pronta de medidas, que moderaram a intensidade da peste sentida em Portugal, quando comparada com outras regiões, nomeadamente Castela. Latente por vários anos, influenciou o crescimento populacional, sobretudo das cidades do Sul (Lisboa e Algarve) e constitui mais um exemplo da dependência humana face às condições ambientais.

No século XVII a peste cede lugar a outras doenças epidémicas, como o tifo e a difteria. Este fenómeno, comum a toda a Europa, trará mutações significativas na dinâmica demográfica, agravada por más conjunturas. O fim da longa peste de 1598-1603 dá início a uma fase relativamente tranquila. Só na Primavera de 1609 surgem episódios de fome, causada por proble-

60 Relato de Frei Luís de Sousa, na *História de São Domingos*.
61 RUNKEL, 1990: 116; FERREIRA, 1989: 141-144.
62 OLIVEIRA, 1971: I, 176-287.
63 AMORIM, 1987: 285-290.
64 AMORIM, 1980: 102.
65 SANTOS, 1994: 75-79; COSME, 1994b: 95-101.
66 SANTOS, 2006: 353-354.
67 MAGALHÃES, 1988: 12, 40, 43 e 180.

mas de abastecimento internacional de cereais. O Alentejo é uma das zonas afectadas. O período calmo de 1600 a 1606 dá lugar a uma conjuntura desfavorável, que se estende até 1620[68]. Em 1613 registam-se em Lisboa mortes de tifo e em 1615 e por sete longos anos a sombra da morte paira de novo na maior cidade do Reino. De intensidade média, atribuível a causas diversas e espaçadas no tempo, inserem-se essas crises na conjuntura desfavorável sentida por todo o Portugal, levando à subida generalizada do número de óbitos e à quebra do ritmo de uniões e baptismos a partir de 1616, atingindo o seu ponto crítico em 1622 e 1623. A seca do Verão seguinte provoca más colheitas e nova subida de preços. Agrava-se o mal-estar, e Dom Filipe vem a Lisboa em 1619. A sua entrada gera tumultos, que irão culminar no motim de 8 de Setembro. Em Fevereiro de 1620 assinalam-se diversas mortes de origem tifóide e seguidamente uma praga nas searas alentejanas provoca falhas de abastecimento de pão, que se estendem pelo ano seguinte[69]. «*Foi tão grande e geral a esterilidade de pão que n'este reino houve, n'este anno de 621, que se não viu outra semelhante há muito tempo… Em tanta falta de mantimentos recorrem a esta cidade quasi todas as comarcas d'este reino, e é forçada acudir-lhes… porque a gente necessitada, de fóra, se não venha meter n'esta cidade, de que poderá resultar outro maior mal como seria o da peste, de que Deus nos livre, a qual ordinariamente procede da comunicação de muita gente faminta e miserável que, usando de ruins mantimentos e poucos, se corrompe e inficiona o ar, como a experiência tem mostrado*»[70]. Temores concretizados no Inverno de 1622, agravados pela necessidade de alimentar os cerca de 14 mil homens das armadas espanhola e francesa. Nos meses de Maio e Junho, «*Lisboa como quase todo o Reino padeceu de grande fome. Não havia trigo ou hortaliça em toda a cidade e termo. Nem os especuladores faziam negócio, por não terem que vender*»[71]. A situação só se regulariza em meados de 1623.

Com efeito, a morte torna-se cada vez mais selectiva e as crises de mortalidade seiscentista são também crises de pobreza, que reflectem uma sucessão de adversidades e a degradação das condições de existência da grande maioria da população, inserida numa conjuntura ampla, de contornos internacionais. Em 1626 a capital é afectada por um violento surto de difteria. No Reino, a situação económica tende a agravar-se entre 1627 e 1633, num momento em que a Europa do Sul (Norte de Itália, Catalunha e Sul de França) sofrem violentas irrupções de peste, que as autoridades portuguesas temem importar. A peste não afectará Portugal, mas no contexto

---

68 SANTOS, 2006: 354.

69 RODRIGUES, 1990: 125.

70 A.H.C.M.L., *Liv. de Prop. e Req. e Reg. do Conselho do Tempo d'el-rei D. Filipe III*, fl. 34 v.º.

71 SOAREZ, 1953: 451.

económico depressivo os anos 30 e 40 são de alguma turbulência. Em 1631 são detectados casos de tifo e disenterias. Lisboa, Sintra e Cascais são atingidas por picos de mortalidade em anos sucessivos. A cidade de Coimbra é afectada por febre tifóide entre 1630 e 1632[72]. De 1636 a 1637 a varíola junta-se a febres de causa desconhecida de perfil endémico nas regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve[73]. A cronologia (fim de Primavera e Verão) a que obedece o surto encontra-se em sintonia com as restantes ocorrências, que inclui Madrid. As crianças são o grupo etário mais lesado. Na zona de Évora a crise prolonga-se de 1630 a 1637, fomentada por escassez alimentar e preços altos[74].

Após quatro anos de relativa acalmia, o tifo regressa em 1642 e a peste volta a fazer a sua aparição em 1645-1646, embora circunscrita ao Algarve. Importada do Norte de África reduz em mais de um décimo a população de Tavira[75]. Entre 1647 e 1650 a peste bubónica ressurge no espaço nacional e adquire grande virulência em Lisboa em 1649[76]. Nesse ano afecta várias cidades algarvias e até 1650 está presente em Silves, Faro e Loulé. Faro terá perdido entre um quinto a um terço da sua população[77]. A instabilidade gerada pela Guerra da Restauração torna o Alentejo palco de crises recorrentes, na maioria de causa desconhecida[78]. Esta conjuntura de contornos adversos é peninsular[79] e afecta nas décadas imediatas todo o Portugal. Nos anos 50 e 60 ressurgem o tifo, as febres tifóides e os surtos de gripe, que culminam em crise geral entre 1657 e 1659 e de 1662 a 1663. As tropas inglesas trazem de Lisboa tifo, que propagam ao longo do percurso. Fome e doenças afligem o Alentejo na segunda metade dos anos 60[80], à semelhança do que sucede na área de Lisboa[81] e no norte[82].

Entre 1675 e 1685, culminando neste último ano, a capital regista um período de mortalidade elevada, enquadrado numa conjuntura nacional e internacional desfavorável. Eram doenças trazidas por gente que continua-

72 OLIVEIRA, 1971: I, 177-282.
73 COSME, 1994b: 95-101; SANTOS, 1994: 99-100; RODRIGUES, 1988: 174-179.
74 SANTOS, 2006: 357-358.
75 MAGALHÃES, 1988: 20,25,49, 52-53, 57-59, 62.
76 RODRIGUES, 1988: 183-191.
77 MAGALHÃES, 1988: 178-181, 398.
78 COSME, 1994a: 578-580, 628, 928.
79 NADAL, 1988: 470-473.
80 SANTOS, 2006: 357-358.
81 SANTOS, 1994: 105-109; RODRIGUES, 1988: 183-191; RUNKEL, 1990: 136-144.
82 AMORIM, 1987: 293-296; JANEIRO, 1997: 112,123 e 141-142; FERNANDES, 1998: 123--127 e 221-226; BARBOSA, 1997: 100-102, AMORIM,.1973: 78; MORIM, 1980: 102; AMORIM, 1983-1984: 195-196.

mente chegava à cidade[83], sem grande impacto nos concelhos próximos, apesar das subidas do total de óbitos em vários anos, em especial no de 1676 em Oeiras, Cascais e Sintra. Na capital julga-se terem ocorrido os últimos casos de peste entre 1679 e 1682. O mesmo sucede no Alentejo entre 1680 e 1681, onde também 1673, 1676 e 1685 são negativos[84]. Com efeito, as duas últimas décadas de Seiscentos foram difíceis em termos agrícolas, gerando crises de subsistências por todo o país. A norte o problema coloca-se com especial intensidade em 1683, com os anos mais complicados entre 1689 e 1691 e de novo em 1693-1694. Os seus efeitos explicam a instabilidade da mortalidade no Minho, designadamente nas zonas rurais e em Guimarães, bem como em Trás-os-Montes, reflectindo-se numa quebra do total médio de casamentos e nascimentos[85]. A crise geral é detectada mais a sul, no concelho de Esposende[86]. O aparecimento de surtos epidémicos, favorecidos pela escassez alimentar, fome e condições precárias de sobrevivência, explicam as crises sentidas nos anos 90, designadamente em 1692, 1694 e 1698 em Lisboa, identificadas como epidemias de tifo[87] e que afectam outros concelhos próximos[88], atingindo as populações a leste do Guadiana[89] e o Algarve[90]. O final do século XVII prolonga-se em termos de dinâmicas demográficas pelo início da centúria imediata, caracterizado por um crescimento demográfico muito reduzido. A dinâmica global é afectada pelo aumento dos níveis de mortalidade e uma ligeira diminuição da natalidade. Reduz-se ou inverte-se pontualmente a vantagem da vida sobre a morte.

3. Cidades, vilas e aldeias

A vitalidade da vida urbana reflecte o dinamismo da população no longo século XVI. A rede de cidades e vilas nos primeiros tempos da modernidade era semelhante à medieva, em número e no que respeita as formas de utilização e vivência do espaço. O crescimento urbano caracteriza sob muitos aspectos o final da Idade Média em Portugal, num ritmo que tende a acentuar-se até meados do século XVI. Com o fim dos anos 70 abre-se uma fase

83 RODRIGUES, 1988: 191-202.
84 COSME, 1994b: 576-582, 940-943 e 1191-1192; SANTOS, 1994: 115-128.
85 AMORIM, 1983-1984: 195,298, 418; AMORIM, 1987: 286, 296-298.
86 SARAIVA, 1997: 118-119.
87 RODRIGUES, 1987: 203.
88 RUNKEL, 1990: 146-153.
89 COSME, 1994b: 572-582, 940-942, 1191-1192.
90 MAGALHÃES, 1988: 70,181,398-99 e 403.

de desaceleração progressiva, que se irá prolongar por toda a centúria seguinte. Vantagens defensivas, posição dominante nas acessibilidades terrestres e sobretudo marítimas. Eis algumas das razões que explicam a dinâmica das principais cidades portuguesas. No contexto de reordenamento e desenvolvimento urbano que caracteriza a segunda metade do século XV e quase todo o seguinte, o numeramento de 1527-1532 fornece uma visão global e comparativa dos principais núcleos existentes, permitindo reconstituir a rede urbana do Portugal moderno[91]. Com efeito, os valores do primeiro levantamento nacional não fizeram mais que confirmar as diferentes tradições urbanas do norte e sul do Reino, com pólos de grande desenvolvimento localizados junto ao vale do Tejo, no Alentejo, sobretudo na sua parte interior, e no Algarve, ao longo de uma faixa que se estendia pela costa. No entanto, a força de cada cidade ou vila não obstava que fossem circundadas por grandes espaços vazios, situação diversa da realidade vivida a norte do Tejo.

Para além da sobreposição de jurisdições decorrentes da pertença de terras a determinadas famílias, Portugal estava dividido numa imbricada e complexa rede de concelhos. A criação da comarca e da cidade ou vila que a liderava não pressupunha critérios de natureza populacional ou económica e estava longe de significar reconhecimento político. Essa fluidez de critérios persiste na acção manuelina e joanina. A política de centralização régia reflectiu-se no apoio a certos locais, de que constituem exemplo as Caldas da Rainha, elevada a vila em Março de 1511, ou Santa Maria da Vitória, cabeça da Ordem de Avis, privilegiada em 1500. Outros povoados recebem idênticas promoções, justificadas com a dificuldade em administrar a justiça e fiscalidade, com a distância que as separava das sedes de que dependiam, com a qualidade de seus moradores ou pontualmente considerando o seu rápido aumento demográfico. O fenómeno de criação de novas vilas alastra a todo o território, desde povoados fluviais, como o Barreiro, Tancos e Punhete, a terras do interior estremadurenho, do Sardoal ou Montargil, à Golegã e Chamusca, a Pias e a Grândola.

Mas o principal indicador de crescimento urbano consistiu na criação de novas cidades. Imperativos administrativos, políticos e económicos, mas também, causa e consequência, o aumento efectivo da população. No reinado de D. Manuel foram promovidas a cidade pelo seu papel estratégico o Funchal em 1508, apoio às frotas atlânticas e centro da florescente economia açucareira e Elvas, em 1513. Sete anos depois Tavira, o maior centro populacional algarvio, como recompensa por serviços prestados na guerra contra Castela e no Norte de África, e em 1521 Beja. Todas estas vilas no sul

91 GASPAR, 1975: 125.

e ligadas à empresa expansionista. Com D. João III acentua-se o processo. Em 1540 é a vez de Faro, em 1545 de Leiria e de Miranda, por 1550 de Portalegre, nelas pesando o facto de serem cabeças de bispado. Fora do Reino, nos Açores, fora dada carta de cidade a Angra, logo em 1534, e doze anos depois a Ponta Delgada, em parte para minorar a rivalidade com a anterior quanto à localização da sede do bispado. A 27 de Janeiro de 1573 Lagos adquire o estatuto de cidade. Tratou-se da única promoção efectuada no reinado de D. Sebastião. As razões inicialmente alegadas pelo monarca são confirmadas por D. Henrique em 1579, que a justifica pelos serviços prestados pelos naturais no Norte de África, bem como pelo número e qualidade dos residentes. Setúbal, Viana e Tomar são três vilas em rápido crescimento, que embora nunca fossem elevadas a cidades, obtêm privilégios extraordinários, subjacentes ao estatuto de vila notável. A primeira em Setembro de 1525, a segunda em 1563, atendendo aos pedidos dos povos nas cortes de 1562, a última na Primavera de 1567, por idênticas causas[92].

Em Portugal não vingou a teoria de que a riqueza de uma nação dependia também do número de cidades que possuísse, por serem elas as mais capazes de fortalecer o estado nacional[93]. Talvez por esse facto, no século XVI português continue a existir o grande pólo de atracção de Lisboa. A sua influência estende-se até Coimbra, a norte, e compreende a vastidão das planícies alentejanas. O Algarve está fortemente ligado à Andaluzia, o que constituirá um entrave ao desenvolvimento dos seus centros mais dinâmicos. O norte interior permanece isolado e de lá se migra com alguma intensidade. A cidade do Porto mantém vivas as suas ligações às comarcas do Minho, mas não polariza a actividade das províncias do Entre-Douro e Minho, de Trás-os-Montes ou da Beira transmontana, zonas de crescimento muito lento e onde o povoamento privilegia os pequenos aglomerados[94]. Por seu turno, o crescimento demográfico do litoral também nunca deixou de ser um fenómeno conjuntural. A única grande realidade populacional continuará a ser Lisboa. Faltam as cidades de dimensões médias, essenciais para sustentar a dinâmica citadina.

A timidez do crescimento urbano caracterizou os anos da modernidade e manter-se-á para além dele[95]. Os centros urbanos eram locais onde se nascia e se morria mais cedo e com maior intensidade. Mais de metade das mortes assinaladas na documentação paroquial coeva vitimavam crianças com menos

---

92 SERRÃO, 1978: 250 e ss.

93 SILVA, 1972: 734-746.

94 HESPANHA, 1986:77.

95 GODINHO, 1980: 38 e ss.; MOREIRA, RODRIGUES, HENRIQUES, 2007.

de 10 anos, principais afectadas na luta travada e sistematicamente perdida do homem com o meio. No entanto, nesses locais a percepção trágica dos acontecimentos era acentuada pela proximidade em que viviam os indivíduos, numa época em que a informação passava lentamente e por via oral. Nesse sentido, as sobremortalidades causadas por peste no século XVI e por outras doenças igualmente contagiosas e mortíferas nas centúrias imediatas, caso dos surtos de tifo, varíola e febres tifóides, ou outros acidentes naturais, como os terramotos de 1531 e 1755, constituíam momentos paradigmáticos desse facto. Todas provocaram sobressaltos de maior ou menor gravidade no seio do espaço urbano e não raro desarticularam todo ou parte do sistema político, administrativo, económico e social vigente. Alteraram a ordem e deram lugar a comportamentos colectivos extremados.

O numeramento de 1527-1532 permite reconstituir uma imagem global e comparativa da rede urbana. E se pensarmos que entre a passagem do século e a realização dessa contagem medeiam apenas três décadas de crescimento moderado, podemos estender algumas conclusões até meados do século seguinte. A população a residir em cidades e vilas no primeiro quartel de Quinhentos é estimada em 22,6%[96]. Existiam 17 centros urbanos, mas só 3 com 2 mil fogos. Lisboa liderava, com mais de 13 mil fogos, seguida de longe pelo Porto, com cerca de 3 mil, e de Évora, terceira cidade do Reino, com 2813. Santarém, Beja e Elvas oscilavam entre os 1600 e os 2000, Tavira, Guimarães, Coimbra, Lagos, Portalegre, Setúbal e Olivença situavam-se entre os 1600 e os mil fogos. Abaixo desse montante ficavam Aveiro, Estremoz, Viana e Vila do Conde. A rede pautava-se pela relativa abundância de pequenos centros, que contrastava com a ausência de cidades de tamanho médio e onde era nítida a supremacia da capital do Império, desenhada nos primeiros anos do governo de D. João III. Em 1527-1532 são arrolados mais de três dezenas de núcleos com pelo menos 500 fogos, dos quais 76% no sul do território, 9% no centro e 15% a norte. Nesta última zona nenhum atinge os 500 vizinhos. Assim, apenas o vale do Tejo, o Alentejo, especialmente a parte oriental, e o Algarve, parecem ter mantido a tradição urbana que muito ficou a dever à influência árabe. Entre cada cidade e vila continuaram a existir espaços vazios, mantendo-se o povoamento concentrado e os níveis de densidade baixos, realidade diversa da observada a norte da linha traçada pelo curso do Tejo[97]. As diferenças locais são visíveis no Mapa seguinte que representa apenas os núcleos habitacionais com mais de uma centena de moradores. Na comarca de Entre Tejo e Odiana mais de metade da população vivia em centros

96 RODRIGUES, 2002: 225.
97 RIBEIRO: II,60-66.

com mais de 100 vizinhos. Aí se localizavam metade dos aglomerados contando 500 a mil fogos (11 em 22) e 6 dos 13 existentes com mais de um milhar. Trás-os-Montes e Beira apresentavam índices inferiores. Nesta última, só Castelo Branco e a Covilhã tinham mais de 500 fogos. Era maior a variedade de situações na Estremadura[98].

A rede urbana em 1527-1532

Fonte: RODRIGUES, 1993: 208.

Categoria das unidades Administrativas

Comarcas	Cidades			Vilas			Concelhos		
	N.º	Moradores	%	N.º	Moradores	%	N.º	Moradores	%
Entre Douro e Minho	2	3854	44	9	4924	56			
Trás-os-Montes	1	481	15	11	2627	82	1	104	3
Estremadura (c/ Lisboa)	2	14399	56	40	11496	44			
Estremadura (s/ Lisboa)	1	1329	10	40	11496	90			
Beira	3	1320	14	35	7802	86			
Entre Tejo e Odiana	3	5934	22	70	24957	78			

Fonte: RODRIGUES, 1993: 201.

98 DAVEAU e GALEGO, 1986: 36.

O reinado de Dom Manuel corresponde ao primeiro grande surto urbano português, que suportou e fomentou a prosperidade das cidades marítimas de norte a sul, baseada no comércio ultramarino e nas riquezas trazidas do Oriente[99]. Esse facto prova a inequívoca ligação entre alterações conjunturais económicas e crescimento das urbes. Lisboa e as cidades algarvias foram as primeiras beneficiadas, mas outras se lhe juntarão, algumas do norte de Portugal, como no caso de Viana, Guimarães, Braga e Aveiro. Mas em termos comparativos europeus, a única grande realidade urbana portuguesa era a capital, que atraía gente de todo o Reino, seja com carácter definitivo ou de simples passagem. O fenómeno de urbanização é manifesto nas cidades marítimas, ligadas aos tratos comerciais, embora o seu ritmo de crescimento se mantenha dependente das variações da conjuntura económica, como se veio a verificar no Minho e no Algarve. Na primeira, os núcleos portuários desenvolveram-se à medida que se intensificaram os tratos do Brasil. Ao invés, o Algarve ruralizou-se em finais do século XVI, por esmorecerem os contactos com o império espanhol, consubstanciado através das ligações comerciais com Sevilha, e de difícil recuperação. Este último atingiu um elevado nível de urbanização, concentrada no litoral, desde sempre a área de maior densidade. As cidades e vilas costeiras, com 5060 vizinhos, correspondem a 51% da população arrolada em 1527, 44% da qual reside em Lagos, Portimão, Faro e Tavira. Porém em 1591 essa percentagem decaíra a 37%, para se fixar em 29% no ano de 1631. Embora a população algarvia aumente em termos absolutos, as cidades perdem nestes anos mais de um décimo dos residentes, sobretudo Portimão e Lagos.

Ao terminar o século XVI as cidades costeiras de Portugal são comparáveis em dimensão, embora o futuro lhes reserve histórias diversas[100]. No sul continuaram a existir mais núcleos urbanos, e aí se concentravam perto de 80% das cidades com mais de 500 fogos, mas a segunda cidade do país deixara de ser Santarém ou Évora e era agora o Porto, com Guimarães em franca ascensão. Aveiro e Viana da Foz do Lima passam de pequenos centros a mais de nove centenas de fogos cada. O mesmo fenómeno se observa em Braga, onde é possível acompanhar a evolução dos efectivos entre 1477 e 1591. Não contando o corpo eclesiástico e os privilegiados, a cidade possuía 275 vizinhos no final do século XV e 1724 em 1591. Variação de 527%, embora as taxas de crescimento anual médio apontem para um abrandar progressivo a partir de 1514. Com efeito, durante grande parte do século XVI as cidades crescem, transpondo os recintos amuralhados que

---

99 LOBO, 1983: 63.
100 MAGALHÃES, 1984: 247-322.

durante muitos anos haviam definido os seus limites físicos e humanos. A abertura de novas zonas residenciais marca este período, efectuando-se a um ritmo que lembra os séculos XIII e princípios do XIV[101].

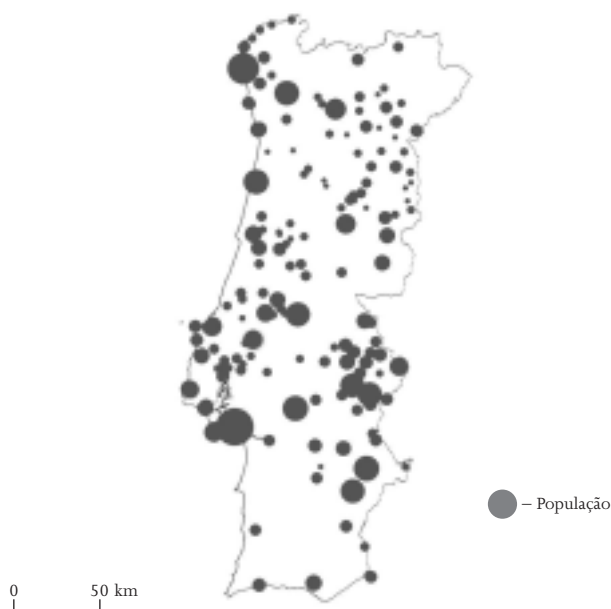
Como dissemos, afirma-se a dependência do Reino e da Coroa em relação à capital, quer em termos fiscais[102], quer pela dependência dos réditos alfandegários, que aumenta ao longo de toda a primeira metade de Quinhentos[103]. A ligação ao Oriente pela Rota do Cabo e posteriormente ao Império Atlântico, via comércio triangular e reforço dos contactos com a Andaluzia, sustentam o seu crescimento. O saldo é positivo. Mesmo quando deixa de ser capital, a sua liderança em termos socioeconómicos nunca esteve em causa. O primeiro quartel do século XVII é ainda de estabilidade, sustentada em parte pelos lucros do açúcar brasileiro. Vivem-se anos de prosperidade, que o início do conflito com os holandeses vem interromper. Na capital residiam 5% dos portugueses em 1527 (60 mil almas), valor que ascende a um décimo no terceiro quartel de Quinhentos (120 mil residentes), para estabilizar ou ligeiramente decrescer até à Restauração. Em 1639 contavam-se 180 mil almas, 9,5% da população portuguesa. Menor que Paris, Londres ou Nápoles tratava-se de uma cidade enorme para o tamanho de Portugal, com quantitativos populacionais que se aproximavam dos estimados para outras grandes cidades europeias, como Veneza ou Amesterdão. A nível interno, a capital era secundada, por ordem decrescente, pelas cidades do Porto, Coimbra, Évora e Elvas. No entanto, em 1620 nenhuma delas atingia sequer 20 mil almas. O Porto pouco crescera durante o século anterior. Ao iniciar-se o século XVI contava cerca de 10 mil habitantes e à data do numeramento não atingia 13 500 almas. Nova estimativa efectuada no primeiro quartel de Seiscentos aponta para um volume populacional semelhante ao de um século atrás. A cidade não se desenvolveu porque Lisboa monopolizou os tratos ultramarinos, mais rentáveis em termos económicos e de prestígio. Cidade de mercadores e homens ligados ao mar, mas também de oficiais mecânicos, o Porto terá de esperar até finais do século XVII para iniciar a sua ascensão, suportada pelo comércio do vinho do Douro. O açúcar brasileiro, que trouxe a prosperidade a muitos portos do norte do país, não forneceu o impulso necessário ao seu desenvolvimento, nem lhe permitiu uma liderança de âmbito regional.

---

101 MARQUES, 1983: 288-289.

102 Em 1526 ela contribuía com cerca de 35% do total das receitas do Estado.

103 O que, aliás é exactamente igual às outras grandes cidades europeias (Cf. Cap. 5). Lisboa representava 19,5% das receitas orçamentais em 1526 e a 48,9% trinta anos mais tarde.

Dimensão das vilas portuguesas em 1639-1640

Fonte: MARQUES e DIAS, 2003: 240.

Vicente Serrão efectua uma estimativa para os centros urbanos por províncias em finais de Seiscentos, considerando apenas aqueles que ultrapassam mil fogos. Se adoptarmos o mesmo critério de agregação para os dados do numeramento de 1527-1532 concluímos que os séculos XVI e XVII foram de crescimento urbano generalizado, mesmo nas regiões mais ruralizadas, como Trás-os-Montes e Beira. A população a residir em cidades ganha importância no contexto nacional e representa em final de Seiscentos 18,1% contra 12,8% nas primeiras décadas do século XVI (35822 fogos). Nesta primeira data só Lisboa e Porto possuem mais de 2500 fogos, número que quintuplica até 1700, reflectindo o aumento significativo da população a residir em cidades de maior dimensão. A terminar Seiscentos Portugal possui percentagens de população urbana que serão mantidas até ao século XIX[104].

104 Porque a bipolarização de Lisboa e Porto, que caracterizará Setecentos, fará com que o ritmo médio de crescimento urbano seja inferior ao rural (SERRÃO, 1993: 61-62).

Dimensão das Cidades e População Urbana em Portugal

Províncias	1000 +fogos				1300 +fogos				2500 +fogos			
	Centros		% Pop. Urb		Centros		% de Pop.		Centros		% de Pop.	
	1527	1695	1527	1695	1527	1695	1527	1695	1527	1695	1527	1695
Entre Douro e Minho	2	4	16,0	10,1	2	4	16,0	10,1	0	3	0,0	8,6
Trás os Montes	0	1	0,0	3,0	0	1	0,0	3,0	0	0	0,0	0,0
Beira	0	10	0,0	9,2	0	3	0,0	4,9	0	2	0,0	3,8
Estremadura	3	7	41,0	31,4	3	4		28,5	1	1	19,9	23,6
Entre Tejo e Odiana	6	15	62,4	34,1	2	10		28,0	1	4	5,8	15,6
Algarve	2	3	64,3	41,4	2	3		41,4	0	0	0,0	0,0
Portugal	14	40	12,8	18,1	9	25		15,2	2	10	5,7	10,3

Fonte: RODRIGUES, 1993: 203; SERRÃO, 1993: 61.

3.1. *Lisboa, capital do Reino e do Império*

Lisboa é a cidade para que possuímos maior informação[105]. No último quartel de Quinhentos «o sítio é belo e irregular, nem todo plano, nem todo acidentado, ornado de muitos templos devotos e ricos, alguns deles de razoável beleza, onde se efectuam serviços divinos com grande solenidade. Há muitas residências de particulares belas e cómodas. As saídas da cidade são agradáveis, por que algumas gozam a vista do rio e da terra juntamente e outras a da terra somente... É nesta cidade que costumam os reis viver a maior parte do tempo, tanto por que nela se fazem as armadas para todas as conquistas e comércios, como por que têm muito perto bosques e locais aprazíveis, quer para o Verão, quer para o Inverno. A cidade não é muito agradável, mas antes tristonha, porque as ruas não são largas nem direitas nem limpas, e as casas geralmente de pouca aparência de arquitectura»[106]. A concentração do casario, pontilhado de edifícios imponentes impressionava quem chegava. Diz Gaspar Barreiros que em 1528 «em Lisboa dificultosamente se acharam casa onde não pousem muitos moradores». O número de andares e inquilinos era tamanho que estes não se conheciam, nem de cara nem de nome, facto impressionante, mesmo para um homem cosmopolita. À medida que a população aumenta, os espaços vazios no centro funcional vão sendo preenchidos por casas maiores e luxuosas, bem como as zonas altas mais salubres[107].

105 RODRIGUES, 1990: 39-64; RODRIGUES, 1994: 95-117, RODRIGUES, 1997.

106 MARQUES, 1984a: 87-88. Só em finais de Setecentos a cidade possuirá zonas nobres, que emergem dos escombros provocados pelo Terramoto de 1755.

107 SANTOS *et alii*, 1987: 16-20.

A dimensão da cidade exigia soluções de administração quotidiana difíceis de concretizar, persistindo alguns problemas, como o da insegurança das ruas, a dificuldade de circulação, a falta de uma rede de água e esgotos. Lisboa era uma cidade violenta[108]. Ninguém saía de casa sem arma, mas mesmo assim andar pelas ruas à noite era perigoso. De manhã eram recolhidos das ruas corpos de indivíduos mortos à facada, de estocadas de espadas e pedras[109]. Em 1603 foi criada uma estrutura de segurança pública, cujas atribuições e poderes foram consecutivamente alterados sem resultado prático. Competia aos juizes do crime fazer rondas pela cidade à noite, mas não usavam armas, o que restringia ou mesmo anulava a sua eficácia. Alguns testemunhos referem que os próprios eram agredidos. À medida que a cidade aumenta em população e superfície, tornava-se mais perigosa. A falta de rede de esgotos e os hábitos de higiene colectiva e privada dos habitantes era outro problema a que as autoridades locais responsáveis tentavam sem sucesso dar resposta. A vida era precária e as autoridades temiam o deflagrar de surtos epidémicos. Comentava-se mesmo com estranheza o carácter relativamente benigno das doenças, face às condições em que vivia a esmagadora parte dos residentes. Outro problema decorria da inexistência de redes de escoamento dos lixos e abastecimento de água. Esta última era cara e escasseava sobretudo nos meses quentes. Raras eram as casas com fontanários e a água era vendida a preços superiores aos praticados noutras cidades europeias[110]. As ruas eram na sua maioria estreitas, húmidas e raramente varridas e nelas se lançavam todas as imundícies, «devoradas prontamente por milhares de cães vadios»[111]. Só quando chovia a inclinação das ruas levava o lixo para o rio. A parte baixa da cidade inundava e as ruas transformavam-se em lamaçais[112]. As casas «tapavam o céu» com os seus cinco e seis pisos e nelas nunca entrava o sol, o que as tornava extremamente insalubres. A qualidade de construção era má, sobretudo em bairros populares, como Alfama ou Mouraria. Grades exte-

108 Como testemunha no século XVI Duarte Nunes de Leão, a propósito «dos moços perdidos e patifes que a Lisboa, como a mata grande, vêm parar de todo o Reino» (LEÃO, 1610).

109 Os párocos asseguravam o seu enterro cristão, depois de efectuadas diligências para verificar a identidade do falecido. Caso não conseguissem, no registo de óbito descreve-se a fisionomia e traços mais relevantes do indivíduo (falta de membros, feridas, corcundas, barbas, calvície e outras), bem como a roupa que vestia (Cfr. RODRIGUES, 1987: 44-51, dedicada à qualidade dos livros de registo paroquial nesse período).

110 Vinte vezes mais cara que em Londres e quarenta vezes mais que em Paris Os preços subiam ainda mais nas épocas de seca, especulação que só parcialmente as autoridades conseguiam debelar mediante a publicação de tabelas com preços que nunca eram respeitadas. Aos galegos cabia por tradição esse transporte (CHANTAL, s./d.: 250-251).

111 CHANTAL, s./d.: 308.

112 CHANTAL, s./d.: 243.

riores de madeira faziam as vezes de vidraças. O tecto e as paredes não isolavam os ocupantes do frio e do calor.

O crescimento demográfico traduziu-se no aumento das densidades, feito à custa do acréscimo do número médio de pisos dos prédios nas zonas centrais e pela redução de espaços vazios nas freguesias dispostas em anel em torno do centro funcional. No século XVI cerca de 63,9% da cidade apresenta taxas de ocupação humana inferiores a 300 hab/hm^2, mas 27,8% situavam-se acima dos 600, o que é francamente elevado. Este fenómeno provocou a diminuição dos espaços vazios e o *empurrar* das superfícies de cultivo para zonas mais periféricas. Poucas serão as alterações até finais do século XVIII, embora se esbatam as diferenças de densidade paroquial[113]. Ao terminar Quinhentos o núcleo primitivo estava quase saturado e irá estagnar ou decrescer ao longo do século XVII, enquanto outras freguesias, como os Anjos, Santana e São José, situados nos limites da urbe, começaram a captar os excedentes humanos, fenómeno que se intensificou quando foi retomado o processo de aumento populacional em Setecentos. Os fogos de maiores dimensões localizavam-se nas freguesias nobres e ricas da Baixa, devido ao número de criados e escravos que serviam as famílias aí instaladas, embora estes fossem dos mais afectados pelas conjunturas desfavoráveis que marcam grande parte do século XVII e princípios do seguinte[114].

De todo o Reino chegavam diariamente imigrantes. Vinham sobretudo do Minho, da Beira Interior e do Alentejo, embora fosse também significativo o número de algarvios a partir de finais do século XVI, reflexo da crise sentida localmente. Criados, aprendizes, trabalhadores braçais, vendedeiras, lavadeiras. A mendicidade torna-se uma forma de sobrevivência. Os fluxos migratórios variaram com as conjunturas e vicissitudes de ordem política e económica, com o final do século XV e grande parte do seguinte a marcar o início de uma tendência positiva, que se prolonga até ao primeiro quartel de Seiscentos, reduzindo-se então. As oportunidades oferecidas atraíram também estrangeiros, homens de negócio e viajantes, europeus, africanos e asiáticos. Os europeus eram em maior número e de estatuto superior, sendo a maior comunidade a espanhola, e dentro dela a galega. A população migrante fixava-se em pontos específicos da cidade, aumentando a sua representatividade nos bairros onde era inferior o preço dos arrendamentos. Menos de um terço dos arrolados nas freguesias populares nascera na capital. Nas fases de maior intensidade migratória existiam em Lisboa mais

113 RODRIGUES, 1987: 91-94.

114 Com efeito, poucas serão as alterações verificadas a este nível até finais do século XVIII, porque também aqui as mudanças se inscrevem num processo de longa duração (SANTOS *et alii*, 1987).

homens que mulheres, apesar do carácter familiar que o fenómeno por vezes assumia. Na sua maioria eram jovens, muitos com menos de 14 anos. Para alguns a cidade era apenas um ponto de passagem: do porto saíam para *desvairados destinos*, em volume impossível de contabilizar.

Com cerca de 7,8km², Lisboa era efectivamente a mais povoada das cidades portuguesas. É fácil analisar as tendências de crescimento geral e por freguesia. Em 1528 rondava as 70 mil almas e em finais do século XVII, 140 mil[115]. Para 1551, 1620 e finais de Seiscentos podemos comparar os totais de fogos e a população maior de 7 anos por paróquia, excluindo estrangeiros e viajantes[116], mas contabilizando os eclesiásticos[117]. O aumento foi contínuo até final do primeiro quartel de Seiscentos. A década de 40 marca o fundo da depressão que caracterizara os anos anteriores, acompanhada pelo esbater dos saldos fisiológicos, dado o aumento da mortalidade e a redução do total de nascimentos, testemunhada nas referências a fogos devolutos ou vazios. Só terminada a Guerra da Restauração a cidade recupera. Tudo parece indicar que a segunda metade do século se limitou a repor os efectivos perdidos, como se infere das taxas de crescimento anual médio estimadas em 0,75% entre 1528 e 1590, em 0,33% desse ano a 1620, diminuindo até 1642 (-0,65%), para recuperar 0,11% em média até 1700[118].

População de Lisboa nos séculos XVI e XVII

	População			Fogos		
	Total	**Cidade**	**Termo**	**Total**	**Cidade**	**Termo**
1528		70000		18048	14014	4034
1535		65581*		17034	13010	4024
1551	114969	112830	2139	18030		
1590	120000	120000				
1620	143608	128725	14883	29534	26813	2721
1642		111552*		28200	20600	
1700	140136	118609**	11527*	29668		
1755	191052	168192	22860	35308	31521	3787

Fonte: SILVA, 1972; RODRIGUES, 1988: 79 e 86. *População menor de 7 anos estimada; **Valor estimado a partir dos dados apresentados. Corrigido com estimativa de menores de 7 anos e com totais referenciados para 1620 no caso das freguesias omitidas.

115 RODRIGUES, 1987: 68.

116 Num montante que não excederia os 7 milhares (RODRIGUES, 1990: 55).

117 Seguimos a ordem dada por Cristóvão de Oliveira na *Descripçam* de 1551, juntando às freguesias originais as posteriormente delas desmembradas, que surgem assinaladas. Incluímos as informações sobre as freguesias do termo sempre que os autores as referenciaram. A população menor de 7 anos foi estimada, de acordo com critérios já explicitados in RODRIGUES, 1987: 65, o que corresponde, de acordo com as nossas estimativas, a cerca de 17,64% face ao total.

118 RODRIGUES, 1987: 87.

4. Fecundidade e Família

4.1. Natalidade e Fecundidade

Nos séculos XVI e XVII as Taxas Brutas de Natalidade[119] indiciam níveis médios em contexto europeu[120]. Vigorava o *european marriage pattern*, tendo como suporte o papel regulador da fecundidade que, por sua vez, dependia dos padrões matrimoniais, já que era baixa a ilegitimidade. Um quinto das mulheres nunca casava ou fazia-o tardiamente, o que reduzia os anos de actividade sexual e o risco de gravidez. O número de filhos era igualmente atenuado pela curta duração dos casamentos, os períodos de abstinência, as doenças e períodos de intensa faina agrícola, a amenorreia pós-parto e fases prolongadas de aleitamento. O número médio anual de nascimentos era mais estável que o dos óbitos, embora influenciado pelas conjunturas económicas[121]. Após uma crise de mortalidade descia a idade média ao casamento e reduziam-se os intervalos intergenésicos, sendo os indivíduos não casados responsáveis pela aceleração posterior do crescimento demográfico. A idade ao primeiro casamento das mulheres, a proporção de casadas e a fertilidade dos casais serviam para limitar a dinâmica populacional. Cerca de 20% dos casais não deixava herdeiros, outros 20% apenas um.

Existiam diferenças de comportamento entre meios rurais e urbanos. Nos últimos o casamento era mais precoce e maior a descendência média, embora anulada por níveis de mortalidade infantil e juvenis também mais elevados. Em qualquer deles as taxas de fecundidade apresentam a forma típica em chapéu[122]. Atingem-se níveis máximos de fecundidade entre os 25 e 29 anos da mulher e mínimos após os 40. O número final de crianças nascidas era influenciado pela idade média ao casamento das suas mães. Alguns estudos avaliam essas diferenças a partir da descendência teórica[123]. Os resultados, que rondam oito filhos possíveis por mulher, estão muito distantes dos apurados como descendência final efectiva, descontada a probabilidade de morte até ser atingida a idade adulta. Variam também na ordem

---

119 A relação entre o número de nascimentos (baptismos) anuais por cada mil residentes.

120 Os níveis de natalidade na Europa moderna nunca desceram abaixo de 31‰, com os Estados do Sul a ascenderem a 33‰, apenas suplantados a leste, onde padrões de casamento precoce fomentavam índices de natalidade mais elevados. Cf. Capítulo 1.RIBEIRO, 1995: 252.

121 Veja-se, a título de exemplo, SOLE, 2001: 184; FAUSTINO, 1998: 150; NEVES, 2001: 114-117. Para Évora SANTOS, 2006:349-378.

122 NAZARETH, 1988: 125.

123 O número de filhos que as gerações femininas teriam caso vivesse em unidade conjugal dos 20 aos 49 anos.

inversa da idade ao casamento, ou seja, o facto de se casar mais tarde diminui substancialmente o número possível de concepções, embora estas se prolonguem até idades mais tardias[124]. Influencia ainda a idade média ao último filho, que permanece muito semelhante em todo o país, coincidindo com restrições decorrentes do ciclo de vida biológico: 40,6 em Trás-os-Montes, 40,9 no Minho, entre 39 e 42 na Ericeira.

Descendência Teórica e Idade Média da mãe

	Grupo de Idades da Mãe							
	<20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	DT
Meadela (1634-1749)	261	383	35	322	277	141	18	8,76
Calvão (1650-1865)	330	335	395	345	317	185	12	7,95
Poiares (1650-1823)	279	394	396	352	292	139	13	7,93
Ericeira (1650-1769)	351	430	378	334	280	129	9	9.6

Fonte: SOLE, 2001: 157; FAUSTINO, 1998: 122; REIS, 2003: 46.

Descendência Teórica e Idade Média da mãe ao nascimento do último filho, segundo a idade ao casamento – Meadela, 1634-1850)

I. Cas.	Obs.	DT	IM
- 20	31	8,16	38,2
20-24	68	7,59	41,0
25-29	51	5,28	41,0
30-34	31	4,21	40,9
35-39	18	2,58	42,5

Fonte: SOLE, 2001: 162.

Os comportamentos sexuais eram enquadrados por imperativos morais e religiosos sobre os quais escasseiam elementos documentais. Os nascimentos concentram-se nos primeiros anos de casamento, decrescendo progressivamente, como atesta o cálculo dos intervalos inter e protogenésicos[125]. Na generalidade dos casos a concepção era posterior ao casamento ou decorria imediatamente antes[126]. Mas o nascimento do primeiro

124 FAUSTINO, 1998: 120-122; SOLE, 2001: 159-162.

125 O primeiro mede o número de meses entre nascimentos, o segundo entre o casamento e o primeiro filho do casal.

126 Grande parte da informação sobre estas matérias é o resultado das investigações realizadas com base no método de reconstituição de famílias, adaptado por Norberta Amorim às fon-

filho menos de oito meses após o casamento prova a ocorrência de concepções pré-nupciais, que correspondem a 10% do total, sendo que os nascimentos com três ou menos meses representam entre 20 e 50% desse volume[127]. A norte de Guimarães 15% dos casais tem o primeiro filho nessas condições; 44% dos primogénitos nascem antes de se completar um ano de matrimónio (oito a 11 meses) e 56% entre os 12 e os 48 meses. O intervalo protogenésico atinge o valor máximo entre oito a 12 meses, com um pico aos nove. Em relação aos intervalos intergenésicos, os comportamentos variam localmente, sendo também influenciados pelos diferentes períodos para que dispomos de resultados. Os restantes filhos do casal nascem mais espaçados que o primeiro, independente da idade média ao casamento ou idade da mulher. No entanto, as que casam mais tarde têm filhos com intervalos menores.

Alguns comportamentos de Fecundidade

Paróquias	Intervalo Protogenésico	% Nasc. <12meses	Intervalo Intergenésico
Alvito S. Pedro (1567-1899)	15,2	47,1	27,9
Meadela (1593-1850)	20,5	44,2	31,8
Romarigães (1640-1818)	18,2	30,8	28,9
Guimarães (século XVI-XVIII)	–	44,1	25,9
Calvão (1670-1865)	21,2	44,9	27,5
Sul do Pico (1680-1880)	15,7	45,9	31,3

Fonte: NEVES, 2001: 233.

O número médio de filhos por mulher varia geograficamente e por época, sendo sempre superior a três e ultrapassando com frequência os seis, valores suficientes para assegurar um ritmo de crescimento assinalável, não fosse a mortalidade reduzir esse indicador a níveis que apenas garantem a substituição das gerações. Nas cidades o aumento da população era mantido pelos fluxos imigratórios. Como também se conclui da análise do quadro abaixo, a mobilidade contribui para reduzir o número médio de filhos por família, por via directa (ausência de um dos cônjuges) e indirecta (já que aumenta a probabilidade de não retorno).

tes portuguesas e desenvolvido no NEPS (Universidade do Minho) e por outros investigadores de outras proveniências institucionais.

127 Meadela (Viana do Castelo) – 1593-1749: total 5,1%, 20% até 3 meses (SOLE, 2001: 184); Calvão –1670-1799: 8,4%, 57,9% dos quais até 3 meses (FAUSTINO, 1998: 150).

Número de Filhos por Família – Meadela e Ericeira

	Meadela – Viana Castelo 1593-1749				Ericeira 1622-1769			
N.º Filhos	Famílias 2.º n.º de filhos		Famílias completas 2.º n.º de filhos		Famílias 2.º n.º de filhos		Famílias completas 2.º n.º de filhos	
1	28	13,0	2	2,6	69	9.6	13	4.0
2	22	10,2	4	5,2	54	7.5	12	3.7
3	30	14,0	13	16,9	71	9.9	21	6.5
4	31	14,4	8	10,4	61	8.5	27	8.3
5	29	13,5	11	14,3	87	12.1	38	11.7
6	22	10,2	10	13,0	76	10.6	39	12.0
7	23	10,7	9	11,7	53	7.4	32	9.8
8	9	4,2	6	7,8	51	7,1	39	12.0
9	6	2,8	5	6,5	33	4,6	21	6.5
10	5	2,3	2	2,6	21	2,9	14	4.3
11	2	0,9	2	2,6	9	1,3	5	1.5
12 +	3	1,4	2	2,6	14	1,9	8	2.4
Total	215	100,0	77	100,0	718	100,0	325	100,0
Famílias infecundas	5		3					
Famílias fecundas	210		74					
Média Filhos/família	4,5		5,4		4,3		5,1	
Média Família	4,6		5,6		5,1		6,1	
% Famílias infecundas	2,3		3,9					

Fonte: SOLE, 2001: 175 e 179; REIS, 2003: 60 e 64.

O ritmo das concepções coincide com o observado noutras partes da Europa. Obedecia nos campos à intensidade das fainas agrícolas, onde era mais ritmado que nos centros urbanos. Diluía-se nos meses de Primavera e Verão, do que resultava a convergência dos nascimentos nos primeiros seis meses do ano. A análise do movimento sazonal das concepções leva-nos a pensar que era cumprida a abstinência sexual no período da Quaresma[128].

A criança era o elo indispensável da sociedade, porque assegurava a renovação. A gravidez era uma imagem comum no quotidiano, a justo título considerada perigosa, dadas as probabilidades de morte devidas a complicações antes e durante ou logo após o parto. Eram escassos os recursos da medicina e reduzido o número de cirurgiões e parteiras, o que se reflecte na sobremortalidade feminina entre os 25 e os 40 anos, bem como no recém-nascido. Mesmo admitindo que nas cidades e vilas a percentagem de partos assistidos pudesse subir ligeiramente, nos campos e em geral nas camadas populares a evolução foi imperceptível[129]. Ignora-se a percen-

128 NEVES, 2001: 252.

129 Como testemunham os livros de óbito, apesar do sub-registo de crianças mortas antes do baptismo.

Sazonalidade de Nascimentos e Concepções (n.º proporcionais)

Meses	Norte Guimarães		Meadela		Calvão		Ericeira	
	<Nasc.	**Conc.**	**Nasc.**	**Conc.**	**Nasc.**	**Conc.**	**Nasc.**	**Conc.**
Janeiro	109	115	126	139	110	111	117	131
Fevereiro	132	102	144	123	101	91	141	81
Março	138	73	144	72	139	70	138	61
Abril	115	70	139	53	111	103	131	66
Maio	102	80	123	65	91	92	81	76
Junho	73	96	72	98	70	97	61	88
Julho	70	96	53	98	103	93	66	107
Agosto	80	99	65	56	92	108	76	99
Setembro	96	89	98	83	97	85	88	94
Outubro	96	109	98	126	93	110	107	117
Novembro	99	132	56	144	108	101	99	141
Dezembro	89	138	83	144	85	139	94	138

Fonte: SOLE, 2001: 151; NEVES, 2001: 234; FAUSTINO, 1998: 223; REIS, 2003: 41.

tagem de nado mortos e é difícil estimar o peso da mortalidade endógena[130], que rondaria 10 a 15% do total de nascimentos, agravando-se em caso de partos prematuros e de gémeos. A estas mortes juntava-se o aborto espontâneo ou involuntário, cuja frequência era maior que a actual, afectando um em cada quatro concepções[131], Os abortos podiam ter múltiplas causas, mas eram explicáveis, se atenderemos ao facto de que a grávida continuava a trabalhar no campo, a carregar pesos, a deslocar-se e alimentar-se mal. Também se desconhece se alguns destes abortos eram provocados, à semelhança do que acontecia noutros Estados[132]. A referência a baptismos feitos à pressa, causados pelo receio de ver morrer a criança testemunha o perigo que rodeava o parto. Parte substancial das cerimónias efectuadas na igreja são na realidade de «exorcismo e catecismo», forma como eram designados no século XVI os actos que se limitavam à imposição dos santos óleos após um primeiro baptismo, realizado em casa. Tal como o casamento, a cerimónia de imposição dos santos óleos realizava-se sobretudo ao domingo, ao sábado e às 5.ª e 6.ª feiras[133].

A comunidade tentava impedir as relações sexuais antes do matrimónio ou à margem dele, no que pareciam ser bem sucedidos, sobretudo em meios de

130 Ou seja, ocorrida até 1 semana após o nascimento, que se pode imputar a complicações pós--parto.

131 LEBRUN, 1983: 139.

132 Designadamente por beberragens ou outras formas de intervenção directa de certos entendidos LEBRUN, 1983: 141 e ss.

133 RODRIGUES, 1989: 302.

menor dimensão. O filho natural não tinha qualquer direito sobre o património familiar, salvo em caso de legitimação subsequente. O número de crianças ilegítimas era reduzido, de 2 a 5% do total, e tendencialmente confinado a extractos mais desfavorecidos, embora alguns o considerem superior à média europeia[134]. Conhecemos a tipologia das progenitoras: a) criadas de servir e moças pobres trabalhadoras no campo; b) noivas comprometidas ou namoradas abandonadas (a maioria das quais acaba por casar); c) mulheres casadas, viúvas ou que mantêm relações com homens casados ou padres; d) escravas[135]. Algumas eram estranhas à paróquia onde ocorria o nascimento, embora de terras próximas[136]. Os dados sobre paternidade permitem concluir tratar-se de progenitores de estatuto social idêntico e/ou escassos recursos. A ilegitimidade aumenta nos finais do século XVII, embora continuem esporádicos os casos de mais de um ilegítimo por mulher, porque a maioria acaba por casar[137]. Torna-se mais frequente o estado civil de casada ou viúva, o que explica o aumento da idade média das mães de filhos ilegítimos[138]. Avultam, no entanto, os filhos de escravos, grupo que durante muito tempo permaneceu à margem da celebração do matrimónio, e de escravas com homens livres, quase sempre criados da casa onde ambos residiam. Poucos eram os filhos de pais solteiros. Este panorama só parcialmente se vê reproduzido nos centros urbanos, onde a teia de relações vigente permitia outras formas de relacionamento. As cidades surgem como locais ideais para situações reputadas irregulares (concubinato, uniões de facto, mães sós). O mesmo sucede nos espaços insulares. Na Madeira o abandono de crianças era esporádico, mas não a ilegitimidade, que chegou a representar nos anos 70 do século XVI mais de 17% do total de baptizados[139]. Estes valores regrediram à medida que diminuem os escravos e que as autoridades eclesiásticas conseguem debelar alguma licenciosidade nos costumes, herdada da fase de povoamento. Também aí grande parte destas crianças tinha mães escravas ou recém libertadas. Dos pais pouco é dado a conhecer, embora por vezes o pároco escreva a sua suspeita, ou constate o facto dos progenitores viverem juntos[140].

---

134 NEVES, 2001: 114-117.

135 SOLE, 2001: 209 e ss.

136 Nomeadamente da Galiza, no caso de Viana (SOLE, 2001: 161).

137 SOLE, 2001: 165 e 206; FAUSTINO, 1998: 170.

138 Acontece no Minho e em Trás-os-Montes tal como provavelmente em todo o Reino, o que também pode estar ligado à migração masculina em fase de conjuntura económica e política adversa. Na sua maioria possuem entre 20 e 29 anos. No início do século XVII a maioria tem entre 20 e 24 anos (SOLE, 2001: 203-204; NEVES, 2001: 114-115).

139 O que é relativamente comum no caso dos escravos (RODRIGUES, 1993a: 403-471).

140 RODRIGUES, 1993a: 433.

Por maioria de razões escasseiam elementos sobre a paternidade dos restantes ilegítimos. Excepto no caso das escravas, parece existir certa relutância das progenitoras em a nomear, sendo por vezes as testemunhas ou madrinhas que o fazem. Nesses casos o cura escreve a recusa da mãe em identificar o pai da criança registando que: «do pai só Deus sabe e sua mãe também»[141]. Os progenitores são identificados quando solteiros e de estatuto compatível com a mãe. É possível que a recusa das mulheres reflicta medo de retaliações por parte da restante comunidade ou dos visados, com quem podem manter algum laço de dependência, no caso de criadas, escravas, pessoal de casa. Em finais de Seiscentos regista-se um novo aumento percentual destes casos[142].

Percentagem de Nascimentos Ilegítimos

Década	Guimarães (cidade)	Guimarães (mista)	Guimarães (mista)	Regalados	Alvito	Cambeses	Bougado	Rebordão	Poiares	Cardanha	Madeira
1530/50											13,2
1560				15,3					3		16,3
1570									3,1	5,5	12,5
1580					5				3,9	3,4	6,6
1590					12				3,2	0,8	3,7
1600	13,6	12,8	7,5	20,1	14	12,7			2,6	0,9	
1610	9,3	10,7	5,1		10	13		1,4	1,3	1,7	
1620	17,6	10,6	24,4		20	29,4		1,5	1,9	4,8	
1630	19,9	13,2	25,4		7	20,6		2,9	1,1	1,5	
1640	18,2	12,2	21,4		6	12,5		1,6		1,1	
1650	15,5	9,4	17,6	11,6	13	15,2	2,1	1,7	1,7	5,1	
1660	18,8	16,2	14,7		12	14,1	10,1	0,6	5,2	0	
1670	12,8	16,4	11,5		3	14,8	8	0,4	2,6	1,1	
1680	11,2	12,5	14,6		4	8,2	3,4	1,1	5,2	14	
1690	10,7	7,2	11		5	10,5	6,6	6,4	7,6	8,9	

Fonte: SOLE, 2001: 175

A exposição, tal como a ilegitimidade, foi sempre mais habitual em meios urbanos e populosos. Em meados do século XVII, «visto a grande multidão de enjeitados e órfãos que há neste Reino», a sua educação assume-se como obrigação do poder central, prevista nas Ordenações[143]. Existe alguma diversidade regional no relativo à exposição e abandono de crianças, que nos séculos XVI e XVII são ainda pouco frequentes, sobretudo em meios rurais,

141 RODRIGUES e REIS, 1989: 301.

142 NEVES, 2001: 114 e 215.

143 FARIA, 2003: XIII e 32-33.

embora tendam a aumentar em períodos de crise, existindo uma correlação entre o fenómeno e maus anos agrícolas[144]. Os expostos eram deixados na escada da igreja ou à porta de gente influente, a maioria das vezes individualizados por sinais distintivos ou bilhetes, numa possível tentativa materna de o seguir ou recuperar no futuro. Dadas as circunstâncias subjacentes ao acto, poucos seriam os já baptizados, aspecto que preocupava as progenitoras. Nas missivas deixadas pedia-se o baptismo e referem-se nomes. A originalidade de muitos deles sugere de novo a hipótese de virem a constituir meio de posterior identificação[145]. Como a maioria era filho de mulheres solteiras vindas de outras terras, onde se desconhecia o seu estado de gravidez, esta medida permitia mais facilmente poder saber novas do abandonado.

Mas era indiscutivelmente dentro do casamento que a esmagadora maioria das crianças eram concebidas e nasciam[146]. Elas representavam a renovação e simbolizavam a presença no tempo de uma família ou linhagem, embora só tardiamente olhadas como indivíduos. Este facto explica o critério de escolha do nome e o facto de o mesmo ser dado a outros filhos, na sequência da morte do anterior. Mas pequenos indícios de mudança se percepcionam, inicialmente nas classes mais abastadas onde a criança não é apenas o elo da cadeia, mas alguém que deveria ser poupado à doença e à morte. Torna-se perceptível o desejo de preservar a sua vida, quando antes o sentido da linhagem levava à concepção de numerosos filhos que a garantissem. Esta mudança inscreve-se numa mutação cultural. A família será cada vez mais o casal e filhos. O baptismo assinalava a entrada do recém-nascido na vida cristã, daí a urgência em o efectuar o mais cedo possível[147]. Só então recebia um nome. Caso morresse antes o pároco lançava-lhe a bênção e fazia-lhe os exorcismos, mas no registo de óbito seria identificado apenas pelo nome dos pais[148]. Existiam nomes populares, embora fosse maior a variedade quando comparada com a do período medieval: os rapazes eram João, António, Francisco, Manuel. A junção de alcunhas ou ápodos derivados de características pessoais fornecia dados suplementares de individualização, já que os nomes de família eram pouco variados. O mesmo aconte-

144 SOLE, 2001: 192, 195-197; NEVES, 2001: 114-115.

145 Eufrásia ou Heitor, para citar alguns. Como a maioria era filho de mulheres solteiras vindas de outras terras, onde se desconhecia o seu estado de gravidez, esta medida permitia mais facilmente poder saber novas do abandonado.

146 RODRIGUES, 1989: 291-300.

147 E cumprir os preceitos defendidos nas Constituições Sinodais, de acordo com as quais a cerimónia deveria ter lugar até ao oitavo dia de vida, na freguesia de nascimento.

148 «Em o mesmo dia, mês e era faleceu um filho de António da Gama, morador na Rua das Canastras. Enterrou-se em São Francisco» (ALVES, 1983: 123).

cia com as meninas, preferencialmente apelidadas Maria, Isabel, Catarina, Antónia e Ana. Aos nomes de santos coincidentes com o dia de nascimento, juntavam-se, embora com maior frequência nos centros urbanos, nomes de influência humanista, estrangeiros e de tradição literária: Alexandre, Fabião, Adriano, Jacques, Carlos, Artur ou Percival[149]. Cerca de 10% herdava o nome do pai ou da mãe, alguns dos padrinhos. No caso de sexos diferentes podiam fazer-se as necessárias adaptações[150], sendo recuperados segundos nomes[151]. Nas famílias plebeias não podemos falar de preocupação em perpetuar através do nome a linhagem, que justifica um certo arcaísmo dos nomes dos membros de grandes famílias.

A primeira infância, plena de perigos, decorria na casa dos pais ou em amas. A população urbana com posses ou com actividade profissional (artesãs, lojistas, vendedeiras) enviava os filhos para serem criados no campo. As suas probabilidades de sobrevivência dependiam muito da consciência profissional da ama, sendo certo que existia uma sobremortalidade desse grupo. Nos primeiros meses de vida a criança permanecia no berço ou na cama dos pais. Só mais tarde lhe era posto uma espécie de vestido, qualquer que fosse o sexo, mantendo-se no berço, donde só saía para trocar a fralda e comer. Alimentava-se do leite materno, da ama ou de animais, a que se juntava a partir dos dois anos a ingestão de papas, causadoras de distúrbios intestinais por vezes mortais. No século XVII vários indícios parecem denotar uma maior atenção dos pais e parentes à criança de berço, para além de prover à sua nutrição e cuidados higiénicos[152].

Aos sete anos o indivíduo tornava-se parte da comunidade e membro da família, embora só ao atingir os 12 anos, no caso das mulheres, ou os 14, no caso masculino, o fosse de direito. Diversificam-se então os seus destinos, de acordo com o sexo e origem social. As mulheres continuavam em casa incumbidas de algumas tarefas e para os rapazes era tempo de aprender um ofício, entrar no colégio ou no convento. Para os mais modestos, o ciclo de aprendizagem processava-se com a saída de casa entre os 13 e os 18 anos, o que aliviava a economia familiar. Uma vez que a maternidade ocorria

149 Numa freguesia de Lisboa encontraram-se no século XVI cerca de 30% de nomes novos, o que denota uma mudança de gosto que, no entanto, pode ter atingido primeiro as camadas urbanas (ALVES, 1983: 119-144).

150 Assim, Domingos baptiza uma filha à qual dá o nome de Domingas, o mesmo acontecendo no caso das combinações Francisco-Francisca, António-Antónia, Filipe-Filipa e outros.

151 Brás e Vicente, nascidos no Algarve em 1542, eram filhos de Maria Brás e Maria Vicente, tal como o pai de Estêvão era João Esteves e a mãe de Filipe era Catarina Filipe.

152 Esta mudança foi acompanhada por vários tratados científicos sobre a educação da criança, a dieta alimentar mais saudável, os malefícios do enfaixamento.

durante todo o período fértil da mulher existiam grandes diferenças etárias entre irmãos, o que permitia aos mais velhos desempenharem o papel de pais e irmãos. Era usual filhos mais novos acompanharem o mais velho quando este saía de casa e fundava novo casal ou segui-lo na migração[153]. Com efeito, a permanência dos jovens trabalhadores nas explorações agrícolas não ultrapassava em média dois anos. No caso dos ofícios, esse período era prorrogado por três a quatro anos[154].

4.2. *Nupcialidade e Família*

A família era a unidade na qual se realizava grande parte das funções essenciais do quotidiano: procriação, socialização, produção e consumo. Tinha origem no casamento, cerimónia pautada por estratégias diversas, com implicações no modelo de fecundidade e no volume de nascimentos. A intensidade, o calendário e os costumes nupciais eram regidos por um jogo complexo, cujo objectivo era perpetuar o património, viabilizar a unidade doméstica de produção e consumo e promover ou manter o estatuto da família no seio da comunidade[155]. À medida que avançam os séculos e se desce na escala social tornam-se mais frequentes os casamentos por amor. Nos extractos sociais elevados foi mais difícil alterar os comportamentos, dado que o casamento resultava em muitos casos da conjugação de interesses entre duas famílias, estabelecido contratualmente através do dote[156]. A data da celebração era firmada pelos pais e podia ser determinada pela necessidade de revitalizar a gestão da unidade doméstica, por doença ou morte dos ascendentes. Este facto explica as elevadas idades dos noivos à data de realização do primeiro casamento e também as altas percentagens de celibato definitivo. O grande número de filhos à espera de casar e as diferentes durações de vida dos pais actuavam como factores limitativos adicionais a novas uniões. Existiram diferenças entre norte e sul, causadas por realidades socioeconómicas diversas. A norte o casamento efectuava-se mais tarde, embora os nubentes fossem ligeiramente mais jovens no século XVII que no XVI. As famílias apresentavam também uma estrutura mais complexa, com percentagens significativas de irmãos, tios

---

153 SILVA, 1993: 223.

154 SILVA, 1993: 276.

155 LEBRUN, 1983.

156 Este aspecto era tanto mais importante quanto maior a posição económica dos interessados, uma vez que o matrimónio podia ser equivalente ao acto de transmissão do património familiar, sob a forma de terras, casas, negócios, rendas, dinheiro, alfaias e gado, ou roupas e jóias.

solteiros, sobrinhos e outros parentes e trabalhadores a coabitarem com o casal, viúvo ou viúva e filhos. Laços de parentesco encobriam formas de dependência económica. Nas aldeias, os artesãos e jornaleiros casavam mais cedo, embora as mulheres trabalhadoras o fizessem com idades superiores às filhas de lavradores, porque lhes era preciso constituir dote. Com esse objectivo muitas migravam para as cidades. Ao invés, as famílias do sul eram menores em número e complexidade interna, embora persistissem diferenças. Nas aldeias era superior o número médio de habitantes por fogo, devido à presença de assalariados e parentes, embora em menor número que a norte[157]. Mesmo nas famílias de menores rendimentos, os filhos únicos pareciam ter pouca dificuldade em casar[158]. Nas cidades as alianças matrimoniais obedeciam a lógicas específicas de grupo. Em Lisboa, por exemplo, as Taxas Brutas de Nupcialidade eram inferiores à média nacional, embora com diferenças entre bairros. Era elevada a percentagem dos que nunca casavam, acrescida em actividades pouco compatíveis com o matrimónio, como no caso dos criados, aprendizes e militares. Constrangimentos morais transformavam as zonas populares em áreas consideradas «dissolutas», onde alguns coabitavam sem laços formalmente instituídos. Por vezes, a decisão de migrar prendia-se com o desejo de manter relações consideradas irregulares. A coabitação de facto não era invulgar, conforme provam os registos de uniões efectuadas à hora da morte de um dos membros do casal.

O estado civil e a origem dos nubentes estão relativamente tipificados em Portugal. Mais de 80% pertencem à paróquia onde casam e são solteiros. A maioria fá-lo com alguém que conhece desde sempre, embora os homens venham com maior frequência de outras paróquias e de localidades mais distantes, alguns mesmo de fora do país. Desconhece-se a percentagem dos que ficam na paróquia e dos que regressam às freguesias de origem, uma vez casados.

Origem dos nubentes

	Da Paróquia		**De Fora da Paróquia**	
	Homens	**Mulheres**	**Homens**	**Mulheres**
Calvão (1670-1729)	66	95	34	5
Meadela (1593-1850)	64	70	37	20
Ericeira (1670-1719)	73	88	27	12

Fonte: FAUSTINO, 1998:99; SOLE, 2001: 135; REIS, 2003: 38.

157 RODRIGUES e REIS, 1989: 291-308.
158 PEREIRA e ALVES, 1990: 35.

Estado civil anterior

	Homens		Mulheres	
	Solteiros	Viúvos	Solteiras	Viúvas
Calvão (1670-1729)	172 (86%)	28 (14%)	198 (99%)	2 (1%)
Meadela (1650-1699)	106 (81%)	25 (19%)	127 (97%)	4 (3%)0
Ericeira (1670-1719)	328 (86%)	55 (14%)	362 (95%)	21 (6%)

Fonte: FAUSTINO, 1998: 105, SOLE, 2001: 121; REIS, 2003: 32.

Vicente Serrão[159] defende o princípio da imutabilidade destes comportamentos, para concluir que os homens casavam mais tarde, com menos diferenças regionais, enquanto as mulheres o faziam mais cedo, sobretudo no sul e com diferenças regionais significativas. Os níveis de nupcialidade eram inferiores em ambos os sexos a sul, embora a norte existissem maiores percentagens de celibato definitivo[160]. A idade ao primeiro casamento manifesta uma notável estabilidade, com médias de 23 a 26 anos para as mulheres e 26 a 28 para os homens. No Minho e em Trás-os-Montes esta chegou a atingir 30 anos no caso masculino e 26 no feminino. Mulheres e homens do Ribatejo casavam em média 3 a 4 anos antes. Ainda mais cedo no Alentejo e Algarve. Estas diferenças influenciam, como vimos, o modelo de fecundidade dos casais e, por essa via, a dinâmica populacional da região[161]. Nas cidades observavam-se diferenças por bairro[162].

Idade Média ao Primeiro Casamento

		Homens	Mulheres
Minho	Guimarães Urbano (1590-1769)	25,1	24,6
	Guimarães Rural (1590-1769)	26,5	26,7
	Meadela (Viana) (1600-1649)	26,2	28,9
	Meadela (Viana) (1650-1699)	28,8	27,5
Trás-os-Montes	Rebordãos (1610-1700)	24,3	22,4
	Cardanha (1601-1700)	29,3	26,9
	Poiares (1650-1700)	26,8	25,4
Estremadura	Ericeira (1670-1719)	28,4	26,0
Algarve	Moncarapacho (1545)	27,3	21,1

Fonte: ROWLAND, 1989: 90-91; AMORIM, 1987: 104, REIS, 2003: 26.

159 SERRÃO, 1993: 58-60.

160 Neste caso 36 e 8,3% dos homens e 45 a 15% das mulheres em Calvão e Meadela, respectivamente (SOLE, 2001: 147; FAUSTINO, 1998: 112). A sul, na Ericeira, esses valores eram de 9,7 e 10,1%, respectivamente para homens e mulheres (REIS, 2003: 35).

161 ROWLAND, 1984: 13-15.

162 RODRIGUES, 1997

Embora cerca de um quarto dos nubentes tivesse a mesma idade, as desigualdades etárias entre cônjuges oriundos de extractos socioeconómicos diversos podiam ser acentuadas[163]. Os homens mais abastados casavam com mulheres mais novas, mas nas famílias de artesãos e assalariados era maior o equilíbrio etário entre os dois elementos. As formas e o tipo de alianças matrimoniais eram diferentes no campo e na cidade. No primeiro era menor a percentagem de casamentos efectuados com gente estranha à paróquia, embora acrescida nos grupos abastados. Era sempre o noivo que casava fora, na paróquia de residência ou naturalidade da noiva, indo o futuro casal residir na terra do primeiro. A vida nas sociedades aldeãs organizava-se em torno do casal, pelo que continuou pouco significativo o número de homens e mulheres a viverem sós.

A morte desempenhava um papel importante na formação e destruição do casal. O número de casamentos aumentava após um período de crise, devido a segundos matrimónios e à oportunidade de apressar um acto que só poderia realizar-se quando assegurada a autonomia financeira. Mas raras vezes significava uma união longa, dada a mortalidade feminina intensa devido ao parto, à qual sucedia o decréscimo das probabilidades de sobrevivência masculinas. É possível que nas zonas rurais a duração dos casamentos fosse superior. Nestes séculos é estimada em 25 anos em Calvão e Meadela, 27 em Poiares, 32 no Pico, mas não sabemos qual o grau de significância que podemos atribuir a estes valores[164]. Na Ericeira, zona com actividades de maior risco (piscatórias) as alianças duravam um pouco menos e 67% dos casais não completava 15 anos de vida em comum[165]. O resultado reflectia-se na percentagem de fogos encabeçados por viúvas que, a atender ao número de filhos de menor idade, seriam ainda jovens. Um novo casamento nem sempre era possível, sobretudo quando se era pobre, pelo que o retorno à casa paterna ou de irmãos era a solução. Mas tendencialmente os viúvos procuravam manter a independência. Um quinto dos homens viúvos arrolados vivia sozinho, os restantes com filhos ou parentes próximos. As mulheres eram mais independentes e só quando debilitadas deixavam as suas casas[166].

Os segundos casamentos eram pouco significativos, a julgar pelo número de viúvos e sobretudo viúvas que encontramos nas listagens de população. Maior esperança de vida feminina e menor facilidade em encon-

163 SOLE, 2001: 119 e 206; FAUSTINO, 1998.

164 Aplicam-se a grupos estáveis, que foi possível reconstituir para períodos variáveis, que incluem o século XVIII. Cerca de 6% durava menos de 6 anos, 13% menos de 10, 26% menos de 15 anos em Viana do Castelo (SOLE, 2001: 177).

165 Em média 23,9 anos, 10% menos de 5 anos, 23% menos de 1.º e 34% menos de 15 (REIS, 2003: 62).

166 SILVA, 1993: 410.

trar novo par explicam a percentagem de viúvas que, mesmo novas e sobretudo se possuem filhos, nunca voltavam a casar. Mesmo porque até os viúvos preferem mulheres solteiras[167].

A análise das disposições testamentárias constitui um campo privilegiado para a percepção dos mecanismos de transmissão do património e organização da vida conjugal. À preocupação com a alma juntava-se o cuidado com os familiares e amigos. Mas o que verdadeiramente importava, a casa, o gado e o campo, era deixado aos familiares próximos, ao cônjuge ou ao filho primogénito. Na sua falta, ao genro. A salvaguarda do dote para as filhas solteiras era outra das prioridades testamentárias, reflectindo a importância dada ao matrimónio no ciclo de vida. As uniões cessavam em épocas de crise e no campo nos períodos de maior actividade[168]. Ao invés, crescia a sua intensidade nos meses que antecediam ou sucediam a períodos de interdição religiosa, como a Páscoa e o Advento. Escolhiam-se de preferência os meses de Abril, Maio e Novembro. Este último aliava o facto de anteceder um período interdito, com o de ser uma época de parca labuta agrícola. Nos centros urbanos a sazonalidade era apenas condicionada pelos entraves religiosos e, portanto, menos ritmada. No século XVI as cerimónias realizavam-se sobretudo ao domingo e à 2.ª e 5.ª feira, embora pudesse ser localmente influenciado pela realização de mercados e feiras em determinados dias da semana ou do mês.

Profundamente hierárquica, a família do passado assentava na desigualdade entre os membros, sustentava-a e reproduzia-a. Esta imagem está retratada na forma como os párocos preenchem os róis de desobriga pascal. Primeiro o nome do homem, cabeça de casal, depois a mulher, os filhos, primeiro os do sexo masculino, por ordem decrescente de idade. Seguem-se os familiares do chefe de família, depois os da mulher, os parentes afastados (afilhados, primos), outros residentes, criados de casa e de fora, por importância de funções. Por último, os escravos e escravas. A dimensão e complexidade dos agregados estavam directamente relacionadas com a actividade económica e o rendimento. Investigações no âmbito da história da família têm vindo a destruir a teoria sobre o predomínio de uma família complexa alargada. De facto, sempre que foi possível reconstruir a estrutura da família portuguesa do passado verificámos que os núcleos familiares simples (casais com ou sem filhos e homens ou mulheres viúvas ou solteiras com filhos) representam 40 a 50% do total. Seguem-se os núcleos com uma base idêntica, mas alargada pela presença de outros parentes, serviçais ou aprendizes, que correspondem a outros 30%. Nos demais agregados encontram-se os isolados, então como hoje maioritariamente femininos, ou

167 Resultados consensuais para todo o Minho e Trás-os-Montes (NEVES, 2001: 124 e ss.).
168 SOLE, 2001: 92 e ss.; FAUSTINO, 1998: 228.

coabitam indivíduos sem laços aparentes de parentesco. A maioria das famílias possui entre três a cinco membros[169]. Os róis de confessados da freguesia rural algarvia de Moncarapacho, datados de 1541 a 1546[170], confirmam que cerca de 74% dos agregados eram constituídos por famílias simples, 9% por famílias alargadas, 13% por isolados, sendo menos de 4% agregados não conjugais e apenas 0,4% constituídos por famílias múltiplas. As dimensões médias ficavam-se pelos quatro residentes e permanecem constantes ao longo do quinquénio, oscilando de um a 12 elementos[171]. Mais de 75% da população residia com outras duas a cinco pessoas, o que seria o agregado tipo neste período. Segundo Mols, até final do século XVI o número médio de residentes urbanos por fogo na Europa situava-se em cinco, tendo baixado para quatro durante os séculos XVII e XVIII[172]. Resultados idênticos se verificam em Lisboa, embora alguns afirmem existir diferenças entre cidade e campo no que respeita a este indicador. Na capital, a moda era de cinco indivíduos por fogo em 1551, descendo a quatro em 1620 e voltando a subir a cinco em 1755. Ao longo do período reduz-se a representatividade dos escalões com mais de seis residentes por fogo. Em 1630 eram menos de 14% em Santiago, cinquenta anos depois, 15%.

Habitantes por fogo e estimativa de população menor de sete anos
Moncarapacho – 1542

Fogos	Maiores 7 anos	%	Menores 7 anos	Arrolados	Total Estimado	%
52	1	3	5	52	57	2,80
145	2	17	40	290	330	16,19
117	3	20	55	351	406	19,92
84	4	19	60	336	396	19,43
45	5	13	50	225	275	13,49
29	6	10	35	174	209	10,26
15	7	6	25	105	130	6,38
15	8	7	20	120	140	6,87
7	9	4	15	63	78	3,83
1	10	1	7	10	17	0,83
510		100	311	1726	2038	100,00

Fonte: RODRIGUES, 1985: 85.

169 É possível estabelecer uma relação positiva entre fogos de menores dimensões e menores níveis de rendimento. Compreendem indivíduos idosos, famílias de trabalhadores não especializados, etc.

170 IAN/TT, Registos Paroquiais, Faro – Concelho Olhão, Moncarapacho (Freguesia da Graça), Mistos 1, fls.94 e ss.

171 Na realidade apenas um fogo atinge os 10 elementos, mas faltam dados sobre os menores de sete anos. Partindo do princípio de que a presença de crianças seria inevitável na esmagadora maioria destes agregados e que neste período o seu peso percentual se situaria em 18%, embora divergisse consoante o tipo de agregado aplicamos um coeficiente aos diferentes tipos de agregado.

172 MOLS, 1955: II, 121.

Esta questão reacende a procura de um coeficiente plausível para estimar o total de habitantes a partir dos fogos. Em 1789 Soares de Barros adiantava para esse efeito um coeficiente médio de cinco; Adrien Balbi em 1822 estabelecia-o abaixo desse valor; Rebello da Silva em 1868 sublinhava as diferenças entre regiões, de quatro a seis residentes em média[173]; Alves Dias estabelece limites de 4,3 a 4,8. Tratam-se porém de que nada avançam sobre a estrutura interna dos fogos, a qual variava inevitavelmente com o tipo de actividades dos seus membros. Na cidade o grupo dos isolados era mais significativo e a coabitação com parentes menos frequente, sendo quase nula a homogamia geográfica, tanto menor quanto maior a intensidade dos movimentos migratórios. Em Lisboa cerca de três quartos dos fogos eram habitados por menos de cinco pessoas, sendo nítido o predomínio das casas com apenas duas ou três almas, na realidade casais com ou sem filhos. Os fogos complexos e extensos localizavam-se no centro da cidade, correspondendo a casas nobres, estalagens e hospedarias. A coabitação de mais de um casal era rara, mas não o viver isolado ou com parentes e criados. Perto de um quinto dos fogos era chefiado por viúvos (80% dos quais do sexo feminino), maioritariamente vivendo sós, embora também com parentes (filhos, mães, irmãos, sobrinhos...) ou servidores, que, segundo mandava o costume, teriam de ser criadas velhas, no caso de cuidarem de um homem só. Mais de metade dos agregados eram famílias nucleares, compostas por casais com ou sem filhos e viúvos ou solteiros com filhos. Em 6% dos fogos residiam indivíduos com pais velhos ou irmãos solteiros. Os restantes núcleos reflectiam na sua composição afinidades de tipo profissional. Com as famílias nucleares vivia cerca de um quinto da população urbana, sobretudo feminina, num sistema de semi-intimidade[174]. D. Francisco Manuel de Melo conta a história de um fidalgo que ensinara os seus criados a responderem da seguinte forma, caso fossem inquiridos sobre o seu senhor: «Eu e mais três pajens, quatro lacaios, dois cocheiros, cinco acrescentados, um capelão, um mordomo, um secretário, duas donas, cinco aias, quatro negras [...] somos do Senhor D. Fulano, que é chegado a esta corte»[175]. A família reduzida era mais comum nos grupos da jorna e das artes, bem como em geral nos extractos sociais desfavorecidos. A complexidade dos núcleos reproduzia os índices de riqueza e prestígio, neste grupo se incluindo as casas nobres, as dos oficiais, lavradores, comerciantes e burgueses. Em alguns

173 Apontava para quatro habitantes por fogo em Trás os Montes, Alta Estremadura, Alentejo e Algarve; para cinco em Lisboa, Vale do Tejo até Santarém e Entre Douro e Minho; para seis no Porto e regiões próximas (DIAS, 1996: 59).

174 Criados, aprendizes, moços de recados (RODRIGUES, 1990: 50-53).

175 CASTELO BRANCO, 1990: 153.

casos existiam relações profissionais e comerciais subjacentes, como acontecia com os aprendizes e caixeiros que, enquanto jovens, quase sempre se albergavam na casa do patrão. A permanência dos filhos solteiros em casa dependia das actividades desempenhadas pelos membros do agregado e respectivo nível de vida.

Aumentou nestes séculos a importância do trabalho escravo e do sector feminino de mão-de-obra, à medida que o grupo doméstico tendeu a coincidir com a unidade de produção. A falta de empregados foi em muitos casos compensada pela inclusão de parentes mais pobres (sobrinhos e afilhados), sendo eles que explicam as mudanças da estrutura interna dos agregados, já que constituíam um grupo de intensa mobilidade. Os domésticos podiam representar percentagens variáveis em cada núcleo, sendo maioritariamente jovens e solteiros.

O número médio de habitantes por fogo e as indicações fornecidas nos róis de desobriga pascal constituem indicadores preciosos também sobre as formas de vida familiar, dividida entre espaços privado e público, sendo no primeiro caso regulada pelo número de residentes e os laços existentes entre eles. De acordo com este princípio poderíamos dizer que os mais abastados não possuíam uma noção tão apurada sobre o sentido da família restrita como a que observada nos grupos menos favorecidos, embora na base da pirâmide social pudéssemos encontrar fogos sem estrutura familiar clássica: muitos trabalhadores, alguns estrangeiros, viviam juntos, várias famílias e múltiplas gerações partilhavam o mesmo tecto. Só será possível evitar afirmações genéricas sobre os comportamentos familiares quando se realizarem estudos intensivos à escala local, embora os já efectuados permitam ver por baixo da capa aparente de homogeneidade de condutas a diversidade de situações entre campo e cidade e, nesta última, alguns casos particulares[176]. Nas esferas da população trabalhadora, cada novo casal formava um lar apenas quando era possível garantir autonomia financeira. Mesmo quando o grupo familiar crescia pela co-residência de alguém, raramente existiam vínculos económicos entre os habitantes da mesma casa. A mobilidade era intensa e ditada por interesses económicos.

Nos fogos sem criados, as variações na dimensão decorriam do processo de nascimento, criação e emancipação dos filhos, idêntico ao ciclo de vida actual[177]. Entre as razões que justificavam a saída de casa dos descendentes contavam-se a procura de trabalho e o casamento. Situações de crise familiar, o novo casamento de um progenitor ou o início de uma car-

---

176 SILVA, 1993: 273.
177 POUSSOU, 1997: I, 282.

reira eclesiástica, militar ou outra, explicam certas ausências. Na prática, os fogos começavam a esvaziar-se em média 14 anos após o casamento, mas alguns dos filhos podiam regressar temporária (quando solteiros, até casar) ou definitivamente (já viúvos, com ou sem filhos). A família conjugal era acrescida pela presença de outros indivíduos, que a ela podiam ou não estar ligados por laços de parentesco, mas que partilhavam o mesmo tecto, dormiam, viviam, trabalhavam e comiam juntos. No entanto, o grupo residencial só a título extraordinário integrava mais de uma família nuclear. A complexidade interna, a existir, provinha maioritariamente da presença de estranhos[178], embora alguns fossem parentes afastados. As casas de familiares serviam para livrar outros das dificuldades que a morte quotidiana causava, sendo na sua maioria temporários, já que a desafogo económico e a dimensão da casa mais não permitiam. O parentesco era uma via de solidariedade[179]. Nos núcleos urbanos existiam agregados compostos por indivíduos aparentados entre si ou ligados por actividades laborais semelhantes, embora constituíssem uma minoria, concentrada em bairros de cariz popular[180]. Esses indivíduos eram maioritariamente solteiros e do sexo masculino[181].

Estrutura Interna dos Agregados em Lisboa (Santiago) no século XVII

	1630		1680	
	N.º	**%**	**N.º**	**%**
Isolados	27	21,8	22	22,4
Agregado não conjugal	6	4,9	25	25,8
Agregado familiar simples	67	54,0	39	40,3
Agregado familiar alargado	13	10,4	2	2,1
Agregado familiar múltiplo	1	0,8	0	0,0
Estrutura indeterminada	10	8,0	9	9,3
	124	100,0	97	100,0

Fonte: RODRIGUES, 1985:88.

178 Sobretudo moços, criados e escravos.

179 Existiam mecanismos de apoio à doença e morte que transcendiam o nível estritamente familiar, com destaque para o trabalho das Misericórdias, das Irmandades e Confrarias e sobretudo dos processos informais de auxílio entre vizinhos e proprietários locais abastados. Este facto tornava possível a sobrevivência de núcleos familiares autónomos, mesmo quando o não eram a nível económico (SILVA, 1993: 275-277).

180 Bairros de Alfama e Mouraria, no caso de Lisboa.

181 Entre os aguadeiros essa prática era comum. Os róis de confessados de Santiago (Lisboa) dão informações adicionais nesta matéria (RODRIGUES, 1985: 79-105 e RODRIGUES, 1991).

Entre finais da Idade Média e o século XVII efectuou-se a passagem para a intimidade familiar de actos outrora públicos[182]. A família, no seu sentido mais restrito, passou a concentrar as manifestações da vida privada, embora esse processo se estendesse bem para além das fronteiras cronológicas aqui consideradas. À medida que ela deixa de ser basicamente uma unidade económica, afasta-se do espaço público e torna-se local onde se desenrolam as relações íntimas entre o casal e os filhos, e onde as crianças assumem um lugar de progressivo destaque, como a pintura retrata. Viver em família pressupunha a partilha entre representações públicas e intimidade, entre tempos e espaços, funções e práticas. Nela imperava a disciplina ditada pelo chefe do fogo. Profundamente hierárquica, a família assentava na desigualdade, sustentava-a e reproduzia-a[183]. Ao casar, a mulher deixava de ser *filha de* e passava a ser identificada como *mulher de*, mais tarde *viúva de*[184]. Embora surja na documentação oficial, nomeadamente na respeitante à gestão do património[185]. O numeramento de 1527-1532 permitiu contabilizar as mulheres que encabeçavam fogos, viúvas e solteiras *que vivem per sy*. No início do século XVI um quinto dos fogos portugueses era chefiado por mulheres, 80% das quais viúvas. Era maior o seu peso em núcleos urbanos, onde eram economicamente independentes. Nas aldeias poucas viviam sós, sobretudo as solteiras[186].

Cabeças de Fogo segundo Estado Matrimonial

	Casados	Viúvos	Viúvas	Solteiros*	Solteiras*
Olhão-Moncarapacho, 1542	72,9	3,1	17,3	3,9	2,6
Lisboa – Santiago, 1630	61,4	6,4	16,0	12,6	6,7
Lisboa – Santiago, 1680	46,2	7,7	17,6	22,0	6,6

Fonte: DIAS, 1996: 66; RODRIGUES, 1985: 86. *A grande maioria eclesiásticos.

À medida que a família adquire um perfil mais privado e nuclear verifica-se, em certos extractos uma redistribuição dos papéis, que tendeu a restringir o feminino à gerência do espaço interior. A vida da mulher casada era tida como um acréscimo de deveres[187]. A educação das meninas nobres

182 CASTAN, 1990: 45.

183 AYMARD, 1990: 463.

184 Por norma não adquiria o nome do cônjuge, como se infere dos assentos de casamento (ALVES, 1983: 133).

185 A lei estabelecia a obrigatoriedade do seu consentimento para a maioria dos actos oficiais: assinatura de contratos de compra e venda, emprazamentos, testamentos e outros. Estudos recentes permitiram outras ilações sobre o grau de emancipação económica feminina.

186 DIAS, 1988: 113-116.

187 CASTAN, 1990: 63.

cultivava os princípios da resignação e da submissão ao pai ou ao irmão mais velho e mais tarde ao marido e até ao filho varão. Existia, à face da lei e dos costumes, o pressuposto de uma subordinação da mulher e dos filhos perante o homem, que na prática detinha autoridade plena, consolidada durante o século XVI. Embora em termos legais a autoridade pertencesse ao homem, ao bom funcionamento do agregado era indispensável a divisão de tarefas[188]. Ao primeiro competia desempenhar as tarefas profissionais e administrar o dinheiro; à mulher, a ordem doméstica.

Mas a realidade era matizada. Basta lembrar o papel desempenhado pelas regentes e rainhas mães, o poder feminino escondido no quotidiano da corte, o montante dos negócios e a prosperidade evidente de certas lojas, à frente das quais se encontravam mulheres. O mesmo sucedia na base da pirâmide social. Ela geria os bens existentes na casa, educava os filhos de tenra idade e as filhas até casarem, cuidava das roupas e providenciava a alimentação. A mulher popular desempenhava ainda actividades profissionais, que incluíam atender os clientes na loja ou fiar para o marido tecelão, mas só nos centros urbanos adquiria autonomia efectiva, como vendedeira de peixe, castanhas, doces e outros produtos, como lavadeiras, leiteiras, donas de hospedarias e estalagens, assalariadas. O lavadouro, a fonte, o moinho, o forno eram locais colectivos femininos, tal como o eram as tabernas, os cafés e as praças públicas para os homens. A vida e o trabalho doméstico efectuavam-se no exterior ou à soleira da porta. Nesse espaço se exercia o controle comunitário. As denúncias apresentadas ao Santo Ofício pelos vizinhos dão uma ideia aproximada do poder da colectividade e o quanto público e privado se confundiam ainda.

5. Mortalidade e condições gerais de saúde

5.1. Doença e Morte

A presença da doença e da morte nos séculos XVI e XVII era constante, sendo vivida com os condicionalismos herdados da época medieval, pese embora ligeiros progressos teóricos e científicos. Esta estreita relação era mais palpável nas pequenas comunidades aldeãs e banalizava-se nos locais de maior densidade habitacional. A sua inevitabilidade era acrescida quando se descia na escala social, sobretudo quanto mais selectiva se mostrava a variável no que concerne as grandes causas de morte[189]. As doen-

188 Que podiam ou não ser um casal, como acontecia com mãe e filho, pai e filha ou dois irmãos.
189 LEMOS, 1991.

ças materializavam-se através de um conjunto de queixas ou sintomas, com base na qual adquiriam um nome distinto da linguagem técnica usada a partir do século XVIII. A designação reportava-se a uma entidade conhecida, com características próprias que a definiam, lhe traçavam a origem e evolução[190]. As doenças que mais afligiam as populações eram as infecciosas, porque mais espectaculares. As pestes *de que Deus nos livre*, como ao tempo se designavam, eram consideradas experiências terríficas, com ligações mágico-religiosas, e entendidas como punição no imaginário colectivo.

Na realidade, feita fenómeno quotidiano, a doença era condicionada por uma quantidade de factores ambientais, de higiene e alimentação, num ecossistema próprio. A sua morbilidade e letalidade dependiam do meio, sendo essa ligação tanto mais estreita quanto se recue no tempo. As populações viam-se cronicamente afectadas por carências nutricionais, acrescendo nas urbes as desvantagens do sobrepovoamento, escassez ou insalubridade das águas, insuficiências sanitárias; nos campos devido à proximidade de pantanais e à coabitação com animais. Estes aspectos compunham um enquadramento ecológico que potenciava a doença. Diferentes condições de vida originam diferentes perfis sanitários. Assim, os extractos sociais mais desfavorecidos eram afectados com gravidade acrescida por enfermidades infecto-contagiosas, sobretudo gastrenterologias, mas também males respiratórios. As desigualdades acentuavam-se no acesso aos cuidados de saúde. Os abastados eram assistidos em casa ou em instituições próprias, os demais eram forçados a recorrer a hospitais ou instituições de pendor caritativo, onde escasseavam as condições técnicas e humanas[191]. O diagnóstico era feito a partir do reconhecimento de sinais ou sintomas, com a ajuda de exames rudimentares como a inspecção e palpação do corpo, a percussão torácica e abdominal. As terapêuticas usadas neste período mantiveram-se no essencial as medievais: sangrar, purgar e fazer clisteres, com o objectivo de evacuar e purificar os humores[192].

No início da Época Moderna existiam ainda instituições para recolher leprosos, embora encerradas à medida que a doença regrediu. Um novo mal foi a sífilis, que se expande na sequência das viagens de descobrimento, sobretudo após a chegada de Colombo às Américas. A sua patologia originou múltiplas obras médicas, de que o melhor exemplo é o *Trac-*

---

190 O que em linguagem médica se designa por etiologia e fisiopatologia.

191 MOREIRA e VEIGA, 2005: 145-169.

192 Lembrem-se, no entanto, os usuais constrangimentos a que o médico era sujeito no que respeitava à observação do corpo feminino; ou a necessidade de testemunhas durante a observação de um gentio por um médico judeu (VEIGA, 1997: 121-135).

tado contra o mal serpentino, redigido por Ruy Diaz d'Ysla quando teve a seu cargo a enfermaria de doenças contagiosas do Hospital Real de Todos-os-Santos[193]. A sífilis era na época uma doença que facilmente se espalhava, por via das prostitutas que acompanhavam as deslocações dos exércitos e os marinheiros. A malária foi outra enfermidade que em Portugal, como em todo o Sul da Europa, assumiu grande importância, sendo diversamente descrita e sujeita a múltiplas denominações, designadamente febre terçã e maligna. Era um mal próprio de zonas pantanosas[194] ou muito irrigadas, como os vales do Mondego e do Sado[195]. Ignora-se a incidência das doenças cardíacas, cancro ou diabetes, sabendo-se porém que existiam. É possível que muitas delas tivessem efeitos gravosos, se atendermos ao regime dietético, nomeadamente ao teor de hidratos de carbono, de gorduras ou de sal. As doenças infecciosas eram, pela falta de antibióticos que só aparecerão nos anos 40 do século XX, a principal causa de morbilidade e mortalidade.

Os livros de óbito só esporadicamente mencionam a causa de morte, mas alguns párocos mais meticulosos decidiram incluir esse dado, o que permite assinalar os grandes grupos de doenças mortíferas, onde a tísica, a maligna, as apoplexias e as febres indiscriminadas ocupam lugares cimeiros. Outras causas comuns eram as febres tifóides, as moléstias de peito e as inflamações agudas de órgãos. Os mais idosos (com 50 ou mais anos) eram vítimas de hidropisia, apoplexia, cancro, gangrena e inflamações. Nas crianças contavam-se como factores de maior letalidade as febres, o sarampo, as complicações na fase da dentição e as lombrigas, seguindo-se todo um conjunto de doenças maioritariamente contagiosas: escarlatina, também conhecida por febre vermelha, tosse convulsa, desinterias e diarreias. No princípio e no fim da vida as doenças mortais encontravam-se muito ligadas a complicações nos aparelhos nervoso e respiratório.

Ao terminar Quatrocentos estavam firmadas as bases da assistência pública, em moldes que irão vigorar durante a Idade Moderna. No entanto, continuaram a existir outras instituições de prestação de cuidados de saúde de origem medieval, que persistiram para além de Setecentos, como as gafarias e os hospícios. Por iniciativa de Dom João II e Dona Leonor foram

193 Nela reconhece a transmissão da doença por via sexual e descreve as formas clínicas que podia assumir. Este médico fá-lo com tal exactidão e espírito analítico que pode ombrear com Duarte Pacheco Pereira, em relação ao cuidado com que foram observados e descritos os fenómenos.

194 Daí a etimologia da palavra significando «mau ar».

195 De onde a malária, ou paludismo termo pelo qual também era conhecida, só será definitivamente erradicada em meados do século XX.

criados o Hospital Real de Todos-os-Santos, o das Caldas e as Misericórdias. Os dois últimos reflectem uma nova mentalidade e assinalam a intervenção do Estado no campo da assistência pública, que irá consolidar-se nos séculos imediatos. O Hospital Real de Todos-os-Santos foi o primeiro grande hospital português. Sucede a um sem-número de instituições privadas de acolhimento e assistência, na sua maioria ligados a ordens religiosas, que assistiam mendigos, vagabundos, peregrinos e doentes. O poder central mantinha-se arredado desta matéria, excepto pela concessão de auxílios. A fundação do Hospital permitiu ao Estado iniciar a apropriação do poder assistencial. A construção do Hospital, iniciada em 1492, foi inspirada no modelo dos hospitais que o humanismo italiano permitira erguer em Milão, Roma, Florença e Siena. Por sua vez, ele será o modelo para instituições similares que nos séculos XVI e XVII serão construídas em Portugal[196]. Nos primeiros anos de funcionamento a lotação completa das enfermarias era de 98 doentes acamados, quantitativo que no início do século XVII ascendia a 600 e continuou a aumentar. Passavam pelas suas instalações milhares de indivíduos por ano, que na maioria sobrevivia[197]. O Hospital irá manter-se até 1770 como a estrutura básica da assistência hospitalar em Lisboa e termo, embora submetido a trabalhos de restauro e ampliação de instalações, dado o crescente afluxo de doentes de localidades cada vez mais distantes e o aumento do número de residentes na capital. O Hospital das Caldas é outro exemplo de hospital moderno. Fundado em 1485 pela Rainha Dona Leonor recupera a crença nas qualidades terapêuticas da água e dos banhos.

À acção da mesma rainha ficou a dever-se a instituição em 1498 da Confraria da Misericórdia de Lisboa, a primeira fundada no Reino. As Misericórdias tinham como objectivo promover o cumprimento de determinadas obras do foro espiritual e social[198]. No ano seguinte à fundação da Misericórdia de Lisboa foram criadas instituições semelhantes no Porto e em Évora, em 1500 em Coimbra e em 1502 em Santarém. No final do primeiro quartel de Quinhentos ascendiam a 60 as Misericórdias. Alarga-se o seu

196 Como no caso do Hospital do Espírito Santo em Évora, do Hospital de Jesus Cristo em Santarém, bem como aos do Porto e Coimbra.

197 Dos registos conservados até hoje consta o movimento de pacientes entre Novembro de 1616 e Novembro de 1617. Durante esse ano deram entrada no Hospital 3026 doentes, 2151 tiveram alta e 620 faleceram, ficando a população hospitalar limitada a 255.

198 Como as de ensinar os simples, aconselhar os necessitados e rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos. Inclui visitas aos presos, alimentar e vestir os pobres, cuidar dos doentes. Os confrades das Misericórdias obrigavam-se a assistir os enfermos no seu domicílio, fornecendo-lhes medicamentos necessários a título gratuito.

papel assistencial, sendo-lhe entregue a administração dos principais hospitais. No ano de 1564, o Hospital Real de Todos-os-Santos passou para as mãos da Misericórdia de Lisboa, o de Santarém três anos depois, tal como os do Porto, Évora e outros.

Existiam ainda hospitais provisórios, abertos por ocasião do deflagrar de surtos de maior virulência. D. Manuel I criou em 1520 a Casa de Saúde, destinada a recolher e curar os pestíferos da capital. «A casa obedecia a rigorosas condições de localização e limpeza: a primeira seria ter sempre água em abundância para lavagem de doentes e roupas; depois situar-se em zona isolável, mas o mais próximo possível da cidade e perto de um cemitério (no caso o de S. Roque); finalmente dispor-se em campo aberto, para os convalescentes poderem andar ao ar livre, já que nenhua Cousa aproveitam tanto como a largura, muito ar, e muita limpeza». A casa era reactivada sempre que na cidade se detectavam casos pestíferos. Outras instituições havia que, seguiam as características das anteriores. Todas sempre insuficientes[199].

Doença e a morte constituíam pontos altos da sociabilidade. Para além das percepções com que o homem do passado as encara, elas possuem características que se mantêm inalteráveis nestes séculos, de acordo com um modelo há muito estabelecido. É necessário distinguir a mortalidade normal da mortalidade catastrófica, cuja regularidade é reconhecida, mas que, não obstante, se inscreve na esfera do extraordinário. Em termos de vida quotidiana, as populações reconheciam que a morte atacava indiscriminadamente. A qualidade dos atingidos condicionava a percepção colectiva sobre determinada ocorrência. Essa percepção também aumentava com a concentração populacional. E daí a ideia que as cidades modernas eram os grandes cemitérios da Europa. O alerta era constante, mas enorme o peso dos hábitos mesmo quando punham em perigo a vida. Veja-se a dificuldade com que os responsáveis locais conseguiam vencer a resistência das populações em cumprir certas medidas preventivas[200]. Dificuldade acrescida quando se tentaram implementar medidas higiénicas básicas, como a proibição de efectuar os despejos nas ruas ou afastar os animais das habitações. Muitas só eram aceites em períodos extraordinários e sob coacção[201].

---

199 RODRIGUES, 1986: 101-133.

200 Lembremo-nos, por exemplo, da polémica que sempre rodeava o cumprimento de quarentenas, a desinfecção de roupas e bens, o isolamento de indivíduos portadores de doenças suspeitas.

201 CRESPO, 1990: 193.

Nos séculos XVI e XVII os níveis da mortalidade dita normal eram elevados, de 30 a 40‰. A esperança média de vida à nascença era baixa, oscilando entre os 25 e os 38 anos, com uma ligeira vantagem feminina. Mas estes valores escondem uma enorme variedade de situações e relembram a questão da desigualdade face à morte, sempre presente. Inúmeros condicionantes podiam interferir e alterar pontualmente estes níveis. As diferenças de vida no campo e na cidade, a maior actividade laboral da mulher em certas zonas, diferentes percentagens de jovens, adultos ou idosos, conjunturas politicamente instáveis.

O homem contribuía para a manutenção dos altos níveis da variável de acordo com a sua idade e sexo. A mortalidade infantil era muito elevada, ceifando cerca de um terço dos nascidos antes de completarem um ano de vida. Uma vez ultrapassada a fase crítica dos primeiros meses, os níveis mantinham-se altos pelo que apenas metade das crianças completava sete anos. Depois a probabilidade de morte diminuía, atingindo valores mínimos entre as idades 10 e 15. No sexo feminino a mortalidade subia nas idades adultas jovens, devido às complicações durante a gravidez e parto. Na eventual existência de conflitos bélicos eram os homens nas idades correspondentes as principais vítimas. De qualquer modo, os elementos masculinos evidenciavam a partir dos 40 anos uma sobremortalidade constante, aumentando a partir dessa idade as diferenças de género. A probabilidade de morte subia exponencialmente para todos após os 50[202]. Com efeito, a morte quotidiana era regida por vários factores, onde se destacam os de carácter endógeno e exógeno, com ritmos sazonais específicos. As desigualdades face à morte existiam sobretudo nas idades adultas, uma vez que não foram alterados os níveis da mortalidade nos grupos mais jovens e idosos. A condição socioeconómica e o local de residência proporcionavam distintas probabilidades de sobrevivência. Nas cidades morria-se mais e mais cedo, mas era aí maior a diversidade de situações. Nos bairros com condições sanitárias e de salubridade superior residiam os grupos abastados, com melhor resistência física, devida a uma dieta mais rica. Essas zonas dispunham de condições para isolar e tratar eventuais doentes contagiosos. Os seus habitantes tinham maiores probabilidades de escapar à doença, porque dispunham de meios e locais de residência alternativa[203]. No mundo rural as diferenças sociais eram mais imperceptíveis e maior a dependência do homem face às alterações climatéricas,

---

202 RODRIGUES, 2004: 11-29.

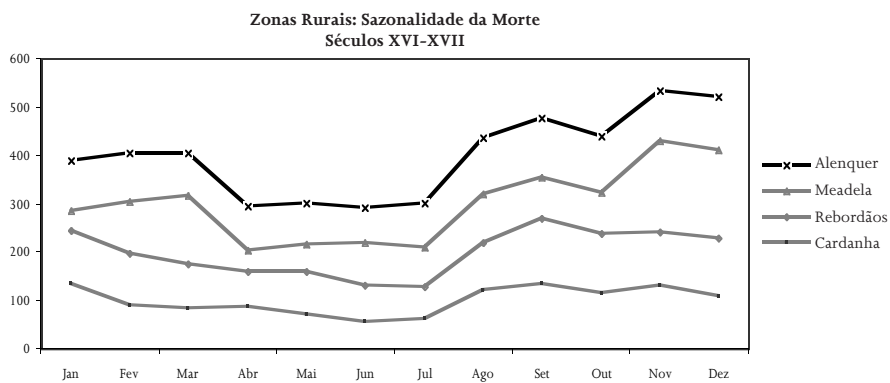
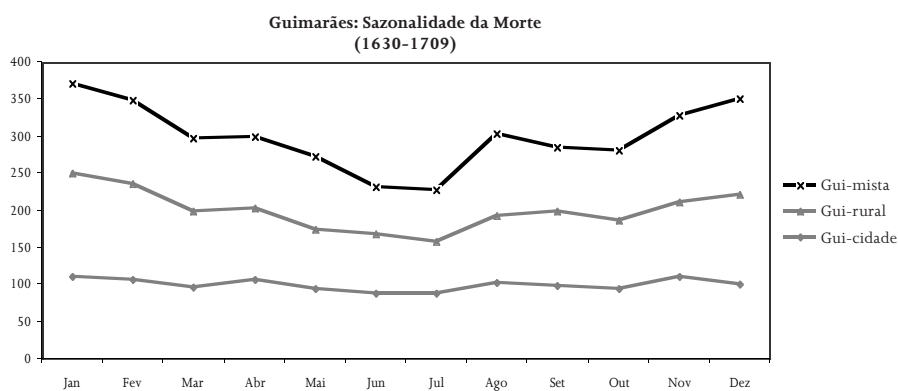
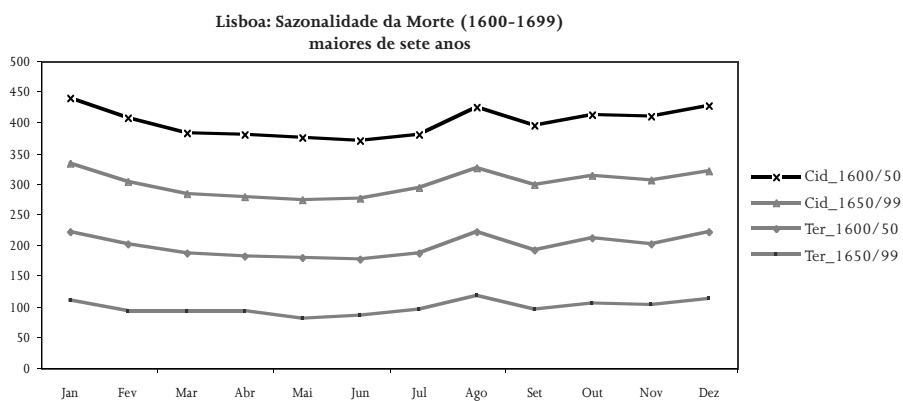
203 Por razões preventivas a Família Real, a nobreza e alguns membros da alta burguesia trocavam no Verão as suas residências habituais nas cidades pelas quintas fora de portas.

o que não significava a inexistência de diferenças entre grupos, ditadas pelo regime alimentar ou a exposição ao contágio e às inclemências do tempo[204]. O ritmo da morte era também alterado pelas condições sanitárias individuais e a debilidade dos corpos, na cidade como no campo. Um exemplo flagrante é dado pelo registo de mortes por gangrena, que se crê serem potenciadas por uma má alimentação num contexto de pouca higiene. O mesmo princípio explicava as mortes devidas a catarro, gripe, pneumonia e febres, mais frequentes em contextos de pobreza. Grande parte das crises vividas nas vilas e cidades do Portugal moderno se efectuaram um pouco à margem das mesmas. Os grupos mais afectados são-lhe parcialmente estranhos: soldados vindos da frente de batalha, prisioneiros de guerra, mendigos e homens sem profissão, fugidos à fome e à guerra. A abertura dos espaços urbanos contribuía para elevar os níveis da variável, ao aumentar as probabilidades de importação e contágio. Na realidade, grande parte da população vivia num estado geral de depressão física que facilitava a propagação de certos males, agravando-lhes a respectiva virulência. Desde tenra idade as crianças seguiam o regime alimentar dos adultos, factor responsável por muitos óbitos.

Na segunda metade do século XVII começa a esboçar-se uma geografia da morte quotidiana nos vários tipos de espaço e acentuaram-se as diferenças, segundo o extracto social e económico. A morte continuou a ser especialmente selectiva nas cidades, onde grande número de pessoas vivia em casas frias, sujas e sem água, onde faltavam produtos alimentares básicos e era maior a circulação de portadores de doenças. Estes factores explicam também o carácter endémico que nesses locais adquiriram algumas causas de morte. Os traços gerais e a evolução sazonal da morte são conhecidos, já que ela apresentava, como veremos, um carácter cíclico. Nos centros urbanos a relação entre o homem e o meio era menos linear, mas sem se afastar demasiado deste esquema[205].

204 Morria-se na sequência das grandes variações térmicas a que estavam sujeitos os trabalhadores rurais, ou mesmo por causas directamente ligadas às condições dos campos, como no caso do cultivo do arroz no vale de Santarém.

205 Um aspecto que contribuía para reduzir as flutuações sazonais decorria das características estruturais da população. Nas cidades era menor o peso dos jovens e idosos, já que a imigração privilegiava gente em idade activa, que não raro retornava às terras de origem aos 40 ou 50 anos. Dessa forma se diluíam as oscilações estivais e invernais, por que eram grandes responsáveis as camadas mais jovens e idosas.

Sazonalidade da Morte em Portugal. Lisboa (1600-1699) maiores de 7 anos

Fonte: Elaboração própria.

A análise das genealogias das Dinastias de Avis, Habsburgo e Bragança (até 1700) constitui um exercício interessante para avaliar a tão forte proximidade da morte, mesmo considerando que se trata de um grupo privilegiado. Os resultados, sem validade estatística, coincidem com algumas características identificadas para outras realidades coevas: aumento progressivo das idades médias da morte entre finais do século XV e 1700, manutenção do modelo em U, maior esperança de vida feminina apenas nas idades mais avançadas, já que as complicações pré e pós parto reduzem essa vantagem até aos 44 anos. Ao atingir a idade adulta, homens e mulheres têm probabilidades de sobrevivência idênticas.

Idade de morte dos membros da Família Real

G. Idade	Dinastia de Avis		Dinastia de Habsburgo		Dinastia de Bragança	
1480-1700	H	M	H	M	H	M
- 1	2	2	3	1	1	1
1-5	3	1	0	1	0	0
6-14	2	0	1	0	0	0
15-34	6	2	1	3	2	2
35-44	0	1	3	2	3	0
45-54	2	0	0	1	3	2
55-64	1	2	1	2	1	0
65 +	1	1	1	1	0	1
TOTAL	17	9	10	11	10	6
Id. média	23,3	30,9	27,3	37,5	39,8	35,2

Fonte: MARQUES, 1984: I e II. Elaboração própria.

Esperança de vida aos 25 anos em Portugal

Região	Paróquia	Gerações	H	M	Total
Alto Minho	Romarigães	1640-1818	35	35	35
Guimarães	Zona Urbana	Antes 1700	32	32	32
Estremadura	Ericeira	1622-1721	38	38	38

Fonte: REIS, 2003: 97.

5.2. *Crises de mortalidade*

As epidemias que regularmente deflagravam no espaço português constituíam uma das grandes preocupações do poder, sobretudo quando tinham origem externa ou atacavam zonas de especial melindre. Nestes séculos os

surtos deixam de ser considerados castigo divino, para se transformarem numa adversidade a ser debelada, o que explica as medidas preventivas e profilácticas que as autoridades locais e régias foram impondo, sobretudo em termos de detecção e isolamento dos grupos reputados causadores ou propagadores da doença[206].

No século XVI conheciam-se os principais factores de risco para a saúde, mas só eram tomadas medidas concretas quando a doença assumia níveis invulgares. Os responsáveis atribuíam uma importância crescente a factores externos preventivos, como a higiene pública e privada, cuja implantação esbarrava com a falta de infra-estruturas e assistência médica e a resistência da população, o que dificultou ou anulou a possível eficácia das políticas de acção sanitária diversas vezes ensaiadas. Embora existissem formas de defesa sanitária instaladas a título permanente nas fronteiras terrestre e marítima, bem como responsáveis locais pela saúde do Reino nos principais centros populacionais, era mais prudente tomar medidas preventivas, uma vez que não havia remédio ou terapêutica de comprovada eficácia contra certos males. O quotidiano alterava-se no período que durava o combate à doença. Evitavam-se ou proibiam-se os ajuntamentos, cessavam as festas populares e as festividades religiosas, excepto as procissões realizadas em honra dos santos protectores contra as epidemias[207]. A circulação de gentes e bens era reduzida ao mínimo. Isolavam-se os grupos tidos por possíveis responsáveis e os locais infectados[208]. A primeira reacção perante o mal incontrolável era a fuga, que parecia ser o único remédio eficaz. Já no século XV Dom Duarte discutira no capítulo 54 do *Leal Conselheiro* os prós e contras dessa atitude, que acabara por considerar a mais razoável. Em 1505 Dom Manuel ordenou à população de Lisboa que dela fugisse, o mesmo vindo a acontecer em 1518, 1527, 1569, 1579, em quase todos os locais infectados. A segurança do rei e da corte tinha prioridade sobre a demais população[209]. Nestes reinados afectados por surtos pestíferos que se equivalem, o Rei e a Corte serão isolados em lugares mais salubres, mas não se isolam na indiferença. Prova-o a troca de correspondência que mantêm com os responsáveis locais. O carácter menos especta-

206 RODRIGUES e SANTOS, 1998: 65-84.

207 São Sebastião e São Roque, cujo culto remontava aos finais do século XIV.

208 Em Janeiro de 1599 encarceram-se no bairro da Rua Fermosa todos os pobres encontrados em Lisboa e a cidade propõe-se pagar as custas do seu transporte para o Brasil, para assim se livrar desse grupo indesejado, o que só não aconteceu devido à insolvência da Câmara.

209 Perante suspeita idêntica, Dom Sebastião fugiu em 1569 para Sintra, que quando o mal começou a alastrar, trocou por Óbidos. À medida que a epidemia progredia no seu raio de alcance o rei e a corte fugiam. O mesmo acontecerá com Dom Henrique, por ocasião da peste de 1579.

cular e súbito das crises que atingem a população a partir do século XVII põe fim às cenas de pânico e fuga dos atingidos, frequentes em épocas anteriores, porque se esbate a percepção dos fenómenos. Este século assinala também o distanciamento entre o grosso da população e os mais abastados. A selectividade da morte quotidiana estende-se à extraordinária, a qual só em aparência era niveladora.

O aumento de volume das gentes portuguesas foi refreado por crises de mortalidade, tendo como principais responsáveis os surtos epidémicos ou pestíferos, aliados a épocas de fome e carestia alimentar. Outros fenómenos esporádicos desempenharam também papel importante, como os acidentes naturais, conflitos bélicos e desastres da política expansionista. Mas só as crises de tipo misto, aquelas em que maus anos agrícolas ou dificuldades de abastecimento de produtos básicos se aliavam a surtos de origem epidémica, imprimiram verdadeiras quebras nos efectivos demográficos. As pestes quinhentistas, importadas por via dos tratos comerciais e das relações diplomáticas activadas entre os Estados da Europa moderna constituem casos de excepção pelas origens e virulência devastadora. A abertura do espaço nacional nos séculos XVI e XVII favoreceu a circulação de agentes portadores de doenças, especialmente perigosos nos centros de maior densidade. Lisboa desempenhou o papel de pólo de recepção e irradiação dos surtos.

Com cronologias, causas e impactos distintos, as «crises de mortalidade» apresentaram características semelhantes no território nacional, mas que diferiram ao longo dos séculos[210]. O primeiro factor de uniformidade remete-nos para as suas causas próximas. Independentemente das épocas e dos locais, as grandes crises surgem aliadas a conjunturas adversas, em termos políticos e sobretudo económicos. O perfil epidémico constitui outro traço comum, embora afecte com probabilidades diversas os grupos sociais. A questão da diferencialidade da morte será, aliás, um aspecto inovador que iremos encontrar, após uma leitura transversal da variável. A segurança das conclusões aumenta com a qualidade e quantidade de informação documental. Até meados de Quinhentos há que recorrer a fontes literárias para identificar algumas das causas próximas e respectivo impacto[211]. Assim, embora só tenhamos referências pontuais de Damião de Góis e Frei Luís de Sousa sobre o impacto dos surtos epidémicos de inícios de Quinhentos, é

210 A este facto há ainda que lembrar que nem todo o território está estudado e muito menos obedece a idênticas opções de carácter metodológico, o que dificulta as comparações. Importa, assim, efectuar uma leitura que privilegie a perspectiva temporal, em detrimento da geográfica, apesar das diferenças entre campos, vilas e cidades.

211 Destacar aqui o trabalho de síntese de BARBOSA, 2001: 11-17.

possível traçar para os restantes um quadro mais detalhado[212]. A relação entre escassez alimentar e surto epidémico será apontada como causa directa dos flagelos sentidos nos anos 20, sobretudo em 1522 e 1523, que se sucederam a dois anos de más colheitas. Conta Frei Luís de Sousa, nos *Anais de D. João III*, que «*em Lisboa se padecia já tanto no Outono de 21, que aconteceu passarem muitos homens oito dias sem tocar pão*». É possível que então se morresse de encefalite letárgica, mas a situação tenderá a agravar-se, culminando nos meses de Março e Abril de 1523 com um violento surto de peste, altura em que «*muitos caíam e ficavam mortos sem sepultura pelos caminhos*». O carácter fulgurante da doença permitirá a realização dos festejos do Corpo de Deus algumas semanas mais tarde, sendo embora limitados os locais de reunião, por temor ao reacender do contágio. Este surto marca o iniciar de umas fase de sobremortalidade por todo o Reino, que atinge especial gravidade nos centros urbanos. Em termos globais é possível encontrar um modelo nestes surtos. Muitos deles deflagram em Lisboa, embora adquiram impacto nacional, quando coincidentes com conjunturas económicas desfavoráveis. Os surtos parecem ter revestido um carácter epidémico, mesmo que este não constituísse a sua causa imediata: seguiram-se a anos de más colheitas e esterilidade, decorreram de problemas de abastecimento, acrescidos nos centros urbanos pela afluência de gente faminta de todo o Reino. Estes foram os factores determinantes das mortandades assinaladas, embora seja impossível avaliar o seu impacto em termos demográficos. De facto, não basta enumerar os diversos anos de crise. Há sobretudo que seleccionar os casos que verdadeiramente influenciaram a evolução populacional do Reino e que são basicamente as três grandes crises de Quinhentos, secundadas por alguns anos do primeiro quartel de Seiscentos.

A partir dos anos 60 do século XVI as séries paroquiais de óbitos reflectem os momentos de crise e permitem estimar a intensidade das mesmas[213]. A falta de estudos regionais impede o alargamento das conclusões a nível nacional. Sabemos apenas que em Lisboa um em cada três anos são de crise; nos arredores, de povoamento menos concentrado e densidades de ocupação baixas, a vantagem da vida sobre a morte é maior, embora penalize os locais com maiores índices de concentração[214]. As dife-

212 RODRIGUES, 1990: 95-97.

213 Utilizando a metodologia proposta por Jacques Dupâquier foram apurados os totais anuais de óbito em cinco concelhos, distinguindo anos de mortalidade normal e extraordinária (VEIGA, 2008) O número de freguesias com informação nos espaços analisados em termos demográficos ultrapassa 50% desde a 2.ª metade do século XVII. Para Alenquer veja-se FERREIRA (1989); para Lisboa, RODRIGUES (1990); para Oeiras, Cascais e Sintra, RUNKEL (1990).

214 Caso das freguesias históricas de Oeiras, Cascais e Sintra (RUNKEL, 1990).

renças evidenciam-se quando confrontamos as percentagens correspondentes ao número de anos de mortalidade extraordinária com o total de anos das séries paroquiais. O povoamento disperso em quintas e pequenos núcleos minoram os perigos. A alteração do perfil das grandes causas de morte extraordinária é igualmente visível na crescente ocorrência de crises de duração plurianual, o que remete para a sua sazonalidade específica[215]. Embora as sínteses realizadas para outras partes do país respeitem a mesma metodologia, existem diferenças na forma como se encontram estruturados os resultados, o que nos impede de aprofundar alguns aspectos que conhecemos sobre Lisboa[216]. A cartografia de cada crise possibilitaria visualizar eventuais desigualdades internas face à mortalidade extraordinária[217].

Mortalidade em Portugal: Anos Normais (AN) e Anos de Crise de (AC) (Ratio)

Concelhos	Século XVI	Século XVII	
	2.ª met.	1.ª met.	2.ª met.
Alenquer	32	22	24
Oeiras	0	8	8
Cascais	0	13	8
Sintra	13	5	10
Lisboa	23	26	29

Fonte: RODRIGUES, 2008.

Crises de Mortalidade em Portugal nos séculos XVI e XVII (%)

Concelhos	Século XVI	Século XVII	
	2.ª met.	1.ª met.	2.ª met.
Alenquer	24	18	19
Oeiras	0	6	7
Cascais	0	11	7
Sintra	11	5	9
Lisboa	19	21	22

Fonte : RODRIGUES, 2008.

215 Esse facto foi amplamente demonstrado em Lisboa.

216 RODRIGUES, 1995: 47-74. Caso das diferenças entre o comportamento das freguesias do centro urbano e as rurais do termo, quanto ao número de crises e respectiva cronologia e intensidade. O confronto entre a percentagem de população envolvida em cada momento e a superfície que representam as freguesias afectadas, permitiria distinguir as crises globais das localizadas em determinadas zonas do universo em estudo.

217 Passaríamos a conhecer as zonas que mais escapavam às crises no interior dos vários concelhos, podendo adiantar eventuais razões com base nos ambientes natural ou construído e sugerir o modelo ou tipologia do fenómeno da sobremortalidade.

Crises de Mortalidade em Lisboa (séculos XVI-XVII)

Crises	Conjunturas	Causas prováveis	Duração	Sazonalidade	Pop. + atingida
1569		peste	3 m	Verão	Adultos jovens
1579-80	Crise ec. e pol.	Peste gripe	10 m 3 m	OutonoVerão Inverno	Adultos jovens indiscriminado
1598-02	Crise ec. e pol.	peste gripe pneum.	? 3 m	Inv98-prim02 Inverno	Adultos jovens indiscriminado
1615-22	Crise ec. e social	f.tifóide,difteria tifo	? 3 m + 3 m	Verão15-Inv17 Verão19 e 20	Crianças e velhos indiscriminado
1630-33	Crise ec. e social	Tifo disenteria	3 m + 3 m 3 m + 3 m	Out30 e 32 Verão 31 e 32	Adultos Crianças
1636	Crise ec. e social	varíola	5 m	Prim-verão	Crianças
1642	Crise ec. e social	tifo	6 m	Inv-Prim	Adultos jovens
1647-52	Crise ec. e pol.	Peste f.tifóide	4 m ?	Inv46-Prim47 Prim 51 e 52	Indiscriminado indiscriminado
1658-59	Crise ec. e pol.	Tifo, f.tifóide	3 m + 3 m	Verão 58 e 59	Adult., idosos
1662-63	Crise ec. e pol.	f.tifóide pneumonias	3 m + 3 m 5 m	Verão 62 e 63 Inv62-Prim63	Crianças Adult., idosos
1665-66	Crise ec. e pol.	f.tifóide	3 m + 3 m	Verão 65 e 66	Jovens Adultos
1676-85	Crise ec.	febres? peste	? ?	Ver.75-78, Ver 84 e 85Inv79, 82	indiscriminado
1692-94	Crise ec.	?	7 m	Prim-Ver 92,93	indiscriminado
1698	Crise ec.	?	4 m	Ver-Out	indiscriminado

Fonte: RODRIGUES, 1995: 68.

À medida que avançamos no tempo aumenta o número de picos de mortalidade, enquanto decresce a sua intensidade[218]. Em conjunto as crises fracas e médias (Graus 1 e 2) representam mais de 75%, sendo as de maior intensidade (Graus 4 a 6) mais frequente no século XVI.

218 Embora não possamos esquecer que lidamos com volumes de informação e número de séries variáveis (três concelhos no século XVI e cinco no século XVII). Foram contabilizados todos os momentos de sobremortalidade detectados em todas as freguesias e não apenas os que foram considerados de crise geral.

Frequência e Intensidade das Crises de Mortalidade em Portugal (%)

	Século XVI		
Intensidade	**Alenquer**	**Sintra**	**Lisboa**
Grau 1	43.8	31.8	42.6
Grau 2	43.8	18.2	35.2
Grau 3	6.2	22.7	11.1
Grau 4	6.2	27.3	7.4
Grau 5	0	0	1.9
Grau 6	0	0	1.9
TOTAL	**16**	**22**	**54**

			Século XVII		
Intensidade	**Alenquer**	**Oeiras**	**Cascais**	**Sintra**	**Lisboa**
Grau 1	34.5	37.1	38.6	39.5	50.8
Grau 2	43.1	41.9	36.4	38.8	29.5
Grau 3	22.4	21.0	25.0	21.7	16.8
Grau 4	0	0	0	0	2.1
Grau 5	0	0	0	0	0.5
Grau 6	0	0	0	0	0.3
TOTAL	**58**	**62**	**44**	**152**	**376**

Fonte: RODRIGUES, 2008

A mortalidade extraordinária foi alterando as suas causas próximas e algumas características. Às crises intensas de curta duração, típicas do século XVI e primeiros anos do seguinte, sucedem outras cujo impacto resulta de se terem mantido activas por mais de um ano[219]. A comparação das cronologias locais revela a complexidade do fenómeno[220]. Decidimos reter apenas as crises nacionais, segundo o critério de Pérez Moreda e Del Panta[221].

219 Na segunda metade de Seiscentos cumpre assinalar o número significativo de crises que extravasam os limites impostos pelo ano civil, algumas estendo-se por três a quatro anos, embora a duração média se fixe entre 1,5 e 2.

220 Em todos os casos são as características particulares das causas de morte extraordinária por peste que explicam o facto. O número total de anos sem crise nos diferentes subperíodos considerados na nossa análise foi o seguinte: 1.ª metade do século XVII = 20 (40%); 2.ª metade do século XVII = 13 (26%).

221 Respectivamente MOREDA, 1980; DEL PANTA, 1980. Estes autores consideram anos de crise geral apenas aqueles em que pelo menos 25 por cento das áreas em análise registem um aumento excessivo de óbitos, independentemente do grau de intensidade dessas subidas. A aplicação desse critério resulta na informação que apresentamos no Anexo já referido, o qual faz uma triagem dos vários momentos de mortalidade extraordinária geral no nosso país, registando a sua duração provável e respectiva intensidade, por concelhos. Na segunda coluna é indicado para cada ano o grau de incidência das crises locais relativamente ao número de localidades em observação.

Anos de Crise de Mortalidade geral em Portugal

		N.º Total	Anos de Crise
Século XVI		6	1569,1580,1588,1593/4,1599
Século XVII	1ª met.	13	1615/16, 1619/20, 1622/23, 1631, 1636/37, 1642, 1647/9
	2ª met.	16	1657/59, 1662/63, 1675/78, 1682/83, 1685, 1693/97

Intensidade das Crises de Mortalidade em Portugal

Anos	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4	Grau 5	Grau 6
1569						1
1579-80					1	
1599			2	1		
Total			**2**	**1**	**1**	**1**
1615/16			2	2		
1619/20	1	2	2	2		
1622/23	1	3	2	1		
1631	1		1	1		
1636/37	1	3	1	2		
1642	2		1			
1647/49		8		3		
Total	**6**	**16**	**9**	**11**		
1657/59		1	9	2		
1662/62		1	7			
1675/78		7	6			
1682/83	1	7				
1685		3				
1693/97		2	10	3		
Total	**1**	**21**	**32**	**5**		

Fonte: RODRIGUES, 2008.

As crises do século XVI nunca apresentaram intensidades inferiores ao Grau 3, atingindo níveis catastróficos. Nas primeiras décadas de Seiscentos são frequentes as crises médias e grandes (Graus 3 e 4), mas o modelo altera-se com o aumento de ocorrências de média intensidade (Graus 2 e 3). A grande causa de morte é a peste no século XVI e ainda um pouco no seguinte, mas já sem a intensidade do passado. Com o século XVII aumenta a importância e frequência das crises devidas a tifo e outros males contagiosos, alguns dos quais predominantemente infantis. Este quadro nosológico não será alterado nas suas grandes linhas, excepto com a *colera morbus* de 1833 e 1855-1856, que marcam o fim de ciclo.

Causas das Crises de Mortalidade Geral

Anos de Crise	Causas Prováveis
1569	Peste
1580	Peste, gripe
1599	Peste, gripe
1615/16	f. tifóide, difteria
1619/20	tifo
1622/23	tifo
1631	tifo, disenteria
1636/37	varíola
1642	tifo
1647/49	peste
1657/59	Tifo, f. tifóide
1662/62	F. tifóide, gripe
1675/78	Febres, peste
1682/83	Febres
1685	Peste
1693/97	Tifo

Fonte: RODRIGUES, 2008.

Em Portugal, as grandes sobremortalidades foram causadas por doenças altamente contagiosas e letais, importadas por via dos contactos marítimos e terrestres estabelecidos à escala mundial, que surgem sob a forma de vagas epidémicas, de acordo com os grandes males dos séculos a que correspondem. Nos casos de menor intensidade obituária, a subida anormal dos níveis da variável surge ligada a doenças contagiosas com complicações de foro digestivo ou respiratório, cuja alternância se exercia em função da sazonalidade apresentada. Nas crises estivais, a subida do número de mortes era provocada por febres tifóides, enterites e doenças típicas da população mais jovem. No Inverno as gripes, pneumonias e tifo exantemático. A mortalidade epidémica continuará a ser até ao final do século XIX a grande causa de mortalidade extraordinária, numa época em que as crises de sobrevivência haviam deixado de originar as clássicas crises demográficas. A partir do século XVII, o aumento esporádico da mortalidade diminuía o carácter positivo dos saldos fisiológicos, mas raramente os invertia[222].

222 RODRIGUES, 1995: 47-74.

6. Mobilidade geográfica

Os movimentos migratórios são a variável de mais difícil avaliação[223]. A grande maioria dos homens crescia e morria nos limites de uma pátria ou nação, cujos horizontes eram determinados pelo relevo e acidentes naturais, que restringiam a circulação de pessoas e bens[224]. No entanto, apesar dos entraves naturais que dificultavam a mobilidade, sabe-se que ela era substancial. Os motivos eram vários, predominantemente económicos, sendo necessário distinguir entre deslocações temporárias e definitivas. No primeiro grupo incluíam-se os mercadores, os vendedores ambulantes, as tripulações de navios mercantes e militares, os pastores, os oficiais a cumprir comissões de serviço. O abandono do campo pelas cidades efectuava-se de acordo com estes parâmetros de curta distância, à excepção das migrações para Lisboa, que envolviam indivíduos de todo o país. Essas deslocações tinham carácter bastante definitivo, por vezes familiar[225]. Porém, existiam motivos menos materiais. As peregrinações a Santiago de Compostela continuaram, tal como a comparência às festividades religiosas das terras vizinhas. Razões também de foro aparentemente religioso, mas que desde logo o transcendem, justificam no final do século XV a entrada no Reino dos judeus expulsos de Castela e, mais tarde, a saída de cristãos novos fugindo às perseguições inquisitórias. No decurso dos eventos que marcam o ciclo de vida individual outras causas justificam saídas mais ou menos frequentes e prolongadas dos locais habituais de residência. O pagamento de capitações e impostos e o recurso à justiça tornavam necessária a deslocação às povoações de que dependiam, fiscal ou judicialmente. O mesmo acontecia por motivos de saúde, como comprovam, entre outros, os registos de entrada de doentes no Hospital de Todos os Santos em Lisboa, ou os relatos da fuga das gentes quando das grandes epidemias. Por último, não podemos esquecer a importância da deslocação dos exércitos, quando não de todos os residentes de determinado local em tempo de guerra. Para uma pequena elite a viagem constitui uma forma de vida, efectuada com carácter regular, o que a permite considerar como uma faceta diversa de mobilidade. Assim, múltiplos factores justificavam a movimentação das gentes, a

223 Dada a dificuldade em definir o significado do conceito e as suas vertentes. A falta de informação que sobre cada uma delas possuímos dificulta-o também. Há que recorrer a informações sobre naturalidade: listagens de embarque, contratos de casamento e procurações, contratos de assalariados, registos hospitalares, registos de casamento e óbito, processos inquisitórios (locais, rotas de migração, tempos no ciclo de vida e estadias médias).

224 MAGALHÃES, 1993: 17.

225 OLIVEIRA, 1995: 261.

nível interno facilitada por uma língua e moeda únicas. Não podemos também esquecer que até final de Seiscentos, os movimentos migratórios se inscrevem numa política do poder central, com vista a assegurar o domínio do Império geograficamente disperso[226].

6.1. Migrações e crescimento urbano

A procura de melhores condições de vida explica as direcções privilegiadas por aqueles, maioritariamente homens, que deixaram o seu local de origem[227]. A intensidade das migrações internas nos séculos XVI e XVII e os quantitativos nelas envolvidos permanece uma incógnita, embora sejam tidos como causa da estagnação ou declínio populacional de certas áreas e justifiquem o crescimento de outras. Os fluxos mais recorrentes processavam-se na curta distância, dos casais dispersos e pequenas aldeias em direcção ao centro urbano próximo[228]. De Caminha e Valença ao Algarve, a maior parte da população movimenta-se prioritariamente no termo de cada vila ou a partir das terras limítrofes. Testemunha-o a análise toponímica dos nomes de muitos dos arrolados na documentação coeva. Outros vêm de terras próximas, mesmo que transfronteiriças, como os galegos e alguns castelhanos na fronteira interior sul. A área geográfica de recrutamento de cada localidade está positivamente correlacionada com a dinâmica económica local, sendo as cidades os pólos catalizadores das gentes campesinas. Acontece no Algarve urbano, em Évora, Leiria, Santarém e Coimbra. Évora, por exemplo, recebia gente de todo o Alentejo, mas também da Beira, Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho[229]. Grande parte dos residentes em Coimbra na primeira metade do século XVI eram naturais das províncias do Norte[230] e em Santarém e Leiria encontra-se gente de todo o Ribatejo[231]. Porém só Lisboa tem capacidade atractiva à escala nacional. Desde muito cedo do Norte, mas igualmente do Alentejo, da Beira, região donde chegam grandes grupos nos anos de crise económica, do Algarve e de todo o litoral[232].

---

226 SERRÃO, 1982: 95-110.
227 OLIVEIRA, 1995: 297.
228 GONÇALVES, 1988a: 80-81 e 98-103; e ainda da mesma autora, 1988b: 112-113 e 129-140.
229 GONÇALVES, 1988a: 80-81 e 98-103.
230 OLIVEIRA, 1995: 281-282, 294 e 299.
231 GOMES, 1995: 288-290.
232 RODRIGUES, 1990.

Os movimentos migratórios sazonais e temporários eram apreciáveis, com o objectivo de conseguir um complemento para assegurar a sobrevivência quando as fainas agrícolas estavam paradas. Rurais e urbanas, incluem as fainas piscatórias e de transumância, os trabalhos esporádicos. Envolve grupos de homens, mas também mulheres jovens e casadas. Por vezes são internacionais, sobretudo quando no sul da Península faltam braços para determinadas tarefas. No século XVII alarga-se o período de ausência destes migrantes. Nos momentos altos das fainas agrícolas mantiveram-se as práticas de migração sazonal. De Braga, Porto, Guarda e Coimbra chegavam trabalhadores à Estremadura e Alentejo. Em Évora existiam praças onde se podiam encontrar trabalhadores à jorna, documentados em meados dos anos 60 do século XVI[233]. São feitas várias tentativas para impedir ou minorar as perturbações causadas por estas deslocações, seja nos locais de chegada, onde geravam alterações ao quotidiano, pelo seu número e desenraizamento social, quer para os de partida, sobretudo porque aumentava o preço da mão-de-obra[234].

Em termos numéricos, as migrações registaram com o final do século XV e grande parte do seguinte um crescimento acentuado, que se prolongará até ao primeiro quartel de Seiscentos. Depois o fluxo pareceu atenuar-se, variando anualmente. As migrações internas beneficiaram sobretudo os centros urbanos e a metade norte do Reino. A sua importância para o crescimento urbano é uma realidade estrutural dificilmente quantificável, dada a escassez e carácter indirecto das fontes. A população que continuamente chegava às cidades não esquecia a sua origem. Esta ligação efectuava-se em termos familiares e pelo retorno em idades avançadas. Os bairros populares das cidades eram pontilhados de indivíduos que tinham em comum a pertença a uma região, o que prova a existência de fluxos internos privilegiados. A nível nacional reconhece-se hoje a existência plurissecular de várias linhas migratórias do Norte e do Sul do País[235].

A imigração efectuou-se de acordo com três factores básicos e interligados, mesmo que de forma indirecta: a idade dos migrantes, o seu nível socioeconómico e o local de residência. O efeito dos fluxos migratórios na estrutura etária e por sexos da população gerou o aumento na representatividade dos homens e adultos jovens nas zonas atractivas, afectando em sentido contrário as de saída. Nos locais de maior intensidade migratória exis-

---

233 DIAS, 1998: 25.

234 OLIVEIRA, 1995: 273.

235 As naturalidades referidas nos registos de Lisboa, mesmo que não sistemáticos, permitiriam se estudados de forma exaustiva, uma primeira avaliação global deste fenómeno (RODRIGUES, 1997).

tiram mais homens que mulheres, apesar do carácter familiar que o fenómeno teimava em adquirir, sobretudo em períodos de expansão económica. Os grupos de idade extremos nas cidades mais dinâmicas apareciam esbatidos pelo peso da população em idade activa superior a 14 anos. Nas aldeias muda o quotidiano e as mulheres assumem um papel mais activo, até porque muitos desses migrantes nunca retornam[236].

Outro grupo que cresce substancialmente nestes séculos é o das comunidades estrangeiras radicadas em Portugal, sendo mais uma vez as cidades, sobretudo Lisboa, o seu destino preferencial. Europeus, africanos e asiáticos. Com efeito, desde cedo os estrangeiros europeus, provenientes dos reinos de França e de Inglaterra, da Flandres e das cidades alemãs e italianas, desempenharam em termos socioeconómicos e políticos papéis essenciais e de destaque na sociedade portuguesa[237], tendendo a confluir para Lisboa, onde as oportunidades de negócio e a proximidade do poder melhor serviam os seus interesses. Durante o século XVI alarga-se o quadro social das comunidades estrangeiras, constituídas por embaixadores, agentes régios, mercadores e membros do clero. Por outro lado, certas actividades exigiam, pelo menos de início, mão-de-obra especializada inexistente em Portugal (caso da tipografia, ourivesaria ou relojoaria). O Renascimento atrai docentes para colégios e universidade. Mas foi sobretudo o comércio ultramarino que influiu na vinda de estrangeiros, muitos dos quais ligados à banca e aos grandes tratos mercantis. A Coroa encarou com agrado a sua entrada, pelo que as colónias estrangeiras tiveram a sua inserção facilitada por uma série de privilégios. A proveniência dessa gente pouco se alterara desde a Idade Média. Os mais numerosos eram os italianos, seguidos dos alemães, flamengos e ingleses. Fixaram-se em Lisboa, no Porto, em Setúbal, mais tarde também em Caminha, Vila do Conde e Aveiro, cidades marítimas ligadas ao trato com o Império. Encontramos noutras zonas mais interiores, embora em número reduzido, franceses e galegos.

Em termos reais, a expansão constituiu um esforço desmesurado para os recursos humanos do Reino, só parcialmente colmatado pela utilização de uma abundante e barata mão-de-obra escrava que chega à metrópole e aos restantes espaços a colonizar. Embora disseminados por todo o Reino, estes últimos terão chegado a representar em Lisboa e no Algarve 10% dos residentes[238]. À medida que crescia o Império e aumentava o esforço de colo-

---

236 Homens mais maduros, mulheres, crianças, velhos (POUSSOU, 1997: 274-278).

237 Haverá que aguardar por séculos mais recentes para assistir às primeiras vindas de imigrantes estrangeiros de fracos recursos, de que o exemplo mais evidente foi o dos galegos.

238 SERRÃO, 1982: 86; GODINHO, 1980: 76.

nização, os portugueses «redescobriram» a escravatura. Primeiro mouros e canários, mais tarde e em maior quantidade, negros africanos e alguns índios brasileiros. Os primeiros escravos chegaram ao Reino em 1441, provenientes da zona de Arguim, sendo enviados para a Madeira. A importação destes trabalhadores torna-se recorrente, mantendo-se até entrado o século XVIII, embora com quantitativos anuais muito variáveis. Nos séculos XV a XVII estima-se entre 5 e 10 milhares o total de escravos chegados ao continente. Entre 1511 e 1513 pela Casa da Índia passaram 1265 indivíduos pertença de El-Rei, fora os 254 importados por particulares. No triénio seguinte vieram 2966 escravos de Cabo Verde, 378 dos quais vendidos a Castela[239]. Embora se tenha exagerado o seu significado percentual, nomeadamente nos relatos coevos, a mão-de-obra escrava desempenhou um papel significativo no Portugal quinhentista. Em simultâneo, a entrada destes indivíduos fazia-se directamente de África para o resto do Império, sobretudo para responder às necessidades da economia brasileira. Estima-se em 1 milhão o número de escravos chegados a Portugal, ao Brasil e às colónias espanholas durante o século XVI, valor que apenas considera os envios pelo entreposto de São Paulo de Luanda. Só entre 1570 e 1600, o Brasil importa 50 mil pessoas, valor que quadruplica na primeira metade de Seiscentos, rondando cerca de 4 milhares por ano.

6.2. *Um fenómeno estrutural: a emigração*

A emigração portuguesa insere-se num processo europeu de apropriação de espaços extracontinentais, que se efectiva durante os séculos da modernidade. O alargamento do espaço nacional veio introduzir cambiantes ao fenómeno migratório. Saem portugueses para África e para Oriente, depois para a América e Castela. Consideramos emigração todo o tipo de mobilidade que implique a saída das fronteiras do Reino, mesmo quando sob a égide do mesmo rei. Podemos afirmar que o processo se intensifica logo após a tomada de Ceuta. No primeiro quartel do século XV dirige-se às ilhas e praças do Norte de África; entre XV e XVI inclui as praças e fortalezas da costa ocidental africana e chega ao Índico; após o primeiro quartel de Quinhentos cada vez mais se volta para o Brasil e as costas atlânticas. Este tipo de migração revestiu formas diversas, que foram da simples ocupação militar, ao povoamento de ilhas desertas, passando por diferentes tipos de colonização e pela formação de núcleos populacionais de nacio-

239 AZEVEDO, s/d: 71-72.

nalidade portuguesa em áreas já habitadas[240]. Com a chegada dos primeiros colonos à Madeira, ainda no primeiro quartel de Quatrocentos, o movimento de saídas intensificou-se, correspondendo às solicitações inerentes à ocupação de outras ilhas atlânticas (Açores, Cabo Verde e São Tomé), bem como à estratégia defensiva das praças, fortalezas e entrepostos comerciais ao longo da costa africana. Desconhece-se o número de indivíduos que durante o século XV e inícios do seguinte deixaram o Reino, mas só após a viagem do Gama e da descoberta do Brasil esse volume se tornou mais significativo. Até lá estima-se em menos de meio milhar o número de saídas anuais, valor que não altera a tendência de crescimento populacional que pudemos observar entre os últimos anos de Quatrocentos e as primeiras décadas do seguinte. Por cada mil habitantes dois a quatro deixaram anualmente o continente[241].

Cerca de 1534 Garcia de Resende refere o desbarato de portugueses pelo Mundo. O Reino despovoa-se, enquanto os nacionais povoam as ilhas atlânticas e o Brasil, se instalam na Índia, esquecem as suas origens e cultura, raramente regressam[242]. De facto, a colonização de espaços (re)descobertos e a ocupação de pontos chave, sejam político estratégicos (praças de África) ou com forte pendor económico (designadamente, no Indico) fez-se à custa da saída de efectivos, que alguns consideraram um dano para o desenvolvimento interno. Um século após o início do movimento de expansão e descobrimentos, por 1530, encontramos portugueses na Madeira, nos Açores, em Cabo Verde e São Tomé. Em Marrocos, ocupavam as praças de Ceuta, Tânger, Arzila, Agadir, Azamor, Mazagão, Cabo de Guê, sendo ainda responsáveis pelo início da colonização e rentabilização económica do imenso espaço brasileiro. Na costa ocidental africana, para Sul, o estabelecimento de posições chave permite controlar os tratos comerciais, em Arguim, nos rios da Guiné, na costa do Golfo (sobretudo através de São Jorge da Mina), nos litorais congolês e angolano. Existem súbditos nas aldeias negras do interior e nas cidades muçulmanas da costa oriental. Mas é para lá do Cabo da Boa Esperança que pulsa o coração do Império. Os portugueses controlam, entre outras, Ormuz, à entrada do Golfo Pérsico, Goa e Diu, na Índia. Há notícia de comunidades portuguesas em pontos economicamente atractivos, como Cochim, Cananor, Bassaim ou costa de Bengala. Encontramo-los no Extremo Oriente, em Malaca e nas Molucas, nas ilhas de Banda, na costa chinesa e no Japão, em Solor, em Timor, mesmo na Insulíndia. Pela mesma

240 GODINHO, 1978.

241 Em Espanha esses valores eram bem mais elevados (NADAL, 1980).

242 CRUZ, 2000: 167-201.

época, na Europa estão fundadas comunidades portuguesas de dimensões variadas, cuja prosperidade e ritmos de crescimento se encontram ligados a instituições económicas internacionais, como no caso das feitorias de Antuérpia, Sevilha e Veneza. À medida que prossegue a exploração económica da América espanhola, aumenta o número de portugueses no Rio da Prata e no Peru. A norte a Terra Nova é visitada. No século XVI Portugal torna-se atlântico, iniciando-se a colonização do Brasil.

Em termos de longas tendências estima-se em cerca de meio milhar o número médio anual de saídas durante o século XV (nunca mais de 50 mil indivíduos). Depois, entre 1500 e a perda da independência, esses quantitativos teriam rondado 3500, um total de 280 mil saídas, para subirem até 5500 indivíduos por ano no período filipino, uns 300 a 360 milhares. O futuro destes migrantes foi muito diverso. Muitos deles integraram-se em civilizações diversas da sua, no Oriente sobretudo, mas também em África e no interior do Brasil, como atestam processos levantados pelo Santo Ofício. Outros contribuíram para a construção de novos núcleos populacionais, como nas ilhas atlânticas. Os que se fixaram no Brasil lançaram as bases de uma imensa colónia.

O número de portugueses no Norte de África variou com o número de praças sob o domínio português. Até 1470 não passariam de algumas centenas, atingindo um máximo de cinco mil soldados e 25 mil residentes civis em 1540. A maior comunidade era a de Safim, com quatro ou cinco mil almas cristãs. Os totais decrescem, à medida que se consolida o poder dos Xarifes.

Ritmos de Povoamento na Madeira

Períodos	t.c.a.médio (%)
1455-1500	3,1
1500-1552	0,2
1552-1572	0,5
1572-1598	0,9
1598-1614	-0,1
1614-1676	0,3
1676-1732	0,2

Fonte: PINTO, RODRIGUES, 1993: 403-471; PINTO *et alii*, 2001: 399.

A colonização das ilhas, iniciada cerca de 1425, teve uma evolução diversa. Trinta anos depois Cadamosto diz existirem três mil almas na Madeira, às quais acrescenta 160 a 200 no Porto Santo. O povoamento foi rápido até 1550, fomentado pelo bom clima e fertilidade do solo, em aldeias e fazendas, tendo o Funchal, elevado a cidade em 1508, sido o pólo

aglutinador. A população cresce, atingindo em 1550 20 mil habitantes, dos quais três mil escravos. Ao terminar Quinhentos a população livre ascende a 29 milhares na Madeira e nove centenas em Porto Santo. No início do século XVII a ilha estabiliza na sequência de dificuldades económicas e torna-se zona de saída[243]. O mesmo virá a ocorrer nas restantes ilhas do Atlântico. De facto, à medida que aumenta o volume de povoadores, mesmo quando não exclusivamente portugueses como sucede nos Açores, os ilhéus começam a procurar espaços mais atractivos. Uma especificidade insular reside na mobilidade. As ilhas atlânticas foram num primeiro momento pólos de atracção, mas em breve passaram a actuar como áreas centrífugas. Primeiro a Madeira, depois os Açores. Logo na segunda metade do século XV se iniciaram as partidas temporárias ou definitivas de colonos para as Canárias, o Norte de Africa, o Oriente e o Brasil, onde fundaram novas comunidades. Os Açores experimentaram algumas dificuldades de ocupação no início, constituída em grande medida por flamengos e bretões. Nas décadas de 60 e 70 são dados incentivos para fixar a população do arquipélago açoriano. Regista-se um crescimento considerável e geral durante o século XVI. A produção de trigo, pastel e a criação de gado forneceram o suporte económico necessário para o desenvolvimento regional. Mas no século XVI todas as atenções convergem para o continente americano[244].

Em Cabo Verde o processo de ocupação foi ainda mais complexo. Por 1480 só a ilha de Santiago era habitada e em princípios do século XVI a do Fogo, mantendo-se as restantes desertas. Em 1572 a população residente rondaria os 12600 indivíduos, 15708 em 1582. Este total só duplica no início dos anos 30 de Setecentos[245]. Para sul, o povoamento de São Tomé foi iniciado por D. João II, que para aí enviou umas centenas de meninos judeus. Por 1506 habitam a ilha quatro mil indivíduos, metade dos quais escravos e estima-se que cinco a seis mil escravos aguardassem embarque para o Reino ou o Brasil. A cidade da Povoação, com 200 a 250 fogos, contava cerca de um milhar de residentes. Em meados da centúria já ultrapassa os três mil, tendência positiva que se mantém pelo menos até 1590, ano em que se estima em São Tomé a presença de oito a nove mil residentes. As características adversas do clima da região fazem com que se mantenha reduzido o número de europeus.

Em terras do Oriente, interesses mercantis, bélicos e religiosos explicam os quantitativos humanos envolvidos, num montante médio de 2400 no

243 PINTO e RODRIGUES, 1993: 403-471.

244 VIEIRA, 1987: 96-100.

245 Atingiria então 30.397 mil almas (MEDINA, 2008).

primeiro quartel de Quinhentos[246]. Mas os riscos da viagem e as dificuldades de estadia coarctaram o total de residentes portugueses. Por 1513 Afonso de Albuquerque estima em 2500 os homens de armas, valor que três anos mais tarde sobe a quatro milhares, atingindo em 1540 seis ou sete mil[247]. No início dos anos 70 os portugueses disseminados por essa parte do Mundo rondariam 16 mil almas, de acordo com Diogo do Couto. Goa era o maior povoado português, ultrapassando os cinco mil residentes. Seguia-se Cochim, que terá atingido um milhar de habitantes. Pelo menos 200 homens de fazenda viviam na Abissínia, 30 em Mascate, entre 150 e 200 homens casados em Ormuz. Pelos mesmos anos estimavam-se em 60 as famílias portuguesas de Diu, valor que excluía os 350 soldados da guarnição. Na ilha de Moçambique viviam 40 a 50 famílias portuguesas. Na segunda metade do Quinhentos existia um milhar de indivíduos na costa oriental, em S. Tomé de Meliapor e em Malaca, ponto de ligação entre o Extremo Oriente e o Indico e seriam outro milhar as famílias procedentes do Reino. Alguns portugueses residem na Pérsia e em Bagdade, mais de nove centenas em Benguela por 1582, enquanto outro milhar habita Macau no final do século XVI. Prevaleceu a aculturação lenta e difícil, com muitas barreiras à miscegenação, sendo pouco numerosos e de permanência limitada os efectivos envolvidos[248].

Para o Brasil o fluxo só se intensifica durante a segunda metade do século XVI. É difícil estimar o total de portugueses aí radicados nos primeiros tempos, mas documentação vária comprova o seu rápido aumento. Em meados de Quinhentos a colónia contaria uns dois mil brancos e quatro mil escravos. Por 1583-1584 o seu número ascende a 20 mil, em 1600 a 32 e doze anos depois a 50, a que haverá que acrescer 120 mil escravos negros e índios. Assim, no início dos anos 20 o Brasil era já a maior colónia portuguesa.

Durante a segunda metade de Quinhentos pensasse que 100 a 150 mil portugueses deixaram o Reino, dispersando-se por todo o Império e o mundo conhecido[249]. No século XVII a evolução conjuntural nos campos político e económico explica a manutenção das rotas tradicionais da emigração, agora acrescidas. Destaque sobretudo para Sevilha e outros portos andaluzes, bem como as Índias espanholas. A partir de 1640 e até final do século assiste-se a novo abrandamento, estimado em 2 a 2,5 milhares de saídas por ano[250]. Os fluxos de emigração já impressionavam os autores

246 LOBO, 1984: 48.
247 Valores adiantados por Andrea Corsali e D. João de Castro.
248 SERRÃO, 1982: 75.
249 GODINHO, 1978: 10-14.
250 SERRÃO, 1993: 64-66.

quinhentistas, que sublinham a grande mobilidade interna, sobretudo em direcção a Lisboa, e o número avultado daqueles que partiam nas armadas, sem retorno. A esta questão continuará a ser dado destaque nas reflexões teóricas do século imediato, ligando-a e usando-a como justificação para as conjunturas difíceis por que passa o Reino[251]. De facto, podemos considerar que até 1620 a empresa ultramarina não põe nada em causa, porque a dinâmica demográfica é suficiente e o número de saídas não será uma questão até ao início do ciclo do ouro. Depois surgem escritos integrados na conjuntura menos favorável. Nas *Notícias de Portugal*, publicadas em 1655, Severim de Faria explica as causas da falta de gente no Reino[252]. As conquistas e consequentes guerras juntam-se ao esforço de colonização. Esta última, a par do esforço de defesa de um território disperso gera a emigração contínua e o abandono das actividades produtivas. Por seu turno, a falta de terras «de que possam tirar sua sustentação» e a impossibilidade de arranjar ofício, agravam os grupos populares, forçando-os a sair do Reino ou tornarem-se mendigos e vadios[253]. O fomento agrícola e das artes seria a solução, bem como uma mudança estratégica de desenvolvimento das colónias mais próximas em detrimento do Oriente ou um redireccionamento da população para o Alentejo[254]. Não obstante, o volume de saídas ver-se-á extraordinariamente alargado com a descoberta e posterior colonização do Brasil, à medida que o eixo da política colonial se transfere para o Atlântico[255]. Essa corrente migratória aumentará ao longo do século XVII, pelo que após 1667 serão publicadas medidas restritivas à saída[256]. De qualquer forma, a emigração não atinge valores alarmantes até à segunda metade do século XVII, altura em que o Estado toma medidas destinadas a restringir essa corrente, que de colonizadora se assume como fenómeno puramente emigratório[257]. O Alvará de 6 de Setembro de 1645 será o primeiro das muitas tentativas de travar a saída não autorizada de população, determinando-se penas elevadas para que o procure fazer, rapidamente alargadas a todos os que os encubram. Mas a descontinuidade territorial e a abertura do espaço aos tratos marítimos

---

251 CRUZ, 2000: 167-201. Veja-se sobretudo pp.185 e ss.

252 O seu argumento é sustentado pela sucessiva diminuição do tamanho do exército português. Se Ceuta foi tomada por 20 mil homens e Dom Afonso V usou 30 mil, já Dom Sebastião não conseguiu reunir mais de 11 mil (FARIA, 2003: 18-19).

253 FARIA, 2003: 18-19 e 29.

254 FARIA, 2003: 29.

255 ENGLEMAN e NEVES, 1997: 475-476.

256 Em 1706 torna-se necessário ser portador de um passaporte (PINTO *et alii*, 2001: 399).

257 GODINHO, 1978: 17.

torna ineficaz esse controle, de que dão conta sucessiva legislação promulgada sobre a matéria[258].

Naturalidade da população Madeirense no século XVI

Origens	Total	%
Madeira (outras freg.)	277	59,8
Porto Santo	1	0,2
Viana do Castelo	39	8,4
Braga	51	11,0
Porto	9	1,9
Lisboa	7	1,5
Outras regiões	12	4,3
N. Id (Continente)	28	6,0
Açores	22	4,8
Canárias	14	3,0
Estrangeiro	3	0,6
TOTAL	**463**	**100,0**

Fonte: PINTO e RODRIGUES, 1993: 447-8.

Torna-se difícil conhecer a naturalidade dos migrantes, lacuna que poderia ser parcialmente colmatada com recurso aos registos paroquiais, os quais registam a naturalidade dos falecidos e dos nubentes. A análise da origem dos últimos nas freguesias da Madeira no século XVI comprova a importância relativa da dinâmica interna, bem como o contributo migratório da metade norte do Reino[259]. Numa primeira fase, ainda no século XV, a maioria das viagens de colonização partiu dos portos algarvios, de onde seria natural grande parte dos tripulantes. Mas mesmo as ilhas parecem ter herdado traços dos costumes do noroeste (a Madeira sobretudo), da Estremadura e do Alentejo (São Miguel), do Minho e da Beira (restantes ilhas dos Açores, à excepção de Santa Maria onde predominam traços algarvios). Também em Cabo Verde a população branca provém do sul, mas em breve o Algarve cede lugar a outros portos para norte, designadamente Lisboa. De facto, a área de emissão emigratória expande-se no final de Quatrocentos, incluindo então o Alentejo, a Estremadura próxima da capital, um pouco mais tarde o Minho, sobretudo através dos portos de Viana e Porto, e finalmente a Beira. Estudos sobre as origens dos que vão para as Índias Orientais na primeira metade do século XVI permitem concluir que provêm de todas as regiões, tendo o sul participado em larga escala nesse movimento,

258 ALVES, 1994: 104-105,
259 PINTO e RODRIGUES, 1993: 447-449.

ao contrário do que acontecerá em épocas posteriores. Mesmo o nordeste trasmontano e o centro interior se incluem nas vagas de migração. Este panorama evolui e nos últimos anos de Quinhentos estão firmados os pólos que virão a desempenhar o principal papel no processo migratório, designadamente o Entre Douro e Minho, com o Algarve a voltar-se para a Andaluzia. Em 1583 ou 1584 Fernão Cardim afirma que em Pernambuco os principais da terra são vianenses[260]. A densidade populacional destas zonas e as facilidades de transporte marítimo actuam como factores potenciadores dessa tradição. A geografia da emigração continental tende a circunscrever-se, quando a Madeira e mais tarde os Açores começam a dar os primeiros passos nas rotas emigratórias.

Outro tipo de migração foi aquela que desde finais do século XV levou à fuga de dezenas de milhares de judeus e cristãos novos. Na maioria mercadores e artesãos, radicaram-se em França nas zonas abertas ao ideal calvinista, dando origem a comunidades prósperas, como as de Nantes ou La Rochelle. Na primeira naturalizaram-se cem famílias portuguesas só no último quartel do século XVI. Núcleos judaicos persistem em Baiona e Biar-

Naturalidade da gente do mar portuguesa em 1620

Origens	Total	%
Norte do Tejo	Cascais	7,4
	Peniche	10,0
	Buarcos	2,1
	Pederneira	2,5
	Aveiro	2,8
	Porto e termo	29,4
	Esposende	1,8
	Viana do Castelo	7,0
	Caminha	1,0
	Outros	1,5
Sul do Tejo	Almada	5,7
	Sesimbra	4,5
	Setúbal	13,7
	Portimão	2,8
	Alvor	1,4
	Lagos	4,0
	Outros	2,1

Fonte: PINTO e RODRIGUES, 1993: 447-8.

260 Quando se levantava qualquer arruaça, em vez do habitual «ai que del-rei», os locais usavam gritar «ai que de Viana»!

ritz, mas o local preferido foi Bordéus. A julgar pelas cartas de Henrique II esta colónia não cessará de crescer após 1550, em número e importância económica. Muitos cristãos novos se acolheram na Flandres após 1540, sobretudo mercadores e oficiais mecânicos, beneficiando do contacto com a feitoria de Antuérpia. Em 1549 existiriam na cidade 20 mercadores lusos, mas em 1570 são já 80 as famílias residentes, além de 18 homens solteiros. A revolta dos Países Baixos levou a que muitos procurassem outras cidades, formando núcleos portugueses na zona do Reno. Em Colónia viviam em 1591 57 famílias, além de outros 20 mercadores. No entanto, a maioria radica-se na Holanda, sobretudo em Amesterdão, outros preferem o Báltico, designadamente Hamburgo, mas também Lübeck e Dantzig. Comunidades de origem lusa formam-se em Itália. Nápoles, Veneza e Ferrara acolhem desde Dom Manuel famílias inteiras, algumas das quais seguem mais tarde para Oriente. Encontramos nomes portugueses em Salónica, Constantinopla e mesmo na Síria[261]. No início do século XVII, o recrudescer da actividade inquisitorial reacende o fluxo emigratório, com substancial impacto económico. Os cristãos novos, gente de negócio e cabedais, começa a deixar o Reino, em direcção à Europa e Castela. Queixam-se as câmaras principais do País, sobretudo a de Lisboa. No seu *Ecco Polytico,* D. Francisco Manuel de Melo refere que de certas freguesias da capital haviam saído mais de 2 mil vizinhos, todos abastados. Muitos preferem Sevilha e Madrid, a partir de onde reorganizam os seus tratos com outros Estados, «como antiguamente o costumavam fazer no reino de Portugal»[262]. Tal facto recoloca a questão das causas da emigração portuguesa. De facto, para uma camada intelectual e cristã-nova podemos falar de razões político-religiosas. Nos casos de trabalhadores especializados sugere-se a falta de emprego em território nacional[263]. Com efeito, uma das consequências da perca de independência consistiu na saída de homens de negócios naturais e estrangeiros, desejosos de controlar parte do comércio com a América. Por outro lado, a criação de condições favoráveis para a mão-de-obra especializada, em parte como consequência da crise demográfica sentida em Espanha[264], fez com que muitos artesãos deixassem Portugal. Nos primeiros anos do século XVII vários milhares de pessoas atravessam a fronteira, enquanto outros trocam a Europa por Lima ou Buenos Aires. Além das actividades comerciais, que incentivavam formas específicas de emigração por vezes temporária, há que

261 AZEVEDO,

262 A.H.N., Estado, Liv.742, fl.114, cit. por OLIVEIRA, 1991: 54-55.

263 FARIA, 2003.

264 NADAL, 1980: 124

lembrar a protagonizada pelos oficiais régios, que exerciam comissões de duração variável como vice-reis, governadores, capitães, magistrados, feitores e soldados. Porém, a esmagadora maioria fugia à pobreza. As condições de vida, a falta de emprego, os salários escassos, colocavam a maioria da população no limiar da sobrevivência[265].

Outra questão importante nesta matéria é a do retorno. Pouco ou sabe sobre o tema, excepto através de referências dispersas, como a de Pyrard de Laval, nas suas *Voyages* datadas de 1610. Segundo ele quem ia para o Brasil em nove ou dez anos poderia regressar rico em bens e cabedais[266]. Mas a realidade era mais cruel e a esmagadora maioria raramente regressava. Para o século XVI estimou-se em cerca de um décimo o número de entradas em relação ao total de saídas[267]. Ao longo dos anos essa percentagem terá sido sempre baixa, excepto no que respeita a grupos abastados. De facto, o grosso dos emigrantes nunca enriquecia, embora pudesse manter nos novos locais de níveis melhores de vida que aqueles que tivera em Portugal.

Mais do que em relação a qualquer outra variável torna-se difícil estimar o número real de emigrantes, embora avaliações grosseiras possam admitir como médias anuais cerca de 3500 almas, oscilando entre dois e cinco milhares, segundo as conjunturas internas e externas. A taxa bruta de emigração teria flutuado entre 2,5‰ no século XVI, 3,5‰ na primeira metade de Seiscentos e 1,5‰ na segunda, níveis que em nenhum caso alteram as tendências de evolução demográfica do Reino. A partir de 1690 regista-se nova subida para 4‰[268]. Na segunda metade de Quinhentos, 100 a 150 milhares de portugueses deixam o território continental pelas Ilhas, Marrocos, Oriente e ainda Brasil. A emigração portuguesa sofre uma alteração quantitativa a partir das últimas décadas do século XVI. Em 1620 Nicolau de Oliveira estima em oito mil as saídas anuais, quantitativo elevado, que atribui à continuação da fuga do Reino de cristãos novos em direcção à Flandres e sudoeste francês. As causas directas do aumento dos fluxos decorrem da colonização do Brasil e das oportunidades oferecidas pelas possessões castelhanas na América, enquanto decrescem os volumes da rota do Cabo. O Reino vizinho atrai também efectivos, sobretudo gente ligada às finanças e ao grande comércio. Embora com reduzida expressão, a sua saída afecta o dinamismo de Lisboa, Porto e Algarve.

265 GODINHO, 1978: 25.
266 Tom.II, 547-548, cit. por GODINHO, 1978: 17.
267 LOBO, 1984.
268 GODINHO, 1978: 17.

7

O Século XVIII

Maria João Guardado Moreira

Os fenómenos responsáveis pela dinâmica de uma população seguem um determinado modelo ou «*sistema demográfico*», o qual é condicionado por um conjunto de factores: formas de ocupação do espaço, recursos tecnológicos, alimentos, doenças. A Europa confrontou-se até à Revolução Industrial com um sistema demográfico pautado pela existência de comportamentos, relações e regras estáveis que, apesar das complexas diferenças da sociedade europeia, só no século XIX ou já no século XX se irão alterar. Por isso, a história demográfica de Setecentos, pelo menos na primeira metade, não é ainda a de uma época de grandes mutações. É certo que em algumas regiões há sinais de transição, mas a maioria das características que apontávamos anteriormente para os séculos XVI-XVII são aquelas que, *grosso modo*, vamos ainda encontrar.

Depois de nos dois séculos precedentes a população europeia ter visto abrandar ou até mesmo recuar o seu ritmo de crescimento, este é retomado no século XVIII, embora menos acentuado na primeira do que na segunda metade (0,3% e 0,5% ao ano[1], respectivamente). Como podemos observar, esta não é uma tendência que afecta de igual modo as regiões europeias: enquanto a Europa oriental cresce de forma sustentada ao longo de todo o século (acaba Setecentos com mais 17% de população do que tinha no início), o norte e ocidente europeus regridem e o sul, contrariando aquilo que parecia ser uma tendência generalizada, perde peso na segunda metade do século.

As razões que estão na origem desta evolução positiva da população europeia na sua globalidade não devem ser procuradas em alterações ocorridas no sistema demográfico, ou seja, nos modelos de fecundidade e nupcialidade e de mortalidade. Esta é uma época em que ainda vigora o *sistema*

1 DUPÂQUIER, 1997 (in BARDET e DUPÂQUIER, I, 1997: 254).

Evolução da população europeia no século XVIII (em milhões)

	1700	**1750**	**1800**
Escandinávia	3.00	3.75	5.25
Ilhas Britânicas	9.25	10.00	16.00
Alemanha	13.00	15.00	18.00
França	22.00	24.00	29.00
Península Ibérica	10.00	12.00	14.00
Itália	13.00	15.00	19.00
Europa Central	11.00	13.25	18.50
Polónia	6.00	7.00	9.00
Rússia europeia	20.00	26.00	36.00
Balcãs	6.25	8.00	10.00
TOTAL	**120,0**	**140.0**	**180.0**
Regiões			
% Norte e Ocidente	46.9	43.9	42.5
% Sul	24.4	25.0	23.9
% Este	28.7	31.1	33.6

Fonte: MAC EVEDY, C. e JONES, R., 1978

demográfico de Antigo Regime, no qual a nupcialidade mantém um papel central, fornecendo uma espécie de legitimação da reprodução mas, ao mesmo tempo, permanecendo estreitamente ligada aos sistemas familiares, regime de posse e transmissão das terras, assim como às actividades económicas e profissionais. Este modelo tipicamente europeu caracteriza-se pelo casamento tardio (idade média ao primeiro casamento superior a 24 anos para as mulheres e a 26 para os homens[2]) e por um celibato definitivo de valores relativamente elevados, factores que funcionaram como mecanismo auto-regulador da dinâmica demográfica no seu todo. Assim se explica a evolução lenta da população até ao século XIX. Este modelo não era todavia o que se encontrava na Europa oriental, onde dominava o casamento quase universal, com idades médias mais baixas, geradoras de níveis de fecundidade elevados, que poderá explicar o aumento significativo do número dos seus habitantes, apoiado na existência de espaços a povoar. Já nas regiões mediterrânicas encontramos situações diferenciadas, designadamente Portugal e Espanha, onde uma linha separa o norte, onde o casamento se efectua com idades mais elevadas (no Minho, à volta de 27 anos no caso dos homens e 25 a 27 no das mulheres, no País Basco, 26 anos, 25 nas Astúrias e Galiza), do sul, onde predominam idades médias ao primeiro casamento mais precoces (Alentejo e Algarve entre os 25 a 26 para os homens e 21 a

2 LIVI-BACCI, 1999: 106.

24 para as mulheres, na Andaluzia e Múrcia, 22 anos)[3]. Estas cambiantes têm suscitado por parte de alguns autores a possibilidade de se poder considerar existir mais do que um modelo europeu, ou pelo menos diversas tendências regionais de comportamentos no que diz respeito aos regimes de casamento e modos de formação dos agregados familiares[4].

O modelo de mortalidade, marcado por um ciclo de vida curto e instável, visível nos valores baixos das esperanças médias de vida (25 a 35 anos) que são condicionadas pelas condições de sobrevivência próprias das populações desta época, também não terá sofrido grandes alterações ao longo do século XVIII. Sabe-se que algumas das doenças epidémicas mais mortíferas foram erradicadas, como parece ser o caso da peste, mas tal não terá influenciado a evolução demográfica, até porque a Europa oriental continuou a ser vítima deste flagelo. Quanto às crises de mortalidade, a sua incidência e frequência tendem a diminuir em muitas regiões, embora não assim nas Penínsulas Ibérica e Itálica[5]. A mortalidade normal mantém ao longo de Setecentos níveis elevados, nomeadamente a infantil e juvenil, o que explica as baixas esperanças de vida à nascença e alguns contrastes regionais[6]. Dupâquier aponta como hipótese explicativa para a evolução das gentes europeias nesta fase o impacto positivo das alterações ambientais, que terão ocorrido numa escala geográfica muito alargada e que não se circunscreveu ao continente europeu[7].

Outro aspecto a ter em conta na análise da dinâmica demográfica dos europeus relaciona-se com as respostas que em cada região foram sendo

Mortalidade infantil e juvenil em alguns países europeus (‰)

Probabilidades de morte ($1000q_x$)	França (1750-1799)	Inglaterra (1750-1799)	Suécia (1750-1790)	Dinamarca (1780-1800)
${}_1q_0$	273	165	200	191
${}_4q_1$	215	104	155	156
${}_5q_5$	91	33	63	42
${}_5q_{10}$	42	21	34	–
l_{15}	491	736	612	641

Fonte: LIVI-BACCI, 1999: 117.

3 Veja-se ROWLAND, 1988. 72-137; REHER, 1990: 72-83; MOREDA 1997 (in BARDET e DUPÂQUIER, I, 1997: 377)

4 FAUVE-CHAMOUX, WALL, 1997 (in BARDET e DUPÂQUIER, I, 1997: 356-368).

5 MOREDA, 1980: 121, 327-374, 465; LIVI-BACCI, 1999: 94-95.

6 PERRENOUD: 1997 (in BARDET e DUPÂQUIER, I, 1997: 290-292). Para Espanha ver, por exemplo, MOREDA: 1997 (in BARDET e DUPÂQUIER, I, 1997: 477).

7 DUPÂQUIER, 1997 (in BARDET e DUPÂQUIER, I, 1997: 255).

dadas a este aumento populacional. Sendo certo que neste período grande parte dos recursos (alimentos, matérias-primas, energia) estavam dependentes da disponibilidade da terra, qualquer alteração no volume da população pressupõe mudanças na estrutura organizativa das sociedades, tanto do ponto de vista económico como social[8]. Na Europa oriental as necessidades das populações foram sendo resolvidas com a colonização de vastas áreas do Volga e do Mar Negro[9]. Mas, por exemplo, em França, onde as densidades já eram fortes, os sinais de crise multiplicam-se a partir de 1770: a idade média ao casamento sobe, o que poderá explicar, pelo menos em parte, o aumento da ilegitimidade, das concepções pré-nupciais e a progressiva diminuição da fecundidade dos casais. Estes poderão ser os primeiros sinais da transição demográfica[10].

Também o processo de construção da rede urbana dos diferentes estados é indiciador de novos moldes na ocupação e consolidação do espaço, até porque o crescimento das cidades decorre de uma estreita relação de intercâmbio com as zonas rurais, que fornecem população e possibilitam o desenvolvimento funcional e produtivo dos aglomerados urbanos.

População a viver em centros urbanos com mais de 10 mil habitantes (%)

	1700	1750	1800
Escandinávia	4.0	4.6	4.6
Inglaterra e País de Gales	13.3	16.7	20.3
Escócia	5.3	9.2	17.3
Irlanda	3.4	5.0	7.0
Holanda	33.6	30.5	28.8
Bélgica	23.9	19.6	18.9
Alemanha	4.8	5.6	5.5
França	9.2	9.1	8.8
Suiça	3.3	4.6	37.7
Norte da Itália	13.6	14.2	14.3
Centro da Itália	14.3	14.5	13.6
Sul da Itália	12.2	13.8	15.3
Espanha	9.0	8.6	11.1
Portugal	11.5	9.1	8.7
Áustria-Boémia	3.9	5.2	5.2
Polónia	0.5	1.0	2.5
Europa	9.2	8.5	10.0

Fonte: DE VRIES, 1987

8 LIVI-BACCI, 1999: 17-19.
9 LIVI-BACCI, 1999: 35-36.
10 DUPÂQUIER, 1997 (in BARDET e DUPÂQUIER, I, 1997: 254-255).

A análise dos níveis de urbanização depara-se à partida com a questão dos critérios definidores do que se considera um centro urbano. Bairoch e De Vries adoptaram o limite de cinco mil habitantes, o que lhes permitiu concluir que a taxa de urbanização progrediu de forma lenta ao longo do século XVIII. Para o primeiro, esta decresceu de 12,3% para 12,1% entre 1700 e 1800, enquanto De Vries estimou uma taxa de 11% para meados de Setecentos e 12,1% para 1800[11]. Estes valores diferentes não são, porém, discordantes. Inglaterra e o País de Gales foram os locais onde o crescimento urbano foi mais acentuado, o qual contrasta com a tendência recessiva da Bélgica e a evolução positiva, embora mais lenta, da Europa meridional, apesar de esta ser uma região com um elevado grau de urbanização[12]. Crescem preferencialmente as cidades médias, em detrimento das que possuem menos de cinco mil habitantes. Por seu turno, os centros acima de 10 mil almas também evoluem de forma diferenciada consoante as regiões, como mostra De Vries (quadro página anterior).

O período é favorável ao crescimento das grandes cidades com mais 100 mil habitantes. Se em 1700 apenas 13 ultrapassavam este limiar, em 1800 já eram 20[13]. Lisboa era a única cidade portuguesa incluída neste *ranking*. A dinâmica deste grupo é explicada não só pela expansão do comércio marítimo e desenvolvimento da industrialização, mas também pelo reforço das estruturas administrativas que contribuem para o desenvolvimento das cidades capitais. Muitos destes centros urbanos foram alimentados com populações que se deslocavam das zonas rurais. Às transferências regulares na Europa dos séculos da modernidade juntavam-se os movimentos sazonais, que chegaram a ter uma impacto e volume apreciáveis em muitas regiões europeias (caso da Holanda que recebe fluxos provenientes da Vestefália, de Londres que recebe principalmente irlandeses, ou ainda Castela, para citar alguns exemplos[14]).

Para além destas deslocações, havia as que tinham carácter definitivo. Caso da já mencionada ocupação de regiões a leste, e que, na verdade, são as que mais contribuem para alterar as dinâmicas demográficas, tanto dos lugares de origem como de destino, neste caso concreto facilitadas pela ausência de barreiras político-jurídicas.

As migrações para fora do continente europeu, sobretudo dos países que constituíram impérios coloniais na América e na Ásia, envolveram volumes

---

11 DE VRIES, 1987.

12 Para Espanha cf. REHER, 1990: 37-44.

13 DUPÂQUIER, 1997 (in BARDET e DUPÂQUIER, I, 1997: 261).

14 LIVI-BACCI, 1999: 121.

significativos, sobretudo quando confrontamos o seu peso relativo face à população europeia da época. A única excepção é a França, para cujo comportamento discordante não foi ainda encontrada uma explicação satisfatória. Foram principalmente a Inglaterra e os países da Península Ibérica quem alimentou esses fluxos migratórios, especialmente nos séculos XVII e XVIII[15]. No espaço peninsular, a emigração portuguesa foi ainda mais intensa que a espanhola, muito por força da descoberta de ouro e diamantes no Brasil, como veremos mais à frente. Sendo as regiões de origem de emigrantes limitadas em termos nacionais (Andaluzia, Estremadura, Castela, no caso espanhol, Minho e Beira, no caso português), é licito supor a existência de repercussões demográficas negativas nas zonas de saída.

1. Grandes linhas de evolução: os volumes e os ritmos

As hipóteses que considerámos plausíveis para definir as linhas de crescimento populacional em Portugal nos séculos XVI e XVII mostram uma periodização marcada por períodos de estagnação, ou mesmo recessivos, embora no final do século XVII a população comece a recuperar. Entrado o século XVIII[16], um novo período negativo marca a linha de tendência demográfica, a que não será alheia a forte emigração para o Brasil (entre oito a dez mil pessoas por ano[17]), de tal modo que em 1720 surge legislação que limita as saídas para as capitanias brasileiras[18]. Existiram, no entanto, outros factores conjunturais que poderão explicar as hesitações de crescimento global da população do Reino de Portugal. É o caso da participação na Guerra de Sucessão de Espanha, entre 1704 e 1712, e as sucessivas crises de mortalidade, tanto de cariz epidemiológico como de guerra ou de carência cerealífera, que marcaram os finais do século XVII e o século XVIII, ainda que com intensidades variáveis. E por isso, até 1732, os fogos decrescem a um ritmo anual de -0,20%.

Se é certo que para este século dispomos de um conjunto mais alargado de fontes do que para épocas anteriores, também é verdade que a sua fiabilidade continua a suscitar várias dúvidas, relacionadas com o facto de

15 LIVI-BACCI, 1999: 124-125. Estima-se que entre 1650 e 1820, 310 mil espanhóis saíram anualmente em direcção ao Novo Mundo (POUSSOU, 1997 [in BARDET e DUPÂQUIER, I, 1997: 265]).

16 Veja-se também a síntese MOREIRA, RODRIGUES, 2005. 35-65, que seguiremos em parte.

17 GODINHO, 1980: 57.

18 MAGALHÃES, 1984: 27. O autor refere que esta lei vinha reforçar medidas restritivas anteriores, de 1709 e 1711.

nenhuma delas ser ainda um recenseamento, mas tão só contagens feitas com outros fins. Tal como nos séculos anteriores temos de enfrentar os constrangimentos que decorrem do coeficiente adequado para transformar fogos em habitantes, das condições em que esses documentos foram elaborados e das lacunas na contabilização de certos grupos (caso dos menores ou do clero), da omissão de algumas localidades e do facto de terem chegado até nós apenas parte dos dados. No entanto, as fontes disponíveis permitem, apesar do referido, construir séries de dados desagregadas em unidades territoriais relativamente comparáveis e com intervalos que possibilitam uma visão dos ritmos de crescimento da população portuguesa ao longo de Setecentos, tanto a nível local e regional como nacional.

Estes condicionalismos tornam mais prudente que, numa primeira fase de análise, se utilize como unidade de referência o total de fogos, mais fiáveis, embora não isentos de erro. Vejamos quais os principais quantitativos de que podemos dispor e sobre os quais vários autores fizeram algumas tentativas de correcção[19].

Evolução da população do continente no século XVIII[20]

Data	Fogos	Habitantes
1700	520000[21]	2 100 000[22]
1706	593628[23]	
	586461[24]	
1729	658592[25]	2 634 000[25]
1732	459800[26]	1 742 807[26]
	557141[27]	2 143 368[28]
1735	644535[25]	2 578 000[25]
1758	633422[29]	2 533 000[29]
1765	837108[30]	4 8377 22[30]
	872289[31]	3 973 794[31]
1768	633432[32]	2 409 698[32]
1776	633432[33]	
	744980[34]	
1798	746864[35]	2 971 770[36]
1801	758086[37]	2 912 673[37]
	748629[38]	2 893 532[38]

19 Para além dos autores indicados a propósito dos valores apresentados no quadro veja-se também SERRÃO, 1993: 51, Quadro 1; HESPANHA, 1986: 76-85 para a *Chorografia* do Padre Carvalho Costa.

20 Seguimos de perto a síntese feita por Maria Luís Rocha Pinto, «A evolução da População do Continente no século XVIII» (artigo inédito).

21 MAGALHÃES, 1984, deduz este valor considerando, como já tinha feito GODINHO, 1955, que a população teria crescido, entre 1700 e 1800, 43%.

Taxas de crescimento anual médio dos fogos

Princípios do século XVIII/1732	1732/58	1758/98	1758/1801*	1758/1801**
-0,20	0,49	0,41	0,42	0,39

Fonte: Quadro *Evolução da População do Continente no Século XVIII*. * SOUSA, 1979: 148-149; ** SILVEIRA, 2001: 247-251.

O começo da segunda metade do século XVIII caracterizou-se por anos difíceis, marcados pelo terramoto de 1755, nova guerra com Espanha e o início de uma crise económica. Embora os quantitativos adiantados pela documentação coeva continuem a não nos dar certezas sobre a evolução dos volumes populacionais, é possível entrever um certo abrandamento do cresci-

22 GODINHO, 1980: 19.
23 Valor resumo da *Chorografia* do Padre Carvalho Costa (BNL (R) PBA 137).
24 Valor apontado por SERRÃO (1987: 6) para o somatório dos valores da *Corografia* do Padre Carvalho Costa.
25 MAGALHÃES, 1984.
26 Valor de BALBI 1822b: 68.
27 Valor indicado por SERRÃO (1987: 6) para o somatório dos valores da lista do Marquês de Abrantes.
28 Valor apresentado por o valor de habitantes apresentado por GODINHO, 1955: 302, e que reproduz os valores de BALBI (1822b: 69), que acrescenta aos valores da Lista os menores de 11 anos (348567), o clero secular e regular (40000) e as religiosas (12000).
29 MAGALHÃES, 1984 refere-o como o total dos valores das *Memórias Paroquiais*; o total da população corresponde à multiplicação dos fogos por 4.
30 Levantamento de fogos e almas, incluindo os religiosos nos conventos, com excepção dos jesuítas, efectuado em 1765, por ordem do ainda Conde de Oeiras, por Manuel José Perinlongue. Publicado por FERRO, 1995. 106-151.
31 O mesmo documento da nota anterior, mas com apuramento de resultados globais efectuados por Rocha Pinto.
32 Valores de BALBI (1822b: 70) de que GODINHO (1955: 302) utiliza o total de habitantes em. O número de fogos é indicado por Soares de Barros nas suas Memórias como correspondendo a Listas muito cuidadas elaboradas pouco antes da divisão dos bispados iniciada em 1770.
33 «A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique» Introdução de J V Serrão. P XXIX apontando como o valor das listas mandadas elaborar nesta data por Pina Manique.
34 Valor indicado por BARROS (1798: 139) para 1776 na *«Memória sobre as cauzas da differente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia»*. O autor confessa que para as Comarcas de Pinhel, Lamego, Tomar, Leiria e Setúbal, e dado as listas de Pina Manique as não conterem, foi buscar os fogos respectivos à Geografia de Caetano de Lima (BARROS, 1798: 140)
35 Censo de Pina Manique.
36 Cálculo de BALBI (1822b: 73) a partir do total de fogos que retira do Censo de 1798.
37 SOUSA,1979: 148-149.
38 SILVEIRA, 2001: 247-251.

mento. Por outro lado, vários estudos regionais apontam para uma conjuntura adversa, em que se aliam o aumento da mortalidade extraordinária, traduzido na ocorrência de crises de mortalidade de intensidade forte em algumas regiões, problemas de subsistência e a chamada Guerra Fantástica. Estes factos são comprovados pela investigação realizada sobre Guimarães[39], Braga[40], Torre de Moncorvo[41], Castelo Branco[42] Idanha-a-Nova[43], Cova da Beira[44], Cascais[45], diocese de Coimbra[46], região de Évora[47], Cuba[48] e Algarve[49].

Aliás, à semelhança do que sucede em Portugal, também em outras regiões europeias, caso da Itália ou das regiões espanholas de Castela e da Estremadura, há registo de crises frumentárias desde 1759, sendo o ano crítico da fome o de 1764[50]. No caso espanhol, a juntar à crise dos anos 60, há que considerar os efeitos da guerra, à semelhança das regiões fronteiriças portuguesas. É possível, portanto, que a conjuntura de crise das décadas de 60 e 70 tenha contribuído para uma tendência de abrandamento do crescimento da população portuguesa durante a segunda metade do século XVIII[51].

Ensaiámos, de seguida, traçar as principais tendências do crescimento dos portugueses ao longo do século XVIII utilizando os valores do número de habitantes que considerámos mais plausíveis[52]. Mais que valores absolutos, que reconhecemos serem de pouco prudente utilização, importa destacar as linhas de tendência de crescimento populacional ao longo deste século. Logo de início devemos recordar que, como afirmámos anteriormente[53], os valores da *Corografia* do Padre Carvalho Costa têm sido conside-

---

39 AMORIM, 1987: 296-314.

40 DAVID, 1992.

41 TAVARES, 1997.

42 PINTO, 1993: 285-300.

43 MOREIRA, 1994: 74-86

44 DIOGO, 1992: 51-58

45 RUNKEL, 1990.

46 CARVALHO, PAIVA, 1989: 209-211.

47 SANTOS, 1995: 229-235; 206-265.

48 BORGES, 1996: 52-56.

49 MAGALHÃES, 1984: 70-75,99-102.

50 SANTOS, 1995: 228-229.

51 SANTOS (1995: 234-235, 402) defende a necessidade de rever a cronologia do crescimento demográfico de setecentos, nomeadamente a influência que o período depressivo das décadas de 60 e 70 teve no crescimento lento ou, até mesmo, na estagnação do resto do século. Para este autor estamos perante «um processo de crescimento, mais longo e ritmado por sucessivos desequilíbrios: um processo contraditório, crítico na sua essência».

52 Estes valores ou são os que vêm expressos nas fontes, ou então resultam da aplicação de um coeficiente habitantes/fogo.

53 Capítulo 5.

rados sobreavaliados[54], o que pode condicionar a análise dos primeiros anos do século, consideração válida tanto para os fogos como para os indivíduos. Feita esta advertência, a mesma tendência regressiva que já apontávamos em relação aos fogos verifica-se no que diz respeito à evolução de habitantes, contrariando a fase de crescimento que conhece a generalidade dos países da Europa. De seguida, entre 1732 e 1758, parece ocorrer uma ligeira recuperação, mas aparentemente crescem mais os habitantes do que os fogos.

Evolução da população: crescimento anual médio[55] (%)

Princípios do século XVIII/1732	1732/58	1758/98	1758/1801
-0,20	0,64 0,65	0,32	0,31

Fonte: Elaboração própria.

A segunda metade do século também não esteve imune a crises conjunturais, com origens diversas: guerra, crises de mortalidade, crise económica. Se tomarmos em consideração o período que medeia entre 1758 e 1768, os quantitativos, tanto dos fogos como dos habitantes, revelam uma tendência negativa, em que se associam os problemas relacionados com o conflito com Espanha (1762), vários anos de más colheitas, instabilidade nos preços, a que se juntam problemas no comércio e fundos do Estado e numa «crise mercantil e atlântica»[56]. Este período depressivo estendeu-se entre 1762 e 1779[57]. Os efeitos ter-se-ão feito sentir de forma generalizada (entre 1758 e 1768 a população terá registado um decrescimento de cerca de 0,50% ao ano e os fogos estagnaram[58]). Na fase final da centúria recupera-se um certo equilíbrio, embora tímido.

54 Veja-se por, exemplo, o que referem PINTO, 1993: 62 e 136; SERRÃO, 1987: 7; SANTOS, 1995: 191.

55 Para os valores de 1732 ensaiámos duas hipóteses, uma utilizando valor indicado por SERRÂO, 1987: 11 e outra, o valor de habitantes apresentado por GODINHO, 1955: 302 e que reproduz os valores de BALBI, 1822b: 69. No sentido de obviar a difícil problemática de encontrar um multiplicador que transforme fogos em habitantes, utilizámos o coeficiente 3,85 uma vez que não deve ter havido grande alteração ao longo século (PINTO *et alii*, 2001: 395), com excepção de 1758 que corresponde à multiplicação dos fogos por 4 (MAGALHÃES, 1984); para 1798 usámos o coeficiente 3,86 habitante/fogo que se deduz do Censo de 1801 para o país, uma vez que esta contagem oferece tanto valores sobre habitantes como de fogos.

56 Expressão de Magalhães Godinho cit. por SERRÃO, 2005: 162, nota 42.

57 SERRÃO, 2005: 159-162.

58 Para habitantes em 1768 utilizámos os valores indicados por BALBI, 1822b: 70 e para fogos BARROS, 1798: 141.

2. As assimetrias regionais e a rede urbana

A evolução populacional portuguesa em Setecentos foi incontestavelmente influenciada pelas diferentes respostas que o norte e o sul de Portugal encontraram para enfrentar as dificuldades impostas pela crise seiscentista[59].

No Algarve e em certas partes do Alentejo aumenta o ritmo de crescimento populacional a partir de 1672, mantendo-se essa tendência até meados do século XVIII. Mas a norte e no centro do país a evolução foi diferente, tendo a recessão do século XVII sido menos penosa, para o que poderão ter contribuído diferentes estruturas familiares e comunitárias, maior percentagem de população rural e o predomínio de uma economia baseada na exploração de pequenas unidades territoriais, que garantiam às populações alguma auto-suficiência.

Por aqui se pode constatar que, no que diz respeito à distribuição e comportamentos, a evolução regional da população durante o século XVIII define-se por grandes contrastes e desequilíbrios.

Distribuição regional da população por províncias (%)

	1706	1732	1760	1768	1776	1798	1801	Área
Minho	22,3	25,5	26,3	24,7	24,7	24,3	25,1	8,1
Trás-os-Montes	8,7	7,6	9,8	8,7	8,7	8,5	8,9	12,3
Beira	30,5	30,5	28,3	29,9	29,9	30,1	30,1	25,5
Estremadura	20,7	21,2	21,6	21,7	21,7	23,5	21,7	20,3
Alentejo	14,9	11,3	10,2	11,5	11,5	10,2	10,7	28,2
Algarve	2,8	3,4	3,8	3,4	3,4	3,4	3,5	5,6

Fonte: SERRÃO, 1993: 54

A província do Minho, apesar da sua reduzida dimensão geográfica quando comparada com outras províncias, albergava cerca de um quarto da nossa população. No outro extremo, o Alentejo, que ocupava cerca de 28% da área nacional metropolitana, era a província menos povoada, tendo sido a única que perdeu residentes entre o princípio e o fim do século. Entre 1700 e os primeiros anos da década de 30 terá perdido mais de um quarto dos seus habitantes. E, embora tenha recuperado lentamente a partir de então, essa mudança de tendência não foi suficiente para que fossem repostos até final do século os efectivos do princípio do mesmo[60]. Em algumas

59 ROWLAND, 1997: 484.

60 SERRÃO, 1993: 56 (Quadro 7) e 57.

localidades do interior alentejano a perda demográfica ainda foi maior, como sucede em Cuba, cujo volume de residentes terá regredido cerca de 40% entre 1708 e 1734[61]. Também nestes anos a população dos bispados de Elvas e Portalegre diminuiu, sendo a recuperação difícil, de tal modo que em meados do século na generalidade das povoações ainda não tinham sido repostos os valores do início da centúria[62]. Na zona de Évora a primeira metade regista um crescimento irregular e na segunda é a crise dos anos 60 que marca uma evolução tendencialmente em baixa. A sucessão de más colheitas e a possibilidade de envolvimento na guerra, com tudo o que isso significa em termos de requisição de recursos humanos e económicos, abre espaço ao aumento da mortalidade e à quebra da natalidade, «numa depressão que volta a despovoar os campos»[63].

No entanto, a província alentejana não pode ser vista como uma região uniforme, pois é possível detectar pólos de atracção populacional, tal como dá conta um estudo realizado para a área geográfica do Arcebispado de Évora, reportando-se ao ano de 1720. Embora nesta data a província fosse a mais despovoada do país, com uma densidade média que oscilava entre os 8,7 e os 10 hab/km^2, sendo a média nacional de 30 hab/km^2, registaram-se nalgumas partes do arcebispado crescimentos populacionais de monta[64].

Na Beira Interior, os dados disponíveis para os concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova mostram que houve um crescimento lento, ou mesmo negativo no princípio do século, a que se seguiu um aumento lento, mas positivo, até final do mesmo[65]. É preciso não esquecer que nesta região da raia beirã, Castelo Branco e Idanha-a-Nova sofreram graves crises de mortalidade provocadas pela guerra da Sucessão de Espanha, o que se reflectiu na evolução dos seus efectivos. Também outras partes do Reino foram afectadas por este conflito, designadamente o Alentejo[66] e o Algarve[67].

A norte, a província de Trás-os-Montes conheceu nesta época uma regressão acentuada, com perdas estimadas em cerca de 18 pontos percen-

---

61 BORGES, 1996: 160.

62 COSME, 1992: 158-159.

63 SANTOS, 1995: 265.

64 Foi assim, entre 1720 e 1800, em Santiago do Cácem (entre 46% e 78%), Alvalade (36% e 63%), Vila Nova de Milfontes (34% e 61%), Odemira (29% e 54%), Sines (13% e 36%) e a Vidigueira que em 1720 já era um dos concelhos mais povoados do arcebispado e onde a população aumentou 31% a 57%, entre 1720 e 1801 (MATOS, MARTINS, s.d.: 24).

65 Em Castelo Branco, entre 1695-1732, -0.44% ao ano, 1732-1758, 0,48%, 1758-1798, 0,15% e 1798-1801, 0.40% (PINTO, 1993: 136). Em Idanha-a-Nova, para as mesmas primeiras três datas, -0,52%, 0,60%, 0,01% (MOREIRA, 1994: 33).

66 SERRÃO, 1993: 348-347.

67 MAGALHÃES, 1984: 27, 99-100

tuais nos primeiros trinta anos de Setecentos. Com efeito, as únicas regiões que no primeiro quartel do século XVIII viram a sua população aumentar foram o Minho[68] e sobretudo o Algarve, que assiste a um crescimento sustentado até 1758[69]. Na região abrangida pela diocese de Coimbra verifica-se um crescimento rápido entre 1709-12 e 1720, que abranda para valores inferiores a metade dos registados no período anterior[70].

A evolução demográfica na segunda metade da centúria revela menores disparidades. Nesse período Trás-os-Montes foi a província que mais cresceu (62,4%) e o Alentejo a que registou um crescimento mais tímido (29,2%)[71]. Entre estas duas províncias, há que referir os casos algarvio e minhoto, já que ambos mantiveram uma evolução regular e positiva ao longo de todo o século[72].

Densidade populacional (Fogos/km^2)

	Densidade		
	1700	**1732**	**1798**
Minho	17,4	18,9	24,2
Trás-os-Montes	4,8	4,2	5,9
Beira	8,0	7,6	10,0
Estremadura	7,6	7,4	11,0
Alentejo	3,3	2,3	2,9
Algarve	3,6	4,2	5,7
Total	6,6	6,3	8,5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de SERRÃO, 1987: 41 e SILVEIRA, 1997 (CD).

A desigual evolução regional demográfica adquire outra visibilidade quando olhada através das densidades de povoamento. Claramente se distinguem as formas desiguais de ocupação do espaço: o noroeste sempre mais povoado e a fraca densidade do Algarve e sobretudo do Alentejo, cuja distribuição humana no espaço disponível não era, todavia, homogénea. O litoral alentejano era, por volta de 1720, ainda menos povoado que os concelhos de interior, com valores entre os 5 e os 6 hab/km^2. Mas se distinguirmos o Alto do Baixo Alentejo, a parte mais meridional da província, que

68 SERRÃO, 1993: 56.

69 MAGALHÃES, 1984: 20.

70 O crescimento anual médio, entre 1709-12 e 1721 (total de 130 paróquias) cifra-se em 0.71%, entre 1721 e 1758 (54 paróquias), 0.31% e entre 1721 e 1798 (295 paróquias), 0.22% (CARVALHO, PAIVA, 1989: 208-209).

71 SERRÃO, 1993: 56.

72 SERRÃO, 1993: 56; MAGALHÃES, 1984: 20

abarca os campos mais ricos era relativamente mais despovoada. No Alto Alentejo a intensa ocupação do solo não decorre tanto da sua aptidão agrícola, como da situação geográfica e de uma série de condicionalismos de carácter histórico que favoreceram o desenvolvimento de algumas cidades e vilas. A Estremadura, onde se situava a capital do Reino, e a Beira eram províncias com níveis de ocupação intermédia, mas bastante superior ao nordeste transmontano, onde escasseava a população, embora existissem alguns centros que, pelas funções que desempenham no contexto regional e local, acabavam por ter um papel polarizador. Refira-se a título de exemplo a cidade de Bragança, que no final do século XVIII era a maior e mais rica cidade da região, muito por causa da indústria da seda[73], ou ainda Vila Real, Guarda, Covilhã, Évora.

Se relacionarmos o peso percentual do território de cada província com a sua respectiva população, é possível ainda distinguir regiões ganhadoras e perdedoras, como se infere com base no cálculo dos índices de concentração dos fogos por unidade provincial[74].

Índice de Concentração das Províncias de Portugal no século XVIII

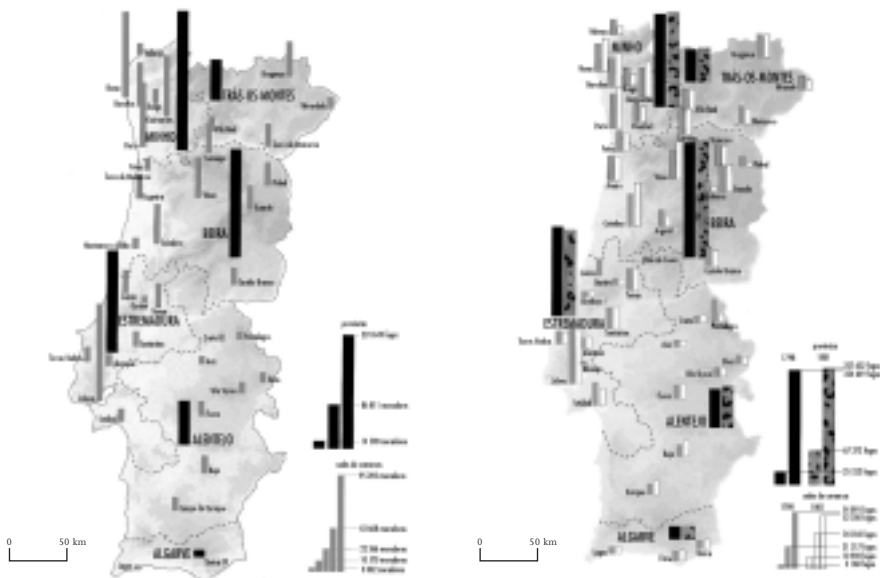
	Índice Concentração			
	1700	**1732**	**1768**	**1798**
Minho	13,8	17,0	16,2	15,8
Trás-os-Montes	-3,5	-4,1	-3,5	-3,7
Beira	5,0	5,0	4,4	4,6
Estremadura	2,5	3,0	3,5	5,3
Alentejo	-15,6	-19,2	-19,0	-20,3
Algarve	-2,3	-1,7	-1,7	-1,7

Fonte: Elaboração própria e quadro anterior.

Desde logo podemos constatar grandes desigualdades do povoamento no território continental, que pouco diferem dos encontrados no período 1527-1700[75]: Trás-os-Montes, Algarve e sobretudo o Alentejo, de todos o mais contrastante, representam zonas com dinâmicas territoriais opostas ao resto do Reino, resultado do tipo de povoamento que as caracteriza, concentrado e com grandes espaços desabitados. Tal como acontecera nos séculos anteriores, também ao longo do século XVIII estas três regiões continuam incapazes de

73 SOUSA, 1978: p. 59-73.
74 LOPES, 1980: 59-60.
75 Capítulo 6.

inverter a relação negativa entre território e população. As regiões mais atractivas permanecem o Minho e a Estremadura, que beneficiou seguramente do efeito polarizador de Lisboa. Ou seja, as assimetrias regionais tendem a acentuar-se nestas décadas. Assimetrias que se tornam ainda mais perceptíveis quando cartografadas. Os contrastes mais evidentes são os que opõem o norte ao sul, tendo o Tejo como linha divisória, mas também, com poucas excepções, um litoral mais povoado a um interior com menor peso demográfico.

Distribuição da população por comarcas e províncias (1765 e 1798-1801)

Fonte: MARQUES e DIAS, 2003: 316, 317.

A avaliação da população urbana portuguesa ao longo de Setecentos, está condicionada não só pela informação disponível como pela dificuldade em definir o limiar de aglomerado urbano[76]. Para o início do século XVIII, Vicente Serrão estimou em 15% a taxa global de população a viver em núcleos urbanos com mais de cinco mil habitantes, valor que se terá mantido praticamente inalterável em 1801 e que colocava Portugal entre os países mais urbanizados da Europa de então. No entanto, o facto do nume-

76 Sobre esta questão veja-se a análise feita por SILVA, 1997: 781-786.

ramento de 1801 considerar como unidade de agregação a freguesia, levou Álvaro Ferreira da Silva[77] a concluir que aqueles valores da população urbana estariam sobreavaliados, estimando para o início do século XIX uma taxa de urbanização de 12%, semelhante à média europeia[78].

Através do «*Mappa de Portugal, ou Padrão do número de Freguesias, moradores, e almas*...», efectuado em 1765 por ordem do ainda Conde de Oeiras Manuel José Perinlongue[79], é possível estimar para a segunda metade do século XVIII percentagens de população urbana que não diferem muito dos valores apontados por Álvaro Ferreira da Silva para 1801[80]. Também usámos o critério de considerar urbanos apenas os aglomerados que ultrapassam mil fogos, a partir dos que são mencionados na referida fonte. Tal facto não obsta a que estes valores possam ser considerados indicativos da realidade urbana do último quartel da centúria.

Unidades Administrativas: cidades e vilas em 1765

	Cidades			Vilas		
	N.º	**Moradores**	**%**	**N.º**	**Moradores**	**%**
Minho	2	10940	4,0	21	13779	5,0
Trás-os-Montes	2	6220	7,7	59	11961	14,7
Estremadura	2	69764	34,7	110	50552	25,2
Beira	4	8564	4,0	226	60173	28,2
Alentejo	3	8524	9,8	107	41923	48,3
Algarve	3	3454	23,7	13	5270	36,1

Fonte: Elaboração própria com base em FERRO, 1995: 109-151.

Dimensão dos Aglomerados e População Urbana em Portugal (1765)

	1000+ fogos		1300+ fogos		2500+ fogos	
	Centros	**% Pop. urb.**	**Centros**	**% Pop. urb.**	**Centros**	**% Pop. urb.**
Minho	4	5,9	4	5,9	4	5,9
Minho	4	5,9	4	5,9	4	5,9
Trás-os-Montes	1	2,4	1	2,4	0	0,0
Estremadura	9	38,4	4	37,8	3	37,1
Beira	8	7,1	5	5,3	1	2,1
Alentejo	12	23,0	6	15,3	2	7,8
Algarve	2	17,5	1	9,6	0	0,0
Portugal	36	15,8	21	13,8	10	11,7

Fonte: Elaboração própria com base em FERRO, 1995: 109-151.

77 SILVA, 1997: 780.
78 Para Espanha veja-se REHER, 1990: 36-39.
79 FERRO, 1995: 109-151.
80 SILVA, 1997: 787.

Outro aspecto que se reveste de grande interesse numa análise do fenómeno de urbanização é a sua desigual distribuição regional. Em 1800 residiam em Lisboa 6% dos portugueses, o que correspondia a quase um terço de toda a população urbana do continente[81]. O Porto, apesar do surto demográfico que conheceu a partir de finais de Seiscentos, nunca ultrapassou um quarto dos habitantes da capital. No entanto, ao contrário do que aconteceu naquela, a Invicta registou um significativo aumento populacional nos últimos trinta anos do século, acompanhando aliás o desenvolvimento económico que também então se verificou. Se entre 1758 e 1765 o número de fogos se manteve estável (6057 e 6321, respectivamente), de 1765 para 1801 subiu cerca de 80%. No início do século XIX contavam-se 11 345 fogos e 43 212 habitantes[82]. Na véspera do terramoto de 1755, habitavam em Lisboa cerca de 168 mil indivíduos, sem contar as quase 23 mil almas das freguesias limítrofes, número que só no último quartel do século será reposto. Nos últimos vinte anos da centúria a cidade vê a sua população aumentar e em 1801 contava com um pouco menos de 170 mil habitantes, distribuídos por 44 mil fogos[83].

A segunda metade de Setecentos sucede a um longo período de escasso desenvolvimento urbano e caracteriza-se por um crescimento acentuado sobretudo dos núcleos populacionais do litoral, que cresceram mais do que os do interior. De início este processo foi lento e favoreceu sobretudo a faixa norte, na sequência da intensificação dos tratos com o continente americano, para em seguida se estender ao resto território e em breve privilegiar as zonas centro e sul[84].

A desigual dimensão da rede urbana mantém-se, embora a situação geográfica e condicionalismos de carácter histórico, tivessem favorecido o desenvolvimento de cidades como Évora, que contava mais de 11 mil habitantes em 1720, e vilas como Estremoz (5 mil), Borba, Vila Viçosa e Montemor, com mais de 3 mil habitantes, para só referir o Alto Alentejo. Por seu turno, os centros populacionais do Baixo Alentejo não ultrapassavam os 6 mil habitantes no caso de Beja, a maior cidade da região, e os 4 mil, atribuídos a Serpa e a Moura[85]. Porém a situação no norte do Reino era bem diversa. Mais a norte, Bragança oscilava entre 500[86] fogos em 1700, 869 em 1732, 1053 em 1758, 1076 em 1798 e 1088 em 1801.

81 RODRIGUES, 1987: 26-27.

82 FERRO, 1995: 54-55.

83 RODRIGUES, 1987: 37-40.

84 MOREIRA, RODRIGUES, HENRIQUES, 2007: 2.

85 MATOS, MARTINS, s.d.: 25.

86 Este quantitativo parece-nos subavaliado quando comparado com as outras fontes, além de

Portugal possuía assim uma rede urbana desequilibrada, não só porque os níveis de urbanização regionais eram desiguais, mas também por causa do peso de Lisboa na população e no sistema urbano nacional. As províncias onde se registavam maiores taxas de urbanização eram o Algarve, o Alentejo e a Estremadura[87] e que também se confirma em 1765.

Todavia, o número de indivíduos a residir em aglomerados urbanos não aumentou a sua importância percentual ao longo do século XVIII, o que contrasta com a evolução do contexto europeu[88]. Vicente Serrão[89] afirma que, apesar do número de centros urbanos ter aumentado cerca de 25% entre o princípio e o fim do século, a sua população era proporcionalmente a mesma, facto que este autor relaciona com o forte crescimento demográfico das duas maiores cidades portuguesas – Lisboa com uma variação positiva de 56 pontos percentuais e o Porto, cuja população aumentou 148% – e que contrasta com a maioria dos restantes aglomerados urbanos, muitos dos quais perderam importância relativa.

Assim, no começo do século XIX, Portugal continuava a ser sobretudo um país de vilas e aldeias, onde não abundavam cidades, sobretudo as de média e grande dimensão. A falta de uma «armadura urbana», que alguns autores já apontam para o século XVI, viu-se agravada ao longo do século que aqui nos importa**,** devido à incapacidade de desenvolvimento populacional manifestada pela generalidade das cidades e vilas do país, à excepção de Lisboa e do Porto[90]. Com efeito, o aumento relativo da população urbana em relação à total foi feito à custa desses dois grandes centros, que lideraram o processo de desenvolvimento económico das zonas norte e sul. O fenómeno da macrocefalia de Lisboa já era visível no princípio do século XVIII quando no perímetro urbano habitavam quase 5% de todos os residentes no Reino e 26% da população urbana do país. Um século mais tarde esses valores ascendiam a 6 e 32%, respectivamente[91].

A questão da bicefalia, tão presente em estudos situados em épocas mais recentes, remonta pelo menos, ao início do século XIX, até porque no final de Setecentos se reforça a vida urbana na orla costeira.

---

que a *Corografia Portugueza*, ao contrário das outras contagens, apresenta apenas um valor para as duas freguesias da cidade.

87 SERRÃO, 1996: 75.

88 RODRIGUES, 1997: 27.

89 SERRÂO, 1996.

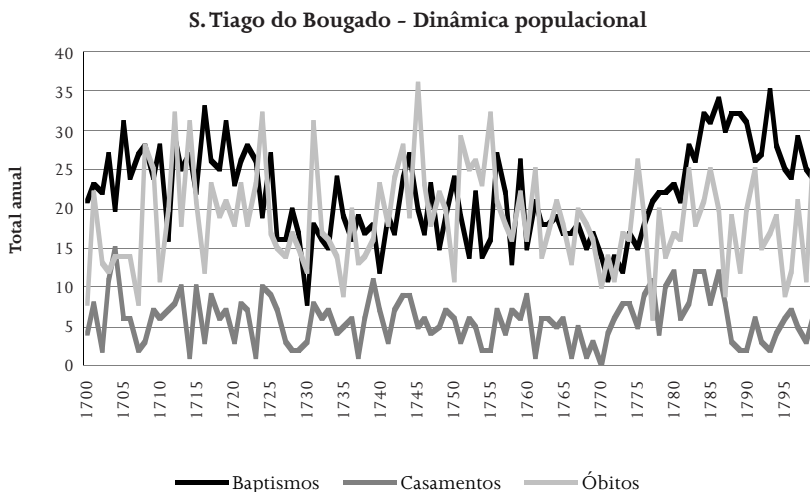
90 BAPTISTA, 1994: 54.

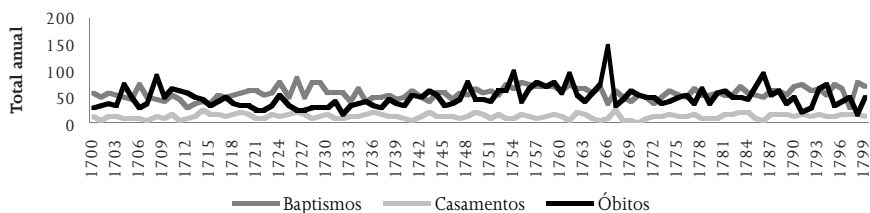
91 SERRÂO, 1996: 77.

3. Os comportamentos demográficos

Os fenómenos que determinam a dinâmica de uma população decorrem dos padrões de natalidade, mortalidade e movimentos migratórios. São estas variáveis que explicam e reflectem os ritmos e direcções de crescimento, bem como as suas características, quer em termos do total de residentes, quer quanto à sua estrutura por sexo e idade. Sobre a mortalidade, elevada, o homem pouco podia controlar, quer os níveis gerais quer as flutuações de curta duração. Já sobre a fecundidade podia ter algum controle, ainda que dentro de parâmetros muito específicos e circunscritos. Todas as sociedades, de forma consciente ou não, enfrentaram a questão de tentar ajustar os níveis de fecundidade e de mortalidade. Um desajustamento entre estas duas variáveis podia conduzir a um declínio da população, situação a evitar por razões económicas ou militares, ou a um aumento, onde constrangimentos entre a pressão demográfica e os recursos também não eram desejáveis.

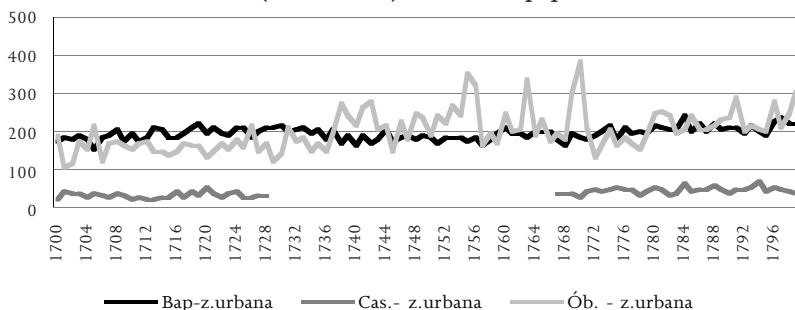
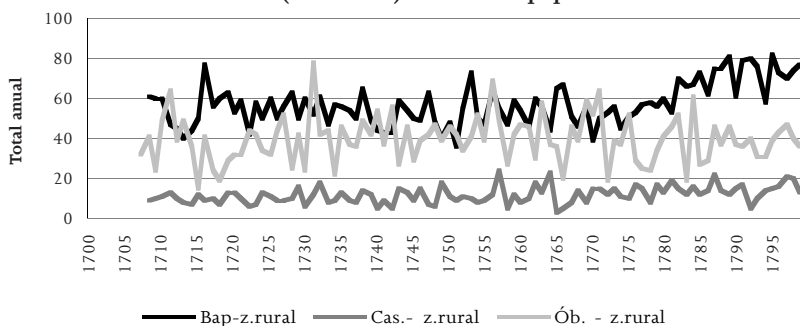
Estamos ainda numa época em que, como podemos observar através de alguns exemplos gráficos a vantagem da vida sobre a morte era ténue. Este instável equilíbrio estava constantemente ameaçado por flutuações conjunturais e o casamento funcionava como um mecanismo social e demográfico regulador e reactivo perante as oscilações da mortalidade.

Dinâmica Populacional

Fonte: ALVES, 1986.

Cuba - Dinâmica populacional

Fonte: BORGES, 1996.

Guimarães (zona urbana) - Dinâmica populacional

500
400
300
200
100
0
1700 1704 1708 1712 1716 1720 1724 1728 1732 1736 1740 1744 1748 1752 1756 1760 1764 1768 1772 1776 1780 1784 1788 1792 1796

Bap-z.urbana Cas.- z.urbana Ób. - z.urbana

Fonte: AMORIM, 1987.

Fonte: AMORIM, 1987.

É impossível saber em rigor qual o grau de equilíbrio existente entre os ritmos de crescimento natural e migratório das gentes portuguesas durante o século XVIII. A falta de informações publicadas, bem como a pouca quantidade de estudos realizados sobre este tipo de temáticas para o século em questão tornam difícil qualquer tentativa de análise global da realidade portuguesa até ao início do século XIX.

3.1. Mortalidade

A doença e a morte faziam parte do quotidiano. Apesar das alterações pontuais motivadas pela eclosão de diferentes surtos epidémicos, a característica principal desta variável será a sua relativa estabilidade ao longo desses anos, mantendo-se a ténue vantagem da vida sobre a morte.

Os níveis da mortalidade normal continuaram elevados ao longo da centúria[92]. Os valores médios para a época podiam rondar os 32‰[93]. Em algumas regiões houve mesmo um agravar dos níveis de mortalidade, muito por causa da mortalidade extraordinária: caso de Idanha-a-Nova[94], Cuba[95] e Castelo Branco[96]. Mas estes valores escondem uma enorme variedade de situações e relembram a questão da desigualdade face à morte. Inúmeras condicionantes interferiam e pontualmente alteravam os indicadores de mortalidade: as diferenças de vida no campo e na cidade, a maior actividade laboral da mulher em certas zonas, desiguais percentagens de jovens, adultos e idosos em determinados universos populacionais, conjunturas política e/ou economicamente instáveis. Daí que possamos encontrar valores que oscilam entre os 50,64‰ de Coruche[97] e os 26,9‰ na Ameixoeira[98]. Para o Minho, Noberta Amorim, com base num conjunto de estudos efectuados para aquela região, conclui que os níveis de mortalidade eram aí mais baixos, o que pode indiciar que as populações tinham melhores condições de sobrevivência relacionadas com o tipo de alimentação, clima e menor incidência de mortalidade epidémica devido ao povoamento disperso[99].

O comportamento da mortalidade nas várias idades tendeu a aproximar-se de um modelo único[100]. Já o descrevemos para os séculos XVI e XVII e este é um modelo que se vai manter na generalidade até finais de Oitocentos. A mortalidade infantil ceifava cerca de um quarto dos nascidos antes de completarem um ano e apenas metade das crianças completava os 7 anos de

92 RODRIGUES, 1996.

93 NAZARETH, SOUSA, 1983: 32.

94 MOREIRA, 1994: 67-69.

95 BORGES, 1996: 55-56.

96 PINTO, 1993: 220, 223, embora a autora refira que a análise deste aumento não deve deixar de ter presente uma melhoria dos registos de óbito, nomeadamente dos menores, assim como o aumento progressivo da população.

97 NAZARETH, SOUSA, 1983: 32.

98 RIBEIRO, 1995: 255.

99 AMORIM, 1999: 14-21.

100 MOREIRA, VEIGA, 2005: 150-155.

idade. Os dados recolhidos por Norberta Amorim[101] para algumas regiões do país permitem conhecer valores deste indicador para a época: no Minho e Douro Litoral, na primeira metade do século, 152‰ e na segunda, 142‰; para a segunda metade no Alentejo e Algarve, 214‰ e no Pico (Açores), 142‰. Na Ameixoeira, freguesia rural do termo de Lisboa, a taxa de mortalidade infantil cifrava-se em 215,2‰[102], em Salvaterra de Magos, 214‰[103] e em Coruche, 416‰[104]. Em termos europeus considerava-se que taxas entre 180‰ e 260‰ são as mais vulgares Sendo certo que as condições do meio socioeconómicos influenciavam a mortalidade infantil, é difícil encontrar um número médio e, por isso, também nos confrontamos com realidades regionais diferenciadas[105].

A intensidade da morte atenuava-se, com valores mínimos nos indivíduos entre os dez e os quinze anos. Esta descida era mais ténue nos locais onde a diarreia e as enterites eram uma grande causa de morte. De seguida a curva iniciava uma tendência ascendente, mais intensa nas áreas onde a tuberculose começava a evidenciar-se, atingindo os grupos etários entre os vinte e os quarenta anos. A mortalidade feminina era também nessas idades empolada, devido aos óbitos provocados por complicações durante a gravidez e o parto, sendo acompanhada pelos homens nas mesmas idades quando deflagrava qualquer conflito militar. Na sua ausência, esta variável voltaria a subir muito rapidamente após os 40 anos, atingindo sobretudo estes últimos. Após os 50 anos, a intensidade da morte tornava-se muito forte.

Todavia, as diferentes probabilidades de sobrevivência de cada indivíduo eram condicionadas pela condição socioeconómica e pelo local de residência. Nas cidades morria-se com facilidade e muito cedo, mas era também aí que se verificava maior disparidade de situações, por existir grande diversidade entre os grupos que compunham a sociedade urbana. As maiores cidades portuguesas, como Lisboa e Porto, possuíam bairros com condições sanitárias muito diferentes. As zonas nobres eram ocupadas pelos mais abastados, com melhor resistência física, devida a uma dieta alimentar mais rica. Essas áreas tinham condições especiais para isolar e tratar eventuais afectados por algum tipo de doença contagiosa. À medida que as cidades cresciam estreitava-se a ligação entre imigração, pobreza e mortalidade de crise, já

101 AMORIM, 2004: 162.
102 RIBEIRO, 1995: 255.
103 NAZARETH, SOUSA, 1981: 352.
104 NAZARETH, SOUSA, 1983: 41.
105 NAZARETH, SOUSA, 1983: 33.

que as doenças de foro epidémico passaram a incidir preferencialmente nos bairros pobres, onde eram mais gritantes a promiscuidade, a falta de aquecimento, de água e de saneamento[106].

No mundo rural as diferenças sociais actuavam de forma menos perceptível, sendo mais estreita a dependência face ao passar das estações, embora também aí existissem desigualdades causadas por diferentes tipos de alimentação e de exposição às inclemências do ambiente[107].

A esperança média de vida estava assim condicionada quer pelos níveis de mortalidade infantil, quer pelas probabilidades de sobrevivência de cada indivíduo. Na generalidade era baixa, rondando os 30 anos, embora em algumas regiões pudesse ultrapassar os 40 anos[108].

A morte apresentava um carácter cíclico. Todos os anos as mesmas causas, nos mesmos meses, vitimavam os mesmos grupos etários e sociais. No campo assinalavam-se dois grandes picos de mortalidade, um invernal e um estival. O frio juntava-se à habitual escassez alimentar, provocando nos indivíduos de idade, mal agasalhados e mal nutridos, infecções de tipo bronco-pulmonar (gripes, pneumonias, catarros). Num segundo momento, sobretudo entre Julho e Setembro com um máximo em Agosto, decorria o que alguns designaram por *massacre dos inocentes*[109]. As vítimas eram as crianças, mas não só elas. A doença aliava-se a preços especulativos e à escassez de produtos básicos, provocando bruscos aumentos no nível normal da mortalidade em indivíduos de todas as idades. Doenças de pele eram frequentes (furúnculos, sarnas e outras irrupções), embora não necessariamente fatais. Estamos perante um esquema tradicional da mortalidade sazonal de máximos estivo-outonais e uma época benigna que decorria entre finais da Primavera e inícios do Verão, sendo Junho por norma o mês de menos mortes[110]. Esta sazonalidade não encontra grandes cambiantes regionais o que possivelmente pressupõe que, para além das condições ecológicas de cada região, há um conjunto de outros factores relacionados com o modo de vida das populações e o tipo de economia praticada, que são comuns e que determinam o calendário dos óbitos.

---

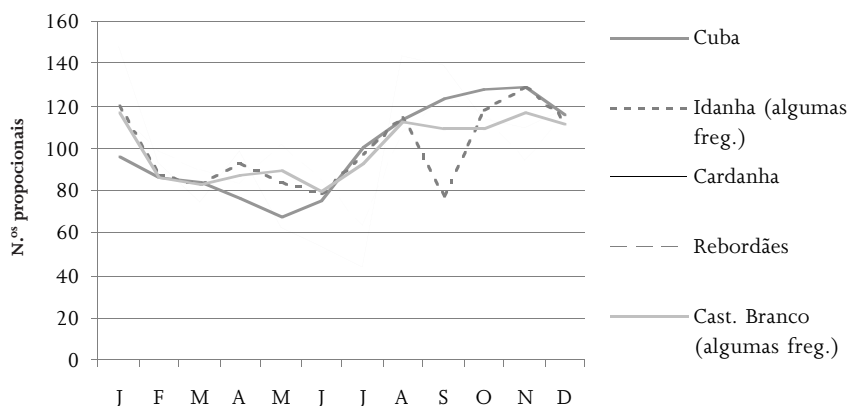
106 RODRIGUES, 1995: 164-169.

107 Morria-se na sequência das grandes variações térmicas a que se sujeitavam os trabalhadores rurais, ou mesmo por causas directamente ligadas às condições do trabalho nos campos, como no caso dos arrozais (Cf. CRESPO, 1990).

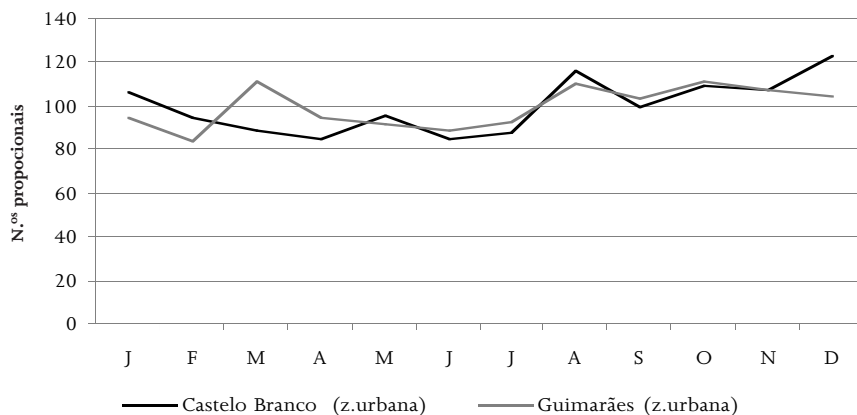
108 AMORIM, 2004: 162; AMORIM, 1999: 19.

109 O enfraquecimento da lactação e dos cuidados maternos na época alta das fainas agrícolas, a ingestão de produtos alimentares impróprios e de águas contaminadas, favoreciam a propagação de surtos epidémicos por vezes violentos, como no caso das febres de origem tifóide.

110 MOREIRA, 1994: 69-74.

Sazonalidade dos óbitos (zonas rurais)

Fonte: BORGES, 1996; MOREIRA, 1992; AMORIM, 1973, 1980; PINTO, 1993

Nos centros urbanos, a relação entre o homem e o meio estava sujeita à interferência de aspectos vários, que alteravam o comportamento da morte tal como ela se definia nas sociedades agrárias. Por outro lado, nas cidades era menor a percentagem dos primeiros e últimos grupos etários, já que a imigração privilegiava a vinda de gente em idade activa, diluindo as oscilações sazonais, de que eram grandes responsáveis as camadas mais jovens e as mais idosas.

Sazonalidade dos óbitos (zonas urbanas)

Fonte: AMORIM, 1987; PINTO, 1993

Por seu turno, a medicina debatia-se numa extrema confusão, em termos de diagnóstico, tratamento da doença e, por maioria de razões, no momento da morte, o que nos impede de avaliar em termos estatísticos sérios a importância das grandes causas de morte nas sociedades do passado.

À semelhança do que se verificou um pouco em todas as populações anteriores à fase de transição demográfica, também no Portugal moderno setecentista as séries paroquiais de norte a sul do país testemunham a existência de picos frequentes nas curvas obituárias, cuja intensidade por vezes inverte o sentido positivo dos saldos fisiológicos. Não obstante terem origens e efeitos diversos e nem sempre obedecerem a uma igual cronologia, as crises de mortalidade em Portugal apresentaram características semelhantes[111].

Existe uma enorme continuidade entre o século XVIII e aqueles que o precederam no que concerne a mortalidade de crise. Manteve-se a sua recorrência, as suas causas próximas, conjunturas propícias e impactos, quer a nível estritamente demográfico, quer em termos das suas consequências para o normal funcionamento das estruturas económicas e coesão social da realidade portuguesa.

A trilogia apocalíptica – fome, peste e guerra – continuará a regular as realidades quotidianas da população de Setecentos. Já não de fala de peste mas de epidemias, a que podemos também acrescentar o vector dos cataclismos e acidentes naturais, de que o terramoto de 1755 constitui exemplo paradigmático.

Desde finais de Seiscentos e durante toda a primeira metade do século XVIII uma sequência de crises agrárias a nível europeu conjugou-se com momentos de instabilidade política e militar, caso dos provocados pela Guerra de Sucessão[112], ou pela Guerra Fantástica[113]. Estes factores explicam

---

111 Houve, todavia, variações no que respeita à qualidade das séries paroquiais. De acordo com um já volumoso conjunto de estudos relativos às crises de mortalidade no período setecentista, não só melhora a qualidade dos dados em termos de cobertura dos concelhos ou regiões estudadas, como também a qualidade das informações contidas nos diferentes assentos de óbito.

112 É o caso da tomada de Castelo Branco, em Maio de 1704, por um exército de 40 mil homens, que provocou a maior crise de mortalidade ocorrida nos séculos XVIII e XIX nesta região beirã (PINTO, 1993: 266, 285-296) e que vai ter efeitos catastróficos sobre as suas populações. A conquista da cidade ocorre na sequência da conquista de praças fronteiriças situadas na região de Idanha-a-Nova, onde também a passagem das tropas provocou uma das crises mais graves de setecentos (MOREIRA, 1994: 87-100). Também a diminuição da população dos bispados de Elvas e Portalegre, entre o princípio do século e a década de trinta, é atribuída às arremetidas espanholas sobre as povoações raianas destas regiões (COSME, 1992: 157-158).

113 MOREIRA, 1994: 128-133.

alguns dos grandes momentos de sobremortalidade que atingiram Portugal de norte a sul e, por vezes, chegaram às ilhas atlânticas, sob a forma de febres não diagnosticadas e doenças de tipo respiratório. Na cidade de Braga, em Guimarães, Barcelos, Aveiro, Lisboa, Alentejo e até Açores, um pouco por todo o lado há notícia de subidas anormalmente elevadas do número de óbitos, que não raras vezes inverteram o sentido positivo (embora lento) do crescimento demográfico das populações envolvidas.

As nossas conclusões sobre esta questão tornam-se cada vez mais seguras à medida que avança o século XVIII[114]. Vejam-se os resultados globais conhecidos sobre os vários concelhos[115] do país para os quais se apuraram os anos de mortalidade extraordinária.

Mortalidade normal e extraordinária em Portugal, no Século XVIII

Concelhos	Anos de mortalidade extraordinária (%)		Ratio AC/AN	
	1.ª met.	2.ª met.	1.ª met.	2.ª met.
T. Monc.	19	22	23	28
Braga	21	20	26	25
C. Branco	13	13	15	15
Fundão	17	19	21	24
Idanha	21	24	26	31
Oeiras	12	11	13	11
Cascais	9	9	10	9
Sintra	7	9	7	10
Lisboa	31	24	45	32

Fonte: TAVARES, 1997; DAVID, 1992; PINTO, 1993; DIOGO, 1992; MOREIRA, 1994; RUNKEL, 1990; BARATA, 1988 RODRIGUES, 2008. **AC** = anos de crise; **AN** = anos normais.

Lisboa é o concelho mais atingido, visto que um em cada três anos pode ser considerado ano de crise. Nas restantes unidades administrativas, onde predomina um tipo de vida rural e um povoamento menos concentrado, a vantagem da vida sobre a morte é mais evidente. Todavia, se fizermos uma análise da relação de forças entre mortalidade normal e de crise, numa

114 O grau de representatividade das séries paroquiais, em relação ao total de freguesias existentes nos concelhos estudados vai aumentando, de tal modo que o número de freguesias com informação ultrapassa sempre 50 por cento do total dos concelhos analisados desde a segunda metade do século XVII, independentemente da dimensão dos locais. Não obstante, estamos a falar de concelhos com populações e volume de freguesias muito diferentes. Um mínimo de 4 freguesias em Cascais e Oeiras e um máximo de 60 freguesias em Braga, embora estas diferentes unidades administrativas possuam dimensões populacionais muito variáveis (RODRIGUES, 2008).

115 Torre de Moncorvo, Braga, Castelo Branco Fundão, Idanha-a-Nova, Oeiras, Cascais, Sintra, Lisboa.

escala mais apertada, é possível afirmar que por todo o Reino são maiores os *ratios* nas freguesias mais urbanizadas dos vários concelhos[116].

Mas as investigações parcelares indiciam algumas mudanças nas características das sobremortalidades ao longo do século XVIII, quando vistas numa perspectiva nacional e de longa duração.

A principal alteração prende-se com as grandes causas de morte epidémica, que passam a poder ser vistas como *epidemias sociais*. Primeiro de tifo, já frequente no século XVII, mais tarde de cólera e febre-amarela. Essa evolução decorre paralelamente à progressiva selectividade da morte extraordinária. Mesmo que se esconda sob formas menos abruptas de eclosão, tende a concentrar-se em áreas de maior densidade (o que explica as percentagens encontradas nas cidades de Braga e Lisboa) e nas zonas mais insalubres, habitadas pelos mais pobres[117]. As características de povoamento disperso em quintas e pequenos núcleos aldeões, com um modo de vida rural, minoram os perigos que espreitam os residentes nos centros densamente povoados. Além disso, o aumento da regularidade dos picos de mortalidade é acompanhado pelo decréscimo da sua respectiva intensidade: as crises fracas e médias representam cerca de 70% dos momentos de mortalidade extraordinária, sendo mais frequentes nos concelhos mais urbanizados.

As crises Setecentistas aumentaram porém a respectiva duração média, pelo que a gravidade de algumas delas, em termos de número de vítimas, advêm-lhes apenas do facto de se terem mantido activas por dois ou mais anos.

Na prática, em quase todos os anos foram registadas crises, numa ou em diversas partes do país[118], embora se evidenciem épocas de maior acalmia do comportamento da variável[119]. A um outro nível, cumpre assinalar o número bastante significativo de crises que extravasam os limites impostos pelo ano civil, o que é mais frequente na segunda metade do século XVIII. Existem exemplos de períodos de sobremortalidade que localmente se pro-

116 Veja-se, por exemplo, o quanto diferem os resultados obtidos em Lisboa e nos três concelhos próximos de Oeiras, Cascais e Sintra.

117 Em Lisboa a esperança média de vida difere em cerca de dois anos, consoante analisemos os bairros ricos do centro urbano ou os bairros populares. Mas esta não era apenas uma especificidade urbana. Aplica-se também a aglomerados situadas junto a pântanos, ribeiras e outros locais doentios, onde só permanecem os grupos mais desfavorecidos (RODRIGUES, 1993, 1995).

118 Note-se, porém, que os dados considerados já excluem todas as pequenas crises locais, que afectaram menos de um quarto das freguesias analisadas em cada concelho. Caso contrário, seria improvável que encontrássemos anos sem registos de crise.

119 Em todos os casos são as características particulares das causas de morte extraordinária (cólera ou febre amarela) que explicam esse facto. O total de anos sem crise nos diferentes subperíodos considerados na nossa análise foi os seguintes: primeira metade século XVIII = 10 (20%); segunda metade século XVIII = 5 (10%).

longaram por oito anos, embora a duração média desse tipo de fenómenos se fixe entre 1,5 e 2 anos.

Visto que as informações paroquiais a nível local são muito dispersas efectuou-se a separação entre crises circunscritas e crises nacionais[120]. Em certos momentos são mais afectadas regiões concretas do país, nuns casos os concelhos nortenhos, noutros os do interior ou sul, embora sejam frequentes os momentos gerais de mortalidade extraordinária, para os quais se conhecem as principais causas de morte e conjunturas de enquadramento.

Convirá explicitar um pouco melhor quais foram essas grandes crises nacionais. No século XVIII o modelo altera-se, com o aumento do total de crises de intensidade bem mais moderada que no passado próximo. A razão destas flutuações prende-se com as causas directas dos grandes surtos de sobremortalidade, identificados na sua generalidade, e que não provocam grandes surpresas face aos séculos anteriores.

Anos de Crise de Mortalidade geral em Portugal (século XVIII)

		N.º Total	Anos de Crise
Século XVIII	1.ª met.	3	1705,1736,1741
	2.ª met.	9	1753,1762,1780/81,1786,1793, 1795,1798/99

Fonte: TAVARES, 1997, DAVID, 1992, PINTO, 1993, DIOGO, 1992, MOREIRA, 1994, RUNKEL, 1990, BARATA, 1988 ROGRIGUES, 2008

Intensidade das Crises de Mortalidade ao longo do século XVIII

Anos	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4	Grau 5
1705	1	1	2	2	1
1736		3	2		
1741	1	2	2		
Total	**2**	**6**	**6**	**2**	**1**
1753	1	2	2		
1762		1	3	1	
1780/81	1	8	2		1
1786		3	2		1
1793		3	2		
1795		3	2		
1798/00	1	8	4		
Total	**3**	**28**	**17**	**1**	**2**

Fonte: TAVARES, 1997, DAVID, 1992, PINTO, 1993, DIOGO, 1992, MOREIRA, 1994, RUNKEL, 1990, BARATA, 1988 ROGRIGUES, 2008.

120 Seguimos o procedimento adoptado por MOREDA, 1980 e DEL PANTA, 1986. Estes autores consideram anos de crise geral apenas aqueles em que pelo menos 25% das áreas em análise registem um aumento excessivo de óbitos, qualquer que seja o grau de intensidade dessas subidas.

Frequência e Intensidade das Crises de Mortalidade (%)

Intensidade	T. Monc.	Braga	C. Br.	Fundão	Idanha	Oeiras	Cascais	Sintra	Lisboa
Grau 1	60.7	57.5	43.3	55.1	43.6	32.3	32.1	32.4	57.5
Grau 1	60.7	57.5	43.3	55.1	43.6	32.3	32.1	32.4	57.5
Grau 2	27.0	31.3	31.1	32.7	33.6	48.8	42.9	49.3	35.4
Grau 3	11.1	9.6	19.7	9.4	19.0	19.4	23.8	18.3	5.8
Grau 4	0.8	1.6	4.6	2.8	3.8	0	1.2	0	0.6
Grau 5	0.4	0	1.3	0	0	0	0	0	0.3
Grau 6	0	0	0	0	0	0	0	0	0.3
N.º absolutos	**244**	**489**	**238**	**214**	**211**	**93**	**84**	**213**	**621**

Fonte: TAVARES, 1997; DAVID, 1992; PINTO, 1993; DIOGO, 1992; MOREIRA, 1994; RUNKEL, 1990; BARATA, 1988; ROGRIGUES, 2008.

Em quase todos os casos de mortalidade de crise coexistem várias causas de morte, de perfil epidémico. As mais expressivas em termos do número de mortes e, também por esse facto, mais facilmente identificáveis são as provocadas pelo tifo e outros males contagiosos, alguns dos quais têm maior prevalência nas primeiras idades: febres de origem desconhecida, as tifóides, desinteria e varíola.

Causas das Crises de Mortalidade Geral

Anos de Crise	Causas Prováveis
1705	Tifo, gripe
1736	Gripe
1741	Febres
1753	F. tifóide
1762	Tifo
1780/81	F. tifóide
1786	Tifo
1793	F. tifóide, gripe
1795	F. tifóide, gripe
1798/1800	F. tifóide

Fonte: TAVARES, 1997; DAVID, 1992; PINTO, 1993; DIOGO, 1992; MOREIRA, 1994; RUNKEL, 1990; BARATA, 1988; ROGRIGUES, 2008.

Assim, na grande maioria dos casos, a subida anormal dos níveis da variável surge ligada a doenças contagiosas com complicações de foro digestivo ou respiratório, cuja alternância decorria da sazonalidade apresentada. Nas crises estivais, a subida do número de mortes era resultado de febres tifóides, enterites e doenças infantis, sendo as bexigas e a varíola as mais frequentes. No Inverno lideravam as gripes, pneumonias e o tifo exantemático. Sempre que a mortalidade se prolongava por diferentes épocas do

ano manifestava causas múltiplas, que se sucediam ou sobrepunham. Nas suas linhas principais, este quadro nosológico não vai sofrer grandes alterações nos anos seguintes.

3.2. *Natalidade, fecundidade e nupcialidade*

Nascia-se no Portugal setecentista predominantemente como resultado de uma concepção fruto de um casamento. Os padrões matrimoniais típicos do *european marriage pattern* continuavam a regular a fecundidade, que era principalmente legítima. O facto de não dispormos de séries do movimento natural da população para este século dificulta uma análise da globalidade do território. Dispomos, no entanto, de um número razoável de estudos regionais, elaborados a partir do método de reconstituição de paróquias desenvolvido por Norberta Amorim[121], que possibilitam a percepção das principais tendências da fecundidade e da nupcialidade em termos médios nacionais.

Taxas de Fecundidade Legítima (mulheres entre 20-24 anos) ‰

	Antes de 1750	1750-1799
Trás-os-Montes	369,3	369,4
Minho e Douro Litoral	370,9	381,6
Beiras	354,5	373.5
Alentejo e Algarve	–	357,5
Açores (Pico)	–	375,5

Fonte: AMORIM, 2004: 160.

Quando comparada com Espanha, a fecundidade portuguesa não se mostra muito elevada: por exemplo em Cuenca, para o grupo etário das mulheres entre os 20 e os 24 anos, oscila entre 452‰, na primeira metade do século e 546‰, na segunda metade[122]. Se considerarmos regiões mais alargadas, a Espanha interior e a Catalunha mantém ao longo deste período taxas mais elevadas, enquanto a Galiza apresenta valores similares aos portugueses. O mesmo acontece em Inglaterra (423‰), Suécia (461‰), ou Alemanha (463‰). Já as mulheres entre os 20 e os 24 anos do sudoeste francês têm uma fecundidade mais próxima da das portuguesas[123].

121 Esta metodologia tem sido adoptada por vários investigadores principalmente ligados ao Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS) da Universidade do Minho.

122 REHER; 1990: 92.

123 SOLE, 2001: 160.

Outra característica deste modelo assentava na percentagem do celibato definitivo, isto é, de indivíduos que atingiam os 50 anos sem poderem ter tido acesso ao casamento, e que era mais elevada nas mulheres do que nos homens. Com efeito, Massimo Livi-Bacci[124] sublinhava a influência do celibato definitivo em termos de fecundidade, principalmente porque ele afectava mais a população do sexo feminino.

Celibato definitivo em algumas regiões (%)

	Homens	**Mulheres**
Poiares	8,9	14,9
Ronfe (1700-1798)	15,1	27,6
S. Mateus do Pico	7,5	14,2
Meadela (1750-1749)	8,3	14,2
Meadela (1749-1799)	4,7	20,8
Calvão (1710-1739)	10,2	36,2
Calvão (1740-1775)	10	14,5
Guimarães (z. rural)	7	11
Guimarães (z. urbana)	21	21
Salvaterra de Magos (1788)	20	18
Barcelos (1660-1789)	32,9	44,8
Coruche (1789)	11	15

Fonte: AMORIM, 2004: 166; AMORIM, 1999: 26; FAUSTINO, 1998: 111; SOLE, 2001: 146; NAZARETH, SOUSA, 1983: 38; NAZARETH, SOUSA, 1981: 349.

Estes exemplos revelam que estamos perante uma nupcialidade de Antigo Regime, com valores de celibato definitivo que não são negligenciáveis, que demonstram uma fraca intensidade da nupcialidade e dificuldades em aceder ao casamento, o que pode estar relacionado com as condições de transmissão de propriedade. Também neste particular é possível detectar alguma diferencialidade regional, sobretudo em zonas mais sujeitas a mobilidade[125]. Mas não só havia uma quantidade apreciável de portugueses que não se casavam, como os que se submetem a esse instituto o fazem tarde. Tendo já salientado o papel regulador da nupcialidade percebe-se da importância da sua análise, já que basta que aumentem os efectivos em idade de casar (devido ao declínio da mortalidade ou ao aumento da imigração) para que o volume de casamentos se veja acrescido, sem que se tenham modificado os comportamentos face ao matrimónio.

Toma assim especial acuidade a questão das estratégias matrimoniais, as quais obedeciam a características um tanto diversas nas várias zonas do país, porque as realidades socioeconómicas também eram diferentes.

124 LIVI-BACCI, 1971: 29.

125 AMORIM, 2004: 166; AMORIM, 1999: 25-26.

A idade média ao primeiro casamento em algumas regiões, no século XVIII

Localidades		Homens	Mulheres
Minho			
Santa Eulália	1700-1799	27	27,1
Guimarães (zona urbana)	1590/1769	25,1	24,6
	1670/1709	25,6	24,7
	1710/1749	25,2	25
	1750/1769	24,6	22,8
Guimarães (zona rural)	1590/1760	26,5	26,7
	1710/1749	26,7	26
	1750/1769	25,3	25,1
Meadela (Viana)	1700-1749	24,9	25,9
Meadela (Viana)	1750-1799	26,2	25,4
Cortegaça	1700/1749	26,7	27,5
	1750/1799	27,6	27,7
Trás-os-Montes			
Rebordãos	1701/1800	28,5	26,4
Cardanha	1701/1800	29.8	28,3
Poiares	1701/1740	28,8	25,8
	1741/1780	28,1	24,8
Calvão	1700/1749	28,4	29,8
	1750/1799	29	25,8
Estremadura			
Ericeira	1670-1719	28,4	26
Ribatejo			
Coruche	1789	26,9	20,8
Salvaterra de Magos	1788	28,3	23,3
Alentejo			
Santa Luzia	1721	26,9	21,2
Algarve			
Conceição de Tavira	1737/1799	25,8	23,8

Fonte: ROWLAND (1988), AMORIM (1987), GOMES (1998), FAUSTINO (1998), PINTO (1998); REIS (2003); NAZARETH, SOUSA, 1983: 38; NAZARETH, SOUSA, 1981: 349.

A análise dos dados disponíveis para o século XVIII, ainda que o seu número não seja muito representativo, faz ressaltar a existência de uma nupcialidade diferente no norte e no sul: as idades mais elevadas localizam-se a norte e as mais baixas no sul. Já no que diz respeito às mulheres o contraste é evidente: as regiões do sul registam idades ao primeiro casamento inferiores aos 23 anos enquanto no norte, pelo contrário, a maioria das regiões apresenta valores acima dos 24 anos. A excepção é a zona urbana de Guimarães, onde as mulheres casavam mais precocemente, em consonância com o que acontecia na generalidade dos centros urbanos. Segundo Robert

Rowland[126], o contraste detectado nos valores femininos e a sua ausência no que diz respeito aos homens, integra-se perfeitamente no padrão peninsular sugerido pelos dados paroquiais e confirmado, para Espanha, pela análise do Censo de Floridablanca.

Acrescente-se, ainda, que os determinantes da idade média ao casamento das mulheres estarão mais relacionados com questões culturais do que com factores económicos ou demográficos[127].

As características do regime de casamento da população portuguesa durante esta centúria revelam, portanto, duas realidades regionais: uma a norte, onde predominam as famílias alargadas e em que idade média de casamento das mulheres é mais elevada, e outra a sul, com idades médias mais baixas e famílias mais nucleares. Estas estruturas familiares[128] revelam uma grande estabilidade, estendendo-se desde os séculos XVI-XVII[129] até meados do XIX.

Uma vez que o número final de crianças era influenciado pela idade média ao casamento das mães, essa diferença pode ser analisada a partir da descendência teórica como anteriormente referimos. Os valores encontrados para o século XVIII são similares aos dos dois séculos anteriores[130]. Assim os resultados, que rondam 8-9 filhos possíveis por mulher, estão também muito distantes dos apurados como descendência final efectiva. Norberta Amorim aponta como número de filhos que efectivamente nasceram, cinco por casal em Ronfe e S. Mateus, quatro em Poiares e no Couto do Mosteiro e menos de três em Selmes[131], o que sugere uma diferença de quase 50%.

Descendência Teórica e Idade Média da mãe entre 1700 e 1799

	Grupo de Idades da Mãe							
	<20	**20-24**	**25-29**	**30-34**	**35-39**	**40-44**	**45-49**	**DT**
Poiares	308	406	412	345	286	121	10	9,4
Ronfe	357	396	414	367	301	168	24	10.1
Couto do Mosteiro	330	389	354	329	260	152	18	9,5
Selmes	346	376	296	274	190	80	11	7,9
Meadela (1750-1850)	28	381	357	295	264	167	23	8,8
Conceição de Tavira	170	339	390	370	301	151	14	7.8
S. Mateus do Pico	299	363	354	333	290	175	29	9,2

Fonte: AMORIM, 2004, 163; SOLE, 2001: 157; PINTO, 1998: 286.

126 ROWLAND, 1988: 97.
127 ROWLAND, 1988: 128
128 Sobre a questão da «família mediterrânica» veja-se SILVA, 1989: 111-127.
129 Ver Capítulo 6.
130 Ver Capítulo 6.
131 AMORIM, 2004: 164.

Se o número de filhos varia na ordem inversa da idade ao casamento, também os níveis de mortalidade condicionam as estratégias nupciais, visto que fazem com que a duração média das uniões seja menor, o que conduz a uma diminuição da descendência. É o caso de Selmes (Alentejo), onde a idade média ao primeiro casamento das mulheres era baixa (22,1) e as uniões duravam apenas uma média de 11,9 anos[132].

O estabelecimento de laços matrimoniais continua a fazer-se principalmente entre indivíduos da mesma freguesia ou de freguesias próximas. O grau de endogamia geográfica dos nubentes era nesta altura elevado. A análise dos factores endógenos e exógenos de reprodução de uma comunidade é também uma forma de percebermos de que modo ela se encontra aberta à influência do exterior. Vejamos dois exemplos.

Origem dos nubentes em S. Vicente da Beira

Fonte: DIOGO, MOREIRA, 1994: 138.

132 AMORIM, 2004: 164.

Origem dos nubentes em Juromenha

LOCALIDADES DE ORIGEM DOS HOMENS QUE CASARAM EM JUROMENHA NOS PERÍODOS: 1760-1769, 1790-1799 E 1830-1839

LOCALIDADES DE ORIGEM DAS MULHERES QUE CASARAM EM JUROMENHA NOS PERÍODOS: 1760-1769, 1790-1799 E 1830-1839

Fonte: MOREIRA *et alii*, 2008.

S. Vicente da Beira[133] não era, no princípio do século uma comunidade fechada já que se reproduz principalmente através de mecanismos exógenos, 68% da sua população é proveniente do exterior havendo portanto um baixo grau de endógenia comunitária e um peso relativo da zona 1, ou seja, das localidades que se encontravam num raio de 30 Km.

Em meados do século aumenta progressivamente a endogamia comunitária, tendência que se acentua no final do século (com valores de 55%, em

133 Foram utilizados registos de baptismo e casamento, DIOGO, MOREIRA, 1994: 135.

1780-81 nos casamentos e 45%, nos baptizados em 1782-91). Por outro lado, constatou-se que grande parte da imigração seria de famílias já constituídas[134].

Outro exemplo é o de Juromenha[135], mais a sul junto à fronteira com Espanha, onde os comportamentos diferem ligeiramente, pelo menos em termos cronológicos. Em 1760-69, apenas 10% dos casamentos eram celebrados entre pessoas de Juromenha. A maior percentagem ligava mulheres da freguesia e homens provenientes da zona 1 que, aliás, era a principal região de origem dos nubentes masculinos que aí casaram (43,8%), apesar de também a zona 4 ter algum peso relativo (14,6%). As mulheres eram maioritariamente da freguesia (41,8%). Só 25% vieram de fora, principalmente da zona 1 mais próxima e casaram mais com homens também das localidades contíguas. Estamos, portanto, perante uma comunidade aberta, ainda que a mobilidade seja de muito curta distância. No final do século, entre 1790-99 aumenta ligeiramente a endogamia comunitária, embora continue a ser mais elevada a percentagem de casamentos entre mulheres de Juromenha e homens oriundos da zona 1. Entre os noivos continua a ser maior o número de mulheres da localidade e de homens que provêm das áreas circunvizinhas, embora agora quase a par dos noivos naturais da freguesia onde se realiza o casamento. Em ambos os períodos observados, a mobilidade é sobretudo masculina (cerca de 44%), ou seja, os imigrantes são na sua maioria homens[136] e percorrem distâncias maiores. O mesmo, aliás, também acontecia em S. Vicente da Beira (com valores entre os 35 e 40% ao longo do século[137]). Já quanto às mulheres há mais imigrantes em Juromenha do que em S. Vicente da Beira, embora com valores sempre inferiores aos masculinos.

Os comportamentos observados nestas duas comunidades rurais não se afastam muito do que se passava em outras comunidades portugueses[138], uma vez que nas comunidades urbanas, devido à sua especificidade, era grande a exogamia geográfica[139].

---

134 DIOGO, MOREIRA, 1994: 136-137.

135 Aqui consideraram-se apenas os registos de casamentos, MOREIRA *et alii*, 2008. CF. Também FUSTER *et alii*, 2007: 101-108.

136 MOREIRA *et alii*, 2008.

137 DIOGO, MOREIRA, 1994: 136-137.

138 Veja-se FAUSTINO, 1998: 99; SOLE, 2001: 135; REIS, 2003: 38; RIBEIRO. 1995: 253. Na Galiza encontramos uma forte endogamia geográfica: GARCIA, 1995: 147, em Salnés mais de 70% dos noivos são dessa localidade.

139 REHER, 1990: 84-85 encontrou valores elevados de exogamia geográfica em Cuenca: 60,9% dos homens e 57,4 das mulheres não eram naturais da cidade, embora viessem de comunidades localizadas dentro de um raio de 50 km.

Outro fenómeno que adquiriu novas proporções nesta época foi a ilegitimidade e a exposição de crianças, que sofreu um aumento progressivo dos seus valores, embora fosse mais elevada nas grandes cidades e, dentro delas, nos bairros populares. Todavia, alguns estudos têm destacado que, ao longo do todo século, houve regiões onde a ilegitimidade teve sempre valores mais elevados o que configuraria um quadro regional específico. A ilegitimidade seria muito maior a norte do que a sul do continente, destacando-se o Minho[140] com valores mais elevados e os do Alentejo mais consentâneos com o modelo europeu[141]. Nos últimos anos do século XVIII verificou-se um aumento significativo do número de expostos recolhidos nas duas grandes casas de enjeitados do Reino, em Lisboa e Porto. Mas não podemos esquecer que parte dos registos de ilegítimos nos meios urbanos pertenciam a expostos, crianças abandonadas e enviadas de zonas por vezes distantes. Esse facto influencia os resultados do distrito de Lisboa, dada a importância da capital enquanto receptora de expostos de todo o País[142].

A prática da exposição instituiu-se como forma de resolução de tensões sociais e económicas e chegou a ser considerada como uma das causas de travão de crescimento demográfico, já que os níveis de mortalidade deste grupo, cada vez mais significativo face ao total de nascimentos, eram muitíssimo elevados[143].

3.3. *Os movimentos migratórios*

Chegamos por fim à variável que parece conter grande parte das respostas para as formas e direcções de crescimento populacional das gentes portuguesas, num período cronológico que não se circunscreve ao século XVIII. A importância que assumem os movimentos migratórios na história portuguesa, na sua tripla vertente emigratória, imigratória e de movimentos internos, é sobejamente conhecida, bem como os obstáculos que se levantam à sua real apreensão. A resposta a muitas destas questões está dificultada pela escassez de informação que surge a este propósito nas fontes e pela sua variedade (registos de passaportes, listas de passageiros, alterações de critério na recolha de dados oficiais), problema que aliás não se circunscreve a este século. Estas limitações dificilmente permitem obter quantitativos plausíveis e completas sobre o assunto.

140 Sobre a ilegitimidade no Minho veja-se a síntese de NEVES, 1999: 309-326 e NEVES, 2001.
141 FLINN, 1981: 76-88; BARDET, 1997 (in BARDET e DUPÂQUIER, I, 1997: 336-338).
142 RODRIGUES, 1997.
143 SOUSA, 1979: 289-295

Durante o século XVIII, Portugal foi desigualmente afectado pela intensidade de movimentos migratórios com sentidos diversos, na sua maioria de sinal negativo, uma vez que o número de saídas do Reino excedia largamente o de entradas. De facto, quando se fala em movimentos migratórios lembramo-nos em primeiro lugar da emigração, dada a relevância que esta vertente foi adquirindo.

Desde final do século XVI a emigração assume um papel essencial na evolução demográfica das gentes portuguesas, que se consolida a terminar seiscentos, com a descoberta de ouro e diamantes no Brasil. Sobem os valores da taxa bruta de emigração (4‰), que assim se mantém até 1760.

O grosso dos migrantes era formado por indivíduos solteiros, sobretudo do sexo masculino. O fenómeno era mais comum nas idades jovens e no início da vida activa, sendo facilitado pela inexistência de laços matrimoniais, o que indicia uma estreita ligação entre movimentos migratórios e estratégias familiares. Só pontualmente as responsabilidades inerentes à formação ou sobrevivência económica de uma família própria podem ter funcionado como incentivo à migração. As mulheres deixavam mais tarde as suas terras de origem, já casadas ou quando de origem humilde, facto que determinava a diminuição dos encargos do agregado familiar. Para as mulheres as migrações internas, continuaram a ser mais frequentes que a saída emigratória sobretudo para as cidades.

As migrações internas apresentaram-se estruturalmente ligadas a diferentes realidades locais, enquadradas por formas de exploração agrária distinta e pelo predomínio de diferentes padrões culturais, aliados a outros factores, que directa ou indirectamente fomentaram a transferência de indivíduos no espaço nacional. O território português foi percorrido por grupos imensos de indivíduos que se deslocavam com finalidades diversas, quer com propósitos temporários, quer definitivos[144]. Assim, a mobilidade geográfica destas populações rurais parece obedecer a um padrão que levava a que cerca de 20% da população activa masculina, percentagem que podia ascender a 30-40% se apenas se contabilizava os homens solteiros, se ausentasse das suas localidades de origem[145].

Minhotos, beirões e algarvios tinham uma longa tradição a esse respeito, nomeadamente em termos de trabalho sazonal. Todos os anos, ranchos de homens trocavam as três províncias do norte pela Baixa Estremadura e o Alentejo onde vendiam a sua força de trabalho. Em Trás-os-Montes bandos de segadores deslocavam-se para Leão e Castela ou desciam até à Andaluzia.

144 CARQUEJA, 1916: 377 e ss.

145 ALVES, 1994: 68.

Os incentivos à cultura da vinha e da oliveira nos anos de viragem do século XVIII para o XIX atraíram numerosas famílias do nordeste. Do Algarve saíam trabalhadores para Espanha, sobretudo pescadores. No início do século XIX o total de algarvios residentes no Reino vizinho rondaria os três milhares[146].

As migrações sazonais desempenharam um papel relevante no desenvolvimento de certas partes do país, como no Alentejo, por altura das colheitas cerealíferas e de azeitona, e no Douro, ligadas ao trato e apanha da vinha. As zonas que forneciam esses migrantes sazonais em terras alentejanas eram as Beiras, sobretudo os concelhos de Coimbra, Guarda e Castelo Branco. Em Maio iniciavam-se as deslocações de indivíduos, que só regressariam aos seus locais de residência habitual no final do Verão. A norte a sazonalidade era diferente, ditada pelas necessidades específicas do trabalho nos vinhedos, prolongando-se entre Outubro e Abril de cada ano. Nessa região era também possível encontrar gente vinda da Galiza[147]. O cultivo do arroz no Ribatejo, na Península da Arrábida e na Bacia do Sado recorria também a este tipo de mão-de-obra, tal como a transumância e a pesca. Os trabalhadores provinham na sua maioria do Baixo Mondego e da zona de Aveiro.

A situação na Estremadura era complexa, porque embora fosse uma região globalmente atractiva, não o era na sua totalidade. As migrações intraprovinciais eram intensas e enorme a diversidade de situações que nelas se encontravam. As comarcas polarizadoras eram Lisboa e Setúbal, inclusive em termos nacionais.

Todavia a mobilidade do Antigo Regime correspondia principalmente a uma mobilidade local, mesmo que intensa, já que o enraizamento dos camponeses era a norma da maioria dos países europeus[148]. Exemplo disto são as origens dos cônjuges, maioritariamente das regiões circunvizinhas, como vimos nos casos particulares de S. Vicente da Beira e Juromenha. Aí a proveniência dos migrantes efectua-se em círculos concêntricos, variando o seu número na razão inversa da distância – as migrações fazem-se frequentemente, a uma pequena distância. A vila mais próxima torna-se num local de atracção motivado por horizontes de trabalho insuficientes no local de partida e, também, pelos próprios condicionalismos das vias de comunicação.

---

146 SOUSA, 1979

147 Veja-se, por exemplo, o estudo sobre o fluxo migratório galego para Vila do Conde (PILOTO, SANTOS, 1998).

148 POUSSOU, 1997 (in BARDET e DUPÂQUIER, I, 1997: 286).

Várias zonas do território nacional atraíam também gente de outras nacionalidades. A comunidade estrangeira em Portugal era constituída por europeus, africanos e asiáticos. Mas eram sem dúvida os espanhóis, sobretudo os galegos, os de maior significado demográfico. Num total de vários milhares, mais de 22 no ano de 1801, esses indivíduos fixaram-se sobretudo a norte do Douro e junto ao litoral, designadamente nos centros urbanos do Porto, Lisboa e Setúbal. Só na capital e seu termo foram estimados em 12 mil, incluindo 1154 aguadeiros. Alguns milhares optavam por permanecer em Portugal apenas durante as épocas de oferta de trabalho sazonal, regressando todos os anos pela mesma altura. O remanescente dos imigrantes espanhóis reduzia-se a trabalhadores rurais vindos da Estremadura espanhola para o Alto Alentejo, junto à fronteira, e a alguns comerciantes do sul de Espanha.

Entre os outros europeus residentes em Portugal contavam-se os naturais dos reinos de França e Inglaterra, da Flandres e de cidades alemãs e italianas. A sua presença, reduzida em termos quantitativos, era visível quase só nos grandes centros urbanos do Porto e sobretudo em Lisboa, onde constituíam comunidades bastante fechadas, embora desempenhassem papéis essenciais e de destaque em termos sociais e económicos[149].

O fenómeno emigratório tornou-se a questão mais pertinente a nível nacional, dados os efeitos que produziu em várias esferas do quotidiano nos locais de partida. O século XVIII insere-se num período muito longo, que em termos temporais só estará concluído por volta de 1870. Tratou-se de uma emigração de carácter tradicional, que nunca envolveu mais de 10 milhares de indivíduos por ano[150]. A descoberta de ouro na região brasileira do Rio das Velhas provocou entre 1697 e 1760 um intenso fluxo emigratório do continente e ilhas atlânticas[151]. Estas saídas tiveram um impacto negativo na agricultura[152] e levaram a Coroa a intervir criando um sistema de passaportes para limitar as partidas[153].

Também o Arquipélago dos Açores participou activamente até finais do século XVIII no povoamento do Brasil. A partir de 1747, o poder central

149 Veja-se RODRIGUES: 1993: 241 e ss.

150 GODINHO, 1977: 9 estima que, nos primeiros terços do século, as saídas anuais rondariam entre 8000 e 10 000, ora a «population du Portugal et des iles adjacentes est de 2 300 000 en 1732, et s'approche de 2 6000 000 en 1766-1767; l'émigration répresent donc 4,5 pour mille au maximum, 3,5 au minimum oscillant en moyenne autour de 4».

151 GODINHO, 1977: 9 estimou que, no princípio do século XVIII, terão saído de Portugal, anualmente, cerca de 2500 a 3000 pessoas com destino ao Brasil.

152 RUSSELL-WOOD, 1998: 163-164.

153 SERRÃO (1982) cita uma fonte informativa de 1720 onde se faz menção à «despovoação do Reino» por causa do êxodo para o Brasil.

incentivou a emigração de açorianos, controlando a saída e a sua fixação em território brasileiro. A consequência deste movimento foi a perda de cerca de 5% da população insular residente o que, naturalmente, afectou tanto a dinâmica demográfica açoriana, como a sua economia. Na tentativa de controlar as saídas, devido aos prejuízos que acarretavam em termos de mão-de-obra, em 1758 legisla-se, no sentido de limitar os fluxos emigratórios, o que todavia não impediu a continuação das saídas clandestinas[154].

Na última fase de Setecentos o fluxo emigratório crescera em intensidade, estimando-se em 8 a 10 mil o número daqueles que cada ano deixava o território nacional. Nos primeiros anos do século XIX a instabilidade interna portuguesa levou à diminuição de quase 50% do total provável de saídas. Mas logo depois se reanimou o processo, tanto que em meados da centúria o fenómeno voltava a envolver quantitativos da ordem dos 10 milhares por ano. O número de portugueses no continente africano manteve-se reduzido e disperso, limitado a algumas centenas espalhadas por São Tomé, Angola e Cabo Verde[155]. Magalhães Godinho estima que nestes territórios e na África a sul do Equador rondariam os 80 mil[156]. O Porto e Lisboa eram os principais portos de embarque de clandestinos.

O emigrante-tipo setecentista era predominantemente do sexo masculino, em parte devido aos riscos e custos inerentes à travessia. A sobremasculinidade migratória estendeu-se a todos os tipos de mobilidade e terá persistido pelo menos até ao último quartel de oitocentos. Só a partir desse momento, o número de mulheres emigrantes iniciou uma tendência de crescimento positivo, de que dão conta as séries estatísticas oficiais.

A emigração acentuou as assimetrias de crescimento económico e demográfico. Apesar do alargamento progressivo da mancha territorial correspondente aos locais de saída privilegiada, mantiveram-se as posições relativas de cada região: o fenómeno emigratório diminuía de intensidade de norte para sul e do litoral para o interior, com a zona de Lisboa a assinalar o ponto de clivagem. O noroeste liderou incontestavelmente este fenómeno, seguido por uma zona central, com valores fracos, embora em crescendo, tal como acontecia no Algarve. Por seu turno, o Alentejo continuou a ser a zona do país menos atingida pela emigração.

154 ROCHA *et alii*, 2005-0206: 115-120.
155 LIMA, cit. por Joel SERRÃO, 1982: 79.
156 GODINHO, 1980: 65.

PARTE II

A Conquista da Modernidade. De 1801 a 2005

8

O conhecimento dos factos demográficos

Teresa Ferreira Rodrigues
Maria João Guardado Moreira
Filipa Castro Henriques

1. O século XIX

O conhecimento dos fenómenos demográficos no século XIX esbarra com um entrave que é, ainda, o da quantidade e qualidade variável das informações estatísticas. Nesse período o problema já não é tanto a falta de dados, mas a fiabilidade dos mesmos, sobretudo no que respeita aos volumes de população e respectiva distribuição no espaço. Mais grave é a situação relativa aos nascimentos (baptismos), casamentos, óbitos e migrantes, que, mesmo quando existem, apresentam lacunas e graus diversos de má qualidade e sub-registo. No entanto, estas limitações não nos impedem de construir a realidade demográfica portuguesa a partir de 1800 com um grau elevado de fiabilidade.

O investigador que pretenda conhecer a dinâmica específica da população no século XIX não terá que se preocupar com a escassez de dados. Além dos dados compilados com propósitos directamente demográficos, abundantes sobretudo na segunda metade da centúria, dispõe de um vasto manancial de informações. Mas é na sua abundância que reside o perigo e a dificuldade de abordagem. Perigo, porque a diversidade das fontes impõe uma rigorosa delimitação do tema a desenvolver; dificuldade, porque a selecção exige uma crítica cuidadosa aos dados. Assim, a escolha que efectuámos visa assegurar a coerência interna das séries[1].

Com o século XIX emerge uma nova consciência da vida e da morte. As autoridades políticas, médicas e educadoras preocupam-se com o progresso das gentes, em termos físicos e morais. A generalizada miséria e má qualidade de vida são tidas como causas da decadência nacional, pelo que urge dignificar o indivíduo, mediante uma cuidada análise da realidade e a apli-

1 Tendo em vista uma maior homogeneidade sacrificámos alguma riqueza de informação (estatísticas com o movimento de enfermos nos hospitais, expostos entrado na Roda, teses sobre saúde e higiene).

cação de directivas educacionais e de higiene. Neste todo, a morte assumia-se como a realidade de intervenção mais urgente. Deficientes estruturas de higiene pública e privada, falta de assistência médica, incipiente resposta do corpo clínico, maus hábitos alimentares, confusos métodos terapêuticos e também violência e costumes eram usualmente referidos, bem como a resistência à irradicação de práticas ancestrais. A partir dos anos 50 surge toda uma série de publicações científicas, que enunciam medidas preventivas contra a propagação de certas doenças. Nas cidades, o problema era mais inadiável e menos resolúvel. Além da divulgação dos resultados de experiências através de remédios e vacinas, o carácter pragmático de certos esclarecimentos representava o aspecto mais positivo da actividade médica e higienista. Conscientes que poucos teriam acesso às medidas aventadas, os redactores procuravam alertar as autoridades centrais e camarárias para a urgência dessas medidas. Difundir junto dos órgãos com poder executivo as respostas encontradas noutras partes da Europa, procurando manter actualizado o País com o que de mais avançado se praticava era o grande contributo[2]. Data de 1835 a publicação do *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas* e os *Anais do Conselho de Saúde do Reino.* Intensifica-se a actividade editorial, com um salto qualitativo na década de 80, após a descoberta de Pasteur e o incremento dos estudos de bacteriologia, por Câmara Pestana e Ricardo Jorge. Em 1895 realiza-se em Portugal o 1.º Congresso Nacional contra a Tuberculose e três anos depois o 1.º Congresso de Medicina Geral, que marcam o início de uma nova era na ciência médica portuguesa[3].

Privilegiamos neste estudo fontes cronologicamente sequenciais e comparáveis, restringindo a análise às recolhidas com objectivos de contagem de população e registo dos grandes acontecimentos individuais e familiares, expressos nos livros paroquiais e civis.

O problema da existência de informação quantitativa e sistemática sobre volumes e dinâmicas demográficas em Portugal só estará resolvido nas primeiras décadas do século XX. Os apuramentos sobre o número de residentes de que dispomos até à realização do primeiro recenseamento, a 1 de Janeiro de 1864, pautam-se por diferentes graus de qualidade. Continuam sem resposta algumas grandes questões sobre a época proto-estatística e

2 Nessas muitas páginas focaram-se temas diversos: o sistema de esgotos, a limpeza de ruas, a construção de banhos públicos ou a fiscalização dos alimentos vendidos para consumo doméstico. Fala-se de higiene hospitalar, nos cemitérios, portos e lazaretos. Referem-se as vantagens do sistema de vacinação, os cuidados com o aleitamento, divulgam-se tratados de saúde pública.

3 CRESPO, 1992 e CORREIA, 1957.

mesmo sobre os primeiros anos da era estatística moderna, pela impossibilidade de avaliar os dados e colmatar as lacunas que alguns deles claramente possuem.

A análise do século XIX na perspectiva das tendências demográficas implica duas formas distintas de abordagem, com o momento de clivagem na transição da era proto-estatística para a da estatística moderna em início dos anos 60. Efectivamente, no que respeita à análise crítica das fontes disponíveis para conhecer a evolução das gentes portuguesas e respectivos comportamentos colectivos face à fecundidade, nupcialidade, mortalidade e movimentos migratórios, há ainda um longo caminho a percorrer. Citam-se ordens de grandeza e só alguns procuraram recolher criteriosamente a informação. Essa tarefa torna-se mais necessária à medida que aumenta o número de referências a quantitativos de índole populacional, incluídos em documentação diversa, de que se impõe seleccionar a mais fiável[4].

Os estudos efectuados no campo demográfico incluem o conhecimento da dinâmica macrodemográfica, ou seja, o estado da população no que respeita ao volume, estrutura e evolução dos efectivos. Mas incluem também a dinâmica microdemográfica ou o movimento da população, baseado em indicadores sobre natalidade, mortalidade, movimentos migratórios e o modo como eles determinam o ritmo e tendências de crescimento.

1.1. O estado da população

A nível nacional possuímos entre 1800 e 1900 dezenas de informações quanto ao total de fogos e/ou almas, 18 das quais datam da segunda metade da centúria[5]. Destacam-se no conjunto os valores relativos ao continente em 1801 e ao continente e ilhas, por distrito, em 1854[6], 1858, 1861, 1864, 1878, 1890 e 1900. Porém, os levantamentos da primeira metade do século e os de 1854, 1858 e 1861, a que juntaríamos as informações de 1851[7], devem ser considerados sobretudo como ordens de grandeza, uma vez que remetem para o número total de fogos e homens e mulheres, sem discriminarem as idades ou outros informes. Acresce ainda que se foram realizados com objectivos eleitorais, judiciais, administrativos,

---

4 RODRIGUES e PINTO, 1993: 146-147.

5 RODRIGUES e PINTO, 1993: 159-160.

6 Existe alguma polémica em torno desta data. O levantamento teria sido realizado com base em dados de 1553 (SILVA, *História de Portuga:* 650), mas alguns historiadores negam a sua existência, uma vez que os valores se assemelham aos de 1857 (SERRÃO 1800-1862: 163-164).

7 *Diário do Governo*, datado de 13 de Março desse ano.

com graus de qualidade variável, a que não foram alheias as conjunturas e os propósitos que presidiram à sua execução. Eles integram-se num período de características complexas, durante o qual se registaram avanços e recuos no processo de implantação de um serviço centralizado de estatística. Em 1857 é criada a Comissão Central de Estatística do Reino, dependente do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Portugal «um dos ultimos paizes da Europa que se occuparam de estudos estatisticos», viu finalmente centralizada a informação demográfica[8]. Esta repartição será responsável pelo recenseamento de 1864, o primeiro a ser efectuado em moldes inovadores de razoável fidelidade, semelhante aos divulgados pelos demais estados europeus. A partir dessa data e até final do século verificaram-se melhorias progressivas no que respeita à qualidade dos apuramentos, à diversidade das variáveis consideradas e sobretudo à rapidez da recolha, tratamento e divulgação das mesmas.

De acordo com os factores acima referidos torna-se legítimo considerar durante o século XIX quatro subperíodos, durante os quais a qualidade e quantidade das fontes relativas à população portuguesa apresentam graus diferenciados de fiabilidade:

a. O primeiro coincide com os recenseamentos de início do século, que constituem um virar de página extremamente significativo em relação aos anteriores. Da iniciativa do Estado, ambos foram de responsabilidade eclesiástica, por se reconhecer que só a Igreja poderia levar a bom termo semelhante tarefa a nível local, embora devidamente instruída, de molde a assegurar a uniformidade das respostas. A grande figura de todo o processo foi Rodrigo de Sousa Coutinho[9].
b. A redacção de corografias e dicionários de tradição setecentista torna-se prática comum, embora seja forte a aposta na qualidade. As informações estatísticas neste tipo de fontes surgem baseadas na descrição pormenorizada do território e na descrição da população e suas actividades[10]. Entre 1802 e o final dos anos 20 vários levantamentos foram efectuados, quase todos sobre o número de fogos. Semelhantes aos dados apurados no século XVIII, estas fontes procuravam agora ser exaustivas e de âmbito nacional. Duas figuras se destacam neste contexto: Marino Miguel Franzini, que preparou as bases demográficas de

8 Pelo Decreto-Lei de 5 de Outubro de 1859, a competência sobre os trabalhos de estatística do Reino ficaram adstritos à Direcção-Geral de Comércio e Indústria, que preparou os modelos da moderna estatística (CARVALHO, 1860).

9 Sobre todo este período veja-se, entre outros, SOUSA, 1995a: 7-75.

10 SOUSA, 1995a: 95.

suporte à eleição das Cortes Constituintes e até à década de 40 continuará a liderar os esforços estatístico-demográficos; e Adrien Balbi analista, crítico e estudioso.

c. Após mais de uma década sem aparente tentativa de levantamento, voltaram a crescer nos anos 40 as preocupações de produção e divulgação estatística, passando-se imperceptivelmente do domínio religioso e militar ao civil. Tratava-se de uma evolução que reflectia os avanços das metodologias de contagem e tratamento de séries e decorreu num enquadramento de índole internacional. Foi uma fase complexa, que culmina na centralização dos esforços estatísticos em 1859 na Repartição Central de Estatística do Ministério das Obras Públicas, responsável pelo recenseamento de 1 de Janeiro de 1864.
d. Entre 1864 e a transição para o século XX as melhorias verificam-se em termos de qualidade dos apuramentos e variáveis tratadas, bem como do ponto de vista formal, pela crescente rapidez na recolha, tratamento e publicação dos resultados. Portugal entrou na época da modernidade estatística, recuperando de um atraso significativo face a outros estados contemporâneos.

Em termos cronológicos, os dados sobre o estado da população precedem os dos seus movimentos, embora existam marcos de referência obrigatória de conjunto. Destacam-se a este propósito os anos de 1801-1802, com a realização dos primeiros levantamentos nacionais com uniformidade de critérios e que incluem informações sobre natalidade e mortalidade. Entre 1861 e 1864 regista-se a primeira tentativa séria de publicação sequencial de resultados sobre o movimento natural, coincidente com o primeiro recenseamento. Por fim, na década de 80 inicia-se a publicação autónoma de estatísticas sobre cada variável microdemográfica, enquanto se ultima o censo de 1890, com características renovadoras.

O numeramento de 1801 foi objecto de estudo exaustivo[11]. Entre Novembro de 1801 e Janeiro de 1802 arcebispos e corregedores de comarcas são incumbidos de pedir a cada pároco os mapas dos seus fregueses, por grupos de idade e sexo, bem como a relação das pessoas que andassem no mar (tripulação e pescadores), operários, eclesiásticos regulares e seculares[12]. Pretendia-se contabilizar a população existente a 31 de Dezembro de 1801 e as respostas vão chegando à Câmara Eclesiástica a partir de 19 de

---

11 SILVEIRA, 2001. Cf. também SOUSA, 1979.
12 SOUSA, 1979: 58 e ss.

Janeiro. Cerca de metade dos párocos envia os dados entre a segunda metade desse ano e o princípio do seguinte. Os que demoraram mais a entrega tinham freguesias mais populosas e alguns confrontaram-se com dificuldades no preenchimento dos impressos. Estes apresentavam uma tabela, destinada à indicação dos residentes por sexo e grupos de idade (1 a 7 anos, 7 a 25, 25 a 40, 40 a 60, 80 a 100 e 100 ou mais anos), o total de fogos, nascimentos e óbitos. No verso, instruções detalhadas explicavam o método a utilizar na estimativa dos menores de 7 anos, já que a restante população estava inscrita nos róis de desobriga, donde se partia para proceder ao «recenseamento». A estimativa dos primeiros baseava-se na contagem dos nascimentos ocorridos nos seis anos anteriores, deduzindo-se-lhes as mortes verificadas e de que houvesse notícia. Davam-se instruções sobre a metodologia de recolha dos nascimentos e óbitos, «conforme os livros de baptismo e óbito desse ano» e pedia-se um cômputo aproximado sobre a eventual existência de grupos não sujeitos à desobriga, incluindo os motivos dessa exclusão. O rigor dos resultados finais dependeu muito do grau de informação de cada pároco, o que, à partida, permite pressupor que os dados das principais cidades e vilas sejam melhores que os de outras zonas do Reino. No entanto, eles variaram com as limitações impostas à realização da tarefa, de que os sobreditos tiveram maior ou menor consciência, e que muitos procuraram expressar em notas apensas aos dados[13]. Ainda não eram conhecidos todos os resultados de 1801 e já se preparava a nível nacional outro numeramento. Em Novembro de 1802 dirige-se aos prelados um novo pedido de censo dos povos, desta feita com tábuas mais complexas. Para além das indicações gerais e de um novo critério no agrupamento por idades (quinquenais até aos 100 anos), pede-se a separação dos assentos das pessoas de fora, dos recolhidos e expostos. Requere-se o estado civil, a mortalidade por idades e principais causas, o número de nascimentos de gémeos[14]. Desconhecem-se os resultados de várias dioceses do Sul, entre as quais Lisboa[15]. A destituição de Sousa Coutinho ainda durante 1803 talvez explique a razão pela qual muitos dos dados recolhidos nunca foram entregues. Nas primeiras décadas do século XIX o Estado procura promover a felicidade das gentes e é neste contexto que se devem entender as primeiras iniciativas para criar a Estadística Geral do Reino, lideradas por Fran-

13 ALVES, 2001: 35-62.

14 SOUSA 1979: 58 e ss.

15 No entanto, sabemos que este foi efectuado pelo menos parcialmente, a partir do cruzamento das informações prestadas nos róis de confessados e dos registos de baptismo e óbito, designadamente através do rol da freguesia de Santiago de 1803.

zini[16]. Em 1815 envia para o Rio de Janeiro as suas *Reflexões sobre o actual regulamento do Exército em Portugal*, onde inclui mapas com o estado da população por idade, sexo, estado religioso e profissão. Desconhece-se, no entanto, o paradeiro desse manancial de dados. Os serviços oficiais de estatística passam do Ministério da Fazenda para o Arquivo Militar[17], sob a designação de Comissão de Estatística e Cadastro do Reino. O primeiro trabalho de vulto de Franzini nesta Comissão, a que presidiu pelo menos entre 1820 e 1846, foi o numeramento de 1820, apresentado às Cortes Constituintes de 1822[18]. Em Julho de 1820 foi enviada uma circular aos bispos, acompanhada dos quadros e instruções dirigidos aos párocos, responsáveis pela recolha e agregação dos dados da população menor e maior de 7 anos, por estado religioso, incluindo eclesiásticos regulares e seculares. O processo termina no Outono de 1822, iniciando-se a publicação sistemática no *Diccionario Estatistico – Geographico do Reino de Portugal*, por José Joaquim Leal. Mas a edição é interrompida em 1823, pelo que só conhecemos dados para as freguesias iniciadas por A, B e C. A unidade de base continuava a ser a paróquia. É possível que nessa mesma data tenha sido tentada outra contagem, para formar as Cortes Constituintes[19], porém remetem para 1819 e não coincidem com os do *Almanach*[20]. Nos anos seguintes prossegue a actividade de Franzini dedicada à actualização dos dados, a partir de listas periodicamente remetidas à Comissão pelos párocos[21]. A crise nacional interrompe esta actividade, que só no fim da guerra em 1834 se retoma[22] e conduz aos numeramentos de 1835, 1838 e 1841[23]. Processa-se a laicização das tarefas estatísticas. Os responsáveis directos pelos levantamentos deixam de ser eclesiásticos, substituídos por homens de confiança política, como os regedores, agentes dos recenseamentos modernos[24]. Em Maio de 1835 o

16 SILVEIRA e MARTINS, 2001: 63-93; NUNES, 1988.

17 SERRÃO, 1973: 108.

18 *Almanach Portuguez. Anno de 1826: Noticias Estadisticas sobre a extensão e população do reino de Portugal, e Ilhas do Oceano Atlântico. Mappa da população do reino de Portugal em 1820, deduzida das relações remetidas ao coronel M. M. Franzini, encarregado da Comissão de Estadistica.*

19 *Mappa Geral das 26 Divisões Eleitoraes do Reino de Portugal, que provisoriamente devem servir para as Eleições dos Deputados em Côrtes, referido à população existente no anno de 1821 (Collecção de Legislação Portugueza das Cortes de 1821 a 1823*,108-123).

20 RODRIGUES, 1993.

21 «Dos dados que vagamente falam no assunto, parece inferir-se que essa actualização dos censos se fazia por aumento dos nascidos e por abate dos mortos, constantes das listas paroquiais, e completando-se as operações por cálculos aproximados, assentando nas leis da natalidade e mortalidade» (SILVA: I, 18-19).

22 Sobre esta questão veja-se SILVEIRA e MARTINS, 2001: 63-93.

23 SERRÃO, 1973: 37 e ss.

24 SILVEIRA e MARTINS, 2001: 69.

governo é autorizado a acorrer às despesas para novo cadastro e no Outono o Ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, entrega aos governadores civis os mapas que deveriam ser preenchidos por freguesia[25]. A reforma administrativa de Silva Passos separa o Reino em distritos, concelhos e freguesias[26]. Uma lei especial regula o número e extensão das últimas, segundo «a commodidade dos povos»[27] e talvez explique o numeramento de 1838. Efectuado entre 1837 e 1838[28], incluía os totais de fogos, residentes (maiores e menores de 7 anos), nascimentos, casamentos e óbitos. Nas observações que o acompanham, Franzini refere-se à sua melhor qualidade face ao de «1815-1819». Conclui que a subida do número de fogos e almas resulta da melhoria qualitativa de recolha e à menor desconfiança dos povos. Só as mortes infantis e dos doentes hospitalares continuavam subavaliadas. Ainda em 1840 é publicado um decreto da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, assinado por António Costa Cabral, com a nova divisão judicial do Reino[29]. Esta fonte baseia-se em dados diferentes dos anteriores, mas limita-se a remeter para os fogos existentes por distrito e concelho[30]. Os resultados provisórios do numeramento de 1841 foram utilizados nas eleições regulamentadas em Março de 1842[31] e utilizados até 1846. Franzini efectua nas *Considerações acerca da Renda Total da Nação Portuguesa*[32] o primeiro balanço dos resultados, mas o apuramento final, bastante diferente, só será conhecido em Julho de 1844[33]. O procedimento que o envolveu foi o tradicional e mais uma vez visava o total de fogos, habitantes, nascimentos, óbitos e matrimónios[34]. As respostas foram chegando durante dois anos.

---

25 *Diário do Governo*, n.º 248, 20 de Outubro de 1835, p. 1019.

26 *Collecção de Legislação Promulgada em 1836*, 1836:853 a CLXXIII.

27 Encontra-se no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas um documento impresso que actualiza as freguesias de Lisboa, confrontando os concelhos antigos com os modernos (A.H.M.O.P., Comissão de Estatística, Maço 1, Doc. 10).

28 A.H.M.O.P., Comissão de Estatística, Maço 1, Docs. 11 e 12; *Diário do Governo*, n.º 94, 21 de Abril de 1840, p. 469.

29 *Diário do Governo*, n.º 309, 30 de Dezembro de 1840, pp. 1719-1722.

30 No Ministério das Obras Públicas encontram-se alguns totais de freguesias (A.H.M.O.P., Comissão de Estatística, Maço 1, Doc. 15).

31 *Diário do Governo*, n.º 59, 10 de Março de 1842, p. 236.

32 Lisboa, Imprensa Nacional, 1843.

33 *Diário do Governo*, n.º 169, 19 de Julho de 1844, p. 1917: «Mappa Estatístico demonstrativo em resumo da Divisão Territorial, Civil, Judiciaria e Eclesiástica, e do movimento da respectiva população, segundo o censo feito no anno de 1841 no Reino de Portugal e nas Ilhas adjacentes».

34 SERRÃO, 1973: 139 e ss.

A criação da Comissão Encarregue de Propor Nova Divisão Eclesiástica, Administrativa e Judicial a 17 de Junho de 1843 tentava racionalizar a ordenação do território, fazendo coincidir as delimitações das várias esferas de poder, contando com o apoio da Comissão Permanente de Estatística e Cadastro. No Arquivo do Ministério das Obras Públicas encontram-se os resultados da sua actividade. Um novo censo esteve quase concluído, bem como novas contagens em 1844 e 1848[35]. Do eventual numeramento de 1843 só existem valores do Continente. Para ultrapassar esta lacuna, o governo de Costa Cabral encarrega em 1846 José de Ávila de organizar a Comissão de Cadastro do Reino. Novas alterações ocorrem três anos depois, quando o Arquivo Militar passa para o Ministério da Guerra e os serviços de estatística permanecem no Ministério do Reino, criando uma dispersão pouco vantajosa para uma área com graves problemas internos.

Durante a Regeneração a actualização dos dados é constante, embora se efectue nos moldes habituais e só esporadicamente existam dados locais sobre o estado e movimento da população. Em 1853 Alexandre Herculano pede à Academia das Ciências que ajude a resolver «o problema das carências da estatística portuguesa». António de Oliveira Marreca redige então o *Parecer e Memória sobre a proposta, que apresentou o Sr. Alexandre Herculano, para que a Secção de Sciências Económicas e Administrativas redigisse um Projecto de Estatística*[36]. Nele menciona os censos de 1838, 1841, 1843, 1849 e 1850, alertando para a falta de informações consistentes e propondo medidas urgentes neste sector. Chegam nesse ano a Portugal, através de José António de Ávila, as primeiras deliberações aprovadas no Congresso Internacional de Bruxelas. Tinha início um período que daria frutos a médio prazo. O censo de 1849 vem alterar o panorama cinzento que caracteriza a primeira metade do século XIX, porque além do carácter exaustivo das informações que disponibiliza, foi realizado num curto espaço de tempo e com maior eficiência[37]. Surge na sequência da portaria de 25 de Junho de 1850, sendo pedidos mapas de distrito, com dados por concelho e freguesia relativos a fogos, habitantes por sexo, nascimentos, mortes e casamentos. A contagem foi efectuada pelos párocos a partir dos livros paroquiais e centralizada no Governo Civil. Cimentam-se os esforços para resolver o problema da contagem populacional. Em 1857 é criada a Comissão Central de Estatística do Reino, depen-

35 A julgar pela correspondência trocada entre a Comissão de Estatística e os responsáveis pela recolha de informação no distrito de Bragança, embora só uma pequena parte tenha sido encontrada (SILVEIRA e MARTINS, 2001: 75).

36 Lisboa, Tipografia da Academia, 1854.

37 Para o que terá contribuído a colaboração do corpo eclesiástico, na sequência da Concordata de 1848 (SILVEIRA e MARTINS, 2001: 83).

dente do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que começará a funcionar em 1859, quando da nomeação de José de Torres para director. Os primeiros resultados surgem em 1860, no *Relatorio sobre a estatistica geral de Portugal*, onde se referiam os estudos essenciais para conhecer o território, população, indústria e administração pública, de forma uniforme e centralizada, como pretendido no Decreto de Outubro de 1859.

O *I.º Recenseamento Geral da População* portuguesa feito em moldes modernos data de 1 de Janeiro de 1864 e foi da responsabilidade da Repartição de Estatística do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria». Desde [há] muito era sentida na administração publica de Portugal a necessidade de fazer recenseamento geral da população». Nesse sentido, um vasto conjunto legislativo foi promulgado desde Maio de 1863, com o propósito de criar as condições administrativas e financeiras indispensáveis à sua realização. Optou-se pelo método de recolha directa, nominativa e simultânea, baseada em boletins de família, previamente distribuídos aos governadores civis e acompanhados de normas claras de preenchimento[38]. Como se pode ler no início, os responsáveis estavam conscientes dos limites na recolha e tratamento de certos items[39], tratando-se a população de facto por distrito, concelho e freguesia de acordo com o sexo, estado civil e idade[40], os transeuntes e ausentes temporários e os fogos. À escala distrital fornecia algumas informações sobre categorias de fogos, peso relativo de população urbana e rural, instrução elementar e eleitores. Embora fossem sendo publicados resultados parciais, o censo só foi concluído em Novembro de 1865[41].

O Recenseamento de 1878 realizou-se no dia 1 de Janeiro com idêntica metodologia. A 6 de Junho de 1877 foram enviadas instruções e boletins de família aos governadores civis[42]. Continuaram a faltar dados sobre profissões, mas contabilizou-se a população de facto, por distritos, concelhos e freguesias, segundo o sexo, estado civil, idade[43], fogos e ausentes, excluindo

38 O censo é precedido pela proposta de lei datada de 27 de Maio de 1863, que procura instituir a prática dos recenseamentos decenais, e pelos Decretos-Lei de 9 e 23 de Julho do mesmo ano. O primeiro ordena a realização do censo, dotando-o de meios financeiros. O segundo, define a metodologia a seguir, através de instruções detalhadas que regulam as práticas processuais a respeitar.

39 Como o nível de instrução, nacionalidade ou profissões, que não foram apuradas, tal como a listagem das casas segundo o número de residentes.

40 Separados por meses até um ano, de três em três meses até dois anos, ano a ano até aos dez e por grupos quinquenais até cem, mais de cem e idade desconhecida.

41 Os do distrito de Lisboa foram-no relativamente cedo, a 11 de Novembro de 1864 (*Diário de Lisboa*, n.º 255, 11 de Novembro de 1864, p. 3118).

42 *Diário do Governo*, n.º 121, 15 de Junho de 1877, p. 1090.

43 Apurada em grupos quinquenais, excepto no primeiro ano e entre os 21 e os 25 anos, «período em que os mancebos estão sujeitos ao recrutamento militar».

os transeuntes. Por distrito forneciam-se indicações sobre o tipo de fogos e população rural e urbana e pela primeira vez era tratada a instrução elementar e as «circumnstancias phisicas ou especiais». Também original foi o uso de cartogramas para visualizar os resultados, método que será desenvolvido nos recenseamentos posteriores. O processo demorou um ano a ser concluído, ou seja, metade do tempo que levara o anterior, embora fosse idêntica a rede e volume de técnicos e agentes locais.

O III.º Recenseamento Geral da População Portuguesa teve lugar a 1 de Dezembro de 1890. A data revela uma nova atitude de sistematização do controle censitário, ao aderir ao princípio da realização dos censos em anos terminados em zero[44]. Apresenta maior rigor na recolha de dados de base[45], sendo o apuramento executado nas repartições centrais, com o auxílio de uma «machina fundada na applicação da electricidade». Embora a base fosse o Boletim de Família, ele visava mais informações e tentava proporcionar, através de notas explicativas, maior rigor de respostas. A ele juntaram-se os Boletins de Fogos e Embarcação. O primeiro contabilizava as casas habitadas ou desabitadas, estabelecimentos comerciais ou com fins que não de residência e características toponímicas da zona; o segundo recolhia dados sobre recursos humanos e materiais da frota nacional. Os resultados foram publicados em três volumes[46]. A única desvantagem resulta da omissão de dados por idade e freguesia.

O Censo de 1900 foi da responsabilidade da Direcção-Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais, criada em 1898 na dependência do Ministério da Fazenda. Publicado em quatro volumes apresenta características semelhantes ao anterior. Apenas se desenvolvem dados sobre crenças reli-

---

44 Facilitava as comparações directas entre países e evitava os inconvenientes de 1 de Janeiro, gravosa segundo António Eduardo Vilaça, relator da Introdução, porque «coincide com as mudanças de casa, e é conseguintemente a menos própria para grande número de famílias receberem e devolverem, preenchidos, os boletins; mas acresce que, na maior parte do paiz, é a occasião de muitas pessoas se deslocarem do seu domicílio habitual para as terras de naturalidade» (*Censo de 1890* pp. XIV-XV).

45 Do governador civil aos agentes recenseadores, passando por comissões concelhias e paroquiais.

46 «Afigurou-se-me vantajoso distribuir d'este modo os phenomenos demographicos que o recenseamento serve de patentear, abandonando o processo de os agrupar todos em um só volume, até hoje seguido nos censos anteriores. D'est'arte se ganha em clareza de exposição e em facilidade de consulta» (*III.º Recenseamento Geral da População*, p. XI) O primeiro tomo apura fogos, população residente e de facto, esta última dividida por sexo, estado civil, naturalidade e instrução. O segundo analisa a estrutura populacional, distribuindo os efectivos por dias e meses até um ano, ano a ano até aos dezanove, depois por quinquénios. Finalmente, o terceiro divide a população de facto em 12 grupos profissionais, por sexo e idade, indicando o número e composição das famílias.

giosas, número de católicos e indivíduos cujo credo religioso se ignora e a categoria de *separado judicialmente*. Os dados foram tratados mecanicamente e publicados em 1901. Ao terminar o século XIX encontravam-se resolvidas as hesitações da produção estatística[47].

1.2. *O movimento da população*

O conhecimento sobre as características da natalidade, mortalidade, nupcialidade e movimentos migratórios implica o recurso aos livros de registo paroquial, completados a partir do final da década de 70 de Oitocentos com informações de registo civil. Pese embora alguns avanços observados em termos de edições estatísticas a partir dos anos 60 e sobretudo em 80, não existem séries com dados sequenciais por freguesia e só esporadicamente por concelho. Assim, os assentos de baptismo, óbito e casamento continuam a ser a fonte básica para avaliar os comportamentos colectivos. O seu mérito prende-se desde logo com o facto de fornecem valores únicos sobre a maioria esmagadora da população, só sendo limitados por deficiências de índole qualitativa. No último quartel do século os registos civis vieram colmatar algumas lacunas, ao captarem as franjas que escapavam[48].

Os censos da primeira metade do século incluem dados sumários sobre o movimento natural da população, por freguesia. As listagens de população divulgadas em *Diário do Governo* e outra legislação incluem com frequência crescente nascimentos, óbitos e casamentos. Melhorava também a qualidade e quantidade de informações neles contidas, esbatendo-se a dicotomia regional, por vezes acentuada, quanto aos dados de registo obrigatório em cada Bispado. Mas só a partir de 1 de Janeiro de 1860 o registo paroquial se uniformizou no país. Nesse mesmo ano, José António de Ávila, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, divulgou o movimento da população, primeiro por dioceses, depois por distrito e concelho[49]. Sabe-se que foram recolhidas informações similares até 1866, nunca publicadas[50].

---

47 RODRIGUES e PINTO, 1993:148-151.

48 Mas até à implantação da república estes representam um número ínfimo em relação ao volume total de actos, mercê também do seu carácter facultativo.

49 O primeiro intitula-se *Mappas estatisticos dos Baptismos, Casamentos e Obitos que Houve em Cada Huma das Dioceses do Reino no Anno de* 1860. Os originais encontram-se no IA. N./T.T., Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça.

50 SOUSA, 1995:166.

Sobre a emigração nada se sabe globalmente até ao Inquérito Parlamentar realizado em 1873, ano em que foram pedidos aos governadores civis e aos consulados quadros estatísticos sobre o fenómeno, que assume níveis preocupantes, dados os recursos humanos envolvidos. Os dois tipos de fontes essenciais para conhecer as características do movimento da população são os registos paroquiais e civis e as publicações demográficas, grupo em que podemos incluir as informações de 1801, 1849[51] e 1853. O primeiro conjunto tem subjacente a óptica evolutiva, o segundo limita-se a fornecer imagens de momento, uma vez que raras vezes apresenta um carácter serial. Estes dois tipos de informação, quando coincidem no tempo, completam-se. Ocasionais e dispersos nas primeiras décadas, os dados publicados nesta área resultam de iniciativas particulares de homens cujos ideais raramente encontravam eco nas instituições, facto que explica como os primeiros indicadores gerais sobre nascimentos, óbitos e casamentos surjam agregados às tentativas de contagem de fogos e almas. No século XIX os registos paroquiais continuarão a ser a fonte mais coerente, porque sistemática e quase homogénea, para o conhecimento da dinâmica demográfica. Este panorama não se altera ao longo de Oitocentos, excepto pelas perturbações derivadas dos fluxos migratórios para as grandes cidades[52].

No século XIX já há muito haviam sido estabelecidas as indicações obrigatórias em cada um dos tipos de acto, mas a partir dos anos 30 as alterações de conteúdo foram determinados em conjunto pelo Estado e a Igreja[53]. Em meados de Agosto de 1859 uniformizam-se os formulários[54] e os novos modelos chegam a todas as paróquias com uma nota do Cardeal de Lisboa, que solicita o cumprimento das ordens e exemplifica o preenchimento de cada tipo de acto, em vigor a 1 de Janeiro de 1860[55]. Entre 1860 e 1900 os registos sofrem poucas alterações. O crescimento demográfico justifica o recurso a livros impressos nas freguesias mais populosas, onde servem como duplicados. Em Maio de 1832 Mouzinho da Silveira preconiza a cria-

51 SILVEIRA e MARTINS, 2001: 75.

52 O desenraizamento e condições de existência pouco favoráveis, de pobreza e exclusão, traduzir-se-á num afastamento de certos grupos do controle religioso em final do século, só parcialmente colmatada pelo registo civil.

53 O Estado, através do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça tem a iniciativa e legisla sobre a matéria: a Igreja aprova e assegura localmente o cumprimento das disposições.

54 ALCOCHETE, s/d: 259. No Arquivo Nacional (Ministério do Interior, Maço 695, n.º 13) encontra-se o formulário que deveria ser utilizado para o envio dos mapas estatístico-demográficos aos párocos, em cumprimento do artigo 23.º do Decreto de 2 de Abril de 1862.

55 Torna-se obrigatória a existência de um duplicado de cada livro, a remeter no início de cada ano civil ao Patriarcado. Seguidamente far-se-ia o cotejo com os originais, que voltariam aos cartórios das igrejas.

ção do registo civil para os não católicos, definindo-o no artigo 69.º do decreto como a «matricula geral de todos os cidadãos, pela qual a autoridade pública atesta e legitima as épocas principais da vida civil dos indivíduos; a saber: os nascimentos, casamentos e óbitos»[56]. Esse registo facultativo estava a cargo dos administradores dos concelhos ou dos bairros das grandes cidades. Porém, com pouca adesão. Haverá que aguardar o *Código Civil* de 1867 para ver confirmado o estabelecimento do registo civil (artigos 2445.º e 2491.º). Preparado pelo Visconde de Seabra e referendado pelo Ministro da Justiça, Barjona de Freitas, o Código foi verdadeiramente inovador, substituindo as *Ordenações Filipinas* ainda em vigor[57]. A dualidade entre poder civil e eclesiástico mantém-se até 1911.

Os dados básicos ligados à identificação do indivíduo não se alteram, apenas se enriquecem, na procura de maior objectividade, o que explica o destaque de certos dados pessoais até então tidos por irrelevantes, como a naturalidade, a idade e a profissão. O registo civil é idêntico ao paroquial, variando apenas as formalidades que envolvem a sua redacção: assinaturas dos declarantes e administradores dos bairros, atraso no registo quando a morte ocorre em dias santos ou domingos, embora nunca superior a 72 horas[58]. Recorrem ao registo civil mais homens que mulheres (apenas 36% do total), ateus e indivíduos que se afastaram do catolicismo, praticantes doutras religiões[59]. O número de óbitos de recém-nascidos permite ponderar a hipótese do registo civil ser usado como alternativa à prática frequente do abandono de crianças mortas. Para o investigador esses registos são mortes «recuperadas». Outro dado de interesse reporta-se à informação sobre idade e causas de morte, embora em 1860 as causas de morte passem para o foro médico e civil, com obrigatoriedade nos certificados de óbito e nos livros de enterro dos cemitérios públicos[60]. As publicações de estatísticas demográficas **c**aracterizam-se

56 SOARES, s/d: 257.

57 MARQUES, 1983: 102-104.

58 Na fase inicial inclui observações apensas. As mais comuns confirmam o desejo de oficializar uma união em contextos sociais frequentemente polémicos (porque é grande a diferença de estatuto social, as idades são díspares, já possuem descendentes ou vivem em união de facto). Noutros casos afirma-se o desejo expresso do defunto em ser enterrado civilmente.

59 A maior parte da comunidade estrangeira em Portugal tinha autonomia relativa neste aspecto, recorrendo para os devidos efeitos aos consulados e locais de representação diplomática. Em certos casos tinham cemitérios próprios.

60 Só alguns, como o pároco de S. Vicente em Lisboa prosseguirá essa tarefa por mais cinco anos, sendo admoestado para que omita tal tipo de informação, «por não ser da sua competência» (I.A.N./T.T., Registos Paroquais, Lisboa, São Vicente, O.6, fl. 45) Parte desta informação foi tratada por PEREIRA, 1990).

pela dispersão, escassez e má qualidade até ao último quartel da centúria. Os primeiros dados remontam a 1801, consistindo no total de nascimentos e óbitos das freguesias. O numeramento iniciado em 1802 exigia a recolha das idades e causas de morte, por sexos, mas só conhecemos resultados locais[61]. Franzini publica o *Mappa que indica o movimento da população de Portugal nos cinco Annos que decorrerão de 1815 a 1819*, com o número de fogos, nascimentos (distinguindo os legítimos dos ilegítimos), óbitos e matrimónios. A partir de 1838 logra-se apresentar o movimento populacional do país, embora se omita a distrinça entre natalidade e mortalidade por sexos[62]. Como afirmámos, o censo de 1849 continha informação sobre totais de casamentos, nascimentos e óbitos ocorridos nesse ano, por sexo. As maiores lacunas ocorrem no norte (distrito de Bragança) e na variável mortalidade. Noutros casos, como em Lisboa, inclui-se o movimento da população no ano anterior[63]. Também neste aspecto, 1860 inicia uma fase de renovação. José António de Avila apresenta os resultados sobre o comportamento demográfico da população nacional entre 1860 e 1862, os melhores organizados da era proto-estatística. Infelizmente desconhece-se o paradeiro dos cômputos por freguesia[64]. No último quartel de Oitocentos publica-se o *Annuário Estatístico do Reino de Portugal* de 1875, embora o segundo número só surja em 1886. Começam a ser publicadas estatísticas demográficas, sob o título *Movimento da População. Estado Civil. Emigração*[65], com informações sobre o movimento da população portuguesa entre 1887 e 1896, baseados nos assentos paroquiais. Competia às autoridades civis a compilação das mesmas, e a recolha esteve de 1887 a 1890 a cargo do Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria e de 1891 a 1896 do Ministério dos Negocios da Fazenda[66]. Após 1896, as publicações são interrompidas e os indicadores mais próximos apenas divulgados em 1916[67].

---

61 RODRIGUES 1993: 110.

62 Neste contexto, destacam-se os levantamentos de 1838 e 1840, com dados sobre o distrito administrativo de Lisboa, que inclui os totais de nascimentos, casamentos e óbitos.

63 SILVEIRA e MARTINS, 2001: 85 e ss.

64 Número total de freguesias, fogos, almas, baptismos (legítimos e ilegítimos), casamentos (segundo as idades, estado religioso, profissão, naturalidade), óbitos (por idades, sexo, profissão) e ainda os totais de expostos. O primeiro intitula-se *Mappas estatísticos dos Baptismos, Casamentos e óbitos que houve em Cada Huma das dioceses do Continente do reino no Anno de 1860*. Os originais encontram-se no I.A.N./T.T. (Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça).

65 Seis volumes, referentes aos anos de 1887, 1888, 1889, 1890, 1891-1893 e 1894-1896.

66 DIOGO, 1989.

67 *Tabelas do Movimento Fisiológico da População de Portugal (1901-1910)*, com dados retrospectivos a nível distrital e totais gerais para as cidades de Lisboa e Porto.

A qualidade das contagens de efectivos e estatísticas demográficas

Devido à necessidade de utilizar dados com graus diversos de fiabilidade, a ciência demográfica desenvolveu um vasto conjunto de técnicas para controlar a qualidade das informações[68]. Essa tarefa é tanto mais importante quanto piores e lacunares se mostram as séries[69] e adquire um papel fundamental. «Confrontado com números umas vezes impossíveis, outras vezes contraditórios, o historiador hesita entre duas atitudes opostas: avaliar as estatísticas em bruto, ou escudar-se na hipercrítica cómoda, posição inexpugnável»[70]. O perigo de tal atitude é evidente, pelo que a obsessão crítica não nos deve impedir de rentabilizar os dados a que temos acesso. Compete ao demógrafo de épocas passadas encarar os desafios postos ao controle qualitativo das séries numa dupla perspectiva. A de tentar descrever e, mediante técnicas alternativas, medir o grau de veracidade das informações; a de aplicar métodos correctivos, que permitam melhorar a qualidade da informação e se possível assegurar a comparabilidade dos resultados, num período ou num espaço mais amplo. As técnicas de controle de qualidade dependem das épocas e do tipo de numeramentos, sendo essa avaliação baseada nos resultados divulgados, já que só em casos pontuais dispomos de notas e observações apensas às fontes. O processo de apreciação das contagens pode ser efectuado em termos mais qualitativos ou quantitativos. Este último tem subjacente a perspectiva de crítica formal e inclui aspectos como a frequência dos erros de contagem e soma, a omissão de apuramentos finais, a troca de operações, a falta de preenchimento de alguns campos, sem que possamos saber se por esquecimento ou por corresponderem a zero[71]. A diversidade de situações e riqueza das fontes disponíveis torna por vezes necessária uma análise individualizada.

Em termos de qualidade, o numeramento de 1801 é uma fonte privilegiada. Os párocos responsáveis pelo preenchimento dos dados das 4100 freguesias[72] anotam os principais obstáculos com que se confrontaram: o subregisto de menores, a incorrecta declaração de idades, a população flu-

68 «A preocupação de rigor que caracteriza a Demografia e a necessidade de se comparar dados de países muito diferentes (muitos deles com estatísticas de qualidade muito duvidosa), fez com que se tornasse usual, antes de se proceder a qualquer análise mais sofisticada, testar o mérito dos dados disponíveis» (NAZARETH, 1988:185).

69 Muitas dessas metodologias, concebidas para responder aos problemas da estatística da população em zonas subdesenvolvidas da actualidade, são aplicáveis ao tipo de dados com que trabalha a Demografia Histórica (Nações Unidas, 1955 e 1969).

70 DUPÂQUIER, 1979: 92.

71 RODRIGUES, 2001: 105.

72 Apenas 134 nunca responderam.

tuante ou fora do controle eclesiástico. Mencionam-se os grupos contabilizados à parte: soldados, «pois o seu alistamento pertence aos respectivos chefes»; eclesiásticos e residentes nos conventos; homens de negócio «que por serem de fora se não desobrigarão», expostos, marginais, presos, estrangeiros, doentes hospitalares e indivíduos de outras religiões poderão não ter sido objecto de contagem na maior parte das freguesias do país[73]. Registam-se erros de contagem ou soma em metade das freguesias, os párocos trocam as operações, omitem apuramentos finais depois de preenchidas as colunas ou o sexo dos nascidos ou mortos. Já a crítica de conteúdo só pode ser efectuada mediante a confrontação com outros resultados censitários e respectivas estruturas populacionais. M. Franzini, ao apresentar os resultados do numeramento de 1819, não esconde as dificuldades, que pouco diferem das anteriores: a subestimação dos primeiros grupos de idade, a omissão de certos grupos, bem como dos óbitos nos hospitais e misericórdias. A ajuizar pela confrontação com os resultados dos róis, os fogos foram arrolados na Quaresma de 1819, e os habitantes estimados pela aplicação do coeficiente 4,3 ao total de fogos[74]. Em 1849 o número de freguesias no continente fixava-se em 3793, das quais apenas desconhecemos os resultados de 67. Sobre as 164 freguesias insulares possuímos quase todas as informações[75]. A avaliação estatística prova uma melhor qualidade no que respeita à contagem de fogos e maior frequência de arredondamentos nos grupos de idade, de onde se exceptuam as ilhas[76]. Resta-nos concluir, destacando a relativa homogeneidade que caracteriza os numeramentos, sobretudo enquanto bons indicadores de grandeza global. Exceptua-se a estimativa populacional de 1819 e a dos inícios de 40. Já a selecção das fontes a utilizar caso se pretenda descer à escala paroquial levanta maiores dúvidas, avolumadas em universos reduzidos.

A qualidade das informações dos recenseamentos está avaliada a nível nacional e por distrito a partir de 1920[77]. O principal elemento perturbador deste tipo de análise decorre dos movimentos migratórios, cuja intensidade varia conjunturalmente e em sentidos diversos, provavelmente opostos em Portugal como um todo e quando consideramos as realidades dis-

73 SOUSA, 1979: 76.

74 Os resultados foram arredondados para efeitos de publicação, segundo o coeficiente tido como provável, «podendo calcular-se na totalidade dos indivíduos no Continente e Ilhas a 4 indivíduos por fogo;… a população das províncias do Minho, Porto, Estremadura e Algarve aonde o calculo dos seus habitantes excede ao de 4,3 por fogo (A.H.M.O.P., Maço 1, doc. 5).

75 RODRIGUES, 2001: 106.

76 RODRIGUES, 2001: 107 e 109.

77 CÓNIM, 1980; CARRILHO, 1991; NAZARETH, 1979: 73 e ss.

tritais ou concelhias[78]. Com efeito, existem dificuldades de aplicação a nível concelhio dos indicadores de qualidade mais conhecidos, devidos às distorções aleatórias facilmente introduzidas numa população reduzida e flutuante. Embora certas técnicas sejam desajustados às características dos censos oitocentistas[79], outras continuam à nossa disposição. Uma delas é a relação global de masculinidade, em teoria de 105 ao nascimento. Juntando-lhe uma relação de masculinidade dos óbitos que oscila entre 105 e 125, obteremos um resultado global que estará próximo da igualdade, expressa no valor 100[80]. Em Portugal existem no século XIX 92 a 94 homens por cada 100 mulheres, diferença explicada pela sobremasculinidade da emigração. Em termos regionais os desequilíbrios são maiores.

Censos oitocentistas: relações globais de masculinidade (x100)

Anos	RM	Anos	RM
1801	95	1878	92
1849	91	1890	94
1864	92	1900	92

Fonte: *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849*, p. 112; *I.º a IV.º Recenseamento Geral da População*.

O peso relativo da população de idade desconhecida é outro indicador a considerar. Os censos apresentam valores relativamente baixos, de 1,4% a 3,8% em 1890, superiores no sexo masculino[81]. A nível distrital e concelhio os resultados são menos favoráveis, sobretudo nas cidades[82].

Censos oitocentistas: população recenseada com idade desconhecida (%)

Anos	Total	Homens	Mulheres	Anos	Total	Homens	Mulheres
1864	1,4	1,6	1,2	1890	3,8	3,9	3,7
1878	1,4	1,6	1,3	1900	2,2	2,2	2,3

Fonte: Valores reconstituídos para 1801. *I.º a IV.º Recenseamento Geral da População*.

78 NAZARETH, 1979: 73.

79 O modo de agregação dos dados por grupos quinquenais excepto em certas idades, impede-nos de aplicar técnicas de avaliação de qualidade baseadas na repartição da população ano a ano (Índices de Whipple, Myers e Bachi, por exemplo, só podem ser utilizados para os censos posteriores a 1940).

80 SHRYOCK e SIEGEL, 1976, cit. por NAZARETH, 1979: 74.

81 NAZARETH, 1979: 23.

82 Os valores de 1890, aparentemente contrários à qualidade implícita do recenseamento, explicam-se exactamente pelo maior cuidado na recolha e determinação das idades exactas.

Para controlar o rigor nas declarações de idade existe o índice de regularidade, cuja elaboração se apoia em grupos etários quinquenais e exige muitas precauções de interpretação, porquanto é facilmente perturbado por alterações nos níveis de fecundidade e mortalidade, já de si influenciáveis por factores estranhos ao quadro demográfico (guerras e fluxos migratórios). Os resultados de 1864 e 1878 caracterizam-se a nível geral por algumas irregularidades, particularmente evidentes após os 20 anos, sobretudo no sexo feminino. O índice de regularidade das idades é completado com o índice de regularidade dos sexos[83], baseado nas relações de masculinidade dos grupos etários quinquenais até aos 69 anos e tal como o anterior influenciado pela actuação diferencial das migrações nas várias idades. Assim, se num sistema fechado e teórico, a masculinidade varia contínua e regularmente em sentido decrescente ao da idade, numa situação real são de esperar variações de tendência, devido ao referido fenómeno, especialmente na segunda metade do século XIX. Sem considerar o censo de 1801, onde se realizou a correcção da estrutura etária, é nítida a melhoria progressiva dos valores. Os dois índices anteriores permitem em conjunto a construção do Índice Combinado das Nações Unidas[84]. Aceitando que um recenseamento de boa qualidade não deverá ultrapassar o resultado 20, um de má qualidade oscilará entre 20 e 40 e um muito mau poderá ultrapassar os 40, concluímos ser acentuada a melhoria dos recenseamentos oitocentistas.

Índice de regularidade das idades, Indice de regularidade dos sexos, Indice Combinado das Nações Unidas

Anos	Regularidade das idades		Regularidade dos sexos	ICNU
	H	M		
1801*	5,3	4,8	2,18	16,6
1864	27,7	29,7	5,37	74,9
1878	23,2	26,4	3,96	62,3
1890	11,7	10,1	2,75	32,7
1900	10,7	11,8	2,32	31,4

Fonte: C. Conim, *ob. cit.*, pp. 114-115. Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, «A Evolução da População Portuguesa ao Longo do Século XIX», *Fórum Sociológico*, n.º 3, Lisboa, 1993, p. 157. *Valores corrigidos.

A procura de rigor não impede a existência de erros nas fontes manuscritas e impressas do século XIX. Os mais frequentes derivam de omissões ou duplo registo de certos actos, de informações incorrectas sobre o indi-

83 CÓNIM, 1980: 66-83.

84 CÓNIM, 1980: 84-94.

víduo. A análise da qualidade das fontes utilizadas para conhecer o movimento da população passa por duas formas de controlo. A primeira é feita nos livros paroquiais, através das notas apensas ao registo das visitas periódicas efectuadas aos cartórios paroquiais pelos enviados do Patriarca. A partir de 1 de Janeiro de 1860, esse controle eclesiástico passa a ser feito pelo envio anual dos duplicados dos assentos ao Patriarcado e o confronto com o original. No início, os reparos mais vulgares derivam da troca cronológica de alguns actos e dias. Condenam-se as folhas soltas ou cosidas aos livros originais, bem como as tardiamente transcritas. Dificilmente controláveis são os casos de mortes ocorridas fora, nos hospitais e cadeias, chegando a decorrer seis ou sete meses até que algum familiar notifique o pároco da ocorrência no início do século. Na década de 70 esse espaço é no máximo de dois meses, para quase desaparecer no último quartel de XIX. Registam-se ainda as omissões de morada, trocas do número da porta ou andar, enganos no nome e nas idades. Outros aspectos comprovam o carácter rigoroso e quase exaustivo dos assentos, nomeadamente o baptismo de crianças nascidas fora, ou o óbito de marinheiros e gente sem residência fixa[85]. Apesar destas limitações, os registos podem ser considerados de boa qualidade, sendo até admoestados alguns párocos por incluírem dados em excesso. O registo civil vem aumentar a precisão dos estudos baseados em assentos de estado religioso e civil. Teve maior impacto nos bairros populares dos grandes centros urbanos, sobretudo em anos de crise de mortalidade aliada a conjunturas económicas adversas[86]. Em termos internos apresentam características iguais aos religiosos, numa época de uniformidade e rigor.

Em 1801 existem totais de nascimentos e óbitos para cerca de 80% dos concelhos e, em termos de qualidade, o panorama global pouco difere do já mencionado sobre o volume de fogos e almas. Em todos os casos, excepto em relação aos totais terminados em zero, em número demasiado baixo, o número de frequência está próximo dos limites de confiança admissíveis, apenas ligeiramente melhor no sexo masculino[87]. Recorremos ainda às relações de masculinidade dos nascimentos, outra das formas de controlar os dados sobre o movimento natural da população. O censo discrimina os nascimentos de homens e mulheres em 3444 freguesias, numa ordem de grandeza de 103,7 homens por cada 100 mulheres,

---

85 A incumbência de lhes dar sepultura religiosa era atribuída a um determinado pároco do centro urbano mais próximo. No último caso, os actos incluem detalhes fisionómicos e de indumentária, de forma a facilitar uma posterior identificação do cadáver.

86 De que os anos 1896 a 1899 são exemplo no Bairro Oriental da cidade de Lisboa (RODRIGUES, 1993, p.).

87 RODRIGUES, 2001: 114-123.

dentro dos limites de confiança permitidos, o que nos permite considerar fiáveis as informações quantitativas, embora com perturbações à escala concelhia. O mesmo sucede em 1849. Nas 3651 freguesias do continente nasceram 103,5 homens por cada 100 mulheres nesse período[88]. O movimento de população expresso em 1801 e 1849 parece de qualidade aceitável para analisar tendências globais, pesem embora as suas debilidades recíprocas, que nos impedem de concluir qual deles é, efectivamente, de melhor qualidade[89].

As limitações encontradas permanecem válidas durante a maior parte do século XIX. A dificuldade do Estado em gerir uma política eficaz de recolha e tratamento de dados estatísticos à escala nacional terá influído na qualidade das informações sobre o movimento da população, globalmente inferior à vinculada pelos registos paroquiais e civis. Daí que privilegiemos estes últimos em relação aos restantes. Os obstáculos que se colocam aos investigadores sobre a fiabilidade dos dados existentes sobre o estado e movimento da população são idênticos e cronologicamente periodizáveis em duas fases. Estas correspondem à passagem da era proto-estatística à da estatística moderna, assinalável no início dos anos 60, com as primeiras publicações globais cientificamente testadas sobre o movimento da população portuguesa e o primeiro censo geral em 1864.

2. O século XX

Procurar dados sobre a população portuguesa no século XX é fácil. Difícil é eleger a informação mais adequada ao estudo que se pretende. As fontes são diversas, a nível nacional e internacional, mas a base de toda a informação está centrada no Instituto Nacional de Estatística. Assim, compreender a evolução das fontes no Portugal de novecentos, é recuar e conhecer a história[90] do próprio Instituto Nacional de Estatística (INE). Em 1935, o INE surge independente do Ministério das Finanças. Ao centralizar a produção, elaboração e divulgação dos dados estatísticos, a instituição assume um papel de relevo a nível interno e externo, designadamente no âmbito comunitário, sendo hoje o nosso representante a nível da produção de séries estatísticas demográficas, económicas, sociais e outras.

---

88 RODRIGUES, 2001: 116-117.

89 Para uma comparação mais detalhada veja-se RODRIGUES, 2001: 122-123.

90 PINTO, 1996: 483-485.

2.1. O estado da população

Desde o século XIX que se tem acentuado a preocupação de tentar, a nível internacional, a uniformização deste processo, já mencionado no 1.º Congresso Internacional de Estatística, realizado em Bruxelas em 1853. Procurava-se garantir que cada Estado tivesse uma comissão central de estatística, e tomam-se resoluções tendentes à uniformização dos métodos de registo da população. Relativamente aos recenseamentos, recomenda-se, por exemplo, que sejam nominativos e utilizem a população de facto; que se realizem decenalmente e no mês de Dezembro; que exista um boletim por família, onde será indicado o nome e apelido, a idade e local de nascimento, a língua falada, a religião, o estado civil, a profissão ou condição; que se efectue um resumo dos resultados do recenseamento em formulários uniformes, de modo a permitir comparações internacionais. Em 1872 no Congresso de S. Petersburgo não só se recomenda que os recenseamentos se realizem de dez em dez anos, como também que coincidam com anos terminados em zero.

A Comunidade Europeia e as Nações Unidas têm apelado a uma maior uniformização conceptual que possa dar maior significado científico à comparabilidade dos dados estatísticos. Todavia a aproximação aos critérios internacionais pode ter um reverso, que se prende com uma posterior dificuldade na comparação das séries cronológicas de cada país. Mas parecem claras as vantagens de algumas aproximações que facilitem análises comparadas das séries demográficas. No que diz respeito aos recenseamentos, a Comissão das Comunidades Europeias considerou oportuno a criação de um programa que visasse, não só a sincronização dos anos censitários, como a compilação dos resultados numa série de quadros comuns relativos aos principais itens. Uma primeira tentativa foi feita no início da década de 70, com resultados pouco satisfatórios. Em 1973 foi adoptada uma directiva comunitária que procurava não só uma aproximação das datas de execução dos recenseamentos (entre 1 de Março e 31 de Maio de 1981), como propunha a elaboração de quadros comuns[91]. Para os recenseamentos de 1990/91, a directiva comunitária de 26 de Maio de 1987, relativa à sincronização do momento de realização dos recenseamentos nos doze países membros (também entre 1 de Março e 31 de Maio de 1991, com excepção da França e da Itália), considera indispensável, para o estudo e definição das políticas regionais e sociais, proceder-se a «levantamentos periódicos e exaustivos da população e das principais características sociais, económicas

91 FRANCO, 1991: 47-51.

e familiares dos indivíduos». Daí que no artigo 2.º desta directiva se preconize a colaboração entre a Comissão e as autoridades competentes de cada Estado-membro, no sentido de se elaborar «um programa de quadros estatísticos a preparar com base nos recenseamentos» e que abranjam determinadas características demográficas, económicas e sociais dos indivíduos e dos seus agregados familiares, tanto a nível nacional como regional[92].

O primeiro recenseamento do século XX é o quinto de uma série iniciada em 1864. No quadro síntese que se segue estão apresentadas as datas de todos os recenseamentos realizados nos séculos XX e XXI.

Recenseamentos da População efectuados no século XX e XXI

O 5.º Recenseamento da População teve lugar em 1 de Dezembro de 1911.
O 6.º Recenseamento da População teve lugar em 1 de Dezembro de 1920.
O 7.º Recenseamento da População teve lugar em 1 de Dezembro de 1930.
O 8.º Recenseamento da População teve lugar a 12 de Dezembro de 1940.
O 9.º Recenseamento da População teve lugar a 15 de Dezembro de 1950.
O 10.º Recenseamento da População teve lugar a 15 de Dezembro de 1960.
O 11.º Recenseamento da População teve lugar a 15 de Dezembro de 1970.
O 12.º Recenseamento da População teve lugar a 16 de Março de 1981.
O 13.º Recenseamento da População teve lugar em 15 de Abril de 1991.
O 14.º Recenseamento da População teve lugar em 11 de Março de 2001.

Até 1970 vai manter-se a periodicidade decenal e a escolha dos anos terminados em zero, excepto em 1910, ano em que foi proclamada a República, o que obrigou a que as operações censitárias fossem transferidas para o ano seguinte[93].

O recenseamento geral da população que deveria ter-se realizado em 1980 foi adiado para 1981 e o momento censitário foi fixado às zero horas do dia 16 de Março de 1981. Até então os censos tinham-se realizado no dia 1 de Dezembro em 1900, 1911, 1920 e 1930, às zero horas do dia 12 de Dezembro em 1940 e, a partir de 1950, no dia 15 de Dezembro. No entanto, a realização das operações censitárias em Dezembro colocava alguns problemas de coincidência com o período natalício e respectivas férias escolares, o que fomenta as movimentações populacionais, para

92 Directiva do Conselho 87/287/CEE relativa à sincronização dos recenseamentos gerais da população de 1991, publicada no JO n.º L 143/33 de 3/6/87.

93 Para uma perspectiva dos censos até 1981, organização e variáveis a observar ver INE, *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, 1981. Antecedentes, metodologia e conceitos*, Lisboa, 1984, 9-16; NAZARETH, 1988: 178-181; ROCHA, 1991: 20-30; CARRILHO, 1991: 11-20.

além de haver uma menor predisposição da parte da população para o preenchimento dos questionários. Também as condições climatéricas e a menor disponibilidade que as Câmaras Municipais têm nessa altura (período de fecho de contas, inscrição de mancebos e outras) não favoreciam o bom desenrolar da distribuição e recolha dos instrumentos de notação[94]. Por esse facto, o INE propôs a primeira quinzena de Março para a realização do censo de 1981, o que se enquadra no período sugerido pela CEE para que os países membros fixassem o calendário da realização das suas operações censitárias.

No XII Recenseamento Geral da População (1981) foi utilizado, pela primeira vez, um questionário para cada unidade estatística observada: Indivíduo, Família e Colectivo (convivências), que se destinam a observar as características relativas à população, e questionários de Edifício e de Alojamento, com o objectivo de obter as características relativas ao parque habitacional do país. Utilizou-se apoio cartográfico, a nível do país, como suporte de recolha da informação, o que facilitou o planeamento das operações de campo, a fácil localização dos edifícios, dos limites administrativos e um controle mais eficaz[95]. O apuramento dos resultados destes questionários foi publicado em volumes distritais, tal como já tinha acontecido em 1940, um para cada região autónoma e um volume para os dados globais do país. Todavia, razões de ordem financeira condicionaram os volumes distritais elaborados a partir de Novembro de 1983 que «sofreram uma redução do número de páginas à custa da eliminação da ventilação por dimensão de aglomerados nos quadros em que este foi previsto»[96]. Estes dados são, no entanto, disponibilizados pelo Instituto a todos os interessados que o solicitarem.

Uma das novidades deste recenseamento foi a publicação de um manual informativo e explicativo sobre as diferentes fases dos trabalhos e aspectos técnicos mais relevantes relativos ao processo, execução e elaboração dos resultados[97]. Estes aspectos foram sistematizados segundo quatro temáticas: aspectos gerais e históricos dos censos, aspectos técnicos sobre a prepara-

---

94 INE, 1981: 21.

95 INE, 1984: 41.

96 INE, 1995. Distrito de Castelo Branco, INE, p. IX. Os volumes elaborados depois de Novembro de 1983, para além do de Castelo Branco, foram os correspondentes aos distritos de Setúbal, Viseu, Lisboa, Porto, Coimbra, Açores, Madeira e o que diz respeito ao total do país.

97 INE, 1984, 5. «A razão principal da elaboração dum volume desta natureza reside, pois, no facto de se colocar à disposição dos utilizadores algo mais do que as habituais notas explicativas e técnicas e conceitos, sem perder a noção de que se torna mais útil, para o público e menos dispendioso para o INE concentrar todas as matérias num só volume do que dispersá-las ou repeti-las de forma sintética em todos os volumes com os resultados distritais».

ção da operação e execução da recolha de informação, sistema de tratamento da informação e nomenclatura e códigos utilizados.

Outras alterações se registaram a nível de conteúdo, nomeadamente o facto de se recensearem apenas os edifícios total ou parcialmente residenciais e a introdução do registo das deslocações pendulares (só para a população presente), isto é, do e para o trabalho ou estudo e o meio de transporte utilizado na deslocação. Importante é, igualmente, a inclusão de dados respeitantes à residência anterior, sobretudo quando se pretende estudar as migrações, e cujo apuramento foi feito em dois momentos, 31 de Dezembro de 1973 e 31 de Dezembro de 1979. Este recenseamento foi o primeiro a apresentar informação sobre anos de nascimento, aspecto de fundamental importância para as análises longitudinais. De notar ainda as vantagens decorrentes do registo da população residente segundo a dimensão dos lugares. A nível conceptual[98] foi alterado o conceito de lugar, que passa a ser apenas aplicado a aglomerados populacionais com um número mínimo de dez alojamentos. Surgiram também novas variáveis derivadas: caso dos grupos socioeconómicos e do tipo de família com base na estrutura etária.

Relativamente à unidade estatística *Indivíduo*, as variáveis consideradas dizem respeito à situação perante a residência, sexo, data de nascimento, estado civil, naturalidade, nacionalidade, nível de instrução, religião, qualificação académica, residência em 31 de Dezembro de 1973 e de 1979, situação socioeconómica, condição perante o trabalho (com e sem actividade económica), situação na profissão, principal meio de vida, ramo da actividade económica, população activa desempregada, local de trabalho e estudo, principal meio de transporte utilizado e para as mulheres o número de filhos nascidos vivos, a idade ao primeiro casamento e o número de anos de casamento.

Para o XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação, a data da referência temporal foi o momento censitário correspondente ao dia 15 de Abril de 1991. O plano de apuramento foi concebido tendo em conta a satisfação das «necessidades dos utilizadores para a década de 90, nomeadamente a nível regional e local», a manutenção da estrutura comparativa com os recenseamentos anteriores, sobretudo com o de 1981 e «dar resposta aos compromissos internacionais, nomeadamente com a CEE e a ONU»[99].

98 INE, 1984: 49-59.
99 INE, 1995: 23.

Assim, o conteúdo programático dos Censos-91 foi assente em cinco unidades estatísticas (edifício, alojamento, família clássica, família institucional e indivíduo) e para assegurar a recolha dos dados base para a sua caracterização foram concebidos seis modelos de questionário (um para cada unidade estatística e o sexto para o colectivo). Notemos a introdução de uma nova unidade estatística, a família institucional, relativamente ao censo anterior[100]. A estrutura geográfica deste apuramento também é substancialmente diferente dos anteriores, pois foi adoptada a nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos, no cumprimento de normas resultantes da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. É assim que os resultados finais foram apresentados em oito publicações, uma para cada uma das NUTS II (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores) e outra para o total nacional. Embora se tenha seguido uma metodologia idêntica ao censo de 1981, desenvolveram-se alguns aspectos, como seja, e na sequência da experiência já adquirida com a utilização de meios cartográficos para fins estatísticos, uma nova base cartográfica, designada por Base Geográfica de Referenciação Espacial.

No que diz respeito às variáveis e aos conceitos distinguiu-se a *família clássica* de *família institucional*[101] e alargou-se a tipificação das famílias clássicas de um só núcleo[102]. Também o estado civil é definido numa perspectiva de «situação de facto», o que vai permitir uma melhor percepção da componente relacionada com as famílias. Quanto à naturalidade é referida ao local de residência da mãe à data do nascimento, de modo a evitar que os concelhos que dispõem de maternidades concentrem as naturalidades dos indivíduos que só ali nasceram por força das infra-estruturas aí existentes. Diferenciou-se desemprego em sentido lato e em sentido restrito, isto é, entre os desempregados que fizeram diligências para encontrar emprego e os que não fizeram. Nas deslocações pendulares acrescentou-se a duração do trajecto entre a residência e o local de trabalho/estudo. Introduziu-se também uma questão sobre o número de trabalhadores na empresa, organismo ou exploração onde o indivíduo exerce a sua profissão, o que vai permitir a elaboração da variável «grupo socioeconómico», quando cruzada com profissão e situação aí verificada.

100 INE, 1995: 46 «Conjunto de indivíduos residentes num alojamento colectivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objectivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo».

101 INE, 1995: 41-55.

102 Foram acrescentados os avós com netos solteiros e o avô ou avó com netos solteiros.

Esta enumeração, não exaustiva, das alterações do conteúdo do programa dos Censos-91[103] relativamente a censos anteriores reflecte a preocupação em adaptar a recolha à realidade portuguesa, mas também às recomendações internacionais. Por isso as variáveis observadas para a unidade estatística primária *Indivíduo* incorporaram estas alterações e ajustamentos, podendo então ser sistematizadas assim: sexo, idade e data de nascimento, estado civil, naturalidade, nacionalidade, religião, situação perante a residência, nível de instrução e frequência de ensino, curso (médio, superior ou profissional), residência em 31/1/1985 e em 31/1/1989, local de trabalho ou estudo, principal meio de transporte utilizado no trajecto entre a residência e o local de trabalho/estudo e duração do mesmo, principal meio de vida, situação perante a actividade económica (trabalho, desemprego em sentido restrito e lato, inactividade), ramo da actividade económica, dimensão da empresa; para o sexo feminino apurou-se também as datas do primeiro e último casamento (mais do que um) e o número de filhos nascidos vivos.

Dez anos mais tarde, em 2001, realizava-se o XIV.º Recenseamento reportando a 11 de Março. O último censo até à data existente tinha um desenho muito semelhante ao anterior. A recolha de dados foi realizada através do método clássico de entrega/recolha de questionários à população. Para apoiar a recolha e difusão dos Censos 2001, foi preparada uma importante infra-estrutura cartográfica, chamada Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI), que visa definir – os limites administrativos (de freguesia e município) com as autoridades locais. Faz ainda a divisão da área em estudo de cada freguesia em secções e subsecções estatísticas e utiliza cartografia digital para fazer esta divisão do território. A secção estatística é uma área contínua de uma única freguesia e comporta 300 alojamentos; a subsecção estatística é a mais pequena área com delimitação autónoma dentro da secção estatística e corresponde ao quarteirão na área urbana e ao lugar ou parte de lugar na área rural. Com esta base geográfica, o território de Portugal ficou dividido em cerca de 135 000 partes, correspondentes a subsecções estatísticas devidamente delimitadas, que foram a base nos quais os dados dos Censos 2001 foram recolhidos e disponibilizados[104].

No sentido de testar a fiabilidade dos totais recolhidos realizou-se um «Inquérito de Qualidade» a Censos 1991 e 2001. Este inquérito visava confrontar os dados obtidos em ambos com os erros de cobertura e conteúdo resultantes das unidades estatísticas e principais variáveis primárias e derivadas.

---

103 INE, 1995: 41-55; CASIMIRO, 1991, 53-63.

104 INE, 1991

A identificação dos erros resultava da comparação dos dados recolhidos pelo recenseador com os recolhidos pelo entrevistador do Inquérito de Qualidade, sobre a mesma unidade estatística e nas mesmas circunstâncias. Foi pedido aos entrevistados que respondessem às perguntas do Inquérito de Qualidade tendo em conta o momento censitário (Censos 1991: referente às 0.00 horas de 15 Abril e 0.00 horas de 12 de Março, para Censos 2001), para que a informação pudesse ser comparável. Em termos concretos, os trabalhos de recolha de dados no terreno decorreram entre Junho e Outubro de 1991 e entre Maio e Junho de 2001. A responsabilidade da execução do Inquérito de Qualidade referente aos Censos 1991 foi entregue à Coordenação Nacional e das Coordenações Regionais, cabendo o controlo do processo aos Coordenadores e Delegados Regionais. Em 2001 essa responsabilidade foi incumbida a uma entidade independente.

O Inquérito de Qualidade foi realizado por amostragem multietápica com selecção sistemática da probabilidade proporcional à dimensão, representativa a nível nacional. Na primeira etapa foram seleccionadas freguesias; na segunda, secções estatísticas; na terceira, alojamentos. No que refere à selecção das secções, e de forma a assegurar a representatividade das NUTS II, foram referenciadas em 1991 262 secções de um total de 13735 existentes no território nacional, montante que em 2001 subiu a 368 de entre mais de 16000 secções.

Da comparação dos dados do Inquérito de Qualidade com os dos Censos-91 e 2001 resultou uma taxa líquida de cobertura a nível nacional que variou, no caso das unidades estatísticas, para 1991 e 2001 respectivamente: 99.04 e 100.7% (no caso dos indivíduos); 99.60 e 99.7% (edifícios) e uma distribuição regional, para os indivíduos, entre mínimas de 98.12 e 99.7% (Lisboa e Vale do Tejo) e máximas de 102.20 (Algarve)[105] e 108.8% (na R. A. da Madeira)[106].

Taxa de Cobertura Líquida (%)

Unidade Estatística	1991	2001
Edifício	99,60%	99,70%
Alojamento	99,42%	99,50%
Família Clássica	99,24%	101,10%
Indivíduo Residente	99,04%	100,70%

Fonte: RODRIGUES e HENRIQUES, 2003 com base nos *XIII.º e XIV.º Recenseamento Gerais da População Portuguesa*

105 INE, 1995: 61-63.
106 VEIGA e HENRIQUES, 2003

Taxa de Cobertura Líquida (%)

NUTS II	1991	2001
Norte	99,00	101,00
Centro	99,67	100,90
Lisboa (e Vale do Tejo 91)	98,12	99,70
Alentejo	102,20	100,80
Algarve	100,30	102,40
R. A. Açores	99,48	102,40
R. A. Madeira	100,00	108,80
Portugal	**99,04**	**100,70**

Fonte: RODRIGUES e HENRIQUES, 2003 com base nos *XIII.º e XIV.º Recenseamento Gerais da População Portuguesa*

Aguarda-se para 2011 o XV.º Recenseamento Geral da População.

Os recenseamentos são, portanto, a principal fonte de informação estatística para conhecer o volume dos residentes e presentes num país e suas regiões, fornecendo dados sobre a sua repartição e composição na altura do momento censitário. Têm um carácter institucional e são uma contagem individual e universal. Permitem-nos uma fotografia da população, ainda que a perspectiva dinâmica seja uma opção de análise necessária, pois só a partir da comparação intercensitária, e com outros dados, é possível conhecer as tendências da evolução de uma determinada população, dados que passam pelo movimento da população e que podemos coligir com base nas Estatísticas Demográficas.

2.2. *As estatísticas demográficas*

As estatísticas demográficas do estado civil[107] começaram a ser publicadas em 1886 de forma pouco regular e só após 1911 representam todos os movimentos da população portuguesa e estrangeira residente em Portugal, no que respeita às variáveis microdemográficas.

O desigual desenvolvimento na recolha de informação sobre nascimentos, óbitos e migrações reflecte as conjunturas e as preocupações sentidas em cada época e respectivos governos. No início do século as maiores preocupações são a mortalidade e a emigração; depois, por causa do declínio da natalidade e suas implicações nas estruturas familiares e etárias da população, é esta variável que adquire um relevo desconhecido nas publicações. Será a partir de 1930 que o critério idade começa a aparecer por distritos

107 VIEIRA, 1970: 169-179; NAZARETH, 1979: 61-62, 66-70; 1988: 183; 1996a: 102-104.

aplicado aos nascimentos, por grupos quinquenais para as idades das mães. Apenas em 1940 se passa a efectuar a distinção entre óbitos infantis e óbitos no grupo de idades 1-4 anos a nível regional, quando se retoma o intento de intervir na ainda elevada taxa de morbilidade e mortalidade desses grupos vulneráveis.

Em linhas gerais, a estrutura básica de organização da informação manteve-se idêntica durante a grande parte do século, embora fossem sendo acrescentados itens e melhorada a celeridade e qualidade dos sistemas de informação, de modo a corresponder a novas solicitações. Assim, encontramos os seguintes dados relativos ao movimento geral da população para cada ano: casamentos celebrados por concelhos em que ocorreu o «facto», casamentos dissolvidos e interrompidos, nados-vivos, fetos mortos óbitos e o movimento de fronteiras, com totais de emigração e estrangeiros entrados em Portugal até 1988, por concelhos de residência. No que diz respeito aos óbitos por idades e concelho, a informação é apresentada em grupos de idade quinquenais até aos 5-9 anos e de seguida por grupos decenais.

Entre 1911 e 1921 as publicações eram anuais. Tratava-se no entanto de compilações designadas as quais reviam resumos, informação de quatro anos sobre: nascimentos, óbitos, casamentos e emigração (1911-1915; 1912-1916; 1913-1917; 1914-1918;1915-1919;1916-1920 e 1917-1921). Entre 1921 e 1925 as Estatísticas demográficas realizaram-se anualmente e em 1926 e 1927 não há registo de informação estatística, que é retomada em 1929 para se tornar novamente uma publicação anual até 1975. De 1976 a 1979 esta surge apenas compilada num volume ral como entre 1979 e 1982[108].

Com efeito, em 1980 e 1996 fizeram-se publicações anuais. A informação tratada apresenta quadros sobre nados-vivos: idade gestacional, peso à nascença, dados relativos ao pai e à mãe, local de nascimento e assistência no parto. Foram introduzidos valores sobre fetos de vinte e oito e mais semanas, quadros com totalidade dos fetos-mortos, desagregação de alguns dados por centros urbanos e outras localidades[109].

A partir de 1984 retomou-se a publicação das estimativas e indicadores do movimento anual da população[110]. Houve, por outro lado, alguns ajus-

---

108 Informação recolhida no site oficial do Instituto Nacional de Estatística a partir da biblioteca digital online www. ine. pt. Toda a informação anterior a 2000 encontra-se digitalizada online, a informação porterior encontra-se em excel ou pdf.

109 INE, 1984: III-IV.

110 Crescimento natural, excedente de vida, saldo migratório, em valores absolutos e taxas, taxas de natalidade, mortalidade (total, infantil, neonatal, perinatal, fetal tardia), nupcialidade, divórcio, emigração, por distritos de residência, esperança de vida a várias idades.

tamentos motivados pela necessidade em dar resposta às solicitações externas de dados estatísticos. A adesão de Portugal à Comunidade Europeia faz aumentar a procura de informação sobre estrangeiros residentes em território português. Daí a inclusão de um novo capítulo, com maior diversidade de dados sobre estrangeiros residentes, a partir das estatísticas demográficas correspondentes ao ano de 1986.

Em 1988, uma importante alteração vem modificar a estrutura de agregação geográfica dos dados. Referirmo-nos à adopção das NUTS que, tal como aconteceu com os recenseamentos, vão substituir o distrito, desde o século XIX a unidade principal de agrupamento da informação estatística dos concelhos[111]. Na sequência deste facto verificam-se algumas alterações no que diz respeito ao nível de desagregação geográfica da informação.

A partir das estatísticas demográficas do ano de 1990 o nível de desagregação máximo utilizado passa a ser o nível II das NUTS, embora se insira um quadro síntese do movimento geral da população à escala concelhia. Tal significa que, nomeadamente, os dados demográficos relativos aos óbitos por idades e aos nados-vivos segundo o sexo e idade das mães, por concelho de residência, passam a ter que ser solicitados ao INE, visto integrarem o que é designado por Quadros disponíveis não publicados. Aliás, só a partir de 1985 é que a distribuição dos nados-vivos, segundo o sexo e a idade das mães por concelho de residência passou a constar destes volumes que recolhem o movimento da população. Para anos anteriores, os dados estão indisponíveis, pelo que a sua consulta, tal como no caso dos óbitos por grupos de idade quinquenais, só se torna possível mediante um apuramento encomendado aos serviços do Instituto.

A partir de 1991, o INE passa também a disponibilizar, quando solicitados, dados estatísticos para os nados-vivos, casamentos, óbitos e divórcios ao nível da freguesia e em 1994 é incluída na publicação, pela primeira vez, uma análise à situação demográfica portuguesa daquele ano e que vai ter continuação nos anos seguintes. Desde 1992 são apresentados alguns indicadores do movimento geral da população da Comunidade, disponibilizados pelo EUROSTAT, o que facilita o estabelecimento de algumas comparações com os outros Estados-membros da Comunidade.

As estatísticas demográficas apresentam-se, pois, como uma fonte essencial para o conhecimento das variáveis micro-demográficas, que entre 1980 e 2006 evidenciam uma relativa uniformidade. Houve alguns acertos conceptuais e organizativos, fruto da evolução do quadro mental da sociedade portuguesa contemporânea, pelo que quisemos destacar aquelas que maio-

111 O INE disponibiliza, no entanto, os dados segundo a configuração anterior.

res repercussões tiveram na organização e acessibilidade dos dados relativos à natalidade, mortalidade e migrações. Uma vez que o estudo de uma população está condicionado pela disponibilidade das fontes estatísticas, não podíamos, portanto, deixar de tecer algumas considerações sobre as principais características e limitações destes documentos com conteúdos estatísticos de natureza demográfica. Hoje em dia os dados das estatísticas demográficas e dos recenseamentos encontram-se disponíveis online e de acesso muito mais fácil e rápido que outrora.

2.3. *Outras fontes demográficas nacionais e internacionais*

Sem prejuízo de omitir outras fontes de informação demográfica, nacionais e internacionais que utilizamos no capítulo dedicado à população portuguesa no século XX (capítulo 10), gostaríamos de destacar algumas outras:

a) *Publicações periódicas e não periódicas do INE*: designadamente Estatísticas da Saúde, com informações complementares sobre mortalidade e as circunstâncias económicas e sociais em que ocorrem os nascimentos; os Anuários Estatísticos e Anuários Estatísticos Regionais: pelo tratamento regional dado a algumas das variáveis micro-demográficas e a rapidez na obtenção de informação; séries Estatísticas de Protecção Social, Associações Sindicais e Patronais, que enriquecem a análise das questões relacionadas com o envelhecimento das populações; Estatísticas do Emprego: para completar a informação sobre a população activa; Estatísticas do Ambiente: devido à crescente importância da componente ecológica nos estudos demográficos; Estatísticas da Educação: pela importância que o nível de instrução tem em todos os comportamentos demográficos; publicações do Gabinete de Estudos Demográficos: pela análise aprofundada que é feita a diversas questões teóricas e metodológicas e ainda pela realização sistemática de análises de conjuntura demográfica e de projecção populacional.

b) *Inquéritos feitos por organismos públicos e privados*: incluem-se neste grupo os Recenseamentos Eleitorais, que apuram a população com mais de 18 anos; e o Inquéritos Socioeconómicos, que permitem precisar as estimativas intercensitárias.

c) *Algumas publicações internacionais*: designadamente o *World Population Data Sheet*, publicado pelo Population Reference Bureau, que apresenta anualmente os principais indicadores demográficos para todos os países

do Mundo; os relatórios anuais do United Nations Development Programme (UNICEF, UNDP), outro tipo de publicações anuais, que também apresentam para todos os países alguns indicadores demográficos, bem como dezenas de outros de natureza económica e social; relatórios de Conjuntura Demográfica anual do Conselho da Europa (OECD) o qual contém uma análise comparativa de todos os países que integram esse organismo, com quadros e mapas com informação estatística; as Estatísticas Demográficas do Eurostat, publicação sobre todos os países da União Europeia. Permite todo o tipo de análises e comparações, incluindo não só os indicadores mais utilizados em qualquer estudo de dinâmica populacional, os dados brutos que serviram de suporte aos cálculos e quadros e mapas de grande qualidade; outros relatórios da Organização Mundial de Saúde (WHO), onde se obtém informação relativa a morbilidade e mortalidade, às ligações entre saúde, ambiente e desenvolvimento sustentável.

3. A qualidade das contagens de efectivos e estatísticas demográficas

No século XX realizaram-se nove Recenseamentos Gerais da População entre 1911 e 1991. No século XXI realizou-se um em 2001 e o próximo está datado para 2011. À medida que avança a centúria, a questão da qualidade dos dados vai sendo minorada, na exacta medida da melhoria gradual verificada nas séries de dados. Crescem, no entanto, as preocupações nesta matéria, bem como a exigência de rigor.

Índice de regularidade das idades, Índice de regularidade dos sexos, Índice Combinado das Nações Unidas

Anos	Regularidade das idades		Regularidade dos sexos	ICNU
	H	M		
1911	8,23	9,94	3,14	27,6
1920	5,42	6,05	3,49	21,9
1930	5,34	5,65	2,50	18,5
1940	3,57	4,08	2,40	14,9
1950	3,95	6,67	4,15	23,1
1960	3,41	2,86	2,76	27,6
1970	4,25	6,28	5,68	27,6
1981	3,44	3,35	1,62	11,6
1991	2,99	2,97	1,71	11,1
2001	2,93	2,92	1,51	10,4

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados do já referido ICNU aplicado aos resultados publicados dos recenseamentos de 1900 a 2001 permite comprovar que a sua qualidade se torna progressivamente mais fiável. Nas décadas de 50 e 70 a qualidade dos Recenseamentos passou de boa a má, por razões sociopolíticas e decorrentes da natureza do teste utilizado, influenciável pelos movimentos emigratórios, bem como pelo tratamento estatístico efectuado. Após 1981 os recenseamentos tornam-se de boa qualidade e cada vez mais precisos.

No que se refere às relações de masculinidade no período analisado, estas oscilaram entre 90 a 93 homens por 100 mulheres. Os períodos com menos homens coincidem com décadas de emigração mais intensas.

Censos entre 1911 e 2001: relações globais de masculinidade (x 100)

Anos	RM
1911	90
1920	90
1930	91
1940	93
1950	92
1960	92
1970	90
1981	93
1991	93
2001	93

Fonte: Elaboração própria.

A análise do fenómeno migratório é das mais difíceis devido à escassez e/ou carácter incompleto de dados estatísticos sobre a variável. As séries oficiais com valores que permitam efectuar uma contabilização rigorosa do número total de migrantes são incompletas. A falta de inquéritos estatísticos ou demográficos suportados em sondagens condicionou todas as tentativas até hoje efectuadas neste campo. Desta forma, todos os métodos utilizados para estimar o volume, cronologia e evolução geográfica dos movimentos migratórios ao longo da última centúria, foram até meados da década de 70 baseados em observações indirectas. A partir de 1973 dispomos das respostas relativas à mobilidade, que passaram a integrar os levantamentos censitários. Com efeito, até esse ano, as migrações internas, ao contrário das estatísticas sobre emigração (por muito deficitárias que sejam), não foram objecto de recolha directa. Desta forma, o seu volume e flutuações só podem ser conhecidos de modo aproximado, uma vez que é impossível anular a influência de outros fenómenos demográficos igual-

mente determinantes no processo de crescimento populacional das gentes portuguesas. Referimo-nos à emigração externa clandestina e ao movimento com as ex-colónias, os quais introduzem margens de erro não menosprezáveis, juntando-se à real incapacidade para avaliar a intensidade das migrações intraconcelhias[112].

Os recenseamentos de 1981, 1991 e 2001 permitem ainda abordar o fenómeno das migrações internas, uma vez que incluem dados sobre dois tipos de mobilidade: as migrações interconcelhias ou intradistritais da população[113] e as interdistritais[114], remetendo para os locais de residência dos efectivos inquiridos em 31 de Dezembro dos anos de 1973, 1979, 1985, 1989, 1995 e 1999. As perguntas retrospectivas permitem apurar o montante dos fluxos regionais, embora os resultados estejam também subestimados. Eles não captam as migrações intermédias entre o local de partida e o de chegada, os migrantes falecidos entre as duas datas e as partidas para o estrangeiro, após uma primeira migração interna[115]. A maior dificuldade surge quando tentamos comparar os valores das décadas de 70 e 80, devido às alterações verificadas nas unidades administrativas que foram consideradas em cada um deles (concelhos e distritos no primeiro caso; NUTS II e III, no segundo). A solução passa por uma análise efectuada a nível concelhio, sempre que possível.

Com efeito, a obtenção de informação de qualidade deixou de ser um entrave à prossecução de estudos sobre os comportamentos dos portugueses, pese embora algumas diferenças entre variáveis. Neste contexto favorável, a análise do fenómeno migratório continua a ser das mais difíceis, devido à escassez e/ou carácter incompleto de dados estatísticos sobre a variável.

---

112 RODRIGUES, PINTO, 2002:179-203.

113 Migrações internas realizadas entre concelhos de um mesmo distrito.

114 Migrações internas realizadas entre, no mínimo, dois distritos.

115 PEIXOTO, 1993: 295-303.

9

O Século XIX

Teresa Ferreira Rodrigues

O período que decorre de meados do século XVIII a 1914 foi o mais notável da história do continente europeu, que no seu conjunto sobe de 140 a 450 milhões de habitantes[1]. Na sequência da derrota de Napoleão, abre-se um longo período de estabilidade política, de que os anos de 1830 e 1848 constituem excepção. A paz cria as circunstâncias necessárias à consolidação política de carácter expansionista e à prosperidade económica. Fora do espaço europeu procuram-se as Américas, a índia, a Austrália, o Sudeste Asiático, o Cáucaso e a Ásia central. Mas se todos os Estados concorreram para o fenómeno de mudança, fizeram-no com intensidades diversas e cronologias específicas. Mudavam também os comportamentos, de que cumpre destacar a alteração do modelo de mortalidade e o esbater da influência das crises demográficas de tipo antigo (desaparecimento da peste, controle da varíola, diminuição dos efeitos da cólera), devida a uma melhoria das condições de vida, ao desenvolvimento da ciência médica e também por alteração climática. Um segundo conjunto de factores de mudança decorre da liberalização dos entraves tradicionalmente presentes nas estratégias de nupcialidade, que acompanham o progresso económico. O crescimento urbano alia-se a novas áreas de actividade e emprego, permitindo uma redistribuição das populações. O impacto em termos de natalidade foi imediato, associando-se à maior atenção dada aos cuidados infantis.

No contexto europeu, o aumento da população em Portugal pode ser apelidado tímido e pouco expressivo. As diferenças com outras realidades políticas contemporâneas são facilmente explicáveis, se tivermos em conta que em Portugal nunca ocorreu uma revolução demográfica tal como ela é definida em termos clássicos[2], mantendo-se vigente um regime demográ-

1 BARDET e DUPÂQUIER, 1998: 561 e ss.

2 Referimo-nos à descida dos níveis da mortalidade e manutenção dos valores da fecundidade. Nesta primeira fase de transição demográfica o ritmo de crescimento populacional é francamente positivo.

fico em tudo idêntico ao de períodos anteriores até à última década de Oitocentos. Portugal continuará a ser por mais alguns anos um local onde os níveis de natalidade e a mortalidade, ambos elevados, mantiveram uma relação próxima entre si, pelo que o saldo fisiológico, embora positivo, assegurava apenas o crescimento lento. À diferença entre nascimentos e óbitos haveria ainda que juntar as saídas migratórias com destinos diversos, que restringiam significativamente essa dinâmica, sobretudo devido à emigração, que adquiriu na segunda metade do século XIX, em especial a partir dos anos 70 e 80, uma intensidade inédita na história nacional. A imigração não teve qualquer significado palpável nesta fase, mas o mesmo não acontece com os movimentos internos, muito intensos e reflectindo em volume a desigual capacidade atractiva local.

1. Volumes e distribuição[3]

No século XIX, o número de residentes em Portugal[4] sobe de 2,9 para 5,5 milhões, o que representa um aumento moderado, embora geograficamente desigual e progressivamente dinâmico à medida que avança a centúria. Com efeito, para a correcta apreensão da realidade oitocentista não nos interessam tanto as tendências de crescimento como um todo, antes os factores que actuaram ao longo da centúria em sentidos frequentemente discordantes, originando assimetrias de desenvolvimento interno, mais visíveis após 1860, no momento de arranque demográfico. Residem nos modelos de fecundidade, mortalidade, bem como nos movimentos migratórios e noutros factores exógenos à questão demográfica, de que são exemplo a industrialização, o êxodo rural e o crescimento dos centros urbanos, as causas explicativas sobre as dinâmicas de conjuntura. Se as primeiras décadas foram relativamente homogéneas no que respeita a variações populacionais a nível regional, de seguida Portugal regista mudanças internas que tiveram, também do ponto de vista demográfico, grande significado. Assim, em todo este processo, as variáveis microdemográficas, natalidade, mortalidade e movimentos migratórios, desempenharam papéis de importância diversa em tempos diferentes, que divergiram também a nível local.

A variação total da população portuguesa, estimada em 74,8%, esconde assimetrias regionais, a primeira delas entre a parte continental e os arquipélagos da Madeira e Açores. Nestes últimos verificam-se grandes flutuações,

3 Este capítulo tem como base RODRIGUES, 2004.

4 Continente e ilhas dos Arquipélagos da Madeira e dos Açores.

nem sempre concordantes com o resto do território. Os primeiros quarenta anos do século foram positivos, mas de seguida a dinâmica local tornou-se mais lenta que a continental, como é patente nas décadas de 40, 50 e parte da seguinte. Os anos 60 e 70 parecem ser os únicos momentos de crescimento uniforme da população portuguesa. Depois as ilhas registam um retrocesso demográfico, que só parcialmente será compensado na última década[5].

Variações de crescimento da população portuguesa (%)

	Portugal		Continente		Ilhas	
	t.c.a.m.[6]	Tx. Var.[7]	t.c.a.m.	Tx. Var.	t.c.a.m.	Tx. Var.
1.ª met. XIX	0.42	23.4	0.35	19.3	1.27	
2.ª met. XIX	0.71	41.7	0.75	44.0	0.34	18.0

Fonte: *I.º a IV.º Recenseamento Geral da População Portuguesa.*

Evolução e ritmos de crescimento em Portugal no século XIX

Anos	Pop. Total	tcam	Continente	tcam	Ilhas	tcam
1801	3115330	–	2931930	–	283400	–
1841	3737103	0.46	3396972	0.37	340131	0.56
1851	3844119	0.28	3499121	0.30	344998	0.14
1864	4286995	0.84	3927932	0.89	359603	0.32
1878	4698984	0.66	4303664	0.66	395320	0.68
1890	5102891	0.69	4713319	0.76	389572	-0.12
1900	5446760	0.65	5039744	0.67	407016	0.44

Fonte: Valores reconstituídos para 1801. *I.º a IV.º Recenseamento Geral da População.*

Os primeiros anos do século foram problemáticos no continente, atingido por três invasões estrangeiras, uma guerra civil e um violento surto de cólera, enquadrados numa conjuntura económica adversa[8]. «Numa sociedade atrasada com uma economia pobre os confrontos militares não

5 Os Arquipélagos da Madeira e dos Açores nunca representaram mais de 9,1% no total, tendo o seu peso percentual decrescido consecutivamente a partir dos anos 40. A população das ilhas representava 9,1% em 1801 e 1841, 9,0% em 1851, 8,4% em 1864 e 1878, 7,6% em 1890 e apenas 7,5% em 1900.

6 A taxa de crescimento anual médio calcula o ritmo de aumento ou diminuição média anual da população entre dois momentos censitários. Desta forma, o primeiro valor que se apresenta o quadro respeita à taxa de crescimento anual médio entre 1801 e 1841.

7 A taxa de variação avalia o aumento/diminuição da população entre as datas limite consideradas.

8 RODRIGUES e PINTO, 1993: 145-172.

podiam deixar de ter um grande impacto demográfico. O recrutamento de soldados retirados às suas ocupações, as movimentações e abastecimento de tropas, a ruptura do frágil sistema de comunicações e transportes, mais ainda do que as mortes em combate e a destruição directa de colheitas e armazéns, reduziam os bens alimentares, espalhavam doenças, interrompiam a vida familiar e a renovação das gerações. A paz trazia a normalização das relações sociais e económicas, desde a vida conjugal ao trabalho da agricultura familiar e à circulação de mercadorias. Basta notar que os preços dos cereais baixaram, mas sobretudo tornaram-se mais regulares nas suas flutuações anuais»[9]. Os anos 50 foram marcados por uma relativa estabilização demográfica e apenas na década de 60 se reiniciou o aumento, gradual e crescente. A estabilidade política, uma relativa melhoria das condições económicas e também, mesmo a terminar o século, os primeiros e ténues indícios de redução dos níveis da mortalidade, permitiram compensar a maior intensidade do fluxo emigratório, já significativo a partir dos anos 60, e ampliar o número de portugueses a residir no país[10]. Para Costa Leite há ainda que «acrescentar o contributo da regularidade administrativa, sobretudo a partir do momento em que nos concelhos e sedes de distrito se passou a contar com o telégrafo e o caminho-de-ferro. A rede ferroviária servia em condições normais para facilitar o encontro da oferta e da procura, mas em situações de crise os administradores de concelho e governadores civis podiam fazer requisições e remediar situações com rapidez. Parece possível distinguir as cidades do litoral, onde o abastecimento era razoável antes do caminho-de-ferro, das cidades e povoações do interior onde o caminho-de-ferro trouxe uma melhoria substancial»[11].

Acréscimo populacional e desenvolvimento económico surgem intimamente ligados a partir de meados de Oitocentos. A alteração da política económica, ocorrida durante a década de 50 e parte da seguinte, favoreceu o desenvolvimento das vias de comunicação, de que beneficiaram todos os sectores económicos. A crise mundial da segunda metade dos anos 60 provocou a descida das exportações e do rendimento *per capita*. Mas a esta conjuntura adversa sucedeu uma fase agrícola próspera, acompanhada pelo acréscimo das exportações e do consumo interno, causado pela subida do produto interno bruto e o redimensionamento do mercado nacional, que se mantém até à nova crise de finais do século[12]. Mas apesar dela as iniciativas industriais bene-

9 LEITE, 2005: 48-49.

10 RODRIGUES, 1995: 57 e ss.

11 LEITE, 2005: 49.

12 Causada pelo Ultimato, a diminuição das remessas do Brasil e vários a problemas no sector primário (cf., entre outros possíveis, JUSTINO, 1989).

ficiaram da política proteccionista e continuaram a prosperar. O movimento de modernização teve consequências diversas, nomeadamente na distribuição da população no espaço e na sua estrutura etária e por sexos, adequada à nova geografia dos recursos materiais. À medida que avança a centúria começam a definir-se as direcções privilegiadas da distribuição populacional, ainda pouco claras na primeira metade de Oitocentos[13]. A partir dos anos 60 estão definidas no continente as zonas de maior vitalidade: a norte o distrito do Porto, a sul o de Faro, isolados, e a mancha centro-sul, constituída por Leiria, Santarém, Lisboa e Castelo Branco, mais tarde Portalegre[14].

Censos oitocentistas: relações globais de masculinidade (x100)

Anos	Fogos	População	Anos	Fogos	População
1801	758086	2912673	1840	828161	
	758500	2931930	1841	840928	3396972
	760402	3011000	1842	847343	
1805	756267		1843		3444000
1807		3199000	1847	853740	
1811	749524	2877071	1849		3473758
1814		2959000	1850		3471199
1815	732105		1851	896010	3471199
	742215			895109	
	729056		1852	896284	
	759763		1854	919947	3499121
1819	765395	2978570	1856	922653	
		3013900		925908	
1820	791633		1857	922643	3568895
	791625			938646	
	796687		1858	949075	3584577
1821	765210	3026450		926452	
1822		3173000	1859	924897	
1835	791492	3061684	1861	968652	3693362
	791747		1862	988243	3762722
1836	784629	3038865	1864	958201	3829618
	791938		1878	1040565	4160315
1838	817251	3224474	1890	1151609	4654095
	827947		1900	1205782	5016267

Fonte: RODRIGUES, PINTO, 1993: 158-164; SILVEIRA, 2001:247-251.

13 Estas datas foram escolhidas por serem, respectivamente, o primeiro ano em relação ao qual temos informações para todos os distritos do continente e por corresponderem à informação apurada pelo primeiro recenseamento feito em moldes estatísticos modernos, de maior fiabilidade que os levantamentos realizados nas décadas de 40 e 50.

14 Situação que será alterada já neste século, pela dinâmica de desenvolvimento económico manifestado pelas áreas confinantes de Aveiro e Braga.

Em 1850 cerca de um quarto da população continental vivia nos distritos do Porto, Viseu e Lisboa, situação que se mantém até terminar a centúria. Ou seja, sete distritos possuíam mais de metade do volume demográfico total, mas nas décadas consideradas só Lisboa e Porto ganham importância relativa, o que denuncia uma tendência de bipolarização.

Distritos portugueses mais povoados no século XIX (%)

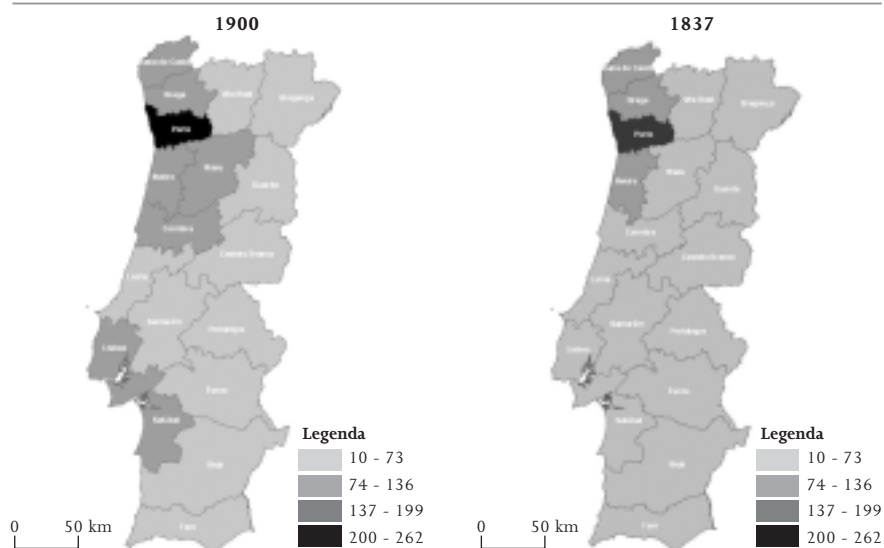
1837		1851		1878		1900	
Lisboa	12,5	Lisboa	13,1	Lisboa	12,0	Lisboa	14,1
Porto	10,6	Porto	10,6	Porto	11,1	Porto	12,0
Viseu	8,9	Viseu	8,6	Viseu	8,9	Viseu	8,0
Braga	8,9	Braga	8,6	Braga	7,7	Braga	7,1
Coimbra	7,3	Coimbra	7,4	Coimbra	7,0	Coimbra	6,7
Aveiro	6,9	Aveiro	7,0	Aveiro	6,2	Aveiro	6,0
Guarda	6,0	Guarda	5,6	Guarda	5,5	Santarém	5,6
Total	**55,1**	**Total**	**60,9**	**Total**	**58,4**	**Total**	**59,5**

Fonte: *I.º a IV.º Recenseamento Geral da População Portuguesa*; Elaboração própria.

Mantiveram-se as características de povoamento herdadas do passado, designadamente o contraste entre o norte, de povoamento disperso, e o sul, onde vastas superfícies quase ou totalmente desabitadas separavam centros de alguma dimensão. A sul do Tejo localizavam-se três quartos do total de vilas e cidades, destacando-se as manchas do vale do Tejo, do Alentejo, sobretudo na sua parte interior, e do Algarve costeiro. O litoral nortenho possuía alguma tradição urbana, que lhe provinha quase só do número, embora considerável, de aglomerados de pequena dimensão, ligados aos tratos marítimos atlânticos. Na segunda parte do século radicalizou-se a dicotomia entre norte e sul e entre litoral e interior, mau grado a existência de alguns pólos isolados, testemunho do impacto do arranque industrial na dinâmica de distribuição geográfica das populações[15].

Em 1801 a densidade média continental era de 33 hab/km^2. No limite norte, a província do Minho possuía valores três vezes superiores, enquanto o Alentejo se ficava pelos 11 hab/km^2. Entre estes valores extremos, que o serão ainda mais quando verificarmos as densidades de alguns centros urbanos de ambas as províncias, situavam-se a Beiras e a Estremadura, ambas com variações internas expressivas. No Minho a região a norte do rio

15 O caso da Covilhã será talvez dos mais curiosos, ao influenciar por si só as médias obtidas pelo distrito de Castelo Branco, onde se inseria (GODINHO, 1980: 24-25).

Densidades de povoamento em Portugal

Fonte: Elaboração Própria

Lima ficava-se pelos 35 hab/km^2, enquanto entre esse rio e o Ave a densidade suplantava os 110 habitantes. Na província trasmontana, a zona da Terra Fria e sobretudo o nordeste eram pouco povoados (10-15 hab/km^2), ao contrário do que ocorria junto ao Douro, com níveis de ocupação humana da ordem dos 50 indivíduos. As mesmas variações internas se observavam nas Beiras, onde o interior e o litoral contrastavam entre si, tal como as partes norte e sul da província, fazendo a ligação entre o povoamento típico do norte e sul de Portugal. Na Estremadura, o concelho de Lisboa era responsável pelo valor médio da província, que seria bastante moderado sem a capital[16]. Tal como nas Beiras, a parte sul da província estremadurenha efectuava em termos de formas de ocupação do solo a transição com o Baixo Alentejo, sendo aí observadas as densidades mínimas de povoamento provincial. No caso do Alentejo a homogeneidade era superior à verificada nas restantes unidades administrativas, embora com ligeira vantagem da parte norte. No Algarve à faixa litoral bastante povoada e urbanizada sucedia no interior montanhoso um povoamento semelhante ao do sul alentejano[17].

16 Densidade de 28 hab/km^2, em vez de 36,6 (valores médios).
17 SOUSA, 1979: 237-238.

Em meados do século, a densidade nacional subira para cerca de 40 hab/km^2. As maiores concentrações continuavam a localizar-se a norte do Mondego e no litoral, correspondendo por ordem decrescente aos distritos do Porto, Braga, Aveiro e Viana do Castelo. A sul, os níveis máximos registavam-se em Lisboa[18]. Alguns investigadores salientam a importância que poderá ter tido a deslocação de trabalhadores agrícolas do norte e interior, para áreas com falta de braços e terras mais abundantes, no crescimento de alguns distritos a sul na última parte da centúria. Os resultados do *IV.º Recenseamento* em 1900 comprovam o aumento da área com densidades superiores a 100 hab/km^2, abrangendo as margens do Douro e a Beira Litoral, causado pelo crescimento das vilas costeiras e os avanços da industrialização. No interior, áreas tradicionalmente mais povoadas haviam estabilizado, incapazes de sustentar maior número de almas. Tivera início nessas áreas o processo de migração intensa, sobretudo emigração. A Estremadura foi impulsionada pela dinâmica da cidade e termo de Lisboa, que se estende até ao porto de Setúbal. No Alentejo a evolução foi gradual, mas contínua e positiva, embora menor no distrito de Beja. As actividades marítimas, às quais se juntaram iniciativas industriais com vista ao aproveitamento das riquezas locais, fomentaram no litoral algarvio níveis elevados de ocupação do solo, sobretudo das cidades e vilas. No entanto, o interior e o levante pouco beneficiaram[19]. É possível acompanhar o processo de aumento gradual das densidades registadas em cada distrito entre 1837 e 1900. Pesem

Densidade populacional no início do século XIX (1801)

Províncias	Áreas (km^2)	População	hab/km^2
Minho	6953	667176	96.0
Trás os Montes	10784	265852	24.7
Beira	23303	933384	40.1
Estremadura	18370	672180	36,6
Alentejo	24400	270774	11.1
Algarve	5071	103307	20.4
Total	**88881**	**2912673**	**32.8**

Fonte: *Taboas Topograficas e Estadisticas*, Lisboa, 1948 e SERRÃO, 1982.

18 Cuja média era reduzida pela inclusão do actual distrito de Setúbal. De acordo com CÓNIM, o número de habitantes por quilómetro quadro em Setúbal era de 17,8 em 1864, de 19,8 em 1878, de 22,4 em 1890 e de 26,0 ao terminar oitocentos. Nessas mesmas datas, naquele que hoje é a superfície do distrito de Lisboa existiam, nas mesmas datas, respectivamente 126,4, 150,3, 180,2 e 204,8 hab/km^2.

19 GUICHARD, 1982: 10-16.

Densidade nos anos dos censos, por distritos

Distritos	Áreas	1837	1851	1864	1878	1890	1900
Aveiro	2708.2	82.5	87.6	93.0	99.8	107.6	112.8
Beja	10129.8	10.2	12.3	13.2	14.6	15.5	16.1
Braga	2730.2	104.7	110.1	116.3	120.2	124.7	131.2
Bragança	6545.5	18.8	19.8	24.7	26.2	27.5	28.2
Castelo Branco	6703.7	19.1	20.9	23.9	26.5	30.8	32.4
Coimbra	3955.8	59.2	66.2	71.3	77.7	83.0	85.8
Évora	7393.5	10.9	12.1	13.8	15.4	16.5	17.4
Faro	5071.6	24.7	28.9	35.0	40.1	45.4	50.7
Guarda	5496.2	35.3	38.7	39.0	42.4	45.8	48.1
Leiria	3515.8	35.3	40.2	50.5	56.1	62.6	69.0
Lisboa	7913.6	50.8	53.5	55.4	62.9	77.2	89.6
Portalegre	5888.6	13.7	14.8	16.6	18.0	19.6	21.5
Porto	2282.4	149.8	158.6	183.9	205.2	240.7	262.3
Santarém	6689.2	21.2	24.7	30.2	33.9	38.1	42.4
Viana do Castelo	2108.4	83.0	89.5	96.6	100.3	101.3	103.6
Vila Real	4239.1	41.4	43.6	51.5	54.8	56.3	56.7
Viseu	5018.8	57.4	60.5	72.9	77.5	79.5	81.7
Continente	**88500.2**	**36.4**	**39.5**	**44.4**	**48.6**	**53.2**	**56.9**

Fonte: *Estatísticas Demográficas*, 1968: LXX.

embora diferentes realidades locais e o alargar dessas diferenças, as unidades administrativas mantiveram os seus lugares relativos, testemunho da estabilidade nos modos de ocupação do território.

A primeira metade de Oitocentos não foi tão gravosa para as gentes insulares quanto o foi para as do continente. Costa Leite não deixa de sublinhar este facto, de que a forte densidade demográfica e a grande pressão migratória, concretizada desde cedo por meio dos contactos comerciais e acesso privilegiado a diferentes rotas de navegação constituem causa e consequência[20]. O número de efectivos subiu 88% entre 1801 e 1851, mas apenas 17 entre 1850 e 1900, numa tendência oposta à do Reino. A emigração e as migrações entre ilhas e para o continente actuaram como elementos reguladores do número de habitantes. A dependência face ao fenómeno era tamanha que a alteração na conjuntura dos países de destino mudava a dinâmica regional, apesar dos saldos naturais significativos. Não obstante, a história dos dois arquipélagos foi diversa.

20 LEITE, 2005: 71 e ss.

População residente na Madeira e nos Açores

Anos	Madeira	tcam	Açores	tcam
1841	116146	–	223985	–
1851	107088	–	237910	–
1864	110468	0.24	249135	0.36
1878	132015	1.28	263305	0.40
1890	134085	0.13	255487	-0.25
1900	150343	1.15	256673	0.05

Fonte: *IV.º Recenseamento Geral da População portuguesa, I:* 112-113. Elaboração própria.

A ilha da Madeira representava 99% dos residentes no distrito e o Porto Santo tinha menos de metade dos habitantes do concelho mais pequeno da Madeira[21]. Em 1841 mais de 116 mil indivíduos habitavam as duas ilhas, total que diminuiu nove milhares em apenas uma década e se fixava em 110,5 mil à data da realização do recenseamento de 1864. A partir desse ano, o aumento foi gradual, embora variável[22], favorecendo a costa sul e sobretudo o Funchal, cidade enorme, onde viviam 28,4% dos madeirenses em 1864 e um terço por 1900. Seguiam-se, em ordem decrescente, Santa Cruz, Machico e Câmara de Lobos[23]. O norte permaneceu pouco povoado e o seu crescimento foi travado pelas saídas para fora da ilha e em direcção à costa sul. Os concelhos da Calheta, Ponta do Sol e Ribeira Brava ocupavam uma posição intermédia em termos regionais. Mau grado clivagens internas, a Madeira apresentava em meados da centúria a segunda maior densidade nacional (135,9 hab/km^2), só suplantada pelo Porto. Em 1900 esse valor ascendia a 184,8 hab/km^2, embora continuassem a existir áreas interiores quase desertas e apesar do elemento perturbador emigratório[24].

A evolução das ilhas dos Açores obedeceu a outra periodização e nunca atingiu os ritmos observados na Madeira, embora existam diferenças consideráveis entre as nove ilhas e em todas o saldo fisiológico se mantivesse positivo. São Miguel, Santa Maria e Terceira influenciaram a tendência média de crescimento, por serem as mais populosas. Por esse motivo, entre 1864-1878 e 1890-1900, períodos em que a maioria das ilhas perdeu efec-

21 Concelho de Porto Moniz (RODRIGUES e PINTO, 1989: 329).

22 De reduzido na década de 50 e primeira metade da seguinte, bem como na de 80, foi moderado nos anos 70 e 90.

23 Que em conjunto representavam 24% dos efectivos em 1864 e 30% em 1900.

24 Muito evidente no que respeita à repartição etária e por sexos da população, maioritariamente feminina (52,5%). Em 1864 existiam 147,7 hab/km^2 na Madeira e 33,4 hab/km^2 no Porto Santo. Em 1900 200,2 e 54,8 hab/km^2 (RODRIGUES e PINTO, 1989: 333).

tivos, os Açores continuaram a aumentar[25]. A nível de ocupação do solo Açores e Madeira eram muito diferentes[26]. Em Santa Maria, São Jorge, Pico, Flores e Corvo a densidade manteve-se baixa, inferior a 80 hab/km^2 [27]. A história destas ilhas contrasta com as de São Miguel, Terceira, Graciosa e Faial, mais povoadas e dinâmicas, onde o número total de habitantes por quilómetro quadrado sempre superou a centena. As duas primeiras viram mesmo aumentar os níveis de ocupação após 1860. Em São Miguel, os 141 hab/km^2 de 1864 atingiam 160 em 1900. Nas mesmas datas, a Terceira apresentava densidades médias de 114 e de 121. Os valores denunciam a mobilidade interna das gentes açorianas.

Tal como na Madeira, mas com uma intensidade acrescida, foi a emigração, a que se juntaram as migrações entre ilhas, que explicam os efectivos recenseados em cada momento, tanto mais que os Açores gozavam de saldos naturais superiores aos madeirenses[28]. A emigração foi a principal responsável pelo desequilíbrio registado a nível da distribuição por sexos[29].

Ritmo de crescimento populacional na segunda metade do século XIX – Açores

Ilhas	1864-1878	1878-1890	1890-1900
Santa Maria	0.83	-0.44	0.18
São Miguel	1.00	-0.18	0.29
Terceira	-0.09	0.23	0.42
Graciosa	-0.23	0.00	-0.01
São Jorge	0.12	-0.58	-0.60
Pico	0.03	-0.75	-0.50
Faial	-0.33	-0.55	-0.62
Flores	-0.57	-0.66	-0.83
Corvo	-0.02	-0.73	0.02
Total	**0.40**	**-0.25**	**0.05**

Fonte: RODRIGUES, PINTO, 1989: 342-354.

25 ROCHA, 1989: 851.

26 RODRIGUES, PINTO, 1989: 333; ROCHA, 1989: 852.

(hab/km^2)	1864	1878	1890	1900
Madeira	135.9	160.2	164.5	184.8
Açores	106.8	112.9	109.5	110.0

27 Com efeito, neste grupo só Santa Maria conseguiu ainda reter parte dos seus naturais. No Corvo, a mais despovoada das ilhas açorianas foram registados no ano de 1864 51,6 hab/km^2, mas apenas 47,1 em 1900.

28 RODRIGUES e PINTO, 1989: 342-354; ROCHA, 1989: 856-863.

29 O número de mulheres nas ilhas dos Açores excedia o total de homens em todos os recenseamentos da segunda metade do século.

Principais Indicadores Demográficos nos Açores e na Madeira

	1890		1900	
‰	Madeira	Açores	Madeira	Açores
Taxa Bruta de Natalidade	37,5	33,7	41,3	31,1
Taxa Bruta de Mortalidade	24,9	32,2	22,3	23,6
Taxa Bruta de Emigração	15,7	15,3	5,5	19,2

Fonte: RODRIGUES, PINTO, 1989: 342-354; ROCHA, 1989: 856-863

2. Tendências globais e diversidade regional

É possível reconstruir a dinâmica de evolução portuguesa à escala nacional, mas essa tarefa complica-se quando se pretendem efectuar análises mais circunscritas. À falta de informação sobre totais e distribuição no espaço, junta-se o desconhecimento sobre os factores, nomeadamente de ordem microdemográfica, que explicam os resultados. Os totais de nascimentos, óbitos, casamentos pecam por defeito, acrescido no caso da emigração. Rara é também a informação sobre os efectivos envolvidos em movimentos migratórios internos, excepto por via indirecta. Mas este tipo de limitações não nos impede de reconstituir a história da população, exercício que pressupõe o conhecimento dos movimentos natural e migratório[30]. Com algumas limitações é possível estimar esses saldos para a segunda metade de Oitocentos, embora só possamos utilizar séries oficiais para a última década, limitadas no que respeita às migrações. Os resultados apontam para a existência de várias dezenas de milhares de indivíduos que *faltam* ou *sobram* entre cada período intercensitário, sem que o facto possa ser explicado, excepto pela subavaliação de alguma(s) variáveis[31]. Entre meados da década de 60 e 1900 diminuem os saldos naturais e aumentam os valores da emigração, que reduz os ritmos de crescimento global, os quais registam uma progressiva diminuição a partir de 1864[32]. Efectivamente, a estimativa das médias anuais permite destacar três aspectos relevantes: a) o saldo natural

30 Ambos resultam da diferença entre o número de entradas e saídas de efectivos (nascimentos e óbitos no primeiro caso; imigrantes e emigrantes no segundo). O confronto destes saldos com os decorrentes dos resultados censitários nos anos que medeiam entre ambos deveria ser nulo, o que, no entanto, nunca acontece. A população recenseada a 1 de Dezembro de 1900 deveria ser o resultado do saldo fisiológico (N-O) e do saldo migratório (I-E) entre 1 de Dezembro de 1890 e o novo censo, aplicado ao número de indivíduos apurados a 1 de Dezembro de 1890: $(P1 = P0 + (N-O) + (I-E)$.

31 RODRIGUES, 2004.

32 14 anos medeiam entre a realização dos dois primeiros recenseamentos, 12 entre o de 1878 e o de 1890 e 10 de 1890 a 1900.

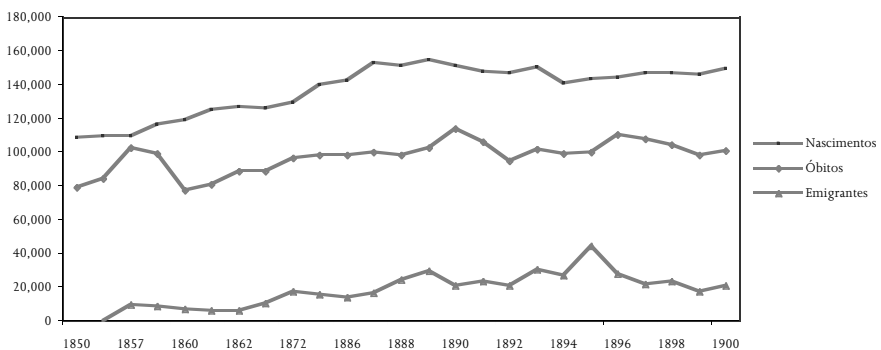
acompanha os ritmos de crescimento total e ambos atingem valores máximos nos anos 80; b) a emigração aumenta consecutivamente e a terminar a centúria o número de saídas médias anuais ultrapassa as 25 mil almas; c) o número de saídas não é compensado por eventuais entradas no País.

Para além das estimativas é também possível obter outros indicadores demográficos baseados em valores reais, embora nem sempre coincidam em termos cronológicos[33]. Com efeito, o ritmo de crescimento da população portuguesa foi sempre inferior ao possível, caso fosse apenas o saldo natural a determinar as tendências globais. O carácter lacunar das informações sobre natalidade e mortalidade nas primeiras décadas do século não permite conhecer com exactidão a diferença entre ambas as variáveis, mas é evidente que na esmagadora maioria dos anos a primeira foi superior. À

Taxas de crescimento natural e intercensitário

Crescimento	Natural	Crescimento	Total
1860-61	1.20	1858-61	0.71
1861-62	1.15	1861-64	1.25
1871-75	0.93	1864-78	0.66
1886-90	1.33	1878-90	0.69
1890-90	1.01	1890-90	0.65

Fonte: BANDEIRA, 1996: 151

Movimento da população portuguesa no Continente (1850-1900)

Fonte: Elaboração própria.

33 Referimo-nos à informação constante na tabela abaixo com taxas de Crescimento Natural (TCN) e de Crescimento Total Intercensitário (TCI).

Anos	Nascimentos	Óbitos	Saldo Natural	Emigrantes	SaldoTotal
1850	109116	78843	30273	–	
1851	109254	84057	25207	–	
1857	109230	103007	6223	9861	-3638
1858	116255	99349	16906	8963	7943
1860	119253	77312	41941	6524	35417
1861	125224	81021	44203	5945	38258
1862	127202	88742	38460	5674	32786
1871	126036	88873	37163	10388	26775
1872	129899	96283	33616	17283	16332
1875	140094	98497	41597	15434	26163
1886	142456	98143	51313	13998	37315
1887	153104	100274	52830	16932	35898
1888	150992	98369	52623	23981	28642
1889	154639	102365	52274	29421	22853
1890	150935	114339	36596	20614	15982
1891	148025	105738	42287	23585	18702
1892	146541	95106	51435	21074	30361
1893	150516	101410	49106	30383	18723
1894	141076	98955	42121	26911	15210
1895	143155	99904	43251	44746	-1495
1896	144519	110724	33795	27680	6115
1897	146797	107400	39397	21334	18063
1898	146853	104403	42450	23604	18846
1899	146400	98205	48195	17774	30421
1900	149933	101037	48896	21235	27661

Fonte: PEREIRA, 1988: 364 e CARRILHO, 1991: 39; SERRÃO, 1973: 30-31; PERY, 1878: 504 e 508.

qualidade dos registos existentes há que juntar a dificuldade em agregar a informação a nível nacional[34], pelo que os resultados das estimativas devem ser encarados com cautela. Na série são visíveis os efeitos de alguns anos de crise, como os de 1801 e 1849, que reduziram pontualmente a vantagem da vida sobre a morte. A intensidade do aumento populacional esteve também dependente dos volumes migratórios, mas só a partir de 1857 é possível conhecer a emigração oficial, embora se ignore o volume da imigração e, mais grave, o da emigração clandestina. Pesem embora flutuações anuais consideráveis, ao longo de toda a segunda metade de Oitocentos os saldos fisiológicos permanecem positivos, excepto em 1857 e 1895[35].

34 Uma das limitações mais frequentes consiste em saber se os volumes adiantados se referem apenas ao continente ou incluem os arquipélagos da Madeira e Açores.

35 No primeiro ano devido ao aumento anormal da mortalidade, no segundo ao da emigração.

O volume anual de nascimentos aumentou progressivamente. Em 1801 contabilizaram-se 95 milhares, em meados da centúria 109 mil; de início dos anos 60 até 1875 manteve-se acima dos 125 mil, para oscilar entre 140 e 154 mil ocorrências a partir de então. Esta variável continuou a ser a mais estável, embora a mortalidade deixasse de estar sujeita à enorme volubilidade que até então a caracterizara, apesar de ainda visível nos anos de 1801, 1849 e 1857. No entanto, a partir de meados da centúria, as crises demográficas de tipo clássico desapareceram do espaço português. Ainda assim, continuaram a ocorrer anos adversos em termos de mortalidade, com repercussões negativas no total de nascimentos registados no ano imediato, como aconteceu em 1872, 1875, 1890-1891 e 1896-1897[36]. Mas além da interferência de factores exógenos, o aumento do número das mortes resulta também do de efectivos. Em termos médios o ratio entre nascimentos e óbitos manteve-se estável, facto que indicia a permanência do regime demográfico que vigorava há séculos. Sinal oscilatório apresenta a emigração legal, dependente das conjunturas internas nacionais e dos países receptores, bem como das variações da clandestinidade. Os registos oficiais permitem destacar três subperíodos de características diferenciadas: o primeiro termina no início da década de 70, com médias inferiores a 10 mil emigrantes por ano; o segundo estende-se até 1887, com saídas anuais que só em 1872 ultrapassam as 17 mil; e o derradeiro vai para além de 1900, com a fasquia acima de 20 milhares. A estes valores haveria que juntar os clandestinos, cujo peso terá variado anualmente[37]. Interessa saber como se distribuíam estes quantitativos a nível local, já que é pouco correcto falar da evolução demográfica sem atender à diversidade interna e ao facto de existirem manchas territoriais que mantiveram uma certa coesão, independentemente das barreiras político-administrativas[38].

Um primeiro indicador da forma como cada região evoluiu ao longo do século XIX consiste em verificar a representatividade da sua população bem como os ritmos de crescimento anual médio em determinados períodos[39].

---

36 Estão identificadas as conjunturas e causas que explicam as subidas da mortalidade, maioritariamente ligadas a doenças de foro epidémico (RODRIGUES, 1995: 278-79): Causas prováveis: 1801 – bexigas, enterites, gripes; 1848-49 – tifo, enterites; 1855-57 – cólera, febre-amarela; 1872 e 1875 – tifo exantemático; 1890-91 – gripe e doenças não identificadas; 1896-97 – febres não diagnosticadas.

37 Caso pudéssemos estimar a clandestinidade e a imigração talvez parte da instabilidade fosse explicada.

38 Embora as disparidades que sabemos existirem não se compadeçam com as delimitações administrativas, nem sequer com a linha de fronteira. Existia uma certa continuidade entre as zonas fronteiriças portuguesas e as da vizinha Espanha (MOREIRA e VEIGA, 2000).

39 O que só é possível calcular a partir de 1837, quando nos surgem os primeiros resultados distritais (RODRIGUES e PINTO, 1996b: 133).

Semelhante exercício permite acompanhar a progressiva concentração do dinamismo demográfico em algumas zonas. A questão é pouco relevante na primeira metade do século XIX, mas acentua-se a partir dos anos 60, embora com alterações moderadas até 1914. A partir de meados do século XIX quatro distritos do interior norte iniciaram um processo de descida percentual, do qual nunca voltam a recuperar: Bragança, Vila Real, Viseu e Guarda (ZONA 3a). O mesmo sucede com Coimbra e Viana do Castelo (ZONA 3b). Ainda a norte, Braga e Aveiro foram afectados na sua dinâmica pela intensidade que neles atingiu a emigração, sobretudo na recta final de Oitocentos, embora apresentassem alguns dos maiores saldos fisiológicos (ZONA 3c). Todo o restante interior, a sul de Castelo Branco apresenta algum dinamismo, que não será quebrado até 1900. No conjunto se inclui o Algarve e o Alentejo, embora neste último os ganhos fossem mínimos, tendo Beja registado mesmo uma ligeira diminuição (ZONA 2). No século XIX a consolidação de regiões diferenciadas é indiscutível. As áreas do limite interior norte foram as principais afectadas, tal como as de tradição emigratória, mesmo quando próximas do litoral. Ao invés, aumentou a concentração populacional em torno do Porto e de Lisboa, neste último caso acrescida pela agregação funcional do actual distrito de Santarém e da área que futuramente será o distrito de Setúbal (ZONA 1)[40]. Na realidade, as únicas unidades administrativas que viram aumentar a sua influência a partir de meados de Oitocentos foram Lisboa, com Setúbal, e o Porto, seguidos por Leiria e Santarém. Os três primeiros acentuaram o respectivo peso populacional no contexto português. Pelo contrário, a região transmontana e os distritos da Guarda e de Viseu declinaram sempre, representando em 1900 menos 3 pontos percentuais que em 1837. Não fora o efeito migratório, o aumento nacional teria sido bastante uniforme. Em várias regiões a intensidade das saídas provocou falta de mão-de-obra e gerou desequilíbrios entre os sexos, que provocou alguma perturbação nos comportamentos de nupcialidade e fecundidade. As migrações internas e externas aceleraram o abandono dos campos[41], o crescimento dos concelhos circundantes às grandes cidades[42] e a desertificação do interior, mais acentuada nos locais de saída dupla, para fora do país e para as cidades e o litoral, como sucedeu na Zona 3a.

40 Em 1864 o conjunto dos concelhos do futuro distrito de Setúbal corresponde a 2,3% dos residentes continentais, em 1878 e 1890 a 2,4% e em 1900 a 2,7%.

41 Estudos realizados neste âmbito permitem estimar em cerca de 80% a percentagem dos migrantes que trocam zonas rurais por urbanas e só um quinto se deslocaria entre dois centros urbanos (RODRIGUES e PINTO, 1996a: 561-565).

42 Sobre o processo de formação das Áreas Metropolitanas veja-se RODRIGUES e BAPTISTA, 1996: 75-122.

População recenseada no Continente (1837-1900) (%)

Distritos	1837	1851	1864	1878	1890	1900
Aveiro	6.9	7.0	6.4	6.2	6.2	6.0
Beja	3.2	3.5	3.5	3.4	3.4	3.2
Braga	8.9	8.6	8.1	7.7	7.3	7.1
Bragança	3.8	3.6	4.1	4.1	3.9	3.7
Castelo Br.	4.0	4.0	4.2	4.2	4.3	4.3
Coimbra	7.3	7.4	7.0	7.0	6.8	6.7
Évora	2.5	2.4	2.6	2.6	2.5	2.5
Faro	3.9	4.1	4.5	4.8	4.9	5.1
Guarda	6.0	5.6	5.5	5.5	5.4	5.2
Leiria	3.8	4.0	4.5	4.6	4.7	4.8
Lisboa	12.5	13.1	11.4	12.0	13.1	14.1
Portalegre	2.5	2.3	2.5	2.4	2.4	2.5
Porto	10.6	10.6	10.7	11.1	11.7	12.0
Santarém	4.4	4.5	5.1	5.3	5.5	5.6
Viana do C.	5.4	5.4	5.1	4.8	4.4	4.3
Vila Real	5.4	5.3	5.6	5.4	5.1	4.9
Viseu	8.9	8.6	9.2	8.9	8.4	8.0
Portugal	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: VEIGA, 2003: 99.

População recenseada nas diferentes zonas consideradas (%)

	1837	1851	1900
ZONA 1	31.3	32.2	36.5
ZONA 2	16.1	16.3	17.6
ZONA 3a	24.1	23.1	21.8
ZONA 3b	12.7	12.8	11.0
ZONA 3c	15.8	15.6	13.1
Total	**100.0**	**100.0**	**100.0**

Fonte: Elaboração própria.

A partir dos anos 60 surge cada vez mais nítida a dicotomia entre as áreas de maior força, situadas junto ao litoral e para sul, e as restantes, sobressaindo ainda pólos isolados no interior, como o da Covilhã. O período que medeia entre os recenseamentos de 1878 e 1890 foi o mais dinâmico, embora se vislumbre já a desaceleração do norte e interior[43]. Os anos 80 foram a época áurea dos distritos de Lisboa, Porto e Castelo Branco, directamente ligado ao impacto positivo originado pelo desenvolvimento

43 Viana, Vila Real, Viseu, Braga e Bragança apresentam ritmos inferiores a metade da média nacional.

industrial. Ainda com aumentos superiores aos nacionais surgem Leiria e Santarém. Mas já então os saldos populacionais tendiam a ser cada vez mais débeis em certas zonas do litoral norte. A terminar Oitocentos aumenta a diversidade regional e o fosso que separa as metades norte e sul de Portugal, com vantagem do último, mesmo nas regiões do interior, se exceptuarmos o Porto. Após 1890, o crescimento populacional português foi todo ele influenciado pela emigração e migrações internas, efectuadas em direcção a núcleos de maior dimensão e mais industrializados. As principais vítimas foram o norte e o interior norte e centro. O Portugal oitocentista constitui um exemplo perfeito da forma como os movimentos migratórios podem condicionar o crescimento de um país. Pelo menos até que, já bem entrado o século XX, se começassem a esbater as diferenças regionais em relação aos comportamentos colectivos face aos padrões de fecundidade e mortalidade[44].

Taxas de crescimento anual médio no Continente (%)

Distritos	1837-64	1864-78	1878-90	1890-00
Aveiro	0.24	0.53	0.94	0.50
Beja	1.02	0.34	0.86	0.25
Braga	0.30	0.23	0.48	0.53
Bragança	0.96	0.43	0.53	0.32
Castelo Br.	0.82	0.62	1.39	0.54
Coimbra	0.51	0.59	0.68	0.52
Évora	0.73	0.27	0.86	0.72
Faro	1.19	1.02	1.16	1.09
Guarda	0.31	0.59	0.76	0.51
Leiria	1.26	0.75	0.99	1.01
Lisboa	0.32	0.91	1.72	1.49
Portalegre	0.64	0.40	0.92	1.00
Porto	0.68	0.84	1.41	0.97
Santarém	1.21	0.83	1.20	1.08
Viana do C.	0.41	0.22	0.24	1.02
Vila Real	0.76	0.37	0.46	0.26
Viseu	0.76	0.36	0.43	0.30
Portugal	**0.64**	**0.59**	**0.95**	**0.75**

Fonte: *IV.º Recenseamento Geral da População Portuguesa*: I, 112-113. Elaboração própria.

44 Em termos intradistritais a questão assume contornos muito complexos, já que as diferenças observadas remetem diferentes tipos de migração concelhia. Estudos à escala concelhia permitiriam entender quais foram, efectivamente, à escala interdistrital, as direcções preferenciais do crescimento.

3. Uma nova distribuição das populações

O século XIX, sobretudo nas últimas décadas, foi um tempo de profundas transformações na paisagem e modos de ocupação do território, devidas à emigração, crescimento urbano e industrialização. Com o acréscimo demográfico avoluma-se a pressão em certas zonas rurais, secularmente estruturadas segundo um regime de transmissão de propriedade que dificultava a sobrevivência económica dos filhos segundos[45]. Ao trabalho agrícola correspondiam baixos rendimentos, num contexto familiar e comunitário fortemente hierarquizado, pelo que para os mais novos, o aparecimento de actividades alternativas representa independência económica e familiar. As aldeias tornaram-se locais de recrutamento fácil[46]. A implantação industrial actuou como catalizadora demográfica regional, e contribuiu para consolidar a prática de uma migração individual. A par destes movimentos internos, a emigração via-se facilitada por uma conjuntura internacional favorável, porque dirigida para espaços em fase de povoamento e com riquezas naturais e potencialidades, acrescido no Brasil por uma história e língua comuns.

3.1. Mundo rural e realidade urbana

Nas primeiras décadas não existe uma relação directa entre crescimento demográfico e urbano[47]. Mas a nova repartição espacial que se consolida na segunda metade da centúria resulta sobretudo do fenómeno imigratório, que contrapõe zonas rurais estáveis e zonas dinâmicas[48], pelo que o aumento da população privilegiou as áreas urbanas na esmagadora maioria dos distritos[49]. Entre 1864 e 1900 reduz-se a importância populacional das freguesias rurais e nem as vilas cresceram significativamente. Toda a vitalidade se concentra nas cidades, que se alteram 77%, face aos 22 e 30% dos espaços rurais e vilas. O crescimento urbano absorveu dois terços do total e terá sido a maior originalidade do Oitocentos português, atraindo nacionais e a quase totalidade dos estrangeiros.

---

45 RODRIGUES, 1997: 108-118.

46 LEITE, 2005: 68 e ss.

47 Com efeito, o distrito de Leiria foi o que mais aumentou (40% entre 1837 e 1864), sendo uma unidade administrativa onde a percentagem de população tida como urbana era das mais baixas a nível nacional.

48 Retomaremos esta questão de forma mais desenvolvida no último capítulo.

49 Excepto em Évora e Faro, já muito urbanizados. Em Castelo Branco, Viana do Castelo e Viseu o aumento foi uniforme.

População residente nas cidades, vilas e freguesias rurais na segunda metade do século XIX

Aglomerações	1864	1878	1890	1900
Cidades	481081	559744	748218	853037
Vilas	713648	764356	842516	927274
Freg. rurais	2993682	3226604	3458996	3642821
Total	4188411	4550704	5049730	5423132
(%)				
Cidades	11.5	12.3	14.8	15.7
Vilas	17.0	16.8	16.7	17.1
Freg. rurais	71.5	70.9	68.5	67.2

Fonte: PEREIRA, 1988: 363.

Taxas de variação da população total, urbana e rural na segunda metade do século XIX: 1864-1900 (%)

Distritos	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural
Aveiro	27	47	22
Beja	19	26	15
Braga	15	30	13
Bragança	17	29	15
Castelo Br.	36	36	36
Coimbra	24	31	22
Évora	30	23	35
Faro	48	44	51
Guarda	25	39	23
Leiria	38	48	36
Lisboa	62	95	18
Portalegre	30	40	21
Porto	47	86	28
Santarém	44	48	43
Viana do C.	10	9	10
Vila Real	14	28	12
Viseu	14	15	14
Portugal	**31**	**55**	**22**

Fonte: *IV.º Recenseamento Geral da População Portuguesa*: I, 112-113. Elaboração própria.

A partir dos anos 30 existe uma correlação positiva forte entre crescimento populacional e urbano. Os distritos que mais aumentaram foram os que registaram maiores acréscimos nos níveis de população urbana. O dinamismo das vilas e cidades parece ter condicionado as histórias locais, embora seja incorrecto estabelecer uma relação de causa e efeito entre ambos. Na última metade do século a população urbana representou cada

vez mais em termos relativos, mesmo em áreas com poucas vilas e cidades[50]. Estas predominam na metade sul do Reino, onde em meados do século XIX já mais de 40% dos residentes eram urbanos, mas no panorama nacional Lisboa foi o único distrito com mais de 50% de população urbana durante os cem anos considerados, embora os distritos de Faro, Évora e Portalegre se aproximassem desse valor[51]. Porém, os resultados devem ser analisados com precaução, nomeadamente cruzando-os com a evolução da população activa por classificações socioprofissionais, apuradas nos censos de 1890 e 1900. Os recursos humanos empregues no sector primário diminuíram 2,4%, passando de 1,6 a 1,5 milhões, embora as actividades ligadas ao cultivo e exploração de produtos agrícolas continuassem a ocupar mais de 60% dos portugueses[52]. O remanescente distribuía-se equitativamente pelos sectores secundário e terciário, ambos a registarem um aumento de dois pontos percentuais. A acumulação de riqueza duma

Percentagem de população urbana nos distritos do Continente (1864-1900)

Distritos	1864	1878	1890	1900
Aveiro	20.7	21.9	23.5	46.6
Beja	38.1	37.3	37.8	26.1
Braga	14.2	15.1	15.5	29.8
Bragança	12.5	13.2	13.1	28.7
Castelo Br.	26.0	27.4	25.5	36.2
Coimbra	25.0	26.0	26.8	31.4
Évora	45.0	44.3	43.2	43.0
Faro	46.2	46.4	45.9	44.1
Guarda	14.0	14.7	15.0	39.1
Leiria	19.0	19.0	20.3	47.6
Lisboa	57.5	67.6	68.8	94.8
Portalegre	47.9	51.7	52.3	40.3
Porto	33.6	36.2	40.3	85.6
Santarém	30.3	30.5	32.1	48.2
Viana do C.	12.9	13.2	12.7	9.3
Vila Real	14.0	14.8	15.6	28.3
Viseu	16.1	16.5	16.2	15.1
Portugal	**28.2**	**31.0**	**32.5**	**54.9**

Fonte: *IV.º Recenseamento Geral da População Portuguesa:* I, 112-113. Elaboração própria.

50 A análise de correlação foi de + 0,8603626, significativa com uma margem de erro de 1% (Pearson).

51 Estes valores devem, no entanto, ser encarados com precaução, porque ocorreram aumentos diferenciais a nível concelhio, alguns dos quais opostos às tendências médias do distrito. Por outro lado, as flutuações observadas entre 1890 e 1900 ligam-se a mudanças nos critérios sobre rural e urbano.

52 Incluem os indivíduos empregues em trabalhos agrícolas, pesca, caça e extracção de matérias minerais, no total de 1.567.385 em 1890 e 1.529.035 em 1900.

Distritos com as percentagens máximas e mínimas de população urbana

	< 20%		> 40%	
1864	Bragança	12.5	Lisboa	57.5
	V. Castelo	12.9	Portalegre	47.9
	Guarda	14.0	Faro	46.2
	Vila Real	14.0	Évora	45.0
	Braga	14.2		
	Viseu	16.1		
	Leiria	19.0		
1890	V. Castelo	12.7	Porto	40.3
	Bragança	13.1	Évora	43.2
	Guarda	15.0	Faro	45.9
	Braga	15.5	Portalegre	52.3
	Vila Real	15.6	Lisboa	68.8
	Viseu 16.	16.2		

Fonte: Elaboração própria.

pequena parcela da população permitirá reforçar em 1900 o número dos que declaravam viver em exclusivo dos seus rendimentos[53].

Poderemos, pois, afirmar que a emigração, a urbanização e a industrialização parecem ter sido as causas directas para as distintas formas de evolução regional ao longo do século XIX. As mudanças de índole económica arrastaram consigo outros fenómenos, a nível social e sobretudo demográfico. A (in)existência de actividades não agrícolas e núcleos com características urbanas foram a nível interno responsáveis pelas diferenças. Até certo ponto, a criação local de indústrias funcionou como causa e consequência do desenvolvimento urbano. Essa circunstância explica a bipolarização nacional em torno das cidades de Lisboa e Porto, bem como o acentuar, sobretudo após o final dos anos 70, da já referida dicotomia litoral/sul e interior/norte. A terminar Oitocentos Portugal surge cortado em dois, a nível económico, demográfico e de estrutura urbana[54].

3.2. *As cidades e Lisboa e Porto*

Um dos principais obstáculos ao estudo do processo de urbanização consiste na nomenclatura utilizada e real significado dos conceitos de *cidade*,

53 Sobre esta questão cf., entre outros, PEREIRA, 1988.

54 RODRIGUES e PINTO, 1996b: 131-145.

centro urbano, urbanização, urbanismo[55]. A contagem de população rural e urbana seguiu até 1940 critérios que decorrem do regime jurídico, onde a dimensão populacional não era tida em conta[56]. Podemos fixar em 2 mil habitantes o valor mínimo para considerar urbano um núcleo, embora seja impossível avaliar até que ponto este desempenhava um papel social e económico que o era efectivamente[57]. No Portugal oitocentista escasseavam as cidades de média dimensão, embora uma razoável percentagem dos portugueses residisse em centros urbanos[58]. Existiam muitos núcleos com menos de 5 mil habitantes, mas apenas 27 com o estatuto de cidade. Ao iniciar-se a centúria, em Lisboa viviam 165 mil almas, no Porto 44 mil, em cinco outras cidades entre 10 e 20 mil indivíduos e em outras doze entre 5 e 10 mil. A população urbana estava concentrada, já que em apenas em Lisboa e Porto viviam 54% dos efectivos urbanos nacionais, 7,1% dos portugueses. Ao terminar Oitocentos, esses valores estabeleciam-se em 65,3 e 10,5%, respectivamente. Esta polarização indicia um claro desfasamento no contexto europeu. Assim, Portugal era na viragem para o século XX mais um país de vilas e aldeias, que de verdadeiras cidades. Em breve a bicefalia tenderá a ser substituída pelo fenómeno de macrocefalia, que caracterizou as formas de evolução do tecido urbano até meados dessa centúria[59].

Entre o início e o final do século o número de cidades passa de 22 a 30. Cinco novas surgiram até 1864, Santarém em 1868, a Covilhã em 1870 e a Figueira da Foz em 1882. Dado o critério administrativo então seguido, Vila Real adquire para efeitos censitários o estatuto de cidade, embora só em 1925 fosse promovida a essa categoria, e o mesmo sucede com Santarém. A população das cidades cifrava-se em 1801 em 387 mil, ascendia a 479 em 1864 e em 1900 ultrapassava 811 mil, o que traduz uma variação secular positiva de 109,4%, três quartos da qual ocorrida nas últimas quatro décadas, com uma fase de intensidade máxima nos anos 80[60]. O *ranking* das mesmas segundo a dimensão populacional comprova as diferentes tra-

55 Este problema estende-se às estatísticas oficiais, cuja recolha e tratamento obedece a critérios que foram sofrendo alterações. Entre os que tentaram explicitar estes conceitos refira-se FRANCO (1968: 2-117) e VIEIRA (1978: 105-128).

56 Adquiriam o estatuto de cidade todos os núcleos populacionais capitais de distrito mesmo quando vilas, as sedes de diocese e as sedes de tribunal de comarca, o que incluía algumas sedes de concelho, como no caso das vilas de Vila Real e Santarém.

57 SOUSA, 1979 estabelece um compromisso entre critérios demográficos e administrativos. Veja-se também VIEIRA, 1978: 107-109 e BAPTISTA e RODRIGUES, 1995.

58 Sobre esta problemática e numa perspectiva secular cf. NUNES, 1996: 7-47.

59 RODRIGUES e PINTO, 1996b: 131-145.

60 Recorde-se que neste mesmo período a população portuguesa cresceu apenas 72%.

População residente nas cidades oficialmente consideradas no século XIX

CIDADES	1801	1864	1878	1890	1900
Lisboa	164731	199412	242297	301206	357000
Porto	44218	86751	105838	138860	172421
Braga	16266	18831	19755	23089	24309
Setúbal	15348	12747	14798	17581	21819
Coimbra	15203	12727	13369	16985	18424
Évora	11642	11518	13046	15134	16152
Covilhã	6619	–	10809	17562	15527
Elvas	12872	10271	10471	13291	14018
Tavira	6835	10529	11459	11558	12178
Portalegre	6526	6433	7039	10534	11893
Faro	7336	8014	8561	9338	11835
Aveiro	3868	6395	6852	8860	10012
V. Castelo	7293	9263	8816	9682	9851
Silves	2495	5059	6913	8362	9688
Lamego	6013	7844	8124	8685	9179
Beja	6289	6874	7843	8394	8895
Guimarães	6557	7568	7980	8611	8863
Santarém	9164	6207	7001	8210	8704
Lagos	6628	7744	7279	8259	8268
Viseu	9059	6399	6956	7996	8216
Figueira Foz	–	–	–	5676	7890
C.Branco	5161	6136	6928	6728	7292
Tomar	–	4005	5105	5816	6933
Vila Real	3484	4836	5296	5920	6736
Guarda	2381	3761	4613	5990	6092
Bragança	3151	4754	5071	5840	5476
Penafiel	2873	4411	4488	4631	5085
Leiria	2698	2922	3570	3932	4488
Pinhel	2103	2238	2717	2977	2936
Miranda D.	650	868	1036	994	982
Total	**387463**	**474517**	**564030**	**700701**	**811162**

Fonte: RODRIGUES, PINTO, 1996b: 131-145.

dições urbanas a Norte e Sul, bem como o recuo das cidades muito pequenas e o gradual aumento das pequenas e médias. As grandes cidades continuarão a ser apenas Lisboa e Porto, a que se junta Braga em 1890 e Setúbal em 1900[61].

61 Considerámos *cidades muito pequenas* as inferiores a 5 mil habitantes; *pequenas* as que possuíam 5 a 10 mil residentes; *médias*, com 10 a 20 mil habitantes; e *grandes* as que ultrapassavam 20 mil indivíduos.

As cidades portuguesas de acordo com a sua dimensão (milhares)

1864		1900	
Lisboa	199.4	Lisboa	357.0
Porto	86.8	Porto	172.4
Braga	18.8	Braga	24.3
Setúbal	12.7	Setúbal	21.8
Coimbra	12.7	Coimbra	18.4
Évora	11.5	Évora	16.1
Tavira	10.5	Covilhã	15.5
Elvas	10.3	Elvas	14.0
Viana	9.3	Tavira	12.2
Faro	8.0	Portalegre	11.9
Lamego	7.8	Faro	11.8
Lagos	7.7	Aveiro	10.0
Guimarães	7.6	Viana	9.9
Beja	6.9	Silves	9.7
Portalegre	6.4	Lamego	9.2
Viseu	6.4	Beja	8.9
Aveiro	6.4	Guimarães	8.9
Santarém	6.2	Santarém	8.7
C. Branco	6.1	Lagos	8.3
Silves	5.1	Viseu	8.2
Vila Real	4.8	Figueira Foz	7.9
Bragança	4.8	C. Branco	7.3
Penafiel	4.4	Tomar	6.9
Guarda	3.8	Vila Real	6.7
Leiria	2.9	Guarda	6.1
Pinhel	2.3	Bragança	5.5
Miranda	0.9	Penafiel	5.1
		Leiria	4.5
		Pinhel	2.9
		Miranda	1.0

Fonte: RODRIGUES, PINTO, 1996b: 131-145.

O significado real destas alterações é determinado pelo número de residentes em cada tipo de centro e permite saber como se estruturou o tecido urbano[62]. As alterações foram de pequena monta até 1864, destacando-se apenas a progressiva concentração demográfica nas duas maiores cidades do Reino, que sobem de 54 para 60% entre 1801 e 1864. As *cidades de média dimensão* quase não existiam e parecem esvaziar-se ao longo da segunda metade do século em favor das anteriores. Nas seis primeiras décadas de Oitocentos só as *cidades muito pequenas* cresceram, de 5,3% em 1801 para

62 Dados os critérios de apuramento adoptado pelos responsáveis executores dos censos, foi impossível apurar também os núcleos que, embora não sendo cidades, estavam à data dos vários recenseamentos oitocentistas em cada um dos escalões considerados.

5,9%, o que traduz um crescimento lento, embora superior aos restantes. Na última fase do século XIX verificam-se mudanças significativas, pelo que 1900 só 1% dos residentes em cidades habitava núcleos com menos de 5 mil almas. As *cidades pequenas e médias* continuaram a mostrar-se incapazes para atrair ou mesmo fixar os naturais, pelo que representaram cada vez menos: 34% dos residentes urbanos nos anos 60 e 28% em 1900. O fenómeno marcante do oitocentismo português assenta na atracção que exerceram as *grandes cidades*, o que acentuou a tendência de bipolarização, já aludida. Os outros dois núcleos com mais de 20 mil residentes estavam relativamente próximos das áreas de influência de Porto e Lisboa. Entre 1801 e 1900, a variação desta categoria foi de 175,4%, acelerada na recta final. Tratou-se de um aumento percentual e absoluto.

Residentes nos diferentes tipos de cidade

Tipo	N.º Habitantes	1864		1900	
Muito pequenas	-5000	27768	5.9%	8406	1.0%
Pequenas	5000-10000	83963	17.7%	117168	14.4%
Médias	10000-20000	76623	16.1%	110039	13.9%
Grandes	20000	286163	60.3%	575549	71.0%

Fonte: RODRIGUES, PINTO, 1996b: 131-145.

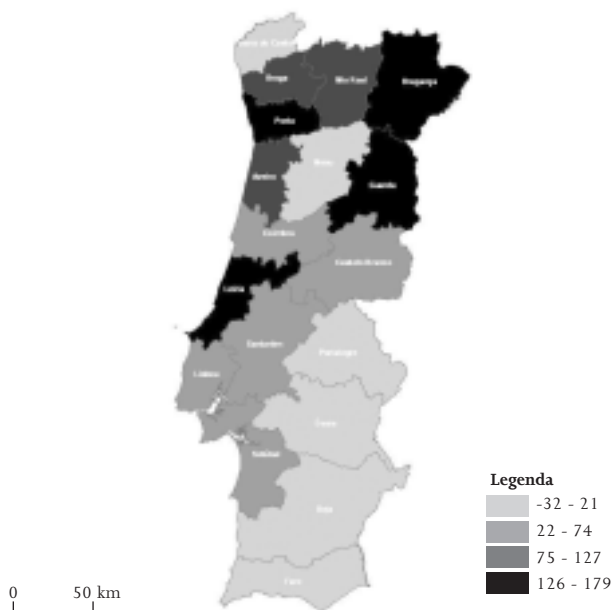
As diferenças percentuais de cada classe foram, por seu turno, condicionadas pelos ritmos desiguais de crescimento populacional. Na primeira parte de Oitocentos algumas cidades duplicaram os seus efectivos (caso do Porto e Silves), outras quase não cresceram e em sete casos verificou-se mesmo uma diminuição[63]. As assimetrias esbateram-se na segunda metade do século, embora o aumento fosse diminuto em alguns casos: Bragança e Miranda no norte interior, Viana do Castelo e Aveiro próximas do litoral, mas com fortes níveis emigratórios. Igualmente penalizadas foram as cidades sem actividades económicas alternativas à agrícola[64]. No Algarve, Faro (9 e 48%, na primeira e segunda metades) e Silves (103 e 92%), contrastam com Tavira (54 e 16%) e Lagos (17 e 7%)[65]. Pesem embora as diferen-

63 Nomeadamente Viseu, Coimbra, Santarém, Setúbal, Portalegre, Évora e Elvas. A instabilidade política poderá até certo ponto explicar estas ocorrências. O pequeno crescimento urbano beneficiou algumas pequenas cidades mais isoladas, como a Guarda, Bragança e Penafiel.

64 Veja-se, a título meramente exemplificativo, a diferença entre Castelo Branco, que de 1864 a 1900 cresceu 19% (o mesmo que na primeira metade do século), e a Covilhã, que entre 1878 e 1900 aumentou 44%.

65 RODRIGUES e PINTO, 1996b: 142-143.

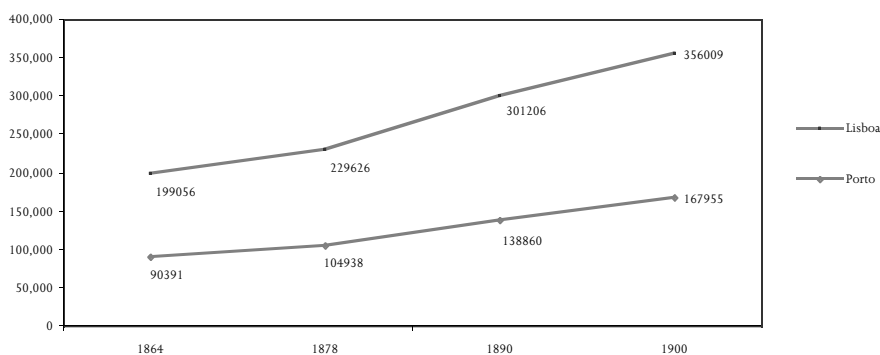
ças, nenhuma cidade diminuiu, ao contrário do que acontecera nos primeiros sessenta anos do século em sete das vinte e sete cidades. O Mapa permite observar as diferentes intensidades regionais do desenvolvimento urbano. Reflecte também a influência dos movimentos migratórios para as desigualdades regionais. Torna possível visualizar a progressiva bicefalização do Reino, que perdurará até entrado o século XX.

Variação da População nas cidades (1864-1900)

Fonte: RODRIGUES, 1997b: 147-158.

As duas grandes cidades portuguesas eram Lisboa e Porto. Bastante diversas nas suas dinâmicas demográficas, tinham em comum o facto de se encontrarem estruturadas em zonas geograficamente delimitáveis, caracterizadas por realidades socioeconómicas e comportamentos colectivos particulares. As vicissitudes ocorridas nas primeiras décadas do século XIX penalizaram intensamente a capital, saldando-se numa aproximação de ambas em termos populacionais. Na segunda metade da centúria continuaram a aumentar, embora com ritmos diferentes, ganhando importância percentual no distrito onde se situavam. Actuaram como pólos de atracção crescente, sendo em grande parte responsáveis pelo fenómeno de êxodo rural

de zonas distantes, embora a capacidade atractiva de Lisboa fosse superior à do Porto. Com ritmos de crescimento sempre positivo, ambas atingiram o seu momento áureo nos anos 80[66]. Porém a distância que as separava em termos quantitativos era enorme. Em 1800, por cada 4 residentes em Lisboa existia 1 no Porto. Com cerca de 44 mil habitantes, a Invicta correspondia em 1801 a 27% da população da capital, que rondava as 165 mil almas, mas em 1864 a relação era já de 45% e subiu ligeiramente no final do século, indício de uma enorme recuperação da cidade do norte. Como já referimos, o crescimento da capital foi pouco significativo até meados da década de 60, tendo a partir daí registado uma recuperação gradual até aos anos 80 e muito rápida em seguida, o que fez com que mais de metade dos recenseados no distrito fossem residentes na cidade. O Porto também cresceu, ao todo 86%, com uma fase muito dinâmica entre 1878 a 1900. Nesses doze anos aumentou 53,5%, bastante mais que Lisboa, mas o ritmo desacelerou--se com o início do século XX. A cidade nunca representou mais de 28% do total de população no distrito, porque não eram tão nítidas as diferenças de desenvolvimento económico do concelho urbano face às unidades administrativas circundantes.

Os níveis de densidade condicionam nas sociedades pré-modernas a qualidade de vida existente[67], embora seja forçoso conhecer o espaço para

População residente nas cidades de Lisboa e Porto (1864-1900)

Fonte: Elaboração própria.

66 Década em que os ritmos de crescimento anual médio do Porto e de Lisboa se fixaram em 2,3 e 2,4%, respectivamente (FERREIRA e RODRIGUES, 1993: 303).

67 A densidade populacional consiste na divisão do total de habitantes em determinada unidade pela superfície dessa mesma unidade em km^2 ou ha (NAZARETH, 1988: 167).

As cidades de Lisboa e Porto na segunda metade de Oitocentos

	1864	**1878**	**1890**	**1900**
Lisboa	199056	229626	301206	356009
Dist.(%)	45.4	45.8	49.3	50.2
País(%)	5.1	5.3	6.5	7.1
Porto	90391	104938	138860	167955
Dist.(%)	21.9	22.7	25.4	28.1
País(%)	2.3	2.4	3.0	3.3

Fonte: RODRIGUES, 1993: 297-318.

poder ajuizar o real valor deste indicador, estatisticamente grosseiro[68]. A distribuição dos residentes pouco difere de épocas passadas e em relação a outras cidades, como o Porto[69]. Os dois centros urbanos divergiam também na densidade e formas de distribuição humana, embora em ambas existissem três áreas distintas: a primeira, com densidades máximas, correspondente ao centro histórico, que incluía algumas freguesias ricas e também bairros populares, ligados a actividades económicas que beneficiavam da proximidade dos rios Douro e Tejo[70]. Nessa área residiam mais homens que mulheres, mais adultos activos que crianças ou idosos e muitos migrantes. O número médio de habitantes por fogo era significativo, como consequência da estrutura complexa dos núcleos familiares mais abastados e sobretudo da coabitação de um número crescente de indivíduos nos bairros populares[71]. A segunda zona estava disposta em forma de anel imperfeito em torno da primeira e terá sido a principal beneficiária do crescimento na segunda metade do século, o que gerou uma subida das densidades de ocupação. Nela moravam de início pessoas com rendimentos médios, mas a terminar a centúria começaram a receber também migrantes, forçados a procurar alojamento cada vez mais longe do local de trabalho. Em termos etários e por sexos tratava-se da zona mais equilibrada. Por último, a faixa periférica, ainda escassamente povoada e semi-rural, que no final do século será procurada para nela se instalarem unidades industriais,

68 Podemos obter resultados iguais para realidades opostas. O povoamento pode ser concentrado ou disperso, contínuo ou pontilhado de pequenos grupos de habitações separadas entre si. Num estudo feito à microescala paroquial é fácil detectar essa variedade, que corresponde a modos distintos de viver o espaço.

69 RODRIGUES, 1989: 60-64 e 1993a.

70 Esta questão foi desenvolvida por FERREIRA e RODRIGUES, 1993: 318.

71 Onde os alugueres eram mais acessíveis. O aumento do número de almas por fogo reflectiu a intensidade dos fluxos migratórios e também o agravamento das condições de existência para os mais desfavorecidos.

por vezes associadas a bairros operários, o que suscitou um acréscimo rápido. Saldos migratórios positivos explicam as oscilações acentuadas que nelas vamos encontrar e que derivam em alguns casos de processos de construção residencial. Os agregados familiares eram mais alargados no Porto. Se nos reportarmos aos níveis de natalidade e mortalidade observados nas duas cidades vemos o quanto diferem. No Porto nascia-se mais, morria-se mais e casava-se mais. Em Lisboa os níveis foram sempre inferiores e os saldos naturais mantiveram-se até ligeiramente negativos[72]. A repartição por sexos e grupos etários dos residentes explica parte das diferenças encontradas nos níveis de natalidade, mortalidade e nupcialidade.

O Porto era uma cidade mais jovem, onde mais de um quinto dos residentes tinha menos de 10 anos. Fazia-se de seguida sentir a influência da imigração, sobretudo de jovens com 20 a 30 anos, um pouco mais cedo e com maior intensidade no sexo feminino. Níveis de mortalidade elevada explicavam o decréscimo de efectivos a partir de escalões etários relativamente baixos. Em 1801 apenas 4,2% dos portuenses tinha 65 ou mais anos. Em 1900 mantinha-se o peso percentual dos jovens, mas os idosos viram diminuir a sua importância no total, o que coincidiu com a fase de maior desenvolvimento económico da Invicta. Não fossem estas ligeiras alterações na parte final da centúria, o Porto teria mantido uma enorme estabilidade em termos de repartição etária e por sexos. Lisboa tem características diferentes, já visíveis em 1801, causadas pelos indivíduos que afluíam à cidade, mau grado a conjuntura adversa então vivida. A configuração da sua estrutura é diferente de qualquer outra que possamos encontrar na época. O que verdadeiramente diferenciava as duas cidades era a reduzida importância das crianças na capital, vincada já na década de 60[73]. Ali a imigração baixava a percentagem dos jovens e aumentava a de idosos. Em 1801, 7,4% dos arrolados tinham mais de 60 anos; em meados da centúria representavam 9,5%; e apenas 7,8% em 1900. Este ano parece representar nos dois centros um momento de equilíbrio, mas também de viragem, como se infere do ratio entre sexos nos diferentes grupos etários. No Porto, a relação foi equilibrada até final da centúria, embora as mulheres fossem em maior número. Já a capital atraía indivíduos dos dois sexos, apenas ligeiramente mais do sexo masculino.

72 Só a partir de 1890 são conhecidos o total de nascimentos e óbitos em Lisboa e Porto e só em 1900 a TMI na cidade do Porto é inferior a 200‰ (MAIA, 1994). Cf. RODRIGUES, 1995.

73 Os grupos menores de 14 anos representavam apenas 29, 21 e 26% dos residentes em 1801,1864 e 1900, mas seria incorrecto atribuir esse peso reduzido à precoce descida dos níveis da natalidade, explicado pelas migrações.

Níveis de Natalidade, Mortalidade e Nupcialidade em Lisboa e Porto (‰)

	Lisboa			Porto		
Anos	**TBN**	**TBM**	**TBNup.**	**TBN**	**TBM**	**TBNup.**
1890	27.7	29.2	7.1	37.1	31.4	7.9
1900	27.2	27.7	6.1	37.1	36.0	7.2

Fonte: RODRIGUES, 1993: 297-318.

A informação disponível sobre esta matéria permite-nos ir um pouco mais longe no que respeita a Lisboa, De acordo com o censo de 1801, a cidade contava quase 170 mil habitantes distribuídos por 44 mil fogos. Um século mais tarde esses valores fixavam-se em 351 e 78 mil respectivamente, o que traduz um crescimento secular de 75,9% dos residentes e 76,6% dos fogos[74]. Trata-se de um aumento superior ao do país, porque embora tenha acompanhado as tendências nacionais, o seu poder atractivo permitiu uma recuperação rápida assim que foram criadas condições de estabilidade política e sobretudo económica. Foi nítido o contraste entre a primeira metade do século que se prolongou até 1857, curiosamente coincidindo com o último grande surto epidémico ocorrido na capital, a que sucedeu uma subida moderada, embora crescente, até 1878. A partir desse ano, a cidade aumentou rapidamente. Só na segunda parte de XIX os fogos cresceram 70% e a população 74%, embora internamente o aumento estivesse longe de ter sido homogéneo.

Total de fogos e almas recenseados em Lisboa (1801-1900)

	Fogos		População	
Anos	**Cidade**	**Freg. urbanas**	**Cidade**	**Freg. urbanas**
1801	43526	40997	169506	159392
1815	44055		163651	
1821	46933	42733	195630	177080
1840	46690	42892	154861	193667
1853	44864	46332	166539	172835
1857	46668	48239	169078	175349
1864	42180	43993	178936	186578
1878	45749	48163	202048	212246
1890	67623	63593	301643	258335
1900	77805	73821	350919	298314

Fonte: RODRIGUES, 1995d: 65.

74 RODRIGUES, 1994: 95-117. As conclusões devem ter em conta as alterações introduzidas nos limites urbanos a partir dos anos 50. Para evitar os erros na comparação consideramos apenas os casos em que possuímos informações por freguesia. Assim, será a evolução das 38 freguesias urbanas que passa a constituir o núcleo básico do presente capítulo.

Existe uma correlação positiva entre o ritmo de aumento de fogos e número de habitantes, explicados por diferentes formas de utilização do solo urbano[75]. Alguns bairros estavam urbanisticamente terminados, pelo que o número de fogos se manteve, mesmo quando subiu o total de residentes, o que traduz um agravamento das condições de existência. O número de efectivos decresceu ou estagnou em zonas outrora residenciais, como a Baixa Pombalina, devido à terciarização do espaço. Mas em geral a subida foi uniforme, alimentada pela contínua chegada de imigrantes. Em Lisboa vivia-se em fogos de média dimensão de 3,8 almas no início da centúria e de 4,5 em 1900. Considerando apenas as freguesias urbanas, os resultados fixam-se, respectivamente, em 3,9 e 4,0, o que significa que no final do século XIX as freguesias do termo influenciavam positivamente os resultados. A estrutura interna dos fogos simplifica-se e privilegia os de reduzida dimensão, embora influenciada pelas actividades socioprofissionais dos residentes[76]. A percentagem de fogos pequenos era superior entre os mais pobres, excepto nas freguesias semi-rurais, mas poucos viviam em núcleos com menos de três pessoas. O crescimento da população urbana traduziu-se no aumento da média de almas por fogo, que derivou do ligeiro aumento da esperança de vida, mas também reflectiu mudanças na utilização do espaço residencial. Sobe a percentagem dos fogos com mais de cinco ocupantes, de cerca de 11% em 1800, para quase 25% em 1900, enquanto os núcleos com menos de quatro residentes atingem o mínimo de 2%. Os grupos extremos esvaziam-se.

75 No nosso caso: rs = + 0,76123. Para testarmos o significado dos resultados servimo-nos de uma tabela em que os Graus de Liberdade são iguais a N, ou seja o número de observações. Neste caso (N = 32) a tabela admite um resultado de 0,364 a 5% de erro e 0,478 a 1% de erro. Logo, o coeficiente de correlação é significativo a 1% de erro (NAZARETH, 1981: 68-70).

76 Assim, sempre que em determinada zona estava sediada uma instituição militar (Castelo, Santiago e Sto. André), religiosa ou de ensino (São Vicente, São Tomé e Sé) os resultados eram mais elevados. O mesmo acontecia nos bairros mais ricos e de comércio, devido aos criados e aprendizes. Outros estudos confirmam esta tendência. CHACÓN (1987:247) aponta para Múrcia a média de 3,4 habitantes por fogo em 1810 e 3,5 em 1829. Em Orihuela, estes resultados eram de 3,0 e 3,5, respectivamente. Ao confrontar os resultados com outras cidades europeias, o autor conclui que nos centros urbanos predomina a estrutura familiar simples e a família nuclear desde o século XVII. Na primeira metade do século, dificuldades várias fazem aumentar o seu peso e alterar a respectiva composição interna, reflexo da adaptação a novas condições económicas. Os escalões 1 a 4 hab/fogo correspondem a mais de 75% do total.

Dimensão média dos fogos da cidade de Lisboa (1801-1900)

Anos	Cidade	Freg. urbanas
1801	3,8	3,9
1821	3,8	4,1
1853	3,7	3,7
1857	3,6	3,6
1864	4,2	4,2
1878	4,5	4,1
1900	4,5	4

Fonte: RODRIGUES, 1995d: 69.

Efectivos populacionais recenseados por tipos de família em Lisboa (%)

	1890					1900				
N.º Hab.	Cidade	1.º B	2.º B	3.º B	4.º B	Cidade	1.º B	2.º B	3.º B	4.º B
1	1,9	2,2	2	2	1,4	1,6	1,6	1,8	1,5	1,4
2	8,3	9	8,2	7,8	8,1	7,7	8,1	7,3	7,3	7,9
3	12,8	13,4	12,8	12	12,9	12,6	12,5	13,3	11,7	13
4	14,8	15,7	14,4	13,9	14,8	14,7	14,8	15,2	14,1	15
5	14	14,5	13,8	13,2	14,1	14,2	14,7	13,4	13,3	15
6	12,1	11,8	11,8	12,5	12,4	12,4	12,6	11,9	12,1	13
7+	36,1	33,4	36,9	38,6	36,3	36,8	35,7	37,2	40	36

Fonte: RODRIGUES, 1995d: 69.

Os censos testemunham o aumento geral dos efectivos nas paróquias, promovendo sucessivas alterações no intervalo correspondente a cada unidade administrativa[77]. Assim, duma fase inicial em que cerca de metade das mesmas não excedia as 3 mil almas e apenas duas (Santa Isabel e Santos) contavam mais de 10 mil habitantes, os pesos relativos de cada grupo sofreram mudanças substanciais. Santos e Santa Isabel continuavam a ser as mais populosas nos anos 60, mas o centro fora penalizado pela cadência de acontecimentos adversos[78]. Diferentes se revelavam os resultados doze anos depois. O crescimento nas décadas de 60 e 70 favorecera as freguesias onde ocorreu o arranque industrial, como Santa Engrácia, Santos, Santa Isabel,

77 Embora coadjuvado por alterações sancionadas pelas autoridades, inclusivamente no que respeita à extinção de freguesias pequenas.

78 No relatório publicado por alturas da epidemia de febre-amarela em 1857 referia-se terem muitas famílias abandonado o centro da cidade. Sete anos volvidos, o núcleo antigo de povoamento ainda não recuperara a população perdida.

Alcântara e ainda Anjos e Santa Catarina. Em 1890, a inclusão das áreas rurais do termo provocou um novo aumento dos dois escalões inferiores, a que se contrapunha um maior número de paróquias com mais de 6 mil efectivos. Entre esse ano e o final do século esvaziam-se todos os intervalos em benefício do superior. Mesmo o termo mais afastado cresceu. Em 1900, cerca de 36% das paróquias tinham 10 mil ou mais habitantes, Alcântara e Santos ultrapassavam as 20 mil almas e Santa Isabel 31 mil. Assim, dois terços dos lisboetas viviam em freguesias muito populosas, algumas com mais residentes que certas vilas.

Crescimento anual médio dos fogos e população de Lisboa (1801-1900) (%)

	Fogos		População	
Períodos	**Cidade**	**Freg. urbanas**	**Cidade**	**Freg. urbanas**
1801-21	0,4	0,21	0,26	0,53
1821-35	0,12	0,13	0,36	0,47
1835-40	-0,35	-0,28	-0,56	-0,25
1840-57	0,5	0,69	-1,22	-0,58
1857-78	-0,09	-0,01	0,85	0,91
1878-90	3,31	2,34	3,15	1,65
1890-00	1,41	1,5	1,52	1,45
1801-1900	0,59	0,54	0,62	0,64

Fonte: RODRIGUES, 1995d: 65.

Densidade populacional em Lisboa, por freguesias (1801-1900) (hab/ha)

Anos	Cidade	Freg. urbanas
1801	48	70
1821	51	77
1840	51	85
1853	62	76
1857	63	77
1864	67	82
1878	76	93
1890	38	113
1900	42	130

Fonte: RODRIGUES, 1995d: 75.

Esta dinâmica traduz-se numa quase duplicação da densidade nas freguesias urbanas, que passam de 70 a 130 hab/ha, entre 1801 e 1900. O aumento da concentração populacional na primeira metade do século privilegiou a parte oriental da cidade, mas em 1900 32,9% dos residentes

encontrava-se em freguesias com densidades de 100 a 300 hab/ha. Em 1801, na mesma área haviam sido arrolados 36,2% e em 1864 44,2%. Ou seja, no século XIX ocorreu uma redistribuição humana, esbatendo-se as diferenças internas nas formas de viver a cidade, inclusivamente pelo esforço de criar bairros novos na periferia. Os valores médios urbanos encontravam-se no núcleo delimitado pela Cerca Moura e algumas freguesias da Baixa Pombalina; em zonas semiperiféricas, como a Pena e os Anjos (até meados da Centúria); ou ainda em áreas ribeirinhas afastadas do eixo funcional. Durante o século XIX popularizaram-se algumas freguesias do centro e degrada-se o nível de vida em áreas populares e periféricas, enquanto a Baixa se esvazia. É possível identificar os dois eixos de crescimento «fora de portas», base da evolução da capital no século XX: Olivais, a oriente, Campo Grande e Lumiar, para norte[79]. Quando a cidade não crescia em termos oficiais, fazia-o a partir do preenchimento de espaços vazios. As «extensas barreiras da Lei de 1886 permitiram que o crescimento urbano se fizesse no interior da área previamente definida, pelo alastramento de novos bairros em zonas de campos e quintas e ainda pela elevação dos prédios existentes em áreas já urbanizadas, com a quase sempre consequente degradação das condições de existência para uma massa da população de menores recursos, muita da qual recém-chegada». Este será um processo de médio prazo, que se arrasta para lá da Grande Guerra[80].

4. As estruturas demográficas

A estrutura da população portuguesa sofre ligeiras mudanças na repartição por sexo e idades, facto que decorre das quase imperceptíveis alterações face à mortalidade, fecundidade e migrações. A composição etária e por sexos das gentes portuguesas ao longo do século é influenciada pela emigração e a redução ligeira dos níveis de mortalidade nos anos 90, mas sem que tal facto signifique uma ruptura com o passado. A descida da mortalidade infantil explica o aumento dos jovens. Por seu turno, a ténue redução da mortalidade noutras faixas etárias resulta num aumento proporcional dos idosos. As estimativas da esperança de vida à nascença repousam em bases pouco seguras, mas apontam para uma subida de 8 anos entre 1864--1878 e 1900-1911 (de 36 para 44). Não obstante, a evolução da estrutura etária portuguesa mantém uma forma piramidal típica de sociedades pré-

79 FERREIRA, 1987.
80 MARQUES, s/d.

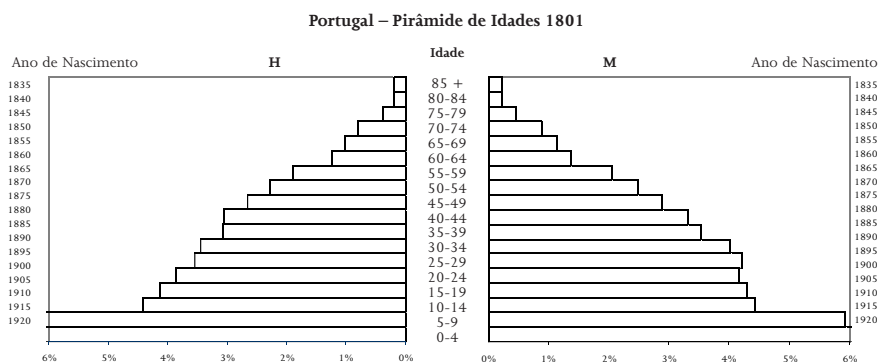
-transição, resultante dos elevados níveis de natalidade e mortalidade e baixas esperanças médias de vida.

Este aspecto remete-nos para os critérios usados para definir as grandes fases do ciclo de vida, neste estudo usamos a divisão etária comum a outras histórias de população[81]. Portugal ocupava uma posição média no contexto europeu, com 46% dos homens e 41% das mulheres menores de 20 anos em 1900. Posição diversa da experimentada nas idades mais avançadas. A vantagem feminina já em 1801 era notória e tenderá a aumentar[82]. As percentagens de idosos mantiveram-se estáveis até 80, mas a das mulheres foi crescendo. Na viragem para o século XX quase 263 milhares de portuguesas tinham pelo menos 60 anos (10% do total), contra 208 mil homens (8,7%). A diferença reside na maior longevidade feminina e nos efeitos indirectos da emigração[83].

População portuguesa em grandes grupos etários (%)

Anos	0 – 19	60 +
1801	41,9	7,7
1849	41,3	7,8
1864	40.8	7.9
1878	41.3	8.0
1890	42.4	9.9
1900	43.3	9.4

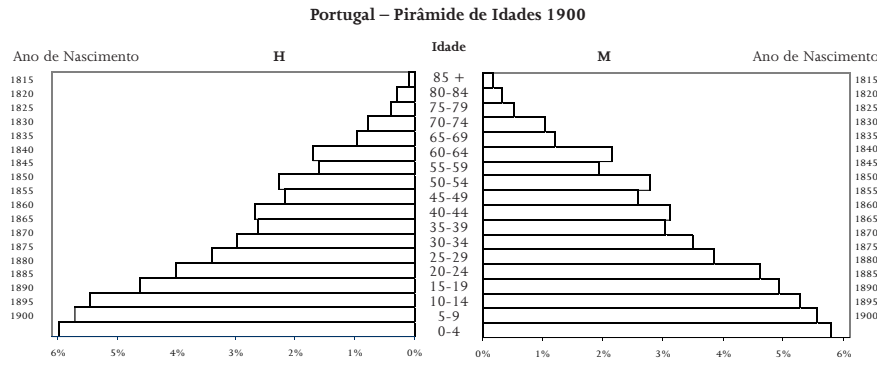
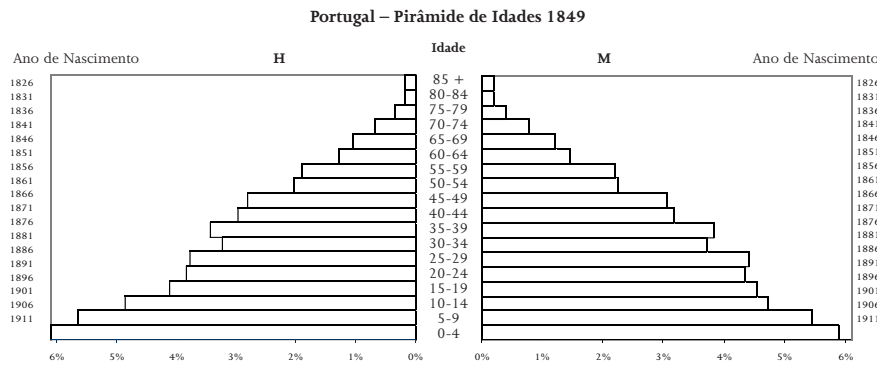
Fonte: Elaboração própria.

Estrutura etária da população portuguesa no século XIX

81 É o caso de DUPÂQUIER, 1988; BARDET e DUPÂQUIER, 1998.

82 À diferença de 0,2% entre homens e mulheres no início do século, o fosso era de 0,8% em 1864 e 1878, de 0,9% em 1890 e de 1,3% dez anos depois.

83 A emigração foi um dos factores que mais directamente influiu na repartição da estrutura etária portuguesa, ao afastar do Reino parte da população em idade activa jovem e, por essa via, empolar o peso relativo dos grupos extremos, sobretudo os mais velhos.

Portugal – Pirâmide de Idades 1849

Portugal – Pirâmide de Idades 1900

Fonte: Elaboração própria.

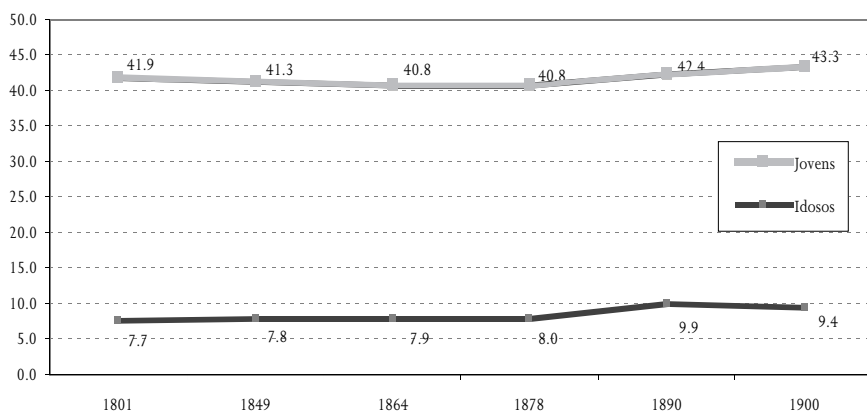
Grupos etários, segundo o sexo (%)

	1801		1849		1864		1878		1890		1900	
	J.	I.	J.	I.	J.	I.	J.	I.	J.	I.	J.	I.
Homens	43.4	7.6	42,9	7,5	42.4	7.5	43.0	7.6	44.4	9.4	45.5	8.7
Mulheres	40.5	7.8	39,9	8,0	39.3	8.3	39.6	8.4	40.6	10.3	41.2	10.0

Fonte: Elaboração própria.

O país divide-se em grupos de distritos relativamente homogéneos[84]. A população algarvia era a mais jovem em inícios do século XIX. Do total de 102123 efectivos com idade conhecida, 43,9% (mais homens) eram menores de 20 e apenas 4,9% (mais mulheres) tinham 60 ou mais anos. A supremacia feminina era constante após os 10 anos e acentuada nas idades

84 Os valores percentuais estão publicados por RODRIGUES e PINTO: 165-166), para 1864--1900, já que não dispormos de uma grelha comparável em termos administrativos para o início do século.

População Jovem e Idosa (1801-1900) (%)

activas, reflectindo a intensa mobilidade dos algarvios, sobretudo homens. A segunda província era a beirã, onde cerca de 43% dos habitantes tinha menos de 20 anos (mais homens), metade pertencia ao escalão intermédio e os idosos não atingiam 8%. A supremacia do sexo feminino aumentava com a idade, mas existia, tal como no caso anterior e pelas mesmas razões, desde os 10. Algo semelhante ao Minho, onde os menores de 20 anos representavam 41%, 32,4% dos quais não atingiam os 15. Na província existiam mais mulheres que homens, sobretudo nas idades activas. Nos escalões de idade avançada estava 8,8% dos 661623 indivíduos, com ligeira vantagem feminina. Posições médias ocupavam as restantes províncias do Reino. Do total de 264873 indivíduos residentes em Trás-os-Montes, 53996 eram homens e 52284 mulheres jovens, representando 40,1%, valor explicável pela menor tradição migratória local. A vantagem masculina invertia-se a partir dos 20 anos e a população idosa tinha um peso inferior ao minhoto, fixando-se em 8,4%, ainda com superioridade feminina. Dos 274143 alentejanos, 41% eram jovens e apenas 7% idosos. Os grupos funcionais demonstram a harmonia de estrutura nessa zona, menos sujeita às distorções migratórias. O Alentejo era em 1801 a região onde melhor se podiam visualizar os efeitos do modelo de mortalidade pré-transição, visível na configuração triangular da sua pirâmide etária muito jovem. Por seu turno, a Estremadura era a mais original, porque marcada por assimetrias internas já vincadas. A influência das migrações, maioritariamente dirigidas à capital, alterava a percentagem dos grandes grupos de idade. Dos 672600 recenseados, apenas 38,8% tinham entre 0 e 19 anos (mais rapa-

zes) e 8,3% 60 ou mais anos. O grosso dos residentes situava-se nas idades activas, quase 53%, com ligeira supremacia feminina.

Repartição etária portuguesa no início do século XIX, por províncias (%)

Províncias	0 – 19		20 – 59		60 +	
Minho	44.3	39.6	47.0	51.5	8.7	8.9
Trás os Montes	42.6	39.3	49.1	52.3	8.3	8.4
Beira	44.5	40.9	48.3	51.3	7.2	7.8
Estremadura	40.1	39.1	51.6	52.6	8.3	8.3
Alentejo	41.3	40.8	52.0	51.8	6.7	7.4
Algarve	45.9	42.9	49.3	52.1	4.8	5.0
Portugal	**43.0**	**40.1**	**49.2**	**51.8**	**7.8**	**8.1**

Fonte: Elaboração própria.

As estruturas populacionais sofrem imperceptíveis alterações nas primeiras décadas, pelo que em meados do século o peso dos mais jovens apresentava uma homogeneidade geográfica que não irá sofrer alterações sensíveis até final do mesmo. Podemos falar de uma tendência de progressiva aproximação, já que em meados da centúria mais de dez pontos percentuais separavam os distritos de Faro e o de Lisboa, com os níveis máximos e mínimos, contra apenas 6 em 1900[85]. Apesar do progressivo esbater das diferenças, causado pelo aumento dos jovens em Lisboa e pela sua descida a sul, em 1900 estes continuaram a ser locais paradigmáticos de realidades opostas. Aliás, os vários distritos mantiveram ao longo da centúria as suas posições relativas, apesar do aumento generalizado dos mais jovens na recta final de Oitocentos[86]. O processo evolutivo nas idades mais avançadas partiu de uma realidade mais heterogénea. Minho, Trás-os-Montes e Estremadura eram no início da centúria as zonas onde os idosos tinham maior importância percentual, mas o estudo das diferenças a uma escala mais fina só passa a ser possível a partir de meados dos anos 60. Nessa época, a população sexagenária representava mais de 8% dos efectivos recenseados no continente. Os distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro e Viseu

85 Em 1864 as diferenças eram de 10,1 pontos percentuais, em 1878 de 9,5, em 1890 de 8,1 e em 1900, conforme dissemos, de apenas 6,0 pontos (NAZARETH, 1982: 71).

86 Mais numerosos em Faro, Leiria, Guarda, Castelo Branco, Beja, Santarém e Bragança. Lisboa era o distrito com menor percentagem de crianças e jovens. Percentagens como a de Viana do Castelo, onde também não se atingiam 40%, tinham causas diversas: a precocidade da emigração e o consequente esvaziamento dos grupos em idade activa.

ocupavam lugares cimeiros e formavam uma mancha territorial contínua, que em 1900 se alargara com a inclusão de Coimbra e Leiria. Os indivíduos de 60 ou mais anos tinham peso mínimo no sul e de novo se distinguia Faro, secundado por Beja, Bragança, Lisboa e Portalegre, todos da metade sul do Reino, embora o segundo lugar fosse ocupado pelo Porto. Na viragem para o século XX, o panorama nacional fora sensivelmente alterado pelo aumento geral e significativo da percentagem de população nos últimos escalões etários, o que constituiu o preço da emigração. As variações entre distritos eram estimadas em 4 a 5 pontos percentuais[87].

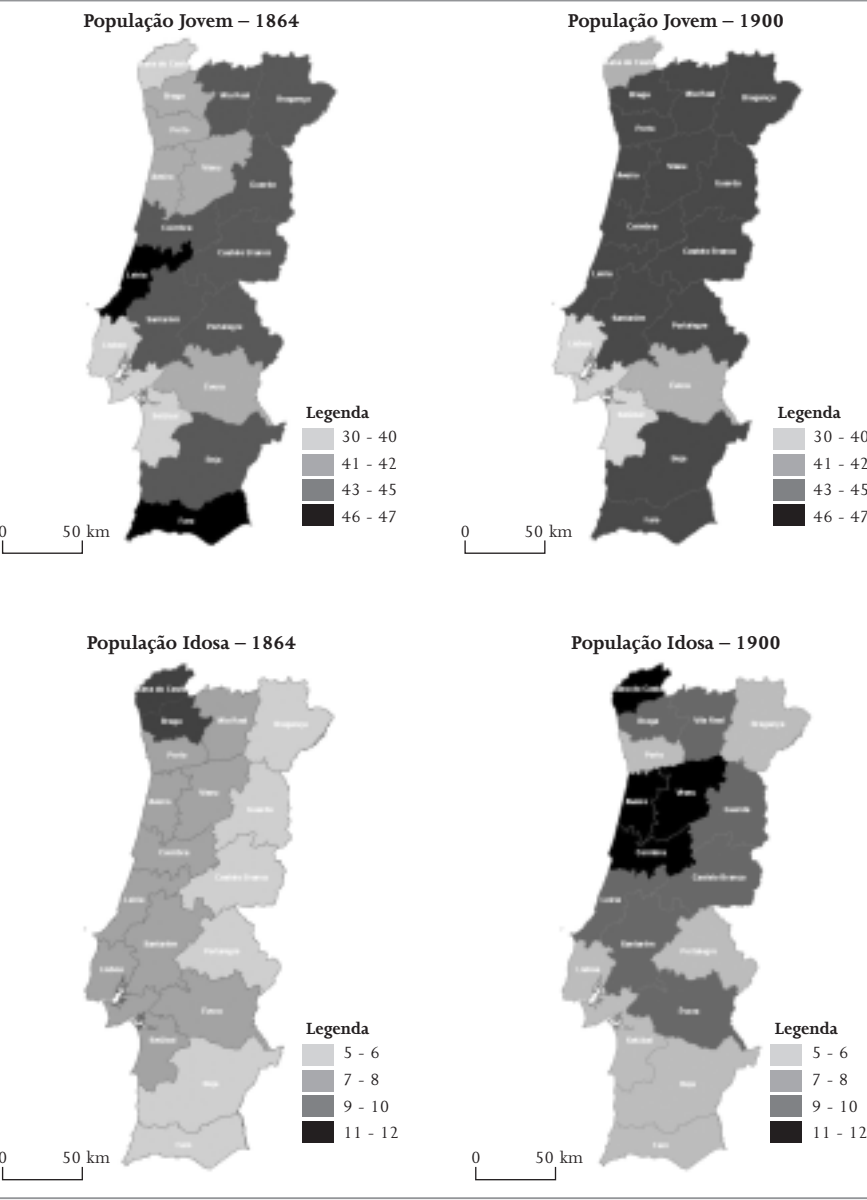
No início do século cerca de 49% dos homens e 52% das mulheres tinham idades compreendidas entre os 20 e os 59 anos, valor que até final do mesmo desce dois pontos percentuais. A importância relativa da população adulta regrediu 8,5% entre 1864 e 1900, enquanto nas primeiras

Percentagem de jovens e idosos nos distritos

	1864		**1878**		**1890**		**1900**	
Distritos	**J**	**I**	**J**	**I**	**J**	**I**	**J**	**I**
Aveiro	42.3	8.0	43.8	8.3	43.4	11.7	44.2	11.0
Beja	44.4	5.0	43.9	5.2	43.8	8.4	42.7	8.2
Braga	41.2	8.8	40.7	9.2	41.3	11.2	43.3	9.7
Bragança	43.8	5.2	43.3	5.0	43.4	8.6	43.3	8.2
Castelo Br.	44.4	5.6	44.0	5.6	43.8	9.0	45.1	8.9
Coimbra	42.9	6.6	43.9	7.3	42.1	11.6	42.9	11.3
Évora	41.3	6.5	41.6	6.2	42.0	9.4	41.6	8.7
Faro	47.3	5.3	46.8	5.7	45.9	8.3	45.1	8.1
Guarda	44.6	5.6	43.8	5.2	43.9	9.8	44.7	9.1
Leiria	45.8	7.0	45.0	6.6	42.3	11.5	44.9	10.3
Lisboa	37.2	7.6	37.3	7.5	37.8	9.4	39.1	8.3
Portalegre	42.8	5.5	42.7	5.6	41.7	9.2	42.9	8.3
Porto	41.9	7.5	43.0	7.4	43.7	9.2	45.0	8.1
Santarém	44.2	6.8	44.3	6.3	42.2	10.6	44.2	9.6
Viana do C.	39.8	9.3	39.3	10.4	39.2	13.0	40.7	12.1
Vila Real	42.5	6.6	43.0	6.9	42.8	10.2	43.9	9.4
Viseu	42.4	7.0	43.4	7.2	43.4	11.0	43.8	10.6
Portugal	**40.8**	**7.9**	**41.3**	**8.0**	**42.4**	**9.9**	**43.3**	**9.4**

Fonte: Elaboração própria.

87 Ao alinharmos por ordem decrescente os distritos segundo a percentagem de idosos surge--nos na liderança Viana do Castelo, depois Braga, Aveiro, Lisboa, Porto, Coimbra, Leiria e Viseu. A diferença entre os valores percentuais máximos e mínimos foi de 4,3 em 1864, de 5,4 de 1878, de 4,7 em 1890 e de apenas 4,0 em 1900.

População jovem e idosa, por distritos (1864-1900) – em %

Fonte: Elaboração própria.

décadas tinha sofrido um acréscimo, embora ligeiro, de 2%. O significado destas alterações deve se analisado localmente, porque têm causas distintas[88]. Em 1801 as províncias da Estremadura e do Alentejo possuíam a maior percentagem de população adulta, seguidas do Algarve e Trás-os-Montes. O Minho registava os mínimos. Em meados da centúria as percentagens máximas pertenciam a Évora, Portalegre e sobretudo Lisboa e Porto. Ao terminar a centúria mantinha-se esta geografia e a fasquia dos 50% só era ultrapassada em Lisboa (cidade e distrito) e na cidade do Porto. Era nítida a vantagem do sul, face a uma grande região centro e norte, donde pareciam estar a sair os adultos mais jovens. Alguns registaram mesmo variações negativas.

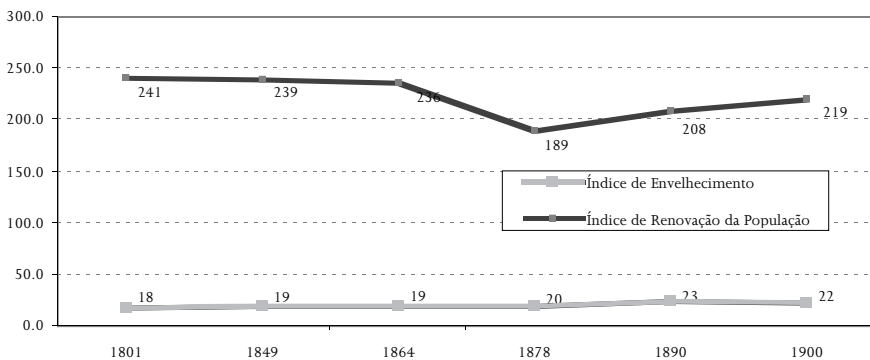
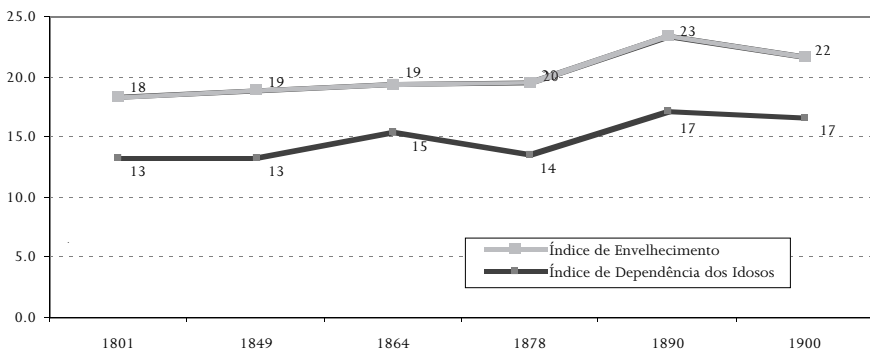
Os índices resumo permitem transformar estes valores em indicadores de dinâmicas demográficas, sociais e económicas. Entre os mais relevantes destacam-se os Índices de Vitalidade e de Envelhecimento, que avaliam a relação de grandeza entre os grupos de idades extremas[89]. Em 1801, por cada cem jovens existiam em Portugal 19 idosos, relação que se manteve durante a maior parte da centúria, mas subiu a 22 ao terminar o século. Este aumento reflectia realidades locais distintas, que resultavam dos diferentes pesos regionais dos grupos etários. No Algarve existia apenas um idoso por cada dez jovens. Seguiam-se as províncias do Alentejo e da Beira, onde essa relação se estabelecia no dobro, depois o Minho e Trás-os-Montes, também próximos entre si, e finalmente a Estremadura[90]. As diferenças continuaram a existir nas décadas seguintes. O contraste norte/sul manteve-se até bem entrado Oitocentos. Em 1864, Faro e Beja garantiam os maiores índices de vitalidade do país, opondo-se a Viana e Braga onde os idosos tinham uma forte representatividade face ao total de jovens. Mas por todo o Portugal o índice de vitalidade sofreu um retrocesso significativo, estimado em 16% em menos de quatro décadas. Por cada cinco pessoas com menos de 20 anos existia um indivíduo com mais de 60 em 1900. Os idosos adquiriram uma importância crescente. Mas se a relação entre os grupos em idades extremas pouco se alterou nas primeiras décadas, o mesmo não sucedeu no que respeita à relação que cada um deles manteve com a população adulta (20-59 anos). Essas alterações reflec-

88 As diferenças entre cada zona não dependem apenas do peso percentual da população inactiva: no caso da descida do total de activos ser causada pelo acréscimo nos grupos jovens abrem-se perspectivas locais de futura evolução, opostas às das zonas onde esse aumento é causado pela subida do número de idosos. O futuro económico e social destas últimas áreas pode estar comprometido, caso se mantenham as condições vigentes.

89 A vitalidade de uma população é medida pelo número de idosos existentes por cada cem jovens, sendo tanto maior quanto menor o peso dos primeiros em relação aos últimos.

90 RODRIGUES, 2004: 88.

tem-se nos valores dos ratios de dependência de jovens (RDJ) e de idosos (RDI), à data dos vários censos realizados. No Portugal oitocentista o primeiro índice é particularmente expressivo em regiões geograficamente descontínuas. No Algarve o número de jovens chegou mesmo a ultrapassar o número de activos adultos. As mudanças foram lentas até aos anos 80 e notórias a partir de então. Em Dezembro de 1890 já existiam 89 jovens por cada centena de adultos, valor que subiu ao longo da última década, repondo a situação de início do século. Os distritos a norte e interior apresentavam-se acima da média, porque os níveis da natalidade eram mais elevados e sobretudo porque as percentagens de activos eram menores, com a emigração e migrações internas a jogarem um papel decisivo. Não obstante, os resultados de 1900 testemunham a lenta aproximação entre realidades distritais.

Evolução do índice de envelhecimento e de renovação da população activa (1801-1900)

Evolução do índice de envelhecimento e de dependência dos idosos (1801-1900)

Fonte: Elaboração própria.

Índices resumo das estruturas populacionais no século XIX

Índices	1801	1849	1864	1878	1890	1900
Jovens (0-19)	41,9	41,3	40,8	40,8	42,4	43,3
Potencialmente Activos (20-59)	58,1	58,7	51,3	59,2	57,6	56,7
Idosos (60+)	7,7	7,8	7,9	8,0	9,9	9,4
Índice de Juventude	544,2	529,5	516,5	510,0	428,3	460,6
Índice de Envelhecimento	18,4	18,9	19,4	19,6	23,3	21,7
Índice de Longevidade	54,1	29,2	40,1	43,4	36,0	44,4
Índice de Dependência dos Jovens	72,1	70,4	79,5	68,9	73,6	76,4
Índice de Dependência dos Idosos	13,3	13,3	15,4	13,5	17,2	16,6
Índice de Dependência Total	85,4	83,6	94,9	82,4	90,8	92,9
Índice de Juventude da População Activa	164,9	169,7	174,6	166,8	157,7	164,3
Índice de Renovação da População Activa	240,8	238,5	236,4	188,6	208,4	219,5
Índice de Maternidade	47,5	44,4	41,5	46,5	46,3	45,7
Índice de Tendência	104,2	108,2	113,0	121,8	106,7	106,7
Índice de Potencialidade	125,6	120,9	116,6	123,4	129,8	138,3

Fonte: Elaboração própria.

Estes considerandos são parcialmente válidos quanto ao RDI. Em 1801, por cada 18 idosos existiam cem activos, valor que declinou até 70, para voltar a subir. Ao todo, o ratio varia 33% na segunda metade de XIX, na sequência de mudanças estruturais significativas. As disparidades locais foram notórias entre zonas de grande intensidade migratória, seja imigratória (caso de Lisboa), seja emigratória (Viana do Castelo, Aveiro, Guarda, Viseu, entre outros). Do efeito combinado dos dois ratios anteriores obtém-se o grau de dependência total (RDT), que permite avaliar a pressão que os menos produtivos exercem sobre os restantes[91]. Mas a leitura dos resultados deve ser feita com algumas precauções, porquanto se sabe que a vida activa da esmagadora maioria da população se iniciava antes dos 20 anos. Doutro modo, e se assim não fosse, Portugal enfrentaria uma situação preocupante logo no início do século e de novo a partir de 1890. Em 1800 e em 1900 existiam 112 jovens e idosos por cada cem adultos e em quase todos os distritos o número de dependentes superava o de produtivos. Esse facto resulta das mudanças ocorridas nas quatro últimas décadas da centúria, porque até lá o ratio situava-se dentro de parâmetros normais, com o distrito de Lisboa e as cidades do Porto e Lisboa e fugirem à tendência. A partir dos anos 60 inicia-se a subida do peso relativo de jovens e idosos face

91 Quando os resultados do Ratio de Dependência Total se aproximam ou ultrapassam 100 podem indiciar desequilíbrios potenciais, uma vez que o número de dependentes excede o de activos.

aos activos. No final do século, pesem embora as diferentes situações encontradas, só em Lisboa os últimos batiam os primeiros e mesmo nas duas cidades tinha reduzido a desvantagem dos grupos extremos. As razões que poderemos adiantar sobre este assunto não se podem limitar à eventual influência dos movimentos migratórios, decorrem das alterações quase imperceptíveis nos comportamentos colectivos face à vida e à morte, de que daremos conta nos capítulos que se seguem.

Alguns Índices resumo das estruturas populacionais, por distrito

	1890				1900			
Distritos	**IVit.**	**RDJ**	**RDI**	**RDT**	**IVit.**	**RDJ**	**RDI**	**RDT**
Aveiro	19	85	16	101	25	99	25	124
Beja	11	88	10	98	19	87	17	104
Braga	21	82	18	100	22	92	21	113
Bragança	12	86	10	96	19	89	17	106
Castelo Br.	13	89	11	100	20	98	19	117
Coimbra	15	85	13	98	26	94	25	119
Évora	16	79	12	91	21	84	18	102
Faro	11	100	11	111	18	96	17	113
Guarda	13	90	11	101	20	97	20	117
Leiria	15	97	15	112	23	100	23	123
Lisboa	20	67	14	81	21	74	16	90
Portalegre	13	83	11	94	19	88	17	105
Porto	18	83	15	98	18	96	17	113
Santarém	15	90	14	104	22	96	21	117
Viana do C.	23	78	18	96	30	86	26	112
Vila Real	16	83	13	96	21	94	20	114
Viseu	17	84	14	98	24	96	23	119
Lisboa (cid.)	31	47	15	62	23	61	14	75
Porto (cid.)	16	75	12	87	16	82	13	95
Portugal	**19**	**80**	**15**	**95**	**22**	**92**	**20**	**112**

Fonte: Elaboração própria.

5. Modelos de comportamento

Nada há de excepcional na situação portuguesa, quando confrontada com outras realidades contemporâneas[92]. A dinâmica das gentes europeias na parte central e de leste (excluindo a Rússia), registou um crescimento

92 Vejam-se os níveis de natalidade e mortalidade da população espanhola durante a segunda metade do século XIX: TBN = 1860 – 38,6‰; 1887 – 37,2‰; 1900 – 36,4‰; TBM = 1860 – 27,4‰; 1887 – 31,0‰; 1900 – 28,5‰ (BARDET e DUPÂQUIER, 1998: 546).

mais vigoroso do que a Europa Ocidental na parte final de Oitocentos, provocado por uma fraca tradição migratória transatlântica, sustentada em grande parte por baixas densidades de ocupação, o que lhes permite usar os excedentes para povoar o seu próprio território[93]. No caso português as variáveis natalidade, mortalidade e movimentos migratórios permitem compreender os ritmos e direcções de crescimento demográfico, bem como as suas causas próximas e características estruturais, embora seja impossível estimar a importância explicativa dos saldos natural e migratório durante o século XIX. À relativa ausência de informação publicada com totais de nascimentos, óbitos e emigrantes, sucede após 1858 uma série menos descontínua, mas só em 1886 as três séries se tornam directamente comparáveis. O cálculo das Taxas Brutas de Natalidade (TBN) e de Mortalidade (TBM) traduzem a vantagem da vida sobre a morte e permitem verificar a sua imutabilidade até 1890. Face à estabilidade da natalidade, torna-se claro que as variações anuais do crescimento demográfico foram causadas sobretudo pela ligeira redução da mortalidade, cuja alteração mais espectacular consiste no desaparecimento da mortalidade catastrófica em meados do século. Na última década do século XIX a TBM regrediu 20%, provocando um acréscimo de 4 anos à esperança de vida à nascença. A natalidade mostrou uma grande solidez durante todo o século, sempre superior a 30‰, e só irá sofrer alterações em meados dos anos 20 do século XX[94]. A TBN portuguesa era inferior a alguns Estados europeus[95], o que poderá decorrer das alterações causadas pela intensificação das saídas emigratórias na última fase da centúria. Esta hipótese ganha consistência ao ser analisada em termos regionais, uma vez que as maiores descidas dos níveis da natalidade ocorreram nos anos 90.

Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade em Portugal (‰)

Anos	T.B.N.	T.B.M.
1801	41,9	7,7
1849	41,3	7,8
1864	40.8	7.9
1878	41.3	8.0
1890	42.4	9.9
1900	43.3	9.4

Fonte: Elaboração própria.

93 LEITE, 2005: 51 e ss.
94 LEITE, 2005: 51 e ss.
95 Vejam-se os valores sintetizados no Quadro IV.13, por BANDEIRA, 1996: 161.

À medida que avançava o século XIX esbatiam-se as diferenças regionais em relação aos níveis das variáveis microdemográficas. Os distritos com maiores níveis de natalidade registaram também níveis de mortalidade superiores, facto que garantia um saldo fisiológico positivo uniforme e constante em termos do posicionamento relativo. Podemos dividir o país em três zonas, individualizadas por estruturas etárias homogéneas e alicerçadas em condições naturais e vivências distintas[96]:

1. O Portugal interior
(Bragança, Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Beja, zonas montanhosas fronteiriças e do interior continental, e ilhas da Madeira e dos Açores)
a) Níveis de natalidade e mortalidade elevados (entre 28 e 40‰ e 21 a 34‰, respectivamente);
b) Variações anuais de mortalidade acentuadas, sobretudo em épocas de crise de origem agrícola. Nesses momentos, os acréscimos registados no número de óbitos chegavam a subir 13% em relação a anos considerados normais.

2. O Portugal de transição
(desprovido de unidade geográfica: Vila Real, Viseu, Évora e Faro. Lisboa e Porto pertencem a este grupo, porque as suas capitais empolavam a média distrital)
a) Níveis menos elevados das variáveis, variando a TBN de 23 e 36‰ e a TBM de 18 a 23‰;
b) Variações menos bruscas de mortalidade, mesmo em anos de crise (que por norma se limitava a acrescentar 3 a 7% ao volume normal da curva obituária);

3. O Portugal litoral
(todos os distritos de litoral atlântico, excepto Porto, Lisboa e Faro)
a) Constituíam uma faixa de forte crescimento natural, porque apresentavam níveis da natalidade significativos (de 29 a 38‰) e níveis de mortalidade baixos (16 a 20‰);
b) Os saldos fisiológicos eram estáveis, independentemente das conjunturas económicas

A terminar o século XIX destacavam-se seis distritos com forte crescimento natural: Aveiro, Coimbra, Leiria, Castelo Branco, Santarém e Faro. O de Lisboa apresentava o saldo mais baixo do Reino e, os restantes, valores intermédios. Estes resultados não coincidem inteiramente com o panorama que traçámos a propósito do crescimento das regiões, segundo o qual algumas áreas praticamente estabilizaram ou mesmo decresceram na segunda parte da centúria, facto explicado pela influência local e conjuntural dos movimentos migratórios, que sofreram na última parte da centúria grandes alterações[97]. O

96 PEREIRA, 1988: 24.

97 Entre os inúmeros investigadores que se debruçaram sobre a questão emigratória à escala nacional destacam-se, pela sua anterioridade Joel Serrão, V. Magalhães Godinho, Jorge Arroteia e Miriam Halpern Pereira. No entanto, importa considerar, para além da simples evolu-

declínio do ritmo de crescimento populacional na década de 90 em certas zonas foi causado pela intensidade da corrente emigratória e por migrações internas para certos pólos económicos, sobretudo Lisboa. Em simultâneo, os saldos naturais tornam-se mais positivos em todo o Reino, devido à descida dos níveis de mortalidade e à manutenção dos padrões de natalidade. Localmente os volumes de efectivos continuarão a aumentar a velocidades diversas, de acordo com os montantes migratórios. Efectivamente, as causas que explicam as histórias locais foram diversas. As dinâmicas de crescimento em distritos como Faro ou Funchal derivaram dos níveis de natalidade elevados, enquanto em Braga e Aveiro se explicam por níveis de baixa mortalidade. A mesma diversidade existe em zonas mais frágeis, onde é explicado por níveis reduzidos de natalidade e mortalidade, como aconteceu em Viana do Castelo, por níveis elevados de mortalidade, no caso de Lisboa, ou pela junção entre natalidade baixa e mortalidade média, como se verificou na Horta[98].

Regiões de comportamento diferenciado

Fonte: Elaboração Própria.

ção quantitativa, as implicações sociais e económicas deste fenómeno, exemplarmente descritas na literatura da época. Por outro lado, cumpre destacar os estudos mais recentes de Ann Marie Pescatello, Beatriz Rocha Trindade e Maria Ioannis Benis Baganha.

98 BANDEIRA, 1996: 203.

5.1. *Mortalidade diferencial, padrões regionais e crises*

A partir de finais do século XIX Portugal parece ter entrado na primeira fase de uma tímida transição demográfica. Até lá, um longo caminho foi percorrido e, apesar das transformações verificadas durante o século XIX, a característica principal desta variável será a sua progressiva estabilidade, sobretudo a partir de meados de Oitocentos, quando desaparecem as grandes sobremortalidades de tipo antigo. A batalha do homem contra a morte foi travada em duas frentes, ligeiramente desfasadas em termos cronológicos. Numa primeira fase baseou-se nos progressos concretizados a nível preventivo, que se conseguiram erguer ao avanço e difusão das doenças de foro epidémico[99]. «A população continuou exposta a crises epidémicas, insuficientes para provocar mais do que breves e localizados recuos demográficos, mas suficientemente fortes para mostrar a fragilidade da vida humana numa linha de continuidade, embora atenuada, com as epidemias dos séculos anteriores. As crises colocavam em evidência as limitações de controlo administrativo, particularmente sentidas nos centros urbanos de maior dimensão, como na situação sanitária do Porto denunciada por Ricardo Jorge. No final do século XIX a saúde das populações era cada vez mais uma questão de opinião pública, envolvendo não apenas o controlo sanitário propriamente dito, mas também as condições de habitação, abastecimento de água e rede de esgotos»[100]. Nos inícios do século XIX a epidemia era já um assunto de Estado[101]. Embora as medidas preventivas e profilácticas accionadas por ocasião de cada um destes momentos, pouco tivessem de inovadoras, a prontidão com que foram tomadas tiveram um impacto relevante, ao minorar as perdas prováveis[102] e nesse aspecto o poder central desempenhou um papel relevante. Só num segundo momento, a acção de higienistas e as campanhas de vacinação, na sequência das descobertas de Jenner e Pasteur, terão algum resultado concreto, ainda pouco evidente no Portugal de fins do século XIX[103].

---

99 De que os cordões sanitários constituem o melhor exemplo (SANTOS e RODRIGUES, 1998).

100 LEITE, 2005: 49.

101 CRESPO, 1984: I, 192.

102 Neste campo, Portugal foi mais avançado que o reino vizinho, como foi possível verificar por ocasião dos surtos de febres e paludismo dos anos de 1804 e de 1805 (SANTOS e RODRIGUES, 1998: 71-77).

103 Com efeito, à identificação dos genes patogénicos responsáveis por várias enfermidades epidémicas não correspondeu o seu imediato controlo. Haverá que esperar até meados dos anos 30, para que a utilização de sulfamidas e a fabricação industrial da penicilina produza os primeiros efeitos práticos no combate às grandes doenças de tipo infeccioso. Só em 1921 Albert Calmette e Camille Guérin descobrem a vacina da tuberculose, a utilização de sulfamidas data de 1935 e a produção industrial de penicilina é do período 1928-1942 (DAVID, 1992: 269-270.

Por todas estas razões, doença e morte continuam a ser um acontecimento quotidiano e só os avanços da medicina e a vulgarização de certas práticas higiénicas acabarão por alterar a forma como passaram a ser vistos. A mortalidade normal manteve-se elevada, apesar do recuo de 19,6% verificado nos valores da TBM nos anos 90. No entanto, inúmeros condicionantes interferiam e pontualmente alteravam estes indicadores: diferenças de vida no campo e na cidade, maior actividade laboral feminina em certas zonas, desiguais percentagens de jovens, adultos e idosos, conjunturas política e/ou economicamente instáveis[104].

Os níveis de mortalidade por idades remetem-nos para a importância desta variável, que mantém o modelo herdado de séculos anteriores[105]. No início do século a mortalidade infantil ceifava um quarto dos nascidos antes de completarem um ano e metade até aos sete anos de idade[106]. Depois o ritmo da morte atenuava-se, menos nos locais onde a diarreia e as enterites eram uma grande causa de morte. De seguida a curva iniciava uma tendência ascendente, mais súbita nas áreas onde a tuberculose começava a emergir, atingindo os grupos etários dos 20 a 40 anos, também afectados pelos riscos inerentes à gravidez, parto, acidentes de trabalho, migrações e conflitos. A partir dos 40 a variável voltaria a subir rapidamente e aos 50 tornava-se muito forte. Este modelo era já bem conhecido em meados de Oitocentos. Em artigo do *Archivo Universal* em 1859 estabelece-se a ordem de grandeza do fenómeno ao longo da vida: «uma vigésima parte das crianças nascia já morta, outras morriam ao nascer, e antes de completarem um ano muitas mais», ao todo um oitavo das mortes gerais. Em seguida descia o número de óbitos, atingindo-se o mínimo na adolescência «quando o homem está na força da idade». Após os 60 anos a morte voltava a «assumir os seus direitos com mais intensidade, quanto mais é a decrepitude». Nos meios urbanos morria-se e nascia-se mais, constituindo o nível socioeconómico outro factor diferencial, de reduzido impacto nos primeiros anos de existência, ao contrário do que viria a ocorrer no fim da vida[107]. À medida que as cidades cresciam, estreitava-se a ligação entre imigração, pobreza e mortalidade epidémica, já que as doenças de foro epidémico passaram a incidir preferencialmente nos bairros

104 RODRIGUES, 1989: 76 e ss.

105 A vantagem reside no facto de existirem mais informações e dados (MOREIRA e RODRIGUES, 2005).

106 Como se pode comprovar em 1802, apesar da má qualidade dos totais (SOUSA, 1979: 287-288).

107 *Archivo Universal*: 315-317. Em Espanha, pela mesma época, a diferença entre Taxas Brutas de Mortalidade em zonas rurais e urbanas oscilava entre 10 e 19%, sendo a desvantagem urbana mais evidente nos grupos de idade mais avançada (REHER, 1990, cit. *Histoire des Populations de l'Europe*, dir. BARDET e DUPÂQUIER, 1997: 547).

pobres, onde era maior a promiscuidade, a falta de aquecimento, de água e de esgotos[108]. No mundo rural as diferenças sociais eram menores e mais linear a dependência face ao meio físico (trabalho fora de portas, regime alimentar pobre ou inadequado)[109]. Todos os anos as mesmas causas, nos mesmos meses, vitimavam grupos etários e sociais idênticos[110].

Mortalidade Infantil no início do século XIX, em várias comarcas

Comarcas	TMI	Comarcas	TMI
Aveiro	188.1	Miranda	414.1
Avis	126.4	Moncorvo	362.8
Barcelos	217.9	Penafiel	89.7
Braga	105.0	Portalegre	196.7
Bragança	160.8	Porto	78.1
Castelo Branco	357.0	Tomar	184.1
Elvas	180.5	Valença	159.8
Guimarães	197.7	Viana	97.9
Lamego	124.1	Vila Real	256.8
Leiria	246.1	Vila Viçosa	322.2

Fonte: SOUSA, 1979: 278-288.

É possível identificar as grandes causas de morbilidade e mortalidade, embora predominantemente a nível qualitativo e em termos de importância relativa. A medicina debatia-se com a capacidade para destrinçar a doença, confundindo diagnóstico com tratamento e, por maioria de razões, a verdadeira causa da morte, o que nos impede de avaliar com rigor o contributo de cada uma delas. Acresce a este tipo de limitação, o facto das autoridades competentes só pontualmente se interessarem pela recolha e divulgação estatística, acrescida pela inexistência de uma acção coordenada entre poder central e autoridades locais. Nas primeiras décadas os problemas de saúde colectiva mantiveram-se confinados a uma perspectiva teórica, donde só saiam por ocasião do deflagrar de alguma epidemia grave[111] À medida que avança a centúria cresce o interesse no âmbito da saúde e higiene colec-

108 RODRIGUES, 1999.

109 Morria-se na sequência das grandes variações térmicas a que se sujeitavam os trabalhadores rurais, ou mesmo por causas directamente ligadas às condições do trabalho nos campos, como no caso dos arrozais (cf. CRESPO, 1990).

110 Sobre esta matéria vide ponto 5 do Capítulo 6.

111 «A hygiene publica tem merecido desde a mais remota antiguidade a attenção de todos os legisladores (...). Entre nós porém só quando alguma epidemia dizima e enche de terror a população, é que lembra que existem meios de prevenir as epidemias. Então traduzem-se á

tivas, coincidente com alguns progressos da medicina de contexto internacional, o que pode justificar o início do declínio dos níveis da mortalidade[112]. A dificuldade de classificação das entidades patológicas, causada pelo desconhecimento das suas etiologias, levou a frequentes confusões diagnosticas, pelo que as mesmas doenças surgem designadas sob nomes distintos, enquanto a males diferentes era atribuída a mesma denominação, por apresentarem formas clínicas idênticas[113]. As primeiras informações gerais sobre causas de morte remontam a 1802 e constam do levantamento mandado fazer em todas as freguesias, de que não existem resultados exaustivos[114]. Várias são as provas de uma enorme persistência das mesmas causas. Na primeira metade de Oitocentos alguns párocos registam no assento de óbito a causa que o provocou. O mesmo tipo de causas nas mesmas idades. Desta inevitabilidade se formara uma ideia clara em meados da centúria, que um relatório vindo a lume no final dos anos 50 traçou com clareza e uma terminologia bastante mais científica. Efectivamente, na infância as grandes doenças mortíferas eram de tipo epidémico, com destaque para o sarampo, a escarlatina, a tosse convulsa e as bexigas. Outras eram provocadas por anginas, escrófulas e hidropsias cerebrais. Ultrapassada essa fase perigosa reduzia-se o leque de doenças letais e entre as causas de morte mais frequentes surgiam as febres tifóides, as dores de peito e as inflamações agudas em órgãos diversos, nas mulheres as complicações pré e pós parto. O aumento de idade fazia crescer o perigo de morte por hidropsia, apoplexia, cancro e inflamações de vário tipo. No princípio e no fim da vida, a maior percentagem de óbitos estava ligada a doenças dos aparelhos nervoso e respiratório, vendo este último aumentar a sua incidência, à medida que a tuberculose se torna uma grande causa de morbilidade[115]. A morte por essa causa predomina ainda nos trabalhadores em indústrias com poeiras, como os operários das manufacturas de tabaco. Com as novas pro-

---

pressa alghuns fragmentos estrangeiros, enceta-se a sua discussão, e depois, quando a epidemia está acabada, cahe tudo no esquecimento» (*Archivo Universal*, 1859: 76-77).

112 RODRIGUES, 1993: 296 e ss.

113 Uma delas a causa de morte *dentes*, patologia passível de decorrer com sintomas respiratórios (tosse, dispneia, entre outras) e nesse caso do grupo das Doenças do Aparelho Respiratório; mas também podendo pertencer a Doenças Gerais, tendo em conta os sintomas constitucionais com que podiam decorrer (febre, astenia, anorexia) (VALLIN e MESLÉ, 1997: 165-180).

114 Veja-se o que no capítulo VIII se refere a este propósito.

115 As precárias condições de vida, de higiene pública e privada e as duras formas de trabalho, fizeram da tuberculose uma das principais causas de morte, com especial incidência nos adultos jovens e em centros de maior densidade (BARDET e DUPÂQUIER, 1997: 98 e ss.). Em 1900-1901, 17% dos óbitos registados no Porto eram devidos a tuberculose, percentagem que se manteve até ao segundo pós-guerra (MAIA, 1991: 237).

fissões sobe o número de acidentes de trabalho, seja por envenenamento lento de mercúrio e fósforo, como nos tipógrafos, fabricantes de espelhos, operários de fábricas de fósforos, seja por desempenharem profissões arriscadas, como os mineiros e trabalhadores dos caminhos-de-ferro[116].

Causas de morte da população por grupos de idades

Idades	Principais	Outras
-1	Debilidade Inflamação das entranhas Disenteria Bexigas Edema dos recém-nascidos Convulsões	Inflamação dos pulmões Catarro Tosse convulsa
1 a 3	Tosse convulsa Sarampo	Angina Escarlatina Hidropsia do cérebro Convulsões Pneumonia Bronquite
3 a 10	Hidropsia do cérebro Anginas Escarlatina	Sarampo Escrófulas
10 a 20	Doenças escrofulosas	Febre tifóide Doenças do peito Hidropsia do cérebro
20 a 40	Febre tifóide Tubérculo Acidentes	Bexigas Disenteria Doenças de parto
50 a 60	Febre cerebral Hemorragias fulminantes Cancro	Inflamações dos ap. nervoso, respiratório, digestivo Hidropsia Mortes súbitas
60 a 70	Hemorragias fulminantes Hidropsias Cancro	Mortes súbitas de coração Apoplexias Inflamações agudas e crónicas
70 a 80	Mortes súbitas Apoplexias Inlamações agudas e crónicas	Cancro Velhice
80 a 90	Cansaço dos orgãos	Apoplexias Inflamações crónicas
90 a 100	Velhice	Apoplexias Inflamações agudas e crónicas

Fonte: *Archivo Universal*, 1859: 315-317.

116 MACHADO, s/d.

Ao contrário do que acontece em relação à natalidade, é impossível saber em rigor o momento a partir do qual se terão verificado as primeiras descidas nos níveis da mortalidade regional, sabendo-se no entanto que em termos médios nacionais o processo terá tido início antes de terminar o século. Em 1800, a mortalidade era mais elevada no interior e sul do Reino, embora a maior intensidade das perdas pareça ser compensada por maiores volumes de nascimentos[117]. Porém, à medida que avançava a centúria esbatiam-se as diferenças, como comprovam as TBM distritais em 1900. Continua a ser no litoral que se verificam os valores mínimos, embora em Lisboa e no Porto os níveis superem os registados em várias partes do interior. Podemos classificar os distritos em três grupos. O primeiro, de mortalidade alta, incluí o Porto, a Guarda, Lisboa, Funchal e Ponta Delgada; o segundo, de níveis médios, a grande maioria dos distritos; o de mortalidade baixa Viana do Castelo, Braga, Coimbra, Leiria e Santarém[118]. As regiões do Minho, de Trás-os-Montes e do Alentejo eram homogéneas, facto que contrastava com as fortes variações observadas no resto do território continental e Açores. Em termos locais, o Portugal de final de século era marcado por uma relativa diversidade, que só uma análise à escala concelhia e na perspectiva da diferencialidade entre meio rural e urbano permitiria compreender na íntegra. No entanto, a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI), secundada pela esperança de vida à nascença (e0), são indicadores mais seguros, que melhor permitem avaliar o fenómeno em causa.

Na viragem do século XIX, a TMI apresentava valores bastante díspares por distrito, apesar de globalmente elevados. As ilhas dos Açores destacavam-se pela negativa (240‰), bem como as cidades do Porto e Lisboa.

Taxas Brutas de Mortalidade no início do século XIX

Províncias	TBM
Minho	33.8
Trás os Montes	31.2
Beira	32.3
Estremadura	31.9
Alentejo	37.4
Algarve	42.8
TOTAL	33.3

Fonte: Elaboração própria.

117 SOUSA, 1979: 356.
118 BANDEIRA, 1996:199-201.

Principais indicadores dos níveis de mortalidade em 1900

Distritos	TBM(‰)	TMI(‰)	eo (anos)
Aveiro	17.7	92.6	52
Beja	23.8	154.9	43
Braga	19.2	61.0	56
Bragança	21.7	119.0	43
Castelo Br.	24.7	162.1	40
Coimbra	17.0	88.7	53
Évora	20.5	180.5	43
Faro	21.1	157.2	39
Guarda	25.7	155.8	51
Leiria	16.6	116.4	30
Lisboa	22.8	226.9	42
Portalegre	22.1	210.3	37
Porto	23.0	171.1	49
Santarém	16.3	139.5	54
Viana do C.	17.3	97.7	46
Vila Real	17.8	104.6	52
Viseu	19.2	104.1	48
Portugal	**20.6**	**180.6**	**43**

Fonte: Elaboração própria.

Porém, ao contrário do que acontecia na Invicta, na capital morria-se menos que nos concelhos do mesmo distrito[119]. Ao terminar a centúria, o aumento da esperança de vida privilegiou as primeiras idades e os resultados da TMI reflectem esses ganhos, que tiveram também correspondência noutros grupos etários, designadamente nos mais idosos. Não podemos esquecer, no entanto, que até à Segunda Guerra Mundial este tipo de mortalidade apresentou flutuações acentuadas, provocadas pelos efeitos nefastos de doenças infantis. Alguns estudos têm sublinhado a influência das condições climáticas nesta matéria. A descida da temperatura então ocorrida actuaria em sentido inverso face à esperança média de vida. Entre 1790 e 1800 e de 1890 a 1900 a Europa sofreu um arrefecimento, que pode ter facilitado a descida dos níveis de mortalidade, ao reduzir a incidência dos germes infecciosos e doenças gastrointestinais e explicar o sucesso das campanhas contra a varíola. Ao invés, os anos mais quentes coincidem com epidemias de cólera e o aumento da tuberculose pulmonar, acrescidas a partir

119 É possível que a difusão de certas práticas preventivas, designadamente campanhas de vacinação, bem como o envio dos expostos para criar fora tenham influenciado os resultados médios, uma vez que se tratavam de grupos de muito alto risco.

dos anos 30. A cólera será uma das últimas manifestações da mortalidade de tipo antigo, quando se inicia o processo de transição epidemiológica[120].

Durante o século XIX os portugueses foram atingidos por diferentes tipos de febres endémicas e males de índole desconhecida, que frequentemente adquiriam o estatuto de epidemias. Exposição às variações climatéricas, anos de escassez e carestia alimentar, instabilidade social e política, guerra, pobreza e más condições sanitárias emergem como causas próximas para as subidas inesperadas da variável. Uma certeza, porém: «é a classe inferior do Povo que mais particularmente está sujeita a estas consequências: sem meios suficientes para bem se curarem e tornando aos seus penosos trabalhos mal convalescidos, eles padecem frequentemente de recaídas de febres intermitentes, com quem finalmente se familiarizam, abandonando todos os meios de cura, ou somente procurando remédios particulares e misteriosos»[121]. Com origens e efeitos diversos, as crises de mortalidade que regularmente atingiram o país nas primeiras décadas foram alteradas posteriormente em muitos dos seus aspectos, designadamente quanto às suas causas próximas, à sua menor duração e ao facto das vítimas serem atingidas num curto espaço de tempo, o que aumentava a percepção das populações sobre o fenómeno[122]. A análise destes momentos deve ser enquadrada numa perspectiva que inclua e compare a investigação realizada em Portugal e Espanha. Mesmo nos casos em que as epidemias têm origem fora da Península, como acontece com a cólera dos anos 30 e 50, é frequente ganharem novos contornos no contexto peninsular[123]. As mudanças ocorridas entre as duas metades da centúria não obstam a que se mantivesse ou alargasse o fosso entre grupos sociais e espaços envolvidos. Quando em meados de Oitocentos desapareceram as crises epidémicas violentas, assistiu-se ao alargar das diferenças entre grupos consoante a sua qualidade de vida. Mau grado as mudanças ocorridas, a sobremortalidade continuou a estar associada a conjunturas políticas, sociais e econó-

---

120 Emanuel Le Roy Ladurie alertava para uma leitura das alterações climáticas demasiado limitada às suas consequências de tipo económico, sobretudo no que respeita à produção agrícola (PERRENOUD e BOURDELAIS, 1997: 81-83).

121 António Jacinto Vidal, «Breve relação das moléstias, que costumão grassar em Vila Franca de Xira, e Póvos, suas causas, e tratamento; e das que particularmente grassarão no mês de Janeiro do Presente anno», in Jornal *de Coimbra*, Vol. IV, n.º XIX (Julho, 1813), pp. 219-223. Estas questões foram abordadas por FERRO, 1995: 71 e ss.

122 Os surtos de cólera disso exemplo (BARDET e DUPÂQUIER, 1997: 88).

123 Factores como o clima ou a capacidade de gerir situações de crise por parte das autoridades de cada Reino, determinam as diferenças encontradas ao nível da intensidade das crises (SANTOS e RODRIGUES, 1998: 65-84). Sobre as crises de mortalidade espanhola veja-se o livro de MOREDA, 1985 ou ainda REHER e ROWLAND, 1997: 544-546.

micas adversas, embora a elasticidade e o grau de coesão do mercado permitisse resolver ou minorar potenciais focos de crise, mediante o isolamento dos afectados e o recurso à importação de alimentos. Estes momentos tornam-se cada vez mais ligados às características de densidade populacional e condições de salubridade e alojamento, bem como do nível económico dos envolvidos. No fundo, referimo-nos aos mesmos factores de diversidade que condicionavam os níveis normais da variável. À medida que se aproximava o fim do século alterava-se a mortalidade extraordinária e as crises detectadas deixaram de ter alcance nacional e um grau de virulência comparável a outras épocas[124].

Crises epidémicas em Portugal na segunda metade do século XIX

Cólera	1833, 53-55, 1865
Febre-amarela	1850, 51, 56, 57, 58 e 1860
Tifo exantemático	1810-11, 48, 51, 52, 56, 59, 60, 71, 72, 81-84 e 1897
Varíola	1869, 72, 76, 87, 97 e 1898
Febre tifóide	1850, 56, 61, 62, 64, 65, 75, 76, 80, 87, 93 e 1894
Gripe	1801-03,36-37, 53, 58, 62, 87, 89, 90 e 1896
Difteria	1859
Rubéola	1862 e 1887
Escarlatina	1858 e 1862
Disenteria	1864 e 1877

Fonte: RODRIGUES, 2008.

5.2. *Natalidade, fecundidade e família*

O aumento do número anual de nascimentos limitou-se a acompanhar o ritmo de crescimento populacional, pelo que a principal característica desta variável será a sua grande estabilidade de tendência positiva durante todo o século. Para o leve declínio verificado na última década aponta-se o fenómeno migratório como causa provável, dadas as alterações que provocou nas estruturas familiares em certas zonas. Com efeito, a emigração influencia o mercado matrimonial, ao retirar-lhe parte dos homens solteiros em idade fértil, reflectindo-se negativamente nos níveis de nupcialidade e natalidade. Numa segunda fase, a ausência do marido actua como factor limitativo ao número médio de filhos por casal, sobretudo se atendermos a

124 Exceptua-se o caso da gripe pneumónica de 1917-1918 (RODRIGUES, 2008, no prelo).

que estas famílias seriam jovens e ainda em formação. Esta realidade pode explicar a moderação das médias nacionais, quando confrontados com outros Estados[125]. A Europa oitocentista apresentou níveis sempre elevados de natalidade (TBN), superiores a 30‰, que só virão a decrescer após 1900, embora com diferenças. Nos países do Norte o nível médio de natalidade era inferior em seis pontos ao registado na parte ocidental. Um século depois estes níveis tinham recuado até 28,4 e 30,2‰, respectivamente. Nos estados do sul, a TBN rondava os 32,5‰, enquanto a leste se aproximava ou mesmo ultrapassava 40‰[126].

Em Portugal, para além do efeito migratório, as diferenças internas eram acrescidas pela vigência do *european marriage pattern*, modelo de comportamento demográfico fundamentado por Hajnal em 1965, que tinha como suporte o papel regulador da fecundidade nas sociedades do passado, a qual era controlada através do casamento, dados os baixos níveis da ilegitimidade então vigentes. Entre 15 a 20% das mulheres nunca casavam ou faziam-no depois dos 40 anos, sem impacto em termos de nascimentos. As restantes casavam tarde, reduzindo por esse facto o número de anos de actividade sexual, agravada pela sobremortalidade masculina e a dificuldade das viúvas em voltar a casar. Apenas um terço das uniões durava mais de 15 anos, embora com grandes diferenças consoante os níveis socioeconómicos dos nubentes. Durante o casamento, factores diversos limitavam ainda o número de filhos: a abstinência religiosa, doenças e épocas de trabalho intenso, o período pós-parto e as fases prolongadas de aleitamento, que no final do século XVIII rondariam os nove meses. Os solteiros, que podiam representar 10 a 20% da população total, funcionavam como uma garantia de hipotético crescimento, caso fosse possível. Após uma crise demográfica descia a idade média ao primeiro casamento e reduziam-se os intervalos intergenésicos. Deste modo, a idade ao primeiro casamento das mulheres, a proporção de mulheres casadas e a fertilidade dos casais funcionam sistematicamente até ao início da transição demográfica como forma de limitação de crescimento populacional. Cerca de um quinto dos casais da Europa pré industrial não deixavam herdeiros, outro quinto deixava apenas um. Ainda assim, existiam diferenças de comportamento, sobretudo entre meios rurais e urbanos, consequência das diferentes composições internas familiares e de uma maior facilidade em constituir família mais cedo nas cidades. Nelas o casamento era mais precoce e maior o número de filhos,

125 PERY, 1878: 206. Veja-se também LIVI-BACCI, 1971: 29.

126 Em 1800 as TBN holandesa e suíça rondavam os 28‰, enquanto a austríaca atingia os 43‰. A Taxa Bruta de Natalidade da Rússia era estimada em 49,3‰.

embora os níveis de mortalidade nas primeiras idades fossem ligeiramente superiores. O modelo de fecundidade era também perturbado pelo envio dos descendentes das famílias com maiores posses para serem criados no campo, embora essa prática não pareça ter apresentado a intensidade que registou noutros países[127].

No Portugal oitocentista, a TBN atingiu o seu nível máximo em meados dos anos 70 (34‰), decresceu um pouco até 1890 e de seguida de forma rápida. Mas a natalidade de uma região depende dos níveis de fecundidade, os quais variam em função da estrutura etária do universo humano considerado. Com efeito, só a fecundidade permite destrinçar o peso de factores de índole diversa, de foro individual e colectivo[128]. No último decénio do século XIX parecem esboçar-se algumas alterações, que derivaram do efeito combinado de uma taxa matrimonial moderada e da reduzida intensidade do casamento, apesar da fecundidade ilegítima nunca representar mais de 10 a 13% do total de nascimentos[129]. Os níveis de natalidade mantiveram-se inferiores nos centros urbanos, com Lisboa a registar os mínimos. Sabe-se, no entanto, que os totais anuais de nascimentos se encontram subestimados, pelo que só na segunda metade de Oitocentos podemos considerar aceitáveis as séries disponíveis. Existem muitas dúvidas quanto à eventual omissão dos nados mortos e dos que até 1860 morriam antes do baptismo. Outra fonte de problemas relacionava-se com a distinção entre nados-vivos e mortos[130]. Mesmo após o decreto de 28 de Novembro de 1878, que instituiu a obrigatoriedade de declarar os nascimentos em determinado prazo, continuou a não existir limite para a celebração do baptismo católico, o que na prática podia retardar em meses o registo da criança. Caso esta morresse entretanto deveria ser inscrita nos livros de óbito, mas não era seguro que o fosse. A probabilidade de erro agravava-se nos centros urbanos, onde a idade média de baptismo rondava um mês[131]. Assim, as séries existentes até

127 FLINN, 1971: 25-46. Em Portugal, foi em relação aos expostos que essa prática se veio a tornar mais frequente.

128 Entre os últimos cumpre destacar as características do sistema urbano, a mobilidade social e as formas de ascensão no seu interior, a organização familiar e certos tipos de actividade profissional feminina (NAZARETH, 1982 e CHESNAIS, 1986).

129 LIVI-BACCI, 1971: 22.

130 A nado-mortalidade só pode ser calculada a partir do momento em que passou a ser obrigatória a certidão de óbito dos fetos nascidos mortos, o que acontece em finais do século. Um ensaio realizado para o quadriénio 1887-1890, onde se contabilizaram os nado-mortos falsos (os que morreram até 24 horas após o nascimento), aponta para margens de erro da ordem de 1,4%, que ascendem a 4,2% no Porto e quase ao dobro, 8,1%, em Lisboa (LIVI-BACCI, 1971: 29).

131 Um estudo de Almeida Garrett para 1862 aponta o tipo de incorrecções daí provenientes. Das

final do século contabilizaram apenas as crianças baptizadas ou levadas à administração, uma vez que a estatística oficial continuou a socorrer-se dos totais paroquiais para estimar o movimento populacional.

Apesar destas limitações, podemos afirmar que no início do século XIX Portugal apresentava uma TBN influenciada a nível nacional pelos resultados do Alentejo e Algarve, com Trás-os-Montes e a Estremadura a registarem níveis mínimos. O confronto dos resultados de 1801 e 1802 permite observar as diferenças entre a faixa litoral e o interior. A primeira apresentava valores homogéneos, enquanto na segunda os níveis da natalidade e fecundidade aumentavam do sul e interior para norte e faixa costeira[132]. Todos os centros urbanos com mais de 10 mil residentes apresentavam taxas de natalidade inferiores à média das freguesias rurais nas comarcas respectivas[133]. Mas mesmo quando vistas em termos regionais, as diferenças eram inferiores às observadas a propósito da mortalidade. A natalidade manteve-se ao longo do século mais elevada a norte, embora fosse também aí que se situavam os distritos onde apresentava piores resultados (Viana do Castelo e Vila Real). Explicam-nos as já mencionadas alterações da estrutura populacional causadas pela emigração e concomitante descida do total de jovens, sobretudo do sexo masculino. Falamos de zonas onde a taxa de nupcialidade era a mais baixa do país no final do século, embora parcialmente compensada por percentagens elevadas de ilegitimidade[134].

Taxas Brutas de Natalidade em Portugal em 1801

Províncias	TBN (‰)
Minho	33.8
Trás os Montes	31.2
Beira	32.3
Estremadura	31.9
Alentejo	37.4
Algarve	42.8
Portugal	**33.3**

Fonte: Elaboração própria.

127.202 pessoas baptizadas nesse ano, 62 (5%) eram adultas. Dos restantes, 5208 haviam nascido em 1861, 149 em anos anteriores e 2454 em data desconhecida. Apenas 89% dos baptismos correspondiam a nascimentos do ano de 1862 (JORGE, 1889: 224-227).

132 SOUSA, 1979: 311-313.

133 SOUSA, 1979: 248-257.

134 BANDEIRA, 1996: 196-198.

Níveis de natalidade e nupcialidade no final do século XIX

Distritos	TBN(%0)	TBNup.
Aveiro	31.5	6.9
Beja	31.4	8.5
Braga	31.7	7.4
Bragança	31.3	7.9
Castelo Br.	32.7	6.9
Coimbra	28.0	6.9
Évora	28.5	6.2
Faro	33.8	7.9
Guarda	33.6	6.7
Leiria	29.6	7.2
Lisboa	28.5	6.4
Portalegre	28.4	6.4
Porto	33.6	6.8
Santarém	29.9	7.3
Viana do C.	25.0	5.2
Vila Real	26.3	5.5
Viseu	30.1	6.6
Portugal	**30.9**	**6.9**

Fonte: *I.º e IV.º Recenseamento Geral da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas.*

Em 1900 podemos dividir o país em quatro grupos diferenciados no que respeita ao fenómeno, embora com escassa continuidade geográfica. O Alentejo e o Centro litoral sul, composto por Leiria, Santarém e Lisboa, eram os mais homogéneos, contrastando com a diversidade beirã. Cinco pontos separavam Viseu, onde os níveis de natalidade eram baixos, da Guarda, cujos valores eram semelhantes aos encontrados em Castelo Branco. No norte litoral eram enormes as clivagens entre o Porto e Braga e deste último com Viana do Castelo. O distrito de Coimbra possuía um dos menores níveis de natalidade, que pouco tinham a ver com os níveis registados nos espaços contíguos. Para não falar nas ilhas, onde as diferenças eram ainda mais evidentes. Regista-se em parte da Península Ibérica uma descida da variável entre 1787 e 1860, que é quase imperceptível. Na Catalunha ela parece mais acentuada, mas em termos genéricos esse fenómeno só se generaliza após 1900[135]. À semelhança da TBN, também a taxa de fecundidade legítima portuguesa que, numa perspectiva europeia e descontando sempre a excepcional precocidade da França, seria baixa por volta

135 BARDET e DUPÂQUIER, 1997: 540.

de 1870, manteve níveis constantes até ao final do século, registando depois um descida lenta, embora com variações regionais[136]. Teríamos assim no Portugal de viragem para o século XX o seguinte panorama regional:

Grupos	Distritos
Baixa Natalidade	Viana do Castelo, Horta, Coimbra
Natalidade moderada, inferior à média nacional	Braga, Vila Real, Viseu, Leiria, Santarém, Lisboa
Natalidade moderadamente elevada, dentro da média nacional	Aveiro, Bragança, Évora, Beja Angra do Heroísmo
Natalidade elevada	Porto, Guarda, Castelo Branco, Faro, Funchal e Ponta Delgada

A ilegitimidade e a exposição de crianças adquiriu novas proporções neste século, tendo registado um aumento gradual, embora mais significativo nas grandes cidades e, dentro delas, nos bairros populares. Por 1850 a ilegitimidade apresentava valores máximos nacionais em Lisboa. Mais de um quinto dos baptismos registados nos livros das paróquias de Alfama, da Mouraria e do Bairro Alto era de mães solteiras ou viúvas; ao invés, na Baixa pombalina o seu peso percentual era inferior a 10%[137]. Mas não podemos esquecer que parte dos registos de ilegítimos em meios urbanos era de crianças abandonadas e enviadas de outras zonas, por vezes distantes[138]. Ao terminar o século XIX e no que se refere à ilegitimidade, Portugal apresentava-se dividido entre norte e sul, apesar de uma mesma tendência de evolução positiva. Além do caso específico das cidades de Lisboa e Porto, a ilegitimidade era globalmente muito elevada no limite norte, que compreendia Viana do Castelo, os distritos trasmontanos e Viseu, onde chegava a representar quase um quarto do total de baptismos[139]. No Alentejo entre 10 a 13% dos nascimentos eram também ilegítimos. A partir dos últimos anos do século XVIII verifica-se um aumento do número de expostos recolhidos nas duas grandes casas de enjeitados do Reino, localizadas em Lisboa e no Porto. Esta prática continuará a ocorrer como forma de resolução de fragilidades sociais e económicos e chegou a ser encarada como um entrave ao crescimento demográfico, já que as probabilidades de sobrevivência deste grupo, cada vez mais significativo face ao total de nascimentos, eram muito reduzidas[140].

136 VAN de WALLE, 1997: fig. 21, 144. Sobre Portugal LIVI-BACCI, 1971: quadro 19, 68.
137 Sobre a questão da ilegitimidade urbana veja-se RODRIGUES, 1995: 126 e ss.
138 Esse facto influenciava os resultados de Lisboa, pelo facto da capital acolher expostos de todo o País (RODRIGUES, 1997: 165).
139 Cf., como exemplo de estudo a nível local, MATOS, 1995.
140 SOUSA, 1979: 356-357; MATOS, 1995.

Nascimentos ilegítimos em finais do século XIX (%)

Distritos	1886	1887	1889	1896	1901
Aveiro	10.5	10.3	9.6	10.4	10.5
Beja	11.4	10.1	9.2	10.4	10.5
Braga	13.1	10.8	12.0	9.6	10.7
Bragança	20.9	16.0	20.1	20.7	21.4
Castelo Br.	5.8	4.9	4.6	4.0	4.2
Coimbra	9.7	10.1	9.1	8.9	8.1
Évora	13.1	12.6	12.4	11.1	12.5
Faro	8.8	8.0	7.7	9.3	8.6
Guarda	9.1	9.5	9.0	6.6	6.6
Leiria	6.8	5.5	5.7	6.3	6.4
Lisboa	7.7	20.0	19.4	23.5	22.5
Portalegre	8.3	9.4	8.5	7.1	7.4
Porto	14.6	14.1	14.2	17.2	14.2
Santarém	6.8	6.7	7.2	6.5	6.3
Viana do C.	14.6	16.5	16.2	13.8	16.1
Vila Real	19.6	20.7	21.1	27.6	24.0
Viseu	18.5	17.7	17.7	17.5	14.0
Portugal	**14.3**	**13.0**	**12.2**	**12.6**	**11.9**

Fonte: BANDEIRA, 1996: 460.

A existência de diferentes percentagens de mulheres em idade fértil nas várias unidades administrativas e as conjunturas internas influenciam os resultados das taxas de natalidade, pelo que será preferível recorrer a outros indicadores, designadamente à Taxa de Fecundidade Geral (TFG)[141]. O recenseamento de 1802 permite conhecer em inícios da centúria os níveis de fecundidade em várias comarcas dispersas geograficamente. Os resultados coincidem com a dicotomia apontada entre as metades norte e sul. Em Portugal a TFG estimava-se em 126,2‰ em finais do século[142]. As taxas mais elevadas cabiam a Portalegre e Vila Viçosa, contrapondo-se aos resultados mínimos de Viana, Guimarães, Porto e Aveiro. As mesmas diferenças opunham as comarcas de interior às do litoral[143]. Atendendo às características específicas da estrutura etária nos centros urbanos, com maior percentagem de adultos jovens, as taxas de fecundidade eram por norma superiores. Apenas uma excepção relativa a Lisboa, onde ao aumento da percen-

141 A Taxa de Fecundidade Geral pondera os nascimentos ocorridos face à a população feminina com idades compreendidas entre os 15 e os 50 anos, ou seja, em período fértil, pelo que elimina parte das distorções devidas aos efeitos de uma desigual repartição etária.

142 RODRIGUES, 1997: 211.

143 SOUSA, 1979: 262 e 267.

tagem de mulheres em idade fértil não correspondeu igual subida do número de nascimentos. Esse facto reflecte estratégias de fecundidade baixa, de sentido contrário à tendência manifestava pelos demais núcleos urbanos e pode derivar da alta participação feminina no mercado de trabalho[144].

Taxas de Fecundidade Geral em algumas comarcas, em 1802

Comarcas	T.F.G.	Comarcas	T.F.G.
Aveiro	95.2	Moncorvo	114.7
Avis	127.1	Ourém	108.3
Barcelos	105.4	Penafiel	120.4
Braga	114.6	Pinhel	114.5
Bragança	134.7	Portalegre	156.1
C.Branco	144.1	Porto	94.5
Elvas	129.9	Trancoso	144.2
Guimarães	102.8	Valença	111.9
Lamego	116.5	Viana	85.8
Leiria	109.0	Vila Real	155.0
Miranda	118.9	Vila Viçosa	195.7

Fonte: SOUSA, 1979: 262.

A dimensão média dos fogos apresenta uma grande invariabilidade, que poderá decorrer da falta de informação rigorosa e do facto de usarmos valores médios. Continuamos sem saber até meados da centúria se os valores incluídos nos recenseamentos incluem certos grupos, como os religiosos, os militares e estrangeiros. Entre 1801 e 1862, a dimensão média dos fogos do Continente estabilizou em torno dos 3,9 habitantes, explicando-se as pequenas variações observadas por conjunturas específicas, que incluem as invasões francesas, a epidemia de tifo de 1810-1811 e os surtos de cólera e febre amarela de finais dos anos 50.

Papel de extrema importância nas formas de crescimento populacional das gentes portuguesas foi protagonizado pela nupcialidade que, como referimos, funcionava nas sociedades do passado como mola reguladora. A investigação nesta matéria é limitada em termos de informação estatística, em moldes idênticos à análise da fecundidade. Desde logo, porque se desconhecem as idades de casamento. Se tal facto não impede o cálculo das Taxas Brutas de Nupcialidade (TBNup) para alguns anos, há que pensar que os resultados dessa avaliação não permitem acompanhar a verdadeira evolução do fenómeno. Basta,

144 Em 1801, a TFG foi calculada em 99,38‰, em 1853 nos 106,34‰, mas em 1890 voltava a ser de apenas 97,1‰ (RODRIGUES, 1997: 211.).

Dimensão média dos fogos do Continente

Anos	Hab/Fogo	Anos	Hab/Fogo
1801	3.85	1851	3.87
1811	3.84	1857	3.80
1819	3.89	1858	3.87
1821	3.89	1861	3.81
1835	3.87	1862	3.81
1836	3.87	1864	4.00
1838	3.89	1878	4.00
1841	4.04	1890	4.04
1849	3.81	1900	4.16

Fonte: RODRIGUES e PINTO, 1993: 154.

para tanto, que aumentem os efectivos em idade de casar (devido ao declínio da mortalidade ou ao aumento da imigração) para que o volume de casamentos se veja acrescido, sem que se tenham modificado os comportamentos face ao matrimónio. Toma assim especial acuidade a questão das estratégias e ritmos de casamento, que obedeciam a características um tanto diversas nas várias zonas do país. Em 1802, a TBNup raramente ultrapassava 10‰, com diferenças geográficas que penalizam as comarcas mais próximas do litoral, como as do Minho e Estremadura, e contrastam com o interior, sobretudo na Beira e no Alentejo. Estes valores evoluem de forma negativa. Ao terminar o século XIX, os níveis da nupcialidade continuavam baixos na maioria dos distritos, não chegando a atingir 7‰ em termos médios nacionais. A TBNup em 1900 é inferior à de início de século. Os valores mínimos registam-se a norte, designadamente nos distritos de Viana do Castelo e Vila Real. Mas era também a norte que se observavam alguns níveis superiores, como em Bragança e Braga. No entanto, era na região centro, composta por Leiria e Santarém, bem como nos distritos de Beja e Faro, que essa taxa era mais elevada.

Taxas de Nupcialidade em algumas comarcas, em 1802

Comarcas	T.B.Nup. (‰)	Comarcas	T.B.Nup. (‰)
Aveiro	7.9	Moncorvo	6.2
Avis	11.2	Ourém	5.7
Barcelos	4.7	Penafiel	5.3
Braga	7.4	Pinhel	9.5
Bragança	7.6	Portalegre	8.4
C.Branco	7.8	Porto	5.9
Elvas	8.9	Trancoso	6.4
Guimarães	4.9	Valença	7.6
Lamego	9.4	Viana	6.9
Leiria	5.3	Vila Real	5.9
Miranda	6.7	Vila Viçosa	8.4

Fonte: SOUSA, 1979: 278-288.

Níveis de nupcialidade da população em 1900

Distritos	TBNup. (‰)
Aveiro	6.9
Beja	8.5
Braga	7.4
Bragança	7.9
Castelo Br.	6.9
Coimbra	6.9
Évora	6.2
Faro	7.9
Guarda	6.7
Leiria	7.2
Lisboa	6.4
Portalegre	6.4
Porto	6.8
Santarém	7.3
Viana do C.	5.2
Vila Real	5.5
Viseu	6.6
Portugal	**6.9**

Fonte: *I.º e IV.º Recenseamento Geral da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas*

O estudo da nupcialidade pode ser aprofundado com o cálculo da sua intensidade, da idade média ao primeiro casamento e do celibato definitivo. O rigor das conclusões é apenas condicionado pela intensidade diferencial da mortalidade e dos movimentos migratórios[145]. No início do século, a percentagem de celibatários em Portugal era elevada em ambos os sexos, embora com diferenças regionais evidentes[146]. Embora as maiores percentagens fossem sempre femininas, não deixa de ser curioso que a um baixo ou elevado celibato feminino correspondessem valores relativos semelhantes no sexo masculino. Na segunda metade da centúria o país continuava dividido nas metades norte e sul, com valores máximos na primeira. Eram nítidas as diferenças entre sexos, tendo o factor migratório jogado um papel preponderante. A percentagem da população que nunca chegaria a casar

145 A emigração de um indivíduo solteiro (quando não compensada pela emigração de um casado ou viúvo da mesma idade) exerce sobre a proporção de solteiros no mesmo grupo de idades um efeito análogo (embora de menos intensidade) ao de um casamento. A idade média ao casamento calculada por este método será assim mais baixa ou mais elevada que a real, consoante haja uma tendência para os solteiros emigrarem em idades anteriores ou posteriores à idade média (real) ao casamento (ROWLAND, 1993: 27).

146 Maiores no norte e muito superiores às da vizinha Espanha, onde no ano de 1797 era de 17,4% para os homens e 17,2% no caso das mulheres (BARDET e DUPÂQUIER, 1997: 536).

decresceu ao longo do século, mas partiu de níveis distintos. O recuo foi mais significativo no sexo masculino, mas entre a população feminina a descida não ultrapassou um ponto percentual[147]. Entre 1864 e 1900 a percentagem de celibatários aumentou em Beja e manteve-se em dois distritos, tendo declinado nos restantes, sobretudo a norte e no interior[148]. A descida das percentagens de celibato feminino ocorre em catorze unidades administrativas, sendo registadas subidas em apenas duas e mantido estável Portalegre. A subida atingiu zonas onde o celibato já era elevado, o que veio reforçar as diferenças regionais. A sul de Coimbra, os níveis do celibato definitivo dos dois sexos aproximavam-se e no caso de Lisboa existiam mesmo em 1900 mais celibatários que celibatárias. A diferença entre sexos aumentava à medida que avançávamos para norte, embora em alguns distritos se mantivesse a distância de inícios do século entre os sexos, como acontecia em Vila Real, Viana e Viseu, embora com desvantagem feminina, com expressão máxima no Minho[149]. Livi-Bacci sublinha o impacto deste facto no modelo de fecundidade português[150].

À semelhança do que acontecia com os celibatários, também a idade ao primeiro casamento era pautada por diferenças locais significativas, sendo inferior a sul. Eram valores semelhantes aos espanhóis, embora ligeiramente superiores no sexo masculino[151]. Em Portugal é possível estimar a idade

Celibato definitivo em algumas comarcas, em 1802 (%)

Comarcas	Homens	Mulheres	Comarcas	Homens	Mulheres
Avis	40	39	Ourém	15	17
Barcelos	44	47	Penafiel	20	32
Braga	30	42	Pinhel	30	30
Bragança	28	34	Portalegre	11	16
C.Branco	5	18	Porto	22	37
Elvas	34	20	Trancoso	12	17
Guimarães	18	31	Valença	11	24
Lamego	21	27	Viana	12	37
Leiria	11	21	Vila Real	41	44
Miranda	35	31	Vila Viçosa	15	14

147 NAZARETH, 1983: 393-409.

148 Ainda assim, tratam-se de percentagens muito elevadas, quando a comparamos com as estimadas em 1887 para o resto da Europa: 7,3 e 10,9% para homens e mulheres, respectivamente (BARDET e DUPÂQUIER, 1997: 536).

149 BANDEIRA, 1996: 284-285.

150 1971: 40-41.

151 Para o ano de 1797 a idade média ao primeiro casamento dos homens rondava naquele Reino 24,5 anos e a das mulheres 23,2 anos, neste último caso igual à verificada em Portugal.

Níveis de celibato definitivo na 2.ª metade do século XIX

	Homens (%)			Mulheres (%)		
Distritos	**1864**	**1890**	**Variação**	**1864**	**1890**	**Variação**
Aveiro	15	13	-13	25	25	0
Beja	11	12	+9	12	12	0
Braga	15	14	-7	28	31	+11
Bragança	18	18	0	22	21	-5
Castelo Br.	12	10	-17	16	13	-19
Coimbra	12	12	0	21	22	+5
Évora	18	18	0	18	16	-11
Faro	8	8	0	11	10	-9
Guarda	12	11	-8	19	17	-11
Leiria	11	11	0	13	12	-8
Lisboa	21	21	0	23	20	-13
Portalegre	14	16	+14	13	14	+8
Porto	15	12	-20	25	26	+4
Santarém	12	12	0	14	13	-7
Viana do C.	16	16	0	29	31	+7
Vila Real	21	19	-10	27	27	0
Viseu	17	16	-6	27	26	-4
Portugal	**15**	**13**	**-13**	**22**	**21**	**-5**

Fonte: NAZARETH, 1982a: 393-409.

média ao casamento em 1802 para cerca de metade das comarcas. Nos primeiros anos do século XIX, a idade média ao primeiro casamento era de 27 anos para todos os homens e oscilava entre 21,8 anos no Alentejo e 27,3 na Beira no caso feminino. Por esse facto, a amplitude etária entre os nubentes aumentava a sul, com diferenças de 3 a 6 anos[152]. Tal como acontecera com o celibato definitivo, também a idade média ao primeiro casamento diminuiu durante a segunda parte de Oitocentos, embora estabilizasse nos anos 90. Manteve-se, no entanto, vigente a tradicional dicotomia: a norte existiam mais celibatários, sobretudo femininos, e os que casavam faziam-no em média mais tarde. Embora com especificidades locais, reduziu-se a idade do casamento nas gerações nascidas a partir de meados do século, mais visível a partir dos anos 70[153]. Esta mudança estaria relacionada com novas oportunidades de emprego e mobilidade interna e externa, produzindo efeitos ainda não estudados na sua relação com outros factores,

Em 1887 o acto efectuava-se em média aos 27 anos para os homens e 24,2 para as mulheres (BARDET e DUPÂQUIER, 1997: 536).

152 ROWLAND, 1997.

153 ROWLAND, 1997:105-117.

nomeadamente com a mudança ocorrida nas estruturas etárias. Podemos admitir, por exemplo, uma redução na idade ao casamento, conjugada com a manutenção da intensidade do casamento e da fecundidade legítima, e a redução da proporção de mulheres entre os 15 e os 45 anos, resultando numa taxa bruta de natalidade praticamente estável. A exacta combinação de factores é desconhecida, mas estas hipóteses parecem-nos consistentes[154]. Em termos médios, os homens eram dois a três anos mais velhos que as suas parceiras, sendo as diferenças maiores a sul, onde as mulheres casavam mais cedo. O mesmo sucede nos distritos economicamente mais dinâmicos, na maioria litorais, explicado, pelo menos em parte, pela existência de actividades alternativas às agrícolas[155].

Robert Rowland propõe uma tipologia das famílias portuguesas, sublinhando essa diversidade regional. No Minho coexiste o casamento tardio para as mulheres, com níveis de natalidade e mortalidade baixos, povoamento disperso, grandes densidades e um sistema de formação de fogos baseado na família alargada; no extremo oposto, no Alentejo e Algarve, uma dinâmica demográfica pouco regulada, povoamento concentrado, fracas densidades e um modelo simples de composição dos agregados familiares. Nas restantes zonas, os modelos combinam diferentes componentes de cada um dos anteriores, por vezes próximos dos encontrados na vizinha Espanha[156]. À medida que decorre o século XIX, os modelos espe-

Idade média ao primeiro casamento em algumas comarcas em 1802

Comarcas	Homens	Mulheres	Comarcas	Homens	Mulheres
Aveiro	26	23	Moncorvo	29	28
Avis	24	19	Ourém	28	27
Barcelos	26	26	Penafiel	26	25
Braga	27	24	Pinhel	26	28
Bragança	31	27	Portalegre	25	23
C.Branco	31	26	Porto	27	26
Elvas	31	22	Trancoso	28	27
Guimarães	28	25	Valença	29	28
Lamego	29	27	Viana	26	26
Leiria	28	24	Vila Real	28	29
Miranda	27	25	Vila Viçosa	29	23

Fonte: SOUSA, 1979: 267.

154 LEITE, 2005: 51 e ss.

155 Em termos gerais esta síntese sobre a questão da nupcialidade baseou-se em NAZARETH, 1982: 393-409.

156 REHER e ROWLAND, 1997: 555-556.

Idade média ao primeiro casamento no século XIX

	Homens (%)			Mulheres (%)		
Distritos	**1864**	**1890**	**Variação**	**1864**	**1890**	**Variação**
Aveiro	28.1	26.8	-5	27.2	25.7	-6
Beja	28.0	27.7	-1	24.1	23.7	-2
Braga	27.9	27.0	-3	27.4	25.5	-7
Bragança	29.0	29.2	+1	25.4	26.1	+3
Castelo Br.	27.7	27.7	0	25.0	24.7	-1
Coimbra	29.0	28.3	-2	26.9	26.2	-3
Évora	27.8	27.3	-2	24.1	23.9	+0
Faro	29.2	29.3	+0	23.8	25.0	+4
Guarda	28.7	28.0	-2	25.6	25.4	-1
Leiria	29.5	28.8	-2	26.7	26.5	-1
Lisboa	29.6	29.0	-2	25.2	25.1	-1
Portalegre	27.7	26.4	-5	23.4	23.3	-0
Porto	27.5	26.2	-5	26.8	24.1	-10
Santarém	29.0	28.0	-3	25.5	25.4	-0
Viana do C.	28.6	28.1	-2	28.0	27.6	-2
Vila Real	29.3	29.0	-1	26.5	26.7	+1
Viseu	29.4	28.4	-3	27.1	26.7	-2
Portugal	**28.6**	**27.4**	**-4**	**26.0**	**24.9**	**-4**

Fonte: NAZARETH, 1982a: 393-409.

cíficos de dinâmica natural que opõem as metades norte e sul tendem a aproximar-se. A emigração explica essa aproximação, ao reduzir o crescimento demográfico do norte, enquanto o sul, menos tocado pelo fenómeno, regista uma fase de aumento populacional sem precedentes. Estas duas histórias abrem caminho para a futura transição demográfica, que será tardia e hesitante em Portugal. As longas permanências contrastam com a realidade europeia, onde a transição demográfica era já uma certeza no crepúsculo de Oitocentos.

5.3. *Migrações e mobilidade*

Seria impossível escrever a história da população sem sublinhar o papel dos movimentos migratórios, sobretudo da emigração. Embora difíceis de contabilizar, eles contêm muitas das respostas sobre as formas e direcções de crescimento oitocentista. No entanto, a emigração não foi o único movimento migratório significativo neste período. Há que não esquecer a existência de migrações intradistritais, interdistritais, do continente para as ilhas, dos campos para os centros urbanos, as deslocações

para as colónias, o retorno de alguns emigrantes. O fenómeno da clandestinidade e reemigração constituem limitações adicionais à leitura directa dos resultados disponibilizados pelo cálculo dos indicadores possíveis, já de si pouco fiável.

O silêncio das fontes coevas e a sua multiplicidade (registos de passaportes, listas de passageiros, alterações de critério na recolha de dados oficiais) dificilmente permitem referências quantitativas plausíveis e muito menos séries completas, deixando sem resposta muitas das dúvidas que surgem a esse propósito[157]. Portugal foi desigualmente afectado pela intensidade dos movimentos migratórios de sentido diverso, que na sua maioria resultaram em saldos migratórios de sinal negativo, que adquire uma nova expressão no século XIX[158]. Em termos de direcções e volumes envolvidos, Costa Leite atribui o impacto diferenciado dos movimentos migratórios portugueses em contexto europeu às diferentes características da dinâmica demográfica nacional. Quando a emigração transatlântica foi interrompida pela guerra em 1914, as saídas de emigrantes de países como a Suécia, a Suíça ou a Alemanha estavam já em fase descendente, coincidente com um avançado processo de modernização interno. Mas no nosso país a emigração foi interrompida numa fase acelerada de ascensão, justamente quando se começava a reduzir a população activa masculina empregue nos trabalhos agrícolas do Noroeste e Nordeste, prometendo mudanças profundas na sociedade rural[159].

A intensidade das migrações internas manteve-se directamente ligada aos processos de desenvolvimento local, enquadrados por distintas formas de exploração agrária e padrões de comportamento[160]. Embora fosse aumentando ao longo do tempo, tratam-se de resultados moderados no contexto europeu ocidental[161]. Lisboa e Porto albergavam conjuntamente pouco mais de um décimo do total dos migrantes internos e tinham adquirido dimensão e importância para constituírem o terreno privilegiado de experimentação e modernização, estabelecendo a liderança financeira, política e cultural. Com uma classe média quase inexistente, o país oscilava entre o radicalismo urbano incapaz de soluções estáveis, e a resistência

157 Resta-nos o recurso a metodologias indirectas, como a que testámos para analisar a evolução global da população, e outro tipo de dados oficiais de que nos servimos, mau grado o seu carácter circunscrito em termos cronológicos. As investigações que se baseiam nos saldos migratórios incluem uma mistura de todos estes movimentos.

158 SOUSA, 1979: 295.

159 LEITE, 2005: 68 e ss.

160 PINTO e RODRIGUES, 1996: 39-49.

161 LEITE, 2001: Quadro 8.9, 594.

pesada mas incoerente por falta de articulação, do conservadorismo rural. Essa espécie de bloqueio prometia uma solução a quem organizasse com autoridade e força a reacção baseada nos valores tradicionais[162].

População nascida fora do distrito de residência no final do século XIX

	Efectivos		% por distrito	
Distritos	**1890**	**1900**	**1890**	**1900**
Aveiro	5909	9658	2.06	3.19
Beja	5975	6067	3.81	3.73
Braga	6041	11732	1.79	3.29
Bragança	2498	4384	1.40	2.39
Castelo Br.	5729	7315	2.80	3.38
Coimbra	7260	13640	2.30	4.12
Évora	9979	13637	8.63	10.71
Faro	2662	3779	1.17	1.49
Guarda	4869	6143	1.95	2.35
Leiria	6843	10813	3.15	4.53
Lisboa	130742	172349	22.10	24.97
Portalegre	6305	10022	5.65	8.11
Porto	57308	71280	10.63	12.06
Santarém	14374	18321	5.65	6.48
Vila Real	4702	9350	2.00	3.90
Viseu	4464	8616	1.14	2.15
Portugal	**279385**	**381715**	**6.05**	**7.67**

Fonte: RODRIGUES, PINTO, 1996a: 561-565.

Objectivos diversos explicam a mobilidade interna, que compreendia a imigração especializada de diplomatas, professores, estudantes universitários, aventureiros, mercadores, soldados, marinheiros, e protagonizada por trabalhadores pouco qualificados[163]. As migrações sazonais desempenharam um papel relevante neste período, à semelhança do que sucedia no resto da Europa, onde este tipo de mobilidade continuará expressivo até terminar a centúria[164].

O processo industrializador foi o principal factor de mudança na sociedade portuguesa oitocentista, ao incentivar a migração para as cidades e áreas económicas mais atractivas. Os jovens e os activos jovens, entre os 15 e os 35 anos, eram as franjas de população mais aliciadas pelo fenómeno. O número de migrantes femininos suplantava os masculinos, em direcção

162 LEITE, 2005: 68 e ss.

163 CARQUEJA, 1916: 377 e ss.

164 POUSSOU, 1997: 239.

às cidades, onde as mulheres se tornavam criadas, lavadeiras, costureiras ou trabalhadoras fabris[165].

Portugal era regionalmente diversificado no que toca à tradição migratória, pautada pela divisão norte-litoral *versus* sul-interior. O Minho foi desde início de século a província mais afectada pela saída de homens jovens, seja para outras partes do país ou para fora do mesmo. O grosso dos migrantes procurava o Brasil, com flutuações condicionadas pela oferta de trabalho. Na província as comarcas menos afectadas pela emigração eram as de Braga e Porto, porque as próprias ofereciam alternativa ao trabalho agrícola. Comportamento idêntico mostrava a Beira, sobretudo nas áreas do litoral, onde a saída do país predominava sobre qualquer outro tipo de mobilidade. O interior perdia efectivos, designadamente para Lisboa, outras partes da Estremadura e também para o Alentejo. Estas deslocações de carácter bastante definitivo, juntavam-se às migrações sazonais, a que já aludimos. A província de Trás-os-Montes foi inicialmente pouco tocada. A emigração para o Brasil fazia-se já, sobretudo na parte noroeste, envolvendo as comarcas de Vila Real, Moncorvo e Bragança. Sentia-se a falta de braços para a agricultura. Os habitantes da Terra Fria migravam para o país vizinho. Tratava-se não raro de deslocações temporárias, idênticas às que conduziam trabalhadores para o Alentejo e a Estremadura. Os incentivos à cultura da vinha e da oliveira, nos anos de viragem do século XVIII para o XIX atraíam, como já referimos anteriormente, também as famílias do nordeste transmontano. Esse norte, que já no início de Oitocentos perdia população, contrastava com as províncias geograficamente contíguas a sul. A situação na Estremadura era complexa, porque embora fosse uma região globalmente atractiva, não o era na sua totalidade. As migrações intraprovinciais eram intensas, lideradas pelos concelhos de Lisboa e Setúbal. No Alentejo a situação era bastante homogénea, dada a pouca relevância dos fluxos migratórios. Só a partir de meados da centúria a antiga e tradicional procura da capital e Setúbal fez crescer o número de migrantes alentejanos. Mas já em 1800 eram realizadas deslocações para o Alto Alentejo, para zonas mais ricas, como Elvas, Avis e Vila Viçosa. A percentagem de não naturais era significativa, compreendendo gente do norte de Portugal e de Espanha. Do Algarve emigrava-se para o Brasil, embora o reino vizinho fosse bastante procurado, dada a oferta de tarefas ligadas ao mar, designadamente no sector das pescas e do transporte marítimo de médio e longo curso. Em 1800 os algarvios constituíam o maior contingente português em Espanha, devendo ultrapassar as 3 mil almas[166].

165 RODRIGUES, 1994a: 45-75.
166 SOUSA, 1979: 295-308.

Portugal seduzia imigrantes europeus, africanos e asiáticos. Mas eram os espanhóis, sobretudo os galegos, que alcançavam maior expressão quantitativa. No início do século contabilizavam-se cerca de 22 mil, fixados preferencialmente a norte do Douro e junto ao litoral, com destaque para as cidades do Porto, Lisboa e Setúbal. Pouco qualificados, dedicavam-se no norte à agricultura e à construção e nas urbes desempenhavam tarefas duras e pouco prestigiantes. Alguns milhares optavam por permanecer em Portugal apenas durante as épocas de oferta de trabalho sazonal, regressando todos os anos. Trabalhadores rurais, vindos da Estremadura espanhola para o Alto Alentejo, junto à fronteira, e alguns comerciantes do sul de Espanha completavam a comunidade espanhola residente em Portugal. Entre as outras comunidades estrangeiras destacavam-se os naturais de França, Inglaterra, Flandres e das cidades alemãs e italianas. O arrolamento parcial efectuado em 1802-1803 para Lisboa, onde era mais visível a sua presença, contabilizava 52,1% de italianos, 23,1% provenientes de Hamburgo e cidades hanseáticas, 18,1% de franceses e 6,7% de holandeses. Os estrangeiros formavam pequenas comunidades fechadas, desempenhando papéis destacados a nível político, social e económico. Viviam isolados ou com familiares directos, em fogos de grandes dimensões. De nível abastado, a julgar pelo número de servidores, que grande parte trouxera do país de origem, os estrangeiros europeus em Portugal eram pouco jovens. Só um terço dos agregados tinha descendentes e nenhum deles com nacionalidade portuguesa. Os casamentos mistos eram raros. Ao terminar o século pouco se haviam alterado estas formas de convivência[167]. Os recenseamentos de 1890 e 1900 incluem o número de estrangeiros residentes por concelho, segundo o sexo, naturalidade, estado religioso, instrução e freguesia de residência[168]. Embora sejam omitidas as idades, parece haver um ligeiro aumento da sua idade média, uma vez que se reduziu o número de solteiros, aumentando a percentagem de casados e sobretudo viúvos. A ordem de grandeza relativa destas comunidades sofreu poucas alterações durante o século, tendo apenas aumentado o total de espanhóis e brasileiros, que em 1890 constituíam cerca de 80% de todos os radicados em Lisboa. Manteve-se estável a representação inglesa e alemã, embora a sua importância continuasse reduzida em termos absolutos, e declinou o quantitativo de franceses e italianos.

167 RODRIGUES, 1993a: 241 e ss.

168 Ano 1890: Total – 18217; Homens – 13092; Mulheres – 5125; Ano 1900 Total – 17638; Homens – 11310; Mulheres – 6328.

A mobilidade geral pode também ser estimada para as décadas de 60 e 70 através da contagem de transeuntes, estantes temporários e efectivos temporariamente afastados nos vários concelhos[169]. O número de ausentes suplantava o de transeuntes, o que significa em média saia mais gente dos distritos do que entrava. Como seria de esperar, os locais onde essa relação era mais equilibrada eram aqueles onde, por questões ligadas ao tipo de actividade económica predominante, era acrescida a deslocação de indivíduos, como no caso de Lisboa, Porto e grande parte dos distritos litorais[170]. Na capital, por exemplo, o volume de transeuntes excedia o de ausentes, obedecendo a uma geografia coincidente com a implantação de hospedarias, estalagens e quartéis no centro da cidade[171].

Mobilidade interna em meados do século XIX: ausentes e transeuntes (%)

	Ausentes[172]			**Transeuntes**[173]		
Distritos	**H**	**M**	**Tot.**	**H**	**M**	**Tot.**
Aveiro	4.0	1.4	5.4	0.2	0.1	0.3
Beja	5.0	1.8	6.8	1.1	0.4	1.6
Braga	2.3	1.0	3.3	0.2	0.1	0.3
Bragança	2.8	1.3	4.1	1.5	0.8	2.3
Castelo Br.	2.6	1.0	3.6	1.2	0.3	1.5
Coimbra	4.2	1.5	5.7	0.6	0.3	0.9
Évora	5.7	1.7	7.4	1.4	0.4	1.8
Faro	2.7	0.7	3.4	0.7	0.2	0.9
Guarda	3.0	1.1	4.1	1.1	0.3	1.4
Leiria	2.5	1.0	3.5	0.2	0.1	0.3
Lisboa	3.1	1.9	5.0	0.9	0.3	1.2
Portalegre	5.3	1.5	6.8	2.2	0.5	2.7
Porto	1.8	0.6	2.4	0.9	0.3	1.2
Santarém	2.3	1.1	3.4	0.5	0.2	0.7
Viana do C.	4.5	1.0	5.5	0.3	0.2	0.5
Vila Real	3.2	1.3	4.5	0.8	0.3	1.1
Viseu	3.8	1.9	5.7	0.7	0.2	0.9

Fonte: Elaboração própria.

169 Embora se trate de uma época de forte mobilidade, causada pela quadra natalícia e a cessação dos contratos de arrendamento, este é um indicador que pouco tem sido utilizado e que pode dar uma primeira imagem global do fenómeno das migrações inter e intradistritais, embora aqui só as interdistritais tenham sido apuradas e apenas para o primeiro censo.

170 Os valores relativamente elevados que encontramos em distritos como o de Bragança ou Portalegre podem estar distorcidos, dada a pouca população aí residente. Só uma análise a nível concelhio ou mesmo paroquial permitiria extrair conclusões adicionais sobre estes montantes.

171 RODRIGUES, 1997: 182-183; RODRIGUES, 1999.

172 As percentagens correspondem ao número de ausentes/população de facto.

173 As percentagens correspondem ao número de transeuntes/população de direito.

As diferentes realidades distritais mantinham-se no final do século, como se infere da informação sobre a naturalidade dos residentes em cada um[174]. Embora se observe um aumento do número de naturais de outras regiões, os distritos portugueses mantinham as suas posições relativas, sob a liderança do distrito de Lisboa, onde quase 25% dos residentes nascera fora. Este valor reduzia-se a metade no caso do Porto, que ocupava o segundo lugar. Seguiam-se Évora e Santarém, talvez a beneficiarem da proximidade de focos polarizadores e também com alguns recursos próprios. Nas restantes unidades administrativas, os residentes não naturais eram pouco significativos. Desconhecemos o volume das migrações intradistritais, que permitiria avaliar em termos regionais as características reais do fenómeno. Mas confirma-se desde logo uma diferença de género. A mobilidade masculina quase duplicava a feminina, com valores máximos a sul[175]. Como vimos, a sobremasculinidade das migrações provocou discrepâncias acentuadas a nível local entre o número de homens e de mulheres, sobretudo nas idades adultas e activas. Os dados de 1801 permitem avaliar o impacto dessa relação. Em terras minhotas, de todas a mais afectada por movimentos migratórios de sentido múltiplo, existiam 113 mulheres por cada cem homens, no Algarve a relação era de 109 mulheres por cada cem, 106 em Trás-os-Montes e 105 na Beira. No Alentejo (101) e na Estremadura (100), o ratio entre sexos aparecia equilibrado. Aliás, no último caso o total masculino excedia ligeiramente o feminino[176]. Conclusões semelhantes se obtêm em 1864 por distrito. Faltavam homens na orla marítima até Coimbra e nas ilhas. O fenómeno alastrara pelo país, onde a superioridade relativa das casadas face ao total de casados fornecia outra prova de sobremasculinidade das migrações, sobretudo na sua vertente emigratória.

É possível realizar uma estimativa grosseira sobre a influência das migrações na dinâmica populacional oitocentista. As migrações de médio e curto curso predominam sobre as restantes, à semelhança do verificado noutras sociedades europeias[177]. Ao relacionarmos os saldos médios

174 Nos totais se incluem os estrangeiros, embora o seu volume seja insignificante quando calculado ao nível do distrito. Os estrangeiros recenseados em Portugal residiam em centros urbanos e dentro deles procuravam as grandes cidades. O Porto e sobretudo Lisboa são nesta época os únicos concelhos onde podemos reconhecer a existência de comunidades estrangeiras. Espanhóis (sobretudo galegos), brasileiros, ingleses e franceses são os mais representados. Mas só os galegos têm algum significado em termos nacionais, pelo seu número e representatividade um pouco por todo o Portugal.

175 Cf. uma síntese curiosa de EVANGELISTA, 1971: 163-174.

176 *Tábuas Topographicas e Estatísticas*, 1801.

177 POUSSOU, 1997: 240.

anuais com a população média passamos a ter a Taxa Migratória Total (TMT). Através dela medimos a capacidade global de atracção ou repulsão de cada distrito, ficando a saber por cada mil residentes em quantos efectivos o saldo foi (des)favorável. Trata-se, portanto, de um valor residual, após as compensações que possam ter existido entre entradas e saídas, mas que não permite distinguir os fluxos internos dos efectuados para o exterior. A vantagem deste indicador é possibilitar uma aproximação às formas de mobilidade interna, ao destacar as regiões atractivas e repulsivas em termos populacionais. No final do século XIX os distritos do norte (à excepção do Porto), numa linha delimitada a sul por Coimbra, Viseu e Castelo Branco, apresentavam os valores mais baixos, devido à grande mobilidade sentida nesta zona, e pelo facto da região ser incapaz de reter os seus naturais. A sul desta fronteira merecem destaque, pela sua vitalidade, os distritos de Portalegre e Lisboa, este último com uma capacidade de atracção notável, a que não será estranha a fase de desenvolvimento muito rápido da capital, que só no decénio de 1890-1900 cresceu 16%. As restantes unidades administrativas do continente apresentavam níveis de repulsão baixos. Porto e Évora situavam-se acima da média nacional, o primeiro devido à imigração para a cidade, apesar dos valores elevados da emigração no distrito; o segundo, porque a emigração era escassa, apesar das saídas para o litoral e Lisboa[178]. Ao terminar a centúria, Portugal dividia-se em três conjuntos de distritos no que concerne ao fenómeno migratório. O primeiro formado por Lisboa e Portalegre, os únicos onde predominava a capacidade atractiva, embora mais vincada no primeiro. O segundo composto pelos distritos de Castelo Branco, Santarém, Évora, Beja e Faro, com fracos níveis de emigração. Nestes as perdas foram devidas sobretudo às migrações internas, designadamente para Lisboa. Por fim, o terceiro grupo formado por distritos do norte e centro, com valores emigratórios tão elevados que, embora o saldo natural fosse muito positivo, não conseguiram evitar um balanço global de sentido negativo. No Porto as duas proporções pouco diferem, porque a maioria das saídas foram compensadas pela vinda de gente doutras regiões. O caso mais grave era o de Bragança, que perdia população quer para outros distritos, quer para fora de Portugal[179].

178 PINTO e RODRIGUES, 1996: 42.
179 EVANGELISTA, 1971: 164.

Saldos migratórios distritais e Taxa de Migração Total nos anos 90

	Efectivos		% por distrito	
Distritos	**1890**	**1900**	**1890**	**1900**
Aveiro	5909	9658	2.06	3.19
Beja	5975	6067	3.81	3.73
Braga	6041	11732	1.79	3.29
Bragança	2498	4384	1.40	2.39
Castelo Br.	5729	7315	2.80	3.38
Coimbra	7260	13640	2.30	4.12
Évora	9979	13637	8.63	10.71
Faro	2662	3779	1.17	1.49
Guarda	4869	6143	1.95	2.35
Leiria	6843	10813	3.15	4.53
Lisboa	130742	172349	22.10	24.97
Portalegre	6305	10022	5.65	8.11
Porto	57308	71280	10.63	12.06
Santarém	14374	18321	5.65	6.48
Viana do C.	3725	4609	1.81	2.15
Vila Real	4702	9350	2.00	3.90
Viseu	4464	8616	1.14	2.15
Portugal	**279385**	**381715**	**6.05**	**7.67**

Fonte: RODRIGUES, 2004: 135.

O distrito de Lisboa é o único onde os saldos migratórios foram sempre positivos, característica que se consolida na segunda metade do século XIX, justificada pelo crescimento da cidade. Ela constitui o exemplo paradigmático da influência do fenómeno migratório nas modificações ocorridas do ponto de vista humano e no que respeita às formas de vivência quotidiana ao longo da centúria[180]. A questão migratória em meios urbanos, embora perspectivada de múltiplas formas, converge num ponto indiscutível: o seu aumento significativo teria sido impossível sem um saldo migratório positivo, obtido pela entrada regular e a fixação de indivíduos naturais de outras paragens, designadamente das zonas rurais envolventes ou de locais distantes, na exacta medida da intensidade atractiva exercida pelas urbes. Razões de natureza económica estiveram na base deste processo de transferência de efectivos das aldeias e vilas para as cidades, que na segunda metade de Oitocentos adquire uma intensidade inédita, embora inferior em Portugal. A industrialização foi uma das principais responsáveis pelo aumento da mobilidade interna, se bem que no nosso caso nunca tenha ocorrido uma revolução industrial ou demográfica de tipo clássico, o que restringiu o alcance

180 RODRIGUES, 1999.

geográfico dos movimentos migratórios e direccionou os mesmos para locais específicos. Está provada a ligação entre intensidade migratória e aumento das urbes, locais que ofereciam actividades alternativas ao trabalho agrícola e maior variedade sócio profissional. As migrações condiciona o ritmo de crescimento e o modo como este se processou, a sua diversidade no interior dos limites geográficos e administrativos, as distorções causadas pelo predomínio migratório de indivíduos do sexo masculino e o modo como essa estrutura etária e por sexos condicionou os níveis da mortalidade e fecundidade. São as movimentações internas que melhor explicam as características dos comportamentos colectivos nos espaços urbanos e, dentro deles, no seio de bairros e freguesias.

No Portugal de meados do século XIX as cidades e vilas funcionaram, a níveis diferentes, como capitalizadoras de mão-de-obra jovem, maioritariamente masculina, solteira e não especializada. Surgem também como alternativa à emigração, mesmo que apenas numa primeira fase, já que aquela acabará por ser a opção dos que não encontraram nas cidades eleitas as desejadas condições de existência. No panorama nacional é indiscutível que Lisboa liderava o processo, sendo procurada por naturais de todo o Reino, que nela esperavam construir uma vida melhor. Esta não era, porém, uma realidade nova. Sempre assim fora desde finais da Idade Média. Chegados a este ponto surgem as dificuldades de medida. Só o recurso a métodos indirectos permite efectuar uma estimativa aproximada dos volumes e ritmos que apresentava a mobilidade interna, com maiores certezas para a segunda metade do século. Pouco se sabe sobre os indivíduos que às cidades continuamente afluíam e nelas se fixavam, embora diferentes métodos indirectos permitam estimar os movimentos de entrada, saída e deslocações no espaço[181]. Por outro lado, torna-se impossível contabilizar o total de entradas e saídas, pelo que desconhecemos o número dos naturais da capital que dela saíram com carácter duradouro. No que respeita à emigração, as fontes publicadas mostram o peso diminuto do grupo. Se emigração e crescimento urbano foram

181 As opções metodológicas baseiam-se em fontes indirectas, com destaque para as informações sobre naturalidade patentes nos registos paroquiais de óbitos e casamentos, bem como em certos apuramentos efectuados por ocasião dos recenseamentos, já na segunda metade de Oitocentos (cf. POUSSOU, 1997: 158 e ss.). Em Portugal os registos de casamento constituem as fontes mais importantes para o estudo das migrações. Existem em todas as paróquias e abrangem toda a população. No entanto, só apanham uma camada etária determinada, embora seja aquela onde as migrações são por norma mais intensas, e escapam todos os imigrantes já casados, tal como os que nunca casam. Daí o interesse em cruzar óbitos e casamentos, o que permite atenuar as lacunas. No entanto, os assentos de óbito nem sempre contêm esta informação.

os dois fenómenos marcantes da segunda metade de Oitocentos, eles estabeleceram entre si uma relação inversa e incompatível. Veja-se o exemplo de Lisboa, a qual apresentou duas fases de desenvolvimento distinto, tendo as migrações desempenhado papéis de importância bem diversa. Até ao início da década de 60 o ritmo do aumento populacional foi limitado, para o que terá contribuído a instabilidade vivida em Portugal e sobretudo o centro político. As informações recolhidas permitem afirmar que até final dos anos 50 o saldo migratório para Lisboa terá sido negativo, com uma fase indefinida a que se sucederam décadas de expansão demográfica consecutiva, em grande parte sustentadas por volumes migratórios de sentido positivo. A partir de 1864, o número de imigrantes excedeu o de emigrantes. A média anual atingiu por esses anos as 3 a 4 centenas, subiu aos 2,5 milhares na década seguinte, mas voltou a reduzir-se a 1,9 milhares/ano entre 1890 e 1900. A fase de maior intensidade imigratória coincidiu, como seria de esperar, com o período durante o qual a cidade cresceu a um ritmo intenso. Com efeito, o saldo fisiológico urbano manteve uma constância relativa, mesmo durante as fases de conjuntura adversa. Assim sendo, podemos afirmar que até meados de Oitocentos foram os saldos migratórios que travaram a tendência de declínio, que de outra forma seria muito superior à verificada; mas, logo após o momento de equilíbrio então conseguido, eles suplantam-nos e passam a condicionar os ritmos de aumento demográfico da capital. Nos anos 80 o saldo migratório foi cinco vezes superior ao fisiológico e na década seguinte foi-o três vezes mais[182].

Os valores oficiais da emigração no distrito são baixos e muitas das saídas eram feitas através do porto da cidade mas envolviam estranhos à mesma. Em 1900 neste núcleo com mais de 300 mil almas, emigravam por ano uma média de 400 indivíduos, embora com flutuações anuais e sazonais. Os naturais do distrito nunca chegaram a representar um terço do total de passaportes atribuídos entre 1886 e 1896. Gente cada vez mais jovem, à medida que avançava a centúria. A percentagem dos menores de 14 anos oscilava entre 14,2 e 25,5% no final do século. Dois terços eram homens, embora as diferenças de género tendessem a diminuir com a idade e no tempo, e destes 70% homens solteiros. As solteiras correspondiam a metade do total e eram mais velhas, indo muitas vezes juntar-se ao marido. O facto poderá explicar parte da diminuição das diferenças entre sexos, bem como o aumento da percentagem de crianças menores, por se tratar de um processo de reunificação familiar. O fluxo esteve sujeito a oscilações anuais e manifestou uma sazonalidade variável, uma vez que as partidas estavam

182 RODRIGUES, 1994a: 45-75.

dependentes do número de navios rumando a determinados destinos mais apelativos. A Europa e a costa africana, sobretudo ocidental, envolveram menos de um quinto dos efectivos. A esmagadora maioria procurava os Estados Unidos, a Argentina, o Uruguai e o Brasil, correspondendo este último a mais de 80% dos contingentes para o continente americano.

No Portugal de início de Oitocentos detectam-se várias linhas migratórias[183]. A Lisboa chegavam homens jovens provenientes do Minho e da Beira Interior, embora alguns escolhessem a província alentejana ou outros locais da Estremadura. Os naturais desta região imigravam para o litoral, para as cidades de Lisboa e Setúbal. As colónias funcionavam como o segundo pólo atractivo. Só a partir dos anos 50 se retomou a tradição alentejana de procurar a capital, embora parte desses indivíduos se tenha fixado na zona portuária da margem sul do Tejo. A título de ensaio metodológico analisámos nas décadas de 40 e 50 o levantamento da naturalidade dos casados e falecidos nas freguesias da Conceição e de São Miguel de Alfama, situadas em bairros com perfil oposto em termos socioeconómicos, que consideramos ser o factor mais influente a nível migratório[184]. Entre 1890 e 1900 o total de imigrantes foi quase o triplo do excedente fisiológico. Ainda hoje, a naturalidade desses indivíduos é mal conhecida. A imigração parecia envolver gente oriunda de todas as regiões de Portugal, mas pareciam ter um lugar especial nesse fenómeno as províncias do Algarve, do Alentejo e da Beira Baixa. Enquanto os nortenhos emigravam preferencialmente rumo às Américas, a sul o fluxo migratório fazia-se em direcção ao litoral e à zona de influência da grande cidade[185].

A análise da distribuição dos migrantes no espaço urbano permite encontrar linhas migratórias definidas entre oriundos de certas regiões e bairros urbanos. A percentagem reduzia-se nas áreas mais abastadas, atingindo valores mínimos na Baixa Pombalina. Nessas zonas, a população estranha era estrangeira ou desempenhava tarefas ligadas à economia doméstica (criados, aprendizes). Mais significativo era o volume dos migrantes nas zonas populares, como Mouraria, Bairro Alto, Alfama ou, mais tarde, Alcântara, São Sebastião e Arroios. À medida que a cidade crescia em altura e sobretudo em superfície urbanizada, vão sendo criadas infra-estruturas que permitem a fixação de gente de menos posses em áreas cada vez mais distantes do núcleo histórico e económico, a que acediam diariamente. O lento processo de terciarização do centro da urbe era visível

183 SOUSA, 1979: 295-307.
184 RODRIGUES, 1993b: 242-243.
185 EVANGELISTA, 1971: 164-174.

em finais de Oitocentos e não é inédito no panorama europeu[186]. Na Europa de final do século consolida-se esta forma de gestão do espaço entre as cidades mais dinâmicas e respectivas periferias, possíveis pela existência de transportes e acessibilidades. Estes movimentos tendem a substituir a importância dos movimentos sazonais e temporários[187]. Ao contributo da imigração interna fica-se a dever a expansão demográfica de alguns bairros, muitas vezes à custa de uma deterioração da qualidade de vida[188]. O alojamento dos recém chegados fazia-se com o apoio de familiares e conterrâneos. Em finais do século XIX, o aumento da dimensão média dos fogos nos bairros menos nobres reflecte essa prática, a que se deve acrescentar a do aluguer de quartos, por vezes a famílias inteiras. Esta solução era, no entanto, mais procurada por imigrantes sós, sobretudo do sexo masculino, pouco habituado às lides caseiras. Semelhante tipo de ocorrência explica também a crescente complexidade interna dos agregados urbanos, que encontramos nos róis de confessados dessas paróquias e que varia com a intensidade migratória de cada conjuntura. Eram elevadas as percentagens de não naturais nas freguesias com casas de rendas módicas. À medida que estas foram rareando, a população migrante viu-se obrigada a trocar as freguesias habituais, próximas do centro, como as situadas em Alfama, no Bairro Alto ou na Mouraria, por outras, mais afastadas. A médio prazo, o aumento da procura de casa irá fomentar a construção habitacional na zona dos Anjos, São Jorge e São Sebastião, entre outras. O desenvolvimento industrial levou a um novo tipo de iniciativa: a edificação de bairros operários, muitos deles nas imediações da fábrica, que albergavam parte dos trabalhadores fabris. Esta prática tinha a vantagem de assegurar alojamento aos operários e suas famílias, mas trazia consigo desvantagens, pela dependência que originara face à entidade patronal. Esses empreendimentos eram erguidos fora do centro vital da cidade, em Alcântara, Chelas e noutras áreas escassamente urbanizadas e com terrenos a baixos preços. O efeito mais directo dos fluxos migratórios foi o de ter esbatido a importância relativa de jovens e idosos face aos efectivos em idade activa[189]. A diferente intensidade migratória explica as diferenças encontradas na estrutura etária e por sexos da população residente em cada uma das subáreas ou bairros em que podemos dividir a capital. É clara a sobremasculinidade dos residentes, sobretudo nos grupos etários compreendidos entre os 10 e os 44 anos,

186 E dele dá conta os recenseamentos gerais da população, no que respeita ao declínio do número de residentes nessa parte de Lisboa.

187 POUSSOU, 1997: 242-243.

188 PIETTE e RATCLIFFE, 1993: 263-302.

189 RODRIGUES, 1994a: 45-75.

embora a imigração pareça envolver indivíduos cada vez mais jovens, só em parte decorrentes do aumento de frequência das migrações de tipo familiar. O regresso às terras de origem atingia sobretudo homens com idades superiores a 50 anos[190]. Tal como acontecia com a emigração, e por idêntica ordem de razões, o fenómeno da imigração envolvia sobretudo grupos socioeconómicos menos favorecidos e trabalhadores não especializados, cuja vida estivera até ao momento ligada ao amanho da terra. Estes indivíduos representavam mais de 95% do total de imigrantes, na esmagadora maioria sem profissão definida e analfabeta. Os novos residentes urbanos só parcialmente reproduziam os comportamentos das suas terras de origem, alterando-se o modo como encaravam os fenómenos da nupcialidade, fecundidade e também mortalidade, pelo menos a partir de uma estadia prolongada na urbe. Este aspecto torna-se mais expressivo quando tentamos dividir os imigrantes de acordo com a sua naturalidade, já que são visíveis diferentes comportamentos nas pequenas comunidades que ao longo das várias gerações se foram consolidando. Ainda assim, muitos continuaram a ser os que procuravam jovens *da terra* para casar, mantendo vivas as raízes que os prendiam à sua aldeia, por vezes distante, que os descendentes nem viriam a conhecer. Mas este procedimento não obsta a que se verificasse, tal como hoje acontece, a adopção progressiva de práticas novas, de que a rápida progressão em finais de Oitocentos do número de uniões de facto entre os grupos populares, impensável num contexto que não o de uma grande urbe, é um dos exemplos. O imigrante dessa época casava mais tarde que os naturais e menor intensidade, com um número de filhos inferior à média. A sua esperança de vida era também inferior: morria mais cedo e por causas parcialmente determinadas pelo seu baixo nível socioeconómico. Escapavam a este quadro geral os que viam realizarem-se os objectivos que os haviam conduzido à grande cidade: uma vida melhor. À medida que nos aproximamos do século XX, os indicadores demográficos escondem diferenças cada vez maiores entre zonas nobres e populares, de que resultavam comportamentos e oportunidades diversas face à vida e à morte.

O fenómeno emigratório tornou-se no século XIX a questão mais pertinente em termos nacionais, dados os efeitos que produziu em várias esferas do quotidiano[191]. O número de emigrantes legais apresentou uma tendência de progressivo aumento entre 1850 e a eclosão da Grande Guerra, apesar de algumas flutuações conjunturais, como as que marcam as décadas de 50 e 60. É possível distinguir no oitocentismo português três subperío-

---

190 JORGE, 1889: 190.
191 ALVES, 1994: 107-123.

dos de intensidade emigratória diferencial[192]. O primeiro inicia-se ainda em Setecentos e termina por volta de 1870, podendo ser considerado moderado. Aumentara a procura do Brasil e, a nível interno, o fenómeno, até então confinado a norte, alastra para Sul. Nos primeiros anos do século XIX a instabilidade interna levou a uma diminuição de quase 50% nas saídas. Mas em meados da centúria o fenómeno voltara a envolver quantitativos da ordem dos 10 milhares por ano. Abre-se a segunda fase, embora até 1887 as saídas anuais ainda não atingiram os 15 mil emigrantes legais, recrutados sobretudo nos distritos do noroeste e em Lisboa[193]. Inicia-se nesse momento o terceiro período, que se estende para lá de 1900, durante a qual as médias anuais ultrapassaram os 20 mil emigrantes. O valor máximo é registado em 1895, com 44756 saídas. O fenómeno envolve distritos do interior e no último decénio atinge o sul. Faro, Lisboa e Porto foram excepções, por serem eles mesmos destino atractivo. A emigração enquanto fenómeno colectivo de âmbito nacional alastrou como mancha de óleo de norte para sul, sobretudo na segunda parte do século XIX[194].

Emigração legal e provável na segunda metade do século XIX

	Médias anuais		
Quinquénios	**Emigr. legal**	**Emigr. clandestina**	**Emigr. provável**
1855-59	9996	3332	13328
1860-64	5414	1805	7219
1865-69	4783	1594	6377
1870-74	12561	4187	16748
1875-79	12132	4044	16176
1880-84	16401	5467	21868
1885-89	19867	6622	26489
1890-94	24513	8171	32684
1895-1900	27028	9009	36037

Fonte: RODRIGUES, 2004:138.

Nesta matéria é importante constatar a dualidade do fenómeno em termos geográficos. De um lado, os fluxos precoces, diversificados e de grande intensidade que se efectuam a partir das Ilhas, bem como a emigração do

192 Os quais reflectem alterações de conjuntura externa, como a guerra entre o Brasil e o Paraguai, as crises socioeconómicas portuguesas dos anos 70 e 80 e a instabilidade política, que atingiu Portugal nas primeiras décadas da centúria.

193 Embora neste último caso, os valores reais fossem sobreavaliados, pela forma de registo das saídas do país pelo porto, bem como pela de, após um período de duração variável na cidade.

194 ARROTEIA, 1983: 17 e ss.

Norte em direcção ao Brasil, essencialmente constituída por rurais; de outro, a escassa intensidade emigratória do sul e da população urbana. A emigração teve impactos directos ao nível das poupanças e aumento dos rendimentos médios locais e gerou algum investimento na agricultura, embora limitado na redistribuição da população entre regiões e sectores[195].

O Brasil continuará a ser procurado por mais de 85% dos emigrantes[196]. A viver uma fase de expansão económica, o território carecia de mão-de--obra que substituísse a escrava, nas plantações de café e algodão, sendo a portuguesa uma hipótese natural. Mas nem todos os trabalhadores eram aceites e milhares forçados a regressar à Europa. No final dos anos 70 estima-se que rondassem os 7 mil[197]. Ainda no continente americano, outros locais de destino foram os Estados Unidos da América e o Canadá, bem como o Suriname, Saint-Kitlo e Demerara. Mas só o Brasil receberá portugueses de todos os portos continentais e insulares. Os restantes foram procurados por grupos específicos. Aos Estados Unidos da América chegaram sobretudo açorianos, a maioria dos quais do Faial, enquanto os madeirenses deram preferência à América Central[198]. A partir dos anos 80, Portugal passou a exportar população também para a Europa. No entanto, ela manteve um volume reduzido, estimado em 2,8 e 1,1%, respectivamente, nas décadas de 80 e 90[199]. O *Anuário Estatístico* de 1875 refere que até à data a maioria das saídas para a Europa consistia na emigração para Espanha, destinada ao trabalho agrícola, de extracção mineira e pescas. O fluxo era protagonizado por naturais das zonas fronteiriças da Beira Baixa, do Alentejo e do Algarve, um pouco na linha do que acontecia a norte em relação à Galiza, embora no sentido inverso. Em França existiriam apenas 1200 portugueses em 1876, mais uma centena dez anos depois[200]. A agricultura e a construção civil eram as áreas de trabalho preferencial. Existiam ainda uns poucos portugueses em Gibraltar, na Alemanha e em Itália[201]. Dava-se preferência à África do Sul e às terras africanas pertencentes ao Império. Aliás, várias tentativas foram feitas para atrair e fixar indivíduos nesses potenciais novos Brasis, mas sem sucesso. Em meados de Oitocentos o número de portugueses no continente africano era diminuto e desordenado: umas duas centenas em São Tomé, dois milhares em Angola e Benguela e alguns mais

195 LEITE, 2005: 68 e ss.

196 Entre 1855 e 1865 o Brasil acolheu 86% dos emigrantes legais e de 1891 a 1900, 93,1%.

197 OLIVEIRA MARTINS, 1956: 246.

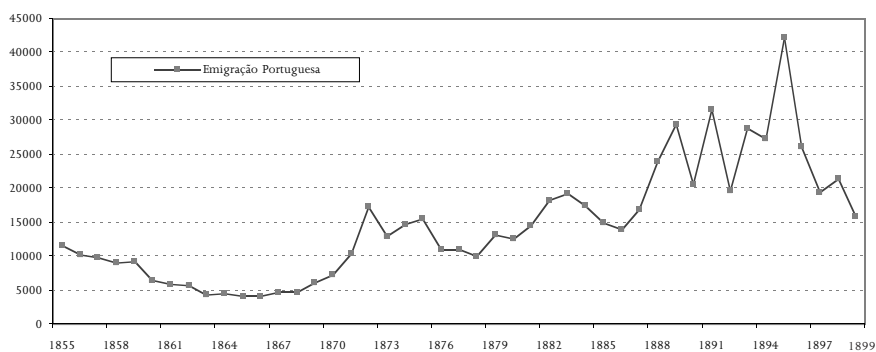
198 SERRÃO, 1982: 43.

199 EVANGELISTA, 1971: 134.

200 *Annuaire de Statistique*, INSEE, Paris, cit. SERRÃO, 1982: 59.

201 EVANGELISTA, 1971: 132-133.

em Cabo Verde. Nos anos 90 cerca de 1200 indivíduos demandavam por ano a África portuguesa, o que correspondia a 5,5% do total de saídas legais[202]. À medida que a emigração atingia valores inéditos aumentavam as pressões para que se erguessem entraves à mesma, dados os efeitos negativos que originava para o desenvolvimento interno[203]. Na sequência das políticas então implantadas aumentaram as percentagens de clandestinos, bem como as redes de transporte marítimo ilegal. A emigração legal fica muito aquém da efectiva, como sugere o confronto dos totais indicados por Rodrigues de Freitas com os do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro[204]. Lisboa e Porto eram os principais locais de embarque de clandestinos.

A evolução da emigração portuguesa legal na segunda metade do século XIX

Fonte: SERRÃO, 1982: 31.

Alterou-se paulatinamente o perfil do emigrante tipo português. Condicionado pelos riscos e os custos inerentes à travessia, a emigração envolve cada vez mais homens, que deixam para trás a família. A sobremasculinidade é patente em todos os tipos de migrações e persistiu pelo menos até ao último quartel de Oitocentos, momento em que o número de mulheres aumenta nas séries estatísticas oficiais e parcialmente corresponde ao processo de reagrupamento familiar. Era grande a percentagem dos menores de 14 anos, onde se empregavam como marçanos em esta-

202 J. Lopes de Lima, *Ensaios sobre a Estatística das Possessões Portuguesas*, cit. SERRÃO, 1982: 79.
203 RODRIGUES, 2002.
204 SERRÃO, 1982: 37-38.

belecimentos comerciais. A falta de trabalho nos campos da família e a escusa ao serviço militar explicam este fluxo de gente muito jovem, também maioritariamente masculina, mas que representará cada vez menos face ao total de emigrantes.

O mesmo tipo de ilações são sugeridas pelas relações de masculinidade por distrito, que corroboram o que já foi dito sobre as diferentes tradições regionais de mobilidade interna e externa[205]. A sobremasculinidade da emigração trará como consequência imediata o aumento progressivo das remessas para Portugal, que se estende no tempo à medida que a reunião familiar vai sendo protelada. A decisão de chamar os restantes membros da família será substituído pelos envios regulares de divisas. O dinheiro assim entrado em Portugal permitiu manter as vivências locais, mas parece ter contribuído pouco para as desenvolver[206]. Ainda assim, em 1873, o valor das remessas atingia os três mil contos anuais e no início dos anos 90 oscilava entre 12 e 15 mil contos. Estes montantes compreendiam as pequenas poupanças e dinheiro para gastos pessoais de indivíduos de visita a Portugal (53 a 58%), em rendas anuais dos retornados do Brasil (25%), em mesadas, pensões e outros envios em papel cambial e até em géneros[207]. Deste modo, a emigração continuou nesta centúria a acentuar as assimetrias de crescimento económico e demográfico. Provocou igualmente alterações significativas no mercado de trabalho do local de origem, intensificando por essa via a mobilidade interna e o reajustamento da força de trabalho nas unidades domésticas[208]. Ao atingir determinada intensidade, as desvantagens sobrepuseram-se às vantagens, agindo como travão aos ritmos e direcções do crescimento demográfico.

Em termos reais, e também a nível simbólico, é indiscutível o papel desempenhado pelo destino brasileiro no imaginário nacional. O volume de saídas, que envolveu milhões de pessoas, tenderá a aumentar sucessivamente a partir de meados de 30, e após 1850 torna-se um assunto de Estado. A emigração é vista como uma das causas da decadência nacional, embora só esporadicamente se questionassem as verdadeiras razões que a motivavam e alimentavam[209]. O processo de recrutamento, viagem e todas as consequências humanas e económicas envolvidas no tráfego marítimo tenderão a tornar-se temas recorrentes e dos mais polémicos nas relações entre os dois Estados, à medida que avança o século XIX. A expectativa ini-

205 BANDEIRA, 1996: 532.
206 PEREIRA, 1988: 36-37 e 253-264.
207 OLIVEIRA MARTINS, 1956: 250.
208 ALVES, 1994: 99.
209 ALVES, 1994: 99.

Relações de Masculinidade aos 25-29 anos em 1890 e 1900, por distrito

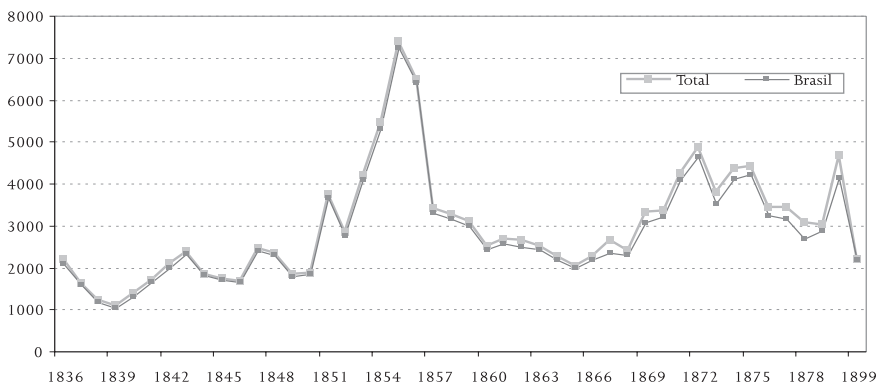
Distritos	1890	1900
Aveiro	70.85	73.34
Beja	100.99	101.90
Braga	71.97	78.00
Bragança	89.48	93.70
Castelo Br.	96.01	94.91
Coimbra	73.46	73.03
Évora	112.47	105.56
Faro	97.10	95.49
Guarda	81.81	87.99
Leiria	88.27	82.74
Lisboa	116.38	107.73
Portalegre	101.16	106.83
Porto	82.52	85.36
Santarém	92.97	101.76
Viana do C.	62.81	65.50
Vila Real	78.18	88.91
Viseu	69.45	76.33

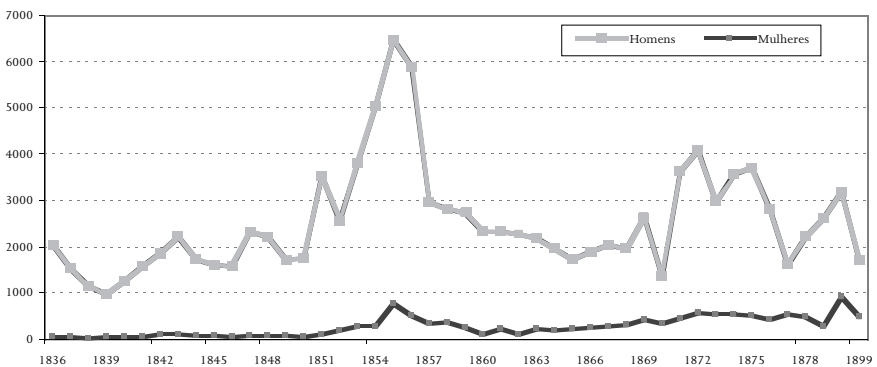
Fonte: RODRIGUES, 2004:141.

Níveis de Emigração em 1900/1901, por distritos

Distritos	TBE(%0)
Aveiro	4.5
Beja	0.1
Braga	2.2
Bragança	2.5
Castelo Br.	0.5
Coimbra	4.5
Évora	0.1
Faro	0.6
Guarda	3.2
Leiria	1.7
Lisboa	0.5
Portalegre	0.1
Porto	1.9
Santarém	0.4
Viana do C.	3.0
Vila Real	3.7
Viseu	4.7
Portugal	**2.4**

Fonte: RODRIGUES, 2004:142

Volumes anuais de Emigração do Porto no século XIX

Fonte: ALVES, 1994: 359.

Emigração do Porto no século XIX por sexo (1836-1899)

Fonte: ALVES, 1994: 359.

cial dá lugar a alguma perplexidade por parte das autoridades portuguesas, a que sucedem tentativas de coarctar esse movimento de saída. É neste contexto que se explica a aprovação de medidas de carácter repressivo, tendo sido adoptadas fórmulas rigorosas de emissão de passaportes, novas leis de recrutamento[210], policiamento rigoroso dos navios e da relação entre pas-

210 O recrutamento era tido como factor determinante na decisão de emigrar. Nesse sentido, foi por diferentes vezes mencionada a hipótese de criar condições alternativas ao ónus que constituía o serviço militar, evitando que, como referia em 1837 Leonel Tavares Cabral, «todo o

sageiros e tonelagem dos mesmos[211]. Só nos inícios dos anos 60, reconhecida a incapacidade do poder político para travar o fluxo migratório, o discurso oficial passa a destacar as vantagens económicas que dele advêm, nomeadamente das remessas financeiras.

Não obstante, fala-se com insistência na colonização de África e no povoamento do Alentejo como destinos alternativos. Foi proposta a conversão de terras no Alentejo e da concessão de vantagens que permitissem fomentar o desenvolvimento de Angola, Moçambique, Cabo Verde (Mindelo) e São Tomé. Esta será uma solução apontada pela primeira vez em 1839, mas regularmente lembrada, até final dos anos 70[212]. No Reino, a oferta de emprego no sector das obras públicas de alguma mão-de-obra indiferenciada e sem recursos são inovadores e encarados como solução credível para muitos trabalhadores jovens[213].

---

rapaz que poder ser soldado e lhe constar que há de ser recrutado, foje, e vai augmentar povoações estranhas». Nos anos 50 sucessivos entraves se ergueram à emigração de adultos jovens em idade militar, mas sem resultados visíveis. A Lei de Março de 1877 previa o pagamento de fiança a todos os mancebos entre os 14 e os 22 anos que desejassem ausentar-se do país. Com objectivos opostos favorecia-se o retorno dos emigrados, concedendo a possibilidade aos maiores de 26 anos de pagarem a remissão militar sem multa.

211 Referimo-nos, entre outros, ao carácter repressivo de vários documentos legislativos, publicados nos anos 50 e 80, bem como aos inquéritos parlamentares de 1873 e 1885 (*Primeiro Inquerito Parlamentar sobre a Emigração Portugueza pela Commissão da Camara dos Senhores Deputados, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873*).

212 Veja-se, a título de exemplo, a Sessão de 13 de Fevereiro de 1839. *Diário da Câmara dos Deputados. Sessão Extraordinária,* Parte 2.ª, vol.1.º, Imprensa Nacional, 1839, p. 245 e ss.

213 RODRIGUES, 2002.

10

O Século XX: a transição

Filipe Castro Henriques
Teresa Ferreira Rodrigues

A noção generalizada de que os fenómenos demográficos são indissociáveis dos fenómenos da era global é recente. Neste início de século não surpreenderá, pois, que a Demografia, antes tomada como uma ciência que estuda sobretudo os factores de natalidade, mortalidade e movimentos migratórios e seus impactos no crescimento populacional e distribuição geográfica, tenha que ser encarada como uma ciência que integra e interage com realidades socioeconómicas no Mundo, da geoestratégia, da saúde pública, das alterações ao equilíbrio ecológico e ambiental, do ordenamento do território, do urbanismo e dos espaços rurais[1]. A actual «sociedade de risco»[2] foi precedida de um século XX rico em eventos médico-sanitários, socioeconómicos e outros, os quais permitiram que a população mundial transitasse em termos de comportamentos colectivos e em praticamente todos os continentes, de um sistema enraizado há séculos, caracterizado por uma mortalidade e natalidade elevadas, para novas realidades de baixa intensidade em ambos os indicadores. Este fenómeno já iniciado em alguns países Europeus, durante o século XIX permitiu a passagem gradual de um ciclo de vida curto e instável para um ciclo de vida longo e estável[3], onde a conquista de anos de vida foi não só quantitativa, como também qualitativa.

O caso europeu é paradigmático dessas mudanças. Durante o século XX verificaram-se as maiores e mais rápidas transformações nas características

---

1 SANTIS, 1997. «O estudo da realidade demográfica e económica permite concluir que existe uma relação complexa de influência entre sistema demográfico (composto por comportamentos, fluxos, quantidade e estrutura) e ambiente económico (riqueza, recursos naturais, equipamento, rendimento, produção e consumo), e não económico (cultura, religião, política, sociedade e comunidade) [...] trata-se de um objectivo ambicioso tentar compreender o impacto do sistema demográfico no seu ambiente mas também apreender como pode este ambiente modificar os comportamentos e, se tem esse poder de influencia, como, quanto e quando o exerce».

2 BECK, 1992.

3 MOREIRA e RODRIGUES, 2005: 145-169.

da sua população. Numa primeira fase elas justificam-se pelos avanços concretizados ao nível dos cuidados de saúde, geradores de uma diminuição substantiva dos níveis de mortalidade. Em 1900, a mortalidade geral era de cerca de 17‰ na Europa Ocidental e 27‰ na Europa de Leste[4]. Hoje esta assimetria intercontinental permanece, embora mais esbatida, sendo de 9 e de 14‰ na Europa Ocidental e na Europa de Leste, respectivamente[5]. As conquistas foram ainda maiores em relação à mortalidade infantil. Em 1900, grande parte dos países de Leste e Sul da Europa apresentava valores a rondar os 200‰[6], embora a Norte a Suécia e a Noruega já se situassem abaixo dos 100‰. Hoje a Europa é o local no mundo mais seguro para uma criança nascer e viver, pois é neste continente que se encontra a maioria dos países com menor incidência desta taxa (a média europeia em 2008 é de 6‰)[7].

De início a diminuição dos níveis de mortalidade ocorre sem mudanças nos comportamentos face à fecundidade, pelo que o aumento das probabilidades de sobrevivência dos mais jovens faz elevar o número de crianças e provoca um rápido crescimento populacional, fazendo ressurgir os receios expressos pelas teorias malthusianas de «explosão demográfica» e consequente escassez de recursos naturais[8]. Em 1900, era no leste europeu que nasciam mais crianças por mil habitantes (cerca de 34), enquanto no ocidente nasciam 27. Verificou-se, no entanto, uma alteração gradual nos comportamentos face à fecundidade, na sequência de políticas favoráveis à redução do número de filhos e acesso a programas de planeamento familiar, ao crescimento urbano e industrial, à emancipação da mulher, aos casamentos tardios e ao facto da criança passar a ser encarada como um custo[9]. Estas alterações contribuíram para a actual situação, em que o número de filhos que nascem não conseguem assegurar a renovação das gerações. Em 2008 o norte da Europa regista os maiores níveis de natalidade (12‰), que nas restantes se fixa em 10 ou 11‰.

Para mais, actualmente espera-se viver mais do que nunca. No início do século XX, à nascença, um homem europeu poderia aspirar viver 47 anos e uma mulher 50[10]; em meados do século, esse valor era de 66 anos para os

4 BARDET e DUPAQUIER, 1999: 129.

5 *World Population Data Sheet* 2008, 2008 www.prb.org

6 BARDET e DUPAQUIER, 1999: 140.

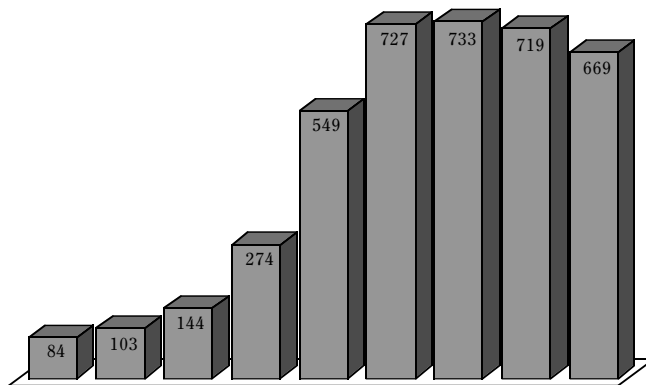
7 2008 *World Population Data Sheet*, 2008 (www.prb.org)

8 No século XVIII o crescimento populacional progressivamente acelerado introduz alterações nas formas de olhar a população e a sensação de Mundo cheio: «a população cresce em progressão geométrica (1, 2, 4, 8, 16, 32...) e as subsistências crescem em progressão aritmética (1, 2, 3, 4, 5, 6...)».

9 MENDES, 1992.

10 BARDET e DUPAQUIER, 1999: 134.

homens e 72 para as mulheres; em 2008 subira para 72 e 79[11], respectivamente. Mas estes números escondem realidades diferentes: em 1900 era a mulher norueguesa que mais vivia (59 anos) e as russas as que menos anos tinham de vida média (38); em 2008 são as mulheres francesas, suíças e italianas que mais vivem (85-84 anos), continuando a ser as do leste europeu que registam os valores mínimos de 72 e 73 anos na Moldávia e na Rússia, respectivamente. «A transformação do quotidiano dos europeus (...) é o acontecimento mais revolucionário, até à data na história deste continente»[12].

Evolução dos totais de população europeia entre 1500 e 2050

Fonte: BARDET e DUPAQUIER, 1997: 33; 2001: 53.

Fundamentais foram também as alterações a nível educacional. No fim do século XX, um europeu detinha em média três vezes mais anos de escolarização que no início do século. Foi ainda neste período que casas térreas sem água ou esgotos deram lugar a apartamentos mais pequenos, com condições de higiene e saneamento, construídos em altura. Mudaram as mentalidades, acompanhadas pela promoção do desenvolvimento humano e do progresso social e contemporâneas do fim dos impérios. Duas guerras mundiais mataram 50 a 60 milhões de europeus, eliminaram minorias, originaram guerras civis e destruíram património[13].

11 2008 *World Population Data Sheet*, 2008 (www.prb.org)

12 FEINSTEIN, TEMIN e TONIOLO, 1997: 5

13 BEREND, 2006

Será também importante quantificar outros aspectos, de forma a compreender a interacção entre demografia e economia no decorrer do século XX. Uma pessoa em 2000 produzia por hora dez vezes mais do que um século antes. O montante de bens e serviços disponíveis (alimentação, alojamento, lazer, saúde e educação) era em média cinco vezes superior ao de 1900. O produto interno bruto *per capita* dos europeus era no fim da centúria cinco vezes superior ao de início da mesma. No caso português era dez vezes superior. Analisando estes cem anos podemos, ainda assim, encontrar três fases distintas. A primeira limitada aos anos 1913 a 1950, compreendendo as duas guerras, uma crise económica e o regresso ao proteccionismo, a intensificação dos movimentos migratórios e a diminuição da fecundidade. Nesse período, a procura de desenvolvimento económico justifica até certo ponto o surgimento de regimes autoritários (ditaduras do Mediterrâneo) que, praticando o dirigismo económico, determinava sectores alvo de intervenção prioritária. Outros países, como a Rússia e a Europa central e de leste, foram ainda mais longe. Eliminaram a propriedade privada e determinaram preços de mercado, introduziram o planeamento central e o sistema sem mercado, limitando as liberdades. Surge então a segunda fase, de 1950 a 1973, iniciada na euforia da pós-guerra, com repercussões no aumento da fecundidade, designadamente através dos *baby-boomers*[14]. A reconstrução da Europa estimula a procura global, a abertura de fronteira à mão-de-obra estrangeira, um acentuado crescimento económico. É durante este período que se solidifica o modelo social europeu com origem nos primeiros modelos de Bismark, assente nos pressupostos de *pay-as-you-go* definidas no sistema de *Welfare state*, com a introdução de um sistema de alta tributação, que permitiu a construção de uma rede forte de intervenção social com acesso generalizado à saúde, à educação, a pensões, licença de maternidade e férias pagas. A última fase iniciou-se em 1973 e decorre até hoje[15]. Compreende as duas crises petrolíferas, que contribuíram negativamente para a tendência de aumento populacional através de factores exógenos, como a subida da inflação, desemprego, défice público, encerrar das fronteiras às entradas de trabalhadores. No entanto, é neste período que a Europa inicia um reajustamento estrutural, que inclui a revolução tecnológica, as comunicações globais, a integração económica e social e o crescimento rápido, baseado na livre concorrência e na internacionalização da economia. A integração política, social e económica dos estados europeus de leste e na Europa das Comunidades é ainda um processo que conhece apenas o início.

---

14 Geração nascida após a Segunda Guerra Mundial.
15 BACCI e TAPINOS, 1999 referem o período 1973-1990.

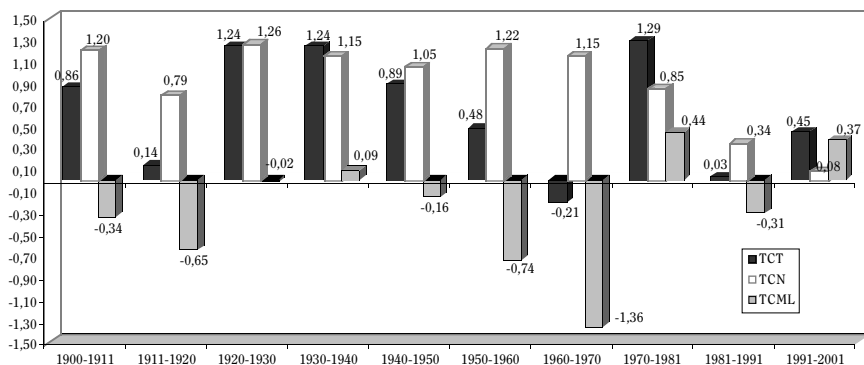
1. Tendências globais e determinantes de evolução

À semelhança da realidade vivida na Europa, também em Portugal se registaram grandes avanços no campo político, demográfico, sanitário, económico, bem como mudanças dos estilos de vida e mentalidades durante o século XX. Ao iniciar-se a centúria vivia-se um regime constitucional liberal, que conhecera na última década de Oitocentos sério descrédito, particularmente a partir do Ultimato. Ainda assim, nada parecia perturbar os mais de 750 anos de história política desta velha nação europeia. Em termos territoriais, o Reino detinha ainda um vasto poderio colonial, que só se extingue em 1974. As diferenças económicas e sociais da população actual são significativas: um português detinha em média um décimo do poder económico que possui em 2000; a percentagem de analfabetos era de 75% e desce a 10% em 2001; a totalidade dos casamentos era católica, ao invés dos actuais 55%; a mulher tem hoje o seu primeiro filho em média aos 28 anos e seis meses antes de casar, cerca de 31 em cada 100 nascimentos ocorrem fora do casamento. Em 1900 a população dedicava-se predominantemente ao sector primário (64% da população activa), fruto de uma revolução industrial tardia e com pouco sucesso. Apenas 21% e 18% da população se empregava nos serviços e indústria, o que contrasta com a actualidade (o sector terciário ocupa 58% da população em idade activa, a agricultura apenas 12% e a indústria os restantes 30%). Em termos estritamente demográficos durante o século XX a população cresce a um ritmo lento, não chegando a duplicar. Passa de 5446760 em 1900 para 10617575 efectivos em 2007.

Entre o início e o fim do século XX, rico em acontecimentos, destaca-se a queda da monarquia e consequente implantação da República, a 5 de Outubro de 1910; um golpe militar em 1926, que criou condições para o surgimento do Estado Novo; a restauração da democracia parlamentar em 1974; a entrada para a CEE em 1986; em 1999 a adesão à moeda única europeia e o consequente fim do escudo. Entre 1910 e 1926, o retrato da economia portuguesa é preocupante, pautado por um ciclo negativo, que encontra na instabilidade política uma das suas principais causas. O descontentamento social, político e económico permanece. As reformas agrárias e industrial da primeira República pouco ou nenhum impacto tiveram. Intensificam-se os movimentos migratórios rumo ao Atlântico e é nesta fase que se inicia a tardia transição demográfica em Portugal (1890-1920), caracterizada pelo declínio lento, mas contínuo, da mortalidade. A gripe pneumónica ou Espanhola constitui a excepção e o momento mais grave dessa conjuntura negativa, que coincide com o recuo generalizado do nível de vida dos portugueses. Mas logo depois a população reiniciou o seu

movimento ascendente, que nem o início da Segunda Guerra Mundial virá travar[16]. As dificuldades económicas sentidas não terão como causa apenas as guerras nem a Grande Depressão, cujos impactos foram relativamente suaves[17], mas sobretudo a política económica, que aspirava a pacificação social baseada num regime de auto-suficiência alimentar. A 28 de Maio de 1926 o pronunciamento obteve o apoio da maior parte dos militares e dos partidos políticos. A ditadura militar extingue-se em 1933, com a subida de Oliveira Salazar ao poder, e é neste enquadramento que em Portugal tem início uma segunda fase da mudança demográfica, que se prolonga até aos anos 60, marcada pela intensificação do declínio da mortalidade e pelo descida muito tímida dos níveis de fecundidade após 1927. A política conservadora, baseada na defesa de um país rural, podem explicar o aumento da natalidade e a estabilização do Índice Sintético de Fecundidade (ISF) nos 3 filhos por mulher que caracteriza o período entre 1941-1962.

As migrações continuam a assumir um papel determinante no Portugal do século XX. A crise económica de 1929-1931 e a guerra retiveram no país

Evolução Taxa de Crescimento Total, Natural e Migratório Líquido Portugal 1900-2001

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População entre 1900 e 2001.

16 BAGANHA, 1998: 215-228.

17 MATA e VALÉRIO, 1994 e NEVES e BELO, 2002, não encontram correlação entre os ciclos económicos nacionais e os das restantes economias. Nesta altura a economia nacional tinha uma fraca abertura ao exterior, e dependia fundamentalmente da produção agrícola (LOPES, 2002: 269-323). O menos suave terá sido durante a I Guerra Mundial, em que participámos, e no decurso da qual houve escassez de matérias-primas e combustíveis (a produção industrial de 1920 foi 20% inferior à de 1913).

Taxas médias anuais de crescimento natural (TCN), total (TCT) e migratório (TCML)

Períodos Intercensitários	TCN	TCT	TCM
1900-1911	1.20	0.86	-0.34
1911-1920	0.79	0.14	-0.65
1920-1930	1.26	1.24	-0.02
1930-1940	1.15	1.24	0.09
1940-1950	1.05	0.89	-0.16
1950-1960	1.22	0.48	-0.74
1960-1970	1.15	-0.21	-1.36
1970-1981	0.85	1.29	0.44
1981-1991	0.34	0.03	-0.31
1991-2001	0.08	0.45	0.37
2001-2007	0,03	0,34	0,34

Fonte: *Estatísticas Demográficas, 1968: LXX e XI.º a XIV.º Recenseamento Geral da População Portuguesa, 1970, 1981, 1991 e 2001b.* Estimativas da População para 31/XII/2005

potenciais emigrantes, mas quando em meados dos anos 40 se retomou o processo migratório, o crescimento populacional abrandou, acentuado pela ligeira diminuição simultânea dos saldos fisiológicos[18]. É durante o ciclo mais positivo da economia portuguesa, nos designados «anos de prata e de ouro» das décadas de 50 e 60[19], que se inicia uma nova fase no processo de mudança demográfica, com a natalidade a declinar, de início lentamente, de seguida a um ritmo significativo após 1974, culminando em 1982 com a incapacidade de garantir a renovação das gerações. Na realidade político-económica dos anos 60 adivinha-se a abertura da nossa economia à Europa em detrimento do reforço da política colonial. Contudo era nítida a decrescente importância destas últimas para o desenvolvimento sustentado português. Não obstante estar economicamente mais forte, Portugal não conseguiu evitar um período de emigração inédita com destino predominantemente europeu. A população residente diminui em ritmo e volume, passando de 8,8 para 8,6 milhões entre 1960 e 1970. Porém, nova inversão de tendência ocorre após o 25 de Abril de 1974. Após essa data, a economia portuguesa sofre um enorme incremento. O Algarve e a Costa do Sol ganham notoriedade como destino turístico e desenvolvem-se. As condições internacionais eram favoráveis ao fomento da exportação e à emigração. A primeira surge ligada à política industrial; a segunda contribui para diminuir as taxas de desemprego e, através das remessas de emigrantes, para o equi-

18 RODRIGUES, 2003: 91-109.
19 LOPES, 1998.

líbrio da balança de pagamentos. A política Industrial teve um forte impacto na distribuição geográfica da população portuguesa. A indústria passa a ser «charneira do desenvolvimento agrícola»[20], encetando profundas alterações na estrutura de emprego[21], na produtividade, nas condições de vida e no reforço das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto[22]. Ao criar uma nova geografia económica[23], a fixação em certas zonas de unidades industriais alterou os fluxos de mobilidade interna, na tentativa de fazer corresponder os recursos humanos às novas solicitações. Sem o efeito migratório (emigração e migrações internas), o aumento demográfico português teria sido quase uniforme até final dos anos 60, diminuindo muito rapidamente de seguida, para só voltar a aumentar nos anos 90 devido à imigração[24].

Apesar do rápido crescimento económico e das profundas transformações estruturais, as políticas de regulação conjuntural continuaram a ter características marcadamente conservadoras, não se imitando as políticas do tipo *keynesiano* de controlo da procura. A política orçamental nacional continuou dominada pelo objectivo de evitar défices orçamentais, ainda que com sacrifício de despesas públicas essenciais para a educação, saúde, segurança social, e mesmo ao nível de infra-estruturas. Por seu turno, o dirigismo económico complicou o funcionamento dos mecanismos de mercado[25], originando um forte proteccionismo dos lucros empresariais e fraca protecção social dos trabalhadores. O descontentamento culmina na *Revolução dos Cravos* em Abril de 1974. Um novo regime foi instituído, originando mudanças estruturais na economia e na sociedade.

---

20 Os Planos de Fomento (1953) introduzem uma reorientação para a substituição das importações no mercado interno e posteriormente orientação para a exportação.

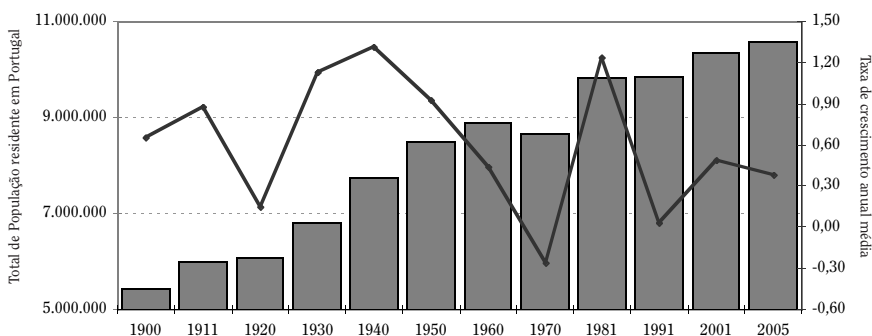
21 AGUAR e MARTINS, 2004. A agricultura perdeu cerca de 600.000 activos e baixou de 24% do PIB em 1960 para 15% em 1973; o sector secundário passou de 30% para 36% e o terciário de 45% para 49%.

22 AGUAR e MARTINS, 2004. O novo modelo de desenvolvimento económico promovia uma política de investimento em infra-estruturas públicas necessárias às actividades produtivas (aeroportos, redes viárias e ferroviárias, electrificação, projectos hidroeléctricos); a promoção do investimento em sectores industriais estratégicos capital-intensivos (cimentos, adubos, siderurgia e metalomecânicas pesadas, pasta de papel, químicas); políticas fiscais de crédito incentivadoras da industrialização e da reorganização das indústrias tradicionais em torno das cidades de Lisboa e Porto, promoveram a deslocação do Alentejo e das Beiras para junto dessas cidades. É neste contexto que se intensifica o processo de urbanização dessas zonas.

23 NAZARETH, 1988.

24 RODRIGUES, 2003: 91-109.

25 Levou ao controlo dos preços, condicionalismos industriais, perdas de eficiência da utilização dos recursos produtivos, incentiva o monopólio e oligopólio e desigual distribuição de rendimentos.

Tendência de Crescimento da População, Portugal 1900 e 2005

Fonte: *Estatísticas Demográficas* e *Recenseamentos Gerais da População Portuguesa* (1900-2001); *Estimativas da População para 31/XII/2005*, INE.

A economia portuguesa atravessou na década de 70 um ciclo negativo[26] causado por factores externos e internos, designadamente ligados à redução dos ritmos de desenvolvimento económico internacional e à degradação da situação das economias ocidentais, principal fonte dinamizadora da economia portuguesa no período precedente. Este facto repercutiu-se nas exportações, ocasionando a diminuição da produção nacional, o encerramento e a fuga de investidores. Por outro lado, os principais destinos de emigração estavam em contra-ciclo económico. Esta crise resultou dos dois choques petrolíferos[27] ocorridos em 1973-1974, fim dos *«anos dourados da economia europeia»*, e em 1979.

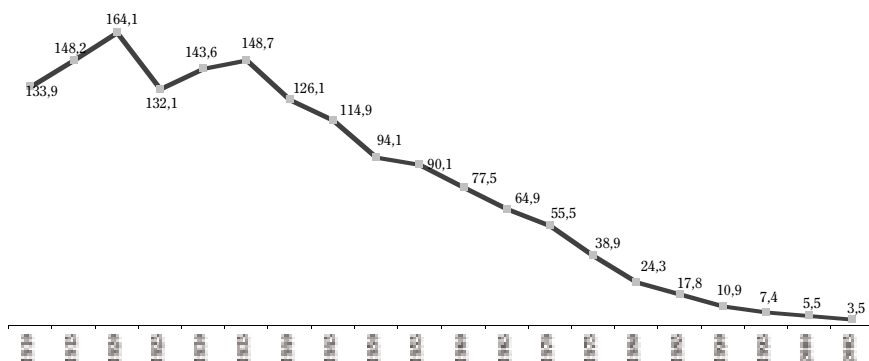
Como primeiro factor interno de instabilidade cumpre reconhecer os efeitos da descolonização e o impacto causado pelos cerca de 700 mil retornados, a nível do emprego, dos encargos da assistência estatal e da pressão sobre as despesas orçamentais, balança de pagamentos e inflação. Em 1974 o número de residentes em Portugal sobe 2,6% e em 1975 mais 4,4%. Ao todo, um acréscimo de sete pontos percentuais. Mas a partir de então inicia-se uma fase de acréscimo lento, explicado pela rapidez com que o nosso país se aproximou dos comportamentos europeus face à mortalidade e à

26 Taxa de crescimento média anual do PIB entre 1974 e 1994 não foi além de 2.5%. a actividade económica começou a flutuar acentuadamente com alternância desde períodos de recessão e recuperação; inflação e desemprego para níveis de 1960.

27 Queda taxa de crescimento PIB internacional – passa de 4,7% entre 1960-73 para 2.3% até 1990; Aumento Desemprego – passa de 3% para 10% e aumento da Inflação media – passa de 5% a 15%. (SILVA, 1998)

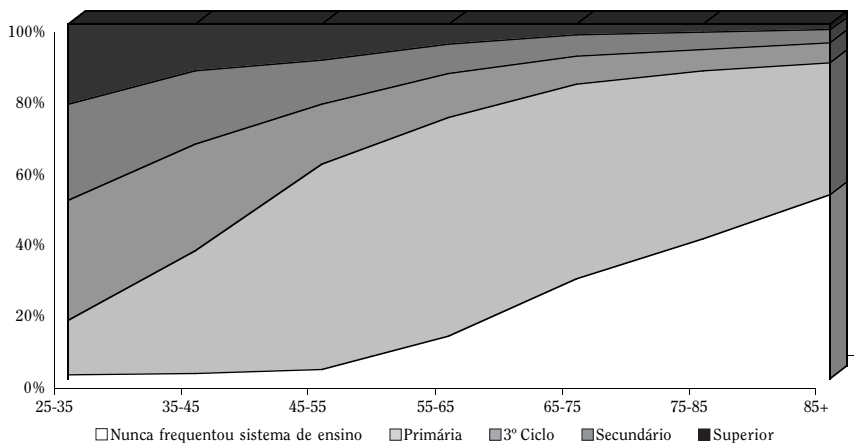
fecundidade. A população portuguesa envelheceu, porque nascem cada vez menos crianças e se morre cada vez mais tarde. O segundo factor de instabilidade interna decorre do apertado dirigismo económico que caracterizara a economia até então, travando o seu livre crescimento. Portugal lutava ainda com graves deficiências e atrasos nas áreas da educação, saúde, segurança social, e protecção dos grupos mais desfavorecidos, instabilidade política e institucional.

À medida que a jovem democracia ia amadurecendo, alarga-se o proteccionismo social através da Segurança Social, cria-se o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e consolida-se a rede de saneamento básico, de que resultam alguns ganhos para a população em termos de qualidade de vida. No início do século XX por cada 1000 nascimentos morriam 134 crianças antes de completar um ano de idade. Este valor culmina entre 1917-1918, atingindo 164‰. Porém, após 1940 a mortalidade infantil diminui gradualmente, embora só com a introdução do Plano Nacional de Vacinação na década de 60 esses avanços se tornem mais expressivos (a TMI reduz-se para 77,5‰). Mas é com o alargamento desta rede de acção na década de 80, juntamente com a criação do referido SNS que se assistiram às maiores quedas no indicador, em 1981 já sete vezes inferior a 1920. Portugal tem hoje um dos mais baixos níveis mundiais de mortalidade infantil, de 3,49‰.

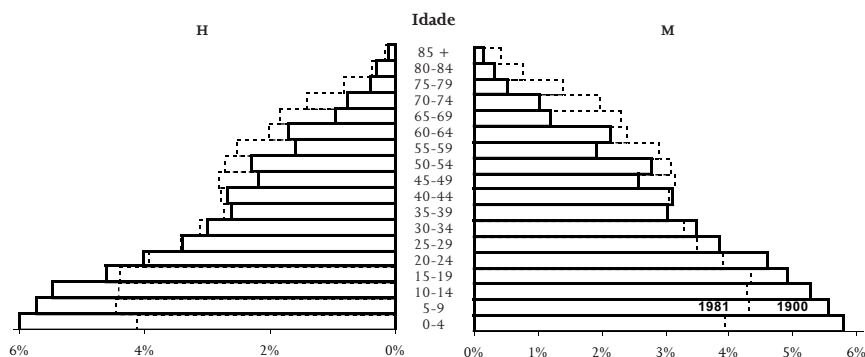
Taxa de Mortalidade Infantil, Portugal 1910 e 2005

Fonte: *Estatísticas Demográficas* e *Recenseamentos Gerais da População Portuguesa* (1900-2001); *Estimativas da População para* 31/XII/2005, INE.

Outra das mudanças sociais e também ideológicas da época que alteraram as dinâmicas populacionais, remete-nos para o fenómeno novo que constituem os casamentos civis, os divórcios e os nascimentos fora do casamento. No início da centúria, a totalidade dos matrimónios efectuados era de natureza católica, valor que se mantém até aos anos 60, com mais de 90 em cada 100 casamentos a serem realizados pela igreja. Mas no início de 1980 um quarto de casamentos era civil e em 2005 dá-se a inversão de tendência, com 55% de casamentos não católicos. Por seu turno, os nascimentos fora do casamento aumentam, correspondendo a novas formas de família. No início do século, apenas 12 mulheres em cada 100 tinham filhos sem a bênção matrimonial, valor que regride para 7% na década de 60, reflectindo o triunfo da ideologia conservadora então vigente. Hoje quase 1 em cada 3 nascimentos ocorrem fora do casamento.

A década de 70 foi também rica em progressos sociais e educacionais, que permitiram todo um processo de democratização do ensino para a geração pós 25 de Abril. Recuando à *coorte* nascida antes da I Grande Guerra, vemos que cinco em cada 10 indivíduos não sabia ler nem escrever e destes quatro em cada 10 possuíam baixa instrução. Foi nas gerações da década de 50 que as mudanças se fizeram sentir com maior acuidade. Nas últimas décadas do século XX assiste-se à quase erradicação do analfabetismo e ao aumento crescente de efectivos com formação superior.

População portuguesa por nível de instrução em 2001

Fonte: INE, *Censos* 2001.

As medidas de apoio social e aumento salarial dos anos pós revolucionários originaram uma inflação excessiva[28], abrindo portas à primeira intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1978, com Políticas de Ajustamento[29]. Logo depois eclode nova crise petrolífera e Portugal adopta políticas expansionistas pouco adequadas[30]. A crise e o endividamento externo justificam o segundo acordo com o FMI, assinado na Primavera de 1983, que pressupõe medidas mais violentas de controlo da balança de pagamentos. Estas medidas produziram efeitos positivos de equilíbrio, mas criaram dificuldades para o resto da economia e custos sociais graves. Simultaneamente Portugal deixa de assegurar a renovação das gerações.

Portugal – Pirâmide de Idades 1900 e 1981

Fonte: *Recenseamento Geral da População* (1900-2001), INE.

Outro marco importante consistiu na entrada de Portugal para a Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986. A economia cresceu a um ritmo superior à europeia, para o que contribuíram várias condições: 1) benefícios das políticas de saneamento económico e financeiro ao abrigo dos acordos de estabilização com o FMI, começam a surgir na segunda metade de 80; 2) progressiva estabilização política e institucional, permi-

28 SILVA, 1998: a inflação atinge os 30% em 1983; o PIB diminui em 1983 0.2% e em 1984 1.9%.

29 SILVA. 1998: Melhorias na BP; baixa dos salários; agravamento do desemprego; desceu o consumo e o investimento e a depreciação cambial levou ao aumento das exportações.

30 AGRIA, 1994 refere que existe uma correlação entre ciclos políticos e económicos principalmente ao nível de construção e obras públicas. Entre 1973 e 1992 houve uma intensificação na adjudicação de obras sete semestres antes das eleições, para estarem concluídas mais próximas deste período.

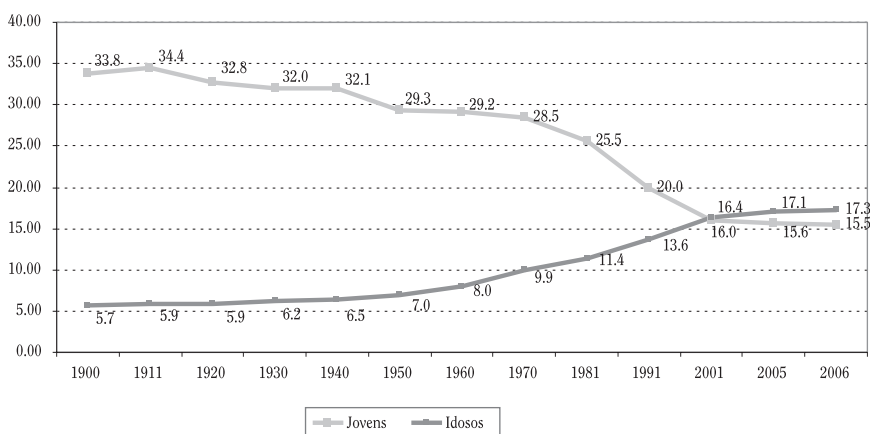
tindo a consolidação de um modelo socioeconómico assente na concorrência e iniciativa privada, consubstanciada, por exemplo, na reprivatização da maioria das empresas públicas, na reabertura de mercados à iniciativa privada e no desenvolvimento dos mercados financeiros; 3) a adesão à CEE constituiu uma terceira condição, potenciada pelas anteriores. Os seus efeitos, embora com diferentes cronologias, fizeram-se sentir no crescimento das exportações e importações de e para países mais desenvolvidos; no afluxo de investimento estrangeiro, em boa parte visando a exportação para o mercado europeu; no afluxo de transferências públicas externas, apoiando investimentos privados e obras de infra-estrutura; na melhoria da qualidade da legislação e das políticas económicas e sociais; 4) Portugal beneficiou ainda das condições económicas internacionais favoráveis, designadamente a descida das taxas de juro, do preço do petróleo e da depreciação do dólar americano.

No entanto, entre 1990-1994 uma crise internacional dilui o optimismo do fim da década de 80, embora seja vista sobretudo como uma paragem no processo de crescimento económico. A última década do século é de grande moderação do crescimento populacional, devido ao declínio sustentado da fecundidade e às sucessivas alterações nos fluxos migratórios. De acordo com os recenseamentos de 1991 e 2001 Portugal terá registado um aumento anual médio de apenas 0,49%, ainda assim superior ao da década anterior, que é quase integralmente explicado pela imigração. Aliás, nos primeiros anos da década de 90 as informações recolhidas apontavam para uma diminuição de 0,02% no número total de residentes, que terá sido anulada e invertida no segundo quinquénio, talvez devido a factores ligados ao Tratado de Maastricht, que promove a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capital e culmina com um novo regime económico nos países que integrarão a área do euro. A União Económica e Monetária (UEM) introduz alterações significativas na política económica, na estrutura dos mercados e no comportamento dos agentes económicos. É nesta segunda metade da última década do século XX que se assiste ao aumento das obras públicas e de investimento privado, que se sentia também no pleno emprego dos recursos humanos[31].

Na viragem para o século XXI Portugal é um país integrado num mundo em pleno processo de globalização, na dicotomia mundial entre o envelhecimento demográfico e o excesso populacional, das crises finan-

31 Como a Expo'98, a ponte Vasco da Gama e a requalificação de toda a zona ribeirinha circundante e projectos imobiliários que geraram emprego para a construção e serviços culminando na importação de mão de obra estrangeira.

ceiras e imobiliárias do *subprime*, das ameaças do aquecimento global, do terrorismo, da saúde pública, das incertezas migratórias. E é nesta realidade que a 31 de Dezembro de 2006[32] residiam em Portugal continental e nas Regiões Autónomas 10 599 095 indivíduos, cerca de mais 243 mil indivíduos que na primavera de 2001 e uma quase duplicação face aos 5 423 132 recenseados no início de Dezembro de 1900[33]. A população portuguesa envelheceu. No início do século passado, em cada cem portugueses 34 tinham menos de 15 anos e 6 poderiam considerar-se idosos (com 65 ou mais anos). Ou seja, por cada velho existiam perto de 6 jovens. Em 1950 essa relação estabelecia-se em 1 por cada 4 jovens, mas a partir dos anos 60 as mudanças foram rápidas e hoje por cada jovem existe apenas um idoso, com uma ligeira vantagem do último escalão (respectivamente 15,5 e 17,3% do total).

Evolução da proporção de população jovem e idosa. Portugal 1900-2006

Fonte: *Recensamentos Gerais da População entre* 1900 *e* 2001 e *Estimativas* 2006, *Anuário Estatístico de Portugal* 2006, INE.

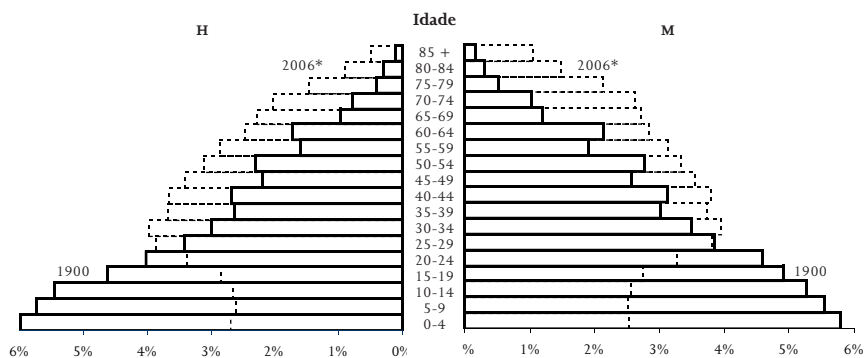
32 Estimativas da População Portuguesa efectuadas pelo Instituto Nacional de Estatística reportam a 31 de Dezembro de 2006 realizadas com base nos Recenseamentos da População Portuguesa de 2001. Ao longo da centúria poderemos delimitar destes subperíodos baseados nos recenseamentos gerais.

33 Lentidão de crescimento do número total de residentes no país, que ao todo aumentou 90,3% entre 1900 e 2001

Índices	**1900**	**1911**	**1920**	**1930**
Jovens (%)	33,77	34,43	32,77	31,97
Potencialmente Activos (%)	60,50	59,68	61,31	61,81
Idosos (%)	5,73	5,90	5,93	6,22
Índice de Juventude	589,37	583,54	552,94	514,15
Índice de Envelhecimento	16,96	17,13	18,08	19,44
Índice de Longevidade	44,98	43,72	44,16	46,01
Índice de Dependência dos Jovens	55,83	57,68	53,45	51,71
Índice de Dependência dos Idosos	9,47	9,88	9,66	10,05
Índice de Dependência Total	65,30	67,57	63,11	61,77
Índice de Juventude da População Activa	163,20	172,07	174,49	177,78
Índice de Renovação da População Activa	215,73	224,23	227,56	237,34
Índice de Maternidade	46,07	46,30	37,76	42,76
Índice de Tendência	104,40	100,73	88,68	100,97
Índice de Potencialidade	136,92	143,73	135,19	140,10
Índices	**1940**	**1950**	**1960**	**1970**
Jovens (%)	32,06	29,34	29,15	28,47
Potencialmente Activos (%)	61,47	63,71	62,87	61,62
Idosos (%)	6,47	6,95	7,97	9,90
Índice de Juventude	495,33	422,05	365,80	287,54
Índice de Envelhecimento	20,18	23,69	27,33	34,77
Índice de Longevidade	49,00	47,93	50,61	45,16
Índice de Dependência dos Jovens	52,15	46,04	46,36	46,20
Índice de Dependência dos Idosos	10,53	10,91	12,67	16,06
Índice de Dependência Total	62,68	56,95	59,04	62,27
Índice de Juventude da População Activa	179,75	164,75	150,04	124,94
Índice de Renovação da População Activa	226,30	230,49	185,28	140,56
Índice de Maternidade	41,66	39,84	39,81	37,71
Índice de Tendência	99,21	111,39	105,90	92,88
Índice de Potencialidade	131,30	122,69	125,91	109,14
Índices	**1981**	**1991**	**2001**	**2005**
Jovens (%)	25,51	19,99	16,00	15,56
Potencialmente Activos (%)	63,04	66,40	67,65	67,32
Idosos (%)	11,45	13,61	16,35	17,13
Índice de Juventude	222,90	146,89	97,82	90,83
Índice de Envelhecimento	44,86	68,07	102,22	110,08
Índice de Longevidade	51,95	64,79	70,69	78,10
Índice de Dependência dos Jovens	40,46	30,10	23,64	23,10
Índice de Dependência dos Idosos	18,15	20,49	24,17	25,43
Índice de Dependência Total	58,62	50,59	47,81	48,54
Índice de Juventude da População Activa	129,96	129,18	120,34	109,63
Índice de Renovação da População Activa	150,23	136,19	143,05	126,90
Índice de Maternidade	33,26	21,94	20,50	21,12
Índice de Tendência	91,80	84,23	100,36	102,19
Índice de Potencialidade	115,59	114,01	105,60	99,79

Fonte: *Recensamentos Gerais da População* (1900 e 2001), INE.

De acordo com as estatísticas disponíveis, em 2001 existiam em Portugal 1,8 milhões de indivíduos com 65 e mais anos, o que representa um aumento de cerca de 490% em relação a 1900, quando apenas existiam 310 mil idosos. O grupo dos jovens diminuiu, em percentagem e também em número. O ano com maior volume de população menor de 15 anos corresponde a 1981, tendo sido registados 2 508 673 indivíduos, mas em termos relativos o momento de maior proporção de jovens data de 1911, quando esta faixa etária representava 35% do total de recenseados. Hoje a percentagem é a menor de sempre e em número efectivos inferior a 1900 (1 637 637 jovens em 2006, 1 827 541 em 1900). Desde o máximo atingido em 1981, o escalão jovem reduziu-se mais de um terço[34]. A justificar o duplo envelhecimento visível na pirâmide de idades de 1900 e 2006[35] há ainda que considerar o prolongamento da vida até idades avançadas. Os indivíduos com 75 e mais anos quase igualam hoje o total de idosos mais jovens, mas representavam menos de um terço da população idosa em 1900.

Portugal – Pirâmide de Idades 1900 e 2006*

Fonte: *Recensamento Geral da População*, 1900* Estimativas de 2005.

34 De acordo com os dados provisórios do último recenseamento (2001) existiam em Portugal 1 637 637 jovens e 1 828 614 idosos. Os primeiros são menos 190 980 que os segundos. Para essa vantagem contribuem todas as regiões, excepto o norte e as ilhas. No Alentejo existem 172 idosos por cada 100 jovens, na região centro 142, no Algarve 125 e em Lisboa 106. No Norte essa relação é de 93 idosos por cada centena de jovens, apresentando as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores as estruturas mais jovens, com apenas 73 e 64 idosos por cada 100 jovens, respectivamente (RODRIGUES, 2003: 91-109).

35 E da gradual inversão da pirâmide, que passa do formato tradicional triangular, para *Ás de Espadas*. Optou-se por comparar 1900 e 2005 pela indisponibilidade de informação sobre 2006, já que neste último ano apenas foram divulgados os valores sobre os grandes grupos etários.

Se podemos imputar ao processo de envelhecimento parte da travagem de crescimento demográfico, resta destacar o efeito positivo do aumento da esperança de vida. Os portugueses vivem hoje em média 79 anos[36]. No entanto, as mulheres têm uma clara vantagem sobre os homens, que atinge uma amplitude máxima na década de 80 quando esta vivia em média mais 7 anos e meio. Em 1940 os homens viviam menos 27 anos e as mulheres menos 29 anos que em 2006. Ou seja, no século XXI um indivíduo pode aspirar viver mais uma vez e meia que em pleno Estado Novo ou mais duas vidas em relação a 1900.

O envelhecimento torna-se mais evidente em zonas afectadas pelo declínio de fecundidade e pela emigração ou migrações para outras partes do país, nomeadamente para o litoral e para os centros urbanos. Esta questão remete para um fenómeno igualmente mediático e actual, mas que surge em contraponto do anterior, ou seja, o impacto dos movimentos migratórios em Portugal neste início de século XXI. Dado que o migrante tipo é jovem, a sua transferência promove o rejuvenescimento nas zonas de fixação e, ao invés, o envelhecimento dos locais donde sai. Essa foi a vantagem da faixa litoral na segunda metade do século XX. Os distritos mais penalizados neste aspecto foram os de interior[37]. Dos 10,6 milhões estimados para 2006 cerca de 5% possuem nacionalidades diferentes da portuguesa. Prevê-se que neste ano residam em Portugal cerca de 329 898 estrangeiros com estatuto legal de residente.

Não obstante, as variações globais de dinâmica demográfica escondem assimetrias internas: a) entre o continente e as ilhas atlânticas; b) entre as metades norte e sul do continente, entre litoral e interior, entre zonas rurais e urbanas. Dessa multiplicidade resulta em termos estritamente demográficos uma população que quase não cresce e onde é quase total a dependência face às migrações. A situação só poderá ser alterada pela influência de políticas sociais de incentivo e apoio ao desenvolvimento social e à fecundidade e natalidade, cuja eficácia já foi comprovada nos países nórdicos[38]. O relativo impasse de crescimento populacional português é causado pelo

36 Segundo dados 2008 *World Population Data Sheet* (www.prb.org). Em 2006, as diferenças regionais na esperança média de vida à nascença revelavam que entre a Região Autónoma da Madeira e o Centro (74,1 e 79 anos, respectivamente) havia cerca de 5 anos de diferença. As regiões abaixo da média nacional são a Madeira, Açores, Algarve e Alentejo.

37 MOREIRA, 2001.

38 Entre os países europeus apenas os países nórdicos se conseguem aproximar da taxa de renovação de gerações: Dinamarca, Irlanda, Noruega, Suécia (1.9), França (2.0) e Islândia (2.1), (www.prb.org).

crescente número de idosos face ao de jovens e é sustentado por esperanças médias de vida elevadas e por níveis baixos de fecundidade, dificilmente modificáveis a curto prazo[39].

O aumento das gentes portuguesas manteve-se moderado durante todo o século XX e hoje encontra no fenómeno migratório a sua quase total explicação. Até meados da década de 70 a emigração condicionou os ritmos e características desse crescimento, seguida pelas migrações internas[40], nos anos 80 e pela imigração na década seguinte. A transferência interna de indivíduos do interior para o litoral, e também para os centros urbanos, decorre em simultâneo com a consolidação de novos padrões de comportamento face à fecundidade e à mortalidade e explica parte da evolução populacional portuguesa nas últimas décadas. Em termos de média duração, sem o efeito migratório (emigração e migrações internas), o aumento demográfico das gentes portuguesas teria sido praticamente uniforme até final dos anos 60, diminuindo rapidamente entre essa data e os anos 90 para voltar a aumentar de seguida, devido a saldos migratórios positivos. Nos primeiros cinco anos da década de 90 ter-se-á verificado uma diminuição anual de 0,02% no número de residentes, anulada e invertida no segundo quinquénio. Tal facto não impediu que várias regiões do país continuassem a perder população. Mas a descida teria sido mais acentuada.

Parte destes resultados são fruto do fenómeno de envelhecimento, cujas consequências foram mais evidentes em zonas debilitadas por movimentos simultâneos de declínio de fecundidade e volumes significativos de emigração e/ou migrações para outras partes do país, nomeadamente para o litoral e os centros urbanos[41].

2. Factores de diversidade

Ao longo de todo o século XX a população aumentou moderadamente em Portugal. Aspectos de índole política, sobretudo económica e cultural, explicam, como vimos, essa relativa lentidão. Os últimos anos foram de moderação, causada pelo declínio sustentado da fecundidade e sucessivas mudanças nos valores e sentido dos fenómenos migratórios. Com efeito, uma leitura dos indicadores populacionais nas diferentes unidades admi-

39 NAZARETH, 1996: 77-96.
40 NAZARETH, 1988.
41 MOREIRA, 2001.

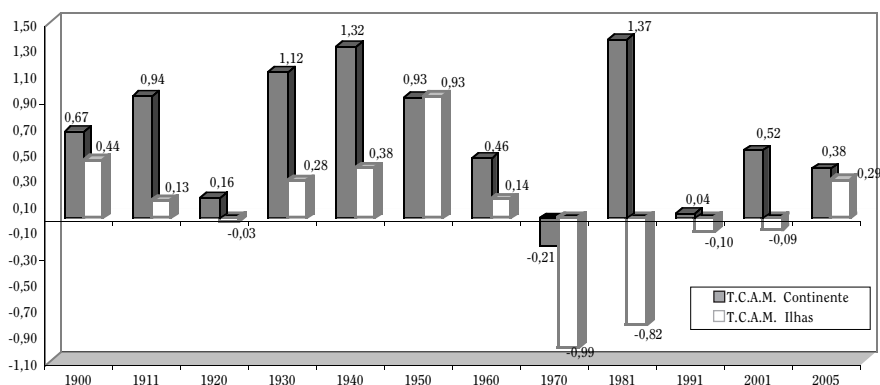
nistrativas do país permite detectar quotidianos locais, a que correspondem diferentes processos de transição para a modernidade. A existência de dinâmicas específicas de comportamento é causa e consequência de realidades únicas, circunscritas geograficamente a uma escala que raramente coincide com a divisão normativa. Assim, parte das considerações que acabámos de tecer sobre a média do país só ganham expressividade quando analisadas à escala regional. Veja-se a história das Regiões Autónomas, marcada por grandes diferenças face ao continente e sujeita a flutuações mais acentuadas, como se infere dos ritmos de crescimento total anual médio, por vezes oposto à tendência nacional, se exceptuarmos a primeira década do século e os anos 40, 60 e inícios do século XXI. Parte dessa originalidade decorre das características específicas dos comportamentos colectivos das gentes insulares. Em termos de longa duração há que sublinhar a longa permanência nas ilhas atlânticas de altos níveis de fecundidade e mortalidade, a que se juntou o factor migratório. A emigração, as migrações entre ilhas e para o continente actuaram localmente como elementos reguladores do volume de habitantes. A dependência face às migrações manteve-se estreita, evidenciando-se em momentos de conjuntura internacional adversa, como aconteceu entre 1920 e 1950.

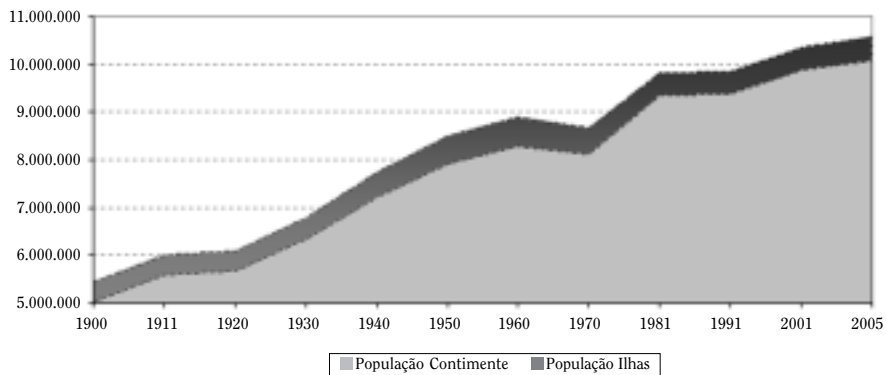
Um primeiro indicador da forma como cada parte do território contribuiu para os ritmos de evolução demográfica nacional consiste em verificar nos vários momentos censitários, o seu peso populacional face ao total[42]. No caso das ilhas essa percentagem diminuiu entre 1911 e 1920, para recuperar nas décadas imediatas e registar o seu crescimento máximo durante a Segunda Guerra Mundial. Os anos 50 foram já menos positivos e as variações populacionais negativas sucederam-se a partir da década de 60. O Arquipélago dos Açores já nos anos 90 vira subir o número de residentes (1,7%), ao contrário da Madeira, onde a descida foi acentuada (-3,3%). Na década anterior, a situação fora inversa, o que exemplifica a mencionada instabilidade, acentuada neste primeiro quinquénio do século XXI, com ambas as regiões Autónomas a crescerem positivamente: os Açores 4,6% e a Madeira 3,7%.

As Ilhas representam actualmente cerca de 5% dos residentes em Portugal e o seu peso relativo diminuiu durante o século XX, uma vez que em 1900 representavam quase 8% dos portugueses. Em números absolutos na década de 60 as gentes insulares atingem um volume máximo de 596 417 habitantes oficiais, hoje reduzido a 487 438.

---

42 RODRIGUES, 1998: 144-146.

Evolução Taxa de Crescimento Anual Médio, Continente e Ilhas 1900-2005

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População entre 1900 e 2001* e *Estimativas 2005*, INE.

Evolução da População Portuguesa residente no Continente e nas Ilhas, Portugal 1900-2005

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População entre 1900 e 2001* e *Estimativas 2005*, INE.

Também a evolução continental se pautou ao longo da centúria pela existência de períodos com ritmos de crescimento médio diversos[43]. Até 1911 as diferenças internas foram pontuais, embora desde meados do

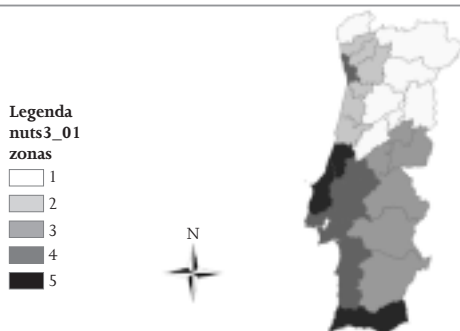
43 Uma análise mais detalhada destas conjunturas e respectiva influência em termos demográficos encontra-se sintetizada por RODRIGUES, 1995: 57 e ss.

século XIX seis distritos do norte interior iniciem um processo de declínio percentual do qual nunca recuperam: Bragança, Vila Real, Viseu, Guarda e Coimbra e ainda, embora menos, Viana do Castelo (ZONA 1). Ainda a norte, Braga e Aveiro foram numa primeira fase afectados pela intensidade da emigração, embora apresentassem alguns dos maiores saldos fisiológicos nacionais. O primeiro iniciou o seu processo de recuperação a partir dos anos 30 e o segundo na década imediata (ZONA 2). Por seu turno, até 1950 o Alentejo manteve uma certa vitalidade, explicável pela fraca tradição emigratória, embora as migrações internas, designadamente para os concelhos da margem sul e para Lisboa, restringissem o seu crescimento. Mas a partir de meados do século esta região começa a perder importância demográfica, agregando-se-lhe o distrito da Castelo Branco (ZONA 3). Ao longo dos últimos cem anos a grande constante que encontramos na realidade portuguesa esteve ligada ao contínuo aumento da concentração populacional em torno do Porto e de Lisboa, à qual se deve juntar a mancha territorial que virá a ser o distrito de Setúbal, criado em 1926, e de certa forma também, o de Santarém, embora este último perca alguma vitalidade após 1930 (ZONA 4). Nos três primeiros distritos residiam 29% dos portugueses continentais em 1900, 33% em 1950, 47% em 1991. Na actualidade, mais de metade dos residentes nacionais está fixado nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. As estimativas de 2005 confirmam as tendências anteriores, pese embora alguma recuperação das ZONAS 1 e 2. No primeiro caso o saldo populacional continua negativo (-14553), mas a ZONA 2 ganha 26611 residentes. A área do interior centro e sul (ZONA 3) continua a perder importância percentual e população (-21078 habitantes entre 2001 e 2005) e o mesmo sucede na ZONA 4, que perde valor relativo, embora ganhe 174039 novos habitantes.

População recenseada nas diferentes zonas consideradas (1900-2005) (%)

Distritos	1900	1950	2001	2005
Zona 1	26,2	21,1	13,4	13,5
Zona 2	12,2	12,1	15,1	15,7
Zona 3	14.2	15.1	15.5	13,5
Zona 4	12.5	13.2	13.1	13,5
Sem tendência aparente	16.1	16.5	16.2	15.1
Total	**28.2**	**31.0**	**32.5**	**54.9**

Fonte: Elaboração própria.

População recenseada nas diferentes zonas entre 1900 e 2005 (%)

Fonte: VEIGA e HENRIQUES, 2004.

Conforme pudemos concluir, na segunda metade da centúria ocorrem mudanças inéditas na história demográfica portuguesa. Enquanto a ZONA 4 continua a crescer e a ZONA 2, que lhe é contígua, recupera, o grupo de distritos da ZONA 1, que já vinha a perder peso relativo, sofre descidas acentuadas, muito rápidas após 1970, no que começam a ser acompanhados pela ZONA 3. Está assim encontrado o novo sentido de diversidade, que substitui as tradicionais diferenças entre distritos do norte e distritos do sul, à oposição entre distritos da faixa litoral e distritos do interior.

Ao incentivarem deslocações para áreas económicas mais atractivas, as migrações internas e externas aceleraram o abandono dos campos[44] e fomentaram o crescimento, por vezes desordenado, dos concelhos circundantes às grandes cidades, base das Áreas Metropolitanas[45]. Como causa última, este processo levou à desertificação rápida do interior, mais acentuada nos locais de saída dupla, para fora do país e para as cidades e o litoral. No último decénio o processo de desertificação foi limitado pela concentração populacional em torno das vilas e cidades. Com efeito, os núcleos detentores de algumas funções urbanas cresceram durante os anos 80 ou apresentaram perdas inferiores às registadas nos aglomerados de menor dimensão, mesmo nas zonas que já se encontravam a perder importância relativa demográfica[46].

44 RODRIGUES e PINTO, 1996: 561-565. Estudos realizados neste âmbito permitem estimar em cerca de 80% a percentagem de migrantes que trocam as zonas rurais, onde residiam, por centros urbanos. Só 20% efectuam deslocações entre dois centros urbanos.

45 RODRIGUES e BAPTISTA, 1996: 75-122.

46 RODRIGUES e PINTO, 1996: 44-53. Partimos do pressuposto metodológico que, no panorama português, todos os aglomerados com dois mil ou mais residentes possuíam já algumas infra-estruturas capazes de fixar os seus residentes.

Evolução percentual da população portuguesa por distritos entre 1900 e 2005

Distritos	1900	1911	1920	1930	1940	1950
Aveiro	5,6	5,7	5,7	5,7	5,6	5,7
Beja	3	3,2	3,3	3,6	3,6	3,4
Braga	6,6	6,4	6,2	6,1	6,3	6,4
Bragança	3,4	3,2	2,8	2,7	2,8	2,7
Castelo Branco	4	4,1	4	3,9	3,9	3,8
Coimbra	6,1	6,1	5,9	5,5	5,4	5,2
Évora	2,4	2,5	2,6	4,6	2,7	2,6
Faro	4,7	4,6	4,5	4,3	4,1	3,9
Guarda	4,8	4,6	4,3	3,8	3,8	3,6
Leiria	4,4	4,5	4,7	4,5	4,6	4,7
Lisboa	13,1	11,4	12,2	13,3	13,6	14,4
Portalegre	2,3	2,4	2,5	2,4	2,4	2,4
Porto	11	11,3	11,6	12	12,1	12,4
Santarém	5,2	5,4	5,5	5,6	5,5	5,4
Setúbal	2,5	2,8	3,1	3,4	3,5	3,8
Viana Castelo	4	3,9	3,8	3,4	3,4	3,3
Vila Real	4,5	4,1	3,9	3,8	3,8	3,8
Viseu	7,4	7	6,8	6,5	6	5,8
Continente	92,5	93,1	93,2	93,1	93,1	93,1
Ilhas	7,5	6,9	6,8	6,9	6,9	6,9
Portugal	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Distritos	1960	1970	1981	1991	2001	2005
Aveiro	5,9	6,3	6,3	6,6	6,9	6,9
Beja	3,1	2,4	1,9	1,7	1,6	1,5
Braga	6,7	7,1	7,2	7,6	8,2	8,1
Bragança	2,6	2,1	1,9	1,6	1,4	1,4
Castelo Branco	3,6	3	2,4	2,2	2	1,9
Coimbra	4,9	4,7	4,4	4,3	4,3	4,1
Évora	2,5	2,1	1,8	1,8	1,7	1,6
Faro	3,5	3,1	3,3	3,5	3,8	3,9
Guarda	3,2	2,5	2,1	1,9	1,7	1,7
Leiria	4,6	4,4	4,3	4,3	4,4	4,5
Lisboa	15,6	18,3	21	20,8	20,6	21
Portalegre	2,1	1,7	1,5	1,4	1,2	1,1
Porto	13,4	15,2	15,9	16,6	17,1	17,1
Santarém	5,2	5	4,6	4,5	4,4	4,4
Setúbal	4,2	5,4	6,7	7,2	7,6	7,9
Viana do Castelo	3,1	2,9	2,6	2,5	2,4	2,4
Vila Real	3,7	3,1	2,7	2,4	2,2	2,1
Viseu	5,4	4,8	4,3	4,1	3,8	3,7
Contimente	93,3	93,8	95	95	95,3	95,4
Ilhas	6,7	6,2	5	5	4,7	4,6
Portugal	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: Elaboração própria.

Taxas de crescimento anual médio da população portuguesa (1900-2001)

Distritos	1900-11	1911-/20	1920-30	1930-40	1940-50
Aveiro	0,98	0,22	1,23	1,01	1,1
Beja	1,53	0,46	1,81	1,38	0,45
Braga	0,61	-0,15	0,91	1,65	1,14
Bragança	0,36	-1,34	0,95	1,34	0,67
Castelo Branco	1,05	-0,09	0,83	1,51	0,64
Coimbra	0,74	-0,24	0,46	0,98	0,54
Évora	1,39	0,43	1,39	1,61	0,55
Faro	0,64	-0,22	0,89	0,78	0,27
Guarda	0,33	-0,62	0	1,31	0,4
Leiria	0,99	0,53	0,89	1,46	1,01
Lisboa	1,76	1,03	0,29	1,56	1,49
Portalegre	1,19	0,54	0,9	1,36	0,59
Porto	1,18	0,42	1,32	1,56	1,14
Santarém	1,16	0,47	1,21	1,2	0,77
Setúbal	–	–	–	1,5	1,89
Viana Castelo	0,53	-0,07	0,12	1,15	0,68
Vila Real	0,19	-0,5	0,86	1,3	0,93
Viseu	0,26	-0,3	0,72	0,6	0,53
Continente	0,94	0,16	1,12	1,32	0,93
Açores	-0,5	-0,54	0,99	1,17	1,05
Madeira	1,13	0,65	1,65	1,62	0,79
PORTUGAL	**0,88**	**0,15**	**1,13**	**1,32**	**0,93**

Distritos	1950-60	1960-70	1970-81	1981-91	1991-01
Aveiro	0,82	0,44	1,17	0,49	0,88
Beja	-0,5	-2,97	-0,76	-1,06	-0,5
Braga	0,88	0,27	1,33	0,54	1,25
Bragança	0,22	-2,58	0,22	-1,54	-0,59
Castelo Branco	-0,25	-2,12	-0,79	-0,86	-0,32
Coimbra	-0,12	-0,78	0,77	-0,2	0,31
Évora	-0,09	-2,06	0,09	-0,37	-0,01
Faro	-0,42	-1,58	1,71	0,54	1,49
Guarda	-0,85	-2,76	-0,34	-0,88	-0,45
Leiria	0,21	-0,64	0,93	0,14	0,76
Lisboa	1,24	1,32	2,5	-0,1	0,4
Portalegre	-0,61	-2,53	-0,19	-0,63	-0,55
Porto	1,25	0,96	1,6	0,5	0,74
Santarém	0,03	-0,69	0,48	-0,21	0,22
Setúbal	1,48	2,18	3,15	0,8	1,03
Viana Castelo	-0,06	-1	0,2	-0,27	0,01
Vila Real	0,18	-1,95	-0,09	-1,12	-0,55
Viseu	-0,25	-1,53	0,22	-0,53	-0,18
Continente	0,46	-0,22	1,29	0,04	0,52
Açores	0,28	-1,24	-1,55	-0,23	0,17
Madeira	-0,3	-0,69	0,06	0,02	-0,33
Portugal	**0,44**	**-0,27**	**1,17**	**0,03**	**0,49**

Fonte: Elaboração própria.

Taxas de Migração Total intercensitária (1901-2001) (‰)

Distritos	1901-1911	1912-1920	1921-1930	1931-1940	1941-1950
Aveiro	-1,5	-2	-1,2	-0,6	-1,1
Beja	0,2	-1,8	0,8	-0,1	-1,6
Braga	-1,2	-2,3	-1,1	-0,3	-1,1
Bragança	-2,1	-4,8	-1,2	0,1	-1,7
C. Branco	-1,2	-2,5	-1,1	-0,6	-1,5
Coimbra	-1	-2,2	-0,5	-0,7	-0,8
Évora	0,3	-1,6	0,4	0	-1,1
Faro	-2,3	-3,3	-0,4	-1,1	-1,2
Guarda	-2	-3,7	-1,8	-0,8	-2,2
Leiria	-1,5	-0,9	-0,9	-0,5	-0,8
Lisboa	1,7	1,5	3,7	3,5	2,9
Portalegre	-0,3	-1,3	-0,2	-0,3	-0,9
Porto	0	-0,8	0,3	0,7	0,1
Santarém	-0,2	-2,1	-0,4	-0,2	-0,8
Setúbal	-	-	-	0,5	2,2
Viana do C.	-1,1	-1,7	-1,4	-1,1	-1,4
Vila Real	-2,4	-2,3	-1,6	0	-1,1
Viseu	-2	-2,9	-1,7	-1,2	-2
Continente	-0,7	-1,6	0	0,3	-0,3
Açores	-3,6	-3	0,1	0,1	-1
Madeira	-1,4	-1,8	-0,4	-0,6	-1,9
PORTUGAL	**-0,9**	**-1,6**	**0**	**0,2**	**-0,4**

Distritos	1950-60	1960-70	1970-81	1981-91	1991-01
Aveiro	-1,8	-2,9	-0,7	-0,2	5,6
Beja	-4,1	-9,1	-2,4	-2,1	1,7
Braga	-2,9	-4,8	-0,2	-1	6,2
Bragança	-3,7	-9,6	-0,7	-4,1	-1,2
Castelo Branco	-3,6	-5,5	-2,3	-1,5	3,2
Coimbra	-2,2	-4,1	0,3	-0,7	5,2
Évora	-2,6	-7,5	-0,8	-0,8	3,4
Faro	-2,7	-5	3,9	1,3	16,2
Guarda	-5,3	-8,8	-1,1	-1,8	1,5
Leiria	-2,5	-4,3	1,2	-0,3	7,6
Lisboa	1,8	0,9	4,3	-0,9	3
Portalegre	-3,7	-7,6	-0,6	-0,9	0,7
Porto	-1	-2,1	1,1	-0,6	2,6
Santarém	-2	-3,6	0,5	-0,5	5,5
Setúbal	1,5	3,4	7,1	0,9	8,5
Viana do Castelo	-3,3	-5,5	-1,1	-1,1	2,3
Vila Real	-3,8	-8,8	-2,3	-3,6	-3,2
Viseu	-3,9	-7	-1,2	-2,1	-0,5
Continente	-1,8	-3,5	3,5	-0,8	4,3
Açores	-3,7	-7,3	-7	-2,5	5,1
Madeira	-4,6	-6,5	-2,7	-1,4	-6,2
PORTUGAL	**-2**	**-3,7**	**3,2**	**-0,8**	**4,2**

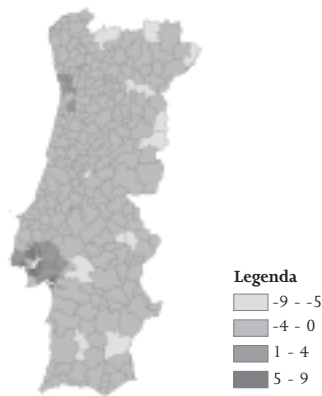
Fonte: Elaboração própria.

Uma análise à escala concelhia permite compreender o desenvolvimento local e a história própria de cada aglomerado. Na fase inicial do século XX os concelhos com maior crescimento populacional eram Oeiras, Barreiro e Cascais, por causas de índole migratória. A estes três concelhos acrescem ainda no topo do *ranking* do ritmo de crescimento migratório São João da Madeira, Palmela, Lisboa, Aljustrel, Espinho e Alcácer do Sal, que sobem por ano em média 2 a 3%. Nesse mesmo período, os concelhos com níveis máximos de fecundidade eram Sobral de Monte Agraço, Barreiro, Setúbal, Ponte de Sor, Coruche, Machico, Almeirim e Santa Cruz na Madeira, onde o aumento era superior a 2% graças ao saldo natural. Ao invés, os concelhos que mais perdiam população (via migração) eram os insulares: nos Açores, Santa Cruz das Flores, Lagoa, Povoação, Lajes do Pico, Vila Franca do Campo, Velas, Ponta Delgada e Santa Cruz da Graciosa; na Madeira, Porto Santo, Porto Moniz e Machico. O mesmo sucedia em alguns concelhos do interior dos distritos de Viseu (Armamar, Nelas), Vila Real (Sabrosa, Mesão Frio, Vila Nova de Paiva) e Guarda (Manteigas). Na década de 30 a tendência mantém-se, mas intensifica-se o fluxo migratório e consequente crescimento dos concelhos de litoral. Podemos fazer recuar aos anos 30 o início do processo de litoralização, a partir do qual alguns pólos económicos mais dinâmicos (Lisboa, Setúbal e Porto) registaram aumentos muito significativos, superiores aos saldos naturais. As diferenças entre litoral e interior e cidade e campo acentuaram-se na década imediata. Já então o crescimento de vários distritos do interior e das ilhas era bastante inferior ao esperado com base no saldo fisiológico. Os saldos migratórios de sinal negativo evidenciam-se no período subsequente e entre 1950 e 1960 menos de metade dos distritos aumentou, embora o número de nascimentos suplantasse o de óbitos em todos eles, tanto mais que os níveis de mortalidade estavam também a declinar.

O processo de bipolarização em torno de dois grandes núcleos de Lisboa e Porto acentuou-se. Aliás, na década de 60 apenas cinco distritos viram crescer o número de residentes, dos quais os dois anteriores e três que lhes eram contíguos: Braga, Aveiro e Setúbal. No resto do país o declínio foi geral, com valores negativos muito elevados de norte a sul ao longo de uma faixa interna. As causas são conhecidas: por um lado a emigração atingiu níveis muito elevados e generalizou-se a todo o território; por outro, reduziram-se os ritmos de crescimento natural, à medida que a natalidade descia mais que a mortalidade. O efeito combinado destes dois fenómenos afectou em especial as zonas afastadas do litoral.

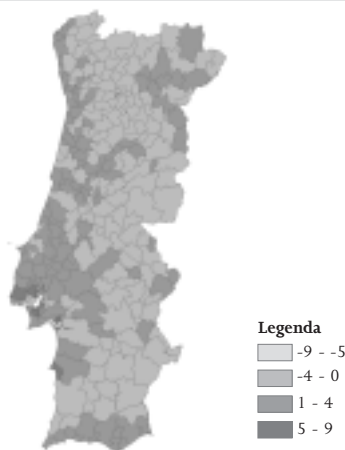
Nos anos 70 a situação inverteu-se. O retorno das ex-colónias e a descida do número de emigrantes da Europa e das Américas conseguiram alterar em certos casos a tendência negativa dos saldos migratórios e mesmo compensar a

descida progressiva dos saldos naturais. Toda a faixa litoral aumentou, sobretudo os distritos do Porto, Lisboa, Setúbal e Faro. O primeiro sai vitorioso da junção de crescimentos migratórios e naturais elevados[47]. Os restantes beneficiaram de saldos migratórios muito positivos. A população continuou a declinar no extremo norte (Viana do Castelo e Trás os Montes), na Beira Interior (Guarda e Castelo Branco) e no Alto e Baixo Alentejo (Portalegre e Beja). Nestas zonas verificava-se um duplo processo. Por um lado, a transferência de famílias inteiras e com carácter definitivo, e por outro o rápido envelhecimento das populações aí residentes, já que mostraram ser locais sem capacidade de recuperação, onde nasciam cada vez menos crianças. O litoral já então crescia à custa do interior.

Taxas de Crescimento Natural e Migratório em Portugal (1960-1970)

Fonte: Elaboração própria.

A partir da década de 80 reduziu-se a importância da emigração enquanto factor explicativo da diversidade regional e o mesmo aconteceu em termos de fecundidade e mortalidade. As cidades e vilas do litoral continuam a atrair gente do interior, mas as grandes beneficiárias deixam de ser os concelhos de Lisboa e Porto, substituídos pelas áreas circundantes, que integram no caso do Porto os antigos distritos de Braga e Aveiro e no caso de Lisboa, Setúbal[48]. Por seu turno, estas são também, em conjunto com Faro, as superfícies preferenciais de fixação de imigrantes, o que lhes garante uma dinâmica demográfica acrescida[49].

47 O Porto era, juntamente com Braga, um distrito muito dinâmico em termos fisiológicos.
48 BAPTISTA, 1994: 53-77.
49 RODRIGUES e PINTO, 2002: 179-203.

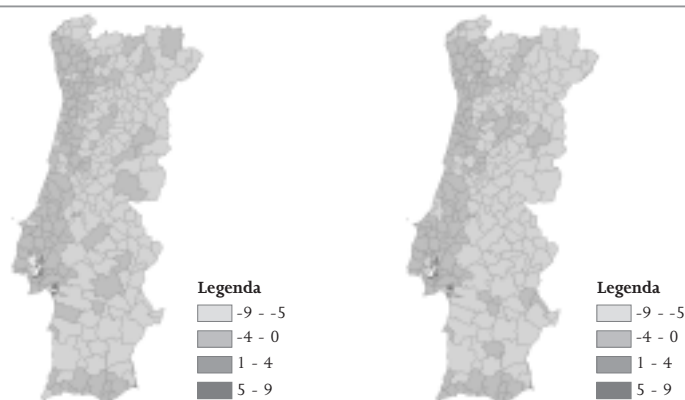
Taxas de Crescimento Migratório em Portugal (1970-1981)

Fonte: Elaboração própria.

A evolução recente da população portuguesa faz-nos percepcionar um território que, nas últimas três décadas vira acelerar o processo de desertificação do seu interior, embora este se manifestasse desde épocas anteriores. Esse fenómeno foi primeiro sentido em aldeias e vilas dispersas, mas progressivamente estendeu-se a certos centros urbanos. Nesse contexto, as migrações internas assumiram uma importância crescente na evolução demográfica das gentes portuguesas e justificam grande parte das assimetrias encontradas no território. No entanto, os centros urbanos perderam menos população que os rurais. É nítida a forma como, apesar da relativa estagnação populacional que marca os anos 80 e parte dos 90, os aglomerados com mais de 2 mil habitantes registam um aumento significativo, por vezes o único positivo em toda a região envolvente.

Assim, as desigualdades internas acentuaram-se nos últimos anos, quase só em função da capacidade atractiva local. Prossegue o abandono do interior e o declínio populacional no Alto Trás-os-Montes, Douro Interior e Alentejo, à excepção de alguns concelhos urbanos e litorais. O mesmo princípio é válido no caso algarvio, porque embora seja a região que mais cresce, as suas áreas agrícolas e montanhosas perdem efectivos. A partir dos anos 80, os concelhos de Lisboa e Porto começam a perder efectivos, tendência que persiste até hoje e reflecte o processo de terciarização nos seus centros funcionais e a transferência de população para outras partes das Áreas Metropolitanas.

O futuro de cada região e respectivas potencialidades de desenvolvimento parecem depender da intensidade e direcção das migrações à escala nacional.

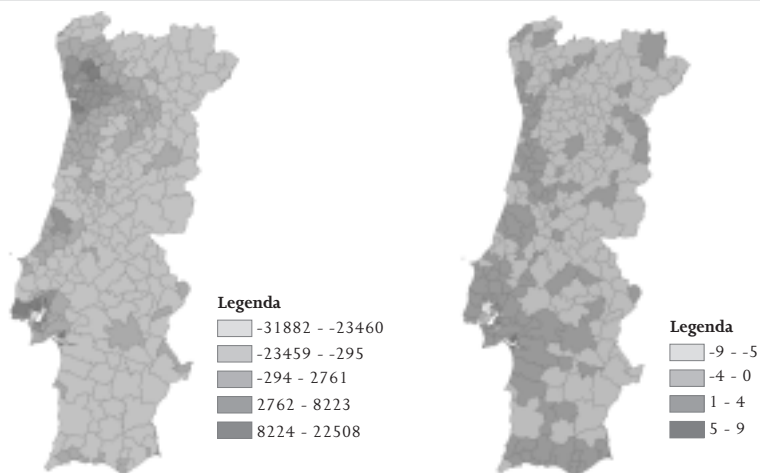
O papel determinante que durante décadas pertenceu à emigração, tende agora a transitar para as migrações internas e também, cada vez mais, a imigração.

Taxas de Crescimento Anual Médio da População (1991-2001 e 2001-2005)

Fonte: Elaboração própria.

Saldos naturais e migratórios em Portugal, por distritos (1991-2001)

Distritos	População 1991	População 2001	Saldo Total	Saldo Natural	Saldo Migratório
Aveiro	654265	713578	59313	21046	38267
Beja	169438	161211	-8227	-11105	2878
Braga	748192	846354	98162	48490	49672
Bragança	157809	148808	-9001	-7233	-1768
Castelo Branco	214853	208069	-6784	-13451	6667
Coimbra	427839	441245	13406	-8999	22405
Évora	173654	173408	-246	-6280	5962
Faro	341404	395208	53804	-6120	59924
Guarda	188165	179963	-8202	-10991	2789
Leiria	426152	459450	33298	-230	33528
Lisboa	2052787	2136002	83215	19534	63681
Portalegre	134169	127018	-7151	-8075	924
Porto	1641501	1766840	125339	80569	44770
Santarém	444880	454506	9626	-15264	24890
Setúbal	712594	788459	75865	8953	66912
Viana do Castelo	250059	250273	214	-5472	5686
Vila Real	236294	223731	-12563	-5298	-7265
Viseu	401871	394927	-6944	-4924	-2020
Continente	**9375926**	**9869050**	**493124**	**74706**	**418418**
Açores	237795	241762	3967	-8272	12239
Madeira	253427	245012	-8415	6938	-15353
PORTUGAL	**9867147**	**10355824**	**488677**	**73372**	**415304**

Fonte: Elaboração própria.

Taxas de Crescimento Natural e Migratório da População (1991-2001)

Fonte: Elaboração própria.

Dinâmica da população portuguesa no início do século XXI, por distritos

Distritos	2001	2005	Saldo Total
Portugal	**10355824**	**10.569.592**	**213.768**
Continente	**9869050**	**10.082.154**	**213.104**
Aveiro	713.578	730.372	16.794
Beja	161.211	155.254	-5.957
Braga	846.354	856.171	9.817
Bragança	148.808	144.467	-4.341
Castelo Branco	208.069	201.983	-6.086
Coimbra	441.245	437.086	-4.159
Évora	173.408	170.810	-2.598
Faro	395.208	416.847	21.639
Guarda	179.963	175.090	-4.873
Leiria	459.450	475.662	16.212
Lisboa	2.136.002	2.215.319	79.317
Portalegre	127.018	120.581	-6.437
Porto	1.766.840	1.812.325	45.485
Santarém	454.506	464.740	10.234
Setúbal	788.459	837.696	49.237
Viana do Castelo	250.273	252.272	1.999
Vila Real	223.731	220.172	-3.559
Viseu	394.927	395.307	380
R.A. Açores	**241.762**	**242.241**	**479**
R.A. Madeira	**245.012**	**245.197**	**185**

Fonte: *XIII.º e XIV.º Recenseamento Geral da População Portuguesa*, 1991, 2001.

2.1. *Dinâmicas regionais concelhias*

Mau grado a progressiva uniformização dos comportamentos da população que marca a segunda metade do século XX, persistem dinâmicas locais próprias. Com efeito, é possível encontrar para o período que medeia entre 1960 e 2001 grupos de concelhos com elevado grau de coesão interna face a determinadas características demográficas[50].

Como vimos, a década de 60 foi um período marcado por intensos movimentos migratórios que tiveram forte impacto na redistribuição da população no território. Assim os factores que mais contribuíram para diferenciar os concelhos portugueses foram as taxas de crescimento anual médio e de crescimento migratório. A taxa de crescimento natural não teve praticamente nenhuma relevância, circunstância a que não será alheio o facto de apenas cinco concelhos registarem um crescimento natural negativo, ainda que não acentuado. Para esse período foi possível identificar seis grupos de concelhos. Os dois primeiros englobam as regiões que mais intensamente viram a sua população aumentar devido ao crescimento migratório e incluem o Entroncamento e concelhos da margem norte e sul de Lisboa. O terceiro grupo composto maioritariamente por concelhos da metade norte do país também cresceu nesta década, embora menos. Neste caso, os valores positivos da taxa de crescimento anual médio estão principalmente relacionados com saldos naturais elevados, que compensam a saída de efectivos, quando ela existe. Com efeito, este grupo compreende os concelhos com as mais elevadas taxas de crescimento natural de Portugal nesses anos: Guimarães, Paços de Ferreira, Felgueiras ou Câmara de Lobos, embora alguns deles com saldos migratórios negativos. Noutros casos, como Gondomar e Espinho, o crescimento migratório médio é acompanhado por elevadas taxas de crescimento natural. Outros ainda, como Palmela e Benavente, apresentam valores moderadamente positivos nas três variáveis. A este conjunto de concelhos dinâmicos seguem-se outros três, que representam as regiões mais recessivas. Constituem os grupos com maior representatividade, o que não é de estranhar, uma vez que nesta década entre 82,5% e 92% dos concelhos registaram, respectivamente, valores negativos de crescimento total e migratório. O último lugar é ocupado pelos concelhos com as mais ele-

50 Considerámos para o efeito as taxas de crescimento total, natural e migratório médio. Esta decomposição permite identificar a relevância das dinâmicas naturais e migratórias enquanto factores explicativos da realidade concelhia (MOREIRA e RODRIGUES, 2008).

vadas taxas negativas de crescimento anual médio e migratório, na sua maioria situados no interior, na metade norte e em zonas predominantemente rurais.

Nos anos 70 podemos formar cinco grupos homogéneos de concelhos. O indicador que melhor os diferencia continua a ser a taxa de crescimento anual médio, seguida da migratória. A taxa de crescimento natural continua a ser o factor menos diferenciador, por serem ainda elevados os níveis de fecundidade e da mortalidade, embora aumente o número de concelhos com saldos fisiológicos negativos. Os dois primeiros *clusters* agregam os concelhos com maior dinamismo populacional, sobretudo ligado à sua capacidade atractiva. Continua a consolidar-se a supremacia da área envolvente da capital, sendo Loures, Sintra, Vila Franca de Xira, Seixal e Sines os concelhos que em termos nacionais registam as mais elevadas taxas de crescimento migratório, que compensa largamente o saldo natural negativo dos dois primeiros. Também no segundo grupo de unidades administrativas são os saldos migratórios que explicam o crescimento anual, cobrindo amplamente os casos de crescimento natural negativo ou próximo do zero. Destaque-se, no entanto, o caso específico da região do Porto, que alia valores relativamente elevados de crescimento natural a ritmos migratórios também significativos. Aliás, estes concelhos revelaram uma maior capacidade atractiva que no período anterior, designadamente por beneficiarem dos movimentos de retorno de meados da década. Fazem ainda parte deste segundo grupo oito concelhos algarvios, que devem o seu dinamismo aos saldos migratórios, que podemos relacionar com o desenvolvimento turístico. O terceiro e quarto agrupamentos são muito semelhantes entre si, juntando unidades territoriais que crescem, ainda que de forma moderada (grupo três) ou apresentam valores negativos, ainda que baixos (grupo quatro, embora aqui também existam concelhos com taxas positivas). Estes valores podem ser o resultado de saldos naturais e migratórios baixos ou negativos. O grupo mais recessivo é o quinto, com todos os valores negativos, de que fazem parte muitos dos concelhos que já na década anterior haviam apresentado os valores mais desfavoráveis.

Entre 1981 e 1991, a taxa de crescimento anual médio continua a ser o factor mais influente, enquanto a influência migratória se reduz. Aumenta o número de concelhos com valores migratórios negativos, embora com menores diferenças entre si. Também se acentua a quebra dos níveis de natalidade, o que se reflecte no crescente número de concelhos em que as perdas nos saldos fisiológicos são mais evidentes. Cabe destacar em termos de grupos homogéneos um muito dinâmico, devido a saldos naturais e/ou migratórios relativamente elevados e, nos antípodas, o quinto e último

agrupamento composto pelos concelhos mais deprimidos, sem capacidade para fixar população e saldos fisiológicos muito perto do zero ou já negativos. Quanto aos grupos intermédios, podemos verificar que o segundo apresenta semelhanças com o primeiro, uma vez que também é constituído por regiões com alguma vitalidade demográfica, ainda que mais moderada. Aos saldos migratórios positivos juntam-se em alguns casos taxas de crescimento natural igualmente favoráveis. O grupo três tem como característica comum o facto de os concelhos que o integram apresentarem taxas de crescimento migratórias negativas. Se alguns conseguem manter níveis, ainda que baixos, de crescimento, explicados por saldos naturais positivos, noutros tal não se verifica. Os concelhos que pertencem aos agrupamentos quatro e cinco são também caracterizados por taxas negativas, mais frequentes no último caso, sendo que no grupo quatro existe um número superior de concelhos com ritmos de crescimento natural positivos ou pouco negativos.

Em relação aos anos 90 optou-se pela formação de cinco grupos de concelhos que também tiveram na taxa de crescimento anual médio a principal responsável pela sua constituição. Esta é uma década em que diminui o número absoluto de concelhos com crescimentos negativos (passam de 198 para 173) o que pode estar relacionado com a redução dos fluxos migratórios internos e o aumento das entradas de estrangeiros[51]. Nesta década destaca-se um grupo reduzido de concelhos que apresenta maior dinâmica de crescimento, tanto no que diz respeito aos ritmos de crescimento total, como enquanto pólos de atracção populacional. É formado por Sintra, Alcochete, Sesimbra, Albufeira, São Brás de Alportel e Loulé. Neste grupo, como no seguinte, os concelhos do litoral algarvio devem o seu crescimento aos valores elevados dos saldos migratórios. O perfil migratório muito positivo é, aliás, a característica perfilhada por todos concelhos do primeiro grupo. No agrupamento seguinte continuamos ainda a incluir regiões atractivas, facto que explica grande parte do seu dinamismo demográfico, embora menor do que no caso anterior, mas ainda assim significativo. O agrupamento três reúne as unidades territoriais que ainda mantém saldos fisiológicos positivos ou, quando tal não acontece, onde o crescimento migratório é suficiente para lhe permitir crescer em termos finais. O grupo quatro tem comportamentos semelhantes, embora com valores mais modestos. Por último, o grupo 5 inclui os concelhos perdedores, com valores negativos em todas as vertentes, exceptuando alguns casos pontuais de crescimento natural tenuemente positivo. Concelhos predominantemente rurais, situa-

51 Com estratégias de fixação por vezes difusas, como é o caso das comunidades da Europa central e de Leste ou da América Latina.

dos em zonas economicamente pouco dinâmicas. Um destaque para o grupo mais penalizado, embora residual, que junta Santo Tirso e Loures, os quais apresentam as taxas de crescimento anual médio e migratório mais baixas nesta década, mas que podem ser explicados pela criação em 1998 dos concelhos da Trofa e Odivelas, a partir de freguesias que anteriormente pertenciam àqueles concelhos.

No sentido de perceber, numa óptica de longa duração aplicada ao período 1960-2001, quais as realidades locais com algum grau de homogeneidade analisamos em simultâneo as variáveis de crescimento total, natural e migratório. Os resultados obtidos corroborar as observações anteriores sobre o impacto que os movimentos migratórios, especialmente os ocorridos na década de 60, tiveram na configuração territorial da população. Por seu turno, o factor que menos contribuiu para a definição de uma tipologia concelhia foi a taxa de crescimento natural entre 1960-70.

Torna-se possível propor para a realidade da segunda metade do século XX uma tipologia dos concelhos portugueses baseada na sua dinâmica intrínseca, de tipo piramidal:

Grupo	%	Características
1 e 2	2,6 + 0,7	Maior dinamismo e locais de destino interno preferencial nas décadas de 60 e de 70 Localizados na região envolvente de Lisboa, mais Valongo. Mantêm comportamento constante até 2001. Excepções: Barreiro (taxa de crescimento migratório negativa em 80 e 90); e Loures (taxa de crescimento migratório muito negativa em 90 devida a alterações de território).
3	10,9	Junta, para além de outros concelhos da Grande Lisboa, concelhos à volta do Porto até Aveiro e os concelhos algarvios de Albufeira e Portimão. Regista níveis médios mais elevados de crescimento natural entre 1960 e 1981, resultado de comportamentos favoráveis de fecundidade tardios em contexto nacional. O crescimento natural explica o seu dinamismo, já que as médias do crescimento migratório são baixos.
4 e 5	37,3 + 48,1	Revelam comportamentos recessivos, sobretudo o Grupo 5. Grupo 4 – menos recessivo, embora também tenha um perfil migratório negativo (mais em 1960-70, menos em 1981-91); nas outras décadas o saldo foi positivo, com valores perto do zero. As outras variáveis, à excepção do saldo natural da década de 90 em média negativo, revelam tendência positiva inferior a 1. Grupo 5 – valores médios negativos praticamente em todas as varáveis (excepções: as taxas de crescimento natural entre 1960 e 1981 que, todavia, não conseguiram inverter a sua tendência depressiva. Os valores negativos dos saldos migratórios, especialmente na década de 60, indicam que foram locais de origem de migrantes que se deslocaram quer para outras zonas do país, quer para o estrangeiro.

Fonte: MOREIRA, RODRIGUES, 2008.

2.2. *Sistema urbano e urbanização*

O sistema urbano português mantém no século XX traços herdados do período medievo. Na metade norte dominam as aldeias e vilas, a sul os centros urbanos e a grande cidade portuguesa[52]. Portugal é um país de escassa urbanização, polarizada entre as cidades de Lisboa e Porto. Não obstante, os centros urbanos desempenham um papel importante na nossa história. A imigração e as migrações internas para zonas mais industrializadas, na sua quase totalidade urbanas, justificam as formas e direcções da dinâmica populacional ao longo do século XX. Os principais perdedores foram o norte e o interior norte e centro, onde a saída de efectivos foi dupla, para outras zonas e para fora do país. Por contraste crescem as áreas à volta da capital, bem como a Invicta e respectivos arredores. A partir dos anos 60 acentua-se o processo de urbanização, designadamente através do alargamento das áreas de influência das duas grandes cidades e a expansão das respectivas áreas metropolitanas. Alteram-se as formas de utilização dos espaços urbanos, muitos dos quais se terciarizam em termos económicos e perdem residentes, sobretudo nos centros funcionais, embora este fenómeno seja recente e com impactos ainda não totalmente avaliados.

A análise do sistema urbano português não está isenta de dificuldades, face à informação disponível. Se por um lado, o próprio conceito de «cidade» é complexo, tendo conhecido várias formulações, por outro, a multiplicidade de pontos de vista e de critérios utilizados na sua definição (administrativos, jurídicos, estatísticos) pode impossibilitar uma comparação directa de resultados[53]. A informação sobre o número de cidades e os totais de população urbana constam dos *Recenseamentos Gerais da População Portuguesa*, realizados com periodicidade quase decenal a partir de 1890. Até 1940 as estatísticas restringem a perspectiva de recolha a critérios de ordem administrativa, baseados no regime jurídico de cidade ou localização, sem considerar as dimensões demográficas[54]. Em 1996, o Instituto Nacional de Estatística (INE) propõe a divisão dos concelhos em urbanos, semi-urbanos e rurais. Em 1997, associou-se ao INE a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), tendo sido criada uma *Tipologia das Áreas Urbanas*[55]. Saliente-

52 RODRIGUES e PINTO, 1997: 7-22.

53 MOREIRA *et allii*, 2007.

54 Até 1930 eram contados como urbanos os residentes em cidades e vilas cabeça de concelho; em 1940 os indivíduos residentes em aglomerações com 2 mil ou mais efectivos; e a partir de 1960 os residentes na capital de distrito e qualquer outro núcleo que contasse 10 mil ou mais almas.

55 Áreas Predominantemente Urbanas, Áreas Medianamente Urbanas, Áreas Predominantemente Rurais (INE/DGOTDU, 1999: 9-13).

-se, todavia, que o cálculo que o INE tem feito da população urbana inclui os residentes nas cidades oficialmente consideradas[56] e as sedes de concelho. Continua a dificuldade em contabilizar a população urbana portuguesa, apesar do INE ter publicado em 2004 uma base de dados georreferenciada para as 141 cidades existentes à data[57].

Se privilegiarmos uma análise de século verificamos que o número de centros urbanos e a percentagem de população urbana em relação à população total nos centros com mais de 5, 10 e 20 mil habitantes, ou seja, o *nível de urbanização* português no último século se manteve escasso. Em 1900 eram poucos os centros de média dimensão e só um décimo da população vivia em núcleos com funções urbanas, apesar da subida ocorrida na segunda metade de Oitocentos. Condicionantes político-administrativas e sobretudo económicas travaram o desejável e possível processo de evolução da frágil rede urbana nacional.

Foi lento o crescimento dos aglomerados superiores a 5 mil habitantes e só na transição para o século XXI se verifica um expressivo aumento da sua percentagem. Por seu turno, os centros acima dos 10 mil residentes registam uma

Nível de Urbanização em Portugal (população urbana/população total)

%	1890	1900	1911	1920	1930	1940
+5000	14.9	16.2	17.3	18.1	20.8	22.0
+10000	11.3	12.4	13.1	14.2	16.2	17.4
+20000	9.1	10.1	11.5	11.9	13.9	14.9
%	**1950**	**1960**	**1970**	**1981**	**1991**	**2001**
+5000	24.2	26.9	30.1	34.6	39.4	45,4
+10000	19.3	22.3	26.5	29.7	33.2	37,7
+20000	16.2	17.7	20.4	23.4	24.5	28,1

Fonte: MOREIRA *et allii*, 2007.

56 «Em Portugal cidade refere-se a um aglomerado populacional que a dada altura foi elevado a esta categoria por uma entidade político-administrativa (rei ou parlamento)» (SALGUEIRO, 2006: 176-189), Actualmente são a Assembleia da República e as Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira que podem decidir da elevação dos lugares à categoria de cidade. Na Lei n.º 11/82 de 2 de Junho enunciam-se os critérios necessários, que passam por um mínimo populacional, mais de 8000 eleitores, e pela existência de um certo número de equipamentos e infra-estruturas. No entanto, pode haver razões de ordem histórica, cultural e arquitectónica que podem justificar uma ponderarão diferente destes requisitos. Apesar da definição destes critérios o processo elevação de lugares a cidades tem conduzido ao aparecimento de um grupo heterogéneo de cidades.

57 Muitas são as críticas que podemos fazer à qualidade destas estatísticas, nas quais têm predominado critérios jurídico-administrativos, que nem sempre correspondem a uma realidade de vivência urbana efectiva (VIEIRA, 1978: 107-109; SALGUEIRO, 2006:178) Sobre esta matéria veja-se MOREIRA *et allii*, 2007.

variação positiva contando com 37,7% em 2001. Em meados do século XX estes últimos não chegavam a albergar um quinto da população portuguesa, o que revela a proporção diminuta dos residentes em pequenas e médias cidades. Portugal foi incapaz de criar um tecido urbano de média dimensão, mesmo em períodos de forte dinâmica populacional, como o de 1911 a 1940. No entanto, nos dois últimos decénios do século XX, esta realidade parece ter sofrido alguma inflexão, mas, como se sabe através dos ritmos de crescimento concelhios entre 1981 e 1991, a percentagem de 15% obtida para a população a residir em núcleos entre 5 e 10 mil habitantes reflecte a desertificação do mundo rural, acentuada no início deste século. A maioria dos centros urbanos nacionais pertence aos limiares inferiores. A população a residir em centros com mais de 20 mil habitantes constituiu, ao longo do século, sempre mais de metade do total residente em centros urbanos. A dimensão média que apresentam surge enviesada pelo total de residentes em Lisboa e Porto.

Número de Centro Urbanos segundo o total de Habitantes

milhares	1890	1900	1911	1920	1930	1940
5-10000	27	27	33	31	42	45
10-20000	8	9	6	10	11	15
+20000	3	3	5	3	6	8
milhares	**1950**	**1960**	**1970**	**1981**	**1991**	**2001**
5-10000	53	50	38	65	81	50
10-20000	20	30	39	43	61	41
+20000	12	16	22	35	39	50

Fonte: MOREIRA *et allii*, 2007.

No início do século XX apenas três distritos, Lisboa, Porto e Braga, possuíam centros que ultrapassavam o limiar dos 20 mil efectivos, comportando em conjunto 9,1% do total de residentes no país. Em meados da centúria, este número era já de 12, correspondendo a 16,2% da população total. No último censo de 2001 ascendiam a 50 e 31,9%, respectivamente. Assistiu-se portanto a um aumento do peso relativo de «grandes cidades» no contexto nacional, onde hoje residem quase um terço dos recenseados. Já as dinâmicas regionais dos centros pequenos e médios coincidem com os ritmos médios de crescimento da população no seu todo, o que comprova a sua dependência face a conjunturas depressivas. As cidades com 10 a 20 mil habitantes mostram um comportamento diferente e o seu número aumenta mesmo nos períodos de menor crescimento populacional ou mesmo recuo, o que demonstra uma dinâmica própria, de índole regional. Nos anos 90 diminuem todos os núcleos urbanos, excepto os de maior dimensão.

Percentagem da População a viver em centros de mais de 20 mil habitantes em relação à população total de cada distrito

Distritos	1890	1900	1911	1920	1930	1940
Aveiro						
Beja						
Braga	6,1	6,1	5,8		6,0	5,9
Bragança						
C. Branco						
Coimbra					6,6	6,6
Évora						10,5
Faro						
Guarda						
Leiria						
Lisboa	60,7	62,2	63,5	65,2	65,6	66,3
Portalegre						
Porto	25,4	28,1	28,6	28,9	28,7	28,0
Santarém						
Setúbal			15,3		16,2	13,8
V. Castelo						
Vila Real						
Viseu						
Açores						7,3
Madeira			11,9		14,8	15,8
Continente	9,9	10,9	12,2	12,3	14,4	15,1
Ilhas			4,9		6,7	11,3
Portugal	**9,12**	**10,1**	**11,7**	**11,4**	**13,9**	**14,9**

Distritos	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Aveiro			3,8	4,6	5,0	13,7
Beja						13,4
Braga	5,9	10,8	12,2	12,0	17,9	25,3
Bragança						13,6
Castelo Branco	6,3	7,3	10,6	18,3	22,3	31,4
Coimbra	9,6	10,7	14,1	17,1	27,0	29,2
Évora	11,6	11,0	13,4	19,3	21,9	23,7
Faro			7,7	14,9	16,5	25,1
Guarda						14,5
Leiria					16,6	14,8
Lisboa	64,1	62,2	57,6	55,4	50,7	51,0
Portalegre						
Porto	33,1	32,4	28,9	31,2	29,9	41,9
Santarém					5,3	6,3
Setúbal	20,4	28,0	40,5	40,2	34,8	41,5
Viana Castelo						14,4
Vila Real						10,9
Viseu				4,7	5,1	12,0
Açores	7,0	6,8	7,4	8,7		19,1
Madeira	13,7	16,1	16,0	17,4	39,2	41,8
Contimente	16,6	18,2	21,0	23,9	24,7	31,2
Ilhas	10,1	11,0	11,4	13,2	20,2	30,1
Portugal	**16,2**	**17,7**	**20,4**	**23,4**	**24,5**	**31,9**

Fonte: MOREIRA *et allii*, 2007.

Em seis distritos, o aparecimento de cidades com mais de 20 mil residentes data apenas da segunda metade do século XX[58]. Por seu turno, os distritos de Beja, Évora, Portalegre, Faro e os Açores exibem desde início do século percentagens máximas nacionais de população a viver em centros de 5 a 20 mil residentes. Nos distritos alentejanos o povoamento concentrado é uma constante estrutural e no distrito de Faro as actividades costeiras explicam a existência de vários centros de média dimensão. O crescimento das cidades algarvias origina a partir de 1970 proporções cada vez mais significativas de residentes em cidades acima dos 20 mil efectivos. Os Açores possuem pequenos centros populacionais, cujo volume foi condicionado pela intensidade conjuntural dos fluxos emigratórios. O interior do norte continente revela muito pouco dinamismo em termos do processo de urbanização. Bragança, Vila Real, Guarda e Viseu mostram-se incapazes de criar uma rede urbana com significado. Nesta região, os residentes em núcleos urbanos situavam-se até meados do século na sua quase totalidade em núcleos com menos de 10 mil efectivos. Só na segunda parte da centúria começam a surgir pequenas cidades. Os restantes distritos portugueses situados junto ao litoral registam um aumento lento, embora contínuo, dos níveis de urbanização. Em Aveiro e Leiria este processo é constante, mas em Viana do Castelo ele é bruscamente interrompido. O processo de urbanização do distrito de Coimbra é dominado pela respectiva cidade, que ultrapassará os 20 mil habitantes em 1930, secundada pela Figueira da Foz. A realidade coimbrã demonstra uma fraca capacidade de urbanização, em tudo semelhante à dos distritos do interior. Na década de 90 cresce o número de centros urbanos com mais de 20 mil habitantes e aumenta o seu peso face aos respectivos distritos. Tal acontece sobretudo no interior e também em Viana do Castelo, o que reflecte a continuação do processo de esvaziamento das zonas rurais envolventes e algum dinamismo desses centros, que acabam por ter um importante papel na organização regional. O único distrito que continua a não ter um centro urbano com dimensões superiores a 20 mil residentes é Portalegre.

Assim, ao longo do século XX, o surgimento de novos núcleos urbanos é explicado pelo crescimento global da população portuguesa, embora lhe seja superior. No entanto, são os ritmos a que aumentam Lisboa e Porto, sobretudo a capital, que condicionam a intensidade crescimento médio nacional dos centros urbanos até 1960 momento de inversão de tendência em ambas, a que já aludimos.

58 É o caso de Aveiro e Faro nos anos 60, de Viseu em 70 e na década seguinte, dos distritos de Leiria e Santarém.

Crescimento da população portuguesa e da residente nos principais centros urbanos

Em %	Pop. Total	+ 20000	s | Lx e Porto	Lisboa	Porto
1890-1900	0.75	1.71	0.50	1.72	1.92
1900-1911	0.86	2.25	10.93	1.89	1.32
1911-1920	0.14	0.36	-8.40	1.29	0.51
1920-1930	1.24	2.77	14.53	2.02	1.35
1930-1940	1.24	1.94	3.89	1.61	1.22
1940-1950	0.89	1.85	5.97	1.21	0.71
1950-1960	0.48	1.36	4.16	2.40	0.76
1960-1970	-0.21	1.12	3.85	-0.54	-0.06
1970-1981	1.29	2.44	4.90	0.56	0.80
1981-1991	0.03	0.51	2.24	-1.95	-0.79
1991-2001	0.47	1.89	3.72	-1.61	-1.39

Fonte: MOREIRA *et allii*, 2007.

Com efeito, no século XX português, a evolução das grandes cidades é marcada pela progressiva «dominação demográfica da capital, com um período áureo entre 1930 e 1970, embora esbatido nos últimos anos, devido às mudanças ocorridas nas formas de utilização do tecido urbano (terciarização do edificado nos bairros centrais, aumento da percentagem de população pendular)[59]. Neste contexto emergem as «cidades satélites» em torno dos dois principais centros, algumas das quais figuram hoje entre as grandes cidades do País. Esta fase iniciou-se nos anos 50, justificada pelos efeitos do desenvolvimento económico, nomeadamente industrial[60], que fomentou acréscimos populacionais muito rápidos nas zonas de maior dinamismo, como aconteceu em Guimarães, Matosinhos e Vila Nova de Gaia, a Norte, e no Barreiro, Almada, Amadora e Moscavide, nas margens norte e sul do Tejo. Esta progressiva concentração urbana em torno de Lisboa e Porto será o fenómeno marcante das décadas imediatas. Em 1970, dos 22 centros referenciados com mais de 20 mil efectivos, dois ficam geograficamente próximos do Porto e oito de Lisboa, sem contar com as cidades de Braga, Guimarães, Aveiro e Setúbal, próximas da área de influência económica daquelas. Nas três últimas décadas aumenta a intensidade dessa concentração, pelo que em 2001, dos 50 centros urbanos considerados, 13 situam-se na Área Metropolitana do Porto[61] e 14 na de Lisboa[62].

59 BAPTISTA, 1994; BAPTISTA e RODRIGUES, 1995.

60 AGUIAR e MARTINS, 2003.

61 Referimo-nos a Gaia, Maia, Póvoa do Varzim, Vila Conde, Ermesinde, Espinho, Gondomar, Rio Tinto (Gondomar), Santo Tirso, São João da Madeira, Matosinhos, São Mamede de Infesta (Matosinhos), Vila Nova de Famalicão.

62 Inclui Lisboa, Setúbal, Barreiro, Amadora, Almada, Montijo, Odivelas, Queluz, Agualva, Oeiras, Seixal, Amora (Seixal), Póvoa de Santa Iria (Vila Franca Xira), Alverca do Ribatejo (Vila Franca Xira).

Em termos evolutivos, a rede dos maiores centros urbanos apresenta três momentos decisivos. No primeiro, que se prolonga até 1940, as cidades tradicionais têm dinamismo. Depois, até 1970, embora continuem a ascender a este grupo algumas cidades antigas, surgem núcleos de formação recente, localizados maioritariamente nas áreas de influência de Lisboa e Porto, que sofrem um processo de ascensão muito rápido. Na terceira fase deixa de ser inteiramente correcto falar dessas cidades/concelho, que cedem lugar a uma nova organização em Áreas Metropolitanas. Mas Lisboa e Porto dominam ainda hoje o País actual, sendo parte integrante do «país sobre pressão», onde vive 46% dos residentes em Portugal. Para Ferrão, autor desta designação, «o final do século XX parece confirmar que (...) se afirma crescentemente um Portugal urbano organizado em rede, um arquipélago urbano constituído pelas grandes regiões metropolitanas de Lisboa e Porto, o cordão urbano do litoral algarvio e ainda várias aglomerações urbanas de média e até, nalguns casos, pequena dimensão tanto do litoral como do interior». Toda a faixa interior corresponde ao «país sonolento»[63].

AML e AMP: distribuição e dinâmica da população residente (1991-2001)

	Área %	População 1991	População 2001	Peso no País	Variação População
AML	3,2	2520708	2661850	25,7	5,6
Concelho de Lisboa	0,1	663394	564657	5,5	-14,9
Outros Concelhos da AML	3,1	1857314	2097193	20,3	12,9
AMP	0,9	1167800	1221339	11,8	4,6
Concelho do Porto	0,0	302472	263131	2,5	-13,0
Outros Concelhos da AMP	0,8	865328	958208	9,3	10,7
Total do país	**100,0**	**9867147**	**10356117**	**100,0**	**5,0**

Fonte: MOREIRA *et allii*, 2007.

No início do século XXI assistimos à intensificação do fenómeno de desertificação humana em grandes áreas do país, simultâneos com o acentuar da concentração urbana, numa perspectiva de litoralização, que acompanha a tentativa de modernização da sociedade portuguesa e a construção de um país demograficamente mais desigual nos seus modos de distribuição, mas que se pretende com menores diferenças em termos de qualidade de vida.

63 FERRÃO, 2003: 24.

3. Os comportamentos colectivos

No último século emergiu uma nova teoria para designar o comportamento das populações. Referimo-nos à «transição demográfica»[64], cuja concretização efectiva ocorre maioritariamente na segunda metade do século[65]. É na análise das origens, nos avanços dos impactos das doenças, sobretudo as epidémicas, no conhecimento do contexto social de referência, bem como das mudanças que ocorreram ao longo do tempo nos organismos da doença, nos seus hóspedes e nas características do(s) ecossistema(s) em que sobreviveram, que compreenderemos o que de facto mudou nas populações europeias, sujeitas a profundas mutações económicas, sociais, culturais e políticas. A investigação feita nesta temática permitiu inferir com precisão os factores motivadores das mudanças observáveis nas curvas demográficas e respectiva periodização.

Sabemos que as probabilidades de morte de cada indivíduo dependem por um lado das suas características biológicas, como a idade e o género, e, por outro, do seu modo de vida, ou seja, das condições do meio em que decorre a sua existência e que constituem factores de tipo exógeno. Estes últimos remetem para aspectos tão variados como o grau de nutrição, o nível de higiene, o tipo de actividade, o clima, a capacidade de defesa em relação ao meio físico. Nos países e épocas em que ainda ocorrem subidas regulares de mortalidade, devidas a causas de morte infecciosas e parasitárias, contam mais os factores deste tipo, mas esta realidade já não é europeia. No nosso continente outros factores têm o seu papel determinante, Referimo-nos, nomeadamente, a condições climáticas[66], a actividade profissional[67], os níveis de instrução[68] e de rendimento[69], ao grau de envelhecimento das estruturas etárias, aos custos sociais e individuais da solidão[70]. Esta multiplicidade de factores permite levantar três conjuntos de agentes potenciadores da transição para a modernidade demográfica[71], que conver-

---

64 GANS, 1999: 60-67.

65 LÉON, 1982.

66 A existência de boas condições climatéricas pode induzir a um ligeiro aumento da esperança de vida nos últimos grupos etários.

67 Profissões com maior esforço físico têm menor esperança de vida.

68 Melhores hábitos alimentares e melhor prevenção sanitária favorecem em termos reais os grupos mais instruídos.

69 Importante, quando lidamos com indivíduos pertencentes aos escalões de rendimento mais baixos.

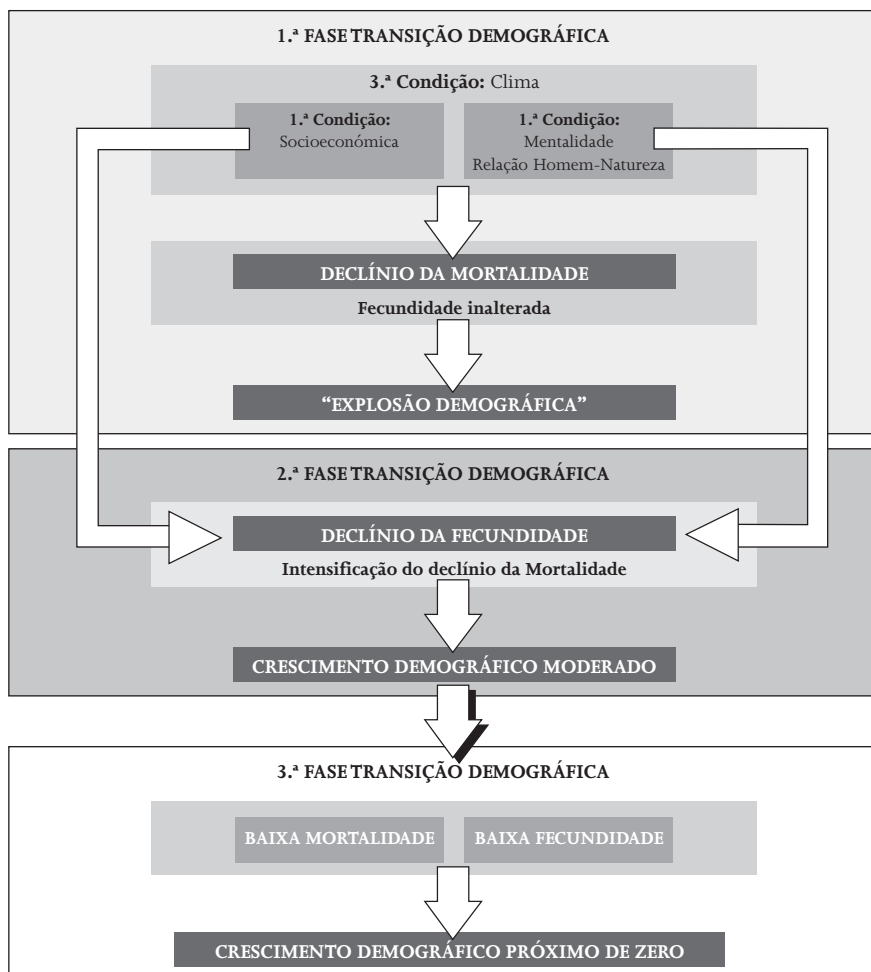
70 Que constituem um problema mais feminino que masculino (embora num primeiro momento tenham um cariz mais de ordem biológica que social).

71 LÉON, 1982.

gem no objectivo de caracterizar globalmente a saúde, doença e morte. É apontado como primeiro factor, a correlação entre fenómenos demográficos, económicos e sociais, reflectida numa lenta e gradual melhoria das condições de vida. Esta era visível pelo aumento da produção agrícola, melhor alimentação, em resultado da «revolução agrícola», maior preocupação com a higiene.

A consciencialização da existência humana e da acção da razão sobre a natureza dotaram o homem de poderes sobre a vida e morte, até então desconhecidos e exclusivos da intervenção Divina. O homem moderno torna-se um homem científico, racional e conhecedor dos movimentos cíclicos da terrível trilogia fome, peste e guerra. É através deste despertar que se torna mais poderoso, sábio e actuante perante a morte, doença e epidemias. Fundam-se academias de medicina, surgem verdadeiros tratados de medicina popular e científica e o apoio e intervenção dos responsáveis estatais exercendo um papel decisivo no progresso e divulgação dos planos de vacinação, acções de formação no meio urbano e rural, ensinamentos da medicina simples e eficaz. Por último, junta-se às causas humanas uma terceira, a climática. O século XVIII foi um período com condições climatéricas favoráveis à produção agrícola mas também à travagem da propagação da peste e da varíola, dificultando o contágio ao contacto necessário para a transmissão do mal. O homem sempre viveu em nichos ecológicos, definidos por determinadas características em termos de espaço, tempo e ambiente.

No início do período a mortalidade geral e infantil denotavam sérios progressos mas a fecundidade permanecia forte, dando origem às teorias malthusianas de incapacidade dos recursos naturais existentes acompanharem o crescimento demográfico. No entanto, esta realidade não foi duradoura e à data cresceu a consciencialização de que o declínio observado na fecundidade, ocorrida na maioria dos países ocidentais, era fruto de uma mudança estrutural e carecia de uma interpretação socioeconómica. A investigação desenvolvida por teóricos americanos e franceses[72] na última década do século XIX evidenciou este tipo de factores como indutores de práticas contraceptivas e controle do número de filhos. Os factores apontados passavam por preservar o *status social* através do controlo das despesas inerentes à educação dos filhos; melhorar a qualidade de vida dos mesmos, aumentando os encargos com cada filho; o desejo das mulheres pela independência e consciencialização da escravatura da mulher no serviço doméstico[73].

72 DUMONT, 1890:130.
73 HODGSON, 1983.

Fonte: Elaboração própria.

Como qualquer nova teoria, demorou a ser aceite. Um dos teóricos resistentes foi o economista holandês Pierson[74], que recusava a ideia de que um aumento da prosperidade na sociedade provocasse um decréscimo populacional, pois afirmava que mesmo que o número de nascimentos reduzisse por este factor, a mortalidade também ela iria diminuir. No decorrer da investigação, outros contemporâneos cedo provaram a existência de uma correlação inversa entre fecundidade e nível socioeconómico. Foram apon-

74 PIERSON, 1890/1913:175.

tadas três causas: o nível de vida, a classe social e a residência urbana. A par da evolução da mudança dos comportamentos face à fecundidade surgem novas conceptualizações sobre a futura dinâmica da população. O economista inglês Edwin Cannan[75] foi pioneiro nesta frente, tendo realizado em 1895 as primeiras projecções da população de Inglaterra e Gales com base nos recenseamentos gerais.

Novos conceitos introduzidos por Cannan, Fahlbeck[76] e Westergaard[77] vieram refutar as teorias maltusianas do óptimo da população e das projecções do crescimento descontrolado da população. Pela primeira vez um conjunto de autores conseguiu dar plausibilidade à teoria de que o fim do crescimento da população seria alcançado pela via pacífica; que o período do rápido crescimento da população era transitório e no futuro se iria assistir a uma transição demográfica com consequências ainda imprevisíveis. Acreditava-se que não existiam estudos correlacionando fecundidade e níveis socioeconómicos anteriores a Warren S. Thompson, 1929. Este último era apontado como pioneiro na teorização desta nova era de crescimento demográfico. Realidade contrariada e comprovada por Gans, ao enumerar os vários estudos e autores aqui resumidos em anteriores parágrafos. Certo é que a investigação de Thompson não foi amplamente divulgada, e em 1934, Landry desenvolveu na sua «La Révolution Démographique» as mesmas ideias orientadoras, sem ter conhecimento da existência de estudos prévios. Ambos defendiam que o crescimento populacional estava dividido em três estágios: primitivo, intermédio e contemporâneo.

Mais tarde, em 1945, Frank Notestein e Kingsley Davis denominaram este processo *Transição Demográfica*, que decompuseram em três fases: após um longo período marcado pelo crescimento lento da população, com níveis de natalidade relativamente estáveis e mortalidade oscilante em momentos de crise, dá-se início à primeira fase do processo de transição, quando os níveis de mortalidade diminuem enquanto a fecundidade se mantém estável, o que gera a intensificação no ritmo de crescimento do universo populacional em que ocorre; a segunda fase inicia-se quando os níveis de natalidade mudam a sua tendência e também decrescem, enquanto a mortalidade reforça a sua queda; por último, natalidade e mortalidade encontram-se, a níveis agora mais baixos que nunca. A mortalidade mantém-se relativamente estável, enquanto a fecundidade vai marcando o ritmo de crescimento populacional, que se aproxima de zero.

---

75 CANNAN, 1895: 505-515.

76 FAHLBECK. 1905.

77 WESTERGAARD,1882.

Neste modelo não são referidas as influências dos movimentos migratórios para o crescimento da população ou eventuais impactos na mudança ou retardar do processo de declínio da fecundidade. Os movimentos migratórios foram vistos como retardadores do processo de envelhecimento demográfico, mas hoje reconhece-se que esta é apenas uma medida com efeitos de curto e médio prazo, e não se repercute a nível estrutural. Foi no Reino Unido, França e Países Nórdicos que se iniciou no fim de Oitocentos a mudança de comportamentos face à mortalidade e fecundidade. Ao longo do século XX poucos foram os países que conseguiram adiar o inevitável processo de mudança estrutural da sua mortalidade e fecundidade. Portugal junta-se a este grupo de *inovadores* do processo demográfico já tardiamente. Mas no fim de Novecentos nenhumas diferenças são notadas face a este atraso na entrada.

3.1. *Transição epidemiológica e sanitária*

As sociedades humanas enfrentam hoje mudanças de comportamento inéditas, em parte determinadas pela alteração de forças entre o homem e o meio, expressas em termos das suas probabilidades de sobrevivência. Ao nível da saúde, doença e morte, embora obedecendo a cronologias variáveis, foi sendo possível fazer regredir a importância das doenças infecciosas e parasitárias, à medida que se verificam progressos ao nível das infra-estruturas básicas de recolha e tratamento de lixos e água potável, generalização e acesso das populações à saúde e educação. Também, embora mais tarde reflecte o desenvolvimento da ciência médica em termos preventivos (vacinas) e profilácticos (antibióticos). Num segundo momento, este processo traduziu-se na descida dos níveis de fecundidade. Existem diferenças quanto ao número de anos que cada sociedade levou a cumprir essas duas fases e à forma como decorreu a diminuição dos níveis de cada variável micro demográfica. Um novo perfil sanitário emerge quando estas duas fases estão completas, designado Transição Epidemiológica, e que representa o corolário da transição demográfica a uma escala mais fina, ou seja, em termos de morbilidade e causas de morte.

A transição epidemiológica corresponde à passagem de uma realidade em que predominam as doenças e mortes causadas por doenças infecciosas e parasitárias (doenças transmissíveis) a outra, em que prevalecem as mortes devidas a doenças degenerativas (não transmissíveis) e acidentes. Coincide também com a substituição de uma realidade em que a morte afecta com intensidade todas as idades, embora com uma grande concentração nos

primeiros escalões etários, a uma segunda, em que tende a concentrar-se nas idades mais avançadas. Por fim, à passagem de uma realidade em que a mortalidade domina o perfil sanitário das populações, a uma outra, em que o elemento dominante é a morbilidade. Esta alteração é consequência de um maior alerta dos indivíduos relativamente aos sinais de doença, à sua despistagem precoce, pela possibilidade dada em termos de tratamento mais eficazes, assegurado por sistemas de saúde a que é generalizado o acesso e que, mesmo no caso de doenças incuráveis, possibilita um número maior de anos de vida.

A caracterização do perfil sanitário das populações deve ser feita com base nas características da mortalidade e também de morbilidade. Para responder às novas realidades, o Banco Mundial e a Organização Mundial de Saúde criaram mesmo um novo indicador de saúde, que mede o número de anos perdidos, corrigidos pelo factor incapacidade, provocado por males que, sem serem mortais, reduzem a esperança média de vida válida.

Ao nível das estatísticas sanitárias oficiais conhecemos melhor a mortalidade que a morbilidade. No entanto, só existem estatísticas regulares de forte fiabilidade para menos de 40% da população mundial, apesar dos esforços feitos para conseguir indicadores minimamente comparáveis para a maioria dos países do Mundo[78]. Mesmo quando se adiantam alguns números, as séries que encontramos à escala mundial devem ser lidas com algum cuidado, sendo prováveis subestimações ou sobreavaliações involuntárias ou intencionais. A dificuldade de diagnóstico é evidente, por maioria de razões, quando se reporta ao estado sanitário das populações, embora os totais de óbitos sejam muitas vezes inferiores aos reais e deficiente a classificação das suas causas. A dificuldade em conhecer o estado sanitário das populações torna complexa a escolha do tipo de intervenção mais adequada a cada caso. Nos casos em que o sistema sanitário se conseguiu implantar, o aumento das probabilidades de sobrevivência foi rápido, por ser barata e eficaz a luta contra as grandes endemias do passado.

Só nos últimos anos do século XX Portugal deu por terminada a sua transição demográfica, efectuada num tempo mais curto, quando comparado com outras partes da Europa. Testemunham-no os ritmos moderados de crescimento que hoje apresenta, os níveis baixos de fecundidade e de mortalidade infantil, o grau de envelhecimento da base e do topo das estruturas etárias, a crescente dependência face aos saldos migratórios. À

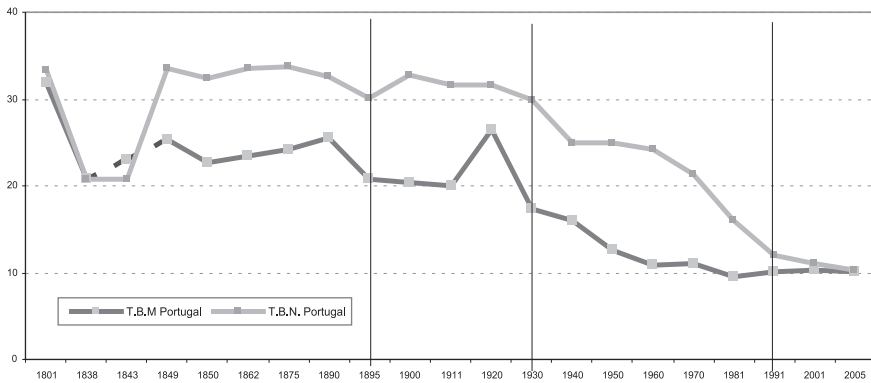
---

78 Papel que tem sido desempenhado por diferentes organismos internacionais, de que destacamos as Nações Unidas, o Population Reference Bureau, o EUROSTAT, o Conselho da Europa, o Milbank Memorial Fundation e outros.

semelhança do que aconteceu na grande maioria dos países que já completaram o seu processo de transição, em Portugal esse fenómeno implicou uma reestruturação das principais causas de morte e, por esse facto, foi também uma transição epidemiológica. O controle da mortalidade devida a factores exógenos (onde se incluem as doenças infecciosas e parasitárias) foi lentamente substituído pelo combate contra a morte provocada por causas de tipo endógeno (doenças crónicas e degenerativas), que tenderam a concentrar-se nos grupos de idades mais avançadas. O norte de Portugal, sobretudo o norte interior, foi o local onde as doenças de tipo exógeno foram predominantes até mais tarde. O mesmo sucedeu em distritos com maior peso urbano, como no Porto, Lisboa e Setúbal, onde esses valores também regrediram tardiamente. Nestes casos terá sido o factor da diferencialidade urbana o aspecto determinante, justificado por maiores densidades de concentração populacional, pela maior mobilidade das populações e risco de propagação dos contágios, e pela existência de grupos marginais e excluídos.

É possível traçar as grandes linhas da evolução da morbilidade e da mortalidade no último século, que foi o das grandes mudanças. Assistimos à quebra acentuada dos níveis globais de mortalidade, patentes no aumento da esperança de vida, que em todas as regiões do país mais que duplicou. Deparamos com alterações profundas no modelo e nas principais causas de morte, acompanhado por diferenças geográficas que tendem a esbater-se gradualmente. Reforça-se o predomínio do endógeno sobre o exógeno, à medida que nos reportamos a valores muito baixos.

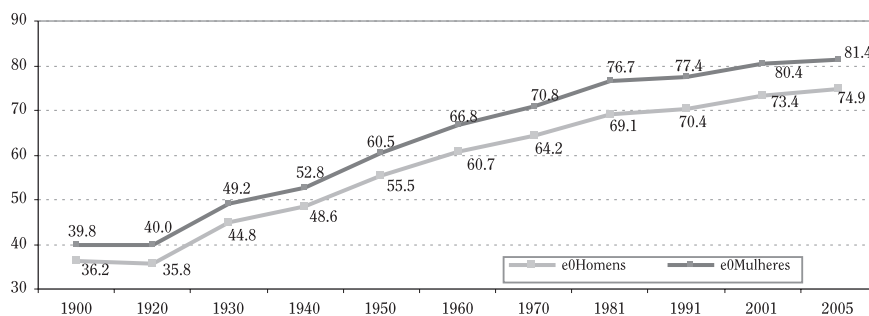
A evolução futura da mortalidade nos países considerados mais avançados, e também em Portugal, vai depender da correcta avaliação dos factores que virão a permitir controlar com crescente eficácia as doenças endógenas, processo que acompanha os progressos da medicina, mas depende ainda mais do funcionamento do sistema nacional de saúde e também da prevenção face a certo tipo de doenças sociais, alertando a população para a necessidade de mudar o seu estilo de vida e evitar comportamentos de risco. Não será possível fazê-lo apenas com base no conhecimento do passado recente, já que as extrapolações directas se adequam mal à diversidade e originalidade tão característica das sociedades humanas. Este processo obedeceu no nosso país a uma evolução idêntica à que podemos encontrar na maioria dos estados europeus, embora com uma cronologia desfasada e sujeita a ligeiras especificidades. O modelo de transição em Portugal foi emergindo, tardiamente e condicionado pela também tardia industrialização e alguma singularidade política.

Evolução da Natalidade e da Mortalidade em Portugal (1801-2005)

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População entre 1801 e 2001 e Estimativas 2005.

Até finais do Século XIX não se verificam alterações significativas no que à doença e à morte se refere, mantendo-se elevados os níveis de mortalidade, embora o seu impacto negativo em termos de crescimento populacional fosse anulado por via dos também elevados níveis de fecundidade. Mas na última década do século XIX, Portugal parece ter entrado num processo de lentas alterações a nível demográfico. Nas três décadas seguintes os valores atribuídos à mortalidade global decresceram 17%, e o crescimento demográfico da população portuguesa teria sido bastante elevado, caso não existissem saldos migratórios de sinal negativo. Veja-se o que aconteceu nos anos 30 e 40 do século XX, momentos de menor intensidade migratória, devida a conjunturas externas desfavoráveis. É no decorrer deste processo de declínio tardio, mas progressivo, dos níveis da mortalidade, que ocorre em 1918 o último episódio de crise de mortalidade típica de sociedade de Antigo Regime demográfico: a gripe pneumónica ou Gripe Espanhola. Este período constitui o momento mais grave da conjugação de factores económicos, sociais e políticos adversos, reflectindo-se num recuo generalizado do nível médio de vida das gentes portuguesas, na redução da esperança média de vida e numa sobremortalidade geral. Porém, uma vez terminada essa fase negativa, a população reiniciou o seu movimento ascendente, que nem o início da Segunda Guerra Mundial conseguirá travar.

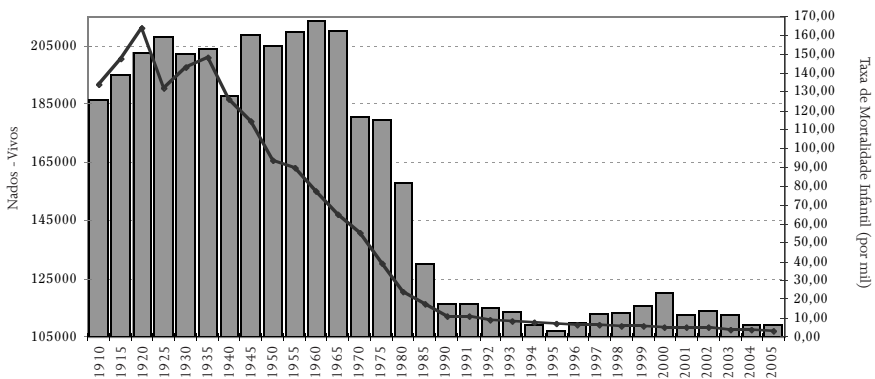
Entre 1900 a 2005 os níveis médios de mortalidade em Portugal reduziram-se para metade (de 20,5 para 10‰), mas terá sido entre as décadas de 30 e 80 que a o decréscimo foi mais intenso, para quase estabilizar a partir desse momento, como é característica da última fase de transição demográfica. Os

contributos para a melhoria desses indicadores estão ligados ao progressivo alargamento e generalização do acesso à saúde, que se consolida à medida que a jovem democracia ia amadurecendo. Foram criadas condições no fim dos anos 70 para o alargamento do proteccionismo social através da Segurança Social, que podem explicar a forte intensificação no declínio da mortalidade infantil e geral após a criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e alargamento da rede de saneamento básico nacional. Como vimos, no início do século XX morriam em Portugal 134 crianças antes de completar um ano de idade por cada 1000 nascidas; após 1940, a mortalidade infantil diminui gradualmente, mas é com a introdução restrita do Plano Nacional de Vacinação, na década de 60, que os efeitos se sentem de um modo mais acentuado. Com o alargamento da rede de acção na década de 80, a par da criação do já referido SNS assistem-se às maiores quedas no indicador, que hoje é sete vezes inferior aos níveis de 1920. Na actualidade Portugal apresenta uma das Taxas de Mortalidade Infantil TMI mais baixas do Mundo, estimada em cerca de 3,3‰, o que o equipara a países como a Suécia, Finlândia e Islândia[79]. O declínio da mortalidade fomentou ganhos na esperança de vida à nascença, que aumenta durante toda a segunda metade do século, fixando-se em 75 anos para os homens e 82 anos para as mulheres no ano de 2006[80].

Evolução da Esperança média de vida à nascença para Homens e Mulheres em Portugal 1900-2005

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População, Estatísticas Demográficas 1900 a 2001. Estimativas 2005

79 Segundo o 2008 *World Population Data Sheet*, a TMI mais baixa registada em 2008 pertence à Islândia com 1,3‰, seguindo-se Andorra com 2,5‰, Suécia 2,8‰ e Liechtenstein 2,9‰. O Afeganistão aparece aqui como o país do mundo com a mais alta TMI 163‰, seguindo-se a Serra Leoa com 158 e a Libéria com 133 (www.prb.org).

80 INE, 2006, Estatísticas Demográficas.

Nados-vivos / Taxa de Mortalidade Infantil em Portugal 1910 e 2005

Fonte: Recenseamentos da População e Estatísticas Demográficas 1910 a 2005.

Durante o século XX a esperança média de vida à nascença das gentes portuguesas mais que duplicou, e na actualidade cada português vive em média mais 39 anos e cada portuguesa mais 42 anos, ou seja, uma vida extra para um congénere de início de século XX. Numa primeira fase tratou-se sobretudo de aumentar as probabilidades de sobrevivência dos jovens, possível pelos avanços da ciência médica, a generalização das práticas de profilaxia e a divulgação de novos princípios de higiene pública e privada. Mais que os níveis globais da mortalidade, os valores da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) reflectem esses ganhos que, não obstante, também beneficiam outros grupos etários, designadamente os mais idosos, aspecto que ganha importância à medida que foi crescendo a percentagem da população concentrada nos últimos escalões etários.

Outro fenómeno a considerar no modelo de mortalidade remete-nos para as diferenças de género, que no início de século não iam muito além dos 3 anos, mas que na década de 80 atingia diferenças máximas de 7,6 anos. A tendência futura consistirá no estreitar das diferenças, processo que aliás, se verifica desde então.

Esperança Média de Vida à Nascença em Portugal 1900 e 2005

	1900	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2005
e0Homens	36,2	35,8	44,8	48,60	55,50	60,70	64,20	69,10	70,40	73,39	74,90
e0Mulheres	38,8	40	49,2	52,80	60,50	66,80	70,80	76,70	77,40	80,37	81,39
Diferença	3,60	4,20	4,40	4,20	5,00	6,10	6,60	7,60	7,00	6,98	6,49

Fonte: Elaboração própria.

Numa perspectiva secular persistiu em termos regionais ao longo das centúrias a dicotomia entre o norte, sobretudo o interior, e as ilhas, por oposição ao sul e ao litoral. As diferenças agravaram-se até aos anos 70, mas atenuaram-se em seguida, porque à medida que diminuíram os níveis globais da mortalidade, a variável se foi tornando mais homogénea e porque o envelhecimento populacional alterou a configuração etária da população residente no país[81]. Mas não deixa de ser interessante verificar que ainda hoje a Taxa de Mortalidade Infantil é ligeiramente superior no primeiro grupo de NUTs.

A análise dos comportamentos nacionais face à mortalidade não tem significado se não atender às relações entre factores endógenos ou biológicos, como a idade e sexo, e outros, mais complexos e com uma desigual importância, consoante o tempo e o espaço a que nos reportemos. Os primeiros são de uma enorme estabilidade, diríamos quase imutáveis, os segundos compreendem uma enorme variedade de situações e perspectivas. Ao longo da sua vida cada indivíduo contribui para os níveis globais da mortalidade que caracterizam o local onde vive, de acordo com um modelo em que os factores idade e sexo são determinantes. Se olharmos para a realidade portuguesa actual, veremos que o modelo de mortalidade em U se manteve, embora com alterações muito significativas no ritmo da morte nos diferentes grupos etários, sobretudo após os anos 70. À medida que avança o século XX verificam-se ganhos na esperança de vida da população em geral, embora mais expressivos entre um e catorze anos e mais lentos no primeiro ano de vida, na idade adulta e nos maiores de 70 anos. No fundo, o risco de morte é protelado, em função das vitórias conseguidas sobre a morte. Desde final de Oitocentos vários indícios parecem testemunhar a descida dos níveis da mortalidade, que começou por beneficiar os indivíduos de cinco ou mais anos. Só por altura da Segunda Guerra Mundial começaram a aumentar as probabilidades de sobrevivência das crianças de idade inferior. Em Portugal, até bem mais tarde que em outros estados europeus, a existência desses grupos frágeis continuou a estar dependente das situações sociais e económicas em que nasciam e cresciam, embora gradualmente diminuíssem as suas probabilidades de morte. Não obstante, só nos anos 80 serão atingidos valores semelhantes aos da Europa ocidental. Em 2006, a TMI foi a mais baixa de sempre, como vimos. A regressão dos óbitos infantis e o aumento significativo dos óbitos de indivíduos com 75 e mais anos, muito evidente nos anos 90, reflecte novas realidades[82].

---

81 O recenseamento de 2001 confirmou a existência de um número superior de indivíduos com 65 e mais anos (16,4% da população total) ao de jovens com menos de 15 anos (apenas 16,0%), o que é inédito na nossa história.

82 Dados veiculados pelo EUROSTAT e que coincidem com os do PRB e do Instituto Nacional de Estatística.

A comparação das evoluções das taxas de mortalidade infantil endógena e exógena fornece um indicador adicional precioso, relativamente às condições de vida da população considerada. Ao longo do século XX, Portugal deixa de ser um local onde as causas de morte infantil e juvenil, muito altas no contexto dos países europeus mais desenvolvidos, eram esmagadoramente devidas a males de tipo exógeno (doenças infecciosas e parasitárias), sinónimo de um sistema de saúde deficiente, de falta de informação das populações sobre certas práticas de higiene pública e privada, de normas de alimentação, etc.). Os ganhos conseguidos na luta contra a mortalidade infantil e juvenil reduziram de forma substancial a incidência destas causas de morte nas últimas décadas. Hoje confrontamo-nos com uma situação idêntica à encontrada na maioria dos países da União Europeia, de acordo com a qual a descida dos níveis da TMI, já muito baixos, terá de incidir na luta contra causas endógenas (mal formações genéticas, por exemplo), uma vez que as causas externas deixaram de desempenhar um papel importante na luta pela sobrevivência dos mais jovens.

Taxas de Mortalidade Infantil Endógena e Exógena em Portugal (1960-2005) ‰

	TMI endógena	TMI exógena
1960/61	15.7	67.5
1970/71	17.1	36.6
1980/81	13.1	10.0
1990/91	6.1	4.8
1998/99	3.4	2.2
2000/01	2.7	2.6
2006/07[83]	2.39	0.98

Fonte: *Anuários Demográficos* (1960,1961) e *Estatísticas Demográficas* (1970 a 2007). Dados veiculados pelo EUROSTAT e que coincidem com os do PRB e do Instituto Nacional de Estatística.

Também à semelhança dos nossos vizinhos europeus sabemos que durante o século XX se agravou a distância entre as taxas de mortalidade masculina e feminina, sobretudo após os 20 anos. Com efeito, as idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos coincidem com um pico de mortalidade masculino, devido a mortes acidentais e violentas, a que sucede um outro entre os 55 e os 60 anos, causado por doenças crónicas e degenerativas, ligados a diferenças nos comportamentos de quotidiano de ambos os sexos. Da mesma forma, no primeiro ano de vida manteve-se até

83 Taxa de Mortalidade Infantil Exógena = [(n.º óbitos neonatais)+(22,8% óbitos entre 28-365 dias)/nados-vivos] x1000 . Taxa de Mortalidade Infantil Endógena = TMI – TMI Exógena.

hoje a tradicional sobremasculinidade dos óbitos, desta feita mais de índole biológica. A vantagem do sexo feminino foi constante até à última década, apesar da diferença se atenuar à medida que avança a idade até aos grupos limite. Ainda assim, por cada cem mulheres com 85 ou mais anos existiam apenas 42 homens. Com mais de 100 anos há apenas um homem por cada sete mulheres.

A complexidade dos fenómenos da mortalidade e as principais alterações ocorridas no seu modelo, incidem preferencialmente nos aspectos que focaremos de seguida. Referimo-nos a factores de tipo exógeno ao indivíduo, condicionados pelos diferentes nichos ecológicos em que este sobrevive e que respeitam ao seu local de residência, nível de rendimento, actividade profissional que exerce, instrução, hábitos de vida e formas de alimentação.

Entre as constantes de comportamento da variável encontra-se a questão da sazonalidade dos fenómenos de morbilidade e mortalidade. Esta sazonalidade, já definida em capítulos anteriores, mantém-se durante a maior parte do século XX, até que estiveram reunidas as condições de vida capazes de diluir essas oscilações cíclicas. Assinalavam-se dois momentos de risco. O primeiro no inverno, causado por infecções de tipo bronco-pulmonar e que afectava sobretudo os mais pobres e idosos; e um nos meses de Verão, onde as principais vítimas eram as crianças. Embora a dependência face às estações do ano tivesse perdurado até bastante adiantado o século XX, em parte também graças às características da economia portuguesa, ela é uma pálida imagem do que fora no passado próximo. Ainda assim, a análise das causas de morte permite encontrar grupos etários especialmente afectados por certos tipos de males de consequências letais, que coincidem com determinadas condições climatéricas. Os meses de frio intenso propiciam doenças de foro respiratório, de consequências mais graves na população fisicamente mais débil, designadamente a idosa. Os momentos de grande calor afectam o número de doentes cardíacos e penalizam sectores etários específicos, portadores de factores de risco, como os obesos, os sedentários ou os indivíduos sujeitos a situações de *stress*. Fruto das características a que obedece a estrutura etária da população portuguesa, hoje a maior incidência da mortalidade ocorre entre Dezembro e inícios de Março, momento em que as baixas temperaturas favorecem os óbitos causados por problemas do aparelho circulatório. Ao invés, os meses de menor intensidade obituária decorrem de Agosto a Outubro. A este nível não parecem existir diferenças assinaláveis de género.

Na sociedade portuguesa do século XX, a condição social e económica, tal como o local de residência, continuaram, pelo menos até à década de

70 a proporcionar a cada indivíduo diferentes probabilidades de sobrevivência. Nas cidades e nos campos morria-se cedo. A diferença entre ambos, que destaca no imaginário popular o pendor negativo da vida urbana, é explicada por existir na realidade urbana maior diversidade interna e social. Em bairros com condições sanitárias e uma população residente muito distinta eram detectáveis diferenças significativas em termos de esperança média de vida. À medida que as cidades cresciam, estreitava-se a ligação entre imigração, pobreza e mortalidade, na medida em que as doenças de foro epidémico passaram a incidir preferencialmente nos bairros pobres, onde era mais gritante a promiscuidade, a falta de aquecimento, de água potável canalizada e de esgotos. No mundo rural as diferenças sociais eram menores, sobressaindo a dependência face ao passar das estações, o que não significa a inexistência de diferentes probabilidades de morte entre os grupos que a compunham. Explicavam-nas factores como a dieta alimentar e a desigual exposição ao meio ambiente, decorrente das actividades profissionais desenvolvidas.

Com efeito, ao longo do século XX o local de residência, os níveis de rendimento médio e a subsequente qualidade de vida dos distintos extractos socioeconómicos constituíram um factor real de diferencialidade, tal como acontecera em séculos anteriores. Mesmo quando em termos nacionais já haviam desaparecido as crises de mortalidade típicas do passado, ainda nos bairros populares e operários das cidades as doenças infecciosas e parasitárias se contavam como principais causas de morbilidade e mortalidade. Explicam este tipo de diferenças o desigual acesso a cuidados preventivos e profilácticos, que também se faz sentir em termos regionais, com diferenças entre regiões. Não obstante, as melhorias foram imensas e gradualmente vão sendo esbatidas as (des)vantagens de uns face a outros.

Os aspectos anteriormente mencionados reflectem-se no tipo de causas de morte da população. A relação do homem com a doença e a morte passou nesta centúria da posição preventiva à profiláctica, baseada no saber científico. Só após as descobertas de Jenner e Pasteur será possível testemunhar o resultado concreto dos avanços da medicina, o que será uma conquista datável em Portugal da segunda metade do século XX. Até lá verifica-se uma enorme estabilidade nessas causas, muitas das quais continuavam por identificar.

Na infância as doenças mais mortíferas assumiam um perfil predominantemente infeccioso. Febres tifóides, dores de peito, inflamações em órgãos diversos, mortes por parto as mais vulgares. Com a idade aumentava a incidência das mortes causadas por hidropsias, apoplexias, cancros e inflamações várias. As complicações nos aparelho nervoso e no aparelho

respiratório predominavam no espectro geral de morbilidade e morte. A tuberculose continuou a ser uma das principais causas de morte das gentes portuguesas, com especial incidência nos adultos jovens residentes em núcleos de maior densidade. Na cidade do Porto, 17% dos óbitos verificados em 1900-1901 foram-lhe devidos e a sua virulência não foi reduzida até anos 30, quando a utilização de sulfamidas e o fabrico industrial da penicilina permitiu avanços concretos no combate a esse e a outros grandes males de tipo infeccioso. A doença e a morte continuaram a ser acontecimentos de quotidiano e só os avanços da medicina e a divulgação de certas práticas higiénicas acabarão por alterar a forma como semelhantes fenómenos passaram a ser vistos pelas populações. Esta será outra vitória do século XX.

Com efeito, as causas de morte em Portugal alteraram-se muito e muito depressa, sobretudo nas últimas décadas[84]. Reduziram-se as doenças do aparelho respiratório e digestivo (infecciosas e parasitárias), aumentou a incidência das doenças e mortes provocadas por complicações do aparelho

Óbitos segundo causas de morte (1930-2005) %

	1930	1950	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005
Infecciosas e parasitárias	23,60%	18,80%	2,58%	2,20%	1,50%	1,00%	nd	1,90%	nd	nd
Doenças do aparelho circulatório	15,50%	21,90%	38,76%	40,10%	42,80%	44,30%	44,15%	41,87%	38,74%	34,05%
Tumores malignos	2,70%	4,90%	11,75%	13,20%	15,00%	16,70%	17,63%	19,25%	20,28%	21,07%
Doenças do aparelho respiratório	9,40%	15,90%	12,03%	9,20%	5,70%	7,20%	7,24%	7,65%	9,71%	10,48%
Doenças do aparelho digestivo	14,20%	9,20%	7,45%	nd	nd	nd	4,47%	4,36%	3,91%	4,30%
Doenças do aparelho geniturinário	nd	nd	1,95%	nd	nd	nd	1,22%	1,49%	1,49%	2,65%
Sintomas, sinais, exames anormais, causas mal definidas	nd	nd	nd	nd	nd	nd	11,75%	11,44%	12,43%	11,84%
Doença pelo vírus da imuno-deficiência humana (HIV)	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,15%	0,91%	0,90%	0,81%
Tuberculose	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,27%	0,30%	0,25%	0,27%
Outras causas por doenças	nd	nd	nd	nd	nd	nd	6,59%	7,02%	7,78%	10,30%
Causas externas	2,40%	2,70%	5,48%	7,20%	7,20%	7,30%	6,53%	5,70%	4,51%	4,23%

Fonte: MORAIS, 1999; *Elementos Estatísticos. Informação Geral. Saúde*, 2003; *Estatíticas da Saúde – 2005*, INE, 2006.

84 Um relatório elaborado em 2003 pelo Observatório Nacional de Saúde evidencia as principais causas de morte em Portugal durante a década de 90 (BRANCO e NOGUEIRA, 2003).

Principais causas de morte em Portugal entre 1900 e 2005

	1990	1995	2000	2005
	4,47%	4,36%	3,91%	4,30%
	6,59%	7,02%	7,78%	10,30%
	11,75%	11,44%	12,43%	11,84%
	7,24%	7,65%	9,71%	10,48%
	17,63%	19,25%	20,28%	21,07%
	44,15%	41,87%	38,74%	34,05%

100%
80%
60%
40%
20%
0%

Tuberculose
Suicídio
Doença pelo vírus da imuno-deficiência humana (HIV)
Outras causas externas
Acidentes de transporte
Doenças do aparelho geniturinário
Doenças do aparelho digestivo
Outras causas por doenças
Sintomas, sinais, exames anormais, causas mal definidas
Doenças do aparelho respiratório
Tumores malignos
Doenças do aparelho circulatório

Fonte: INE, Portugal, 2007, *Anuário Estatístico de Portugal* 2006. Informação disponível até 30 de Setembro de 2007.

circulatório, com especial destaque para as cérebro vasculares e especialmente as mortes motivadas por tumores malignos. Olhando com pormenor a última década e meia, já com o intuito de percepcionar o que o futuro nos reserva, verificamos que embora as doenças do aparelho circulatório continuem a ser a principal causa de morte, elas reduziram o seu impacto em mais de 19%. Ou seja, em 1990 morreram por causas destes foro 45 526 indivíduos e em 2005 apenas 36 723. Outra causa de morte que diminuiu tanto em termos de efectivos afectados, como de peso face ao total, foram os acidentes de viação. Em 1990 eram responsáveis por praticamente três mortos em cada 100; quinze anos volvidos e intensas campanhas de prevenção rodoviária depois, apresentam valores de 1 por 100 óbitos, o que significa uma redução de 1516 mortos/ano. Porém, os ganhos em número de vidas nestas duas causas de morte foram contrariados pelo aumento da mortalidade devida a tumores malignos e doenças do aparelho respiratório e genito-urinário. No início da década de 90, um em cada seis mortos eram vítimas de doenças cancerosas, mas em 2005 essa relação subira para um em cada cinco. Por seu turno, as doenças do aparelho respiratório vitimavam uma pessoa em cada 14 mortes e actualmente vitimam uma em cada 10. A causa que mais subiu em proporção nos últimos quinze anos está ligada ao vírus HIV/SIDA, que sextuplicou as suas vítimas, embora os números relacionados com esta questão estejam sub-representados, pela declaração dos óbitos em outras causas de morte (tuberculose, pneumonia, paragem cardíaca e outras). Apenas um apontamento em relação à tuberculose, cuja prevalência em Portugal continua a

ser das mais altas da Europa, mas que nestes últimos anos manteve estável a sua representatividade do total de óbitos. O mesmo sucede com as mortes por suicídio.

Assim, as principais causas de morte da população portuguesa no virar do milénio eram as doenças do aparelho circulatório, os tumores malignos e os acidentes de viação. A liderança das doenças circulatórias prende-se com problemas de hipertensão, elevados níveis de colesterol, hábitos alimentares, obesidade e estilos de vida sedentários. Nas doenças circulatórias incluem-se os acidentes cérebro-vasculares associados à idade. O cancro continua a ser a maior causa de morte feminina, embora assuma também especial significado quantitativo entre os homens a partir dos 50 anos, idade em que a mortalidade masculina por esta causa é praticamente o dobro da feminina. O ratio favorável às mulheres inverte-se a partir dos 75 anos devido à sua maior longevidade, o que a torna mais vulnerável a semelhantes males[85]. Os tumores malignos da traqueia, dos brônquios e pulmões, da mama e do cólon são em termos gerais a segunda grande causa de morte. Os acidentes de trânsito provocaram 1267 óbitos em 2005[86], 79% de indivíduos do sexo masculino e tendo quase metade incidido na faixa etária dos 15-39 anos.

No Portugal do século XX o quadro nosológico continua a ser determinado pelas características etárias e distribuição por sexos da população. O já referido relatório do Observatório Nacional de Saúde analisa nessa perspectiva as principais causas de morte na década de 90[87]. Nos indivíduos com 45 a 64 anos destaca-se o enfarte agudo do miocárdio no caso masculino e, no feminino, o neoplasma maligno da mama. Em segundo lugar figuram para ambos os sexos as doenças crónicas do fígado e a cirrose. Para os maiores de 65 anos a doença mais letal é em ambos os casos a cérebro-vascular aguda. No caso masculino é secundada pelo enfarte; nas mulheres pela senilidade. Este tipo de causas têm levado alguns investigadores nestas áreas a questionar se o aumento das doenças crónicas nos últimos anos de vida permite afirmar que os anos de vida ganhos são anos com qualidade ou apenas o prolongamento de uma vida sem qualidade, marcada por incapacidades físicas ou psíquicas diversas. Neste sentido, compreender a questão da existência ou não de compressão da morbilidade é fulcral para as sociedades e os sistemas de saúde planearem os custos consoante a taxa de incapacidade prevista para o futuro.

---

85 CARRILHO e PATRÍCIO, 2003: 129-131.

86 CARRILHO, 2007.

87 BRANCO e NOGUEIRA, 2003.

Uma sondagem[88] feita a indivíduos com 65 e mais anos sobre a percepção do seu estado de saúde, rede social de suporte, capacidades funcionais e motoras, saúde oral e morbilidade por acidentes domésticos e doenças crónicas concluiu que aqueles que se auto declaram ou são declarados por terceiros como padecendo de doenças crónicas, referem como principal factor de doença os problemas reumáticos (63,2%) e a hipertensão (44,4%). As diabetes ocupam o terceiro lugar (18,1%), seguindo-se a bronquite asmática (16%) e a asma (8,7%). Resta avaliar o impacto desses males na qualidade de vida de uma percentagem já significativa dos residentes em Portugal e que irá sofrer um acréscimo significativo nas próximas décadas. De mencionar ainda o contributo do projecto de investigação *Saúde e Doença em Portugal*[89] que propõe um padrão de morbilidade. A percepção de *má saúde* predomina nas mulheres, nos idosos, nas pessoas com pouca ou nenhuma instrução, nos trabalhadores manuais e genericamente em indivíduos com rendimento familiar inferior a 500 euros e que se auto posicionam na classe baixa. Este perfil-tipo vai ao encontro de outras investigações internacionais, que têm cruzado indicadores sociais, económicos e demográficos, na tentativa de melhor compreender as condicionantes das desigualdades perante a saúde, a doença e a morte[90]. Todos concluíram que as taxas de mortalidade eram mais altas nos grupos mais desfavorecidos, em termos dos indicadores de qualidade de vida e bem-estar social. Autores como Kunst e Mackenbach (1994) consideraram também a relação entre rendimento e mortalidade, mas foram mais longe e concluíram que a morbilidade seguia o mesmo padrão[91]. Também em Portugal a inequidade social perante a doença e a morte foi estudada, com conclusões muito semelhantes às dos outros estudos já mencionados.

---

88 Projecto MOCECOS, Observatório Nacional de Saúde, 2001.

89 CABRAL et allii, 2002. No relatório o conceito de pró-morbilidade é o resultado de indicadores recolhidos que indiciam a propensão para alguma forma de mal-estar físico e/ou psíquico sentida pela população inquirida. O índice é constituído pela auto-avaliação que os próprios fazem do seu estado de saúde, pela frequência com se sentem sós e tristes, se têm ou não dificuldade em adormecer e insónias.

90 O Relatório *Black*, realizado no Reino Unido na década de 80, pretendia apurar as causas de morte por «classe social». O *Multiple Risk Factor Intervention Trial* (MRFIT), realizado nos EUA, comprovou que à medida que subia o escalão de rendimento, os valores relativos à mortalidade desciam de forma regular. O estudo de Townsend e outros investigadores (1985) introduziu outro tipo de dados, como a posse de carro e o número de pessoas por habitação (cf. CABRAL *et alii*., 2002).

91 Defendem que «a ordem dos países em termos de desigualdades de rendimento corresponde à sua ordem em termos de desigualdades de mortalidade». A posição face ao trabalho tem um impacto directo na saúde. Vários estudos efectuados desde a década de 80 vêm compro-

O nível de escolaridade não tem sido por norma estudado directamente, apenas lhe é dado um valor de associação ao rendimento e trabalho. No entanto, alguns autores revelam que a escolaridade tem demonstrado maior capacidade na explicação face às desigualdades perante a mortalidade e morbilidade, porque nem sempre o rendimento é uma variável fácil e rigorosa de medir e prever, o mesmo sucedendo com a ocupação profissional. A ligação entre factores sociodemográficos e estado de saúde é hoje aceite[92]. Os detentores de maiores níveis de instrução apresentam menores taxas de morbilidade.

Em Portugal as gerações mais novas são hoje mais instruídas que as gerações dos seus avós. Assim, os avós de amanhã pouco se identificarão com os avós de outrora ou mesmo com os de hoje. Este facto deve-se a uma multiplicidade de factores, designadamente o facto de serem pessoas com maiores níveis de instrução, o que lhes abre portas à informação. O aumento de conhecimento permite-lhes beneficiar de campanhas de prevenção (expondo-se menos a factores de risco) e um maior controlo sobre a vida. Mas talvez o mais importante é que, regra geral, as pessoas mais instruídas têm maiores probabilidades de possuir rendimentos elevados, o que lhes assegura padrões de qualidade de vida mais confortáveis. Embora o aumento do número de idosos entre 2001 a 2021 pudesse significar uma deterioração na saúde dos portugueses, estudos nacionais e internacionais comprovam que este efeito é contrabalançado pelo aumento do nível de instrução e que desta forma os indicadores de saúde dos portugueses poderão melhorar no futuro.

3.2. *Modelos de fecundidade*

Na actualidade, os comportamentos de fecundidade e respectivos impactos nas dinâmicas de crescimento natural das sociedades humanas são ainda marcados por uma enorme diversidade. Não obstante, as mudanças têm sido rápidas e mais substantivas que o inicialmente esperado. O processo de mudança generalizou-se à escala global e corresponde a uma sucessão lógica de novos comportamentos face à nupcialidade, ao celibato e ao controlo da natalidade. Os factores mais influentes nesta alteração de realidades são de ordem socioeconómica, mas também de trans-

---

var que há um fosso notório no estado de saúde entre trabalhadores manuais especializados, que sofrem mais com as transformações do mercado de trabalho, e proprietários, dirigentes e profissionais liberais, quadros médios e superiores.

92 CAVELAARS *et allii*, 1998; JOUNG, KUNST, IMHOFF & MACKENBACH, 2000.

formação de mentalidades, baseadas na intervenção do Homem sobre a natureza, no império da razão e na afirmação da mulher no seio familiar, laboral, social e político.

Estes factores condicionaram as determinantes demográficas, desde logo no que respeita aos níveis de natalidade, e influenciaram os ritmos de crescimento demográfico das populações humanas. A Europa foi o continente onde essas mudanças se iniciaram, mas é durante o século XX, sobretudo a segunda metade, que a adopção de novas formas de fecundidade se torna um fenómeno tendencialmente global, já atrás descrito.

Para este processo de mudança vários foram os contributos das novas formas de nupcialidade e família. Condicionantes clássicas dos níveis de natalidade e fecundidade, como os níveis de celibato e a idade média ao primeiro casamento, deixam de desempenhar papéis relevantes. Veja-se o exemplo da idade média ao primeiro casamento, desde sempre tardia na Europa, quando comparada com outras realidades extra continentais[93], e que assim permanece na actualidade. Embora a causa de um «celibato temporário imposto»[94] tivesse sido interpretada por alguns autores como um «mecanismo auto regulador» dos nascimentos, ou seja, uma forma de travagem voluntária dos níveis de fecundidade, outros imputam às crises de mortalidade extraordinária o retardar do casamento[95]. Como exemplo apresentam dados sobre Inglaterra e Itália, onde no início do século XVIII, num momento de terrível crise, as mulheres que já se casavam com idades elevadas de cerca de 27 anos, passaram a casar-se em média aos 30[96]! Outros autores, sustentados pela ideologia conservadora da Igreja, que tentava a todo o custo controlar a vida sexual dos seus fiéis, defendem ainda como louvável o retardar do casamento, que permitiria melhorar a condição económica das famílias[97].

Estas são algumas das justificações apresentadas para a manutenção longa em termos cronológicos de idades médias tardias ao primeiro casamento, que hoje continuam a existir, embora se tendam a alterar as suas determinantes, substituindo questões de índole predominantemente moral, por outras de tipo económico, social e do próprio conceito de qualidade de vida. Testemunho dessas mudanças, veja-se o caso português, onde a idade da mulher ao nascimento do primeiro filho antecede em seis meses a idade

---

93 Excepção feita relativamente a alguns países da Europa central e de leste (LÉON, 1982).

94 Cit. DUPAQUIER (LÉON, 1982).

95 LÉON, 1982.

96 LÉON, 1982, excepção apresentada para a Irlanda por modelos culturais, sociais e familiares distintos.

97 Cit. David HERLIHI (LÉON, 1982).

média ao casamento, ocorrida aos 28 anos[98]. Esta nova forma de comportamento permite compreender à subida da importância relativa dos nascimentos ocorridos fora do casamento, que na actualidade representam cerca de 31 por cada 100 ocorrências.

Outro testemunho de mudança efectiva no que respeita à fecundidade e conjugalidade radica na duração média dos casamentos, a qual, se não for interrompida, se alonga pelo processo natural do aumento da esperança de vida e a diminuição da mortalidade das parturientes. No entanto, estes dois factores de dissolução «natural» do casamento perdem representatividade face ao acréscimo de casamentos dissolvidos por via do divórcio. O facto dos casamentos celebrados fora da igreja excederem em 2005[99] pela primeira vez os celebrados pelo rito católico reflecte outra transformação de comportamentos e mentalidades.

O celibato definitivo representava nas sociedades do passado uma forma de equilibrar o número de nascimentos no seio das famílias, com influência directa no total de descendentes e, portanto, com impacto nas suas estratégias. Referimo-nos, por um lado, a estratégias patrimoniais, mas também de rendimento, já que o trabalho infantil foi visto como parte não negligenciável para assegurar a sobrevivência dos agregados. O celibato foi até inícios de XX um factor importante de comportamentos sociais e familiares e afectava ambos os sexos. Nos meios rurais o celibato era incentivado pela ordem religiosa, mas sobretudo por determinantes socioeconómicas, que o explicam também nas zonas urbanas, embora com causas diversas. Nos centros urbanos era maior a percentagem de celibatários de ambos os sexos e diferente em termos de composição. Aí encontramos muitas celibatárias femininas devido à migração dos campos para engrossarem a criadagem em casas burguesas, enquanto no campo algum desequilíbrio de celibatários masculinos. Só mais tarde, e residualmente, o celibato definitivo atinge as mulheres mais instruídas, como sinónimo de êxito profissional.

Enquanto França já evidenciava sinais claros na mudança de comportamentos mais inibidores de nascimentos, países como a Inglaterra só iniciaram esse processo em 1880, a Alemanha em 1900, a Itália em 1910 e Portugal em 1927. Em Espanha, Itália e Portugal a forte intervenção da igreja católica apelava a um casamento precoce, às famílias numerosas, à coesão familiar e a intervalos intergenésicos curtos. A geografia da transição demográfica nestes países do sul europeu foi distinta. Enquanto em Espanha a onda de mudança se processa do norte mais urbanizado para o sul mais tra-

---

98 INE, *Estatísticas Demográficas,* 2006

99 INE, *Estimativas da População*, 2005.

dicional, em Portugal[100] este fenómeno acontece do sul menos religioso e com zonas economicamente mais deprimidas e recursos mais escassos para um norte, mais tradicional e católico. Em Itália, o processo decorre do norte economicamente mais evoluído para uma Itália meridional e peninsular.

A segunda fase de transição demográfica em Portugal inicia-se durante a ditadura militar e é marcada pela intensificação do declínio da mortalidade e pelo início do declínio da natalidade. Estima-se que 1927 seja o ano de viragem, em que os nascimentos começam a abrandar quer em volume, quer nos seus indicadores de referência. Os anos de maior volume nos nascimentos, antes da transição, terão ocorrido entre 1925 e 1926, como é possível constatar na tabela seguinte, que aponta para mais de 208 mil nascimentos. Em 1927 estima-se que os nascimentos já fossem apenas 204 mil. Esta tendência de decréscimo mantém-se até 1941, ano em que os nascimentos rondariam as 184 mil ocorrências. De seguida, o processo de transição para a modernidade foi retardado, como reflexo da política conservadora e uma ideologia defensora de um país rural, instituída pelo Estado Novo. Com efeito, entre 1941-1962 dá-se um aumento da natalidade (220 mil nascimentos em 1962, valor mais elevado do século XX) e estabilização da queda do ISF[101] em torno dos três filhos por mulher em idade fértil.

No prosseguimento deste fenómeno modificavam-se, porém, os factores explicativos do processo. Quando em meados dos anos 40 se retomou a dinâmica migratória, o crescimento populacional abrandou, acentuado pela ligeira diminuição paralela dos saldos fisiológicos. É durante o ciclo mais positivo da economia portuguesa que se retoma o processo de transição, com a natalidade a declinar sem retorno e a intensificar-se após 1974. A par de alguma turbulência política inicial, neste regime ocorreram mudanças estruturais na economia e na sociedade, com claras repercussões na população em geral, e na natalidade e fecundidade em particular. Durante as décadas de 50 e 60 houve uma estagnação ou mesmo uma ligeira diminuição no número de mulheres em idade fértil, fruto da forte corrente emigratória para a Europa. Mas as mulheres que permaneceram no país intensificaram o processo reprodutivo. Aumentou o número de nascimentos, embora o ISF tenha sofrido poucas alterações.

O processo de descolonização e o regresso de mais de 700.000 retornados veio reverter a tendência de perda de população, sentida durante os anos 60 e inícios de 70 e reflecte-se também no número de mulheres com

100 LIVI-BACCI, 1988:139-178.

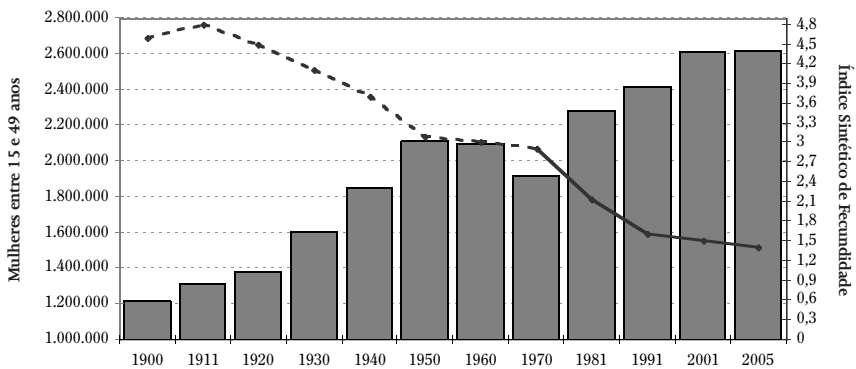
101 ISF sigla para Índice Sintético de Fecundidade, entendido como o número médio de filhos por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos).

Nados-vivos em Portugal (1900-2005)

Anos	Nados-vivos				
	Total		Fora do casamento		
	H M	H	H M	H	% do Total
1900	165 245	85 274	19 236	n.d.	11,6%
1905	179 746	93 898	20 531	n.d.	11,4%
1910	186 953	96 845	20 601	n.d.	11,0%
1915	195 225	100 181	24 544	n.d.	12,6%
1920	202 908	103 984	27 274	n.d.	13,4%
1925	208 434	106 801	25 958	n.d.	12,5%
1930	202 529	103 928	29 409	n.d.	14,5%
1935	203 943	104 771	31 094	16 047	15,2%
1940	187 892	97 147	29 463	15 057	15,7%
1945	209 131	108 482	26 328	13 440	12,6%
1950	205 163	106 025	24 132	12 421	11,8%
1955	209 790	107 877	23 039	11 818	11,0%
1960	213 895	110 485	20 221	10 414	9,5%
1965	210 299	108 574	16 423	8 470	7,8%
1970	180 690	93 223	n.d.	n.d.	n.d.
1975	179 648	93 099	12 879	6 642	7,2%
1980	158 309	81 624	14 558	7 472	9,2%
1985	130 450	67 331	16 088	8 271	12,3%
1990	116 321	59 918	17 095	8 811	14,7%
1991	116 299	59 862	18 122	9 242	15,6%
1992	114 924	58 844	18 478	9 378	16,1%
1993	113 960	58 388	19 298	9 830	16,9%
1994	109 227	56 439	19 464	9 991	17,8%
1995	107 097	55 662	19 972	10 271	18,6%
1996	110 261	57 324	20 563	10 619	18,6%
1997	112 933	58 037	22 063	11 191	19,5%
1998	113 384	58 530	22 802	11 692	20,1%
1999	116 002	59 774	24 186	12 366	20,8%
2000	120 008	62 222	26 642	13 802	22,2%
2001	112 774	58 365	26 814	13 847	23,8%
2002	114 383	59 303	29 117	15 099	25,5%
2003	112 515	58 210	30 236	15 597	26,9%
2004	109 298	56 212	31 766	16 223	29,1%
2005	109 399	56 612	33 633	17 408	30,7%

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas* 1900 a 2005.

15 a 49 anos de idade. Tradicionalmente este factor deveria ser dinamizador de uma maior fecundidade e natalidade. Mas de facto não o foi. A mulher portuguesa da década de 70 era uma mulher que sentia a força da liberdade e que apreciava outros valores não restritos ao lar, à família e à religião. E

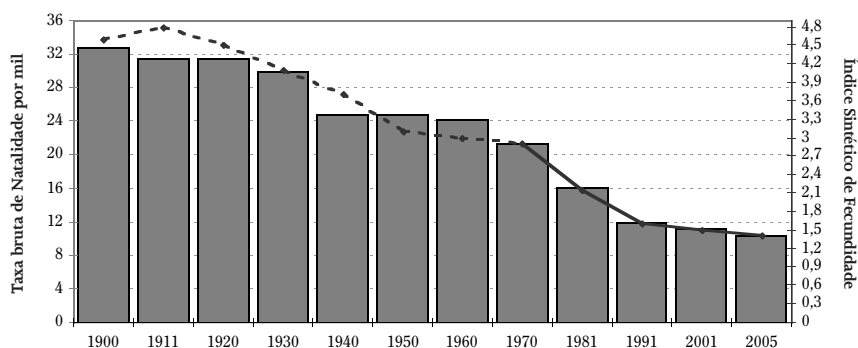
Mulheres entre os 15 e 49 anos e Fecundidade em Portugal 1900 a 2005

Fonte: *Recenseamnetos da População entre* 1900 *e* 2001. Estimativas População 2005. ISF entre 1900 e 1970 Método RCM (Relação Mulher/Criança).

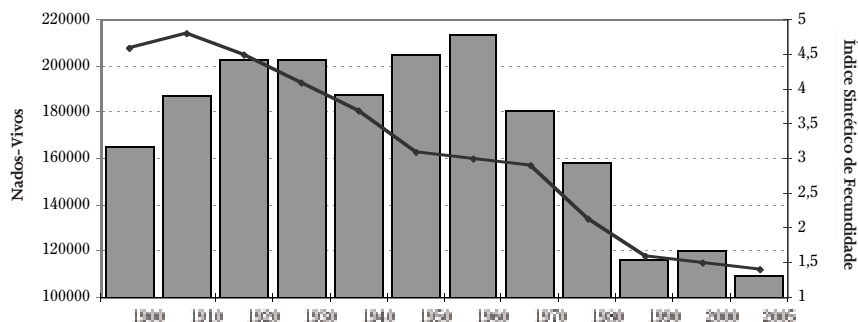
assim a fecundidade retoma a forte descida, apoiada por um Serviço Nacional de Saúde mais protector da saúde maternal e infantil e que reduziu substancialmente as mortes materno-infantis. A partir de 1981 deixa de estar assegurada a renovação das gerações em Portugal. O século XXI nada muda essa tendência de declínio e em 2006 o INE estimava a existência de uma descendência média de 1.36 filhos por mulher, a mais baixa de sempre. Contrariando a tendência já invertida de alguns países europeus que se aproximam do nível de renovação de gerações, como é o caso da França, Noruega, Suécia, Irlanda e Dinamarca… Países como a Alemanha atingiram o mínimo de sempre e esse terá sido um factor indutor para novas políticas de forte incentivo à fecundidade. Esta é sem dúvida uma das consequências da última fase de transição demográfica, em que a generalidade dos países Europeus já se encontra. Porém, um grupo cada vez maior de países procura inverter a tendência para um crescimento demográfico nulo ou mesmo negativo resultante do envelhecimento da base da pirâmide etária.

Portugal é hoje dos países com os mais baixos níveis de fecundidade, tanto num contexto europeu como mundial. Continua a ter desigualdades internas, sendo tradicionalmente o norte e as ilhas as zonas onde se verificam os valores máximos. Mas, tal como aconteceu com a mortalidade, a partir da década de 80, a tendência será para que os padrões de comportamento regional dos portugueses se uniformizem, à medida que se consolida uma nova mentalidade. Também o contacto e posterior adopção de

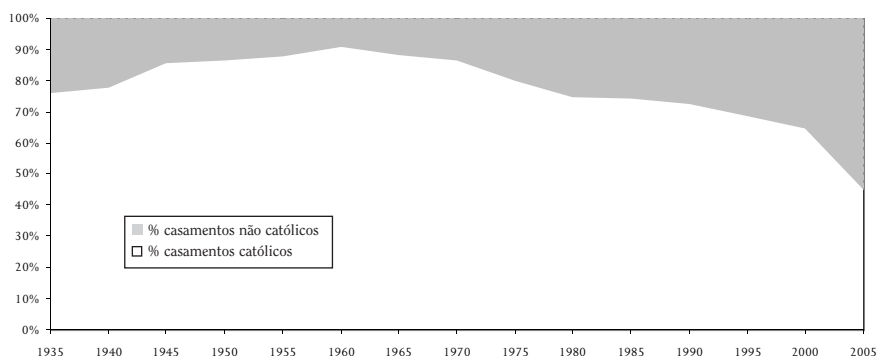
novas práticas, nomeadamente as contraceptivas, inspiradas nos modelos das sociedades de acolhimento de portugueses emigrantes, poderão ter desempenhado o seu papel em todo este processo, sobretudo em núcleos populacionais mais isolados.

As mudanças ocorridas nos padrões de fecundidade não têm uma ligação directa com os comportamentos face à nupcialidade, cujos níveis crescem ininterruptamente entre 1930 e 1974, sem que esse facto tenha implicado um aumento da fecundidade, o que prova que a procriação começara a deixar de ser controlada pelas restrições matrimoniais, pas-

Taxa Bruta de Natalidade e Índice Sintético de Fecundidade em Portugal 1900 a 2005

Fonte: *Recenseamentos da População entre 1900 e 2001. Estimativas População* 2005. ISF entre 1900 e 1970 Método RCM (Relação Mulher/Criança).

Nados-vivos e Índice Sintético de Fecundidade em Portugal 1900 a 2005

Fonte: *Recenseamentos da População* e *Estatísticas Demográficas 1900 a* 2005, INE.

sando a ser entendida num quadro social em mudança. As mutações socioideológicas[102] da época alteraram o percurso das dinâmicas populacionais, não apenas face à fecundidade, mas também no que respeita à nupcialidade e à legitimidade dos nascimentos. Intensificam-se os casamentos civis, os divórcios e os nascimentos fora do casamento. No início da centúria, a totalidade dos casamentos ocorridos em solo nacional eram católicos, característica que assim se manteve até à década de 30. Nos anos 60 esta era ainda predominante, com mais de 90 em cada 100 casamentos a serem realizados pela igreja. Porém, após 1975 acentua-se a deliberação de casar fora do domínio da igreja e no início de 80 já um quarto de casamentos eram civis, como já referimos. Em 2005 dá-se a inversão de tendência, com os casamentos a serem realizados através do processo civil a constituírem cerca de 55% do total.

Evolução do proporção de casamentos católicos e não católicos em Portugal 1935-2005

Fonte: *Estatísticas Demográficas entre 1935 e 2005*, INE.

Também os nascimentos fora do casamento têm assumido um peso maior, alterando costumes e confrontando as gerações mais tradicionais com novas formas de vida e de encarar a família. No início do século, apenas 12 mulheres em cada 100 tinham filhos sem a bênção matrimonial, mas na década de 60, em plena ideologia conservadora do Estado Novo, essa relação recua para um mínimo de 7 nascimentos fora do casamento em cada 100. Mas a ideologia da liberdade sexual das décadas de 70 e 80 man-

102 MENDES, 1992.

teve o rumo inevitável. Hoje praticamente 1 em cada 3 nascimentos ocorre longe do casamento[103]. A zona do país onde esse valor é mais elevado é no Algarve, seguido por Lisboa[104]. A estrutura familiar da sociedade portuguesa foi confrontada com o aumento rápido das taxas de divórcio (que mais que quadruplicaram entre 1980 e 2005[105]), e também com a crescente representatividade dos nascidos fora do casamento (7% do total em 1970, 10% em 1980, 16% em 1990 e 20% em 1997 e em 2006 31,6%).

As mudanças mais significativas de toda a nossa história, no que respeita à família, ocorrem na década de 70. A dimensão e a estrutura das famílias portuguesas foi alterada, não tanto por ter diminuído o número de casamentos, o que poderia decorrer de contingências de tipo económico ou social, mas porque aumentou a frequência das uniões de facto, o volume de divórcios e de famílias monoparentais. Este último tipo de famílias são uma realidade com tendência a aumentar em todo o Mundo, embora o conceito defina uma estrutura familiar ou tutorial que pode ser muito variada: mãe ou pai com filho(s), avô ou avó com neto(s), mulher ou homem com filhos adoptados ou de acolhimento… Em termos de União Europeia, Portugal possui percentualmente mais famílias monoparentais que vários outros países, designadamente países do Sul, como Itália, Grécia ou Espanha. As razões podem decorrer de uma opção consciente (adopção, recurso a tecnologias de fertilização, maternidade a solo) ou de circunstâncias da vida (divórcio, morte, abandono, entrega da criança à avó por incapacidade dos pais…). O número de famílias monoparentais lideradas por indivíduos do sexo masculino é muito inferior ao feminino. Em 2001, 12 em cada 100 famílias eram monoparentais, e das 12, 10 eram constituídas apenas pela mãe[106].

Se viver a dois continua a ser hoje uma situação maioritária nas idades adultas, o acto do casamento já não é uma condição indispensável para a formação do casal, dada a emergência de novos moldes de coabitação. Reflexo desta mudança é a redução sustentada da taxa bruta de nupcialidade entre 1970 e 2001, que passa de 9,4 para 5,7‰. Em número esta mudança traduz-se entre 1980 e 2005 numa variação negativa de 48,3% do total anual de casamentos. Entre outras podemos apontar como causas possíveis a saída mais tardia de casa dos pais e casamento em idades mais avançadas. De acordo com os dados oficiais, em 2006, além de se realizarem menos

103 INE, 2006, *Indicadores Sociais*.

104 MENDES, REGO, CALEIRO. 2006. A análise da fecundidade baseia-se em dados por ano civil e não por geração.

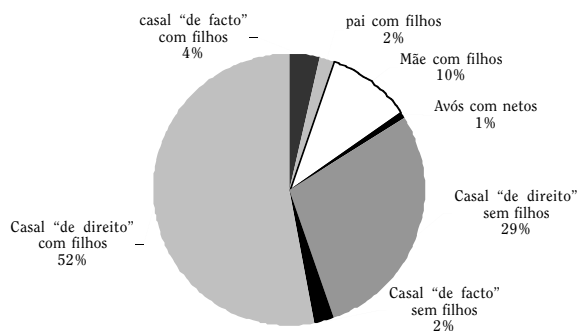
105 LEITE. 2003. e INE, *Indicadores Sociais*, 2006. Em 1960, a taxa de divórcio era de 0,1%, em 1981 era de 0,7% e em 2005 era de 2,1%.

106 MAGALHÃES, 2004.

casamentos, o primeiro efectuava-se em média entre nubentes com cerca de mais quatro anos do que os casados em 1960, em ambos os sexos[107].

As uniões de facto, embora com valor semelhante ao da maioria dos países do sul e Irlanda, são menos frequentes que na generalidade dos países da EU, embora se venham progressivamente a assumir como alternativa aos jovens que não querem casar, por opção ou por questões de índole económica. Uma primeira fase de coabitação é por vezes encarada como um «estágio» pré-matrimonial. A média nacional dos casais em união de facto entre 1991 e 2001 quase duplica[108]. Embora o nosso país não possua informação estatística fidedigna, é provável que, à semelhança do que sucede em vários outros países, também esteja a aumentar o número daqueles que vivem uma relação estável, embora residam em casas diferentes. Cremos, no entanto, que continuarão a ter um significado residual, mais característico do meio urbano e de grupos com rendimento elevado.

Neste contexto de mudança, as famílias tradicionais convivem cada vez mais com as famílias ditas «reconstituídas», após separação ou divórcio, reerguidas após uma viuvez, compostas por casais homossexuais ou monoparentais. Em Portugal, das 3089745 famílias recenseadas em 2001, 81% eram casais de direito sem e com filhos, respectivamente 28,3 e 52,6%; 6% casais de facto sem e com filhos, num total de 71970 e 113947; 4,7% famílias monoparentais: 48132 pais com filho(s), 80822 mães com filho(s) e 15248 avós com neto(s).

Distribuição percentual dos núcleos familiares por tipo de núcleo em Portugal, 2001

Fonte: INE, Censos 2001.

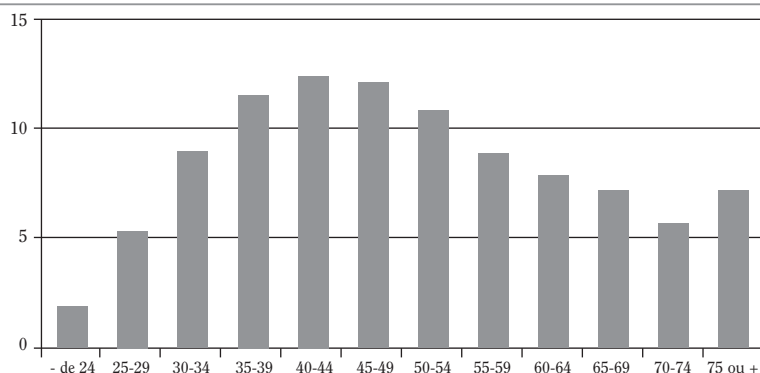
107 INE, 2006.
108 LEITE, 2003.

A dimensão média destes agregados era em 2001 a mais baixa de sempre, para o que contribui a descida do número médio de filhos. No universo das cerca de 80 mil mães contabilizadas, 55% tinham apenas 1 filho e 30,8% possuíam 2. As que declaram ter 3 ou mais filhos representam em conjunto menos de quinze pontos percentuais: 9.7% das mães declaram ter 3, 3% 4 e apenas 1,5% 5 ou mais filhos. A composição e estrutura interna das famílias foram afectadas nas últimas décadas pelas consequências cruzadas de progressos tecnológicos, emancipação feminina, maior entendimento das necessidades e direitos da criança, igualdade entre géneros, maior liberdade sexual, vivência mais individualista.

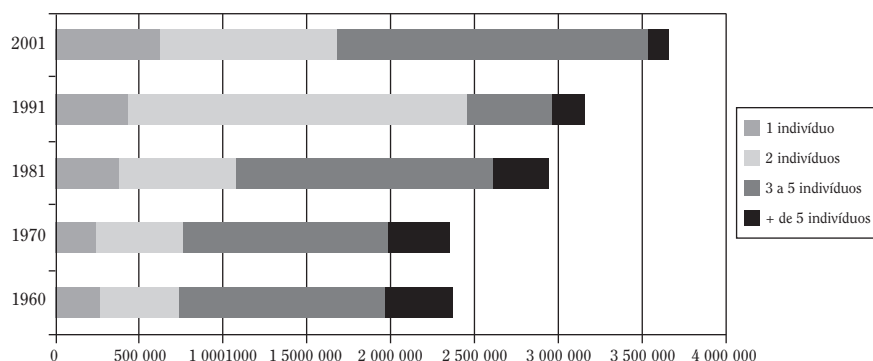
O mesmo princípio é válido para justificar o acréscimo verificado na idade média das mulheres ao primeiro filho, que hoje supera em quase quatro anos a média observada no início da década de 80 (23,6 anos em 1981, 28,1 em 2006)[109]. Assim, para além da diminuição dos níveis médios de fecundidade, assiste-se ao envelhecimento do modelo. Se a este facto juntarmos a questão do envelhecimento das estruturas nos grupos de idades mais avançadas, compreenderemos também os fenómenos de alteração da composição e dimensões médias das famílias portuguesas. Veja-se, nomeadamente, o número de agregados isolados, que representam 10,8% das famílias recenseadas em 1960 e 17,3% em 2001, tendo registado um aumento de 45 pontos percentuais apenas nos últimos dez anos. Na sua maioria estas famílias são constituídas por indivíduos com idades superiores a 65 anos.

Distribuição percentual das pessoas a viver em família clássica segundo o grupo etário do representante da família, Portugal, 2001

Fonte: INE, Censos 2001.

109 OLIVEIRA, 2008.

Por seu turno, reflexo do processo de envelhecimento provocado pela redução dos níveis de fecundidade, em Portugal diminuiu o peso relativo das famílias com jovens menores de 15 anos, as quais correspondiam a 46,9% em 1981, mas apenas a 39,9 pontos percentuais em 1991[110]. A junção de todas as transformações do comportamento individual traduz-se, no seio das famílias, pela redução do número e representatividade daquelas que integram 3 ou mais pessoas[111]. O acréscimo do total de idosos não compensa as perdas sofridas pela redução da presença de jovens, que representam menos 9 pontos percentuais em 1991 do que dez anos antes[112].

Todos estes fenómenos simultâneos fomentam a contínua diminuição da dimensão média das famílias, que se mantém quase estável na primeira metade do século (passa de 4,2 elementos em 1900 para 4,1 em 1950), mas se fixa em apenas 3,8 em 1960; 3,7 em 1970; 3,4 em 1981; 3,1 em 1991 e 2,8 em 2001. As grandes variações ocorridas nas décadas de 50 e 60 devem ter em conta os efeitos da emigração, que vive então um dos momentos de maior intensidade na história portuguesa. Como seria de esperar, são as famílias de maiores dimensões as que perdem representatividade de forma mais nítida: em 1900 as famílias com 6 ou mais elementos constituíam 25% do total; em 1981 as famílias com 5 ou mais elementos representavam ainda 25,1%; mas em 2001 não atingiam os doze pontos percentuais, reduzindo-se a menos de metade, cerca de 11,4%.

Dimensão das famílias em Portugal (1960-2001)

Fonte: INE, *XV Recenseamento Geral da População* (Censos 2001).

110 Dados não apurados em 2001.

111 Correspondem a 69,7% em 1981, 60,8% em 1991 e 54,3% em 2001.

112 Respectivamente 72,3% em 1981 e 63,3% em 1991.

Índice Sintético de Fecundidade na EU 25 e Turquia (1960-2005)

Países	1960/64	1970/74	1980/84	1990/94	2000/03	2004/05	2050	Var. 1960/64--2004/05
EU-25	2,64	2,23	1,79	1,56	1,47	1,5	1,6	-43,18
EU-15	2,67	2,23	1,72	1,5	1,5	1,55	1,61	-41,95
Bélgica	2,64	2,07	1,61	1,62	1,63	1,64	1,7	-37,88
Rep. Checa	2,22	2,14	2,01	1,72	1,16	1,23	1,5	-44,59
Dinamarca	2,58	1,97	1,44	1,73	1,75	1,78	1,8	-31,01
Alemanha	2,46	1,77	1,48	1,32	1,35	1,37	1,45	-44,31
Estónia		2,13	2,12	1,67	1,35	1,4	1,6	-34,27
Grécia	2,25	2,33	2,02	1,37	1,27	1,29	1,5	-42,67
Espanha	2,86	2,87	1,94	1,3	1,26	1,32	1,4	-53,85
França	2,83	2,36	1,88	1,72	1,89	1,9	1,85	-32,86
Irlanda	3,91	3,84	2,92	1,99	1,95	1,99	1,8	-49,10
Itália	2,5	2,37	1,55	1,28	1,26	1,33	1,4	-46,80
Chipre	3,47	2,38	2,46	2,35	1,54	1,49	1,5	-57,06
Letónia		2,01	2,01	1,7	1,24	1,24	1,6	-38,31
Lituânia	2,57	2,28	2,04	1,86	1,3	1,26	1,6	-50,97
Luxemb.	2,33	1,77	1,48	1,65	1,67	1,7	1,8	-27,04
Hungria	1,88	2,01	1,82	1,77	1,31	1,28	1,6	-31,91
Malta	3,16	2,21	1,98	2,02	1,58	1,37	1,6	-56,65
Holanda	3,17	2,15	1,52	1,59	1,72	1,73	1,75	-45,43
Áustria	2,78	2,08	1,61	1,49	1,37	1,42	1,45	-48,92
Polónia	2,76	2,24	2,33	1,93	1,28	1,23	1,6	-55,43
Portugal	3,16	2,71	2,05	1,53	1,48	1,42	1,6	-55,06
Eslovénia	2,25	2,14	1,91	1,38	1,23	1,22	1,5	-45,78
Eslováquia	2,93	2,5	2,29	1,94	1,22	1,25	1,6	-57,34
Finlândia	2,68	1,64	1,68	1,82	1,74	1,8	1,8	-32,84
Suécia	2,3	1,9	1,64	2,04	1,62	1,75	1,85	-23,91
R. Unido	2,86	2,2	1,81	1,78	1,66	1,74	1,75	-39,16
Bulgária	2,23	2,16	2,01	1,57	1,25	1,29	1,5	-42,15
Roménia	2,1	2,65	2,18	1,55	1,28	1,29	1,5	-38,57
Turquia	6,18	5,68	4,36	2,99	2,42	2,2	1,85	-64,40

Fonte: *Eurostat, Europes's demographic future: facts and figures on challenges and opportunities, European Commission,* 2007.

Nos nossos dias as alterações ocorridas na estrutura familiar herdada de séculos anteriores estão profundamente ligadas às mudanças registadas ao longo do século XX no modelo de fecundidade em todo o mundo, embora mais precoce em países cuja industrialização se deu mais cedo. Aqueles que mais tardiamente iniciaram o processo sofreram maiores variações na fecundidade entre 1960 e 2005, como é o caso de Portugal, Espanha, Polónia, Eslováquia, Malta, Chipre, Lituânia, Turquia. Em casos como o Reino Unido, França, Luxemburgo, Bélgica e Países Nórdicos os padrões de fecun-

didade mudaram sobretudo na primeira metade do século XX. Por esse facto, ao comparar níveis e valores médios, como os apresentados na tabela, há que comparar períodos de transição distintos. Alguns desses países já inverteram a tendência de queda da fecundidade e apresentam valores próximos da reposição de gerações[113].

Longe estamos do tempo em que a explicação dos níveis de fecundidade se encontrava fortemente ligada à nupcialidade e esgotava em parte as formas de vida familiar e comunitária. O predomínio absoluto da família de tipo nuclear esconde a variedade interna da mesma e nem sempre tem uma existência legal no sentido clássico (matrimonial) do termo. Os núcleos que no passado eram formados por viúvos(as) com filhos cedem lugar às famílias lideradas por divorciados(as) ou solteiros (sobretudo solteiras) com filhos. Hoje mais de 11% das crianças vivem com apenas 1 dos progenitores. A título de curiosidade, e no foro das grandes permanências, gostaríamos de sublinhar que a duração média dos casamentos nas sociedades do passado girava em torno dos 12 a 15 anos e hoje se fixa em 14,3[114] anos. A mesma duração com causas muito diversas. No passado a dissolução passava pela morte de um dos elementos, hoje pela separação dos mesmos.

No que respeita à diversidade regional que Portugal manifesta relativamente à fecundidade, é possível distinguir três grupos, que pouco diferem das enunciadas para séculos anteriores. O primeiro inclui os casos que apresentam descendências médias sempre superiores à média nacional. Referimo-nos a cinco distritos situados a Norte (Braga, Vila Real, Bragança, Aveiro e Viseu), a que se juntam Ponta Delgada nos Açores e Funchal, na Madeira. O distrito da Guarda poderá ser incluído neste grupo, excepto no ano de 1970. O segundo conjunto, aglutina vários distritos que apresentam durante todo o século XX resultados inferiores ou iguais aos do todo nacional. Este grupo é constituído por Coimbra, Santarém, Lisboa e Faro e, a partir dos anos 40, também pelos distritos alentejanos. Os últimos virão agregar-se-lhes, deixando de figurar, como acontecera em 1930 e provavelmente antes, entre os de mais elevada descendência média. Só em 1980 o distrito de Beja voltará a pertencer ao primeiro grupo. O terceiro e último conjunto é formado por seis distritos, geograficamente dispersos e que ao longo destas décadas manifestam alguma inconstância de comportamento. Neste se inclui o distrito do Porto, onde até 1940 o número médio de filhos por mulher se mantém próximo do valor médio nacional, para subir depois

113 EUROSTAT, 2007. Veja-se o caso francês, actualmente com 1,9 filhos por mulher em idade fértil.

114 INE, 2007.

e só em 1980 regressar a valores semelhantes à média geral. Dois outros distritos manter-se-ão acima da média, como é o caso de Castelo Branco até meados do século e de Leiria até aos anos 60, juntando-se a partir de então aos distritos do sul. A intensidade dos movimentos migratórios e a reduzida dimensão populacional dos distritos de Viana do Castelo, Angra do Heroísmo e Horta justificam o seu comportamento, também ele irregular como os anteriores, pautado por oscilações tão marcadas que nos impedem de encontrar qualquer linha de tendência.

É de assinalar que as diversidades regionais face à fecundidade são particularmente intensas até 1970, mas em 1980 inicia-se um processo de uniformização de comportamentos fecundos, que se traduzem em amplitudes cada vez menores entre os distritos com níveis de fecundidade máximos e mínimos. Este facto denota o quanto os comportamentos dos portugueses foram afectados pelas mudanças sociopolíticas ocorridas no pós 25 de Abril, da mesma forma que a estabilidade dos valores encontrados para um longo período do Estado Novo reflecte a influência que a ideologia dominante conseguiu imprimir nos comportamentos familiares.

As alterações ocorridas na estrutura familiar estão profundamente ligadas às mudanças registadas ao longo do século XX no modelo de fecundidade. O declínio dos níveis de fecundidade, iniciado em meados dos anos 20 registou nas últimas três décadas as suas maiores descidas, o que traduz a emergência de uma nova mentalidade, desfasada em termos comparativos com outros países europeus. A ideologia dominante até ao 25 de Abril de 1974 e a adopção de novas práticas contraceptivas inspiradas nos modelos das sociedades de acolhimento dos nossos emigrantes poderão ter tido um papel determinante neste processo, sobretudo em zonas mais isoladas e nos extractos sociais menos informados.

3.3. *Migrações e mobilidade*

Teresa Rodrigues
Paulo Oliveira

As migrações, nas suas vertentes de emigração, imigração e migrações internas, sazonais e periódicas, são a variável que maiores mudanças registaram no século XX, em termos de volume total, de características e como determinante das novas dinâmicas demográficas. Estima-se que quase 200 milhões de indivíduos estejam envolvidos em deslocações de curta ou média distância, designadamente para os centros urbanos, e um número semelhante opta por migrar para fora dos seus países de nascimento. A esse

valor há que acrescer os refugiados e os requerentes de asilo[115]. A globalização abre perspectivas ainda inexploradas sobre a deslocação de bens e pessoas, pelo que estes movimentos constituem um dos desafios mais sérios com que se debate a comunidade internacional e uma das manifestações mais evidentes do estreitamento do planeta. Mau grado a falta de estatísticas, os critérios oficiais dúbios, a clandestinidade e outros factores que continuam a dificultar a estimativa sobre os volumes envolvidos quando falamos de migrações, a situação é hoje mais controlada, reflexo também da crescente preocupação face ao seu aumento[116]. A Europa é o continente mais atractivo a nível mundial, durante todo o século XX palco de movimentos migratórios de intensidade única, de que são exemplo as migrações forçadas e as deslocações étnicas na primeira metade do século XX e a migração intraeuropeia no sentido sul norte até meados dos anos 70. As migrações representam hoje uma componente essencial do crescimento da população europeia, face à baixa generalizada dos níveis de fecundidade, contribuindo nas zonas atractivas para retardar os efeitos do envelhecimento demográfico, embora penalizando os países de saída, sobretudo a Europa central e de leste[117]. Aumenta a percentagem de estrangeiros, a multiplicidade das suas proveniências e a tendência a dispersarem-se geograficamente nos países de acolhimento, sendo possível traçar uma geografia do fenómeno[118]. A importância que assumem os movimentos migratórios no Portugal contemporâneo é sobejamente conhecida.

As migrações internas representam uma das facetas menos visíveis dessa variável micro demográfica[119]. Na recta final do século passado, todas as vertentes migratórias se apresentam decisivas para o futuro, e não apenas a nível demográfico. Muitas incógnitas que surgem a propósito dos movimentos migratórios dos portugueses vê-se limitada pelo silêncio das fontes e ainda pelo facto da sua multiplicidade dificilmente permitir a construção de séries quantitativas homogéneas. É possível apresentar uma visão longa sobre o perfil migratório em termos médios nacionais e também regional,

---

115 RODRIGUES, 2007: 31.

116 Existem séries comparativas à escala mundial sobre o número de estrangeiros residentes nos estados membros das Nações Unidas, elaboradas sob a responsabilidade do Departamento da População, desde 1965.

117 LERIDON, 1996: 169-180.

118 O sul da Europa recebe imigrantes pouco qualificados e em parte clandestinos de África, América Latina e Ásia, justificada por afinidades históricas e linguísticas; de outros países da Europa, e da América do Norte. Alteraram-se também as correntes migratórias originárias da Bacia do Mediterrâneo (RODRIGUES, 2004: 235-269).

119 RODRIGUES e PINTO, 2002: 179-203; RODRIGUES e PINTO, 1996b: 39-49.

Saldos migratórios em Portugal no século XX

Períodos Intercensitários	Total
1900-1911	-222 098
1911-1920	-356 233
1920-1930	-8 177
1930-1940	64 720
1940-1950	-133 315
1950-1960	-685 304
1960-1970	-1 302 524
1970-1981	1 184 645
1981-1991	-334 656
1991-2001	406 858
2001-2005	184401

Fonte: *IV.º a XIV.º Recenseamento Geral da População Portuguesa*, 1890 a 2001. Estimativas da População para 31/XII/2005.

partindo da análise dos saldos migratórios distritais e da respectiva Taxa Migratória Total[120].

A primeira década do século XX foi marcada a nível nacional por uma repulsão migratória líquida. Alentejo, Porto e Lisboa apresentam valores positivos e Santarém, Portalegre e Coimbra perdem pouco, mas nos restantes as descidas são superiores a 1%, com os Açores a registar uma perda de quase 4%. Este cenário prolonga-se até 1920. Só o distrito de Lisboa (incluindo ainda Setúbal) apresentou taxas líquidas de atracção superiores a 1% e mesmo o Porto apresenta valores negativos entre 1911 e o recenseamento de 1920. Aliás, o país revela nesta fase uma relativa homogeneidade, embora agravada nos distritos do interior norte. Na década imediata, os resultados globais reflectem alguma capacidade de atracção, como em Évora, Beja, Porto e Lisboa. Também os Açores apresentam resultados positivos, mas que só conseguirão manter até final dos anos 30. No restante território as taxas de migração total foram negativas, mas em nenhum caso descem mais que 2%. Tal como no período seguinte, o forte crescimento fisiológico que ainda se verifica permitiu atenuar nos distritos menos dinâmicos a tradicional incapacidade de atracção líquida. De facto, a tendência iniciada na década de 20 prosseguiu nos anos 30, com um saldo migrató-

120 Esta última dá o valor residual dos diferentes movimentos, após as compensações que possam ter existido entre entradas e saídas de migrantes na unidade, sem distinguir os fluxos internos dos efectuados com o exterior. Taxa Migratória Total (1891-1900) = Saldo migratório médio anual (1891-1900) / População média x 1000. Ou seja, por cada mil residentes no distrito, a saldo migratório foi (des)favorável em X indivíduos.

Saldos migratórios distritais em Portugal
1901-2000

Distritos	1901-1911	1912-1920	1921-1930	1931-1940	1941-1950
Aveiro	-21068	-24945	-17046	-10715	-19348
Beja	1576	-13218	6890	-1428	-17696
Braga	-19847	-30862	-17902	-4566	-23764
Bragança	-17119	-31166	-8495	1156	-15262
Castelo Branco	-12007	-21484	-10880	-6298	-18528
Coimbra	-15463	-28441	-7437	-10518	-12967
Évora	1793	-9033	2857	28	-9154
Faro	-27509	-32602	-4666	-13697	-16015
Guarda	-23629	-35308	-19081	-9131	-27081
Leiria	-17432	-8985	-11804	-6666	-12129
Lisboa	57121	47103	136046	138892	130949
Portalegre	-2067	-7152	-1096	-2317	-7384
Porto	-1182	-21136	9654	25867	2811
Santarém	-2760	-24549	-6241	-3942	-13888
Setúbal				5178	26182
Viana do Castelo	-10887	-14372	-12997	-11343	-15116
Vila Real	-25180	-20322	-16013	430	-13298
Viseu	-36738	-42739	-28768	-22155	-39428
Açores	-40007	-25518	1320	1528	-12514
Madeira	-9693	-11504	-3238	-5583	-19685
Portugal	**-222098**	**-356233**	**-8177**	**64720**	**-133315**

Distritos	1951-1960	1961-1970	1971-1981	1981-1991	1991-2000
Aveiro	-36837	-61923	-15288	-5519	38438
Beja	-46646	-87372	-19215	-15367	3311
Braga	-65921	-116234	-5732	-30406	15694
Bragança	-34478	-79153	-5300	-27910	-1688
Castelo Branco	-45960	-63009	-22678	-13689	6228
Coimbra	-37920	-68299	4358	-12468	22153
Évora	-23036	-59744	-5669	-5705	6209
Faro	-34536	-58068	46713	16779	59819
Guarda	-62499	-87631	-9055	-14413	2716
Leiria	-39270	-66969	18921	-5354	32984
Lisboa	92074	53319	312637	-74444	63008
Portalegre	-28688	-51079	-3724	-5137	1644
Porto	-46640	-104986	63250	-36824	80422
Santarém	-36497	-63848	9280	-8786	24002
Setúbal	20851	57193	160401	24837	66679
Viana do Castelo	-36255	-58169	-11136	-11562	5501
Vila Real	-48501	-103898	-24007	-35696	-7211
Viseu	-76690	-124743	-20612	-34587	-2155
Açores	-48118	-90346	-74281	-23766	-4572
Madeira	-49737	-67565	-27000	-14639	-14709
Portugal	**-685304**	**-1302534**	**1184645**	**-334656**	**398473**

Fonte: *Estatísticas Demográficas*, 1891-2000; *III.º a XIV.º Recenseamento Geral da População Portuguesa*, 1890 a 2001.

rio médio nacional positivo. O distrito de Lisboa continuou a apresentar a maior capacidade atractiva, tal como Setúbal, que surge pela primeira vez como unidade autónoma, e Porto. Neste período destaca-se ainda um segundo grupo com taxas globais quase nulas, composto por Vila Real, Bragança, Évora e Açores. Embora fosse acentuado o crescimento populacional e a taxa migratória nacional, os saldos continuaram negativos na maior parte dos distritos, embora menos.

Na década de 40 abre-se um novo ciclo emigratório, que se prolonga até aos anos 70. Mesmo quando ainda todos os distritos cresciam em termos globais, já o saldo migratório total era negativo e só Lisboa, Setúbal e Porto três apresentavam capacidade de atracção líquida, este último com uma taxa bastante inferior. O resto do país manifestou uma tendência clara para repelir os seus residentes, embora de forma ainda não muito intensa. Até 1960, Lisboa e Setúbal vêem reduzido o seu poder atractivo, numa década marcada em algumas zonas por ritmos de crescimento global negativos, facto que se reflecte também nos valores migratórios, com claros e elevados níveis de repulsão. As áreas litorais e Évora conseguem manter taxas um pouco menos negativas, mas não o interior e as ilhas. Na Guarda o nível de repulsão foi de 5,3%. Esta clara incapacidade para reter população aumenta nos anos seguintes e nos anos 60 todas as unidades administrativas do interior, Viana do Castelo, Açores e Madeira registam taxas negativas superiores a 5%. Apenas Lisboa e Setúbal continuaram a manter valores positivos, com Setúbal a liderar pela primeira vez. Esta fase negativa prolonga-se até 1974, embora atenuado pela crise mundial do petróleo.

Em meados dos anos 70 dá-se o retorno das ex-colónias e ainda o regresso de alguns emigrantes. Estes fenómenos influenciam as taxas de migração total. Os principais beneficiários foram os distritos do litoral, designadamente Setúbal (7%), Faro (3,9%), Lisboa (4,3%), Leiria (1,2%) e Porto (1,1). Também com taxas migratórias negativas, mas pouco intensas, Viana do Castelo, Braga, Bragança, Portalegre e Évora, cabendo a Viseu, Guarda, Castelo Branco e Madeira o pior resultado. No entanto, se exceptuarmos os Açores, que perdem 7 por cada 100 habitantes, as taxas negativas são pouco elevadas, o que traduz o forte crescimento populacional desses anos. Como sabemos, na década de 1981-91 a população portuguesa pouco aumentou e a taxa migratória volta a ser negativa, embora menos que nas décadas de 50 ou 60. Só Faro e Setúbal continuam atractivos. Lisboa deixa de ser um distrito atractivo em termos médios, embora a intensidade das migrações continue elevada em muitos dos concelhos pertencentes à Área Metropolitana (AML). Os resultados globalmente baixos e uniformes. Os mais gravosos verificam-se em Trás-os-Montes.

O panorama altera-se por completo na década de 1991-2000: a população aumenta e a Taxa Migratória Nacional atingiu o valor mais alto desde finais do século XIX. Embora a AML e o Grande Porto aumentem a sua capacidade atractiva face à década anterior, as zonas migratórias mais dinâmicas são Faro, seguido de Setúbal, Leiria, Braga, Aveiro e Açores. Registam-se perdas máximas na Madeira e em Vila Real.

Estas dinâmicas específicas podem ter causas diversas. Sabemos, no entanto, que em Portugal existiu uma estreita relação entre as zonas com maiores saldos migratórios negativos e as de maior nível de emigração oficial[121]. Nos anos 20, 4 em cada mil continentais deixou o seu concelho de origem, 2 em cada mil açorianos e 6 em cada mil madeirenses, segundo Alberto Alarcão[122]. Vinte anos depois esses valores fixavam-se em 10, 15 e 18 efectivos, respectivamente, o que reflecte o aumento da mobilidade, mais acentuada nas ilhas. Com efeito, os movimentos migratórios manifestavam em Portugal um acréscimo, que o aumento acentuado dos fluxos emigratórios só parcialmente explica. Reduz-se a importância dos migrantes internos face aos emigrantes. Em 1960, três em cada quatro preferiam o exterior. A partir de meados do século, as movimentações internas atenuaram-se face à componente externa da migração, embora continuem a existir direcções privilegiadas[123]. Entre 1921 e 1960 saíram dos seus locais de nascimento cerca de 1,7 milhões de indivíduos, na sua maioria após 1940 e do sexo masculino. Destes, apenas 54% permaneceram no país. No grupo maioritário dos que ficaram, cerca de um terço (298 mil) limitaram-se a efectuar migrações intradistritais, a maioria das quais mulheres (51%). A atracção urbana terá motivado 89% das deslocações internas, 79% das quais em direcção às cidades. Apenas uma centena de milhar se terá deslocado da cidade para o campo ou para outro concelho rural, o que prova que a migração foi sobretudo rural.

Em termos regionais as conclusões obtidas por Alarcão coincidem com a análise da Taxa Migratória Total por distritos e do estudo de Maria Lucinda Fonseca, sobre mobilidade interna concelhia entre 1960 e 1981 no Continente[124]. Na década de 60 a emigração prevalece sobre qualquer outro tipo de movimento interno, exceptuando os naturais da Serra Algarvia, Alentejo, Ribatejo, Norte de Leiria, Pinhal, Coimbra e Vale do Vouga, que procuram sobretudo a AML. Em zonas mais isoladas e pontuais não existe um predo-

121 NAZARETH, 1988: 141 e ss., com especial referência a Quadro 23.

122 ALARCÃO, 1969: 159 e ss.

123 Designadamente para as sedes de concelho e distrito.

124 FONSECA, 1990.

mínio evidente por determinado destino[125]. É provável que este fluxo se tivesse mantido até 1974, consolidando o processo de concentração populacional na área de Lisboa e Setúbal e a relativa vitalidade da orla litoral. No entanto, já nos primeiros anos da década de 70 se detectam alterações no modelo migratório, sugeridas, entre outras, pela menor atracção que parecem provocar as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e a reorientação das migrações para zonas de litoral, como Faro[126]. Numa análise baseada nas perguntas retrospectivas nos censos de 1981 e 1991[127], João Peixoto conclui ainda que o panorama migratório nacional manteve algumas características básicas entre 1985 e 1991, sendo Lisboa e Vale do Tejo a região onde os movimentos migratórios internos à própria região registaram maior intensidade, surgindo como principal pólo de todas as migrações do País. Mais de dois terços das migrações do Centro, do Alentejo e da Madeira têm essa zona por destino, sendo o Norte a região que proporcionalmente lhe fornece menos efectivos. As lógicas de migração interna, fortemente condicionadas pelo crescimento urbano nas décadas de 60 e 70, estão mais difusas.

Em Portugal, as migrações internas apresentam-se ligadas a diferentes cronologias e processos de desenvolvimento regional, sendo enquadradas por factores de natureza física, formas de exploração económica e predomínio de certo tipo de padrões culturais. O Portugal do século XX foi percorrido por grupos humanos que se deslocavam com finalidades diversas, com carácter definitivo ou temporário[128].

As migrações periódicas registaram um claro recuo na segunda metade da centúria, mas foram essenciais para assegurar a sobrevivência de certas regiões nas primeiras décadas. Justificam-nas e suportam-nas motivações económicas e a existência de mão-de-obra disponível em zonas não demasiado distantes das mais carenciadas a esse respeito. Minhotos, transmontanos, beirões e algarvios possuíam uma longa tradição em termos de migrações temporárias e trabalho sazonal. Algumas indústrias provocavam este tipo de movimentações, sempre que apresentavam flutuações no ritmo de laboração. Caso das indústrias extractivas e da construção civil e naval. O levantamento efectuado a nível nacional sobre o ano de 1957 estimava em cerca de 100 mil efectivos o número total de migrantes sazonais[129].

---

125 Partes dos distritos de Vila Real, Bragança e Viseu e alguns concelhos da Guarda e Castelo Branco.

126 BAPTISTA e MONIZ, 1985.

127 PEIXOTO, 1995.

128 CARQUEJA, 1916: 377 e ss.

129 Esse estudo foi realizado por José Miranda Magalhães («0 Problema dos Ranchos Migratórios em Portugal» e citado por EVANGELISTA, 1971: 173).

No entanto, os movimentos migratórios internos que verdadeiramente influenciaram os ritmos e formas de evolução populacional portuguesa nestes últimos cem anos pressupõem características de permanência e apontam em direcções muito concretas. Esse tipo de mobilidade provocou e alimentou fenómenos marcantes da centúria, com destaque para o êxodo rural e a urbanização. As migrações internas suportaram o processo de industrialização e serão responsáveis máximas pelo processo de litoralização em Portugal, que se acentua na primeira parte do século XX e decorre a par da bipolarização populacional em torno dos dois grandes centros urbanos, que virão a liderar a Área Metropolitana de Lisboa e a Região do Grande Porto. Em conjunto com o fluxo de saídas para fora do país, globalmente elevado até final da centúria, elas justificam em larga medida o agravamento das assimetrias internas regionais de crescimento demográfico e desenvolvimento. Numa época em que se reduzem à sua mínima expressão as diferenças locais face aos modelos de fecundidade e mortalidade, os movimentos migratórios explicam a rapidez com que se verificou o envelhecimento das regiões do interior do país, ao imprimirem novas características a fenómenos de duração plurissecular, como a fuga dos campos para os centros urbanos e áreas de maior dinamismo económico, no caso português quase todas situadas na faixa litoral.

Até meados dos anos 70 a população estrangeira residente em Portugal nunca foi muito significativa. Em 1960 rondaria os 29 milhares de indivíduos, dois terços dos quais europeus, a que se juntavam alguns brasileiros e um número reduzido de africanos. A Revolução de Abril de 1974 e o processo de descolonização vieram alterar esta imagem, pelo que em 1980 o número de estrangeiros em Portugal quase duplicara, rondando então os 51 mil, 48% dos quais africanos. Seguiam-se os europeus, com 30 pontos percentuais e os latino-americanos[130], com aproximadamente 11% da população estrangeira com estatuto legal de residente[131]. Até 1990, o crescimento anual médio desta subpopulação manteve-se bastante superior ao aumento demográfico médio do país, com variações médias de 6,4%. Intensifica-se o movimento de entradas e também se alarga o leque de proveniências e o perfil do imigrante tipo[132]. Após o período extraordinário que caracteriza

130 Sobretudo brasileiros e venezuelanos, países também privilegiados pela emigração portuguesa.

131 Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa, com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular.

132 BAGANHA e MARQUES, 2001: 93 e ss.

os anos de 1974 a 1976, momento em que os saldos migratórios foram claramente positivos, só em 1993 o saldo migratório português volta a ser favorável. Foram registadas 35 mil entradas e apenas 20 mil saídas nesse ano e o mesmo saldo positivo se verifica em 1994 e nos anos seguintes, tendo como principal beneficiária a faixa litoral norte até Setúbal, incluindo o distrito de Viseu, e terminando no extremo sul. O número de portugueses que sai, a título definitivo ou temporário, regride durante toda a segunda metade dos anos 90, enquanto aumenta o número de imigrantes legais e os pedidos de legalização. Em 2001 residiam em Portugal aproximadamente 224 mil estrangeiros legalizados, fixados maioritariamente nos centros urbanos do litoral centro e sul[133]. De acordo com os últimos dados disponíveis de 2007, esse total ascendia a mais de 400 mil, 42,5% na região da Grande Lisboa, o Algarve com 17,6%, Setúbal com 10,3% e apenas 6,5% no Grande Porto.

O número de imigrantes com autorização de residência válida em Portugal tem sofrido um aumento contínuo desde 1980, embora com variações. O período que abarca o fluxo provocado pelo processo de descolonização foi de todos o mais dinâmico, secundado pelo primeiro quinquénio da década de 90, durante o qual os naturais das ex-colónias continuaram a formar o principal contingente, embora a eles se juntassem europeus e sul-americanos. As regiões que mais atraem os imigrantes não se alteram, e cerca de três quartos fixam-se nos distritos de Faro, Lisboa, Porto e Setúbal. Lisboa acolhe sempre mais de metade do total e tem como momentos de maior intensidade os anos 70[134] e a segunda metade de 90. O Porto, segundo maior distrito em termos demográficos ocupa em 1975 o segundo lugar das preferências imigratórias, mas desce nos cinco anos seguintes para quarto lugar, ultrapassado por Setúbal e Faro. De 2000 a 2007, verifica-se uma tendência negativa para Lisboa e Porto, enquanto Setúbal e Faro se tornam destinos preferenciais, como prova o aumento contínuo do número de estrangeiros aí residentes.

Mais de um terço dos imigrantes procede de países com economias consideradas desenvolvidas, dos quais 42% da Europa, sendo 28,2% da União Europeia e 12,5% de países de leste. Neste grupo a Ucrânia representa a maior comunidade, com 68,2%. O Continente Americano atinge uma percentagem de 18%, de onde se destacam os cidadãos do Brasil

133 RODRIGUES e PINTO, 2002: 179-203.

134 São construídos os primeiros bairros económicos nas periferias de Lisboa, concretamente em Loures (St. António dos Cavaleiros) e Amadora. Em 1975 dá-se a descolonização e a chegada de indivíduos de origem indiana, nomeadamente de Moçambique.

População Estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal 1980-2007 e distritos mais significativos

Ano	Total	Faro	Lisboa	Porto	Setúbal
1980	50.750	7,0	55,8	6,6	12,7
1985	79.594	8,6	51,5	6,9	10,9
1990	107.767	11,1	51,6	6,9	9,7
1995	168.316	12,4	54,9	6,2	9,2
2000	207.587	13,1	54,8	5,9	9,7
2001	223.997	13,1	54,2	5,9	10,4
2002	238.929	13,1	54,1	5,8	10,5
2003	249.995	13,2	53,3	5,9	10,6
2004	263.322	13,6	52,4	5,7	10,8
2005	274.631	13,9	51,5	5,7	11,1
2006*	332.137	15,7	45,0	6,8	11,3
2007*	401.612	17,6	42,5	6,5	10,3

Fonte: SEF. * Dados provisórios.

Variação percentual de Imigração em diferentes períodos

Períodos	Variação %
1980-85	56,8
1985-90	35,3
1990-95	56,1
1995-00	23,3
2000-05	32,2
2000-01	7,9
2001-02	6,6
2002-03	4,6
2003/04	5,3
2004-05	4,3
2005-06	20,9

Fonte: INE.

(76,9%), dos Estados Unidos (11,2%), Venezuela (4,4%) e Canadá (2,5%). A restante população estrangeira residente em Portugal é de origem africana (34,4%), com vantagem para os naturais de Angola e Cabo Verde (22 e 14.6%, respectivamente). A imigração europeia foi aumentando a sua importância ao longo do último quinquénio, mas no universo legal os oriundos da União Europeia constituem ainda o grupo com maior peso, ocupando os britânicos e os espanhóis os lugares cimeiros. Em 2007, segundo dados do INE, residiam legalmente em Portugal 435736 cidadãos estrangeiros; 401610 portadores de autorizações de residência válida, 5741

com autorizações de permanência prorrogada e 28383 com vistos de longa duração prorrogados.

Entre 2001 e 2004 foram concedidas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) 183833 Autorizações de Permanência (AP)[135]. A sua grande maioria (101289) beneficiou cidadãos europeus, seguidos dos americanos (38930), africanos (30187) e asiáticos (13293). Por último, e sem expressão estatística, a Oceânia, com apenas 21 concessões atribuídas. O aumento verificado em 2001 explica-se pela entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro, que pretendia solucionar a situação dos trabalhadores estrangeiros ilegais em território nacional[136], fazendo depender os fluxos de entrada das necessidades do mercado de trabalho[137]. Esta figura legal foi revogada pelo Decreto-Lei 34/2003, de 25 de Fevereiro.

As nacionalidades ucraniana, brasileira, moldava e romena destacaram-se com um maior número de autorizações de permanência concedidas. De salientar a importância de algumas nacionalidades africanas, nomeadamente a caboverdiana, a quem foram concedidas cerca de 5% do total das autorizações de permanência, seguida de Angola com 4,5% e da Guiné-Bissau com 2,5%. Em 2005, o SEF prorrogou 93391 dessas autorizações, em 2006, 32661 e em 2007, 5741, tendência regressiva com causas diversas[138].

No início do século XXI, o panorama migratório português apresenta novas características. Em 2007 cerca de 42% dos estrangeiros com estatuto legal de residente eram europeus, o que relega o continente africano para segundo lugar. Os cidadãos da União Europeia são em número menos sig-

---

135 As APs permitiam que fosse autorizada a permanência em Portugal a estrangeiros que aqui se encontravam sem visto adequado e reunissem as seguintes condições: ser titular de contrato de trabalho ou proposta de contrato de trabalho com informação favorável do Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho (IDICT); não ter sido condenado por sentença transitada em julgado em pena privativa de liberdade de duração superior a 6 meses; não ter sido sujeito a medida de afastamento do país e se encontre no período subsequente de interdição de entrada em Portugal; não estar indicado para efeitos de não admissão no âmbito do Sistema de Informação Schengen por qualquer das partes contratantes; não estar indicado para efeitos de não admissão no sistema integrado de informações do SEF. O período total da concessão não podia exceder os cinco anos a contar da data da concessão da primeira autorização.

136 OLIVEIRA, 2008.

137 BAGANHA e MARQUES, 2001:27.

138 Por alguns dos seus titulares terem beneficiado de titulo de residência com dispensa de visto; por terem casado com cidadão nacional ou da União Europeia; por serem progenitores de cidadão nacional; pela aquisição de nacionalidade portuguesa; pela conversão de AP em Autorização de Residência em 2006; ou simplesmente por regresso ao país de origem (OLIVEIRA, 2008).

nificativo que no passado, dando lugar a cidadãos provenientes da Europa de Leste, da Ucrânia, da Moldávia e Roménia. Cabo Verde, Angola e Brasil continuam a ser os países de recrutamento extra-Europa privilegiado. Em todos estes casos, há que considerar o número significativo de indivíduos em situação ilegal.

População estrangeira com estatuto legal de residente por principais nacionalidades 2000-2007 (%)

Nacionalidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*	2007*
Total	100	100	100	100	100	100	100	100
Europa	29,7	30,0	30,2	30,9	31,8	32,3	37,6	41,9
União Europeia	92,2	92,0	91,5	90,6	88,8	87,6	64,0	67,4
Alemanha	18,3	18,1	18,0	17,9	17,6	17,5	17,3	13,7
Espanha	21,5	22,1	22,1	21,9	21,4	21,1	20,8	15,9
Reino Unido	24,8	24,2	24,1	24,1	24,2	24,4	24,7	20,8
Outros da Europa	7,8	8,0	8,5	9,4	11,2	12,4	36,0	32,6
Moldávia	0,3	0,8	1,6	3,7	11,2	12,6	16,6	20,8
Roménia**	7,6	9,4	10,0	10,5	13,0	14,2	12,1	15,2
Rússia	10,7	11,1	11,3	11,8	12,3	12,2	7,5	8,3
Ucrânia	3,4	3,8	4,8	7,2	16,6	19,3	50,8	62,4
África	47,6	47,9	47,9	47,2	46,2	45,3	39,1	34,4
Angola	20,7	21,2	21,7	21,7	21,8	22,1	22,2	22,0
Cabo Verde	47,7	46,4	45,6	45,3	45,1	44,7	44,2	44,2
Guiné-Bissau	16,1	16,6	16,8	17,0	16,9	16,8	16,3	16,0
Moçambique	4,7	4,4	4,3	4,2	4,1	4,0	4,0	3,9
S. Tomé e Príncipe	5,5	5,9	6,1	6,2	6,4	6,6	6,8	7,0
África do Sul	1,9	1,8	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6	1,5
Marrocos	0,4	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7	0,9	1,1
América	18,1	17,4	17,0	17,0	17,0	17,3	17,7	18,0
Brasil	81,0	81,2	81,5	81,8	82,6	83,9	87,1	76,9
EUA	78,7	78,8	78,9	79,1	79,0	79,2	79,2	79,2
Venezuela	12,8	12,2	11,6	10,9	9,9	8,8	6,6	4,4
Ásia	4,2	4,3	4,6	4,6	4,7	4,7	5,4	5,5
China	37,5	40,7	41,4	41,6	42,8	43,2	45,2	44,2
Índia	14,7	14,0	13,9	13,9	13,7	13,6	14,6	16,2

Fonte: INE Estatísticas Demográficas. *Valor provisório. ** em 2007 a Roménia integra a União Europeia.

Trata-se de uma população com um índice de envelhecimento baixo, concentrando-se cerca de 50% nas idades activas jovens (20-39 anos). Segue-se o de 40-64, com 25%. Os menores de 20 anos representam 21% e os maiores de 65 apenas 4%[139].

139 *Relatório Estatístico*, SEF, 2007: 19.

Neste universo legal, o estrangeiro residente em Portugal no ano de 2007 é predominantemente do sexo masculino, embora essa diferença tenha a sua máxima expressão nos africanos[140] e mínima entre os espanhóis e outros países europeus não pertencentes à União Europeia[141]. De todas as comunidades legalmente radicadas em Portugal, é a guineense que revela uma masculinidade mais acentuada (quase três homens por cada mulher), seguida da moldava, romena e marroquina, embora esta última constitua um universo muito reduzido. São as comunidades africanas que no seu conjunto registam diferenças mais acentuadas entre os sexos, o que também

Relações de Masculinidade da Imigração Legal, por nacionalidade (2000-2007)

Nacionalidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	132,4	128,5	124,8	122,4	119,4	116,8	121,1	120,9
Europa	115,2	113,8	112,6	112,1	110,5	109,4	122,8	123,3
União Europeia	115,8	114,3	113,2	112,8	111,3	110,8	110,4	113,8
Alemanha	125,3	123,3	121,6	121,3	119,9	118,6	118,0	116,5
Espanha	102,7	100,1	98,2	97,8	97,4	97,2	97,1	97,7
Reino Unido	116,2	116,5	116,0	115,1	114,2	113,8	113,4	111,9
Outros da Europa	108,1	108,4	106,8	105,8	104,5	100,0	148,7	146,0
Moldávia	200,0	164,7	148,7	229,3	155,6	144,7	163,4	155,1
Roménia	183,8	177,6	160,6	140,3	112,7	102,9	133,0	134,8
Rússia	65,8	64,2	63,3	55,7	55,2	53,5	84,6	85,7
Ucrânia	111,7	103,0	84,6	84,9	78,9	77,9	169,0	159,2
África	150,0	143,5	138,2	135,9	133,3	131,1	130,2	129,8
Angola	150,0	130,5	124,8	123,1	120,6	117,3	116,0	115,9
Cabo Verde	138,7	134,0	130,5	128,9	127,5	126,4	124,8	122,8
Guiné-Bissau	256,4	232,8	214,1	205,1	197,9	192,1	188,3	187,4
Moçambique	122,2	119,6	116,8	115,4	114,5	113,3	111,7	111,3
S. T. e Príncipe	100,9	96,9	95,0	94,3	91,7	91,9	90,8	91,5
África do Sul	100,1	99,3	97,5	95,8	95,7	95,5	95,0	95,6
Marrocos	183,2	185,8	186,0	178,3	171,8	165,2	216,6	219,6
América	120,8	116,6	111,5	106,0	100,7	95,7	95,1	94,4
EUA	131,4	130,7	131,0	130,8	130,3	129,9	129,0	128,3
Brasil	110,2	106,5	101,7	96,5	91,1	86,4	88,6	89,6
Venezuela	177,5	165,8	148,8	134,8	127,6	118,2	113,2	108,2
Ásia	132,2	132,2	131,8	130,6	129,2	127,9	145,2	150,7
China	161,5	149,1	137,5	133,6	129,9	128,3	128,9	126,3
Índia	84,8	90,5	100,4	105,4	108,4	110,0	172,0	206,1

Fonte: SEF, Relatório de Actividades 2007.

140 Veja-se o caso dos imigrantes marroquinos, onde por cada cem mulheres chegam a Portugal 220 homens.

141 Nestes casos contabilizaram-se 107 homens por cada 100 mulheres.

possui explicações de ordem cultural. Brasileiros e europeus apresentam resultados mais próximos.

Os tempos de imigração das diferentes nacionalidades são visíveis nas dinâmicas próprias que cada uma delas apresenta a nível dos anos em que solicitam o pedido de residência. Esse facto, aliado à política externa e de imigração do Estado português, explica as subidas detectadas em 2006 no caso brasileiro, chinês, guineense, indiano e paquistanês, embora em todos os casos partindo de valores muito diversos.

Mas Portugal não deixou de ser um país de emigrantes. Com efeito, a emigração constitui a vertente migratória que mais condicionou a dinâmica de crescimento demográfico, apesar das variações registadas em termos de intensidade, cronologia e desigual incidência regional. Ao iniciar-se o século XX, o volume de saídas legais, a que haveria de juntar número significativo de clandestinos, inseria-se no chamado ciclo transatlântico, que em meados da centúria é substituído pelo europeu. Já contabilizando os ilegais, avalia-se em 2 milhões o número daqueles que entre 1855 e 1930 dei-

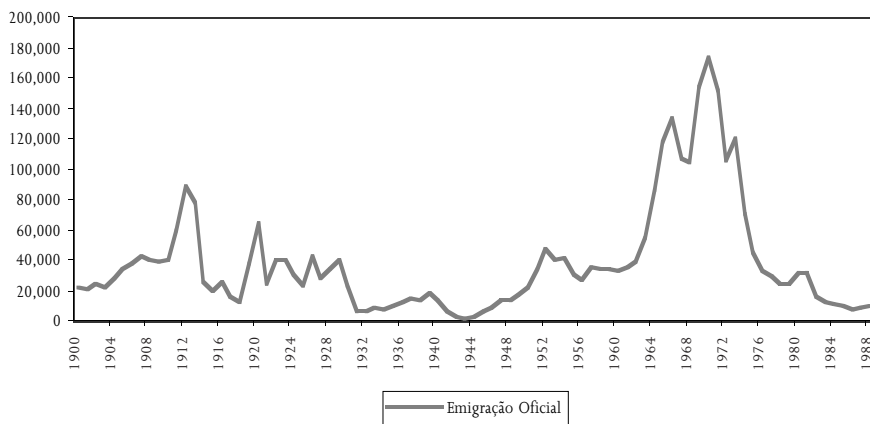
Pedidos de autorização de residência segundo regiões de origem (2001-2006)

Número de solicitações de autorização de residência						
Total	**19 135**	**18 311**	**14 108**	**16 519**	**14 708**	**62 332**
Brasil	1.717	1.942	2.202	2.677	3.212	11.389
Cabo Verde	3.556	3.318	2.053	2.388	1.902	3.156
China	684	587	294	472	289	2.549
Angola	2.561	2.288	1.089	1.105	1.267	1.771
Guiné-Bissau	2.043	1.686	1.051	835	776	1.442
Índia	97	197	105	90	98	894
S. Tomé e Príncipe	969	788	426	666	467	719
Paquistão	88	172	93	75	49	419
Moçambique	191	215	140	108	128	199
Venezuela	219	326	331	300	192	122
Solicitações de autorização de residência (%)						
Brasil	9,0	10,1	11,5	14,0	16,8	59,5
Cabo Verde	18,6	17,3	10,7	12,5	9,9	16,5
China	3,6	3,1	1,5	2,5	1,5	13,3
Angola	13,4	12,0	5,7	5,8	6,6	9,3
Guiné-Bissau	10,7	8,8	5,5	4,4	4,1	7,5
Índia	0,5	1,0	0,5	0,5	0,5	4,7
S Tomé e Príncipe	5,1	4,1	2,2	3,5	2,4	3,8
Paquistão	0,5	0,9	0,5	0,4	0,3	2,2
Moçambique	1,0	1,1	0,7	0,6	0,7	1,0
Venezuela	1,1	1,7	1,7	1,6	1,0	0,6

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

xaram o país e em mais 2 milhões os que o fizeram entre essa data e 1970, 40% dos quais na década de 60. Os primeiros quarenta anos do século XX foram de alguma contenção nas saídas, imposta pela conjuntura internacional, mas a partir de 1950 o volume de emigrantes sobe. Nesse ano deixaram Portugal quase 22 mil indivíduos, na sua maioria adultos jovens do sexo masculino pouco qualificados. Este perfil mantém-se até hoje, embora com uma ligeira quebra nas fases de reunificação familiar[142]. Apesar do rápido aumento dos volumes envolvidos, só na segunda metade dos anos 50 a Europa passa a aliciar mais de 10% dos emigrantes. Em 1963 o destino europeu representa já 59% do total de emigrantes legais[143] e tivera início um novo ciclo migratório, que durará até à crise petrolífera de meados de 70, baseado na integração no sector industrial de trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação.

Em meados da década de 60, a América será relegada para segundo plano nos destinos emigratórios portugueses, com excepção do Brasil. O destino francês absorve 62% dos emigrantes legais e o alemão cerca de 13%. Alteram-se ligeiramente as características do emigrante tipo, com um

Emigração Oficial em Portugal (1900-1988)

Fonte: Elaboração própria.

142 Como aconteceu entre 1918 e meados do século no caso americano e nos anos 60 no caso europeu.

143 A entrada de Portugal na EFTA em 1961, bem como a celebração de acordos bilaterais para fornecimento de mão-de-obra nacional com França e Holanda em 1963 e com a RFA no ano imediato explicam esta inversão súbita de tendência.

maior equilíbrio entre os sexos e um alargamento das faixas etárias envolvidas, reflexo do aumento da frequência da emigração de tipo familiar, embora as nossas conclusões devam ser relativizadas dado o acréscimo dos volumes de clandestinos. A segunda metade dos anos 70 e sobretudo os anos 80 são marcados por dois fenómenos, que assinalam também o fim do predomínio da emigração no panorama demográfico nacional. Referimo-nos à descida rápida do volume anual médio de saídas e ao aumento do retorno das ex-colónias, pontual e circunscrito entre 1974 e 1976, e de portugueses regressados da Europa, que aproveitaram os incentivos dados pelos estados de imigração para reduzirem o número de estrangeiros. Nesse período regressam a Portugal mais de um milhão de indivíduos. Essas chegadas viriam dar um novo alento a certas aldeias e vilas, não fora o facto de nem sempre o retorno significar o regresso ao local de partida. Os centros urbanos e a faixa litoral representaram pólos atractivos para alguns desses emigrantes, sobretudo os mais jovens. Em meados dos anos 80, a emigração regressa a valores idênticos aos de meados do século (uns 26 milhares/ano), mas com novos destinos.

De facto, Portugal não deixou de ser um país de emigrantes, mas esta tem cada vez mais intenções temporárias e de iniciativa masculina. Se essa é uma das características tradicionais da emigração ao longo do tempo, também é verdade que durante a segunda metade do século XX a sobre-

Emigração segundo a intenção (1999-2003)

Ano		Total	Tipo		%	
			Permanente	Temporária	Permanente	Temporária
1999	HM	28080	4077	24003	100,0	100,0
	H	20122	2882	17240	14,3	85,7
	M	7958	1195	6763	15,0	85,0
2000	HM	21333	4692	16641	100,0	100,0
	H	17069	2872	14197	16,8	83,2
	M	4264	1820	2444	42,7	57,3
2001	HM	20589	5762	14827	100,0	100,0
	H	15774	4231	11543	26,8	73,2
	M	4815	1531	3284	31,8	68,2
2002	HM	27358	8813	18545	100,0	100,0
	H	22353	6897	15456	30,9	69,1
	M	5005	1916	3089	38,3	61,7
2003	HM	27008	6687	20321	100,0	100,0
	H	20613	3415	17198	16,6	83,4
	M	6395	3272	3123	51,2	48,8

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas*.

masculinidade emigratória se tinha atenuado, fundamentalmente através do reagrupamento familiar. Hoje, com uma emigração predominantemente temporária, voltamos a essa velha característica da emigração. Entre 1999-2003 a emigração temporária[144] representa sempre mais de metade do total, atingindo o valor máximo de 86% em 1999[145]. Alemanha e França continuam a ser os destinos de eleição. Poucas alterações se verificam também na origem geográfica desses emigrantes. No quinquénio em análise, a agregação dos dados foi alterada, pelo que só podemos tomar como regiões o Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo em conjunto, o Alentejo e Algarve reunidos e as Regiões Autónomas, igualmente reunidas. A maioria dos emigrantes é natural do Norte do País[146], com excepção de 2000 e 2003, em que a maioria partiu da zona centro. Por seu turno, o grupo Alentejo e Algarve apresenta oscilações de tendência negativa, em termos relativos e absolutos. Nas Regiões Autónomas os valores parecem estáveis.

Entre 1989 e 1993 é difícil quantificar os volumes e características da mobilidade migratória, devido à abolição do passaporte de emigrante e da interrupção das séries estatísticas nele baseadas. Com efeito, só a partir de 1993 uma melhor caracterização da emigração volta a ser possível, baseada em novas formas de contabilização, embora com algumas debilidades em termos de informação regional. Os últimos dados oficiais conhecidos datam de 2003[147].

Emigração segundo a origem geográfica (1999-2003)

Anos	Norte	Centro e Lisboa V. Tejo	Alentejo e Algarve	Regiões Autónomas
1999	13227	12393	1387	1073
2000	8897	10491	852	1093
2001	10928	6614	1526	1521
2002	13075	11293	1917	1073
2003	11068	13213	1583	1144

Fonte: *Estatísticas Demográficas*, INE.

144 Conceito estatístico relacionado com pessoas (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou, com a intenção de residir noutro país por um período inferior a um ano. Excluem-se desta situação as deslocações com carácter de: turismo, negócios, estudo, saúde, religião ou outro de igual teor.

145 Estatísticas Demográficas, INE, 1999: 189.

146 No total 47% nasceram no Norte, 44% na região Centro e em Lisboa e Vale do Tejo; apenas 5% provêm do Alentejo e Algarve. Quanto às Regiões Autónomas, os valores apurados são hoje bastante reduzidos no contexto nacional, embora estáveis. Devemos atribuir-lhes os restantes 4 pontos percentuais.

147 As Estatísticas Demográficas reflectem as alterações ao processo de recolha informativa sobre

De 1992 a 2007 verifica-se um crescimento continuado da população, em resultado da intensificação dos fluxos migratórios, Mas desde 2003 esse ritmo tende a abrandar, devido sobretudo ao enfraquecimento do saldo migratório, conjugado com um saldo natural negativo[148]. Mesmo num cenário optimista não se prevê que o saldo migratório consiga anular a inevitabilidade de diminuição dos residentes em Portugal[149], que em 2045 poderá ser bastante inferior à actual[150]. A imigração não é no nosso país, tal como em qualquer outro, uma solução.

A vulnerabilidade conjuntural da variável nas suas múltiplas vertentes parece evidenciar-se. Ela encerra em si profundos desafios que a permitem continuar a considerar, como o foi durante grande parte da nossa história, uma determinante do futuro de Portugal.

4. A população portuguesa. Cenários alternativos no horizonte 2001--2021

No Portugal de início do século XXI é grande a moderação do crescimento populacional[151], devido ao declínio sustentado da fecundidade, que atingiu em 2006[152] o menor valor de sempre, cerca de 1,36 filhos por mulher, e a sucessivas alterações nos valores e sentido dos fenómenos migratórios[153]. Este novo modelo demográfico, consolidado na recta final da centúria anterior, caracteriza-se ainda pelo envelhecimento da *pirâmide etária*, quer na base, quer no topo[154]. Concretamente em Portugal é bem visível essa evolução, traduzida nas percentagens correspondentes a jovens e idosos. Entre 1960[155] e 2006[156], a percentagem de jovens até aos 15 anos diminuiu de 29,1% para 15,5% e os indivíduos com 65 ou mais anos de vida aumentaram de 8% para 17,3%, registando um índice de envelheci-

emigração, que provocou a interrupção nas séries entre 1989 e 1992. Só em 1992 o INE efectuou um inquérito por amostragem aos alojamentos familiares para detectar os casos de emigração. Este inquérito-piloto foi realizado no terceiro trimestre de 1992 e o definitivo em 1993, tendo passado a repetir-se anualmente, junto com o inquérito ao Emprego.

148 INE, 2007, 8.

149 CARRILHO, 2007.

150 CARRILHO, 2007: 69.

151 VEIGA, 2003: 91-101.

152 CARRILHO, 2007: 147.

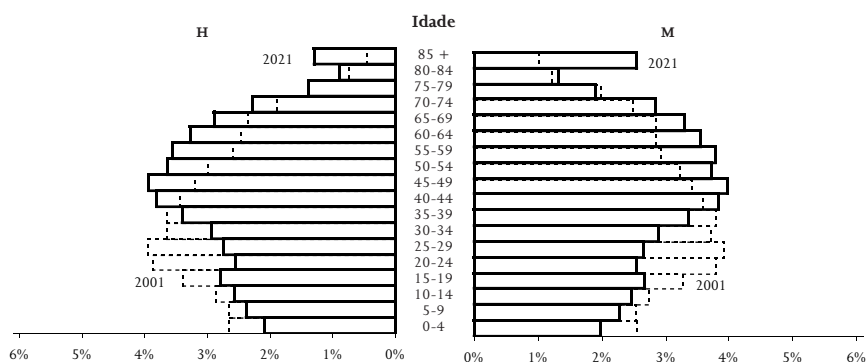
153 VEIGA, 2001, p. 173-190.

154 NAZARETH, 1988: 174-175.

155 CARRILHO, 2003, p. 135-138.

156 INE, 2007.

mento em 2006 de 112 idosos por cada 100 jovens. Os idosos são mais e vivem cada vez mais, com a sua probabilidade de sobrevivência a aumentar cerca de 12 anos para os homens e 14 anos para as mulheres entre 1960 a 2006.

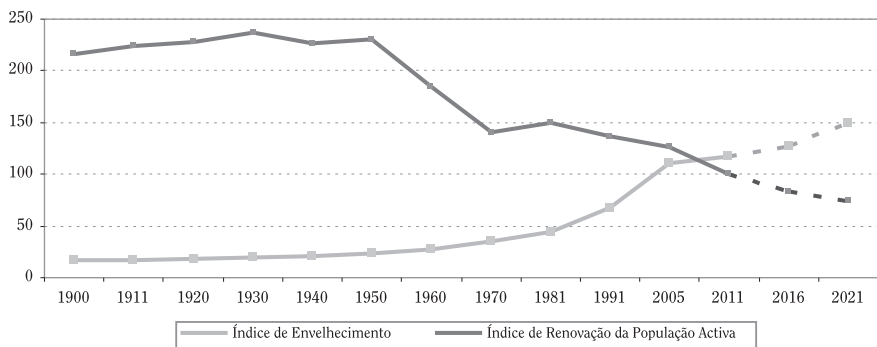
Pirâmides de Idades de 2001 e 2021, cenário de atracção constante

Fonte: INE, *Censos* 2001. Elaboração própria.

O fenómeno do envelhecimento reproduz em termos geográficos a dicotomia entre zonas economicamente mais atractivas e zonas repulsivas, afectando sobretudo o interior e sendo o norte e ilhas as regiões mais jovens[157]. As pessoas idosas estão a concentrar-se mais em zonas rurais, à medida que os jovens adultos se deslocam para as cidades ou emigram para outros países. A par desta diferença regional também existe uma diferença entre género, as mulheres idosas têm uma maior propensão para morar em regiões rurais, provocando um desequilíbrio na distribuição idade e sexo. Embora a esperança média de vida à nascença e aos 65 anos sejam mais longas para as mulheres, esse facto nem sempre é sinónimo de mais saúde. Ou seja, os homens vivem menos, mas com melhor saúde.

Resta-nos analisar processo de envelhecimento global da sociedade portuguesa na sua ampla perspectiva de análise de impacto das suas consequências ao nível económico, social e para a saúde. Ao caracterizarmos a evolução provável da população a residir em Portugal até 2021, podemos contribuir para que se destaquem campos de actuação em áreas prioritárias de intervenção, e evitar a dispersão de recursos materiais e humanos.

157 INE, 2007.

Ao longo do século XX, a população portuguesa não sofreu alterações drásticas como guerras, epidemias ou catástrofes naturais[158], as transformações estruturais foram moderadas e graduais, os efectivos nacionais aumentaram progressivamente, embora a ritmos desiguais em termos de volumes globais. O século que agora se inicia, não permite traçar cenários muito distintos dos que até agora se concretizaram. Portugal continuará a perder população jovem, estima-se que até 2021, ano em que apenas 13 em cada 100 residentes terá idade inferior a 15 anos contra 21 idosos em cada 100[159]. O grosso da população continuará a pertencer aos grupos em idade activa, o que em termos reais sugere um número mantém-se muito próximo do actual. Ou seja, próximo dos 7 milhões, mas com uma renovação cada vez mais comprometida pelos baixos índices de fecundidade. A população com idades superiores a de 65 anos era pouco mais de 1,5 milhões em 2001, mas em 2021 ultrapassará os 2 milhões. Assim, enquanto em 2001 por cada 100 pessoas a deixar a idade activa entravam potencialmente 143 indivíduos no mercado de trabalho, em 2021 estima-se que essa relação possa apresentar-se invertida: de 100 por 99[160]. O mesmo sucede quanto ao índice de envelhecimento, já que em 2001 o número de idos pouco ultrapassava o de jovens, mas poderá atingir em 2021 o *ratio* de 100 jovens por cada 150 idosos.

Evolução do Índice de Envelhecimento e de Renovação da População activa, Portugal 1900-2021

Fonte: INE – *Recenseamentos Gerais da População entre 1900 e 2001* e Estimativas 2005. 1911, 1916 e 2021 Estimativas Filipa Castro Henriques.

158 VEIGA, 2003, p. 93.

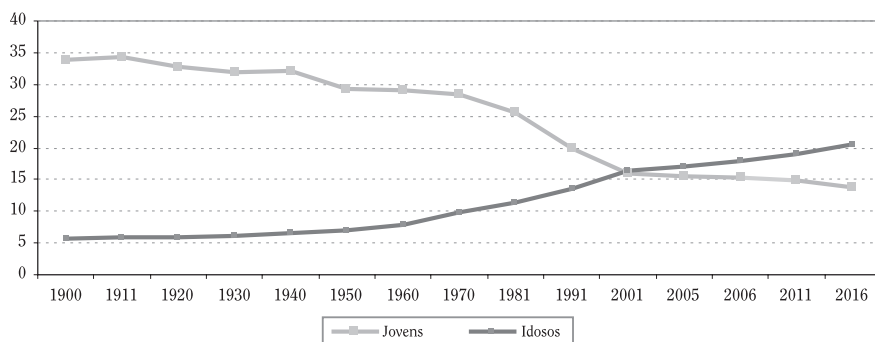
159 HENRIQUES, 2005.

160 Índice de renovação da população activa obtém-se pela divisão entre a população entre 20 aos 29 anos pela população entre 55 e 64 anos em percentagem.

Tal como acontece noutros países europeus, o fenómeno do envelhecimento das estruturas é mais sentido em idosos com mais de 85 anos. Em 2001, a população entre 65 e 84 anos representava 14,8% contra 1,4% com 85 e mais anos; mas em 2021 estima-se que a população envelheça particularmente no grupo mais velho, e ascenda a 4% da população total. Ainda neste grupo específico serão as mulheres a predominar, existindo cerca de 100 mulheres por cada 70 homens com mais de 85 anos, aliás tendência já hoje verificada.

Assim, todos os ensaios realizados com o intuito de avaliar o futuro provável da população portuguesa são unânimes em considerar como inevitável o acentuar da tendência de envelhecimento das estruturas etárias nos próximos vinte anos, na base e do topo, resultado de uma duração média de vida prolongada, a ultrapassar a barreira dos 76 anos para os homens e 83 no caso das mulheres.

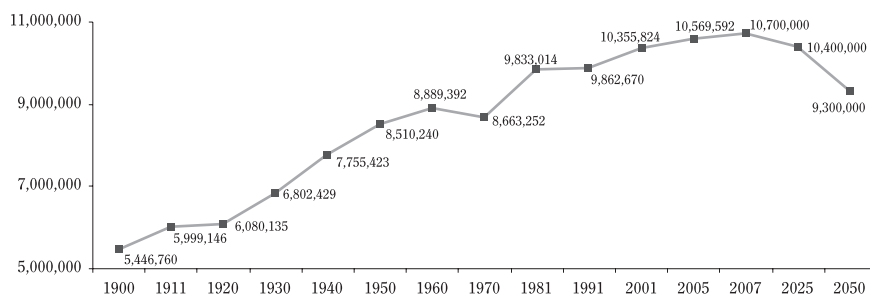
As dinâmicas de crescimento dos volumes totais de população residente em território nacional poderão situar-se muito perto do crescimento zero, após o que iniciarão um movimento descendente. O momento dessa inversão, bem como a intensidade da mesma depende dos comportamentos futuros dos movimentos migratórios[161]. Desde 1993 os saldos migratórios positivos representam a principal componente do acréscimo populacional[162]. De acordo com as estimativas para o primeiro quinquénio do século XXI, cerca de 90% do aumento ténue verificado nos volumes totais de resi-

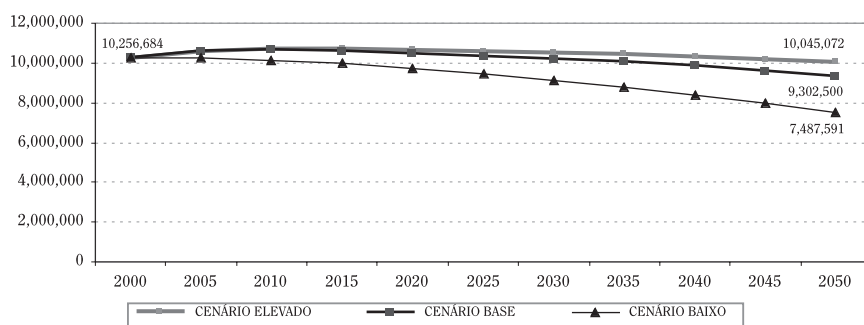
Evolução da proporção de população jovem e idosa, Portugal 1900-2021

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População entre 1900 e 2001 e Estimativas 2005, *Anuário Estatístico de Portugal* 2006. *Análise Prospectiva Demográfica da População Portuguesa*. Filipa de Castro Henriques: 2011, 2016 e 2021.

161 HENRIQUES, 2005.
162 CARRILHO, 2008.

dentes em Portugal desde 2000 é explicado pelo carácter positivo dessa variável. A questão é tanto mais relevante se atendermos ao facto do número total de óbitos ter sido superior ao de nascimentos em 2007, o que significa que sem migrações positivas, Portugal teria já iniciado a fase descendente em termos demográficos. As expectativas não são as melhores, se atendermos à forte instabilidade da conjuntura económica recente. Deste modo, torna-se como cenário futuro aceitável, senão mesmo provável, o eminente início de uma nova fase de diminuição de efectivos residentes.

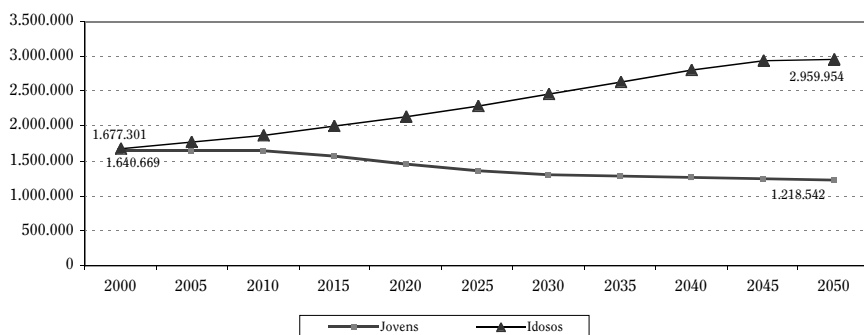
A mesma tendência é confirmada pelas previsões relativas a 2007 do Population Reference Bureau. De acordo com este organismo, em 2025 é provável que a população de Portugal recue para valores idênticos a 2001. Em 2050 a população residente em território nacional poderá ser inferior à registada em 1981.

Evolução da população portuguesa, Portugal 1900-2050

Fonte: INE – *Recenseamentos Gerais da População entre 1900 e 2001 e Estimativas* 2005. PRB World Population data sheet. 2007 para os anos de 2007, 2025 e 2050.

Projecções da População Portuguesa , Cenários INE, Portugal 2000-2050

Fonte: INE, *Projecção da População Portuguesa por NUT III, 2000-2050*, 2005.

Os resultados das Projecções da população residente em Portugal para meados do século XXI, prevêem que o total de efectivos se situará entre os 7,5 e 10 milhões, isto consoante o cenário seja pessimista ou optimista. Num cenário moderado o INE prevê, à semelhança do PRB, que a população residente não ultrapasse em muito os 9,3 milhões.

Quanto aos grandes grupos etários, no início do século passado as previsões do INE apontavam para um relativo equilíbrio da percentagem de jovens e idosos, em volta dos 16%, embora com uma ligeira vantagem dos últimos. Porém, em 2020, os idosos ultrapassarão os 20% e em 2050 serão mais de 30%. Por seu turno, os jovens situar-se-ão nos 13% entre 2020 e 2050, mas com menos efectivos que os de hoje.

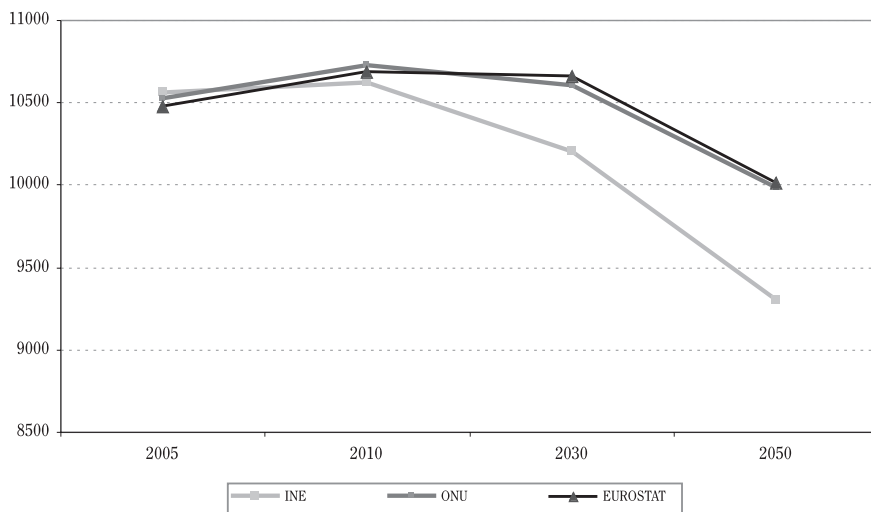
Projecção da população jovem e idosa, cenários INE, Portugal 2000-2050

Fonte: INE, Projecção da População Portuguesa por NUT III, 2000-2050, 2005.

Resta apenas comparar estes resultados com outros cenários, designadamente os elaborados pelas Nações Unidas[163] e pelo EUROSTAT[164]. Os primeiros prevêem para um cenário médio o valor provável de 9,9 milhões em 2050, ligeiramente acima das previsões do PRB e do INE. Segundo esta organização, o volume total de efectivos no nosso país oscilará entre os 8,5 e os 11,5 milhões.

O EUROSTAT também realiza projecções para a população europeia em geral e portuguesa em particular. De todos os cenários apresentados pelas várias entidades, esta é sem dúvida a que apresenta um cenário base com

163 United Nations Secretariat, 2006 http://esa.un.org/unpp.
164 LANZIERI, 2006, EUROSTAT.

um número provável de população mais elevado, que ascende em 2050 a cerca de 10 milhões. Os cenários pessimista e optimista para o mesmo ano variam entre 8,3 e 11,6 milhões de residentes.

Projecção da população portuguesa, cenários INE, ONU e EUROSTAT, Portugal 2005-2050

Fonte: Projecções INE, ONU e EUROSTAT (2004).

O futuro… certamente que muito se poderia projectar e antever, mas por mais rigorosas que sejam as metodologias empregues quando se exercita o futuro, a única certeza é de que o cenário que prevemos não se concretizará… No entanto o que a prospectiva almeja é a plausibilidade destes cenários, é o podermos construir *futuríveis*.

Sabemos que no horizonte das próximas décadas, o processo de envelhecimento demográfico será inevitável e tenderá a acentuar-se nos grupos etários mais avançados; e fácil é concluir que os futuros idosos serão pessoas mais instruídas, com rendimentos superiores e acesso privilegiado a informação. Resta saber se as previsões dos benefícios de uma sociedade mais instruída poderão afectar positivamente as formas de evolução demográfica da população residente em Portugal.

Considerações finais: A população portuguesa. Das grandes permanências à conquista da modernidade

O homem, como os restantes seres vivos, procura viver em equilíbrio com o meio, o qual lhe fornece muito do que necessita para viver, mas também o agride. O homem é uma entidade bio cultural e possui duas memórias: a biológica, pouco dotada e mais vulnerável à doença, e a cultural, ambivalente e complexa. Face às adversidades e condicionalismos do meio e aos estímulos que dele recebe a título individual, este homem comporta-se diferentemente, de acordo com o património genético, afectivo e cultural de que é detentor. Por esse facto, a análise dos comportamentos humanos colectivos pressupõe o conhecimento do contexto social e das mudanças ocorridas nas características dos ecossistemas em que sobreviveram. Qualquer tentativa de abordagem feita com semelhante propósito terá, portanto, de considerar as diferentes histórias e características da população envolvida, da sua dimensão e graus de concentração, definidos pelos níveis de densidade populacional, de intensidade migratória, de modelos de mortalidade e de fecundidade. Deve também ter em conta as condições ambientais físicas, o nível de nutrição das populações e grau de bem-estar, as características da sua estrutura económica e social e mesmo as suas crenças.

As sociedades humanas definem-se através dos níveis e características dos respectivos modelos de mortalidade e fecundidade, designadamente o facto de nelas terem ou não ocorrido transformações significativas nos comportamentos colectivos perante as mesmas, o que corresponde ao processo de transição demográfica, o qual, em termos muito simplistas, consiste numa sucessão lógica de estádios a que todas as populações se sujeitam durante o processo de chegada à modernidade. Num primeiro momento verifica-se o recuo da mortalidade, sobretudo ao nível das doenças infecciosas e parasitárias e nas primeiras idades. Esta alteração até hoje pressupôs um determinado tipo de desenvolvimento económico e social, bem como a divulgação e aplicação de medidas de higiene colectiva e individual e progressos ao nível das infra-estruturas básicas de recolha e trata-

mento de lixos e água potável. Só *a posteriori* reflecte o desenvolvimento da ciência médica em termos preventivos (vacinas) e profilácticos (antibióticos). Num segundo momento, a alteração demográfica compreende a descida dos níveis de fecundidade. Na realidade, haverá que introduzir alguns cambiantes ao modelo enunciado, nomeadamente quanto ao número de anos que cada sociedade levou a cumprir essas duas fases e à forma como decorreu a diminuição das duas variáveis fisiológicas. Sempre que as duas fases estão completas surge um novo perfil sanitário da população. Trata-se do fenómeno de Transição Epidemiológica, corolário da transição demográfica a uma escala mais fina, em termos de morbilidade e causas de morte. No fundo, esta transição corresponde à passagem de uma realidade em que predominam as doenças e mortes devidas a doenças infecciosas e parasitárias transmissíveis a uma outra, em que prevalecem as mortes devidas a doenças degenerativas não transmissíveis e a acidentes. Coincide também com a substituição de uma realidade em que a morte afecta com intensidade todas as idades, embora com uma grande concentração nos primeiros escalões etários, a outra, em que ela tende a concentrar-se no fim da vida, o qual surge cada vez mais tarde. Por fim, à passagem de uma realidade em que a mortalidade domina o perfil sanitário das populações, a uma outra, em que o elemento dominante é a morbilidade. Esta alteração é consequência de um maior alerta dos indivíduos relativamente aos sinais de doença, à sua despistagem precoce e também à possibilidade dada pelos avanços médicos e pelo sistema de saúde de assegurar aos afectados tratamentos adequados, na sua maioria mais eficazes e que, mesmo nos casos de doenças incuráveis, permitem um número maior de anos de vida.

Cada nicho ecológico é formado por um vasto número de componentes, nem sempre mensuráveis. Trata-se de um sistema multidimensional e difícil de interpretar. Por esse facto é importante compreender quais os factores que condicionam um comportamento diferenciado face à mortalidade ou à fecundidade no passado das longas permanências ao presente das rápidas mutações. O modelo dinâmico de população obedeceu no nosso país a uma evolução idêntica à que podemos encontrar na maioria dos estados europeus, embora com uma cronologia diversa e ligeiras especificidades. Até finais do séc. XIX vigorou o modelo típico de sociedades anteriores à primeira fase de transição demográfica. Caracterizavam-no elevados níveis de mortalidade, a que se contrapunham níveis de fecundidade elevados e, pelo menos até ao século XIX, movimentos migratórios que pouco influenciaram o ritmo de crescimento global, embora ele fosse lento e marcado por períodos de saldo negativo. Apesar dos escritos que já no séc. XVII alertavam para os perigos da saída demasiado intensa de bra-

ços jovens, mais aptos para o trabalho, designadamente o agrícola, só em Oitocentos, sobretudo a partir dos anos 60, as migrações passarão a ocupar um lugar de destaque e um papel explicativo relativamente aos ritmos e direcções de aumento populacional. A industrialização, o crescimento urbano e as migrações, em duas das suas formas (emigração e migrações internas) serão os fenómenos marcantes da segunda fase do século XIX. Eles estarão na base das várias mudanças ocorridas na sociedade portuguesa, inclusive em termos estritamente demográficos. Na última década dar-se-ão os primeiros passos no processo de transição demográfica, classicamente definida na sua fase inicial, como já referimos, pela descida global dos níveis de mortalidade, com especial destaque para a mortalidade infantil e juvenil. Nos anos 90 Portugal parece ter entrado num processo de lentas alterações a nível demográfico. Nas três décadas seguintes os valores atribuídos à mortalidade global decresceram 17% e o crescimento demográfico da população teria sido bastante elevado, caso não existissem saldos migratórios de sinal negativo. Veja-se o que aconteceu nos anos 30 e 40 do século XX, momentos de menor intensidade migratória, explicada por conjunturas externas desfavoráveis. O declínio da mortalidade sustentou também alguns ganhos em termos de esperança de vida dos portugueses, que continuou a aumentar durante toda a segunda metade do século, fixando-se em 75 anos para os homens e 81 anos para as mulheres no ano de 2007[1]. Durante o século XX a esperança média de vida à nascença das gentes portuguesas duplicou. Numa primeira fase tratou-se sobretudo de aumentar as probabilidades de sobrevivência dos jovens, possível pelos avanços da ciência médica, a generalização das práticas de profilaxia e a divulgação de novos princípios de higiene pública e privada. Mais que os níveis globais da mortalidade, os valores da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) reflectem esses ganhos que, não obstante, beneficiam outros grupos etários, designadamente os mais idosos, aspecto que ganha importância à medida que foi crescendo a percentagem da população concentrada nos últimos escalões etários.

Numa perspectiva secular, tal como termos regionais, persistiu ao longo das centúrias a dicotomia entre o norte, sobretudo o interior, e as ilhas, por oposição ao sul e também ao litoral. As diferenças agravaram-se até aos anos 70, mas atenuaram-se em seguida, porque à medida que diminuíram os níveis globais da mortalidade e de fecundidade, ambas se tornam mais homogéneas e porque o envelhecimento populacional alterou a configura-

---

1 *World Population Data Sheet of the Population Reference Bureau*, 2007.

ção etária da população residente no país[2]. Mas não deixa de ser interessante verificar que ainda hoje os níveis de Mortalidade Infantil são ligeiramente superiores no primeiro grupo e inferior a duração média da vida. Importa pois encontrar os fios condutores da evolução demográfica das gentes portuguesas, sem esquecer a diversidade. Esta última pode revestir várias formas, mas terá sempre de considerar os efeitos das conjunturas políticas e económicas vividas no país.

Neste início de milénio, Portugal, à semelhança dos seus congéneres europeus, está prestes a completar uma fase longa de evolução, que em termos estritamente demográficos pode ser definida como a passagem de um ciclo de vida curto e instável, para um ciclo de vida longo e estável. O primeiro, muito longo em termos cronológicos, corresponde ao sistema demográfico antigo, com níveis de mortalidade e natalidade elevados e, sobretudo no que toca à primeira, marcados por uma enorme instabilidade. O número de nascimentos é elevado, mas reduzida a probabilidade de sobrevivência e escasso o número daqueles que atingem idades avançadas. A esperança média de vida é baixa. O segundo ciclo surge em Portugal mais tarde que em muitos países da Europa Ocidental e do Norte e é de início mais modesto nos seus sucessos. Os indicadores de mortalidade registam os primeiros êxitos na viragem para o século XX, mas será apenas nas últimas três a quatro décadas do final do milénio que esta descida, agora acompanhada pela redução dos níveis de fecundidade e dos nascimentos, estabiliza a níveis muito baixos, mesmo em contexto europeu. Eles asseguram o aumento do número médio de anos de vida da população, passando a mortalidade a ser um acontecimento esperado sobretudo em idades avançadas. A população portuguesa cresce de novo moderadamente, mas agora de forma regular. Atinge-se um novo equilíbrio entre número anual de nascimentos e óbitos, acentuado positivamente pelo facto do nosso país pertencer à Europa atractiva do ponto de vista migratório, o que também é novo na história portuguesa. Com efeito, a emigração, essa grande constante da nossa realidade, condiciona até meados da década de 70 do século passado as dinâmicas de crescimento populacional, secundada por migrações internas que privilegiam os centros urbanos. A imigração só adquire algum significado quantitativo após 1974, mas haverá que aguardar por 1993 para que Portugal se transforme num país com saldos migratórios positivos, situação que persistirá nos próximos anos, embora com intensidade diversa da que pauta o final da centúria.

2 O recenseamento de 2001 confirmou a existência de um número superior de indivíduos com 65 e mais anos (16,4% da população total) ao de jovens com menos de 15 anos (apenas 16,0%), o que é inédito na história portuguesa.

Portugal: Volumes de População (estimativas e recenseamentos)

Anos	Continente	Ilhas	Total	Anos	Continente	Ilhas	Total
1100	495.000			1849	3.473.758		3.473.758
1200	643.500			1851	3.471.199		3.471.199
1300	700.000			1854	3.499.121	344.998	3.844.119
1340	900.000			1857	3.584.577	338.833	3.923.410
1415	1.000.000			1861	3.693.362	341.968	4.035.330
1450	900.000			1964	3.927.932	359.603	4.287.535
1500	1.000.000			1878	4.303.664	395.320	4.698.984
1530	1.120.000			1890	4.713.319	389.572	5.102.891
1580	1.200.000			1900	5.039.744	407.016	5.446.760
1620	1.200.000			1911	5.586.053	413.093	5.999.146
1640	1.900.000			1920	5.668.232	411.903	6.080.135
1700	2.050.000	125.897	2.175.897	1930	6.334.507	467.922	6.802.429
1732	2.143.368	159.921	2.303.289	1940	7.218.892	536.541	7.755.433
1768	2.409.698		2.409.698	1950	7.921.913	588.327	8.510.240
1801	2.931.930	283.400	3.215.330	1960	8.292.975	596.417	8.889.392
1821	3.026.450		3.026.450	1970	8.123.310	539.942	8.663.252
1835	3.061.684		3.061.684	1981	9.336.760	496.254	9.833.014
1838	3.224.474		3.224.474	1991	9.371.448	491.222	9.862.670
1841	3.396.972	340.131	3.737.103	2001	9.869.050	486.774	10.355.824
1843	3.444.000		3.444.000	2005	10.082.154	487.438	10.569.592

Fonte: Elaboração própria, feita com base numa selecção de estimativas que nos pareceram credíveis, quando confrontadas com estudos realizados por diferentes autores, citados nos capítulos precedentes.

A consolidação deste modelo efectua-se tardiamente em termos comparativos europeus, o que nos deve merecer algum cuidado de análise e vários considerandos. Será ou não correcto falar de um modelo próprio português, tal como defendia em 1988 Jordi Nadal para o caso espanhol, na sua *La población española (siglos XVI a XX)*? Preferimos talvez falar de uma cronologia diversa, desfasada no tempo, embora mais célere uma vez posta em marcha. Para o podermos ajuizar é necessário criar e analisar as séries longas de volumes populacionais, respectiva distribuição geográfica e repartição por idades e sexo, bem como movimentos de nascimentos, óbitos e migrações. Tarefa que se assemelha difícil, quando não impossível, dada a falta de dados consistentes e sequenciais para épocas anteriores ao século XIX. Procuramos neste projecto vislumbrar as características de comportamento nos cômputos de nascimentos e óbitos, só possíveis a partir de contagens de registos paroquiais, bem como criar séries que permitam vislumbrar as grandes tendências e o momento de transição, o que só é possível baseando-nos em estudos monográficos. O mesmo sucede quanto à emigração. Com efeito, só a partir da segunda metade de Oitocentos começam

a existir dados impressos com os movimentos populacionais e entramos numa fase protoestatística, em breve tornada realidade. Não obstante, a qualidade dos dados continuará a merecer muitas cautelas e desconfiança até entrado o século XX. No caso dos movimentos migratórios, chave para a compreensão das dinâmicas demográficas portuguesas nos dois últimos séculos, esse é um problema incontornável e limitativo. Para não falar da diversidade nas histórias regionais, cuja análise implica um levantamento de fontes arquivísticas fora do nosso alcance, por estarem dispersas, truncadas e não permitirem, de qualquer modo, uma comparação directa e uma imagem que reflicta o todo sem descurar as partes. E como medir as diferenças no comportamento dos colonizadores de novas terras, sem que nos detenhamos na especificidade dos comportamentos colectivos, os percursos e tipologias da mortalidade extraordinária ou os factores de diferenciação social face à vida e à morte?

O ciclo de vida curto e instável

Descrevia El-Rei Dom Duarte no *Leal Conselheiro* as idades de vida humana na primeira metade de Quatrocentos. Tudo se processava com alguma rapidez: a infância terminava aos 7 anos, a maturidade física atingia-se aos 21 e a decadência iniciava-se aos 35, com a decrepitude a surgir aos 49 anos, sendo a senilidade inevitável a partir dos 70.

As histórias de vida da família real entre os séculos XII e XX provam o modo como o texto redigido nos anos 30 de Quatrocentos se mantém actual até inícios do século passado, mesmo sabendo que reis e infantes represen-

As idades da vida na primeira metade do século XIV

Idades	Alterações Físicas	Fases da Vida
0-7	Dentição	Infância
7-14	Maturação sexual	Puerícia
14-21	Fim do crescimento	Adolescência
21-28	Maturidade física	Mancebia
28-35	Maturidade intelectual	Mancebia
35-42	Início da decadência	Mancebia
42-49	Decadência	Mancebia
49-56	Início da decrepitude	Velhice
56-63	Início da decrepitude	Velhice
63-70	Início da decrepitude	Velhice
70-77	Acentuar da decrepitude	Senilidade
77-84	Decrepitude	Decrepitude

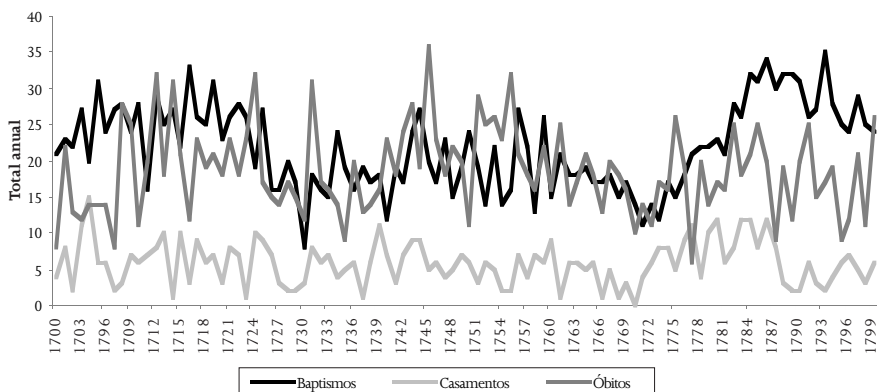
Fonte: Dom Duarte, *Leal Conselheiro*.

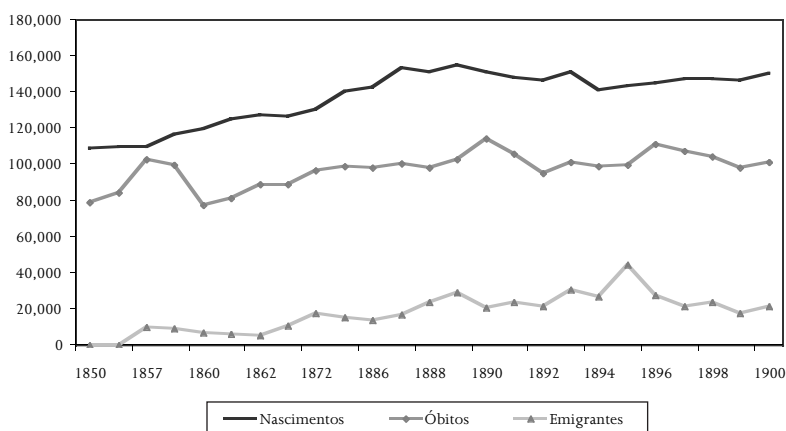
tam o mais privilegiado dos grupos sociais no que respeita a morbilidade e mortalidade. As conclusões valem meramente a título exemplificativo, mas vão de encontro ao que concluímos sobre os comportamentos gerais. No que respeita a idade média de vida, calculada para 166 elementos, excluindo 7 mortes em idade desconhecida, são grandes as variações entre séculos, embora sem tendência aparente, o que revela a persistente vulnerabilidade humana face às condições do meio. A mortalidade infantil é extremamente elevada em ambos os sexos e cerca de metade dos príncipes não ultrapassa os 10 anos. As mulheres vivem menos que os homens, com uma forte concentração da morte nas idades mais férteis, dos 20 aos 35 anos, facto que a curta duração média de alguns casamentos régios atesta, pesem embora casos excepcionais, como os de Dom João V e Dom José I, casados durante 42 e 48 anos, respectivamente. Já Dom Filipe I casou quatro vezes e Dom Manuel três. No entanto, a relativa precariedade das uniões não afectava a descendência média dos monarcas portugueses, a oscilar entre os 0 e os 11 filhos legítimos, a que haverá de acrescentar os ilegítimos (Dom Sancho teve 8, Dom Pedro IV, 10). A questão da ilegitimidade varia ao longo das centúrias, de acordo a maior ou menor condenação a que tais práticas foram sujeitas, a atingir valores máximos até ao século XIV e de novo em Setecentos.

		Séculos						
		XII-XIII	**XIV**	**XV**	**XVI**	**XVII**	**XVIII**	**XIX**
Idade média de vida	hs	45,7	40,5	24,9	22,1	37,0	39,9	28,6
	ms	33,4	27,8	35,5	24,6	35,8	42,4	24,0
Idade 1.º casamento*	reis	25,5	18,7	27,0	19,7	21,5	21,3	16,5
Duração casamento	reis	19,7	31,7	8,8	12,6	13,8	21,2	12,3
N.º médio filhos ilegítimos	8,1	9,0	4,0	8,3	5,3	9,0	4,0	
	%	35,1	33,3	12,5	8,0	19,0	28,9	0,0

Fonte: Elaboração própria. *Cinco monarcas morreram celibatários.

Nasciam muitas crianças, mas também se morria muito e muito cedo. As curvas que graficamente representam o total de nascimentos por ano (na realidade baptismos) reflectem uma enorme instabilidade anual, que nem sempre reflectem a subida no volume de habitantes. Ainda assim, a vantagem da vida sobre a morte é uma constante, apenas quebrada por ocasião de crises demográficas, cuja frequência varia com as conjunturas económicas e políticas, sendo elas que determinam em última análise os ritmos de crescimento demográfico da população no seu todo. Não obstante, essas variações tendem a atenuar-se à medida que nos aproximamos do século XX e as crises de sobremortalidade se reduzem, em número e intensidade.

Santiago do Bougado. Dinâmica Populacional

Fonte: Elaboração própria.

Movimento da população portuguesa no Continente (1850-1900)

Fonte: Elaboração própria.

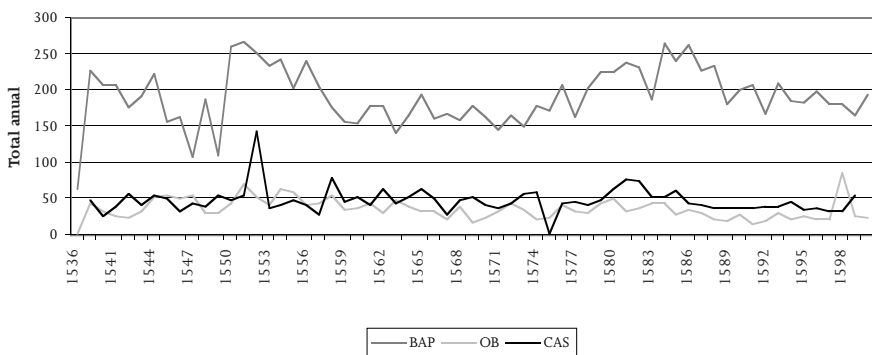
As dinâmicas demográficas naturais assumem diferenças substantivas quando comparamos lugares com histórias de povoamento cronologicamente desfasadas. Quando no século XV o Reino se viu acrescido territorialmente, os novos espaços descobertos e rapidamente povoados, como no caso da Madeira, testemunham comportamentos novos, que muito se assemelhariam aos da época de Reconquista. Os saldos naturais são muito elevados, explicados por níveis de natalidade e fecundidade acima da média nacional, e níveis reduzidos de mortalidade, a que não será estranha a benevolência do

clima e a estrutura etária jovem dos povoadores. Acresce a esta realidade percentagens altas de nupcialidade e idade média ao primeiro casamento baixa, que coexiste com níveis significativos de ilegitimidade, que resultam na conjugação de factores muito favoráveis ao crescimento populacional.

Povoamento da Madeira

Períodos	t.c.a. médio (%)
1455-1500	3,1
1500-1552	0,2
1552-1572	0,5
1572-1598	0,9
1598-1614	-0,1
1614-1676	0,3
1676-1732	0,2

Fonte: PINTO e RODRIGUES, 1993: 403-471; PINTO *et allii*, 2001: 399.

Madeira século XVI. Dinâmica Populacional

Fonte: Elaboração própria.

No passado a idade média ao casamento e a percentagem dos que nunca casavam funcionava como travão ao aumento populacional. O *european demographic pattern* também se consolidou no Portugal das longas permanências. Apesar das diferenças regionais, desfavoráveis à metade norte do continente e às zonas de interior centro, o casamento efectuava-se com intensidades moderadas e tardiamente, o que actuava na duração média dos casamentos (cerca de 13 anos) e no número de filhos nascidos por mulher. Se ao total

de descendentes aplicarmos o modelo de mortalidade vigente, fácil é perceber que a renovação das gerações era assegurada, mas com pouca vantagem. Das quatro crianças nascidas em média por casal, num contexto de fracas percentagens de ilegitimidade, se considerada em termos globais, o número de mães potenciais sobrevivente entre gerações pouco se alterava.

Idade Média ao Primeiro Casamento

		Homens	**Mulheres**
Minho	Guimarães Urbano (1590-1769)	25,1	24,6
	Guimarães Rural (1590-1769)	26,5	26,7
	Meadela (Viana) (1600-1649	26,2	28,9
	Meadela (Viana) (1650-1699)	28,8	27,5
Trás-os-Montes	Rebordãos (1610-1700)	24,3	22,4
	Cardanha (1601-1700)	29,3	26,9
	Poiares (1650-1700)	26,8	25,4
Estremadura	Ericeira (1670-1719)	28,4	26,0
Algarve	Moncarapacho (1545)	27,3	21,1

Fonte: ROWLAND, 1989: 90-91; AMORIM, 1987: 104, REIS, 2003: 26.

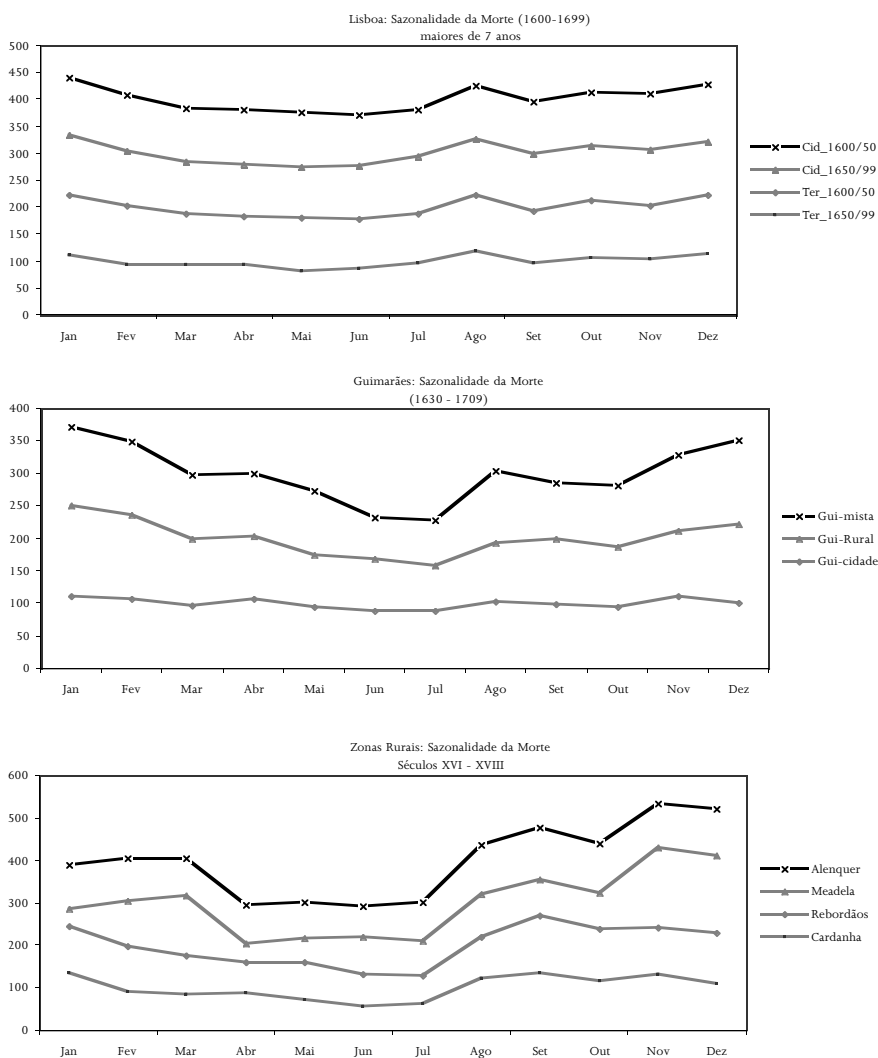
Por outro lado, ao longo das centúrias manteve-se uma estrutura e composição interna dos agregados habitacionais que muitos julgavam poder apenas encontrar nos séculos posteriores. A precariedade da vida e as fracas probabilidades de sobrevivência condicionavam a dimensão média dos fogos habitacionais, parecendo confirmar-se o predomínio de fogos simples. A família nuclear era já a forma mais comum de vivência para a grande maioria da população portuguesa, pesem embora diferenças regionais.

N.º habitantes por fogo* em Moncarapacho – 1542

Fogos	**%**
1	2,80
2	16,19
3	19,92
4	19,43
5	13,49
6	10,26
7	6,38
8	6,87
9	3,83
10 +	0,83
Total	100,00

Fonte: Elaboração própria. Estimativa de população menor de 7 anos.

No ciclo de vida curto e instável cada indivíduo contribuía para a manutenção de níveis elevados de mortalidade, consoante a idade, sexo, local de residência e grupo de pertença. O modelo é, no entanto, um só, expresso nas idades e tempos da morte, a que acrescem as alterações súbitas provocadas pelas crises de sobremortalidade com causas diversas, já identificadas.

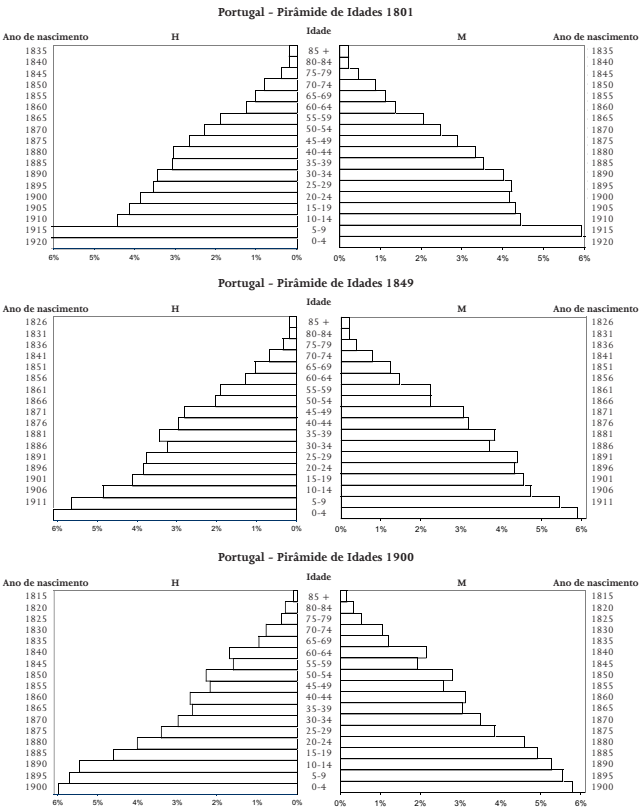
Sazonalidade da Morte em Portugal

Fonte: Elaboração própria.

Crises de Mortalidade em Portugal (séculos XVI-XIX)

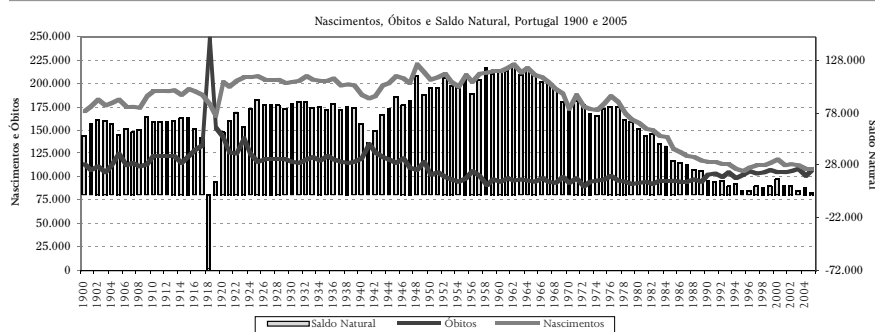
		N.º Total	Anos de Crise
Século XVI		6	1569, 1580, 1588, 1593/4, 1599
Século XVII	1.ª metade	13	1615/16, 1619/20, 1622/23, 1631, 1636/37, 1642, 1647/9
	2.ª metade	16	1657/59, 1662/63, 1675/78, 1682/83, 1685, 1693/97
Século XVIII	1.ª metade	3	1705, 1736, 1741
	2.ª metade	9	1753, 1762, 1780/81, 1786, 1793, 1795, 1798/99
Século XIX	1.ª metade	11	1800, 1810/11, 1824, 1830/31, 1844/45, 1847/48
	2.ª metade	11	1855/56, 1868, 1872/73, 1876, 1881, 1883, 1890/91, 1896

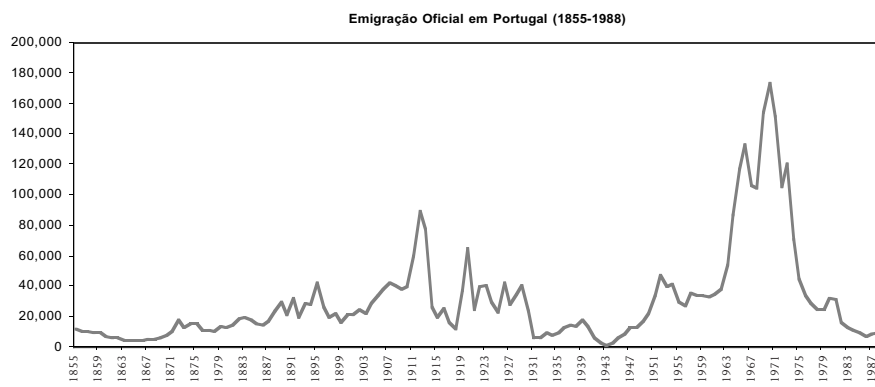
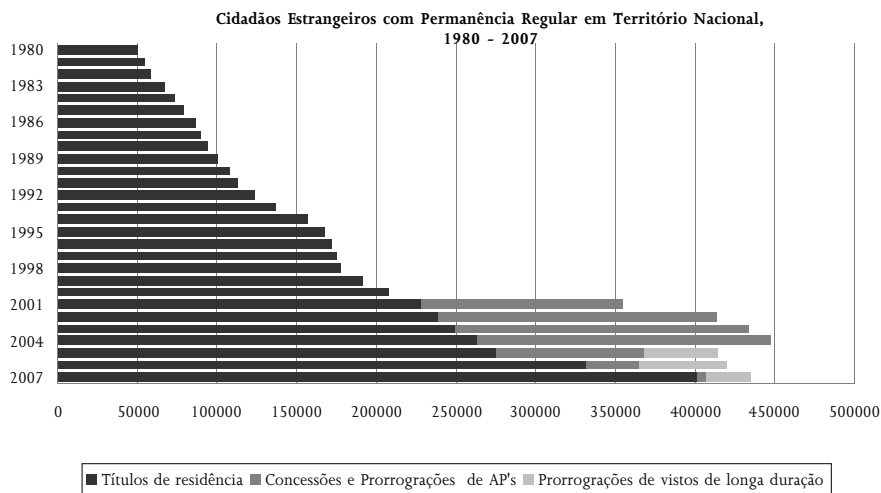
Fonte: RODRIGUES, 1995:68.

Neste contexto de altos níveis de natalidade e mortalidade e esperança média de vida reduzida, a estrutura etária da população portuguesa mantém-se jovem e estável na sua configuração até meados do século XX: muitas crianças, poucos idosos, num ciclo de vida curto e vulnerável.

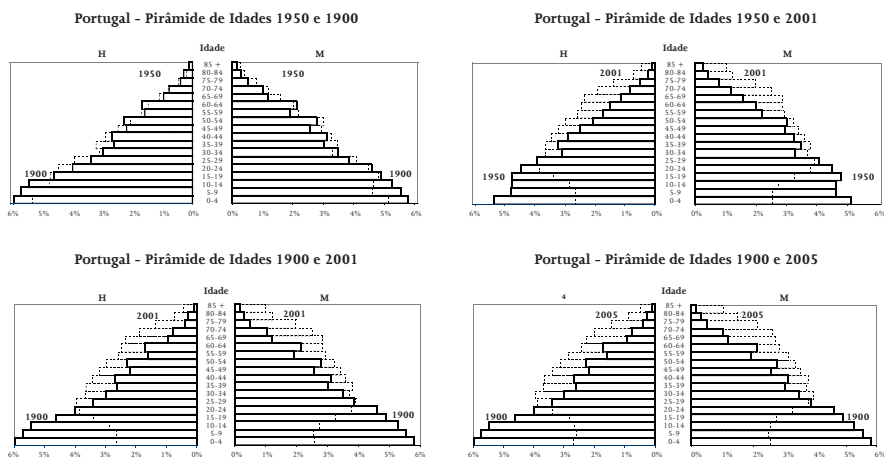
Estruturas etárias jovens (1801, 1849, 1900)

Transição e Modernidade. O ciclo de vida longo e estável

Na transição do século XIX para o século XX surgem indícios ténues de alguma mudança no modelo de comportamento demográfico. A instabilidade das curvas que definem os volumes de nascimentos e sobretudo de óbitos é menor, embora o saldo fisiológico permaneça positivo. O crescimento da população acentua-se, numa fase em que a mortalidade desce ligeiramente e o modelo de fecundidade se mantém. Portugal teria crescido em termos demográficos com uma intensidade inédita, não fora a permanência e agravamento do pendor negativo dos saldos migratórios, que atinge valores históricos, mesmo sem contabilizar a emigração ilegal e a saída para as colónias. Aliás, a dependência face às migrações, cujo saldo explica 90% do crescimento demográfico português no início do século XXI, é cada vez maior.

Saldos Naturais em declínio

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas*, 1900-2005. Elaboração própria.

A dependência das Migrações: da emigração à Imigração

Fonte: Elaboração própria.

Fonte: Elaboração própria.

Nas últimas décadas do século XX é notória a transformação das gentes portuguesas: uma população a envelhecer, com menos crianças e jovens, e mais idosos, num ciclo de vida progressivamente alongado.

As grandes mudanças

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População Portuguesa*, 1900-2001. *Estimativas para* 2005. Elaboração própria.

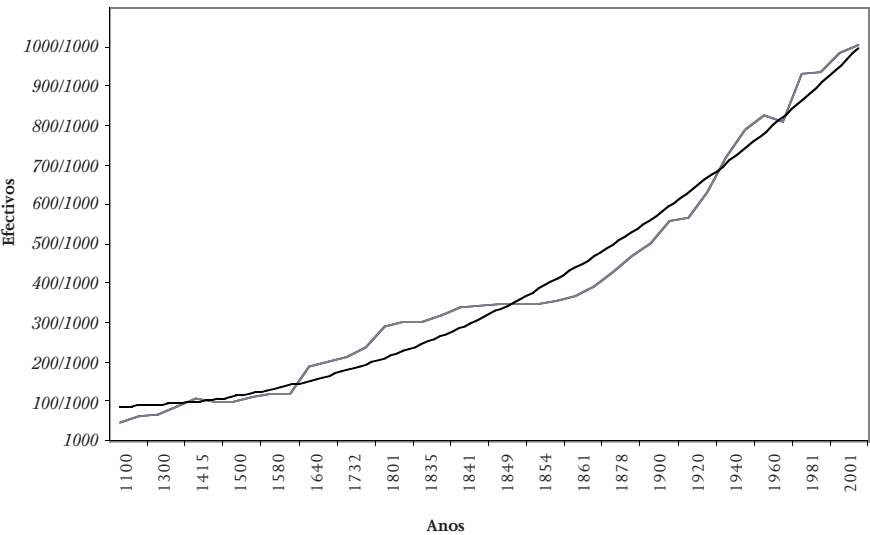
A História da População Portuguesa: das longas permanências à modernidade

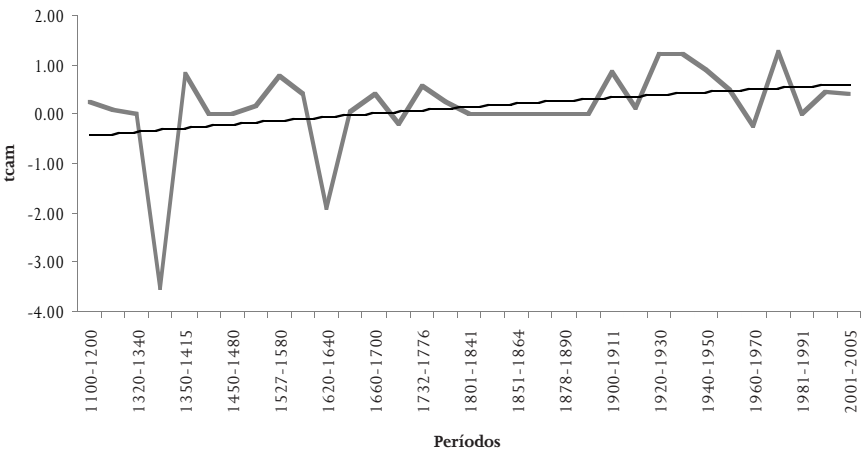
A história de cada população é condicionada pela alteração do modelo e difere na sua cronologia, que em termos médios nacionais, quer a nível regional. Neste sentido, encontramos diferenças entre o modelo demográfico dos Estados da Europa ocidental e da Península, bem como entre Espanha e Portugal, embora neste último caso pouco evidentes. Jordi Nadal volta a ser lembrado nesta ocasião, ao aplicarmos ao caso português as cinco etapas que definiu para caracterizar as mudanças de comportamento das populações no seu processo de transição para a modernidade.

	Maioria Países Europeus	**Espanha**	**Portugal**
Redução da mortalidade catastrófica	Séc. XVIII	Início séc. XIX	Meados séc. XIX
Redução da mortalidade ordinária	1.ª met. séc. XIX	Após 1918	1890
Redução da fecundidade	2.ª met. séc. XIX	1936-1939	1960
Envelhecimento das estruturas	Inícios séc. XX	Ca.1950	Ca.1960
Desaceleração do crescimento	2.ª quartel séc. XX	Ca.1980	Ca.1980

Fonte: NADAL, 1988: 14-16.

Portugal mantém um ligeiro atraso relativamente à vizinha Espanha, que se avoluma face à realidade europeia. Este atraso é sobretudo expressivo na fase inicial do processo, mas dilui-se à medida que avança o século XX, sobretudo na segunda metade do mesmo. As conjunturas políticas internas e da economia internacional devem ser tidas como factores influentes nas dinâmicas demográficas e na cronologia a que obedece o processo de transição em termos nacionais. O confronto entre a evolução do número de residentes em Portugal e dos ritmos de crescimento anual médio nos diferentes momentos permite uma imagem de conjunto sobre as dinâmicas de crescimento demográfico entre cerca de 1100 e 2005, embora até 1801 lidemos sempre com valores estimados.

A População Portuguesa

Fonte: Elaboração própria.

Portugal: Crescimento Anual Médio

Fonte: Elaboração própria.

Portugal: Dinâmicas de Crescimento Demográfico

Períodos	Tendências	T.c.a.m.	Períodos	Tendências	T.c.a.m.
1100-1200	Crescimento	0,26	1841-1851	–	0,28
1200-1300	Desaceleração	0,09	1851-1864	–	0,84
1300-1340	Paragem	0,00	1864-1878	–	0,66
1340-1350	Descida (30 a 50%)	-3,50	1878-1890	–	0,69
1350-1415	Recuperação lenta	0,81	1890-1900	–	0,65
1415-1450	Paragem ou diminuição	0,00	1900-1911	–	0,86
1450-1480	Crescimento muito lento	0.05	1911-1920	–	0,14
1480-1527	Recuperação	0,16	1920-1930	–	1,24
1527-1580	Crescimento	0,80	1930-1940	–	1,24
1580-1620	Desaceleração	0,40	1940-1950	–	0,89
1620-1640	Recessão ou estagnação	-1,89	1950-1960	–	0,48
1640-1660	Crescimento quase nulo	0,05	1960-1970	–	-0,21
1660-1700	–	0,43	1970-1981	–	1,29
1700-1732	Diminuição	-0,20	1981-1991	–	0,03
1732-1776	Crescimento	0,58	1991-2001	–	0,45
1776-1801	Desaceleração	0,24	2001-2005	–	0,43
1801- 1841	–	0,46			

Fonte: Elaboração própria.

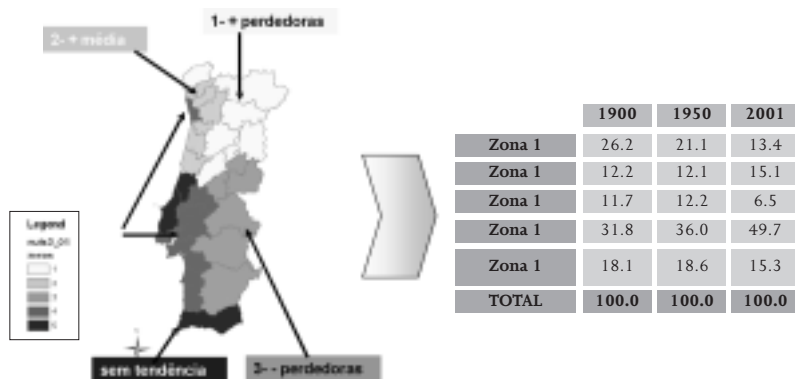
A terminar, relembrem-se os aspectos que exemplificam as grandes permanências e constantes estruturais no comportamento das gentes portuguesas, designadamente a persistência de diversidade no comportamento regional, detectada em termos indirectos já durante a Reconquista e será ampliada com as ilhas da Madeira e Açores à zona norte do Continente. Dela resultam distintas oportunidades de evolução económica e demográfica, acrescida nos séculos XIX e XX pelo acentuar dos fluxos migratórios internos e, mais recentemente, pela imigração.

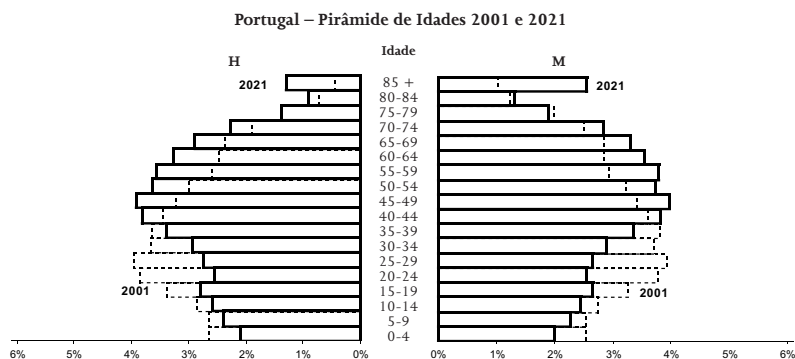
As diferenças podem ser encontradas com base em dicotomias como as seguintes:

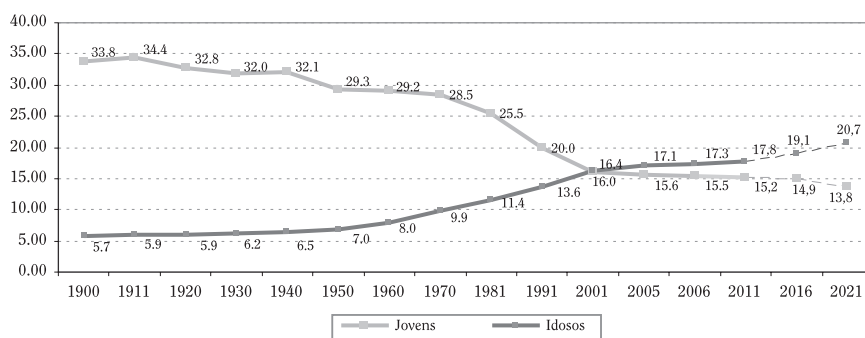
a) Formas de povoamento, entre o disperso e o tendencialmente concentrado, e distinta tradição urbana, no que concerne número e dimensão dos centros
b) Características dos Comportamentos de Fecundidade e Mortalidade e magnitude dos saldos naturais
c) Importância e tendência dos saldos migratórios, ligado a diferentes oportunidades a níveis de bem-estar social.

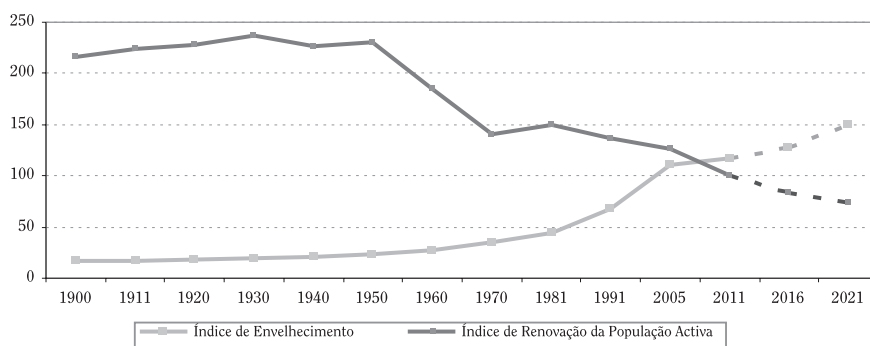
Por todas estas diferenças na longa duração, parece-nos correcto falar de quatro diferentes histórias regionais no continente português, que designa-

ríamos por zonas com dinâmicas de crescimento demográfico distinto, as quais resultam das contribuições diferenciadas dos saldos de crescimento natural e migratório.

	1900	1950	2001
Zona 1	26.2	21.1	13.4
Zona 1	12.2	12.1	15.1
Zona 1	11.7	12.2	6.5
Zona 1	31.8	36.0	49.7
Zona 1	18.1	18.6	15.3
TOTAL	**100.0**	**100.0**	**100.0**

Estes parecem ser os indicadores passíveis de gerar oportunidades de evolução futura diferenciada, embora o desafio da igualdade de condições, qualidade de vida e bem estar vá no sentido de tentar obter uma maior convergência entre regiões, Resta saber se estão a ser criadas e rentabilizadas as formas mais correctas para conseguir esbater as diferencialidades internas que hoje podemos encontrar no Portugal de início do século XXI e qual será a evolução possível da nossa população envelhecida, mas que em definitivo se encontra no conjunto de países que possuem ciclos de vida longa e estável, o que constitui em si mesmo uma vitória.

Portugal – Pirâmide de Idades 2001 e 2021

Fonte: INE, *Recenseamento geral da população portuguesa*, 2001 e *Projecção da População Portuguesa*, 2001. Elaboração própria.

Evolução da proporção de população jovem e idosa, Portugal 1900-2021

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População entre 1900 e 2001* e *Estimativas* 2005, *Anuário Estatístico de Portugal* 2006. Análise Prospectiva Demográfica da População Portuguesa. Elaboração própria: 2011, 2016 e 2021.

Evolução do Índice de Envelhecimento e de Renovação População activa, Portugal 1900-2021

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População entre 1900 e 2001* e *Estimativas* 2005. 1911, 1916 e 2021 Estimativas. Elaboração própria.

O processo de envelhecimento persistirá e acentuar-se-á nos próximos anos, acompanhado pela intensificação provável dos fenómenos de desertificação humana das grandes áreas e o aumento da concentração urbana e da litoralização. Os grandes desafios futuros estarão relacionados com o impacto económico e sustentabilidade social das transformações demográficas da população residente em Portugal, qualquer que seja a sua nacionalidade de origem.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Introdução

ALIMEN, H. (1950), *Atlas de Pré-História*, Vol. I, Paris, Éditions N. Boubée.

BEKER, Oskar (1965), *O Pensamento Matemático,* ed. Herder, S. Paulo.

BLOCH, Marc (1931), *Les caractères originaux de l'histoire rural française,* Paris.

BLOCH, Marc (1940), *La Société Féodale,* Paris.

BLOCH, Marc (1961), *Apologie pour l' Histoire ou Métier d'Historien*, 4.ª ed., Paris.

BRAUDEL, Fernand (1958a), «Histoire et Sociologie», *Traité de Sociologie*, Dir. Georges Gurvitch, I, IV, Paris.

BRAUDEL, Fernand (1958b), «Histoire et Sciences sociales: La longue durée», *Annales, Économies, Sociétés,* Civilisations, Paris.

BRAUDEL, Fernand (1966), La *méditerranée et le Monde Méditerranéan à l' Époque de Philippe II,* Paris, Arnand Colin.

BRAUDEL, Fernand (1969), *Écrits sur l'Histoire,* Paris, Flammarion.

BRAUDEL, Fernand (1971), *L'Histoire, Science des Sciences de l'Hommes*, Paris, Nouvelle Bibliothèque Scientifique, Flammarion.

CAPELLI, Adriano (1960), *Cronologia Cronografia e Calendario perpetuo. Dal principio dell' Era Cristiana ai giorni nostri*, Col. «Manuali Hoepeli».

CARVALHO, Joaquim Barradas de Carvalho (1972), *Da História-Crónica à História-Ciência*, Lisboa, Livros Horizonte.

CASANOVAS, Jacinto Augustí y; BOUI, Pedro Voltes; VIVES, José (1952), *Manuel de Cronología Española y Universal,* Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Escuela de Estudios Medievales.

FEBVRE, Lucien (1953a), «Vivre l'Histoire», *Combats pour l'Histoire*, ed. A. Colin, Paris.

FEBVRE, Lucien (1953b), «Comment reconstituer la vie affective d'autrefois? La sensibilité et l'Histoire», *Annales d'Histoire Sociale,* III, ed. A. Colin, Paris.

FREIRE, Anselmo Braamcamp (1973), *Brasões da Sala* de Sintra, III, 3.ª ed., Lisboa.

GARCIA, Luís Pericot (1950), *La España* Primitiva, Colección Histórica Laye, VI, Barcelona, Editorial Barna.

GODINHO, Vitorino Magalhães Godinho (1948), «Le Portugal devant l'histoire. Tour d'horizon bibliographique», *Annales. Économies. Sociétés. Civilisations*, Paris.

GODINHO, Vitorino Magalhães Godinho (1955), *Historiografia Portuguêsa: orientações, problemas, perspectivas*, sep. da *Revista de História*, n.os 21 e 22, Janeiro-Julho, S. Paulo.

GODINHO, Vitorino Magalhães Godinho (1965), «Finanças Públicas e Estrutura do Estado», *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, II, Iniciativas Editoriais, 244-264.

GODINHO, Vitorino Magalhães Godinho (1973), *A História Social. Problemas, fontes e métodos*, Colóquio da Escola Normal Superior de Saint-Cloud, 15-16 Lisboa, Ed. Cosmos.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1971), *Ensaios. III. Sobre a Teoria da História e Historiografia*, 4, 1.ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

MARQUES, A. H. de Oliveira e DIAS, João José Alves (2003), *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos.

MARQUES, A. H. de Oliveira Marques (1977), *História de Portugal*, 7.ª ed., Lisboa, Palas Editores.

MARQUES, A. H. de Oliveira Marques (1978), *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, Cosmos.

MARQUES, A. H. de Oliveira Marques (1979), *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa, Lisboa*, Estampa.

MARQUES, A. H. de Oliveira Marques (1987), *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana*, Lisboa, Sá da Costa.

MATTOSO, José (1985a), *Identificação de um País, ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*, 2 vols., Lisboa, Estampa, 1985.

MATTOSO, José (1985b), *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional.

MATTOSO, José (1987), *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa Estampa, 1987.

NAZARETH, Joaquim Manuel (1996), *Introdução à Demografia. Teoria e Prática*, Lisboa, Presença.

PIAGET, Jean (1968), *Le Structuralisme*, Paris.

PIDAL, Ramón Menéndez (1947), *Historia de* España, tomo I, Vol. I, Madrid, Espasa Calpe.

PIRENNE, Jacques (1944), *Les Grands Courants de l'Histoire Universelle*, Neuchâtel.

RIBEIRO, João Pedro Cunha (1990), «Os Primeiros Habitantes», *Portugal. Das Origens à Romanização*, coordenação de Jorge de Alarcão, *Nova História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, I, Lisboa, Editorial Presença.

SARAIVA, Cardeal (1872-1875), D. Francisco de São Luís, in *Obras* Completas, Vols. I a IV, Lisboa, Imprensa Nacional.

SARAIVA, José Hermano e GUERRA, Maria Luísa (1998), *Diário da História de Portugal*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest.

SERRÃO, Joel (1980), *Cronologia Geral da História de Portugal*, 4.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

VILAR, Pierre (1947), *Histoire d'Espagne*, Paris.

VILAR, Pierre (1962), *La Catalogne dans l'histoire moderne. Recherches sur les fondements économiques des structures nationales*, Paris.

VILAR, Pierre (1964), «Histoire sociale et philosophie de l'histoire», *L'histoire et l'historien (Recherches et débats du Centre Catholique des Intellectuels Français)*, cahier 47, Paris.

VILAR, Pierre (1965), «Pour une meilleure compréhension entre économistes et historiens. "Histoire quantitative» ou économétrie retrospective"?», *Revue historique*, n.º 474, Abril-Junho, Paris.

ZEUNER, Frederick E. (1958), *Dating the Past. An Introduction to Geochronology*, 4.ª ed., Nova Iorque, Hefner.

ZILHÃO, João (1988), «Nouvelles datations absolues pour préhistoire ancienne du Portugal», in *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, tomo 85, 8, 247-250.

Capítulo 1

ALEXANDER, J. (1977), «The «frontier» concept in Prehistory: the end of the moving frontier», *Hunters, Gatherers and First Farmers Beyond Europe*, Leicester University Press, Londres, 25-30.

ARNAUD, José Morais (1981), «Le néolithique ancien et les processus de néolithisation au Portugal», *Le Néolithique Ancien Méditerranéen*, Montpellier, Fédération Archéologique de l'Hérault, 29-48.

ARNAUD, José Morais (1986), «Post-glacial adaptations in Southern Portugal», in *World Archaeological Congress*, Southampton.

BREUIL, H.; ZBYZEWSKI, G. (1945), «Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Estremadura et des terrasses fluviatiles de la basse vallée du Tage», Vol. 2, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, XXVI, Lisboa.

CASTRO, Maria Cruz Fernandez (1995), *Iberia in Prehistory*, University of Oxford, Oxford.

DAVEAU, Suzanne (1980), «Espaço e tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos», *Clio*, 2, Lisboa, 13-37.

DAVEAU, Suzanne (1984), «L'Époque Glaciaire au Portugal. Problèmes méthodologiques», *Primeiras Jornadas de Estudo Norte de Portugal — Aquitânia*, Porto, 183-191.

GARCIA, Luís Péricot (1950), *La España Primitiva*, Colección Histórica Laye, VI, Barcelona, Editorial Barna.

GOMES, Rosa Varela, *et alii* (1983), «O santuário exterior do Escoural. Sector NE (Montemor-o-Novo. Évora)», in *Zephyrus*, XXXVI, 287-307.

GONÇALVES, *Vítor* dos Santos, *et alii* (1987), «Le Néolithique ancien de l'Abri de Bocas I (Rio Maior, Portugal)», *Premières Communautés Paysannes en Méditerranée Occidentale* (Colloque International du C.N.R.S., Montpellier, 1983), CNRS, Paris, 673-680.

HARRISON, R. J. (1977), *The Bell Beaker Cultures of Spain and Portugal*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University.

JORGE, Susana de Oliveira (1985), «Datas de Carbono 14 para a Pré-História Recente do Norte de Portugal: os dados e os problemas», *Arqueologia*, 12, 154-183.

JORGE, Suzana de Oliveira (1986), *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar*, 3 vols., Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto.

JORGE, Vítor de Oliveira (1986), *Arte Rupestre em Portugal*, T.A.E., XXVI (fasc. 1-4), 27-50.

JORGE, Vítor de Oliveira, *et alii* (1988), «A Fraga d'Aia (Paredes da Beira – São João da Pesqueira) – arte rupestre e ocupação pré-histórica», *Actas do Colóquio de Arqueologia do Nordeste Peninsular*, vol. I, Porto, T.A.E., XXVIII (fasc. 1-2), 201-233.

JORGE, Vítor Oliveira (1972), *Conjuntos Industriais de Seixos Afeiçoados do Sul de Portugal: Aspectos e Problemas*, 2 vols.

JORGE, Vítor Oliveira (1987), «Complexos industriais de seixos afeiçoados no mundo: uma panorâmica», in *Projectar o Passado*, Ed. Presença, Lisboa, 147-181.

LAUTENSACH, H. (1932), «Estudo dos Glaciares da Serra da Estrela, Memórias e Notícias», *Pub. Mus. Lab. Mineral. Geol. Univ. Coimbra*, 6.

LEISNER, Vera *et alii* (1961), «Les Grottes Artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la Culture du Vase Campaniforme», *Memória*, 8, (nova série), Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

LEMAIRE, Robert, «As fontes contemporâneas: os séculos XIX e XX», in *A História Social*, 141-160.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1977), *História de Portugal*, 7.ª ed., Lisboa, Palas Editores.

MARQUES, A. H. de Oliveira DIAS; João José Alves (2003), *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos.

PIDAL, Ramón Menéndez (1947), *Historia de España*, tomo I, II, Madrid, Espasa Calpe.

PIDAL, Ramón Menéndez (1952), *Historia de España*, tomo I, II, Madrid, Espasa Calpe.

RAPOSO, Luís (1987), «Os mais antigos vestígios de ocupação humana paleolítica na região do Ródão», *Da Pré-história à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*, Editorial Delta, Lisboa, 153-178.

RIBEIRO, João Pedro Cunha (1990), «A Pré-História», *Portugal das Origens à Romanização*, coordenação de Jorge de Alarcão, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 9-74.

RIBEIRO, João Pedro da Cunha (1987), *Contribuição para o estudo do Paleolítico do Vale do Liz no seu contexto Crono Estratigráfico*, Porto.

ROCHE, Jean (1964), «Le Paléolithique supérieur portugais. Bilan de nos connaissances et problèmes», *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, tomo 61, 1, 11-27.

SANTOS, Manuel Farinha dos, *et alii* (1981), «Descobertas de arte rupestre na Gruta do Escoural» (Évora, Portugal), *Altamira Symposium*, 205-243.

SAVORY, Hubert Newman (1969), *Espanha e Portugal*, Lisboa, Ed. Verbo.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da, «A Idade do Ferro em Portugal. Cap. I. A Primeira Idade do Ferro», *Portugal. Das Origens à Romanização*, cit., 259.

SILVA, Carlos Tavares da (1983), «As primeiras comunidades neolíticas», *História de Portugal*, I, Ed. Alfa, Lisboa, 73-81.

VARAGNAC, André (1963), *O Homem antes da Escrita (Pré-História)*, Col. «Rumos do Mundo», Edições Cosmos, Lisboa.

ZILHÃO, João (1988), «Nouvelles datations absolues pour la préhistoire ancienne du Portugal», in *Bulletin de la Société Pré-historique Française*, tomo 85, 8, 247-250.

Capítulo 2

«Compendiosa Narración de la Conquista de España llevada a cabo por Táric, hijo de Ziad, y Muza, hijo de Nosair», 1926, *Historia de la Conquista de España de Abenalcotía el Cordobés seguida de Fragmentos Historicos Abencotaibas...*, II, Madrid, 165-180.

ALARCÃO, Jorge de (1988), *Roman Portugal*, Warminster.

ALARCÃO, Jorge de (1993), *Portugal. Das Origens à Romanização*, in *Nova História de Portugal, cit.*, I.

ALEXANDER, J. (1977), «The «frontier» concept in Prehistory: the end of the moving frontier», in *Hunters, Gatherers and First Farmers Beyond Europe*, Leicester University Press, Londres, 25-30.

AL-KARDABUS, Ibn (1986), *Historia de Al-Andalus (Kitab al-Iktifa')*, ed. de Felipe Maíllo Salgado, Madrid, Akal.

ALMEIDA, Fortunato de (1954), *História da Igreja em Portugal*, nova ed., preparada e dirigida por Damião Peres, Vol. I, Portucalense Editora, Porto.

ALMEIDA, Fortunato de (s/d), «Visigodos», Dicionário *de História de Portugal, cit.*, VI, 334-337.

AMARAL, João Ferreira do (1982), *O Reino Suevo (550-585): alguns condicionalismos socio-económicos*, sep. de *Bracara Augusta*, Vol. XXXVI, 81-82, Braga, 269-284.

ARCE *Javier* (1988), *España entre el mundo antigo y el mundo medieval*, Madrid, Taurus Ediciones.

ARIÉ, Rachel (1982), «España Musulmana (Siglos XII-XV)», *Historia de España*, dir. de M. Tuñón de Lara, III, Labor, Barcelona.

ARNAUD, José Morais (1981), «Le néolithique ancien et les processus de néolithisation au Portugal», *Le Néolithique Ancien Méditerranéen*, Montpellier, Fédération Archéologique de l'Hérault, 29-48.

ARNAUD, José Morais (1986), «Post-glacial adaptations in Southern Portugal», *World Archaeological Congress*, Southampton.

ATHERTON, Mark (2002), *Celts and Christians. New Approches to the Religious Traditions of Britain and Ireland*, ed., Leeds, University of Wales Press, Medieval Studies, April.

BACHARACH, Bernard Stanley (1973), *A History of the Alans in the West*, Minneapolis.

BALDINGER, Kurt (1963), *La Formación de los Dominios Linguisticos en la Peninsula Iberica*, Madrid.

BANNIARD, Michel (1980), *Le Haut Moyen Âge*, col. «Que sais-je?», n.º 187, Paris, Presses Universitaires de France.

BARDET, Jean-Pierre Dardet e DUPÂQUIER, Jacques (1997), *Histoire des Populations de L'Europe. I. Des origines aux prémices de la révolution démographique*, Fayard.

BARNWELL, P. S. (1997), *Kings, Courtiers and Imperium, The Barbarian West*, the University of California.

BENNASSAR, Bartolomé (1985), *Histoire des Espagnols*, Paris, A. Colin.

BOOKE, C. N. L. (1999), *Churches and Churchmen: Studies in Medieval Europe*, Londres.

BOTÃO, Maria de Fátima (1992), *Silves, a Capital de um Reino Medievo*, Silves, Câmara Municipal.

Bracarensis Martinus (1950), *Opera Omnia*, ed. de W. Barlow, New Hevan.

Brásio P.e António (1979), «S. Martinho de Dume, escritor do século VI», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Letras, 20, Lisboa.

BRETT, Michael; FENTRESS, Elizabeth (1955), *The Berbers*, London University & American Academy Excavations at Cosa.

BREUIL, H.; ZBYSZEWSKI, G. (1945), «Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Estremadura et des terrasses fluviatiles de la basse vallée du Tage», 2, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, XXVI, Lisboa.

CARTWRIGHT, Jane (2002), *Celtic Hagiography and Saints' Cults*, Leeds, University of Wales Press, Medieval Studies, September 2002.

CARVALHO, Joaquim de (1956), *A Cultura Castreja – Sua interpretação sociológica*, sep. da *Revista Ocidente*, I, Lisboa.

CASTRO, Maria Cruz Fernandez (1995), *Ibéria in Prehistory*, Oxford, University of Oxford.

Celts and Christians. New Approaches to the religious Traditions of Britain and Ireland, ed. Por Mark Atherton, Leeds, University of Wales Press, Medieval Studies, 2002.

CÉSAR, Júlio (1964), *De bello Gallico. César, Guerre des Gaules*, ed. de L. A. Constans, Col. Guillaume Budé, l.º IV, 1 e 2.

CHEJNE, Anwar G. (1980), *Historia de España Musulmana*, trad. de Pilar Vila, Madrid, Ediciones Cátedra.

CHRISTIE, Neil e LOSEBY, S. T. (1996), *Towns in Transition. Urban evolution in Late Antiquity and the early Middle Ages*, Londres, University of Westminster.

CHRISTIE, Neil (2000), *Landscapes of Change. The evolution of the countryside in Late Antiquity and the early Middle Ages*, University of Leister.

Chronique d'Alphonse III, de Y. Bonnaz, Paris, 1987.

City Walls. The Urban Enceinte in Global Perspective, ed. por James D. Tracy, University of Minnesota, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

CLEMENT, Richard W *et alii* (1989), *Mediterranean Studies. The journal of Mediterranean Association*, I University of Kansas.

Codex Euricianus, ed. de Alvaro D' Ors, *Estudios visigodos*, II, Roma-Madrid, 1960.

COLLINS, Roger (1983), *Early Medieval Spain. Unity in Diversity*, 400-1000, Londres.

COLLINS, Roger (1989-1994), *The* Arab Conquest *of Spain 710-797*, Times Higher Education Supplement.

COLLINS, Roger (1990), *The Basques*, 2.ª ed., Séries: The People of Europe, Times Library Supplement.

COLLINS, Roger (1991), *La Conquista Árabe*, trad. Castelhana de Néstor Miguéz, «Historia de España», dirig. por Lynch John, III, Editorial Critica, Barcelona.

Concilios *visigóticos e hispano-romanos*, ed. José Vives, T. Marín Martínez e G. Martínez Díaz, Barcelona-Madrid, CSIC, 1963 (*España Cristiana*, Textos, I).

COOPERSON, Michael (2000), *Classical Arabic Biography. The Heirs of the Prophets*, Los Angeles, the University of California, Cambridge, Cambridge University Press.

CORREIA, Mendes (1934), *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, Porto.

COSTA, Mário Júlio de Almeida (1989), *História do Direito Português*, Almedina, Coimbra.

COSTA, P. Avelino de Jesus da, «Martinho de Dume ou Braga, S.», *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

COURTOIS, Christian (1955), *Les Vandales et l'Áfrique*, Paris, Arts et Métiers Graphiques.

COURTOIS, Christian (1956), «Apports entre Wisigoths et Vandales», *Settimane di Studio del Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo*, tomo III, Spoleto, 1956. *Vide Atlas Histórico*, cit., p. 39 a 42.

CREIGHTON, O. H. (2002), *Castles and Landscapes*, University of Exacter.

Crónica *Anónima de los Reyes de* Taifas, introd., trad. e notas de Felipe Maíllo Salgado, Los Barrocales del Jarama, Akal, 1991.

CRUZ, G. Braga da (1995), *História do direito português*, Coimbra.

CUNLIFFE, B. e KEAY, S. (1995), *Social Complexity and the Development of Towns in Iberia. From the Copper Age to the Second Century AD*, Oxford.

DAVEAU, Suzanne (1980), «Espaço e tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos», *Clio*, 2, Lisboa, 13-37.

DAVEAU, Suzanne (1984), «L'Époque Glaciaire au Portugal. Problèmes méthodologiques», *Primeiras Jornadas de Estudo Norte de Portugal – Aquitânia*, Porto,183-191.

DAVID, Pierre (1947), *Études sur la Galice et le Portugal du VIème au XIIème siècles*, Lisboa-Paris, Institut Français au Portugal.

DEMOUGEONT, *Emiliene* (1988), *L'Empire romain et les barbares d'Occident (IVème-VIIème siècle)*, *Scripta Varia*, Publications de la Sorbonne, Paris.

DOMERGUE, Claude (1990), *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité romaine*, École française de Roma, n.º 127, Roma.

DOMINGUES, J. D. Garcia (1972), *Ossónoba na Época Árabe*, Faro.

DOMINGUES, J. D. Garcia (1960), *O Garb Extremo do Andaluz e «Portugal» nos Historiadores e Geógrafos Árabes, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Julho-Dezembro de 1960, Lisboa, 327-362.

DOZY Reinhart-Peter (1954), *Historia de los Musulmanes de España*, trad. de Magdalena Fuentes, I e II, Iberia, Barcelona.

DUFOURCQ, Charles-Emmanuel (1980), «Les Vandales», *L'Histoire*, 21, Março, 6-13.

DULPHY, Anne (1992), *Histoire de l'Espagne*, Paris, Hatier.

DUMOUGEOT, Emilienne (1969-1979), *La formation de l'Europe et les invasions barbares*, 3 vols., collection historiques Aubier, Paris.

DUMOUGEOT, Emilienne (1988), *L'Empire romain et les barbares d'Occident (IVème-VIIème siècle)*, Scripta *Varia*, Publications de la Sorbonne, Paris.

EDMONDSON, J. C. (1987), *Two Industries in Roman Lusitania: mining and granum*, Oxford.

EDWARD, James (1980), Visigothic *Spain. New Approches*, Oxford.

FABIÃO, Carlos (1993), «A Antiguidade tardia e a desagregação do Império», *História de Portugal, Portugal Medieval*, dir. João Medina, III, Alfragide, Ediclube.

FABIÃO, Carlos (1993), O Bronze Final, *História de Portugal* dir. José Mattoso, Círculo de Leitores, I.

FARINHA, António Dias (1975), *Uma Cidade Luso-Árabe, Papel das Áreas Regionais na Formação de Portugal. Actas de Colóquio*, Lisboa.

FERRERO, Alberto (1988), *The Visigoths in Gaul and Spain a. D. 408-711. A Bibliography*, Leiden.

GARCIA, Luís Péricot (1950), *La España Primitiva*, Colección Histórica Laye, VI, Barcelona, Editorial Barna.

GARCIA-GALLO, Alfonso (1936-1941), «Nacionalidad y territorialidad del derecho en la época visigoda», in *Anuário de historia del derecho* español, 13, Espasa-Calpe, Madrid, 168-264.

GARCIA-GALLO, Alfonso (1974), «Consideración crítica de los estudios sobre la legislación y la costumbre visigodas», *ibidem*, 44, 343-464;

GARCIA-MORENO, Luis (1947), *El fin del reino visigodo de Toledo*, Salamanca.

GAUDEMET, J. (1980), *Societé et mariage*, Estrasburgo, 424-453.

GERLI, E. Michael ed. (2003), *Medieval Ibéria. An Encyclopaedia*, USA, University of Virginia.

GIBERT, Rafael (1956), «El reino visigodo y el particularismo español», *Estudios* visigóticos, Vol. I, Roma-Madrid, 15-47.

GIMPERA, P. Bosch (1932), *Etnologia de la Península Ibérica*, Barcelona.

GIUNTA, F. (1964), Idacio ed i barbari, *Anuario de Estudios Medievales*, I, 491-494.

GLASSE, C. (1999), *The Concise Encyclopaedia of Islam. Introduction by* H. Smith, Londres.

GLASSE, C. (2000), *The Formation of the Classical Islamic World*, general ed.: Lawrence I. Conrad, (há uma ed. de 1977).

GLICK Thomas F. (1979), *Islamic and Christian Spain in the Early Medieval Ages*, Princeton, Princeton University Press.

GLISSEN, John (1979), *Introdução Histórica ao Direito*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

GOFFART, Walter (1980), *Barbarians and Romans, AD 418-584. The techniques of accomodatios*, New-Jersey, Princeton University Press.

GOMES, Rosa Varela *et alii* (1983), «O santuário exterior do Escoural. Sector NE (Montemor-o-Novo, Évora)», *Zephyrus*, XXXVI, 287-307.

GOMES, Rosa Varela (1988), «Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves», *Xilb. Revista de Arqueologia, Arte, Etnologias e História*, 1, Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves, Silves.

GONÇALVES, Vítor dos Santos *et alii* (1987), «Le Néolithique ancien de l'Abri de Bocas I (Rio Maior, Portugal)», *Premières Communautés Paysannes en Méditerranée Occidentale* (Colloque International du C.N.R.S., Montpellier, 1983), CNRS, Paris, 673-680.

GUICHARD, Pierre (1976), *Al-Andalus. Estructura Antropológica de una Sociedad Islámica en Occidente*, trad. de Nico Ancochea, Barral Editores, Barcelona.

HARRISON, R. J. (1977), *The Bell Beaker Cultures of Spain and Portugal*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University.

HAWTING, G. R. (2001), *The First Dynasty of Islam. The Umayyad Caliphate AD* 661-750, SOAS, UK.

HAYWOOD, John (2000), *The Vikings. Sutton Pocket Histories*, UK. Sutton Publishing, USA, UK.

HAYYAN, Abu Marawan ibn (1981), *Cronica del Califa 'Abdarrahman III An-Nasir entre losd años 912 y 942 (al-Muqtabis, V)*, trad., notas e índices de Maria Jesus Viguera e Fre-

derico Corriente, «*Textos Medievales*», 64, Anubar Ediciones, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, Saragoça.

HEFELE, Charl Joseph, LECLERCQ, Henri (1907-1908), *Histoire des Conciles*, I e II, Paris.

HERWING, Wolfram (1990), *Histoire des Goths*, colecção «L'Évolution de l'Humanité», Albin Michel, Paris.

HESPANHA, António Manuel (1982), *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Almedina.

HINARD, François, COURVOISIER, Nicolas Courvoisier e SALMON, Pierre (1997), «L'Europe gréco-romaine», in *Histoire des populations de L'Europe*, I, Cap. II.

Historia de España, dir. por Ramón Menéndez Pidal, III, *España Visigoda*, 5.ª ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1985.

HOYLAND, Robert G. (2001), Arabia *and the Arabs. From the Bronze Age to the Coming of Islam*, St. John's College, University of Oxford, Oxford.

HUMPHREYS, R. S. (1999), *Islamic History. A Framework* of Inquiry, ed. revista, Londres.

Idácio (Bispo), *Chronicon*, ed. de Theodorus Mommsen. *Chronica minora*, Berlim, 1894.

Idácio (Bispo), *Chronique*, ed. Alain Tranoy, col. Sources Chrétiennes, 42, I, Paris.

Innovación y continuidad en la España visigótica, ed. por R. Gonzalvez, Toledo, 1981.

JAMES, Edward (1980), *Visigothic Spain. New Approches*, Oxford.

JORGE, Susana de Oliveira (1985), «Datas de Carbono 14 para a Pré-História Recente do Norte de Portugal: os dados e os problemas», *Arqueologia*, 12, 154-183.

JORGE, Susana de Oliveira (1986), *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar*, 3 Vols., Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto.

JORGE, Vítor de Oliveira (1986), *Arte Rupestre em Portugal*, T.A.E., XXVI (fasc. 1-4), 27-50.

JORGE, Vítor de Oliveira (1988), «A Fraga d'Aia (Paredes da Beira – São João da Pesqueira) – arte rupestre e ocupação pré-histórica», *Actas do Colóquio de Arqueologia do Nordeste Peninsular*, I, Porto, 1988, T.A.E., XXVIII (fasc. 1-2), 201-233.

JORGE, Vítor Oliveira (1972), *Conjuntos Industriais de Seixos Afeiçoados do Sul de Portugal: Aspectos e Problemas*, 2 Vols.

JORGE, Vítor Oliveira (1987), «Complexos industriais de seixos afeiçoados no mundo: uma panorâmica», *Projectar o Passado*, Ed. Presença, Lisboa, 147-181.

KALIFA, S. (1970), «Singularités matrimoniales chez les anciens germains: le rapt et le droit de la femme à disposer d'elle-même», *Revue Historique du Droit Étranger*, 194-225.

KENNEDY, Hugh (2001), The Armies of the Caliphs, University of St. Andrew's.

KEY, Richard (1997), *Councils and Clerical Culture in the Medieval West*, Londres.

KING, Paul David (1972), *Law and Society in the Visigothic Kingdom*, Cambridge, Cambridge Universit Press.

KOSTO, Adam J. (1991), *Making Agreements in Medieval Catalonia. Power, Order and Written World, 1000-1200*, Penguin Books, Nova Iorque.

LAGUAY, Jean-Pierre (1993), «Os Bárbaros e as suas origens», *Portugal. Das Invasões Germânicas À «Reconquista»*, coord. de A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, II, dir. de Joel serrão e A. H. de Oliveira Marques, Presença, Lisboa.

LANCEL, Serge (1994), *Carthage. A History*, Sorbonne University of Paris.

Landscapes of Change. The evolution of the countryside in Late Antiquity and the early Middle Ages, ed. por Neil Christie, University of Leister, 2000.

LAPESA, R. (1959), *Historia de la Lengua Española*, 5.ª ed., Madrid.

LAPIDUS, Ira M. (1990), *A History of Islamic Societies*, Berkeley, University of Califórnia.

LATOUCHE, Robert (1946), *Les grandes invasions et la crise de l'Occident au V*ème* siècle*, Paris.

LAUTENSACH, H. (1932), «Estudo dos Glaciares da Serra da Estrela, Memórias e Notícias», *Pub. Mus. Lab. Mineral. Geol. Univ. Coimbra*, n.º 6.

LeCLERCQ, Henri (1906), *L'Espagne Chrétienne*, Paris.

LEGUAY, Jean-Paul, «O Portugal Germánico», in *Portugal. Das Invasões Bárbaras à «Reconquista»*, dir. José Mattoso.

LEISNER, Vera Leisner *et alii* (1961), «Les Grottes Artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la Culture du Vase Campaniforme», *Memória*, n.º 8, (nova série), Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.

LEMAIRE, Robert, «As fontes contemporânes: os séculos XIX e XX», in *A História Social*, *cit.* 141-160.

LEV, Yaacov (1996), *War and Society in the Eastern Mediterranean. 7*th*-15*th* Centuries*, North Americas Brill Academic Publishers Inc.

LIVERMORE, Harold Livermore (1979), *Los Orígenes de España y* Portugal, Santiago de Compostela.

LÍVIO, Tito, XXI, 4, tradução adaptada de M. Rat: «Les beaux textes de l'antiquité, IV», Fernand Nathan.

LOMBARD, Maurice (1971), *L'Islam dans sa première grandeur (VIII*ème*-X*ème* siècle)*, Paris, Flammarion.

LOT, Ferdinand (1945), *Les invasions germaniques. La pénétration mutuelle du monde barbare et du monde romain*, 2.ª ed., Paris.

MACIAS Y GARCIA, Marcelo (1921), *Galicia y el Reino de los Suevos*, Madrid.

MACIAS, Marcelo (1929), *Galicia y el reino de los suevos*, in *Aportaciones a la historia de Galicia*, Madrid.

MALCOLM, Todd (1990), *Les Germains, aux frontières de l'Empire romain*, A. Colin, Paris.

MARQUES A. H. de Oliveira (1993), *Portugal. Das Invasões Germânicas À «Reconquista»*, in *Nova História de* Portugal, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. II, Lisboa, Presença.

MARQUES A. H. de Oliveira (1997), *História de Portugal*, Vol. I, 13.ª ed., Ed. Presença, Lisboa.

MARQUES, A. H. de Oliveira e DIAS; João José Alves (2003), *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*, Centro de Estudos Históricos, Lisboa.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1977), *História de Portugal*, 7.ª ed., Lisboa, Palas Editores.

MARTIN, José Luis (1980), *La Península en la Edad Media*, 2.ª ed., Editorial Teide, Barcelona.

MARTINEZ-GROS, Gabriel (1990), «The Fall of the Umayyads of Cordova: the end of the Arab Caliphate», in *Mediterranean Historical Review*, Vol. 5, 2 (Dezembro de 1990), 117-149.

MARTINEZ-GROS, Gabriel (1992), *L'Idéologie Omeyyade. La construction de la légitimité du califat de Cordoue (X^ème-XI^ème siècles)*, Casa Velázquez, Madrid.

MARTROYE, Félix (1907), *Genséric, la conquête vandale et la destruction de l'Empire d'Occident*, Paris.

MATTOSO, José (1987), «Os Moçárabes», *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Estampa, 19-34.

MATTOSO, José (1992), *Les Visiogoths dans le Portugal médiéval: état actuel de la question*, sep. de *L'Europe heritière de l'Espagne visiogothique*, Madrid.

MATTOSO, José (1993), «A Época Sueva e Visigótica», *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, I, Lisboa, Círculo de Leitores, 301-359.

MATTOSO, José (1993), *Portugal. Das Origens à Romanização, História de Portugal*, dir. por José Mattoso, I, Lisboa, Círculo de Leitores, 301-359.

McCRANCK, Lawrence J. (1996), *Medieval Frontier History in New Catalonia*, New York University.

Medieval Iberia. An Encyclopaedia, ed. de E. Michael Gerli, «Introduction» e «Chapter I», New from Routledge, USA, University of Wisconsin, Nov. 2003.

MORENO, Luis A. García (1989), *Historia de España Visigoda*, Catedra, Madrid.

MOTES Y NICOLAU, Juan Maluquer de (1953), *Los pueblos ibericos*, Madrid.

MOTES Y NICOLAU, Juan Maluquer de (1974), «Iberos», *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, Vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 239-241.

MUSSET, Lucien (1965), *Les Invasions. Les vagues germanique*, Paris, Presses Universitaires de France (Nouvelle Cleo, 12).

NETO, Serafim da Silva (1952-1954), *História da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro.

NETO, Serafim da Silva (1957), *História do Latim Vulgar*, Rio de Janeiro.

ORLANDIS, José (1962), *El poder real y la succesión al trono en la monarquia visigoda*, Roma/ /Madrid.

ORLANDIS, José (1977), *Historia de La España Visigótica*, Madrid.

ORS, Alvaro D' (1956), «La territorialidad del derecho de los visigodos», in *Estudios visigóticos*, Vol. I, Roma-Madrid, 93-124.

ORTIZ, José López (1930), *La recepción de la escuela malequí en España*, *Anuario de Historia del Derecho Español*, VII, Madrid, Espasa-Calpe, 30-32.

PALOL, Pedro e RIPOLL, Gisela (1990), *Les Goths*, Seuil, Paris.

PAPADOPOLULO, A. (1977), *El Islam y el arte musulmán*, Barcelona, GG, Editorial Gustavo Gili, S. A.

PEACOCK, D. P. S.; WILLIAMS, D. F. (1986), *Amphorae and the Roman Economy*, Londres/ /Nova Iorque.

PERICOT, L. (1950), *La España Primitiva*, Barcelona.

PIDAL, Ramón Menéndez (1944), «Ligures o Ambroilirios en Portugal», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, tomo X, Lisboa, Faculdade de Letras, 5-17.

PIDAL, Ramón Menéndez (1947-1952), *Historia de España*, tomo I, I e II, Madrid, Espasa-Calpe.

Portugal na Espanha Árabe, org. de António Borges Coelho, I a IV, Lisboa, Seara Nova, 1972-1975.

QUADRADO, E.; FLETCHER, D. (1959-1960), *El mundo Ibérico. I Symposium de Prehistoria Peninsular*, Pamplona, Instituto de Arqueología de la Universidad de Barcelona.

QUADRADO, E.; FLETCHER, D. (1962-1963), *II Symposium de Prehistoria Peninsular*, Barcelona.

RAPOSO, Luís (1987), «Os mais antigos vestígios de ocupação humana paleolítica na região do Ródão», *Da Pré-história à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*, Editorial Delta, Lisboa, 153-178.

REES, Elizabeth (2001), *Celtic Saints in their Landscape*, U.K., Sutton Publishing, USA, National Book Network, Inc.

REINHART, W. (1952), *Historia general del reino hispánico de los suevos (Seminario de Historia primitiva del hombre)*, Madrid.

Relações entre Godos e Romanos ao tempo de Ataúlfo, cf. *Paulo Osório*, Historiarum aduersus paganus, L.º VII, Cap. 43.

Religion and Culture in the Medieval Islam, ed. por R. G. Hovannisian, & G. Sabagh, Cambridge, 1999.

REYNOLDS, Robert L. (1957), «Reconsideration on the History of the Suebi», *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, tomo XXXV, n.º 1, 19-47.

RIBEIRO, João Pedro Cunha (1987), *Contribuição para o estudo do Paleolítico do Vale do Liz no seu contexto Crono Estatigráfico*, Porto, 165.

RIBEIRO, João Pedro Cunha (1990), «A Pré-História», *Portugal das Origens à Romanização*, coordenação de Jorge de Alarcão, *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 9-74.

RICHÉ, Pierre (1966), «Problèmes de démographie historique du Haut Moyen Age (Vème-VIIIème siècles), *Annales de démographie historique*, II, 37-56.

RICHÉ, Pierre (1968), *Les invasions barbares*, Col. Que-sais-je?, 556, Paris.

RIU, Manuel *et alii* (1982), *Textos Comentados de Época Medieval (siglos V al XII)*, Teide, Barcelona.

ROCHA, A. S. (1905-1908), «Estações pré-romanas da Idade do Ferro, nas vizinhanças da Figueira», *Portugalia*, 2, 301-354, 493-516.

ROCHE, Jean (1964), «Le Paléolithique supérieur portugais. Bilan de nos connaissances et problèmes», in *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, tomo 61, 1,11-27.

RODRIGUEZ, Casimiro Torres (1956), *Hidacio, el primer cronista español*, Revista de Archivos, Bibliotecas e Museos, LXII, 3, 755-794.

RODRIGUEZ, Casimiro Torres (1956), *Las supersticiones en Hidacio, Cuadernos de Estudios Gallegos*, XI, 181-203.

RUSSELL, J. C. (1958), *Late Ancient and Medieval Population. Transactions of the American Philosophical Society held at Philadelphia for promoting useful knowledge*, New Series, 48, Parte 3, The American Philosophical Society, Filadélfia.

RUSSELL, J. C. (1978), «Population in Europe 500-1500», *The Fontana Economic History of Europe*, dir. de Carlo M. Cipolla, I, 5.ª impressão, Glasgow, Collins/Fontana Books, 36 e ss.

SANCHEZ-ALBORNOZ Cláudio (1982), *La España Musulmana*, I, Espasa-Calpe, Madrid.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Cláudio; VIÑAS, Aurélio (1929), *Lecturas de Historia da España*, Madrid.

SANTOS, Manuel Farinha dos *et alii* (1981), «Descobertas de arte rupestre na Gruta do Escoural» (Évora, Portugal), in *Altamira Symposium*, 205-243.

SAUNDERS, John Joseph (1978), *A History of Islam*, Routledge, Nova Iorque.

SAVORY, Hubert Newman (1969), *Espanha e Portugal*, Ed. Verbo, Lisboa.

SCHMIDT, Ludwig (1953), *Histoire des Vandales*, Paris.

SCHOFIELD, John, VINCE, Alan (2002), *Medieval Towns*, 2.ª ed., Museum of London, series: «The Archaeology of Medieval Europe».

SCHULTEN, A. (1992), *Avieno, Ora Maritima*, Barcelona.

SERRÃO, Eduardo da Cunha, «Turdetanos» e «Túrdulos», *Dicionário de História de Portugal*, VI, 218.

SHAW, R. D. (1906), «The fall of the Visigothic power in Spain», *English Historical Review*, XXI, 209-228.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da, «A Idade do Ferro em Portugal, Cap. I, A Primeira Idade do Ferro», *Portugal. Das Origens à Romanização*, cit.

SILVA, Carlos Tavares da (1983), «As primeiras comunidades neolíticas», *História de Portugal*, I, Lisboa, Ed. Alfa, 73-81.

SILVA, Nuno Espinosa Gomes da (1962), *História do Direito Português*, Lisboa, Faculdade de Direito.

SILVA, Nuno Espinosa Gomes da (1962b), *Lições de História do Direito Português*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

SIMONET, Francisco Javier (1983), *Historia de los Mozrabes de España*, I a IV, reimpressão, Madrid, Ediciones Turner.

SOARES, Torquato de Sousa (1962), *Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*, Vol. I, Coimbra.

Social Complexity and the Development of Towns in Iberia. From the Copper Age to the Second Century AD., ed. B. Cunliffe and S. Keay, Oxford, 1995.

SOUSA, João Silva de (1986), *Religião e Direito no Alcorão*, Estampa, Lisboa.

SOUSA, João Silva de (1987), «Um Dia na Corte de Abd al-Rahman III», in *Estudos Orientais*, Vol. VI. *Homenagem ao Professor António Augusto Tavares*, Lisboa, Instituto Oriental, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 153-159.

SOUSA, João Silva de (1989), Traços Culturais Islâmicos no Sul da Península Ibérica na alta Idade Média», in *Anais do Município de Faro*, XIX, Faro, 21-29.

SOUSA, João Silva de (1990), «O Mundo Muçulmano em Expansão», *O Estudo da História, Boletim n.º 12 a 15 (II Série)*, dirig. por José Mattoso, I, Lisboa, Associação de Professores de História, 583-592.

TÁCITO (1962), *La Germanie*, ed. de J. Perret, Col. Guillaume Budé, n.os 39, 41, 42, Paris.

TEILLET, S. (1984), *Des Goths à la nation gothique. Les origines de l'idée de nation en Occident du Vème au VIIème siècle*, Paris.

The Arabs and Arabia on the Eve of Islam, ed. por F. E. Peters, 1999.

The Formation of al-Andalus, Part 1: *History and Society*, ed. por Manuela Marín; Part 2: *Language, religion, culture and the sciences*, ed. por Maribel Fierro & Julio Samsó, 1998.

THOMPSON, E. A. (1960), «The conversion of the Visigoths to Catholicism», *Nottingham Mediaeval Studies*, IV, 4-35.

THOMPSON, E. A. (1963), «The Barbarian Kingdoms in Gaul and Spain», *Nottingham Medieval* Studies, VII, 3-33.

THOMPSON, E. A. (1969), *The Goths in Spain*, Oxford.

THOMPSON, E. A. (1977), «The End of the Roman Spain», *ibidem*, XX, parte III, 8.

THOMPSON, E. A. (1982), *Romans and Barbarians: the Decline of the Western Empire*, Madison, The University of Wisconsin Press.

THOMPSON, E. A. (1995), *The Huns*, Series. *The People of Europe*, Formerly, University of Nottingham.

TOLON John Victor (2000), *Medieval Christian Perceptions of Islam. A Book of Essays*, Routledge, Nova Iorque.

TORRES, Casimiro Rodríguez (1977), *Galicia Sueva*, La Coruña.

TORRES, Cláudio (1992), «O Gharb al-Andaluz», in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 363-415.

TOVAR, A. (1966-1967), «L'inscription du Cabeço das Fráguas et la langue des Lusitaniens», *Études Celtiques*, 11, 237-268.

TOVAR, A. (1985), «L'Inscription du Cabeço das Fráguas y la lengua de los Lusitanos», in *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohiapánicas*, Salamanca.

Towns in Transition. Urban evolution in Late Antiquity and the early Middle Ages, ed. por Neil Christie and S. T. Loseby, Londres, the University of Westminster, 1996.

TRACY, James D. (2000), *City Walls. The Urban Enceinte in Global Perspective*, University of Minnesota, Cambridge, Cambridge University Press.

Una crónica Anónima de Abd al-Rahman III al-Nasir, trad. de E. Lévi-Provençal e Emilio Garcia Gómez, Madrid, 1950.

Una Descripción Anónima de Al-Andalus, ed. de Luis Molina, Vols. I e II, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Miguel Asín, 1983.

VALDEAVELLANO, Luis García de (1963), *Historia de España*, Vol. I, 3.ª ed., Madrid.

VALDEAVELLANO, Luis García de (1984), *Curso de Historia de las Instituciones Españolas*, 7.ª ed., Madrid, Alianza Universidad, Textos.

VARAGNAC, André (1963), *O Homem antes da Escrita (Pré-História)*, Col. «Rumos do Mundo», Lisboa, Edições Cosmos.

VELOSO, Francisco José (1950), «A Lusitânia suévico-bizantina», *Bracara Augusta*, 12, Braga.

VIANA, Abel (1958-1959), «Suevos e Visigodos no Baixo Alentejo», *Bracara Augusta*, IX-X, Braga, 5-16.

Visigothic Spain. New Approches, ed. por Edward James, Oxford, 1980.

VITA, Victor de, *Histoire de la persécution de la Province d'Afrique*, ed. K. Halm, *Monumenta Germaniae Historica*, A. A., III.

WAINES, David (2000), *Patterns of Everyday* Life, University of Lancaster «The Formation of the Classical Islamic World».

WALLACE-HADRILL, John Michael (1962), *The Barbarian West. The Early Middle Ages A. D.* 400-1000, Londres, Hutchinson.

War and Society in the Eastern Mediterranean. 7th-15th Centuries, ed. por Yaacov Lev, North Americas Brill Academic Publishers Inc., 1996.

WATT, W. Montgomery, CACHIA, Pierre (1965), *A History of the Islamic Spain*, Edinburgh University Press.

WOLFRAM, Herwig (1990), *Histoire des Goths*, Albin Michel, Paris.

ZEUMER, K. (1849), «Lex Visigothorum», *Monumenta Germaniae historica. Leges*, I, Hannover-Leipzig.

ZEUMER, K. (1944), *Historia de la legislación visigoda*, Barcelona.

ZILHÃO, João (1988), «Nouvelles datations absolues pour la préhistoire ancienne du Portugal», *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, tomo 85, 8, 247-250.

Capítulo 3

AMARAL, Luís Carlos (1994), *S. Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV. Estudo de gestão agrária*, Lisboa.

BULST, Neithard (1997), «L'essor (Xème-XIVème siècles)», *Histoire des Populations de L'Europe*, Vol. 1, Fayard, Paris,168-184.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1983), *O Baixo Mondego nos fins da Idade Média*, Faculdade de Letras, Coimbra.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1990), *Homens, espaços e poderes (séculos XI-XVI)*, Livros Horizonte, Lisboa.

COSTA, Avelino de Jesus da (1959), *O Bispo Dom Pedro e a organização da diocese de Braga*, 2 vols, Coimbra.

CRUZ, António (1968), *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto.

DIAS, João José Alves, 1988), «A Beira Interior em 1496», *Ensaios de História Moderna*, Lisboa.

DUBOIS, H. (1988), «L'essor médiéval», *Histoire de la Population Française*, dirig. J. Dupâquier, Paris, 207-267.

FERREIRA, Maria Emília C. (s/d), «Epidemias», *Diccionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, I, 406-408.

FOSSIER, R. (1982), «Le Moyen Age», *L'Éveil de l'Europe*, Tomo 2, Paris.

FUGEDI, E. (1969), «Pour une analyse démographique de la Hongrie médiévale», *Annales ESC*, 24, 1299-1312.

HALLAM, H. E. (1985), «Age at first marriage and age at death in the Lincolnshire Fenland, 1252-1478», *Population Studies*, n.º 39, 1985, p. 55-69.

HERLIHY, D. (1975), «Life expectancies for women in medieval society», *The Role of Women in the Middle Ages*, R. T. Morowedge Ed., Londres, 1-22.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1971), *Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, Sá da Costa, Lisboa.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1980), «A População Portuguesa nos fins do século XIII», *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1981), «Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa», *Braccara Augusta*, Braga.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1982), *História de Portugal*, Vol. I, Palas Ed., Lisboa.
MARQUES, A. H. de Oliveira (1987), «Portugal na Crise dos séculos XIV e XV», *Nova História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. IV, Lisboa.
MARQUES, José (1974), *Censual do cabido da Sé do Porto*, Porto.
MATTOSO, José (1991), *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096--1325)*, Vol. II, Lisboa.
McKAY, A. (1991), *Spain in the Middle Ages. From frontier to Empire, 1000-1500*, 5.ª ed., Londres.
Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones.
RUSSELL, J. C. (1987), *Medieval Demography. Essays*, Nova Iorque.
SMITH, R. M. (1991), «Demographic developments in rural England, 1300-1348», *B.M.S.*, Manchester, 25-77.
SOUSA, Fernando de (1995), *História da Estatística em Portugal*, INE, Lisboa.

Capítulo 4

«Livro das Eras», *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, ed. António Cruz, Porto, 1968.
BAUTIER, R. H. (1988), «Un nouvel ensemble documentaire pour l'histoire des pestes au XIVème siècle: l'exemple de la ville de Vich en Catalogne», *C.R. de l'Académie de Inscriptions et Belles Lettres*, 355-417.
BERESFORD, M. W. e HURST, J. G. (1971), *Deserted Medieval Villages*, Londres.
BERTHE, M. (1984), *Famines et épidémies dans les campagnes navarraises à la fin du Moyen Age*, 2 vols., Paris.
BIRABEN, J. Noël (1975-1976), *Les Hommes et la peste en France et dans les pays méditerranéens*, Paris-La Haye, 2 vols.
BLOCKMANS, W.; DUBOIS, H. (1997), «Le temps des crises (XIVème et XVème siècles)», *Histoire des Populations de L'Europe*, Vol. 1, Fayard, Paris, 185-217.
CHAVES, Álvaro Lopes de (1983), *Livro de apontamentos (1438-1489)* (ed. A. M. Salgado, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
COELHO, Maria Helena da Cruz (1980), «Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra», *Revista Portuguesa de História*, Tomo XVIII, Coimbra.
COELHO, Maria Helena da Cruz (1983), *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de História Rural)*, Imprensa Nacional, Lisboa.
COELHO, Maria Helena da Cruz (1990), «A População e a Propriedade em Guimarães durante o século XII», *Homens, espaços e poderes. Séculos XI-XVI – Notas do viver social*, Lisboa.
DIAS João José Alves (1992), *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, 3 vols., Lisboa.
DUPÂQUIER, Jacques (1997), «Les vicissitudes du peuplement (XVème-XVIIIème siècles)», *Histoire des Populations de L'Europe*, Vol. 1, Fayard, Paris.
EMERY, R. W. (1967), «The Black Death in 1348 in Perpignan», *Speculum*, 611-623.
FERREIRA, Maria Emília C. (s/d), «Epidemias», in *Diccionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, 406.
FERRO, Maria José Pimenta (1979), *Os Judeus em Portugal no Século XIV*, 2.ª ed., Lisboa.

FERRO, Maria José Pimenta (1982), *Os Judeus em Portugal no Século XV*, Vol. I, Lisboa.

GONÇALVES, Iria Vicente (1989), *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, UNL, Lisboa.

GONÇALVES, Iria Vicente (1988), *Imagens do Mundo Medieval*, Livros Horizonte, Lisboa.

GONÇALVES, Iria (1963), «Consequências demográficas da Peste Negra», *Para o Estudo da Peste Negra em Portugal*, Braga.

GONÇALVES, Iria (1964a), *Pedidos e Empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*, Lisboa.

GONÇALVES, Iria (1964b), *O Empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 1476 pelo almoxarifado de Évora*, Lisboa.

HERLIHY, D. Herlihy e KLAPISH-ZUBER, C. (1978), *Les Toscans et leurs familles, une étude du catasto florentin de 1427*, Paris.

JORGE, Ricardo (1933), *Summa epidemiológica de la Peste*, Paris.

Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa), transcrição de João Alves Dias, Ed. Estampa, Lisboa, 1982.

LOT, F. (1929), «L'état des paroisses et des feux en 1328», *Bibliothèque de l'école des Chartes*, XC.

MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves (1994), «A População Portuguesa nos Séculos XV e XVI», *Biblos*, Vol. LXX, Lisboa, 171-196.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1978), *Introdução à história da agricultura em Portugal (A questão cerealífera durante a Idade Média)*, 3.ª ed., Cosmos, Lisboa.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1980), «Estratificação económico-social de uma vila portuguesa da Idade Média», *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1980), *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana*, 4.ª ed., Lisboa.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1981), «Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa, *Braccara Augusta*, Braga.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1983), *História de Portugal*, 10.ª ed., Vol. I, Lisboa, Palas Editores.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1987), «Portugal na Crise dos séculos XIV e XV», *Nova História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. IV, Lisboa.

MARQUES, José (1989), *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, Imprensa Nacional, Lisboa

McEVEDY, C. e JONES, R. (1978), *Atlas of World Population History*, Penguin Books.

MORENO, Humberto Baquero (1973), *A Batalha de Alfarrobeira*, Lourenço Marques.

PILAR, Hermínia Vasconcelos (1995), *A vivência da morte na Idade Média (A Estremadura Portuguesa, 1300-1500)*, Patrimonia, Redondo.

PINA, Rui de (1914), *Crónica d'El-Rei D. Duarte*, Capítulo XIX, Renascença Portuguesa, Porto.

PIZARRO, José Augusto (1997), *Linhagens Medievais Portuguesas: genealogia e estratégias* (1278--1325), Dissertação de Doutoramento, Faculdades Letras – Universidade do Porto, Porto, 3 vols.

RAU, Virgínia (1968), «Uma Família de Mercadores Italianos em Portugal no Século XV: os Lomellini», in *Estudos de História*, Lisboa, 13-57.

RAZI, Z. (1980), *Life, Marriage and Death in a Medieval Parish. Economy, Society and Demography in Halesowen, 1270-1400*, Cambridge.

RIBEIRO, Orlando (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 5.ª ed., Sá da Costa, Lisboa.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. (1989), «A População de Torres Vedras em 1381», *Revista de História Económica e Social*, n.º 25, Lisboa.

ROQUE, Mário da Costa (1979), *As Pestes Medievais Portuguesas e o «Regimento Proueytoso contra ha Pestenença, Lisboa, Valentim Fernandes* (1495-1496), F. C. Gulbenkian, Paris.

RUSSELL, J. C. (1972), «Population in Europe», *The Fontana Economic History of Europe*, Cipolla, C. M. ed., Glasgow.

SERRÃO, Joel (1971), *Cronologia Geral da História de Portugal*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 45-68.

SOUSA, Armindo de (2002), *História de Portugal*, Vol. IV – A Monarquia Feudal, Lexicultural, Lisboa.

THOEN, E. (1988), *Landbouwerkonomie en bevolking in Vlaandreren gedurende de late middleleeuwen enhet begin van de moderne tidy,* 2 vols, Gand.

VEIGA, Teresa Rodrigues (2004), «A consolidação da mentalidade quantitativista no dealbar da modernidade – o exemplo das contagens de população», *Actas do Colóquio Dom Manuel e a Sua Época*, C. M. Guimarães, Guimarães, 26-38.

Capítulo 5

ALCOCHETE, Nuno Daupiás d' (1981), «Registo Paroquial», AAVV *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, Vol. V, p. 258-260.

AMORIM, FERREIRA, RODRIGUES, HENRIQUES, SANTOS (2001), «Reconstituição de paróquias e formação de uma base de dados central», *Actas do VI Congresso da Associação de Demografia Histórica (ADEH)*, Castelo Branco, Lisboa, ADEH, p. 57-66.

AMORIM, Norberta (1991a), *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*, Braga, Universidade do Minho.

AMORIM, Norberta (1991b), «Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses», *Boletín de la Asociación de Demografia Histórica (ADEH)*, IX-1, p. 7-25.

AZEVEDO José Caetano de (1536), *Constituições do Arcebispado de Lisboa*, Lisboa.

BALBI, A. (1822), *Variétés politico-statistiques sur la monarchie portugaise*, Paris.

BARROS, Jozé Joaquim Soares de Barros (1789), «Memória sobre as cauzas da differente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia», *Memórias Económicas da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Vol. I.

BLAYO, Yves (1975), «La mortalité en France de 1740 a 1829», *Population, Demographie Historique*, número especial, Novembro, p. 123-142.

CARITA, Rui (1992), *História da Madeira*, III, SREJE, Funchal, 296.

CASTELO-BRANCO, Manuel da Silva (1962), «Registos paroquiais quinhentistas da Igreja de Santa Maria do Castelo, da vila de Castelo Branco», *Estudos de Castelo Branco*, n.º 3, p. 31-48.

CHORÃO, Maria José M. Bigotte (1987), «Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII», *Revista de História Económica e Social*, n.º 21, Set.-Out., p. 96-101.

DIAS, J. J. Alves (1987), «A Beira Interior em 1496 (sociedade, administração e demografia), in *Ensaios de História Moderna*, Presença, Lisboa,11-102.

COSTA, Avelino de Jesus da (1974), «O registo paroquial no século XVI e o seu Tratamento Arquivístivo», in *IV Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses*, Coimbra, p. 5-49.

DIAS, J. J. Alves (1996), *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*), FCG-JNICT, Lisboa.

FARIA, António Machado de (1935), «Da instituição dos registos paroquiais em Portugal», *Arqueologia e História*, Lisboa, Vol. X (separata).

FARIA, António Machado de (1972), «Os registos paroquiais em Portugal», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol. IV, p. 480-489.

FARIA, Fernanda, HENRIQUES, Pedro (2004), «Sistemas informáticos para a análise de dados demográficos», Guimarães: NEPS (Cadernos NEPS, n.º 5).

FELIX, Maria Emilia (1959), «Des registres paroissiaux et l'état civil au Portugal», in *Archivium*, Vol. VIII, p. 89-94.

FERREIRA, Olegário (1988), *As crises de mortalidade nas antigas vilas de Alenquer, Aldeia galega da Merceana e seus termos nos séculos XVI-XVII*, Lisboa, F.C.S.H./U.N.L., Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, Olegário (1990-93), «A introdução dos registos paroquiais em Portugal», *Estudo da História. Boletim da Associação de Professores de História*, n.º 12-13-14-15 (II série), p. 893-910.

FERRO, João Pedro (1995), A *População portuguesa no final do Antigo Regime* (1750-1815), Lisboa, Presença.

FERRO, João Pedro (1996), *Alenquer Medieval (séculos XIII-XV: Subsídios para o seu estudo*, Cascais, p. 227-245.

FLINN, Michael W. (1981), The *European Demographic Systems* 1500-1820, Brighton, The Harvester Press.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1980), A *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4.ª ed., Lisboa.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1981), «Finanças Públicas e Estrutura do Estado», *Dicionário de História de Portugal*, Vol. III, Figueirinhas, Porto, p. 20-40.

GOUBERT, P. (1954), «Une richesse historique en cours d'exploitation: les registres paroissiaux», *Annales E.S.C.*, p. 83-93.

HENRY, L. (1953), «Une richesse démographique en friche: les registres paroissiaux», in *Population, VIII*.

HENRY, L., FLEURY, M. (1956), *Des registres paroissiaux à l'histoire de la population*, Paris.

HESPANHA, António M. (1986), *As vésperas do Leviathan. Instituiçœs e Poder Político em Portugal), Século XVII*, 2 vols., Rio de Mouro.

MADEIRA, Artur (1999), «As fontes demográficas de Antigo Regime nos Açores», *Arquipélago – História*, 2.ª série, Vol. III, p. 139-176.

MAGALHÃES, Romero de (1980), «As descrições geográficas de Portugal: 1500-1650», *Revista de História Económica e Social*, Jan-Jun, p. 15-56.

MAGALHÃES, Romero de (1988), *O Algarve Económico (1600-1773)*, Lisboa, Estampa.
MARIZ José (coord) (1993), *Inventário colectivo dos registos paroquiais. Vol. 1 – Centro e Sul*. Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, Arquivos Nacionais – Torre do Tombo.
MARIZ José (coord) (1994), *Inventário colectivo dos registos paroquiais. Vol. 2 – Norte*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, Arquivos Nacionais – Torre do Tombo.
MOLS, Roger (1966), *Introduction à la démographie historique des villes d'Europe du XIVème au XVIIIème siècle*, Gembloux, II, Louvaina.
MOREDA, Vicente Pérez (1980), *Les crisis de mortalidad en la España interior. Siglos XVI e XIX*, Madrid, Siglo XXI.
MOREIRA, Maria João Guardado, 1992), *As crises de mortalidade no concelho de Idanha-a--Nova (século XVIII)*, Dissertação de Mestrado em Demografia Histórica e Social, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL (policopiado).
NAZARETH, M. (1988), *Príncipios de análise da demografia portuguesa*, Lisboa, Presença.
NETO, Maria de Lourdes Akola (1959), *A freguesia de Santa Catarina de Lisboa, no 1.º quartel do século XVIII (ensaio de demografia Histórica)*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos do INE.
OLIVEIRA, António de (1968), *A população de Caminha em 1513*, Coimbra.
OLIVEIRA, António de (1976), *A População de Caminha e Valença em 1513*, Braga.
OLIVEIRA, Christovam Rodrigues de, 1938), *Summario em q Brevemente se Contem algumas cousas assim Ecclesiasticas, como Seculares, que há na Cidade de Lisboa*, 3.ª ed., Lisboa, Biblon.
OLIVEIRA, Fr. Nicolau de (1804), *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa.
PINTO, Maria Luís Rocha (1993), Crises *de Mortalidade e Dinâmica Populacional nos Séculos XVIII e XIX na Região de Castelo Branco*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UN (policopiado).
PINTO, Maria Luís Rocha; RODRIGUES, José Damião; MADEIRA, Artur Boavida (2001), «A base demográfica», in *Nova História de Portugal*, Joel Serrão, A. H. Oliveira Marques (dir.), Vol. VII, Lisboa, Presença, p. 385-403.
Rellaçam das Freguesias de todas as Províncias e Comarcas do Reyno de Portugal e do Algarve conforme a Corografia Portugueza do Padre Antonio Carvalho Costa, Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), *Pombalina*, Cod. 136.
RODRIGUES, Teresa e REIS, Célia (1989), «A Vida Familiar no Algarve na primeira metade do Século XVI: Alguns aspectos de quotidiano», *Actas das Terceiras Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, p. 291-308.
RODRIGUES, Teresa (1985), «Para o estudo dos róis de confessados: a freguesia de Santiago em Lisboa (1630-1680)», *Nova História*, n.º 3/4, Lisboa, p. 80-81.
RODRIGUES, Teresa (1988), As Crises de Mortalidade em Lisboa (séculos XVI e XVII), tese de mestrado em Demografia Histórica e Social – FCSH/UNL, Lisboa (policopiado).
RODRIGUES, Teresa (1993a), «Aspectos do povoamento das ilhas da Madeira e Porto Santo nos Séculos XV e XVI», *Actas do III.º Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, p. 403-471.
RODRIGUES, Teresa (2002), «As Estruturas Populacionais», *Nova História de Portugal*, V, Lexicultural, Lisboa, p. 212-257.

ROWLAND, R. (1983), La metodologia historica de la *Escuela de Cambridge* y su aplicación a las sociedades de Europa Meridional», in *II Jornadas d'Estudis Historics Locals*, Institut d'Estudis Balearis.

SANTOS, Rui (1995), *Celeiro de Portugal algum dia. Crescimento e crises agrárias na região de Évora 1595-1850*, Dissertação de Doutoramento: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL (policopiado).

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1970), A *população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique*, Paris, FCG.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1975), «Uma estimativa da população portuguesa em 1640», *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa – Classe de Letras*, Lisboa, Tomo XVI, p. 217-218.

SERRÃO, Joel (1973), *A Demografia Portuguesa*: Fontes *da Demografia Portuguesa*, *1800-1862*, Lisboa, Horizonte.

SERRÃO, José Vicente (1987), Demografia *e Agricultura no Portugal do século XVIII*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Lisboa, ISCTE (policopiado).

SILBERT, Albert (1978), *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime XVIII*ème), *Début du XIX*ème *siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*, Lisboa, INIC, I Vol.

SOUSA, Fernando de Sousa, GONÇALVES, José Silva (1987), *Memórias de Vila Real*, Vila Real, 2 vols.

SOUSA, Fernando de (1979), *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, tese de doutoramento em História realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

SOUSA, Fernando de (1995a), «A população portuguesa em finais do século XVIII», *População e Sociedade*, n.º 1, p. 41-55.

SOUSA, Fernando (1995b), *História da Estatística em Portugal*, INE, Lisboa.

VEIGA, Teresa (2004), «A consolidação da mentalidade quantitativista no dealbar da modernidade – o exemplo das contagens de população», *Actas do Colóquio Dom Manuel e a Sua Época*, C. M. Guimarães, Guimarães, p. 28-35.

VIDAL, Annie (2001), *La pensée démographique*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.

WILLIGAN, Dennis, LYNCH, Katherine A. (1982), Sources *and methods of histotical demography*, Nova Iorque, Academic Press.

Capítulo 6

ALVES, Ana Maria (1983), «Onomástica na Lisboa Quinhentista. Subsídio para o Estudo de mentalidades na Segunda Metade do Século XVI», *Estudos de História de Portugal*, II, Lisboa, Estampa, 119-144.

AMORIM, Maria Norberta (1973), *Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII*, Fac. Letras/UP, Porto (policopiado).

AMORIM, Maria Norberta (1980), *Método de Exploração dos Livros de Registos Paroquiais. Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*, Centro Estudos Demográficos, INE.

AMORIM, Maria Norberta (1983-1984), «S. Pedro de Poiares e a sua população de 1561 a 1830», Brigantia, Bragança.

AMORIM, Maria Norberta (1987), *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, INIC, Lisboa.

ARIÈS, Philippe (1988), *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio d'Água.

ARROTEIA, Jorge (1983), *A Emigração portuguesa: suas origens e distribuição*, Biblioteca Breve, Lisboa.

AZEVEDO, Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico, Esboços de História*, 4.ª ed., Lisboa, 1978.

BAIROCH, Paul Bairoch (1985), *De Jéricho à México. Villes et économie dans l'histoire*, Paris, Gallimard.

BARATA, Ana Temudo (1989), *As Crises de mortalidade em Lisboa no século XVIII*, FCSH-UNL, Lisboa.

BARBOSA, Maria Cecília Ribeiro de Azevedo (1997), *Cervães 1645-1810. Estudo Demográfico*, ICS/UM, Guimarães (policopiado).

BARBOSA, Maria Hermínia Vieira (2001), *Crises de Mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*, NEPS/ICS, Universidade Minho, Guimarães.

BARDET, Jean Pierre (1997), «Fecondité et Natalité», *Histoire des Populations de l'Europe*, dirig. Jean Pierre Bardet e Jacques Dupâquier, Fayard, Paris, I, 316-343.

BENNASSAR, Bartolomé (1969), *Recherches sur les grandes épidémies dans le Nord de l'Espagne à la fin du XVIème siècle*, Paris.

BIRABEN, Jean Noel (1979), «Essai sur l'évolution du nombre des hommes», *Population*, Paris, 34, n.º 1, 13-25.

BOURGEOIS-PICHAT, Jean (1994), *La Dynamique des Populations. Populations Stables, semi-stables, quasi-stables*, PUF-INED, Paris.

BRIÈRE, J. F. (1990), *La Pêche française en Amérique du Nord au XVIIIème siècle*, Montréal, Fides

CARITA, Rui (1992), *História da Madeira*, III, SREJE, Funchal, 296.

CARVALHO DA COSTA, Padre (1868-1869), *Corografia Portuguesa, e Descripçam Topográfica do Famoso Reino de Portugal*, 3 vols., Lisboa.

CARVALHO, A. S. (1949), *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*, Lisboa.

CASTELO-BRANCO, Fernando (1990), *Lisboa Seiscentista*, Col. Lisboa, n.º 14, Livros Horizonte.

CHANTAL, Suzanne (s./d.), *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do Terramoto*, Lisboa, Ed. Livros do Brasil.

CORREIA, Fernando da Silva (1936), «Portugal dans l'histoire de l'Higyène», *IIIe Congrès International de l'Histoire des Sciences, Actes, conférences et Communications*, Lisboa, p. 354-365.

COSME, João (1994a), *O Além-Guadiana Português. Da Restauração ao Tratado de Utreque (1640-1715), Política, Sociedade, Economia e Cultura*, tese de doutoramento História Moderna, Fac. Letras-UL, Lisboa.

COSME, João (1994b), *O Alentejo a Oriente d'Odiana (1600-1640). Política, Sociedade, Economia e Cultura*, Edições Cosmos, Lisboa.

CRESPO, Jorge (1990), *A História do Corpo*, Col. Memória e Sociedade, Lisboa, Difel.

CRUZ, António (1967), *Algumas Observações sobre a Vida Económica e Social da Cidade do Porto nas Vésperas de Alcácer Quibir*, Porto, B. Pública, Municipal.

CRUZ, Maria Leonor Garcia da (2000), «Reavaliações até ao século XVIII do discurso

crítico sobre a expansão portuguesa ultramarina e as directrizes de governação», *Clio*, Nova Série, 5, Lisboa, p. 167-201.

DEL PANTA, Lorenzo (1993), *Le epidemie nella storia demografica italiana (secoli XIV-XIX)*, Loescher, Turim.

Dias, J. J. Alves (1988), «Os fogos femininos nos municípios do século XVI», in *Ensaios de História Moderna*, Lisboa, Ed. Presença, p. 113-116.

DIAS, J. J. Alves (1996), *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, FCG-JNICT, Lisboa.

DIAS, J. J. Alves (1998), «A População», *Nova História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. V, Lisboa, 26-46.

DIAS, João J. Alves (1987a), «A Beira Interior em 1496 (Sociedade Administração e Demografia)», in *Ensaios de História Moderna*, Lisboa, Ed. Presença, 11-102.

DIAS, João J. Alves (1987b), «A Comarca de Castelo Branco em 1527-1540. Aspectos Administrativos e Demográficos», in *Ensaios de História Moderna*, Lisboa, Ed. Presença, 145-176.

DUPÂQUIER, Jacques (1997), «Les vicissitudes du peuplement (XV^ème^-XVIII^ème^ siècles)», *Histoire des Populations de l'Europe*, dir. BARDET, J. P. e DUPÂQUIER, J., Fayard, Paris, I, 239-261.

ENGLEMAN, S. e NEVES, J. César das (1997), «The Bricks of na Empire 1415-1999: 585 years of Portuguese Emigration», in *The Journal of European History*, 26, 3.

FARIA, Manuel Severim de (1655), *Noticias de Portugal, offerecidas a El Rei Nosso Senhor Dom João IV, por... Declarão-se as commodidades que tem para crescer em gente, indústria, commercio, riquezas & forças militares por mar, & terra*, Lisboa.

FARIA, Manuel Severim de (2003), *Notícias de Portugal*, Introdução, actualização e notas de Francisco António Lourenço Vaz, Ed. Colibri, Lisboa.

FAUSTINO, José Alfredo Paulo (1998), *Calvão. Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega (1670--1870) População, Sociedade e Mentalidades*, Chaves.

FERNANDES, Carlota Maria (1998), *S. Tiago de Romarigães, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, ICS/UM, Guimarães.

FERREIRA, M. Emilia C. (s.d.), «Capital», in *Diccionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

FERREIRA, Olegário (1989), *Crises de Mortalidade nas antigas vilas de Alenquer Aldeia Galega da Merceana e seus Temos nos Séculos XVI-XVII*, FCSH/ UNL, Lisboa.

FERRO, João Pedro (1996), *Alenquer Medieval (séculos XIII-XV: Subsídios para o seu estudo*, Cascais, 227-245.

FLINN, Michael (1981), *The European Demographic System. 1500-1820*, Brighton.

GALEGO, Júlia, e DAVEAU, Suzanne (1986), *O Numeramento de 1527-1532. Tratamento Cartográfico*, sep. de *Memórias do Centro de Estudos Geográficos*, 9, Lisboa.

GODINHO, Vitorino Magalhães (s.d.), «Finanças Públicas e Estrutura do Estado», in *Diccionário de História de Portugal*, Iniciativas Editoriais, Lisboa.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1978), «L'Émigration Portugaise (XV^ème^-XX^ème^ siècles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde», *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, 1, 5-32.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1980), *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4.ª ed., Arcádia, Lisboa.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1983), *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Ed. Presença, I, Lisboa.

GODINHO, Vitorino Magalhães (s/d), «Finanças Públicas e Estrutura do Estado», *Dicionário de História de Portugal*, vol.III, Figueirinhas, Porto, 20-40.

GOMES, Saul António (1995), «A população e o povoamento de Leiria do século XII ao XVI», *Leiria-Fátima. Órgão Oficial da Diocese*, Ano II, n.º 9, 288-290.

GONÇALVES, Iria (1988a), «Amostra de Antroponímia Alentejana no século XV», *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, 80-103.

GONÇALVES, Iria (1988b), «Antroponímia das Terras Alcobacenses no fim da Idade Média», *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa,112-140.

HESPANHA, António M. (1986), *As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político em Portugal – Século XVII*, 2 vols., Rio de Mouro.

História da Vida privada, dir. por P. Ariès e G. Duby, Vol. III, Porto, Edições Afrontamento, 1990.

JANEIRO, José Adriano Soares Guerra (1997), *Gerações Sacrificadas. A população e a sociedade de S. Tiago de Lordelo, Séculos XVII a XX*, ICS/UM, Guimarães.

LASLETT, Peter (1977), *Family Life and Illicit Love in Earlier Generations*, Cambridge.

LEÃO, Duarte Nunes de (1610), *Descrição do Reino de Portugal*..., 2.ª ed, Lisboa.

LEBRUN, F. (1983), *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, Ed. Rolim, Lisboa.

LEMOS, Maximiano (1991), *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*, Publicações Dom Quixote/Ordem dos Médicos, Lisboa.

LOBO, A. de Sousa S. Costa (1984), *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, Ed. Rolim, Lisboa.

LOPES, A. S. (1980), *Desenvolvimento Regional. Problemática. Teoria. Modelos*, I, F.C.G., Lisboa.

MAC EVEDY, C.; JONES, R. (1978), *Atlas of World Population History*, Penguin Books.

MAGALHÃES, J. Romero (1984), *O Algarve económico: 1600-1773*, I, FE/Univ. de Coimbra, Coimbra.

MAGALHÃES, J. Romero (1985), «As Descrições Geográficas de Portugal: 1500--1650», in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, 5, 15-56.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (1988), *O Algarve Económico. 1600-1773*, Lisboa.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1984a), «Uma Descrição de Portugal em 1578-80», in *Nova História – Século XVI*, 1, Ed. Estampa, Lisboa, 87-88.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1987), *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, IV, *Nova História*, Lisboa, Ed. Estampa

MARQUES, A. H. de Oliveira (1983), *História de Portugal*, 10.ª ed., I-II, Palas Ed., Lisboa.

MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves (2003), *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos.

MARQUES, José (1988), *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, Imp. Nacional, Lisboa.

MAURO, Frédéric (1983), *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVIIème siècle* (1570-1670), F. C. Gulbenkian, Paris.

MEDINA, Lia (2008), *A Evolução Demográfica da Ilha de São Vicente – Do Descobrimento até 1950*, Mestrado em Demografia e Sociologia da População, ISCTE-UTL, Lisboa.

MOITA, Irisalva (1992), *Quinto Centenário do Hospital Real de Todos-os-Santos*, C.T.T., Lisboa.

MOLS, Roger (1966), *Introduction à la démographie historique des villes d'Europe du XIVème au XVIIIème siècle*, Gembloux, II, Louvaina.

MOREDA, Vicente Perez; ROWLAND, Robert (1997), «La péninsule Ibérique», *Histoire des Populations de l'Europe*, dir. BARDET e DUPÂQUIER, Fayard, Paris, I, 463-484.

MOREDA, Vicente Perez (1980), *Las crisis de mortalidad en la España interior, siglos XVI-XIX*, Siglo XXI, Madrid.

MOREIRA, Maria João Guardado e VEIGA, Teresa Rodrigues (2005), «Modelos de Mortalidade em Portugal», in *Ler História*, 49, Lisboa, 145-169.

MOREIRA, Maria João Guardado, RODRIGUES, Teresa, HENRIQUES, Filipa Castro (2007), «O Sistema Urbano Português. Novas Realidades», *VIII Congresso de la Associacíon de Demografía Histórica*, Maó, Menorca, (http://www.adeh.org/menorca07/sesiones.html/?dedonde=c2007&nsesio=20).

NADAL Jordi (1988), *La población española (Siglos XVI a XX)*, Ariel, Barcelona.

NAZARETH, J. Manuel (1988), *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Presença, Lisboa.

NETO, M. Lurdes A. M. do Carmo (s.d.), «Demografia», *Diccionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

NEVES, António Amaro das (2001), *Filhos das Ervas a ilegitimidade a norte de Guimarães – séculos XVI-XVIII*, NEPS, Guimarães.

OLIVEIRA, António de (1968), *A população de Caminha em 1513*, Coimbra.

OLIVEIRA, António de (1970-72), *A vida económica e social de Coimbra entre 1537 e 1640*, II, Coimbra.

OLIVEIRA, António de (1995), «Migrações Internas e de Média Distância em Portugal de 1500 a 1900», *Memoriam Maria Olímpia Rocha Gil*, I, Ponta Delgada.

OLIVEIRA, António (1971), *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, 2 vols., Coimbra.

OLIVEIRA, António (1976), «A População de Caminha e Valença em 1513», *Bracara Augusta*, Vol. XXX, 69(80), 125-165.

OLIVEIRA, António (1991), *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino (1580--1640)*, Difel, Lisboa.

OLIVEIRA, Christovam Rodrigues de (1938), *Summario em q Brevemente se Contem algumas cousas assim Ecclesiasticas, como Seculares, que há na Cidade de Lisboa*, 3.ª ed., Biblon, Lisboa.

OLIVEIRA, Fr. Nicolau de (1804), *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa.

OSORIO, Baltasar (1920), «O terramoto de Lisboa em 1531», *Boletim de Segunda Classe*, Acad. das Ciências, XII, Lisboa, 353-358.

PANARRA, António (1994), «Na Origem do Hospital Real de Todos-os-Santos», in *Revista da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna*, Lisboa.

PEREIRA, Gaspar e ALVES, J. F. (1990), «Comportamentos nupciais na Terra da Maia em fins do Antigo Regime», in *Cadernos de Ciências Sociais*, 8/9, 31-45.

PERRENOUD, e BOURDELAIS (1998), «Le Recul de la Mortalitè», *Histoire des Populations de l'Europe*, dir. BARDET e DUPÂQUIER, II, Fayard, Paris, I, 287-307.

PINTO, Maria Luís Rocha e RODRIGUES, Teresa (1993), «Aspectos do povoamento das ilhas da Madeira e Porto Santo nos Séculos XV e XVI», *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 403-471.

PINTO, Maria Luís Rocha; RODRIGUES, José Damião; MADEIRA, Artur Boavida (2001), «A Base Demográfica», *Nova História de Portugal*, VII, Presença, Lisboa.

POUSSOU, Jean Pierre (1997), «Migrations et mobilité de la population en Europe à l'époque moderne», *Histoire des Populations de l'Europe*, dir. BARDET e DUPÂQUIER, II, Fayard, Paris, 231-285.

REIS, Maria da Conceição Coelho dos (2003), *São Pedro da Ericeira de 1622 a 1855. Estudo Demográfico*, U. Minho, Guimarães.

RIBEIRO, Ana Rita (1995), «Aspectos sociodemográficos da Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira (1740-1760)», *População e Sociedade*, 1, CEPFAM, Porto, 252-263.

RIBEIRO, Orlando (s. v.), «Cidade», *Diccionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

RIBEIRO, Orlando (s. v.), «Povoamento», *Diccionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

RODRIGUES, Teresa; REIS, Célia (1989), «A vida familiar no Algarve na primeira metade do século XVI: alguns aspectos de quotidiano», *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, 291-308.

RODRIGUES, Teresa; SANTOS, Piedade Braga (1998), «Poder central e poder local, um caso de conflito. Os surtos epidémicos de 1804-1805», *Ler História*, 34, Lisboa, 65-84.

RODRIGUES, Teresa (1985), «Para o estudo dos róis de confessados: a freguesia de Santiago em Lisboa (1630-1680)», *Nova História*, 3/4, Lisboa, 79-105.

RODRIGUES, Teresa (1988), *As Crises de Mortalidade em Lisboa (séculos XVI e XVII)*, FCSH/ /UNL, Lisboa.

RODRIGUES, Teresa (1990), *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Liv. Horizonte, Lisboa.

RODRIGUES, Teresa (1994), «Um espaço urbano em expansão. Da Lisboa de Quinhentos à Lisboa do Século XX», in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, 13, Lisboa, 95-117.

RODRIGUES, Teresa (1995), «As Crises de Mortalidade em Lisboa (Séculos XVI a XIX) – Uma Análise Global», *Boletín da Asociación de Demografía Histórica*, XIII – 2, Bilbao, 47-74.

RODRIGUES, Teresa (2002), «As Estruturas Populacionais», *Nova História de Portugal*, V, Lexicultural, Lisboa, 212-257.

RODRIGUES, Teresa (2004), «A Dinâmica das Populações Humanas e os Modelos de Mortalidade», in *Fórum Sociológico*, 11/12, Lisboa, 11-29.

RODRIGUES, Teresa (2008), «Detecção e Análise dos períodos de Sobremortalidade em Portugal (séculos XVI a XIX) – balanço de duas décadas de investigação», Homenagem a Jorge Crespo, FCSH, Lisboa.

ROWLAND, R. (1984), «Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada», *Ler História*, 3, Lisboa, 13-32.

RUNKEL, Ana (1990), *Crises de Mortalidade em Oeiras, Cascais e Sintra nos séculos XVI a XVIII*, FCSH/UNL, Lisboa.

SANTOS, Emília Maria Salvado Borges Ribeiro dos (1994), *Crises de Mortalidade no Alentejo Interior. Estudo de um caso: Cuba* (1586-1799), Memória de Pós-Graduação, FL/UL, Lisboa.

SANTOS, Piedade *et allii* (1987), *Lisboa Setecentista vista por Estrangeiros*, Livros Horizonte, Lisboa.

SANTOS, Rui (2005), «The agrarian Economy of the region of Évora in the first half of the 17th century (1595-1660): an exploration of main indicators», *Revista de Historia Económica*, Ano XXIII, número extrordinário, Marcial Pons, Madrid, 349-378.

SARAIVA, Manuel da Costa (1997), Igreja e Comunidade. O caso de Belinho entre os séculos XVII e Início de XX, ICS/UM, Guimarães.

SERRÃO José Vicente (1993), «O Quadro Humano», *História de Portugal*, dir. José Matoso, IV, Circulo de Leitores, Lisboa.

SERRÃO, J. Veríssimo (1978-1980), *História de Portugal*, III-V, Ed. Verbo, Lisboa.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1975), «Uma estimativa da população portuguesa em 1640», *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa – Classe de Letras*, Lisboa, XVI, 214-303.

SERRÃO, Joel (1982), *A Emigração Portuguesa. Sondagem Histórica*, 4.ª ed., Col. Horizonte, 12, Lisboa.

SERRÃO, Joel (1973), *Demografia Portuguesa – Fontes de demografia portuguesa. 1800-1862*, *19*, Horizonte, Lisboa.

SILVA, A. Vieira da (1919), A População de Lisboa (Estudo Histórico), *Revista das Obras Públicas e Minas*, Lisboa, 13-83.

SILVA, Álvaro Ferreira da (1993), *Propriedade, Família e Trabalho no Hinterland de Lisboa. Oeiras, 1738-1811*, Lisboa, Cosmos.

SILVA, José Gentil da (1972), «Vida urbana e desenvolvimento: Portugal, país sem cidades», in *Arquivo do Centro Cultural Português*, V, Paris, 734-746.

SOARES, Pêro Roiz (1953), *Memorial*, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra.

SOLE, Maria Glória Parra Santos (2001), *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia* (1593-1850), Monografias 12, AAN/NEPS, Guimarães.

SOUSA, Fernando de Sousa (1995), *História da Estatística em Portugal*, INE, Lisboa.

SOUSA, Fernando de Sousa; GONÇALVES, José Silva (1987), *Memórias de Vila Real*, 2 vols., Vila Real.

VEIGA, Teresa, 1997), *Cinco Séculos de Quotidiano. A vida em Lisboa do século XV aos nossos dias*, Col. História, n.º 21, Edições Cosmos, Lisboa.

VEIGA, Teresa (2004), «A consolidação da mentalidade quantitativista no dealbar da modernidade – o exemplo das contagens de população», *Actas do Colóquio Dom Manuel e a Sua Época*, C. M. Guimarães, Guimarães, 28-35.

VIDAL, Annie (1994), *La Pensée Démographique*, Col. Economie en Plus, PUG, Grenoble.

VIEIRA, Alberto (1987), *O Comércio Inter-Insular nos Séculos XV e XVI. Madeira, Açores e Canárias*, Sec. Reg. Turismo e Cult. – C. de Est. de Hist. do Atlânt., Funchal.

Capítulo 7

ALVES, Jorge Fernandes (1986), Uma comunidade rural do Vale do Ave. S. Tiago do Bougado, 1650-1849 (estudo demográfico), dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, UP.

AMORIM, Maria Norberta (1973), *Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII*, Fac.Letras/UP, Porto (policopiado).

AMORIM, Maria Norberta (1980), *Método de Exploração dos Livros de Registos Paroquiais. Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*, Centro Estudos Demográficos, INE.

AMORIM, Maria Norberta (1980), *Método de exploração dos livros de registos paroquias e Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*, Lisboa, Centro de estudos Demográficos.

AMORIM, Maria Norberta (1983-1984), «S. Pedro de Poiares e a sua população de 1561 a 1830», Brigantia, Bragança.

AMORIM, Maria Norberta, 1987), *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, INIC, Lisboa.

AMORIM, Maria Norberta (1999), «Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial», *Ler História*, 36, p. 9-43.

AMORIM, Maria Norberta (2004), «Comportamentos demográficos de Antigo Regime na Península Ibérica», *Ler História*, 47, p. 147-170.

BALBI, Adrien (1822a), *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve...*, Paris, 2 tomos.

BALBI, Adrien (1822b), *Variétés politico-statistiques sur la monarchie portugaise*, Paris.

BAPTISTA Luís (1984), «Dominação demográfica no contexto do século XX português, *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 15, Lisboa.

BARBOSA, Maria Cecília Ribeiro de Azevedo (1997), *Cervães 1645-1810. Estudo Demográfico*, ICS/UM, Guimarães (policopiado).

BARBOSA, Maria Hermínia Vieira, 2001), *Crises de Mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*, NEPS/ICS, Universidade Minho, Guimarães.

BARDET, Jean Pierre (1997), «Fecondité et Natalité», *Histoire des Populations de l'Europe*, dirig. Jean Pierre Bardet e Jacques Dupâquier, Fayard, Paris, I, 316-343.

BORGES, Emília Salvado (1996), *Crises de Mortalidade no Alentejo Interior. Cuba (1586--1799)*, Lisboa, Edições Colibri.

CARVALHO, Joaquim; PAIVA, José Pedro (1989), «A Diocese de Coimbra no século XVIII. População, Oragos, Padroados e Títulos dos Párocos», *Revista de História das Ideias*, Vol.11, p. 175-268.

COSME, João (1992), «A população das Dioceses de Elvas e Portalegre na 1.ª metade do Século XVIII», *A Cidade, Revista Cultural de Portalegre*, n.º 7 (nova série), p. 153-183.

CRESPO, Jorge (1990), *A História do Corpo*, Lisboa, Difel.

DAVID, Henrique Manuel Pebre Rodrigues (1992), *As Crises de Mortalidade no Concelho de Braga (1700-1880)*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

DEL PANTA, Lorenzo (1986), *Le epidemie nella storia demografica italiana (secoli XIV-XIX)*. Loescher, Turim.

DIOGO, Helena Isabel; MOREIRA, Maria João Guardado (1990-93), «Migrações internas setecentistas: o caso de S. Vicente da Beira», *Estudo da História. Boletim da Associação de Professores de História*, n.º 12-13-14-15 (II série), p. 911-918.

DIOGO, Helena Isabel; MOREIRA, Maria João Guardado (1994), «Migrações internas para S. Vicente da Beira no século XVIII», *Comunicações das I Jornadas de História Regional do Distrito de Castelo Branco*, Castelo Branco, p. 133-138.

DIOGO, Helena Isabel Boavida Correia (1992), *As Crises de Mortalidade em no Concelho do Fundão, Cova da Beira, Século XVIII*, dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL.

DUPÂQUIER, Jacques (1997), «Les vicissitudes du peuplement (XV^ème^-XVIII^ème^ siècles)», *Histoire des Populations de l'Europe*, dir. BARDET, J. P. e DUPÂQUIER, J., Fayard, Paris, I, p. 239-261.

DUPÂQUIER, Jacques (1997), «Les vicissitudes du peuplement (XV^ème^-XVIII^ème^ siècles)», *Histoire des Populations de l'Europe*, dir. BARDET, J. P. e DUPÂQUIER, J., Fayard, Paris, I, 239-261.

FAUSTINO, José Alfredo Paulo (1998), *Calvão. Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega (1670--1870) População, Sociedade e Mentalidades*, Chaves.

FAUVE-CHAMOUX, Antoinette; WALL, Richard (1997), «Nupcialité et Famille», *Histoire des Populations de l'Europe*, dir. BARDET, J. P. e DUPÂQUIER, J., Fayard, Paris, I, p. 344-368.

FERNANDES, Carlota Maria (1998), *S. Tiago de Romarigães, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, ICS/UM, Guimarães.

FLINN, Michael (1981), *The European Demographic System. 1500-1820*, Brighton.

FUSTER, Vicente; ROMÁN, Jorge; MOREIRA, M.ª João Guardado; ZULUAGA, Pilar; BLANCO, Colantonio M.ª José, Sonia (2007), «Influence of Spanish-Portuguese border changes in 1801 on the mating pattern of Olivenza» in *New perspectives and problems in Anthropology*, Éva B. Bodzsár y Annamária Zsákai (eds.), Cambridge Scholars Publishing, Newcastle upon Tyne, p. 101-108.

GARCIA, José Manuel Pérez, «Demografia cualitativa y conyuntura en las Rías Bajas gallegas. El ejemplo del Salnés (1750-1838)», in *Reconstitutição de Famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populaões. Estado actual e persperctivas para o futuro. Acyas do III Congresso da ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica)*, coord. REHER, David, I, Porto, Edições Afrontamento.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1977), «L'emigration portugaise (XV^ème^-XX^ème^ siècles) une constante structurale aux changements du monde», *Revista de Histórica Económica e Social*, n.º 1, p. 5-33.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1955), *Prix et monnai au Portugal, 1750-1850*, Paris Armand Colin.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1980), *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4.ª ed., Arcádia, Lisboa.

GOMES, Maria Palmira da Silva (1998), «Rupturas e continuidades no comportamento demográfico da população de Cortegaça (1583-1975)», *Boletin de la Asociacion de Demografia Histórica*, vol. XVI-I, p. 175-182.

HESPANHA, António M. (1986), *As vésperas do Leviathan. Instituiçoes e Poder Político em Portugal – Século XVII*, 2 vols., Rio de Mouro.

LIVI-BACCI, Massimo (1971), *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, University Press.

LOPES, A. S. (1980), *Desenvolvimento Regional. Problemática. Teoria. Modelos*, I, F.C.G., Lisboa.

MAC EVEDY, C.; JONES, R. (1978), *Atlas of World Population History*, Penguin Books.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (1984), *O Algarve Económico (1600-1773)*, dissertação de doutoramento: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves (2003), Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português, Lisboa, Centro de Estudos Históricos.

MATOS, Ana Cardoso; MARTINS, Conceição Andrade (s.d.), «Subsídios para a História da Sociedade Alentejana de Antigo Regime. População e economia do Arcebispado de Évora no século XVIII» (artigo inédito cedido pelas autoras).

MOREDA, Vicente Perez e ROWLAND, Robert (1997), «La péninsule Ibérique», *Histoire des Populations de l'Europe*, dir. BARDET e DUPÂQUIER, Fayard, Paris, I, p. 463-484.

MOREDA, Vicente Perez (1980), *Las crisis de mortalidad en la España interior, siglos XVI-XIX*, Siglo XXI, Madrid.

MOREIRA, Maria João Guardado e VEIGA, Teresa Rodrigues (2005), «Modelos de Mortalidade em Portugal», in *Ler História*, 49, Lisboa, p. 145-169.

MOREIRA, Maria João Guardado (1992), *As crises de mortalidade no concelho de ldanha-a-Nova (Século XVIII)*, dissertação de *Mestrado em Demografia Histórica e Social*, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

MOREIRA, Maria João Guardado; ROMÁN, J.; COLANTONIO, S.; ZULUAGA, P.; BLANCO, M. J.; FUSTER, V. (2008), «Influência das alterações da fronteira luso-espanhola nos factores exógenos de reprodução económica, social e cultural – o caso de Olivença», comunicação apresentada no III Congresso da APD.

MOREIRA, Maria João Guardado, RODRIGUES, Teresa, HENRIQUES, Filipa Castro (2007), «O Sistema Urbano Português. Novas Realidades», *VIII Congresso de la Associacíon de Demografía Histórica*, Maó, Menorca, (http://www.adeh.org/menorca07/sesiones.html/?dedonde =c2007&nsesio=20).

MOREIRA, Maria João Guardado, VEIGA, Teresa (2005), «A Evolução da População», *História Económica de Portugal (1700-2000)*», org. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, Vol. I – O Século XVIII, Cap.1, Lisboa, p. 35-65.

MOREIRA, Maria João Guardado (1994), *Vida e Morte no concelho de Idanha-a-Nova. Estudos de Demografia Histórica – século XVIII*, Lisboa, Livros Horizonte.

NADAL Jordi (1988), *La población española (Siglos XVI a XX)*, Ariel, Barcelona.

NAZARETH, J. Manuel (1988), *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Presença, Lisboa.

NAZARETH, J. Manuel; SOUSA, Fernando (1981), «Aspectos sociodemográficos de da Salvaterra de Magos nos finais do século XVIII», *Análise Social*, vol. XVII (66), p. 315-373.

NAZARETH, J. Manuel; SOUSA, Fernando (1983), *A demografia portuguesa em finais do antigo regime. Aspectos sociodemográficos de Coruche*, Cadernos da Revista de História Económica e Social, Lisboa, Sá da Costa.

NEVES, António Amaro das Neves (1999), «A ilegitimidade no Minho Antigo: o exemplo do norte de Guimarães», in Manuel G. Partilla, Karmele Z. Sangroniz (ed.), *IV Congreso de la Asociación de Demografía Histórica*, Bilbao, Univ. del País Basco, I Vol., p. 309-326.

NEVES, António Amaro das (2001), *Filhos das Ervas a ilegitimidade a norte de Guimarães – séculos XVI-XVIII*, NEPS, Guimarães.

PERRENOUD, Alfred (1997), «La Mortalitè», *Histoire des Populations de l'Europe*, dir. BARDET e DUPÂQUIER, II, Fayard, Paris, I, p. 287-307.

PINTO, A. de Faria (1998), «Estudo demográfico de uma paróquia algarvia: Conceição de Tavira (séculos XVIII e XIX)», *Boletin de la Asociacion de Demografia Histórica*, Vol. XVI-I, p. 275-295.

PINTO, Maria Luís Rocha (s.d.), «A evolução da População do Continente no século XVIII» (artigo inédito).

PINTO, Maria Luís Rocha (1993), *Crises de Mortalidade e Dinâmica Populacional nos Séculos XVIII e XIX na Região de Castelo Branco*, dissertação de doutoramento: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL.

PINTO, Maria Luís Rocha; RODRIGUES, José Damião; MADEIRA, Artur Boavida (2001), «A Base Demográfica», *Nova História de Portugal*, VII, Presença, Lisboa, p. 385-403.

REHER David S. (1990), *Town and country in pre-industrial Spain. Cuenca, 1550-1870*, Cambridge, Cambridge University Press.

RIBEIRO, Ana Rita (1995), «Aspectos sociodemográficos da Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira (1740-1760)», *População e Sociedade*, 1, CEPFAM, Porto, p. 252-263.

RODRIGUES, Teresa (1994), «Um espaço urbano em expansão. Da Lisboa de Quinhentos à Lisboa do Século XX», in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, 13, Lisboa, p. 95-117.

RODRIGUES, Teresa (1995), «As Crises de Mortalidade em Lisboa (Séculos XVI a XIX) – Uma Análise Global», *Boletín da Asociación de Demografía Histórica*, XIII – 2, Bilbao, p. 47-74.

RODRIGUES, Teresa (1996), «O quotidiano da morte no Portugal Moderno (séculos XVI-XVIII)», conferência proferida em Lisboa, 1996, na Universidade Lusófona, no âmbito da homenagem a Octávio da Veiga Ferreira.

RODRIGUES, Teresa (1997), *Cinco séculos de quotidiano. A vida em Lisboa do século XVI aos nossos dias*, Lisboa, Cosmos.

RODRIGUES, Teresa (2008), «Detecção e Análise dos períodos de Sobremortalidade em Portugal (séculos XVI a XIX) – balanço de duas décadas de investigação», Homenagem a Jorge Crespo, FCSH, Lisboa.

ROWLAND, Robert (1984), «Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal, questões para uma investigação comparada», *Ler Histórica*, n.º 3, p. 13-32.

ROWLAND, Robert (1987), «Nupcialidade, família, Mediterrâneo», *Boletin de la Asociacion de Demografia Histórica*, vol. V, n.º 2, p. 128-143.

ROWLAND, Robert (1997), «Le Portugal», in *Histoire des Populations de l'Europe*, dir. BARDET e DUPÂQUIER, I, Fayard, Paris, p. 479-484.

ROWLAND, Robert (1987), «Nupcialidade, família, Mediterrâneo», *Boletin de la Asociacion de Demografia Histórica*, Vol. V, n.º 2, p. 128-143.

ROWLAND, Robert (1988), «Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX. Una perspectiva regional», in Vicente Pérez Moreda, David Sven Reyer (eds.), *Demografía Histórica en España*, Madrid, El Arquero.

RUNKEL, Ana Maria Azinheira (1990), *Crises de Mortalidade em Oeiras, Cascais e Sintra nos Séculos XVI a XVIII*, dissertação de mestrado: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL, Lisboa.

RUNKEL, Ana (1990), *Crises de Mortalidade em Oeiras, Cascais e Sintra nos séculos XVI a XVIII*, FCSH/UNL, Lisboa.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. (1998), «A emigração: fluxos e destinos», in Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (dir), *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo dos Leitores.

SANTOS, Rui (1995), *Celeiro de Portugal algum dia. Crescimento e crises agrárias na região de Évora 1595-1850*, dissertação de doutoramento: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1970), *A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1982), *História de Portugal*, V Vol., Lisboa, Verbo.

SERRÃO, Joel (1973), *A Demografia Portuguesa*: Fontes *da Demografia Portuguesa*, *1800--1862*, Lisboa, Horizonte.

SERRÃO, Joel (1982), *A Emigração Portuguesa*, Lisboa, Horizonte.

SERRÃO, José Vicente (1987), *Demografia e Agricultura no Portugal do século XVIII*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, ISCTE.

SERRÃO, José Vicente (1993), «O quadro humano», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo dos Leitores.

SERRÃO, José Vicente (1996), «População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII», in César Oliveira (dir.), *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo dos Leitores, p. 63-77.

SERRÃO, José Vicente (2005), «A agricultura», *História Económica de Portugal* (1700--2000), org. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, Vol. I – O Século XVIII, Cap.1, Lisboa, p. 145-175.

SILBERT, Albert (1978), *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime XVIIIème – Debut du XIXème siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*, Lisboa, INIC, I Vol.

SILVA, Álvaro Ferreira da (1997), A evolução da rede urbana portuguesa (1801--1940)», *Análise Social*, Vol. 32 (143-144), p. 779-814.

SILVEIRA, Luís Espinha da (coord.) (2001), *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849. Edição crítica*, Vol. I, Lisboa, INE.

SILVEIRA, Luís Espinha da (1997), *Território e poder. Nas origens do estado Contemporâneo em Portugal*, Patrimonia, Cascais.

SOLE, Maria Glória Parra Santos (2001), *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia* (1593-1850), Monografias 12, AAN/NEPS, Guimarães.

SOUSA, Fernando de (1995), *História da Estatística em Portugal*, INE, Lisboa.

SOUSA, Fernando de (1979), *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da UP.

SOUSA, Fernando de (1978), «A indústria da seda em Trás-os-Montes», *Revista de História Económica e Social*, n.º 2, p. 59-73.

TAVARES, Virgílio António Barbosa (1997), *Crises de Mortalidade no Concelho de Torre de Moncorvo. 1700-1850*. Dissertação de Mestrado: Faculdade de Letras, UP.

Capítulo 8

ALCOCHETE, Nuno Daupiàs d' (s/d), «Registo Paroquial», *Diccionário de História de Portugal*, V, Dicionário de História de Portugal, VI, Figueirinhas, Porto, 258-260.

Almanach Portuguez. Anno de 1826, 1825, Impressão Régia, Lisboa.

ALVES, Daniel Ribeiro (2001), «O Censo de 1801», *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849. Edição crítica*, Luís Espinha da Silveira (coord.), I, INE, Lisboa, 35-62.

Boletim dos Serviços Sanitários do Reino, Ministério do Reino, Lisboa, 1.º Ano, 1902.

CARRILHO, Maria José (1991), «A evolução da produção estatística e da população através dos censos», *Revista Estudos Demográficos*, n.º 25, Lisboa.

CARVALHO, A. A. de Morais (1860), *Relatorio do Governador-Civil do Districto Administrativo de Lisboa, relativo ao anno de 1859*, Lisboa.

CASIMIRO, Fernando Simões (1991), «Censos 91 – sua estrutura metodológica e organizativa», *Estudos Demográficos*, n.º 30, Lisboa, p. 53-63.

Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial o Regente do Reino 1940, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção de Legislação Portugueza das Cortes de 1821 a 1823, 1844, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção de Legislação Promulgada em 1836, 1836, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes Publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835, 4.ª Série, 1837, Lisboa, Imprensa Nacional.

CONIM, Custódio (1980), *Algumas Características Sobre a Qualidade dos dados Censitários. Recenseamentos da População, 1864-1970*, Lisboa.

CORREIA, Fernando da Silva (1936), «Portugal dans l'histoire de l'Higyène», Ille Congrès International de l'Histoire des Sciences, Actes, conférences et Communications, Lisboa, 354-365.

CRESPO, Jorge (1990), *A História do Corpo*, Lisboa, Difel.

DIOGO, Maria Paula (1989), *População e Indústria na Margem Sul do Tejo da Regeneração ao Estado Novo. Os concelhos de Almada, Barreiro, Moita e Seixal*, FCSH – UNL, Lisboa.

DUPÂQUIER, Jacques (1979), *La Population Rurale du Bassin Parisien à l'époque de Louis XIV*, Lille.

FRANCO, Ana (1991), «Enquadramento dos recenseamentos a nível comunitário», *Estudos Demográficos*, n.º 30, 47-51.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1984), *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, 1981. Antecedentes, metodologia e conceitos*, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1995), *XIII Recenseamento Geral da População,*

III Recenseamento Geral da Habitação, Censos-91. Antecedentes, metodologia e conceitos, Lisboa, INE, série «Estudos», n.º 73.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1983), *História de Portugal*, 10.ª ed., vol. III, Lisboa, Palas Ed.

MARRECA, António de Oliveira (1854), *Parecer e Memória sobre a proposta, que apresentou o Sr. Alexandre Herculano, para que a Secção de Sciências Económicas e Administrativas redigisse um Projecto de Estatística*, Tipografia da Academia, Lisboa.

MOREIRA, Maria João Guardado (2001), *A Dinâmica demográfica na região do INTERREG Ibérico no final do século XX*, dissertação de doutoramento em Sociologia, Lisboa, FCSH-UNL.

NAÇÕES UNIDAS (1955), *Évaluation de la qualité dês statistiques de base utilisées pour les estimations de la population*.

NAÇÕES UNIDAS (1969), *Méthodes permettant d'estimer les mesres démographiques fondamentales à partir dês donneés incomplètes*.

NAZARETH, Manuel (1979), *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Presença, Lisboa.

NAZARETH, Manuel (1988), *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Presença.

NAZARETH, J. Manuel (1996a), *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*, Editorial Presença, Lisboa.

NAZARETH, J. Manuel (1996b), «Prospectiva do envelhecimento demográfico na União Europeia», *População e Sociedade*, n.º 2, Porto, 77-96.

NAZARETH, J. Manuel (1996c), «Os grandes cenários de evolução do envelhecimento demográfico em Portugal no contexto da União Europeia até 2050», *População e Sociedade*, n.º 5, Porto, 5-23.

NUNES, Maria de Fátima, 1988), *O Liberalismo Português: Ideários e Ciências. O universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*, Lisboa.

PEIXOTO, João (1993), «O crescimento urbano em Portugal – Da concentração à dispersão?», in *Aclas do Colóquio Viver (n)a Cidade,* Lisboa, LNEC, p. 295-303.

PEREIRA, Hélder Cardoso (1990), *Análise Aprofundada da Mortalidade na Zona Ocidental de Lisboa no Início do Século*, tese de mestrado em Demografia Histórica e Social, FCSH--UNL, Lisboa.

PINTO, Maria Luís Rocha e RODRIGUES, Teresa (1993), «A evolução da população portuguesa ao longo do século XIX (uma perspectiva global)», *Forum Sociológico*, 3, Lisboa, 146-147.

PINTO, Maria Luís Rocha (1996a), «Instituto Nacional de Estatística», *Dicionário de História do Estado Novo*, I, Círculo de Leitores, Lisboa, 561-565.

PINTO, Maria Luís Rocha; RODRIGUES, Teresa (2002), «Migrações no Portugal do século XX», *Ler História*, 43, 179-202.

ROCHA, Gilberta (1991), *A dinâmica populacional dos Açores no século XX. Unidade, permanência*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

RODRIGUES, Teresa (1993), *Lisboa no Século XIX. Dinâmica populacional e crises de mortalidade*, FCSH-UNL, Lisboa.

RODRIGUES, Teresa (2001), «Análise da Qualidade dos dados dos censos de 1801

e 1849», *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849. Edição crítica*, Luís Espinha da Silveira (coord.), Lisboa, INE, I, 105.

SERRÃO, Joel (1973), *Demografia Portuguesa – Fontes de demografia portuguesa. 1800-1862*, Livros Horizonte, Lisboa.

SHRYOCK, H.; SIEGEL, J. (1976), *Os métodos e os materiais da Demografia*, Academia Press.

SILVA, Luiz A. Rebello da (1860), *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, tomo IV, Imprensa Nacional, Lisboa.

SILVA, A. Vieira da (1943), «As Freguesias de Lisboa (Estudo histórico)», *Dispersos*, I, Lisboa.

SILVEIRA, Luís Espinha da (coord.) (2001), *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849. Edição crítica*, vol. I, Lisboa, INE.

SILVEIRA, Luís Espinha da e MARTINS, Sofia Lucas (2001), «As estatísticas da população portuguesa, 1834-1849», *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849. Edição crítica*, Luís Espinha da Silveira (coord.), Lisboa, INE, I, 63-93.

SOARES, Mário (s/d), «Registo Civil», *Dicionário de História de Portugal*, V, Figueirinhas, Porto, 257.

SOUSA, Fernando de (1979), *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, tese de doutoramento em História realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

SOUSA, Fernando de (1995a), «A população portuguesa nos inícios do século XIX», *População e Sociedade*, 2, Porto, 7-75.

SOUSA, Fernando de (1995b), *História da Estatística em Portugal*, Lisboa, INE.

VEIGA, Teresa e HENRIQUES, Filipa de Castro (2003), «Os censos de 1991 e 2001 na perspectiva do utilizador – algumas reflexões globais». *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 34, INE, Lisboa, p. 5-15.

VIEIRA, João Vaz, «As estimativas portuguesas do movimento da população», *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, n.º 18, 169-179.

Capítulo 9

ALVES, Fernandes (1994), *Os Brasileiros, Emigração e retorno no Porto Oitocentista*, Porto.

ARROTEIA, Jorge (1983), *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*, Horizonte, Bibl. Breve, 79, Lisboa.

BANDEIRA, Mário Leston (1996), *Demografia e modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Imprensa Nacional, Lisboa.

BAPTISTA, Luís e RODRIGUES, Teresa (1995), «Dinâmica Populacional e Densificação Urbana: o município de Lisboa nos séculos XIX e XX», *I.º Colóquio Temático O Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana (Séculos XVI-XX)*, Lisboa, 85-104.

BAPTISTA, Luís e RODRIGUES, Teresa (1997), Population Dynamics and Urban Density», in *Urban Dominance and Labour Market Differentiation of an European Capital City: Lisbon, 1890-1990*, Kluwer Academic Publishers, Londres, 49-74.

BARDET, J. P. e DUPÂQUIER, J. (1998), *Histoire des Populations de l'Europe*, dir., Vol. II. La Révolution Démographique 1750-1914, Paris, Fayard.

CARQUEJA, Bento Carqueja (1916), *O Povo Português. Aspectos Sociais e Económicos*, Porto.

CARRILHO, Maria José (1991), «Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981. Evolução global do continente português», *Estudos Demográficos*, Lisboa, INE, n.º 30, p. 11-29.

CARRILHO, Maria José; PEIXOTO, João (1993), «A evolução demográfica de Portugal entre 1981 e 1991», *Estudos Demográficos*, n.º 31, p. 7-19.

CASIMIRO, Fernando Simões (1991), «Censos 91 – sua estrutura metodológica e organizativa», *Estudos Demográficos*, n.º 30, p. 53-63.

CHACÓN, Francisco Ximenez (1987), *La familia en la España Mediterranea (siglos XV-XIX)*, *Barcelona*.

CHESNAIS, J. C. (1986), *La Transition Démographique*, P.U.F., Paris.

CÓNIM, Custódio (1990), *Portugal e a sua População*, 2 vols.

CORREIA, Fernando da Silva (1936), «Portugal dans l'histoire de l'higiène», *III.º Congrès International d'Histoire des Sciences. Actes, Confèrences et Communications*, Lisboa, 354-365.

CRESPO, Jorge (1990), *A História do Corpo*, Difel, Lisboa.

DAVID, Henrique (1991), «Alguns aspectos da mortalidade em finais do século XIX – as cidades do Porto e Lisboa», *Revista de História*, XI, Porto, 193-220.

DUPÂQUIER, J. (1988), *Histoire de la population française*, 3, de 1789 a 1914, P.U.F, Paris.

EVANGELISTA, João (1971), *Um século de população portuguesa (1864-1960)*, INE, Lisboa.

FERNANDES, Ana; RODRIGUES, Teresa; MOREIRA, Maria João (2004), Transição Demográfica e Transição Epidemiológica. O Modelo de Mortalidade no Contexto das Transformações Sociais e Políticas da Sociedade Portuguesa, *Fórum Sociológico*, 11/12, Lisboa, 75-104.

FERREIRA, Olegário e RODRIGUES, Teresa (1993), «As cidades de Lisboa e Porto na viragem do século XIX – características da sua evolução demográfica: 1864--1930», Revista de História, XII, JNICT, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 297-318.

FERREIRA, Vítor Matias (1987), *A Cidade de Lisboa: de capital do Império a Centro da Metrópole*, Dom Quixote, Lisboa.

FERRO, João Pedro (1995), *A população portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*, Presença, Lisboa.

FLINN, A. W. (1971), *The European Demographic System. 1500-1820*, Sussex.

FRANCO, A. Luciano de Sousa (1968), «A população de Portugal – Notas para um estudo da estrutura demográfica portuguesa», *Boletim do Banco Nacional Ultramarino*, 75-76, Lisboa, 2-117.

FRANCO, Ana (1991), «Enquadramento dos recenseamentos no contexto comunitário», *Estudos Demográficos*, n.º 30, p. 47-51.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1980), *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4.ª ed., Arcádia, Lisboa.

GUICHARD, François (1982), *Atlas demográfico de Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1984), *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, 1981. Antecedentes, metodologia e conceitos*, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1995), *XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Censos-91. Antecedentes, metodologia e conceitos*, Lisboa, INE, série «Estudos», n.º 73.

JORGE, Ricardo (1889), *Demographia e Higyene da Cidade do Porto*, I, Porto.

JUSTINO, David (1989), *A Formação do Espaço Económico Nacional – Portugal 1810-1913*, Veja, Lisboa.

LEITE, Joaquim da Costa (1999), «O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914)», Boris Fausto (org.), *Fazer a América: A Imigração em Massa para a América Latina*, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 177-200.

LEITE, Joaquim da Costa (2001), «Migratory Regions in the Portuguese Mainland and the Islands, 1864-1911», *Imigração e Emigração nas Ilhas*, Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 173-190.

LEITE, Joaquim da Costa (2005), «População e Crescimento Económico», *História Económica de Portugal. 1700-2000* (Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, org.), II, Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa.

LIMA, J. J. Lopes de (1844-1846), Ensaio sobre a estatística da possessões portuguesas na África occidental e oriental, na Ásia occidental, na China e na Oceania, Lisboa, 3 vols.

LIVI BACCI, Massimo (1971), *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton: Princeton University Press.

MACHADO, J. T. Montalvão (s/d), *Como Nascem e Morrem os Portugueses. Estudo Demográfico*, Lisboa.

MAIA, José João Maduro (1994), *Flutuações e declínio da mortalidade na cidade do Porto (1870-1902). Ensaio de Demografia Histórica*, Lusolivro, Porto.

MAIA, José João Maduro (1995), «Padrões de mortalidade e transição sanitária no Porto», *População e Sociedade*, 1, Porto.

MARQUES, A. H. de Oliveira (s/d), *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*, Iniciativas Editoriais, Lisboa.

MATOS, Sebastião (1995), *Os Expostos da Roda de Barcelos (1783-1835)*, Barcelos.

MOREDA, Vicente Perez (1980), *Las crisis de mortalidad en la España interior, siglos XVI-XIX*, Siglo XXI, Madrid.

MOREIRA, Maria João Guardado; RODRIGUES, Teresa (2000), «A especificidade demográfica de fronteira luso-espanhola. O exemplo de Bragança e Zamora (1860-1991)», *Actas do I Encuentro Internacional. Relaciones Portugal/España: Cooperation y Identidad*, Zamora, 51-71.

MOREIRA, Maria João Guardado; RODRIGUES, Teresa (2005), «Modelos de Mortalidade em Portugal», *Ler História*, n.º 49, Lisboa, 145-169.

MOREIRA, Maria João Guardado (2001), *A Dinâmica demográfica na região do INTERREG Ibérico no Final do Século XX*, dissertação de doutoramento em Sociologia, Lisboa, FCSH-UNL.

NAZARETH, J. M. (1979), *O envelhecimento da população portuguesa*, Lisboa, Presença.

NAZARETH, Manuel (1981), *Introdução aos Métodos Quantitativos em Ciências Sociais*, UNL, Lisboa.

NAZARETH, J. M. (1982a), «A nupcialidade da população portuguesa na segunda metade do século XIX», in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, II, Lisboa, 393-409.

NAZARETH, J. M. (1982b), *Explosão Demográfica e Planeamento Familiar*, Presença, Lisboa.

NAZARETH, J. M. (1988), *Princípios e métodos de análise demográfica portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa.

NAZARETH, Manuel Portugal (1988b), «Os próximos 20 anos», Vol. III – Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX, F.C.G., Lisboa.

NAZARETH, J. M. (1996a), *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*, Editorial Presença, Lisboa.

NAZARETH, J. M. (1996b), «Prospectiva do envelhecimento demográfico na União Europeia», *População e Sociedade*, n.º 2, Porto, p. 77-96.

NAZARETH, J. M. (1996c), «Os grandes cenários de evolução do envelhecimento demográfico em Portugal no contexto da União Europeia até 2050», *População e Sociedade*, n.º 5, Porto, p. 5-23.

NAZARETH, J. M. (2004), «*Demografia – A ciência da população*», Editorial Presença. Lisboa.

NUNES, Ana Bela (1996), «Portuguese Urban System, 1890-1991», *Urban Dominance and Labour Market differentiation of an european capital city*, Kluwer Academic Publishers, Londres, 7-47.

PEIXOTO, João (1993), «O crescimento urbano em Portugal – Da concentração à dispersão?», in *Aclas do Colóquio Viver (n)a Cidade*, Lisboa, LNEC, p. 295-303.

PEREIRA, Miriam Halpern (1988), *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na segunda metade do séc. XIX*, Lisboa, Ed. Cosmos.

PERRENOUD, e BOURDELAIS (1998) «Le Recul de la Mortalité», *Histoire des Populations de l'Europe*, dir. BARDET e DUPÂQUIER, Fayard, Paris, II, 287-307.

PERY, Gerard (1878), *Mouvement de la Population en Portugal*, Paris.

PIETTE, C. e RATCLIFFE, B. (1993), «Les migrants et la ville: un nouveau regard sur le Paris de la première moitié du XIXe siècle», *Annales de Démographie Historique*, Paris, 263-302.

PINTO, Maria Luís Rocha e RODRIGUES, Teresa (1996a), *Migrações Internas*, Dicionário de História do Estado Novo, Círculo de Leitores, Lisboa, II, 561-565.

PINTO, Maria Luís Rocha e RODRIGUES, Teresa (1996b), «Migrações internas e emigração no Portugal do século XX», *História*, n.º 19, 39-49.

PINTO, Maria Luís Rocha (1996a), «Instituto Nacional de Estatística», *Dicionário de História do Estado Novo*, I, Círculo de Leitores, Lisboa, 561-565.

POUSSOU, Jean Pierre (1998), Migrations et mobilité de la population en Europe à l'époque de la revolution industrielle, *Histoire des Populations de l'Europe*, dir. BARDET e DUPÂQUIER, Fayard, Paris, II, 262-286.

Recenseamentos Gerais da População, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981, 1991, 2001, Lisboa, INE.

REHER, David e ROWLAND, Robert (1998), Le Monde Ibérique, *Histoire des Populations de l'Europe*, dir.

ROCHA Gilberta (1991), *A dinâmica populacional dos Açores no século XX. Unidade, permanência, diversidade,* Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

ROCHA, Gilberta (1997), «Os Açores na viragem do século (1860-1930): características da sua evolução demográfica», *Actas do II.º Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal.

RODRIGUES, Teresa e BAPTISTA, Luís (1996), «Population and Urban density: Lisbon in the 19th and 20th centuries», *Urban Dominance and labour market differentiation of an european capital city. Lisbon, 1890-1990*, Kluwer Ac. Publ., Londres, 75-122.

RODRIGUES, Teresa; PINTO, Maria Luís Rocha (1989), «A Madeira na viragem do século (1860-1930): características da sua evolução demográfica», *Actas do II.º Colóquio Internacional de História da Madeira,* Funchal, 327-354.

RODRIGUES, Teresa; PINTO, Maria Luís Rocha (1993), A Evolução da População Portuguesa ao Longo do Século XIX, *Fórum Sociológico*, 3, Lisboa, 145-172.

RODRIGUES, Teresa; PINTO, Maria Luís Rocha (1996a), «Migrações internas», *Dicionário de História do Estado Novo*, II, Círculo de Leitores, Lisboa, 561-565.

RODRIGUES, Teresa; PINTO, Maria Luís Rocha (1996b), «O crescimento urbano no Portugal oitocentista», *População e Sociedade*, 2, 131-145.

RODRIGUES, Teresa; PINTO, Maria (1996), «Migrações internas», in Dicionário de História do Estado Novo, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, p. 561-565.

RODRIGUES, Teresa; SANTOS, Piedade Braga (1998), «Poder central e poder local, um caso de conflito», *Ler História*, 34, Lisboa.

RODRIGUES, Teresa (1989), *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Livros Horizonte, Lisboa.

RODRIGUES, Teresa (1993), «As cidades de Lisboa a Porto na viragem do século XIX), características da sua evolução demográfica: 1864-1930», *Revista de História*, XII, JNICT, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 297-318.

RODRIGUES, Teresa (1993a), «A dinâmica populacional da cidade do Porto em finais do século XIX», *Revista da Faculdade de Letras. História*, II.ª Série, X, Porto, 301-316.

RODRIGUES, Teresa (1993b), *Lisboa no século XIX. Dinâmica populacional e crises de mortalidade*, FCSH-UNL.

RODRIGUES, Teresa (1994a), «Os movimentos migratórios em Lisboa. Estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana de Oitocentos», *Ler História*, 26, Lisboa, 45-75.

RODRIGUES, Teresa (1994b), «Um espaço urbano em expansão. Da Lisboa de Quinhentos à Lisboa do Século XX», *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, 13, Lisboa, 95-117.

RODRIGUES, Teresa (1995b), «População Portuguesa nos Séculos XIX a XX. O acentuar das assimetrias de crescimento regional, *Revista População e Sociedade*, 1, Porto, 57-72.

RODRIGUES, Teresa (1995d), *Viver e morrer na Lisboa Oitocentista (Migrações, Mortalidade e Desenvolvimento)*, Col. História, 10, Cosmos, Lisboa.

RODRIGUES, Teresa (1996b), «O quotidiano da morte no Portugal Moderno (séculos XVI-XVIII)», *Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*, Lisboa.

RODRIGUES, Teresa (1996c), «Um caso de mortalidade diferencial urbana – a Lisboa dos séculos XVI a XIX», in *Revista da FCSH*, 9, Lisboa, 391-401.

RODRIGUES, Teresa (1997a), As representações pluriseculares de uma vivência de quotidiano. A Lisboa do passado», *Revista da FCSH*, 10, Lisboa, 237-255.

RODRIGUES, Teresa (1997b), «As tendências recentes da distribuição populacional portuguesa: uma evolução que privilegia os aglomerados de maior dimensão», *Revista de Estudos de População e Sociedade*, 2, Porto, 147-158.

RODRIGUES, Teresa (1997d), *Cinco Séculos de Quotidiano. A vida em Lisboa do século XV aos nossos dias*, Col. História, 21, Cosmos, Lisboa.

RODRIGUES, Teresa (1998), «A demografia em Espanha e Portugal. Portugal nos dois últimos séculos: as assimetrias de crescimento regional», *Los 98 Ibericos y el mar*, IV, Madrid, 139-162.

RODRIGUES, Teresa (1998), «A evolução urbana em Portugal no último século (1890-1991)», *Revista de Estudos de População e Sociedade*, 3, Porto, 1998, 7-22.

RODRIGUES, Teresa (1999), «Ser imigrante nas Lisboas Oitocentistas», Actas do Colóquio Exclusão Social na Sociedade Contemporânea, Celta, Oeiras.

RODRIGUES, Teresa (2001), «A maior realidade urbana portuguesa: o município de Lisboa», *Actas do Encontro Colóquio Cidade e Metrópole: Centralidades e Marginalidades*, Oeiras, 7-16.

RODRIGUES, Teresa (2001), «Análise da Qualidade dos dados dos censos de 1801 e 1849», *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849. Edição crítica*, Luís Espinha da Silveira (coord.), INE, I, Lisboa, 105-123.

RODRIGUES, Teresa (2001a), «Os factores de mudança no Portugal das regiões (séculos XIX a XX), *Revista População e Sociedade*, 7, Porto, 173-193.

RODRIGUES, Teresa (2002), *O Brasil no discurso parlamentar português. 1836-1889, Col. Grandes Debates Parlamentares Relativos ao Brasil* (1836-1889), II, Assembleia da República, Lisboa.

RODRIGUES, Teresa (2004a), As Realidades Demográficas, *Nova História de Portugal*, vol. XI, século XIX, dirig. por Fernando de Sousa, Estampa, Lisboa.

RODRIGUES, Teresa (2004b), «A Dinâmica das Populações Humanas e os Modelos de Mortalidade», in *Fórum Sociológico*, 11/12, Lisboa, 11-29.

RODRIGUES, Teresa (2004c), *A População Portuguesa no Século XIX*, Cadernos de Economia e Sociedade, 2, Edições Afrontamento, Porto.

RODRIGUES, Teresa (2008), «Detecção e Análise dos períodos de sobremortalidade em Portugal (séculos XVI a XIX) – o ponto de situação», Homenagem a Jorge Crespo, Lisboa, FCSH-UNL.

ROWLAND, Robert (1993), «Sistemas familiares e padrões demográficos en Portugal», Demografia Histórica en España, Perez Moreda, V., Reher, David, Madrid, Edicoes el Arquero, 72-137.

ROWLAND, Rowland (1997), *População, Família e Sociedade*, Celta, Oeiras.

SANTOS, Piedade Braga e RODRIGUES, Teresa (1998), «Poder central e poder local, um caso de conflito», *Ler História*, 34, Lisboa.

SERRÃO, Joel (1973), *Demografia Portuguesa – Fontes de demografia portuguesa. 1800-1862*, Livros Horizonte, Lisboa.

SERRÃO, Joel (1982), *A Emigração Portuguesa*, 4.ª ed., Livros Horizonte, Lisboa.

SOUSA, Fernando de (1979), *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, FL/U.P., Porto.

SOUSA, Fernando de (1995), *História da Estatística em Portugal*, INE, Lisboa.

SOUSA, Fernando de (1995a), «A população portuguesa nos inícios do século XIX», *População e Sociedade*, 2, Porto, 7-75.

VAN DE WALL, Etienne (1998), «Nouvelles attitudes devant la vie: la limitation des naissances», in BARDET e DUPÂQUIER, II, Fayard, Paris.

VEIGA, Teresa; HENRIQUES, Filipa de Castro (2003), «Os censos de 1991 e 2001 na perspectiva do utilizador – algumas reflexões globais». *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 34, INE, Lisboa, p. 5-15.

VEIGA, Teresa (2003), «A População Portuguesa nos Últimos Dois Séculos – permanências e mudanças. O Século XX», Ler História, 46, Lisboa, 91-109.

VIDAL, António Jacinto (1813), «Breve relação das moléstias, que costumão grassar em Vila Franca de Xira, e Póvos, suas causas, e tratamento; e das que particularmente grassarão no mês de Janeiro do Presente anno», *Jornal de Coimbra*, IV, XIX, Coimbra, 219-223.

VIEIRA, António Lopes (1978), «Noções operatórias sobre cidade, população urbana e população rural», *Revista de História Económica e Social*, 1, Sá da Costa Ed., Lisboa, 105-128.

Capítulo 10

AGUIAR Álvaro; MARTINS, Manuel M. F. (2003), «O crescimento da produtividade da indústria Portuguesa no século XX», CEMPRE, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto.

ALARCÃO, Alberto (1969), *Mobilidade Geográfica da População de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes). Migrações Internas, 1921-1960*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

BACCI, Massimo; TAPINOS, Georges (1999), «Économie et population», *Histoire dês populations de l'europe. Les temps incertains 1914-1998*, Vol. III, coord. Jean-Pierre Bardet et Jacques Dupaquier, Ed. Fayard, Paris.

BAGANHA, Maria Ioannis (1998), *A emigração atlântica e as migrações internas em Portugal*, «Los 98 Ibericos y el mar», Tomo IV, Lisboa, 215-22.

BAGANHA, Maria Ioannis; MARQUES, José Carlos (2001), *Imigração e Política, o caso português*, Edição da Fundação Luso-Americana, Lisboa.

BAPTISTA, Luís (1994), «Dominação demográfica no contexto do século XX português: Lisboa, a capital», *Sociologia – problemas e práticas*, n.º 15, 53-77.

BAPTISTA, Mendes; MONIZ, F. (1985), «Migrações Internas – Algumas Observações a partir dos Fluxos Interregionais no período 1973-81», *Estudos Urbanos e Regionais*, Lisboa, IACEP.

BARDET, J. P.; DUPAQUIER, J. (1998), «La Révolution Démographique (1750-1914)», *Histoire des Populations de I' Europe*, Vol. II, Ed. Fayard, Paris.

BARRETO, António (2000), «A Situação Social em Portugal 1960-1999. Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia», dirig. ICS, Lisboa.

BEREND, Ivan T. (2006), *Na Economic History of twentieth-century Europe*. United Kingdom, Cambridge.

BLAYO, Yves (1975), «La mortalité en France de 1740 à 1829», *Population*, 123-141.

BRANCO, Maria João; NOGUEIRA, Paulo J. (2003,), *Obob's – Observatório dos óbitos: De que se morre mais em Portugal. As principais causas de morte em Portugal de 1990-1999*, Observatório Nacional de Saúde do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Lisboa.

CABRAL, Manuel Villaverde; SILVA, Pedro A.; MENDES, Hugo (2002), *Saúde e Doença em Portugal*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa.

CALDWELL, J. C. (1985), «Education and literacy as factors in health», in S. B. Halstead, J. A. Walsh, and K. S. WARREN (eds), *Good Health at Low Cost*, Rockefeller Foundation, Nova Iorque, 181-185.

CANNAN, E. (1895), «The probability of a cessation ofthe growth of population in England and Wales during next century», *The Economic Journal*, Vol. 5, n.º 20, 505-515.

CARQUEJA, Bento (1916), *O povo português, aspectos sociais e económicos*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão.

CARRILHO, Maria, (2008), «A situação Demográfica recente em Portugal», *Revista de Estudos Demográfios*, n.º 42, INE, 111-147.

CARRILHO, Maria (2007), «A situação Demográfica recente em Portugal», *Revista de Estudos Demográfios*, n.º 40, INE, 39-75.

CASELLI, G.; MESLÉ, F.; VALLIN, J. (1999), «Le triomphe de la médicine», *Histoire dês population de l'Europe. Les temps incertains 1914-1998*, Vol. III, coord. Jean-Pierre Bardet et Jacques Dupaquier, Ed. Fayard, Paris.

CAVELAARS, A. E. J. M.; KUNST, A. E.; GEURTS, J. J. M.; CRIALESI, R.; GROTVEDT, L.; HELMERT, U.; LAHELMA, E.; MATHESON, J.; MIELCK, A.; MIZRAHI, A.; MIZRAHI, A.; RASMUSSEN, N. K.; REGIDOR, E.; SPUHLER, T.; MACKENBACH, J. P. (1998), «Differences in self-reported morbidity by educational level: A comparison of 11 Estern European contries», *J. Epidemiol Community Health*, Rotterdam, 52, 219-227.

CHESNAIS, J. C. (1986), «La transition démographique. Étapes, formes, implications économiques. Étude de séries temporelles (1720-1984) relatives à 67 pays», Paris, PUF/INED.

COALE, A. J. (1983), «Regional model life tables and stable populations», *Studies in Population*, Academic Press, VIII, New York, N.Y./London, England, 496.

COALE, A. (1973), «The demographic transition», in Proceedings of the IUSSP Conference, Liège, 177-211.

COALE, A., e WATTKINS, S. (1986), *The Decline of Fertility in Europe*, Princeton University Press, Princeton.

CÓNIM, Custódio (1999), *Geografia do envelhecimento da população portuguesa: Aspectos sociodemográficos 1970-2021*, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Lisboa.

DE SANTIS, Gustavo (1997), *Demografia ed Economia*, Studi e Ricerche: Il Mulino, Bologna, 51-54.

DUMONT, A. (1890), «Le progrès de la natalité est en raison inverse de la capillarité sociale».

EASTERLIN, R. A. (1980), «Birth and Fortune: The impact of numbers on personal welfare», *Basic Books*, Nova Iorque.

EUROSTAT (2007), *Europe's' demographic future: facts and figures on challenges and opportunities*, European Commission, Bruxelas.

EVANGELISTA, João (1971), Um Século de População Portuguesa (1864-1970), Lisboa, Centro de Estudos Demográficos, INE.

FAHLBECK (1905), «Bulletin de l'Institut International de Statistique», France.

FERNANDES, Ana Alexandra; MOREIRA, Maria João Guardado; VEIGA, Teresa Rodrigues (2004), «Transição demográfica e transição epidemiológica. O modelo de mortalidade no contexto das transformações sociais e políticas da sociedade portuguesa», *Forum Sociológico*, IEDS/UNL, n.º 11-12 (2.ª série), 75-104.

FERNANDES, Ana; VEIGA, Teresa; HENRIQUES, Filipa (2005), «A. Social Conditions: The educational level on FELICIE members, *National Report for WP6*, Paris.

FERNANDES, Ana (1997), *Velhice e Sociedade: Demografia, Família e Políticas Sociais em Portugal*, Celta, Oeiras, 1-9.

FERRÃO, João (2003), «Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento. Portugal 1991-2001», *Revista de Estudos Demográficos*, 34, 17-25.

FONSECA, Maria Lucinda (1990), *População e Território. Do País à Área Metropolitana*, Lisboa, Memórias do Centro de Estudos Geográficos.

GANS, H. (1999), «Population Forecasting 1895-1975: The Transition to Modernity», Springer, 60-67.

GODET, Michel; FABRICE, M. Régine (1997), *Manuel de Perspective Stratégique. L'art et la méthode*, Durod, Paris.

HAJNAL, J. (1982), «Two kinds of preindustrial household formation system», in *Population and Development Review*, 8 (3), 449-494.

HENRIQUES, Filipa (2007), «Envelhecimento, Educação e Saúde uma análise prospectiva. Portugal 2021», comunicação apresentada no VIII Congresso de lá *Associacion de Demografia Histórica* (ADEH), Máo, Espanha.

HENRIQUES, Filipa (2005), *Envelhecimento, Educação e Saúde uma análise prospectiva. Portugal 2021*, Provas de dissertação de Mestrado ISEGI, UNL (policopiado), Lisboa, Portugal.

HUISMAN, M.; KUNST, A. E.; ANDERSEN, O.; BOP., M.; BORGAN, J.-K.; BORRELL, C.; COSTA, G.; DEBOOSERE, P.; DESPLANQUES, G.; DONKIN, A.; GADEYNE, S.; MINDER, C.; REGIDOR, E.; SPADEA, T.; VALKONEN, T.; MACKENBACH, J. P. (2004), «Socioeconomic inequalities in mortality among elderly people in 11 European populations», *J Epidemiol Community Health*, 58, Rotterdam, 468-475.

ILLSLEY, R.; SVENSSON, P. G. (1990), «Social inequalities in Health», *Soc Sci Med* 31, 223-240.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1984), *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, 1981. Antecedentes, metodologia e conceitos*, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1995), *XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Censos-91. Antecedentes, metodologia e conceitos*, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2001), *XIV Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Censos-91. Antecedentes, metodologia e conceitos*, Lisboa, 8 vols.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2002), *O envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socioeconómica recente das pessoas idosas*. Estudo do Serviço de Estudos sobre a População do departamento de Estatísticas Censitárias e da População no âmbito da II Assembleia Mundial sobre o envelhecimento. Retirado a Dezembro de 2004, Lisboa, de www.ine.pt.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2006), *Indicadores Sociais*, Lisboa (dados).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1900 a 2006), *Estatísticas Demográficas* (dados).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2007), *Anuário Estatístico de Portugal* 2006. *Statistical Yearbook of Portugal* 2006 (dados).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2004), *Atlas das Cidades de Portugal*, Lisboa, INE.

JOHNSTON, J.; DINARDO, J. (1997), *Econometric Methods* (4.ª ed.), McGraw-Hill International Editions.

JOUNG, I. M. A.; KUNST, A. E.; IMHOFF, E.VAN; MACKENBACH, J. P. (2000), «Education, Aging and health, to what extent can the rise in educational level relieve the future health (care) burden associated with population aging in the Netherlands?», *Journal of Clinical Epidemiology,* 53, retirado em Setembro 2004, de www.sciencedirect.com.

KEYNES, John (1936), *The General Theory of Employment, Interest and Money*, US.

KINSELLA, KEVIN; VELKOFF, VICTORIA A. (2001), «An Aging world: 2001», *U.S. Census Bureau. Series*, P95/01-1. U.S. Government Printing Office, Washington, DC.

KINSELLA, KEVIN; PHILLIPS, David R. (2005), «Global Aging: The Challenge of Success», *Population Bulletin,* Vol. 60, n.º 1, A publication of the Population Reference Bureau, Washington, DC.

LANZIERI, Giampaolo (2006), «Long-term population projections at national level», *Population and Social Conditions,* EUROSTAT, Bruxelas.

LEITE, Sofia (2003), «A União de Facto em Portugal», *Revista de Estudos Demográficos*, INE.

LÉON, Pierre (dir.) (1982), *História económica e social do Mundo* (trad. do francês), Sá da Costa Editora, Vols. V e VI, Lisboa.

LERIDON, Henri (dir.) (1996), *Population. L'État des Connaissances. La France, L'Europe, Le Monde*, Paris, INED.

LIEFBROER, A. (2005), «The impact of perceived cost and rewards of childbearing and entry in parenthood:evidende from a panel study», *European Journal of Population*.

LIVI-BACCI, Massimo (1988), «La Península Ibérica e Itália en vísperas de la transición demográfica», in Vicente Pérez Moreda y David-Sven Reher (eds.), Demografía histórica en España, Ediciones El Arquero, Madrid, 139-178.

LOPES, Silva (1998), *A economia portuguesa desde 1960* (4.ª ed.), Gradiva, Lisboa.

MAGALHÃES, M. G. (2004), «Famílias Monoparentais», INE, *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 35, Lisboa.

MAROCO, João (2007), *Análise estatística com utilização do SPSS*, ed. Sílabo, Lisboa, 154--165.

MENDES, M.; REGO, C.; CALEIRO, A. (2006), *Educação e fecundidade em Portugal: As diferenças nos níveis de educação influenciam as taxas de fecundidade?*, documento de trabalho n.º 2006/10 Universidade de Évora, Évora.

MENDES, Maria Filomena Ferreira (1992), «Análise sociodemográfica do declínio da fecundidade da população na década de 80, o caso particular do custo económico da criança» (texto policopiado).

MÓNICA, Maria Filomena (1978), *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Editorial Presença, Lisboa, 344.

MORAIS, Maria da Graça (1999), *A Transição da Mortalidade e Estruturas de Causas de Morte em Portugal Continental Durante o Século XX*, tese de doutoramento em Sociologia, Universidade de Évora, Évora.

MOREIRA, Maria João Guardado (2001), *A Dinâmica demográfica na região do INTERREG Ibérico no Final do Século XX*, dissertação de doutoramento em Sociologia, Lisboa, FCSH-UNL.

MOREIRA, Maria João; RODRIGUES, Teresa (2008), «As Regionalidades Demográficas do Portugal Contemporâneo», *Working Papers CEPESE* (www.cepese.up.pt).

MOREIRA, Maria João Guardado; RODRIGUES, Teresa; HENRIQUES, Felipa Castro (2007), «Sistema urbano português: novas realidades», *VIII Congresso de la Asociación de Demografia Histórica*, Maó (Menorca), http://www.adeh.org/pdfs/-202MGTFFC.pdf.

NAZARETH, J. Manuel (1977), «As inter-relações entre família e emigração em Portugal: um estudo exploratório», *Economia e Sociologia*, 23, 31-48.

NAZARETH, J. Manuel (1977b), «Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa», *Análise Social*, n.º 23 (52), 901-986.

NAZARETH, J. Manuel (1979), *O envelhecimento da população portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa.

NAZARETH, J. Manuel (1988a), *Princípios e métodos de análise demográfica portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa.

NAZARETH, J. Manuel (1988b), «Os próximos 20 anos», Vol. III, *Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX*, F.C.G., Lisboa.

NAZARETH, J. Manuel (1996a), *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*, Editorial Presença, Lisboa.

NAZARETH, J. Manuel (1996b), «Prospectiva do envelhecimento demográfico na União Europeia», *População e Sociedade*, n.º 2, Porto, 77-96.

NAZARETH, J. Manuel (1996c), «Os grandes cenários de evolução do envelhecimento demográfico em Portugal no contexto da União Europeia até 2050», *População e Sociedade*, n.º 5, Porto, 5-23.

NAZARETH, J. Manuel (2004), *Demografia – A ciência da população*, Editorial Presença, Lisboa.

NORUSIS, Marija (1993), «SPSS for Windows. Professional Statistiques 6.0», Chicago, 83-109.

NOTESTEIN, F. W. (1945), «Population the long view», in E. Schultz (ed.), *Food for the World*, University of Chicago Press, 36-56.

NOTESTEIN, F. W. (1953), «The economics of population and food supplies. Economic problems of population change», in *Proceeding of the 8th International Conference of Agricultural Economists*, Londres.

OLIVEIRA, I. T. (2003), «O Declínio da Fecundidade em Portugal: o Sistema de Respostas Múltiplas», dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, Lisboa.

OLIVEIRA, I. T. (2005), «Indicadores demográficos nas regiões portuguesas entre 1890 e 1981», in *Revista de Estudos Demográficos*, 38, 149-162.

OLIVEIRA, Paulo (2008), «O Imigrante Tipo em Portugal: Definições Conceptuais e Metodologias de Abordagem», tese de mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Departamento de Estudos Políticos, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

PEIXOTO, João (1993), «O crescimento urbano em Portugal – Da concentração à dispersão?», in *Actas do Colóquio Viver (n)a Cidade*, Lisboa, LNEC, 295-303.

PEIXOTO, João (1995), «As migrações inter-regionais em Portugal nos anos 80 – Fluxos migratórios globais e mobilidade dos quados superiores», *III Encontro da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional – APDR*, Faculdade de Economia do Porto, 27-29 de Abril.

PESTANA, Maria; GAGEIRO, João (1998), *Análise de dados para as Ciências Sociais. A complementaridade do SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo, 345-354.

PINTO, Maria Luís Rocha (1996), «Instituto Nacional de Estatística», *Dicionário de História do Estado Novo*, I, Círculo de Leitores, Lisboa, 561-565.

RODRIGUES, Teresa e BAPTISTA, Luís (1996), «Population and Urban Density: Lisbon in the 19th and 20th centuries», in Urban dominance and labour market differentiation of an european capital city, Lisbon, 1890-1990, Kluwer Ac. Publ., Londres, 75-122.

RODRIGUES, Teresa e PINTO, Maria (1996a), «Migrações internas», in *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 561-565.

RODRIGUES, Teresa e PINTO, Maria (1996b), «1981-1991: as tendências recentes da evolução populacional portuguesa», in *História*, n.º 26, Lisboa, 44-53.

RODRIGUES, Teresa e PINTO, Maria (2002), «Migrações no Portugal do Século XX», in *Ler História*, n.º 43, Lisboa, 179-203.

RODRIGUES, Teresa (1998), «A demografia de Espanha e Portugal. Portugal nos dois últimos séculos: as assimetrias de crescimento regional», in *Los 98 Ibericos y el mar*, tomo IV, Lisboa, 144-146.

RODRIGUES, Teresa (2007), «As Correntes Migratórias Internacionais e a Europa», in *Lusíada Revista de Relações Internacionais*, n.º 6/8, Porto, 31-56.

SERRÃO, Joel e OLIVEIRA Marques, A. H. (1990), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960). Nova História de Portugal.* (coord. Fernando Rosas), Editorial Presença, Lisboa.

United Nations Secretariat (2006), «World Population Prospects: The 2006 Revision and World Urbanization Prospects»: The 2005 Revision Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the, http://esa.un.org/unpp.

VAN DE KAA, D. J. (1987), «Europe's second demographic Transition», Population Bulletin, n.º 42, 1-57.

VEIGA, Teresa; HENRIQUES, Filipa de Castro (2003), «Os censos de 1991 e 2001 na perspectiva do utilizador – algumas reflexões globais», *Revista de Estudos Demográficos,* N.º 34, INE, Lisboa, 5-15.

VEIGA, Teresa e HENRIQUES, Filipa (2004), «A conquista da modernidade: um processo regional diferenciado», comunicação apresentada no congresso da Associação Portuguesa de Demografia, Lisboa.

VEIGA, Teresa Rodrigues; MOREIRA, Maria João Guardado; FERNANDES, Ana Alexandra (2004), «Social changes and better health conditions of the Portuguese population 1974-2000», *Hyginea Internationalis*, volume 4, Issue 4, December 13, 255-275, edição electrónica http://www.ep.liu.se/ej/hygiea/ra/027/paper.pdf.

VINUESA, Julio; ZAMORA, Francisco; GÈNOVA, Ricard; SERRANO, Pedro; RECAÑO, Joaquín (1994), *Demografia. Análisis y proyecciones*, Espacios Sociedade, Editorial Sintesis, Madrid.

WESTERGAARD, H. (1882), *Journal of Institute of actuaries*, Universidade de Oxford, Grã-Bretanha.